

História através da História

PESQUISAS DO PPGH / UFF

Vol. 2

Organizadores:

Caio Rodrigues Schechner

Elizabeth Silva Ribeiro Lucas

Ninna Koritzky Falconiere Lopes

Thaís Rodrigues dos Santos

Vitória de Oliveira Barroso Abunahman



Pedro & João
editores

História através da história
Pesquisas do PPGH/UFF

Vol. 2

**Caio Rodrigues Schechner
Elizabeth Silva Ribeiro Lucas
Ninna Koritzky Falconiere Lopes
Thaís Rodrigues dos Santos
Vitória de Oliveira Barroso Abunahman**

**História através da história
Pesquisas do PPGH/UFF**

Vol. 2



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Caio Rodrigues Schechner; Elizabeth Silva Ribeiro Lucas; Ninna Koritzky Falconiere Lopes; Tháís Rodrigues dos Santos; Vitória de Oliveira Barroso Abunahman [Orgs.]

História através da História (vol. 2): pesquisas do PPGH/UFF. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 697p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0581-6 [Digital]

1. História. 2. Pesquisa. 3. PPGH-UFF. I. Título.

CDD – 900/370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Zaira Mahmud

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

SUMÁRIO

UMA REDE HÍDRICA MEDIADORA: A CONEXÃO ENTRE VIVOS, MORTOS E IMORTAIS NA GRÉCIA ANTIGA (SÉCULOS VIII-IV A.C.) Camila Alves Jourdan	13
O CONTEXTO FUNERÁRIO DO SUL DA FRANÇA PROTO HISTÓRICO - SÍNTESE E NOVAS POSSIBILIDADES Thaís Rodrigues dos Santos	31
A MORTE NO PERÍODO DA BAIXA IDADE MÉDIA – REFLEXÕES SOBRE A MORTE E SUAS DIVERSAS CATEGORIAS Marina Barbosa do Rego Silva	43
AS CONCEPÇÕES MÉDICA E RELIGIOSA DA SAÚDE E DA DOENÇA NA ALTA IDADE MÉDIA Marcos Pedrazzi Chacon	55
A DINÂMICA GOLIÁRDICA COMO EVIDÊNCIA DE PENSAMENTO QUESTIONADOR NO CONTEXTO DO SÉCULO XII Matheus Ferreira Pereira	71
“A LANÇA EM TEU PEITO, COMPRA-A SE NÃO QUERES RECEBER O GOLPE”: VINGANÇA E COMPOSIÇÃO NOS RELATOS DE MILAGRES AO SUL DO LOIRE (SÉCULOS XI e XII) Leandro Ribeiro Brito	87
GÊNERO DO PECADO E CONTROLE SOCIAL NO TRATADO DE CONFISSOM (PORTUGAL SÉCULO XV) Tatiana Ribeiro Besada Rodrigues	101

QUANDO AS VESTIMENTAS FALAM: CORES, TECIDOS E SÍMBOLOS NA IMAGÉTICA GREGA (VIII-V a.C.)	111
Vitória de Freitas Machado	
O CRUZAMENTO DE DADOS PARA UMA ANÁLISE DA MOBILIDADE, DAS IDENTIDADES E DOS USOS SOCIAIS DE CONTAS DE VIDRO NA IDADE DO FERRO BRETÃ	123
Juliane Santos Machado	
IMAGENS DE MOTIVOS VEGETAIS E O COMÉRCIO DE CERÂMICAS DE FIGURAS NEGRAS ENTRE GRÉCIA E ETRÚRIA NO PERÍODO ARCAICO	137
Ninna Koritzky Falconiere Lopes	
OS MONASTÉRIOS E O PODER REAL: AS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE AS CASAS MONÁSTICAS E AS COROAS DE PORTUGAL E CASTELA DURANTE O REINADO DE D. AFONSO IV DE PORTUGAL (1325-1357) E DE D. AFONSO XI DE CASTELA (1312-1350)	151
Carlos Thadeu Freire da Costa	
O REI E A ADMINISTRAÇÃO DO REINO – ASPECTOS DA CENTRALIZAÇÃO DO PODER RÉGIO NO PORTUGAL BAIXO MEDIEVO	167
Sabina dos Santos Costa Freitas	
FIGURAS MARGINAIS, ELEMENTOS NÃO EUROPEUS E VARIANTES DE GÊNERO EM TRÊS LIVROS DE CAVALARIAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI	181
Caio Rodrigues Schechner	
LUZES, MINÉRIOS E DESTRUÇÃO: OS ILUSTRADOS IBERO-AMERICANOS E OS PROJETOS DE REFORMA DA MINERAÇÃO	195
Felipe Mesquita Antunes	

A PEDRA FILOSOFAL QUE NASCE DO CHÃO: DUARTE RIBEIRO DE MACEDO E A TRANSPLANTAÇÃO DAS DROGAS DO ORIENTE	209
Pedro Affonso Mattos de Azevedo Oliveira	
REVISITANDO AS ORIGENS DO SUBDESENVOLVIMENTO AFRICANO: A PRODUÇÃO DE FERRO NA ÁFRICA OCIDENTAL	223
Francisco Henriques	
COMÉRCIO ILEGAL E CAPITALISMO NO RIO DA PRATA DO SÉCULO XVIII: NOTAS DE PESQUISA	235
Alana Thais Basso	
JUDITE DECAPITANDO HOLOFERNES: A HISTÓRIA DA PINTURA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO SÉCULO XVII AO XXI	249
Gabriela Gonçalves da Silveira	
1968, MEMÓRIA E USOS DO PASSADO	259
Johnnatan Monteiro	
A CNBB E A DITADURA CIVIL-MILITAR: HISTÓRIA E MEMÓRIA	273
Mathews Nunes Mathias	
PATRIMÔNIO SENSÍVEL: O DOI-CODI DO RIO DE JANEIRO	287
Mírian Kelly Fontineles do Nascimento	
ENTRE SANGUE E DESCRENÇA: A DEMANDA MACABRA POR PODER DE ZÉ DO CAIXÃO	301
Débora Kaizer Felicíssimo	
A RECUSA AO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO AO EXÉRCITO ISRAELENSE: O CASO DE DUBI HAYAN	315
Ana Caroline Paiva Lourenço	

“AONDE NÃO SE DISCUTE, NÃO HÁ GOVERNO”: O CONFLITO IMPRESSO DE 1826 E OS OBSTÁCULOS À FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NA CORTE Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho	331
O CONSERVADORISMO EM UM CENÁRIO DISRUPTIVO: UM ESTUDO DA COBERTURA DO GLOBO NO IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR Pedro Domingos Brandi Cachapuz	345
O PENSAMENTO POLÍTICO DE AZEVEDO AMARAL: UM BALANÇO DOS ESTUDOS SOBRE A OBRA DO FUNDADOR DE <i>DIRETRIZES</i> Yuri Barbosa Resende	359
QUAL LIBERALISMO? NOTAS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE CARLOS LACERDA Fabrício Ferreira de Medeiros	373
IMPrensa, TESES MÉDICAS E INDUSTRIALIZADOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO INFANTIL Isabelli Meirelles Zacaron Grossi	389
“RIR É O MELHOR REMÉDIO”: A POLÍTICA BAIANA NO HUMOR DA REVISTA DO BRASIL (1906-1912) Willan de Souza Januário	402
A “IMPORTAÇÃO” DA AMÉRICA LATINA NAS COLEÇÕES <i>LA CROIX DU SUD E L’AUTRE AMÉRIQUE</i>: NOTAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES ASSIMÉTRICAS DO MERCADO EDITORIAL FRANCÊS Lucas Cheibub	415
O EDITOR PEDE A PALAVRA: O BOLETIM BORZOI QUARTERLY COMO SUPORTE DA COMUNICAÇÃO ENTRE EDITOR E LEITOR Caio Affonso Leone	427

HOMENAGEM AO “BACK RODRIGUES”: FUTEBOL E SOLIDARIEDADE DE CLASSE Marcelo Viana Araújo Filho	439
POR UMA HISTÓRIA DO CONCEITO DE LIMPEZA UM BALANÇO GERAL DA HISTORIOGRAFIA Fernanda Olívia Lazaro Carvalho	453
JOSÉ VASCONCELOS, STEFAN ZWEIG, WALDO FRANK E OS CIRCUITOS DA BRASILIDADE MESTIÇA NOS ANOS 1920 A 1940 Lorena Ribeiro Zem El-Dine	465
INDÚSTRIA E ESCRAVIDÃO EM RICHMOND: NOTAS DE PESQUISA Matheus Sinder	483
“OS MÚLTIPLOS DE PORCOS E DIAMANTES” 40 ANOS DEPOIS: O DEBATE “MARTINS-SLENES” A RESPEITO DA CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA OITOCENTISTA MINEIRA EM PERSPECTIVA Artur Pereira Porto	495
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EM HAVANA: A REVOLTA DE APONTE E O MUNDO CARIBENHO (1791-1812) Mylenna Ferreira da Silva	509
“MODA CONTA HISTÓRIA”: HISTORIOGRAFIA E MODA EM DIÁLOGO COM SOCIEDADES OITOCENTISTAS Beatrice Rossotti	521
“SALAMALECO! MANECO LASSALAMA!” MAGIA E ENCANTAMENTO ENTRE OS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES MUÇULMANOS NO RIO DE JANEIRO 1890-1937 Thamires Guimarães	535

“DAR FORTUNA” EM UMA CIDADE NEGRA: OS HOMENS DA IMPRENSA E A AGÊNCIA FEMININA NA AFRO-RELIGIOSIDADE CARIOCA OITOCENTISTA (1870-1889)	547
Hanna Katherine Ferreira Gomes	
A ESTRADA DE FERRO RIO D’OURO E A DINÂMICA DA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE: INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES	561
Raphael Castelo Branco da Silva	
OS SERTÕES BRASILEIROS E O PROJETO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA MODERNIDADE: PROGRESSO, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE (XIX-XX)	577
Janaina Ferreira dos Santos da Silva	
DESIGUAIS DIANTE DA LEI E DO CAPITAL: A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO AFRICANO	591
Elizabeth Silva Ribeiro Lucas	
IMPERIALISMO: DOS CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS	605
Lisia Nicolliello Cariello	
POR UM NOVO OLHAR AO ENTRETENIMENTO: OS JOGOS DIGITAIS E O NASCER DE UM NOVO ESPAÇO DE DISPUTA	621
Victor Nunes dos Santos	
OS VADIOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	633
Rebecca de Medeiros	
A EXPANSÃO DO ASSOCIATIVISMO DE TRABALHADORES NO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS	645
Isabella de Souza Tavares	

- A HIERARQUIZAÇÃO DA CLASSE CAIXEIRAL DA
CORTE ATRAVÉS DO ASSOCIATIVISMO E DA
IMIGRAÇÃO** 657
Guilherme Gonçalves Oliveira
- NOTAS DE PESQUISA SOBRE A JUSTIÇA DO
TRABALHO NO PERÍODO DA DITATURA MILITAR** 671
Vitória de Oliveira Barroso Abunahman
- HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E A PESQUISA COM
DOCUMENTOS JUDICIAIS: REFLEXÕES
METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO DA
RESISTÊNCIA DOS ENTREGADORES NO RIO DE
JANEIRO** 685
Lucas Santos Souza

UMA REDE HÍDRICA MEDIADORA: A CONEXÃO ENTRE VIVOS, MORTOS E IMORTAIS NA GRÉCIA ANTIGA (SÉCULOS VIII-IV A.C.)

Camila Alves Jourdan*

As representações forjadas pelos helenos acerca do ambiente marinho, e que nos foram legadas através de documentações textuais, nos apresenta um espaço que pode ser compreendido como mediador, uma vez que permeava distintos povos que habitavam a bacia mediterrânica, intermediava também os contatos entre os homens e seus deuses e divindades, bem como situava-se na interrelação entre distintas realidades. Conforme argumenta Marie-Claire Beaulieu, o mar “separa os mundos visível e invisível e marca a diferença entre homens, deuses e mortos. Como espaço intermediário, o mar integra elementos de todas as áreas que separa” (BEAULIEU, 2016, p. 16). Nós nos pautamos, portanto, na compreensão dos mares e dos rios, espaços aquáticos por excelência, como um ambiente transacional. Essa perspectiva nos impele a analisarmos as águas da bacia do Mediterrâneo como uma *rede hídrica* e que, ao mesmo tempo, é capaz de separar e conectar deuses e homens, vivos e mortos.

Água vital aos vivos: o doce dos rios e o salgado do mar

Ao se referir ao mar Mediterrâneo, Hecateu de Mileto (século VI a.C.) o trata como “ή ήμέτερα θάλασσα” (Frag. 302c)¹, isto é, “o nosso mar”. Para Platão (V-IV a.C.), os helenos ocupavam “uma

* Pós-doutorado em História no PPGH-UFF, supervisão de Alexandre Carneiro Cerqueira de Lima e vinculada ao Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA-UFF).

¹ De acordo com a nota 31 do artigo de Paolla Ceccarelli (2012), ή ήμέτερα θάλασσα está no *FGrH* 1 F 18a = 302c = escoliasta de Apolônio de Rodes 4.259.

porção insignificante da terra, em torno do mar à feição de formigas e rãs na beira de um charco” (PLATÃO, *Fédon*, 109b). Assim, com ampla documentação textual que versa sobre o mar, sua navegação e seu imaginário, é possível afirmarmos que o mar, em especial o Mediterrâneo, ocupa um *tópos* de destaque na vida cotidiana dos helenos, fosse direta ou indiretamente (JOURDAN, 2017, p. 48-56). Não se trata apenas de uma questão geográfica, pois o mar mantém-se constantemente à vista dos gregos, compondo sua paisagem, para esses homens e mulheres “o mar é mais do que uma realidade geográfica, é um modo de vida” (BEAULIEU, 2016, p. 1).

Os helenos buscaram ocupar este espaço marinho, tornando-o meio de realizar transportes de mercadorias e trocas comerciais, aquisição de alimentos (por comércio ou por pesca de animais), contatos políticos e obtenção de informações de outras *póleis* e povos (forjando, por inúmeras vezes, *redes políticas*), condutor e local de guerras, bem como elemento para a efetivação da diáspora helênica e morada de divindades e deuses (que ocupavam relevantes papéis nas práticas e ritos religiosos) (BOARDMAN, 1986; POMEY, 1997; ARNAUD, 2005; CORVISIER, 2008; RECIO, 2010; ÉTIENNE, 2010; JÍMENEZ, 2011; MALKIN, 2011; VIRGOLINO, 2020). O Mediterrâneo, tratado muitas vezes como o salgado mar estéril², é compreendido em suas relações enquanto uma bacia. Desta forma, ao analisarmos a importância e a formação de uma conexão hídrica, devemos, também, compreender as conexões da bacia mediterrânica com a bacia do Mar Negro e do Mar Vermelho, e a ultrapassagem do Estreito de Gibraltar e as ligações com os rios, tal como o Delta do Nilo. O recorte espacial se amplia seguindo as possibilidades de formação de comunicabilidade hídrica – e, como veremos, não se restringe ao que está visível aos helenos. A vida nas *póleis*, portanto, dependia daquilo que era obtido no mar e suas conexões, de distintas maneiras, promove o sustento das populações poliádes.

² Apenas a título de exemplos, cf. HOMERO, *Odisseia*, II, 370-371; V, 138-143; HIPÔNAX, 115, 1; TEÓGNIS, *Theognídea*, I, 248.

A efetivação das redes e conexões foi possível graças à “dominação” deste ambiente marinho. Para os helenos, navegar os mares demanda a superação de dificuldades de caráter naval, tais como as tempestades e os ventos narrados desde as obras homéricas (BARBOSA, TREVISAN, AVELLAR, 2018, p. 99; CORVISIER, 2008, p. 96-100) até o imaginário grego que preenche as profundezas mediterrânicas com monstruosidades marinhas (FRANÇOIS, 2008, p. 25-52; VIEIRA, 2010, p. 59-64). Os *nautai* (navegantes) arriscam-se em um ambiente inóspito, detento seus saberes e técnicas para a prática naval e para a pesca, bem como a astúcia necessária para a sobrevivência (VIEIRA, 2011, p. 65; JOURDAN, 2020, p. 155-159)

Na composição desta rede fundamental para a manutenção das póleis, os rios que entrecortam as terras montanhosas e as planícies na interconexão Afro-euro-asiática desempenham a função de fomentar, ainda mais para o interior dos territórios, a ampliação dessas redes. Esses rios, no imaginário e na prática, estavam nas reflexões dos helenos desde a organização de sociedades políades, tal como lemos nos poemas hesiódicos.

Tétis gerou de Oceano os rios rodopiantes:/ Nilo, Alfeu, Eridano de rodopios profundos,/ Estrímon, Meandro, Istro de belo fluir,/Fase, Reso, Aquelô de rodopios de prata,/ Nesso, Ródio, Haliácmon, Setebocas, / Granico, Esepo, Simoente divino,/ Peneu, Hermo, Caico bem-fluente,/Sangário grande, Ládon, Partênio, Eveno, Ardesco e Escamandro divino./ (...) Outros rios que fluem fragorosos são tantos/ filhos de Oceano, gerou-os Tétis soberana./ De todos é difícil a um mortal dizer o nome,/ a cada um conhece quem habita à sua beira. (HESÍODO, *Teogonia*, 337-345; 367-370)

A presença destes e inúmeros outros rios faz-se sentir já na organização teogônica realizada por Hesíodo, que inclui flúmens de regiões com e sem assentamentos gregos. Conforme nos apresenta Ilias Mariolakos, alguns rios – devido sua importância nas narrativas

gregas – são personificados em representações imagéticas³ e estátuas em distintas regiões de ocupação grega (MARIOLAKOS, 2018, p. 26). Destes rios que atravessam as áreas onde habitam os helenos, além do fornecimento da água potável, proporcionam abundância de peixes e outros animais que servem de alimento. A pesca em rios é substancial para o comércio nas *póleis*, bem como a manutenção alimentar dos seus moradores. Essa atividade, que possui características ambivalentes e de um “não-lugar”, ainda que relegada a uma espécie de “caça menor” em status, mantém-se relevante como substrato das experiências dos helenos com os rios (VIEIRA, 2008, p. 54-65).

Entre os rios enquanto seres divinos e os rios navegados cotidianamente, o imaginário grego desenvolveu-se ao ponto de filósofos questionarem a proveniência das águas que permanecem em suas correntes, tal como Aristóteles. Neste sentido, há, seguindo as proposições aristotélicas, alguma conexão entre os rios visíveis, aqueles que estão entre os homens vivos, e aqueles subterrâneos, que estão invisíveis ocupando o Hades.

Segundo Aristóteles, esses canais subterrâneos são essenciais para evitar inundações. Por causa da pressão das águas acima, “alguns rios são engolidos”. Aqueles que não têm saídas visíveis encontram saídas subterrâneas, como observado em pequena escala na Grécia, mas em outros lugares em maior escala (Meteorologia 1.13.351a1–6). (IRBY, 2021, p. 77)

Atravessando os rios do submundo: os decessos e a água

Ainda que os debates filosóficos acerca da paisagem hídrica da bacia mediterrânea ocorram até mesmo entre os pré-socráticos, a existência de rios no submundo é apresentada no século VIII a.C.,

³ Para representações em vasos de cerâmica, cf. na base de dados do Beazley Project os vasos de número 24968, 301747, 301996, 302078, 302099, 302117, 302118, 302119 e 302396. Estas indicações, a título de exemplo, assinalam a personificação do rio Aquelôo sendo combatido por Hércules.

através da tradição homérica. Das passagens mais evidentes, podemos destacar a chegada de Odisseu no Hades, quando em busca do adivinho Tirésias. Na fala de Circe ao herói, ela indica “aproa a nave ali, no oceano vorticoso,/ e te dirige à casa embolorada de Hades!/ Deságuam no Aqueronte o Piriflegetonte/ e o Cocito, que sai do Estige; há um penedo/ onde, ecoando, os rios confluem.” (HOMERO, *Odisseia*, X, 511-515).

Com variações na forma em que cada rio do ínfero se conecta, pois as tradições posteriores legam e inserem outro rio – o Lete –, no Período Clássico se estabiliza o imaginário hídrico e as funções desempenhadas pelos flúmens no Hades. Desta forma, na *Iliada* as fronteiras com o mundo dos mortos é definido pelo rio Estige, mas comumente nas fontes posteriores é o Aqueronte que serve a esta demarcação (HOMERO, *Odisseia*, X, 513-514). O rio Estige é personificado por Hesíodo como uma deusa odiosa e, bebendo de suas águas, os deuses realizam juramentos que não poderão ser rompidos, nem mesmo por Zeus (HESÍODO, *Teogonia*, 775-806); o rio Aqueronte era o flúmen da Aflição, que comumente era aquele atravessado pelo barqueiro Caronte ao conduzir a alma dos falecidos ao reino de Hades; o Cocito era o rio do Lamento pelo qual as almas também poderiam transitar; o Piriflegetonte (também nomeado de Flegetonte) era o rio Ardente ou do Fogo, referente às piras funerárias – mesmo que tardiamente seja mencionado como um lugar de tormento; e, acrescido posteriormente, o Lete era o flúmen do Esquecimento, no qual as almas dos decessos transpassavam e deixavam suas memórias da vida (HARD, 2020, p. 99)

Esses rios podem ascender do subterrâneo do Hades e se tornarem acessíveis através de certas regiões no “mundo dos vivos”. O relato de Pausânias acerca deste imaginário indica a região de Tesprócia como uma das fronteiras com o mundo dos mortos, pois é registrado as ruínas de um *Necromanteion*. Segundo o geógrafo,

Entre os pontos turísticos de Tesprócia estão um santuário de Zeus em Dodona e um carvalho sagrado para o deus. Perto de Cichyrus há um lago chamado Aquerúsia e um rio chamado Aqueronte. Há também o Cocito, um

riacho nada amável. Acredito que foi por ter visto esses lugares que Homero se atreveu a descrever em seus poemas as regiões do Hades e deu aos rios de lá os nomes daqueles em Tesprócia (PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, 1.15.5)

Estas correlações entre os rios do Hades com reconhecíveis flúmens no “mundo dos vivos” também se conecta ao mar, pois o ponto de encontro entre o equóreo e as grutas para o ínfero são comuns na documentação textual. Estas conexões não se restringem ao conector de diferentes espacialidades, mas incluem o diálogo de distintas temporalidades. O vivo que aborda aquele que faleceu muito tempo antes é a conexão promovida por essa rede hídrica imaginária. Conforme argumenta Marie-Claire Beaulieu, “O mar permite, assim, a comunicação no espaço e no tempo, conectando os homens através da morte e no tempo eterno” (BEAULIEU, 2016, p. 26).

Além da relação dos rios do ínfero, podemos também traçar a relação entre o mar e a morte – não somente englobando a situação de falecimento em ambiente marinho⁴. O poeta Hesíodo traça o que pode ser nomeado de “geografia dos confins”, uma vez que dedica parte de seus versos para narrar o encontro entre diferentes elementos da formação cosmogônica. Portanto, lemos que “Aí, da terra trevosa e do Tártaro nevoento/ e do mar infecundo e do Céu constelado, de todos, estão contíguos as fontes e confins” (HESÍODO, *Teogonia*, 736 – 738). Esse *ponto de encontro*, no qual tocam-se a terra, o mar, o céu e o território do submundo, é praticamente impossível de ser alcançado, uma vez que, segundo o mesmo poeta, a distância até essa conjunção demanda a passagem de dias⁵. Os espaços do mar e da morte se aproximam fisicamente neste imaginário, mas também no âmbito dos ritos funerários.

⁴ Para trabalho específico sobre o caso, Cf. JOURDAN, C. A. (2020) **Entre monstros e naufrágios: o imaginário grego sobre a morte no mar**. São Paulo: Fonte Editora.

⁵ “Nove noites e dias uma bigorna de bronze cai do céu e só no décimo dia atinge a terra e, caindo da terra, o Tártaro nevoento. E nove noites e dias uma bigorna de bronze cai da terra e só no décimo dia atinge o Tártaro.” (HESÍODO, *Teogonia*, 722 – 725)

As águas salgada e doce, de mares e rios respectivamente, desempenham papel relevante como meio de formação da rede hídrica em que pesam os contatos entre os vivos e os falecidos. Assim, René Ginouvès destaca a característica ambivalente do elemento áqueo como sendo puro, pois ele é sustentáculo para a vida e símbolo da morte. A água salgada do mar é comumente utilizada para desfazer poluições, pois como é desprovida de vida (estéril) é considerada pura (GINOUVÈS, 1962). Ainda que aplicada a situações mais generalizantes, a água doce também é agente de limpeza purificadora. Seu contato em contexto funerário também ocorre, uma vez que a preparação dos corpos dos decessos pode ser realizada com este elemento, todavia, para realizar a limpeza do corpo do defunto “a água salgada é usada para enfatizar a necessidade de purificação absoluta, especialmente em relação à morte, como uma sobredeterminação da purificação por água doce.” (BEAULIEU, 2016, p. 33). Tal perspectiva interpretativa pode ser corroborada na passagem da peça *Hécuba* (EURÍPIDES, *Hécuba*, 609 – 614), na qual o corpo da jovem Polixena, jovem virginal, é lavado com água salgada. Estes versos nos incitam a relacionar a esterilidade do mar com a eterna esterilidade do corpo da *noiva de Hades*.

No contexto da morte, água salgada e doce se interconectam, assim como a presença do mar e dos rios nos domínios de Hades ou em seu acesso. A água, elemento fundamental para a manutenção da vida, encontra-se no pensamento de alguns filósofos – como Tales, que sugeriu que a terra é um disco apoiado na água (IRBY, 2021, p. 39). No entanto, testemunhos anteriores ao filósofo de Mileto já demarcavam a ideia de um imenso rio de água doce ao redor da terra seca.

Além do Oceano: o espaço dos deuses imortais

Ao constatarmos que um rio – Estige ou Aqueronte – separa o local de habitação dos mortos e dos vivos, o mar separa os vivos dos imortais divinos. O chamado “mar exterior”, de onde as águas são

sustentáculo para a vida (as suas águas seriam potáveis), circunda a parte terrosa do mundo no imaginário grego. Essa potência titânica, nomeada de Oceano, é divisor de espaços e estados, uma vez que os deuses se assentam para além de sua travessia.

Diferente do “mar interior”, a bacia mediterrânica, esse “mar exterior”, o Oceano, é rico e promotor da vida e dos deuses, tal como a tradição homérica indica (HOMERO, *Iliada*, XIV, 200 - 201). Navegá-lo não cabe somente aos humanos. Se no Mediterrâneo a intervenção divina poderia facilitar a navegação, no Ωκεανός era imprescindível a ação dos deuses para com os homens – casos de Hércules e Odisseu, que conseguem transpor as dificuldades navais nesta região por conta da vontade dos imortais (HOMERO, *Odisséia*, XI, 12-19; HESÍODO, *Teogonia*, 289-294). Na documentação textual, o imaginário “que prevalece sobre o Oceano Exterior é ‘o caráter sagrado e proibido’. Em geral, as viagens marítimas involuntárias em que o protagonista é levado para um local distante são muitas vezes vistas como divinamente guiadas” (BEAULIEU, 2016, p. 3).

O imaginário que os gregos constroem sobre o Oceano foi apresentado pela primeira vez na *Iliada*, que durante a narrativa da composição do escudo de Aquiles forjado por Hefesto cita que o deus “Colocou ainda a grande força do rio Oceano/ à volta do último rebordo do escudo bem forjado” (HOMERO, *Iliada*, XVIII, 607- 608). Assim como a última parte daquilo que é visível no escudo, o Oceano mantém contido em seu interior o mundo habitável (*oikumene*). Esse rio titânico constantemente é “vinho escuro”, que “às vezes ‘flui suavemente’, às vezes violento ‘com uma onda de corrente’ (...) refletindo talvez uma distinção entre o Atlântico (o ‘mar exterior’) e o muito mais calmo Mediterrâneo (o ‘mar interno’ ou ‘nosso’)” (IRBY, 2012, p. 39). O Oceano representa a fertilidade vinculada a atributos dos deuses imortais, pois “a Terra se apresenta como um disco chato, ao qual envolve o rio Oceano, origem de todos os mares e de todas as águas” (HARTOG, 2014, p. 37), isto é, água salgada do mar se encontra circundada pela fertilidade da água doce.

Ainda que esta representação do mundo circundado pelo Oceano tenha perdurado, e posteriormente tenha sido endossado por Aristóteles, Eratóstenes, Posidônio e Estrabão (IRBY, 2021, p. 45), controvérsias e dúvidas já eram depositadas sobre o modelo, tal como o fez Heródoto ao afirmar “Oceano que, segundo a teoria deles (porque provas concretas não há), tem origem a nascente e rodeia a terra inteira” (HERÓDOTO, *Histórias*, IV, 8.2). De igual modo, o historiador mantém seu relato de contestação de possíveis tentativas de circum-navegação deste “mar exterior” (HERÓDOTO, *Histórias*, IV, 42. 2-4; 43. 1-6).

Prevalece, no imaginário, um Oceano do qual afloram as águas do mundo e no qual torna-se inacessível aos mortais. Evidência dessa ideia pode ser encontrada na proposição de Píndaro, que ao glorificar um vencedor de uma competição olímpica, aponta que

Se a água é melhor e o ouro é o mais honrado de todos os bens, agora Theron alcança o ponto mais distante por sua própria excelência nativa; ele toca os pilares de Hércules. Para além disso [o estreito de Gibraltar] o sábio não pode pisar; nem os não qualificados podem pisar para além disso. Não vou persegui-lo; eu seria um tolo (PÍNDARO, *Ode Olímpica*, 3. 42 – 45).

Para um mortal a vitória representa o alcance de um ponto geográfico distante e, ao mesmo tempo, recoberto com uma áurea sobrenatural. De árdua navegação para um mortal, as terras para oeste do Oceano guardam espaços que os deuses ocupam. O tragediógrafo Eurípides emerge com este imaginário em sua peça *Hipólito*, no qual

Descortinara a orla das maçãs/ que aquinhoam as sonoras Hespérides,/ onde o regente do mar violeta/ não mais conduz/ o nauta rota adentro/fixando o termo sacro do céu urânio/ sustido por Atlas./ Jorram mananciais ambrosíacos rentes ao tálamo do Cronida,/ onde a leiva diva, doadora de opulência,/ viceja, aos numes, a Ventura (EURÍPIDES, *Hipólito*, vv. 742 – 751)

As terras das Hespérides estão localizadas no extremo ocidental do mundo, em território compartilhado com os deuses, para além das colunas hercúleas, onde Poseidon não cria uma rota para os marinheiros, ou seja, um território que não deve ser encontrado por mortais. Homero já apresenta indícios deste imaginário aponta a localização da ilha habitada pelas divindades, ao qual “As Hespérides que vigiam além do ínclito Oceano/ belas maçãs de ouro e as árvores frutíferas” (HOMERO, *Odisséia*, 215-216). Nesta terra de magnânimas maravilhas os deuses se rejubilam em um espaço que é sagrado e fora do alcance para os homens. Nas passagens evidenciadas, é reforçada a ideia de que navegar para além da linha do horizonte, ultrapassando os Pilares de Hércules, cruza um território que é divino. Portanto, um “mundo dos deuses imortais” está para além do “profundo cauduloso Oceano” (HOMERO, *Odisséia*, XI, 13)

A rede hídrica entre os mundos: conectando vivos, mortos e deuses

Contato e comunicação são dois importantes pilares para a compreensão da conectividade das águas que formam o Cosmos. As águas que circundam a terra no Oceano, as águas que estão na ampla bacia do Mediterrâneo e os mares a ele correlacionados, as águas dos inúmeros rios que afluem da terra para esses mares e que estão ligados também aos rios dos inferos compõem uma rede de conexões que englobam os mundos de mortais, deuses e mortos. É este contato das águas de maneira contínua que evidenciamos como uma *rede hídrica* presente no imaginário grego entre os séculos VIII e IV a.C. Desta forma, a rede hídrica conecta todas as partes do mundo, daquele que é o mundo invisível, dos deuses e dos mortos que estão além do Oceano, e do que é o mundo visível, aquele habitado pelos homens. E nesta rede, o mar mantém a posição central, uma vez que recebe a água que aflui dos rios e das nascentes

que estão na terra e as coloca de volta no oceano externo (BEAULIEU, 2016, p. 30).

Desde Homero, os fenômenos que se desenvolvem na Natureza – incluindo os estados da água – foram observados, descritos e analisados por poetas, filósofos e agricultores, fossem mais “fantasiosos” (que muitas vezes recebia explicações de cunho religioso) ou mais “racionalizados” (em alguma base de cientificidade). Assim, “Gregos e romanos reconheceram o ciclo perpétuo de precipitação e evaporação da água do mundo. Este ciclo foi proposto, com vários graus de aceitação, para explicar as marés, as inundações anuais dos rios e até mesmo o próprio processo de mudança no mundo.” (IRBY, 2021, p. 86). Desta maneira, a rede hídrica que propomos é aquela pertencente a construção de um imaginário grego, que não diverge do conhecimento de uma rede hidrológica, pautando-se no mundo natural e experimentado cotidianamente.

Os filósofos, mesmo que buscando explicações mais “racionalizadas”, não se distanciavam por completo do imaginário religioso, tal como Tales (que já abordamos) ou mesmo Sócrates ao indicar que os rios subterrâneos desembocariam no maior e mais profundo abismo, o Tártaro – uma fonte sem fundo de todas as águas que seria, então, uma região do Hades. Na proposição de uma hidrologia aristotélica,

é lançada como uma espécie de *catabase*. (...) Aristóteles explorou muitas questões hidrológicas, incluindo as origens do mar, sua salinidade, sua distinção das águas “correntes” e se os mares podem ser interconectados (...) Aristóteles definiu o mar como estagnado, sem fluxo e totalmente desconectado dos rios e do ciclo do clima (IRBY, 2021, p. 44).

Coexistindo com esta forma de pensar, sem a presença de uma conectividade através das águas, a peça teatral *Prometeu Acorrentado*⁶

⁶ Em nossa tradução da obra, o título é “Prometeu Agrilhado”. Isto ocorre por nossa versão tratar-se do português de Portugal, que difere da tradição brasileira

nos evidencia a compreensão dos helenos sobre a existência de uma rede hídrica. O tragediógrafo faz uso dessa rede para demonstrar a irradiação do sofrimento sentido pelos humanos diante da dor impetrada a Prometeu, “Soltam gemidos surdos as vagas marinhas, / Um sobre outras caindo./ Geme o fundo do mar./ Sob a terra, o Hades sombrio/ Surdamente murmura/ E as ondas dos rios/ De límpida corrente/ Gemem tua dor lamentável” (ÉSQUILO, *Prometeu Acorrentado*, 431 - 435). A irradiação de dor e angústia segue a conexão entre as águas dos rios e do mar, incluindo aquelas que perpassam pelo mundo dos mortos. Outra leitura também propomos à essa passagem: Prometeu, que se encontra entre a vida, a morte e a eternidade, é uma imagem dessa rede hídrica que conecta, a partir a água, estes três distintos mundos. Essa proposição é corroborada pela localização onde Prometeu é torturado, pois ao encontrar-se no limite do mundo, o posicionamento do titã se torna também intermediário entre a vida, a morte e a imortalidade (BEAULIEU, 2016, p. 31).

Anterior a esta performance teatral, o poeta Teógnis traça uma relação entre morte, eternidade e a presença do elemento água.

E quando, sob as regiões subterrâneas da terra sombria, chegares às moradas lamentosas do Hades, jamais, nem mesmo morto, perderás tua glória, mas, possuidor sempre de um nome imortal, serás reconhecido pelos homens, Cirno, percorrendo a Hélade e as ilhas, cruzando o piscoso mar estéril, não montado no dorso dos corcéis; conduzir-te-ão os luzentes dons das Musas, coroadas de violetas; a todos aqueles que disso se ocupam e aos vindouros terás motivo de canto, enquanto existirem a terra e o sol. (TEÓGNIS, *Theognidea*, vv. 244 - 252).

Nesta comparação entre a eternidade de Cirno ocorrer após a sua morte ao percorrer as distâncias do mar, mais uma vez, reforça nossa compreensão de que o mar (e o componente líquido aquoso)

de nomear (e traduzir) o título como “Prometeu Acorrentado”. Optamos, portanto, em manter no corpo do texto o título em português-brasileiro.

no imaginário helênico interliga os espaços do mortal, do imortal e o dos mortos. A eternidade, com a qual Cirno será agraciado, é a de permanecer nos cantos produzidos pelos poetas e ressoados por outros homens em todos os lugares entre os vivos, mesmo após sua morte, pela eternidade ser lembrado e cantado.

Os rios do submundo podem desaguar no ambiente dos vivos, fomentando assim também uma *rede hídrica* entre o “mundo dos vivos” e o “mundo dos mortos”. Dos cinco rios presentes no ífero, três teriam suas contrapartes no “mundo superior”. O Estige desaguaria na Arcádia⁷, tal como relata Heródoto sobre os arcádios utilizarem desta água para a realização dos juramentos (HERÓDOTO, *Histórias*, VI, 74.1-2) ou a narrativa de Pausânias acerca da água deste rio causar a morte de todos os seres vivos e a destruição de materiais resistentes (PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, 8.18.4-6). O Cocito é apontado por Pausânias (*Descrição da Grécia*, 1.15.5) a surgir no noroeste da Gécia, em Tesprócia. Por fim, terceiro rio que merge do submundo é o Aqueronte, que flui violentamente também em Tesprócia e, submergindo, ressurgiu para desaguar no mar Jônico; outro Aqueronte era identificado perto de Heracléia Pontica na região da Ásia Menor; um terceiro ponto de afloramento do Aqueronte ocorria ao sul de Elis (HARD, 2020, p. 100).

Temos, portanto, evidências documentais de diferentes períodos da Hélade que nos permitem argumentar a existência de uma *rede hídrica* que permanece no imaginário. Esta rede conectada pela água, relaciona os rios do Hades, que correm para a (e pela) superfície da Terra, que desagua no “mar interior” (ou seja, o mar Mediterrâneo) e se conecta ao Oceano (“mar exterior”) que volta a alimentar o Tártaro. Essa rede de água realiza a conexão entre o “mundo dos vivos”, espaço em que os humanos constroem suas experiências cotidianas, o “mundo dos mortos”, *tópos* de habitação

⁷ “Não há como dizer se a concepção tradicional do rio infernal foi influenciada pelo conhecimento do Estige arcádio e suas quedas, ou se, inversamente, o Estige da Arcádia recebeu esse nome pela primeira vez porque suas quedas frias se assemelhavam às do Estige na descrição de Hesíodo” (HARD, 2020, p. 99).

dos decessos e do “esquecimento de si” após a transposição dos rios, e o “mundo dos deuses”, que tem também lugar nas terras das Hespérides e seus belos jardins de frutos para a imortalidade.

Conclusões

A água, elemento essencial à vida humana, era utilizada em diferentes momentos do cotidiano políade. Na paisagem da Hélade, mesmo ao consideramos a multiplicidade de póeis com variadas características, o equóreo era componente integrante com certa constância. No imaginário grego da antiguidade, as águas – salgada e doce; dos rios, mares e do Oceano – desempenhavam um papel conector. A conexão que verificamos através da análise de extensa documentação textual (séculos VIII-IV a.C.) nos apresenta uma *rede hídrica* que permanecia no imaginário helênico – sem que fosse efetivamente combatida ou que perdesse espaço a partir dos questionamentos empreendidos pelos filósofos do período clássico.

Esta *rede hídrica* era efetivada por meio do reconhecimento dos helenos sobre a relação da água em diferentes espacialidades, ao qual nomeamos de “mundo dos vivos”, “mundo dos mortos” e “mundo dos deuses”. Neste sentido, a água desta rede conectora interligava os homens aos mortos e aos deuses. A circulação do líquido incolor por estes distintos ambientes, além de fomentar o vínculo espacial, também estimulava a extrapolação do tempo, desenvolvendo um laço temporal: entre o “tempo finito dos homens”, “a temporalidade dos mortos antepassados” e o “intervalo eterno dos deuses”.

Concluimos, portanto, que a *rede hídrica* desempenhava papel relevante no imaginário grego, construindo possibilidades de novos e contínuos contatos através da água, burlando tempo e espaço, vida e morte, morte e imortalidade. Assim, o ciclo da água não estava limitado ao âmbito da Natureza, com evaporação em chuva, líquido em rios e mares ou sólido na neve – temáticas especuladas por filósofos do século V a.C. e posteriores; a *rede hídrica* é um dos nós

das conexões que os helenos estabeleceram para forjar seu modo e concepção da vida.

Referências

Documentação textual

ÉSQUILO. **Prometeu Agrilhado**. (2008). Trad. Ana Paula Quintela Sottomayor. Lisboa: Edições 70.

EURÍPIDES. **Hipólito**. (2015). Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34.

EURÍPIDES. **Hécuba**. (2004). Trad. Christian Werner. São Paulo: Martins Fontes.

HERÓDOTO. **Histórias – Livro IV**. (2000). Trad. José Ribeiro Ferreira; Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Edições 70.

_____. **Histórias – Livro VI**. (2000). Trad. Maria de Fátima Silva; Cristina Abranches Guerreiro. Lisboa: Edições 70.

HESÍODO. **Teogonia**. (2007). Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras.

HOMERO. **Ilíada**. (2005). Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia.

HOMERO. **Odisseia**. (2012). Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34.

PAUSÂNIAS. **Descrição da Grécia**. (1918). Trad. W.H.S. Jones; Litt.D.; H.A. Ormerod. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0160>>. Acesso em: 25 jan 2022.

PÍNDARO. **Odes**. (1990). Trad. Diane Arnson Svarlien. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0162>>. Acesso em: 17 set. 2020.

PLATÃO. **Fédon**. (2011). Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa.

TEÓGNIS. **Theognidea**. (2009). Trad. Glória Braga Onelley. Niterói: Editora da UFF; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bibliografias

- ARNAUD, P. (2005). **Les routes de la navigation antique**: itinéraires en Méditerranée. Paris: Éditions errance.
- BARBOSA, T. V. R, TREVIZAM, M., AVELLAR, J. B. C. de. (2018). “Duas versões gregas da tempestade em alto-mar: *Odisseia* de Homero (V, 278-383) e *Hecale* de Calímaco, frag. 238 (15-32 Pfeiffer = 18 Hollis)”. **Tempestades clássicas**: dois antigos à era dos descobrimentos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 61-107.
- BEAULIEU, M.-C. (2016). **The Sea in the Greek Imagination**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- BOARDMAN, J. (1986). **Los griegos en ultramar: comercio y expansión colonial antes de la era clásica**. Madrid: Alianza Editorial.
- CECCARELLI, P. (2012). “Naming the Aegean Sea”. **Mediterranean Historical Review**. N. 1, V. 27, p. 25-49. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254252849_Naming_the_Aegean_Sea>. Acesso em: 26 jun 2022.
- CORVISIER, J.N. (2008). **Les Grecs et la Mer**. Paris: Les Belles Lettres.
- ÉTIENNE, R. (2010). **La Méditerranée au VIIe. Siècle av. J.C. (essais d’analyses archéologiques)**. Paris: De Boccard.
- GINOUVÈS, R. (1962). **Balaneutikè: recherches sur le bain dans l’antiquité grecque**. Paris: E. de Boccard.
- HARD, R. (2020). **The Routledge Handbook of Greek Mythology**. New York: Routledge.
- HARTOG, F. (2014). **Memória de Ulisses – Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- IRBY, G. L. (2021). **Conceptions of the Watery World in Greco-Roman Antiquity**. Londres: Bloomsbury Academic.
- JÍMENEZ, A. P. (2011). “La talasocracia de las estrellas em Grecia: vivir y morir em el mar mirando al cielo”. YANGUAS, J. S.; ARIÑO, B. (org.). **Los Griegos y el Mar**. Vitoria-Gasteiz: Unversidade del País Vasco/Euskal Herriko.

- JOURDAN, C. A. (2017). **Métis: do reconhecimento do mar Mediterrâneo ao domínio do mar Egeu**. Curitiba: Prismas.
- _____. (2020). Entre monstros e naufrágios: o imaginário grego sobre a morte no mar. São Paulo: Fonte Editorial.
- MALKIN, I. (2011). **A Small Greek World – Network in the Ancient Mediterranean**. New York: Oxford University Press.
- MARIOLAKOS, I. D. (2018). “Ancient Greece and Water: Climatic Changes, Extreme Events, Water Management, and Rivers in Ancient Greece”. SKOULIKIDIS, N., DIMITRIOU, E., KARAOUZAS, I. (Org.). **The rivers of greece – Evolution, Current Status and Perspectives**. Berlim: Springer, p. 3-30.
- RECIO, M. R. (2010). **Los dioses de los navegantes** In: NUÑO, A.A. El viaje e sus riesgos. Los peligros de viajar en el mundo greco-romano. Madrid: Cima Press.
- VIEIRA, A. L. B. (2010). “Quando a morte vem do mar: medos e monstros na Atenas do período clássico”. **PHOÏNIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 16, n. 2, p. 59-67.
- _____. (2001). **O mar, os pescadores e seus deuses – religiosidade e astúcia na Grécia Antiga**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA.
- VIRGOLINO, M. F. (2020). **Stasis e estabilidade na Grécia Antiga**. Niterói: EDUFF.

O CONTEXTO FUNERÁRIO DO SUL DA FRANÇA PROTO HISTÓRICO - SÍNTESE E NOVAS POSSIBILIDADES

Thaís Rodrigues dos Santos*

1. Introdução: As práticas funerárias do sul da França Proto Histórica

O oeste do sul da França da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro nos concede uma grande quantidade de dados, tendo em vista a identificação de mais de duas mil sepulturas. Dentre elas, encontram-se tanto as sepulturas mais isoladas e mais ou menos aglomeradas de *Grands Causses du Gévaudan* e do *Ardèche Meridional*, assim como diversas necrópoles, como a Necrópole de Moulin (Mailhac), Necrópole de Agde e as Necrópoles do Tarn (Gourjade, Causse e Martinet).

Esse contexto é considerado diverso, dado que encontramos tanto a prática da cremação quanto da inumação, a variedade do mobiliário funerário tanto em termos de quantidade e associações de objetos, a quantidade de pessoas enterradas em uma mesma sepultura (um a oito indivíduos), e o isolamento ou aglomeração das sepulturas em grupos pequenos ou grandes, podendo até mesmo formar necrópoles.

Parte dessa variabilidade pode ser explicada em termos de diferenciações regionais, posto que apesar da concomitância da prática da cremação e da inumação dos mortos, no Roussillon e no Languedoc Ocidental (parte mais ocidental do sul da França), existe a preponderância da cremação dos mortos, enquanto que, no Languedoc Oriental, ocorre a preponderância da inumação dos mortos, apesar da prática da cremação passar a ser mais frequente

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista CNPQ. Orientadora: Adriene Baron Tacla.

também ao longo da Idade do Ferro (DEDET, 2018). De forma semelhante, no Roussillon e no Languedoc Ocidental, encontramos as sepulturas mais agrupadas em necrópoles, enquanto no Languedoc Oriental, as sepulturas encontram-se mais recorrentemente reunidas em grupos menores ou mais isoladas.

Em relação à arquitetura funerária, podemos mencionar que as sepulturas nas necrópoles podem ter coberturas simples (apenas um bloco de pedra) ou múltiplas (uma variedade de combinações de elementos), e que as sepulturas em aglomerados menores e/ou mais isoladas tendem a aparecer na forma de montículos de variados diâmetros e alturas ou como reutilizações de monumentos funerários antigos (como *dolmens* do Calcolítico e cofres funerários).

2. Um balanço geral dos estudos do contexto funerário do sul da França da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro

O quadro das práticas funerárias do sul da França Proto Histórica já foi interpretado de diversas formas, de modo que podemos dividir a bibliografia acerca do contexto em dois grandes grupos: (1) estudos/resumos regionais e (2) estudos e descrição de sítios arqueológicos. A maioria das publicações referem-se a determinados sítios arqueológicos, isso se deve ao fato de que geralmente quem publica as informações e estudos arqueológicos trata-se da própria pessoa responsável pela escavação do local. Apenas poucos pesquisadores propõem um estudo regional mais amplo do sul da França proto histórica, como: Py, (1992), Garcia (2014), Dedet (2018) e mais recentemente Gailledrat (2021).

Toda interpretação feita a partir da cultura material demanda um tratamento inicial desses dados, como o trabalho de classificação dos objetos/criação de tipologias. Dedet (2018) realiza uma classificação de tipos de arquitetura funerária para todo o sul da França. De forma semelhante, a descrição das diferentes sepulturas e classificação/identificação da tipologia dos mobiliários aparecem nas publicações referentes aos diferentes sítios arqueológicos

(NICKELS, 1989; JANIN, TAFFANEL e TAFFANEL, 1998; DEDET, 2001; GIRAUD, PONS e JANIN, 2003).

Uma abordagem recorrente nos estudos sobre o contexto funerário do sul da França da Idade do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro trata-se do nível de hierarquização social. Sobre o assunto, Py (1992) e Garcia (2014) defendem que, durante a Idade do Bronze Final, as sociedades seriam homogêneas, com baixo nível de desigualdade e hierarquização. No entanto, essa interpretação tradicional começa a ser revista, e Gailledrat (2021) argumenta que essa sociedade não seria tão igualitária assim, tendo em vista que é possível notar o destaque de alguns indivíduos no contexto funerário.

Nesse sentido, Dedet (2001) analisa as sociedades a partir das sepulturas de *Grands Causses du Gévaudan* em específico. Nelas, esse autor identifica (2001, p. 315 - 316) indivíduos chamados de “particulares” durante a Idade do Bronze Final, sendo eles o da sepultura de Freyssinel IV, por possuir 33 dentes de cavalo (raros em sepulturas) e o montículo reutilizado de Dignas, com um indivíduo enterrado com 54 objetos de bronze, considerado rico e com papel social importante (DEDET, 2001, p. 315 - 316).

Enquanto isso, a Primeira Idade do Ferro é interpretada como um período de aumento da diferenciação social, com a identificação de pessoas de status variados, culminando no aumento da complexidade social (cf. PY, 2012, p. 93; DEDET, 2018, p. 181). Essa conclusão é obtida através do aumento da quantidade de panóplias guerreiras como mobiliário funerário, além da maior quantidade de oferendas alimentares vinculadas a esses indivíduos. Durante esse período, as sepulturas de destaque (pelo mobiliário funerário, principalmente composto de cerâmicas e oferendas alimentares) são de indivíduos que atuavam como intermediários entre comerciantes estrangeiros (como gregos e etruscos), e, por isso, esses indivíduos teriam ganhado prestígio e influência local (DEDET, 2018, p. 187). Essas pessoas também atuavam auxiliando na adaptação da economia local para a produção de produtos excedentes para estrangeiros. O arqueólogo considera que estes sejam “personagens

excepcionais” (DEDET, 2018, p. 192). De forma análoga, Gailledrat (2021, p. 348) apresenta que alguns indivíduos desse contexto “exibem diferenças importantes no status além da morte”, que apontaram para a existência de uma “classe privilegiada” agora representada pela presença de armamentos e objetos para consumo de vinho nas sepulturas.

Sobre o sul da França proto histórico como um todo, Gailledrat (2021, p. 348) interpreta que as sepulturas consideradas de indivíduos proeminentes nessa sociedade são de indivíduos “ricos”, enquanto os indivíduos que não teriam mobiliário funerário poderiam ser interpretados como “pobres” (GAILLED RAT. 2021, p. 348). Essa análise também é feita em diferentes publicações sobre os variados sítios arqueológicos do sul da França. Para a Necrópole de Agde, Nickels (1989, p. 382) defende que a maioria das sepulturas interpretadas como masculinas que possuem apenas a urna funerária como vaso e não possuem fíbulas ou alfinetes como mobiliário seria de indivíduos de vestimenta mais simples, indicando que os indivíduos com fíbulas e alfinetes nas sepulturas com maior quantidade de vasos de acompanhamento seriam mais ricos (NICKELS, 1989, p. 386). Igualmente, ele identificou que as sepulturas com vasos de acompanhamento interpretadas como femininas possuem maior quantidade e variedade de objetos metálicos (média de 5 objetos) do que as masculinas (média de 2 objetos) (NICKELS, 1989, p. 385-386). Além disso, Nickels (1989, p. 389) observa que existe menor quantidade de objetos metálicos dentro das sepulturas femininas que possuem apenas a urna funerária como vaso em relação às sepulturas que possuem também vasos de acompanhamento, e defende que as sepulturas femininas com menos objetos metálicos sejam de pessoas de menor riqueza.

De modo semelhante, alguns indivíduos são considerados proeminentes nessa sociedade a partir da quantidade de sepulturas identificadas, tendo em vista a sua raridade. Em *Grand Causses du Gévaudan*, durante a Idade do Bronze, apenas onze sepulturas foram encontradas, apesar da grande quantidade de habitações descobertas

(DEDET, 2001, p. 311). Por isso, esses onze indivíduos são considerados como tendo um tratamento solene após a morte. Já durante a Primeira Idade do Ferro, em *Grands Causses du Gévaudan*, apesar de um número maior de sepulturas serem encontradas (cento e vinte e sete), elas ainda são pouco numerosas em relação à quantidade de casas identificadas (DEDET, 2001, p. 311). Assim, esses indivíduos também são considerados como tendo tratamento solene após a morte na sociedade a que pertenciam (DEDET, 2001, p. 312).

No geral, em *Grands Causses du Gévaudan*, Dedet (2001, p. 325) identifica sociedades com pouca diferença entre si, com hierarquização dos indivíduos devido à idade, sexo e posição na sociedade. Essa divisão é feita da seguinte maneira de forma crescente em importância: crianças enterradas em contexto domiciliar, crianças privilegiadas com acesso às sepulturas, homens e mulheres que não foram enterrados em sepulturas, homens e mulheres que foram enterrados em sepulturas, mas sem mobiliário que demarcasse gênero, homens e mulheres com mobiliário que demarcava gênero e homens e mulheres considerados particulares (DEDET, 2001, p. 325).

Também frequentes são as interpretações apresentadas por Py (1992) e Garcia (2014) sobre o surgimento de chefias durante a Primeira Idade do Ferro a partir de modelos antropológicos feitos por Sahlins (1963 *apud* Gailledrat, 2021, p. 348), Johnson e Earle (1987 *apud* Gailledrat, 2021, p. 348) e Maurice Godelier (1999 *apud* Gailledrat, 2021, p. 348). Gailledrat (2021, p. 348) critica a diminuição do poder exercido pelos indivíduos no contexto feita por Py (1992) e Garcia (2014), apesar de concordam com os modelos antropológicos utilizados por esses autores.

Gailledrat (2021, p. 348) concorda com a identificação de uma Mediterranização do sul da França durante a Idade do Ferro a partir do mobiliário do contexto funerário, defendida também por Garcia e Sourisseau (2017). De igual modo, Gailledrat (2021, p. 348) concorda com a inserção desse contexto no sistema de “centro-periferia” e com o uso do modelo de economia de mundo proposto

por Patrice Brun (1987 *apud* Gailledrat, 2021, p. 348), no qual o sul da França estaria na “periferia imediata dos núcleos condutores formados pelas cidades gregas e etruscas”. Contudo, o uso do sistema de “centro-periferia” já foi amplamente criticado para o contexto por pesquisadores como Tacla (2001).

Além disso, apesar de Gailledrat (2021) iniciar o seu texto criticando um foco excessivo nas interpretações dos dados arqueológicos locais referentes aos contatos mediterrâneos e que existiria uma dificuldade em entender a autonomia das populações locais em relação aos estrangeiros, o autor não desenvolve uma conclusão muito distante das interpretações vinculadas ao discurso colonial que supostamente critica, afirmando que os contatos com o mediterrâneo foram essenciais para a “evolução” das populações autóctones, além de defender que a região estava em um contexto em que as “redes econômicas estavam orientadas para o Mediterrâneo” (GAILLED RAT, 2021, p. 349).

Um estudo acerca da idade dos mortos é possível de ser feito para a maioria dos indivíduos enterrados, tanto para os cremados quanto para os inumados. É frequente que a maioria dos mortos sejam adultos, isso ocorre de maneira mais expressiva nas sepulturas de *Grands Causses du Gévaudan* e nas do *Ardèche meridional* (DEDET, 2001 e DEDET e DURAND, 2015). Esse quadro aponta para a exclusão da maior parte da população infantil desse contexto funerário, tendo em vista que a mortalidade infantil era alta na época (DEDET e DURANT, 2015, p. 108). Assim, esses dados são interpretados como evidência de um status mais elevado para os indivíduos de idade adulta, em detrimento das crianças (cf. DEDET e DURANT, 2015, p. 108-109 e DEDET, 2001, p. 308-310).

Em alguns casos, o sexo dos mortos pode ser identificado, sobretudo, a partir do tamanho do osso do coxal. Esses estudos aparecem principalmente no caso das sepulturas de inumação de *Grands Causses do Gévaudan*, nas sepulturas do *Ardèche meridional* e em algumas sepulturas da Necrópole de Causee (cf. DEDET, 2001, DEDET e DURAND, 2015, e GIRAUD, PONS e JANIN, 2003). No

entanto, o sexo não é passível de ser identificado na maioria dos indivíduos, seja pela alta fragmentação gerada pela cremação dos ossos ou pela alta acidez do solo, que não permite que todos os ossos inumados sejam encontrados. O estudo do mobiliário vinculado a indivíduos do sexo masculino e feminino na região repercute na produção dos estudos de gênero dos mortos baseado no mobiliário funerário para os indivíduos cujo sexo não é passível de ser identificado. No entanto, esses pesquisadores não diferenciam sexo de gênero, e utilizam essas palavras como se tivessem o mesmo significado. Isso pode ser observado quando Dedet (2018, p. 177) chama esses estudos de identificação do “sexo arqueológico”. Para esses autores, os itens considerados de conotação feminina são adornos no geral, como: alfinete de bronze com cabeça anular; colar de contas de âmbar, vidro, bronze ou osso; espirais em bronze para tranças no cabelo; vestígios de redes de prender o cabelo; toques (até V a.C.); braceletes de bronze, principalmente em grande número; várias tornozeleiras; vários anéis para cintura e couraças; além de pesos de tear (relacionados com a produção têxtil); agulhas e conchas. Enquanto isso, se considera de conotação masculina a ausência de objetos femininos mais a presença de: fecho de cinto, navalha, *scaptorium*, faca ou cutelo; armamento defensivo e ofensivo (espada, punhal, lança, ponta de flecha, dardo); arreio de cavalo; torque (depois de V a.C.); vasos de metal (cf. DEDET, 2018, p. 177, DEDET, 2001 e GIRAUD, PONS e JANIN, 2003).

Dedet (2018, p. 180) também considera que as sepulturas podem demarcar famílias, porém acredita não ser possível saber se a quantidade do mobiliário funerário reflete a riqueza dessa família, pois ela pode não ser demonstrada a partir do ritual funerário.

Os estudos sobre o que frequentemente chamamos de paisagem aparecem sobretudo na forma de descrição da arquitetura funerária, tanto em resumos regionais quanto em publicações sobre determinados sítios arqueológicos (cf. DEDET, 2018; DEDET e DURAND, 2017; DEDET e LISFRAC, 2006; DEDET, 2001; DEDET e GAUTHEY, 1998; DEDET *et al.*, 1997; DEDET e GAUTHEY, 1994;

GIRAUD *et al.*, 2003; JANIN *et al.*, 2002; JANIN *et al.*, 1998; PASSELAC *et al.*, 1981; NICKELS *et al.*, 1989; PONS *et al.*, 2008). No entanto, outras variáveis também são analisadas em relação à organização das sepulturas no espaço mortuário em diferentes sítios arqueológicos.

3. Explorando novas alternativas - os estudos sobre diversidade social

Apesar da gama de estudos mencionada sobre o contexto funerário do sul da França Pré Histórico, podemos apontar novos caminhos de estudos, como os estudos sobre diversidade social¹. Vertovec (2015b) explica que diversidade significa diferença social, podendo se referir a praticamente qualquer coisa. Nessa abordagem, o conceito de diversidade não é utilizado como categoria prática, como no nosso cotidiano e política, mas como categoria de análise. Esse tema de estudo nos auxilia a refletir sobre a diversidade presente em cada grupo e em como ela é inerente a cultura. Além disso, nos convida a reflexão de que as populações locais do sul da França proto histórica não são homogêneas, até mesmo pelo uso frequente do termo “celtas” para todas as populações da Europa Ocidental da Idade do Ferro, além do discurso colonial apresentado pelos gregos e romanos nos textos clássicos.

Os estudos de diversidade também apresentam-se como uma alternativa para os estudos tradicionais sobre identidade (VERTOVEC, 2015b, p. 2). Neles, se estuda como diferentes categorias de diferença, como gênero, etnicidade, desigualdade social, idade, dentre outras possibilidades se relacionam, implicando em um estudo com múltiplas perspectivas e de como as sociedades são complexas (VERTOVEC, 2015b). Inclusive, “qualquer indivíduo pode ser classificado em uma amplitude de modos possíveis, cada um potencialmente oferecendo uma

¹ Esse tema será explorado por nós na nossa tese que está em processo de escrita pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

perspectiva distinta ou conjunto de interesses englobando quase qualquer tópic” (VERTOVEC, 2015b, p. 11-12).

Dentro dos estudos de diversidade, encontramos diversas categorias de diferença que podem ser exploradas, como idade, gênero, desigualdade social e status (VINCENT, 2015B; BÜHRMANN, 2015; FAIST 2015). Destacamos, dentre eles, os estudos sobre idade, tendo em vista que ele nos aponta para a negligência dos estudos sobre idosos (cf. APPLEBY, 2010), tema que ainda não foi muito explorado para o sul da França Proto Histórico.

Referências

APPLEBY, J. “Why We Need an Archaeology Old Age, and a Suggested Approach.” *Norwegian Archaeological Review*, v. 43, n. 2, 2010.

BÜHRMANN, A. Gender - a central dimension of diversity. In: VERTOVEC, Steven. **Routledge International Handbook of Diversity Studies**. New York: Routledge, 2015.

DEDET, B. **Tombes et pratiques funéraires protohistoriques des Grands Causses du Gévaudan (Aveyron, Gard, Lozère)**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’Homme, 2001.

DEDET, B. DURAND, É. “Sépultures et pratiques funéraires em Ardèche méridionale au Bronze final III et au premier âge du Fer.” **Documents d’Archéologie Méridionale**, 38, 2017.

DEDET, B. **Coutumes Funéraires em Gaule du Sud durant la Protohistoire (IX-II siècle av. J.-C.)**. Arles: Éditions Errance, 2018.

ERIKSEN, T. Cultural complexity. In: VERTOVEC, Steven. *Routledge International Handbook of Diversity Studies*. New York: Routledge, 2015.

FAIST, T. Diversity unpacked. From heterogeneities to inequalities. In: VERTOVEC, Steven. *Routledge International Handbook of Diversity Studies*. New York: Routledge, 2015.

GAILLEDROT, É. “From household to cities: habitats and societies in southern France during the Early Iron Age.” In: GLEBA, M. MARÍN-

- AGUILERA, B. DIMOVA, B. (ed.) **Making cities**. Economies of production and urbanization in Mediterranean Europe, 1000-500 BC. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2021.
- GARCIA, D. **La Celtique Méditerranéenne**. Habitats et sociétés em Languedoc et em Provence. VIII-II siècles av. J.-C. Arles: Éditions Errance, 2014.
- GARCIA, D. SOURISSEAU, J. "The Exchanges on the Coastline of Southern Gaul in the First Iron Age: From the Hellenisation Concept to That of Mediterraneisation." In: GARCIA, D. BOUFFIER, S. **Greek Marseille and Mediterranean Celtic Region**. New York: Peter Lang Publishing, 2017.
- GIRAUD, J.-P. ; PONS, F.; JANIN, T. **Nécropoles protohistoriques de la région de Castres (Tarn)**. Le Causse, Gourjade, Le Martinet. Volume 1: études et synthèses. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, 2003.
- HARELL, A.; STOLLE, D. Diversity and social cohesion. In: VERTOVEC, Steven. **Routledge International Handbook of Diversity Studies**. New York: Routledge, 2015.
- JANIN, T. TAFFANEL, O. TAFFANEL, J. "La nécropole du moulin à Mailhac (Aude)." **Monographies d'Archéologie Méditerranéenne**, 2, 1998.
- JANIN, Thierry. TAFFANEL, Odette. TAFFANEL, Jean. BOISSON, Hugues. CHARDENON, Nathalie. GARDEISEN, Armelle. HERUBEL, Florence. MARCHAND, Georges. MONTECINOS, Annie. ROUQUET, Jérôme. "La nécropole protohistorique dy Grand Bassin II à Mailhac, Aude (VI -V av. n. è)." **Documents d'Archéologie méridionale**, 25, 2002, p. 65-122.
- NICKELS, A. (1989) **Agde**: La nécropole du premier âge du fer. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- PY, M. **Les Gaulois du Midi**. De la fin de l'âge du Bronze à la Conquête Romaine. Paris: Éditions Errance, 1993.
- TACLA, A. **Diplomacia e Hospitalidade**. Um estudo dos contatos entre Massalia e as tribos de Vix e Horchdorf. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 117, 2001.

VERTOVEC, S. Routledge International Handbook of Diversity Studies. New York: Routledge, 2015a.

VERTOVEC, S. Introduction: Formulating diversity studies. In: VERTOVEC, Steven. Routledge International Handbook of Diversity Studies. New York: Routledge, 2015b.

VINCENT, J. Age, ageism and social identity in later years. In: VERTOVEC, Steven. Routledge International Handbook of Diversity Studies. New York: Routledge, 2015.

ZIFONUN, D. The diversity of milieu in diversity studies. In: VERTOVEC, Steven. Routledge International Handbook of Diversity Studies. New York: Routledge, 2015.

A MORTE NO PERÍODO DA BAIXA IDADE MÉDIA – REFLEXÕES SOBRE A MORTE E SUAS DIVERSAS CATEGORIAS

Marina Barbosa do Rego Silva¹

Morrer. Verbo que a sociedade contemporânea evita conjugar. A única certeza da vida. O encerramento de um ciclo físico. A validade de todo corpo que é vivo, a energia que move um corpo é finita, se esgota. E a humanidade busca através das mais distintas áreas compreender a morte. A definição biológica de finitude dos corpos, o clássico ciclo da vida, parece não contemplar todo o espectro da subjetividade do entendimento humano. A partir dessa demanda de compreensão o homem busca refletir e propor explicações para a morte. Tal busca aparece na religião, na poesia, na literatura, na música, ou seja, é presente e parte significativa da cultura humana.

Estabelecendo como recorte temporal de pesquisa o período da Baixa Idade Média, correspondendo aos séculos XIV e XVI. Como o homem medieval compreendia e lidava com a morte, e com o pós-morte, esta é uma temática amplamente estudada. E é neste âmbito que a minha pesquisa se desenvolve. A partir do tema da morte, proponho analisar as diversas categorias que encontramos nas representações com este tema. A análise se dedica a buscar diferentes padrões e uso de símbolos e signos diversos para representar a morte, pois foi percebido que a iconografia deste período possui uma recorrência neste tema, contudo não há uma forma universal de indicar que naquela imagem há referência à morte.

¹ Doutoranda em História Social no PPGH – UFF, setor História Medieval, orientador Mário Jorge da Motta Bastos, integrante do grupo de pesquisa *Translatio Studii*, bolsista CAPES.

A morte pode ser representada a partir de um corpo sem vida, de um corpo em decomposição, a partir das posturas e posições do corpo culturalmente direcionadas a um corpo morto — por culturalmente direcionadas, importa destacar que nesta pesquisa utilizo como base a construção cultural ocidental e cristã sobre o tratamento dado a um corpo morto —, a morte de Cristo e a difusão da cruz como símbolo da morte, a morte simbolizada por meio do esqueleto e caveira, e ainda a representação de esqueletos e caveiras pode ser construídas de diversas maneiras. A assunção de Maria, por exemplo, é considerada uma sorte, uma graça dada ao corpo da Nossa Senhora que não precisou passar pela decomposição e podridão da carne após sua morte. Até mesmo quando a morte não é tão explícita na iconografia, como na assunção de Maria, ela pode ser um elemento de análise a partir de sua ausência.

É importante demarcar o contexto histórico dos séculos que utilizo como base. O recorte cronológico proposto compreende os séculos XIV ao XVI. O período nomeado pela historiografia como Baixa Idade Média, compreende os séculos XIV e XV, marcados por uma crise estrutural com reflexos econômicos, demográficos e culturais. Contudo a perspectiva de longa duração, principalmente desenvolvida por Jacques Le Goff traz a campo a possibilidade de analisar as estruturas e características medievais para além do século XV, que seria o recorte tradicional.

Este debate envolve as escolhas conceituais sobre enquadrar um século em um determinado período histórico, assim como reflete também nas percepções sobre alguns acontecimentos na história do ocidente, como o Renascimento. Os debates sobre Renascimento também importam para o desenvolvimento da minha pesquisa, sobretudo no que tange a sua característica de movimento. Portanto, destaco que não me refiro ao Renascimento como um período histórico e sim como um movimento do universo artístico, cultural e intelectual, com ecos nas dinâmicas social, política e religiosa do período baixo medieval. Para Huizinga, o Renascimento é trabalhado pelo autor a partir de uma perspectiva menos moderna e mais medieval. Para ele, a transição da Idade Média para o Renascimento não é vista como uma ruptura brusca ou uma continuidade absoluta e sim como um processo complexo de

colapso da cultura medieval. Essa perspectiva entende, porém, que o Renascimento é uma periodização, e esta é uma noção que já foi revisitada. Para esta pesquisa a perspectiva do Renascimento como um movimento de homens medievais que se propuseram a pensar sobre a modernidade se faz mais pertinente.

Um fator de suma importância para a análise e reflexão do objeto da morte é a crise epidêmica de peste bubônica. Um contexto de fome precedeu a crise da doença, e este é o ponto inicial da crise demográfica do período. O auge da crise se apresentou no ressurgimento da peste bubônica entre os anos 1348-1350 na colônia genovesa de Caffa, região da Criméia. Infectados, os genoveses deixaram a região levando a doença para outras áreas da Europa. As pessoas eram igualmente suscetíveis a contrair a peste, porém nas regiões de alta densidade demográfica a doença se propagou mais rapidamente.

A crise do século XIV possuiu reflexos conjunturais, atingiu a economia, a agricultura e também teve reflexos estruturais devido a acontecimentos potencialmente devastadores como as epidemias que causaram o aumento da mortalidade. O Renascimento é um movimento que surge em um período posterior a principal onda da doença no século XIV. Contudo, sabe-se que a epidemia não teve neste século o seu fim, outras ondas de doenças ocorreram nos séculos seguintes, há na literatura referência a peste bubônica até o século XVII.

Os séculos XV e XVI apresentaram um grande desenvolvimento das cidades. Após as graves epidemias de pestes, o crescimento demográfico e o êxodo rural também podem ser considerados como respostas aos tempos de crise que modificaram as estruturas sociais da Baixa Idade Média. A grande crise de peste bubônica de 1348 atingiu intensamente as cidades, devido a alta concentração populacional nessas áreas, o vetor da doença se proliferava com maior facilidade, atingindo mais pessoas e causando um maior número de vítimas. Deste modo, muitas cidades foram abandonadas e muitas pessoas procuraram no campo uma possibilidade de vida com menor risco de contágio pela peste. A

ascensão das cidades do século XVI não é somente representada pelo crescimento urbano e demográfico, pois junto a ele, o Renascimento desenvolveu uma reflexão sobre as cidades e a racionalização do espaço. Os projetos arquitetônicos e urbanísticos para a construção das cidades não deveriam ser apenas racionais, mas também belos. A estética dos espaços assume, então, um lugar de grande importância durante esse período. Roma, por exemplo, foi uma das cidades que obteve maior avanço em urbanização durante este século. É o recorte espacial da península itálica que se concentra a minha pesquisa.

Durante os séculos iniciais do período medieval e até por volta do ano 1000 os homens lidavam com a morte de uma maneira mais natural, acreditavam que ela igualava todas as pessoas. A partir do século XII há um aumento na expectativa de vida humana, com a chegada da peste bubônica no século XIV a forma como o homem lidava com a morte toma uma diferente conotação, passa a ser mórbida, macabra e sombria. A morte se torna destrutiva, sinônimo do fim. Ainda que a morte seja o sentido da vida cristã, da narrativa bíblica e seja o objetivo mais essencial da cristandade — é para a vida após a morte que o cristão se prepara —, a crise epidêmica trouxe essa visão mais pessimista e até mesmo menos romântica da morte.

Com essa virada de sentido e entendimento da morte, o medo surge como um sentimento constante e muito presente. O medo é um sentimento natural comum aos animais que buscam por sobrevivência, nos seres humanos este sentimento se comporta de maneira múltipla² e atua em defesa do organismo. Contudo, quando atinge altas proporções, o medo pode causar reflexos psicossomáticos, pode ser paralisante, e provocar reações físicas que podem ser involuntárias. Ainda que o medo fosse um sentimento

² Jean Delumeau em *História do medo no Ocidente* utiliza o autor R. Caillois para afirmar que o medo nos humanos difere do medo em outras espécies. Na maioria das espécies de animais há o único medo de ser devorado, nos humanos o medo ganha multiplicidade, pois a vida em sociedade impõe o medo de ficar doente, de sentir fome, de estar sozinho, de morrer. Cf. Página 23.

predominante durante os períodos de epidemia, no século XIV em consequência do alto número de mortos, a morte passou a ser familiar para aqueles que escaparam da doença. A visão dos mortos e a aceitação da grande possível proximidade de sua própria morte modificou a maneira que as pessoas lidavam com os ritos de “como morrer”. Estudar a morte na Idade Média é se aproximar também da história do medo e epidemia de peste bubônica é uma das principais personagens quando a reflexão são essas duas grandes temáticas. Mas é importante lembrar que não só de peste se morria durante a Baixa Idade Média. Conflitos, guerras, outras doenças e outras causas de morte continuaram existindo no cenário medieval.

A peste tinha como uma das principais características a indistinção de quem ela iria atingir. Não havia enquadramento social que pudesse proteger uma pessoa de ser acometida pela doença. Reis, imperadores, camponeses, papas, bispos e trabalhadores urbanos. Qualquer que fosse a ordem social que o sujeito pertencia, ele estava vulnerável, não havia imunidade biológica ou social. É neste âmbito que as danças macabras e as representações de esqueletos com movimentos e animados surgem e se difundem no ocidente medieval. Ainda que a peste não escolhesse quem atingiria, o tratamento dado ao corpo de um morto variava segundo sua posição social. O século XIV foi marcado pela construção de grandes túmulos, esculpidos por artistas para abrigar os corpos de nobres e clérigos. A arte tumular era a que tinha a função mais prática, pois não tinham como objetivo criar algo belo, mas exaltar a grandeza da pessoa que morreu. Assim podemos analisar a arte a partir de sua função social.

Enquanto grandes túmulos eram construídos, pobres, servos, camponeses e membros de outros setores da sociedade passaram a ter seus ritos abandonados. Muitos corpos foram enterrados nas mesmas covas, sem identificação, sem uma cerimônia religiosa referente à transição do estado do corpo e do espírito. Não só os ritos pós morte foram modificados, as tradições do momento anterior à morte também sofreram alterações. Durante a Idade Média era

comum que as pessoas se reunissem em torno de uma pessoa doente, cujo a morte se aproximava. Nestas ocasiões, os doentes desejavam estar próximos de seus entes queridos para que neste momento pedisse perdão pelos seus erros como também descrevesse a partilha de seus bens³, escolhessem sua sepultura para então se defrontar com o mistério de estar próximo da morte. O medo de morrer também envolvia sobretudo o medo de não estar religiosamente preparado para morrer, sem receber a extrema unção⁴, sem antes ter sido absolvido de seus pecados. Todo esse processo tradicional de ritos, pré e pós morte foram utilizados diante da acelerada morte causada pela peste. A morte na religiosidade cristã era o momento do acerto de contas, a morte física, doente simbolizava o juízo individual. O homem que era atingido pela peste no século XIV, deveria aprender a lidar com o abandono de seus entes queridos, com a ciência de que após a morte seu corpo não estaria protegido em uma sepultura e com a ausência da preparação religiosa para morrer. O desuso e modificações das tradições geraram impactos no imaginário popular que causaram mudanças no cenário religioso e cultural.

Pensando no contexto pré-morte, o desenvolvimento da pesquisa foi direcionado à *Ars Moriendi* inicialmente no gênero de livro, porém contendo diversas ilustrações sobre a temática da morte, este era uma espécie de manual com o objetivo de preparar o cristão para a “boa morte”. A importância de incluir esta fonte escrita, está nas mudanças culturais que esta representa e como esta contribuiu para desenvolver uma nova categoria de representação

³ Philippe Ariès em *História da morte no Ocidente* afirma que os testamentos são fontes para compreender as atitudes humanas diante da morte e das sepulturas. Cf. Página 21.

⁴ A extrema unção é um dos setes sacramentos instituídos pela Igreja Católica. Tal rito compreende na absolvição dos pecados e um cristão que esteja doente ou que a possibilidade de tal indivíduo morrer seja grande. Encontra-se na Bíblia Sagrada dos cristãos trechos que definem a importância desse sacramento e como deve ser o ritual correspondente a ele. Um exemplo de menção ao sacramento consta no capítulo 5 do Livro de Tiago, nos versículos

da morte, que compreende os momentos anteriores ao morrer e como a morte e a Igreja estavam intimamente associadas. Ter um manual que conduz o homem para uma boa morte representa a importância substancial desse momento para a vida do cristão e possibilita muitas reflexões e análises. Para a minha pesquisa importa refletir como a *Ars Moriendi* produz uma condução de pensamento sobre a morte e com isso desenvolve uma categoria de representação deste tema. O manual enfatiza ainda mais que a morte é um dos pontos mais importantes da cristandade medieval. Porém estar preparado ou a espera da morte não anula o medo que a proximidade dela pode causar.

O medo quando ocorre na esfera individual desencadeia uma série de reações que um indivíduo tomado pelo pavor pode ter, porém o que provoca o medo em um ser humano pode ter proporções que ultrapassam os limites do medo individual, alguns fatores podem gerar pavor em diversas pessoas, trata-se do medo coletivo. A peste bubônica é um exemplo de medo coletivo, a força letal da doença gerou um sentimento de medo comum às sociedades localizadas em regiões infectadas ou próximas delas. O medo da peste é um reflexo psicológico de quem individual ou coletivamente presenciou as cenas de horror e morte. Os surtos da doença coincidem com períodos de fome, a peste provocou uma grande redução demográfica, as cidades se esvaziaram, famílias se separaram e o medo atingiu a todos. Todavia, a intensa presença da morte no cotidiano refletiu na modificação da relação com a fé.

Diante de um cenário de horror, de um grande número de mortos⁵, a busca de um culpado pela peste aumentou. Os astros, Deus, leprosos, judeus, estrangeiros, demônios, seres fantasmagóricos foram alguns dos selecionados como culpados por

⁵ Hilário Franco Jr traz em *A Idade Média. Nascimento do Ocidente* dados estatísticos da letalidade da peste bubônica. A doença se apresentava de duas formas: a bubônica cujo letalidade era de 60% - 80% e a pneumônica com letalidade de 100%. As pessoas eram igualmente suscetíveis a contrair a doença e faleciam dentro de poucos dias ou poucas semanas.

trazer a peste. O imaginário popular buscou em mitos, histórias religiosas e até na xenofobia e antissemitismo a causa para a insegurança que estavam vivendo. Segundo Delumeau “A insegurança é símbolo de morte e a segurança símbolo da vida.”⁶ Diante da onipresença da morte a sociedade exerceu diversas tentativas de definir um culpado pela peste, buscando a segurança que favorecia à vida.

A partir do século XII devido uma crescente valorização do indivíduo foi atribuída à Deus uma materialidade humana nas representações iconográficas, os santos já possuíam essa materialidade, porém sua produção iconográfica foi intensificada a fim de demonstrar o mistério tanto de Deus como homem, como dos homens santos que possuíam o poder de curar, de operar milagres e de repelir doenças. Em 1350, no período crítico de retomada da peste bubônica, a morte passou a ser um tema muito frequente na arte, ela era representada como uma força que atingia a todos.

O símbolo estabelece uma ligação entre o real e o transcendente, o significado desses símbolos possui relação com a essência. A iconografia com a temática da morte são símbolos que podem representar o medo da morte muito presente ainda no século XVI. Este período foi marcado por uma falta de otimismo em ter uma vida boa, havia uma tensão entre as formas de vida ideal que se apresentavam até então na cultura literária e a realidade que passou a ser relacionada ao medo e à deterioração que a morte causada pela peste bubônica gerou nas pessoas. O materialismo, que exaltava o belo e que direcionava à arte na busca pela perfeição, lidou durante a crise com o fim da beleza que deu lugar ao apodrecimento do corpo, a representação das doenças, da morte. Podemos encontrar na iconografia com temática da morte no período, uma série de categorias visuais, formas diferentes de representar a morte e que podem ter símbolos e significados diversos. A representação da morte

⁶ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad.: Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, 23.

na Baixa Idade Média não se apresenta a partir de uma única categoria universal, ou de apenas um modelo iconográfico ou pictórico.

Além da *Ars Moriendi*, o importante manual sobre as práticas necessárias que conduziria o cristão para uma boa morte, são também fontes desta pesquisa obras iconográficas produzidas na península itálica, cuja a temática é a morte. São livros de horas, afrescos, gravuras e telas. As imagens elucidam diferentes aspectos sobre a morte, como já foi citado neste artigo. A busca no desenvolvimento da tese é de analisar tais categorias presentes nessas imagens e estabelecer um diálogo com a *Ars Moriendi* e o que é produzido sobre a morte a partir da análise iconográfica e também dos livros de horas. Os livros de horas são livros de orações que orientavam a prática cristã para o exercício da oração, adoração e a manutenção da atividade religiosa. Esses livros eram ilustrados e continham orações e imagens que mencionavam os diversos temas do universo cristão, a morte era um deles.

Segundo Michel Pastoreau, o imaginário é parte muito relevante da realidade de uma sociedade. Para o autor a importância do imaginário é ainda maior para os historiadores da Idade Média. Os símbolos socialmente construídos exercem grande apelo na mentalidade medieval. A atuação dos símbolos neste período representa uma significativa maneira de controle social, que utiliza o imaginário desenvolvido pelos próprios símbolos. Porém, cada vez mais, os símbolos devem conquistar a subjetividade e a sensibilidade dos sujeitos para demonstrar potência e poder. A capacidade de afetação dos recursos visuais se mostrou mais eficaz do que a tradição oral, explicando o grande volume de produções iconográficas no período.

Como já explicitado, o medo da morte são elementos de grande força na mentalidade medieval, devido às epidemias de doenças e as crenças que orbitavam o mistério que é a morte. A morte é uma condição natural, imposta biologicamente aos seres vivos. Todavia, compreender a morte não se reduz aos estudos biológicos, sobretudo no contexto medieval, onde a religiosidade tinha grande

poder sob o imaginário. Para Huizinga, o final da Idade Média contribuiu para que as pessoas enxergassem a morte associando-a à deterioração. O autor problematiza uma série de práticas culturais medievais cujo medo está atravessado nelas. As imagens religiosas analisadas na pesquisa são sobre a morte de Cristo. Nestas imagens encontramos diversas especificidades como a constante suavidade e delicadeza ao representar a morte de Jesus Cristo, um dos pontos a ser destacado é a falta ou pequena presença de sangue na iconografia da morte de Cristo. A religiosidade direcionava as formas de vida e de sociabilidade, além de interferir também no que era produzido com arte, na iconografia. Segundo Huizinga, para os medievais atribuir dimensão a eternidade e qualificar Deus pode acarretar a diminuição de sua grandeza, possivelmente devido a dificuldade de classificar Deus dentro de adjetivos. A divindade não é reconhecida na materialidade das coisas. Jesus Cristo atribui a materialidade à divindade de Deus e a representação de seu sofrimento e morte constrói compaixão e identificação com o público receptor dessas imagens.

Na Baixa Idade Média, os contrastes entre doença e saúde, eram maiores. O final do século XIV enfrentou não apenas o desânimo com a vida, mas também o medo de viver. O anseio pela vida mais bela pode seguir três caminhos: o da renúncia a vida terrena em busca pela plenitude da vida eterna; a melhora ou o aperfeiçoamento do mundo; e o sonho e as ilusões, fuga da realidade.

A normatização da morte também é vista como um facilitador para o processo. Protocolos e regras para realizar quando uma pessoa morre, sobretudo se for a morte de um nobre, facilitam o processo do luto segundo Huizinga. O homem ocidental criou ritos e se tornou culturalmente dependente da realização deles. “Quando vestido e assimilado nessas belas formas, o sentimento do luto tende a desaparecer;”⁷

⁷ HUIZINGA, p. 111

Jean Delumeau e Philippe Ariès são autores utilizados para dialogar com Huizinga e avançar na compreensão do medo e da morte na perspectiva ocidental. Na obra *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*, Delumeau abordou o medo como um sentimento presente na vida do ser humano. O autor considera diversas demonstrações na literatura que identificam o medo como um sentimento natural, mas que pode ser desenvolvido e impulsionado pela dinâmica social.

Os períodos de alta mortalidade, como a crise do século XIV familiarizou o homem com os mortos e com a ideia de sua própria morte. Philippe Ariès em *História da morte no Ocidente* analisou a morte na sociedade ocidental da Idade Média até a contemporaneidade, para ele existe uma relação entre a morte e a biografia particular. O homem medieval possuiu uma ligação com a morte que envolvia a religiosidade, importava muito para ele estar preparado para morrer e durante o século XIV muito das tradições do “bem morrer” foram abandonadas. A peste gerou o abandono, a diminuição dessas tradições. Contudo é importante ressaltar que a diminuição dos cultos não implica no recuo da iconografia religiosa, durante o Renascimento a tendência foi o aumento da produção de imagens com temática cristã e sobretudo com a temática da morte.

Para Huizinga, a percepção histórica se tornou cada vez mais visual a partir do maior costume em olhar a História ao em vez de ler. A arte fazia parte da vida, era muito presente no cotidiano do homem e mulheres do ocidente medieval. “A missão da arte era enfeitar as formas nas quais se vivia a vida com beleza. Não se buscava a arte em si, mas sim a vida bela.”⁸ A noção de beleza para o pensamento medieval está fortemente relacionada aos conceitos de perfeição, proporção e esplendor. A beleza estaria também ligada ao divino ou é possível também ser entendida como um produto dele.

As nuances entre as palavras e as imagens é um dos pontos que muito me interessam em refletir. Na pesquisa é utilizada fontes de tipologias diversas, como a fontes escrita *Ars Moriendi* e as

⁸ Ibid, p. 427.

imagéticas, portanto refletir sobre a natureza das fontes é de grande importância para o desenvolvimento da tese. O que a visualidade causa que as palavras não causam? As imagens fazem parte do indizível e é nele que mora a riqueza das expressões visuais. Mas quando o tema é a morte como dimensionar os impactos das palavras e das imagens sobre este tema?

Referência

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente. Da idade média aos nossos dias.** [Ed. especial]. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade média.** São Paulo, Cosac Naify, 2013.

PASTOREAU, Michel. Símbolo IN: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: Edusc e Imprensa Oficial, 2002, p. 495 - 510.

Seminário Discente 2023 do Programa de pós-graduação em História da UFF.

AS CONCEPÇÕES MÉDICA E RELIGIOSA DA SAÚDE E DA DOENÇA NA ALTA IDADE MÉDIA

Marcos Pedrazzi Chacon*

1. Introdução

Uma das questões centrais para os estudiosos da história da Medicina, associada aos estudos socioculturais e de gênero, corresponde em compreender o que é a doença. Como indicou Lupton (2012, p. viii-ix), a ideia da doença não é unívoca, mas se encontra ancorada no substrato cultural de cada sociedade, de modo que, mesmo no mundo contemporâneo, marcado pelo emprego de tecnologias cada vez mais sofisticadas e pela crença de uma suposta neutralidade da Medicina, coexistem diferentes interpretações da doença, assim como dos meios pelos quais se poderia combatê-la e alcançar o estado de bem-estar denominado, comumente, como saúde. Não obstante, tendo em vista a representação da doença em diferentes gêneros literários ao longo da História, é pertinente a assertiva de Bastos (2009, p. 48), segundo a qual, a doença representa um *locus* de reflexão e produção discursiva que permeia diferentes dimensões da sociedade, como o ideológico e o poder, conforme observou ao analisar o fenômeno da peste em Portugal entre os séculos XIV e XVI.

Entretanto, retornando à questão original, tendo em vista sua dimensão cultural, como se pode definir a doença e seu par antagônico, a saúde? Para Porter (2008, p. 74), o conceito de doença, além de englobar certas considerações acerca de sua natureza, causas e significados, possui feições complexas e enigmáticas, de

* Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Edmar Checon de Freitas. E-mail: marcos_chacon@id.uff.br.

modo que as percepções acerca desta apresentam considerável variação de acordo, não só com o contexto cronológico e geográfico, mas também com o grupo ou estrato social observado. Crawford e Lee (2010, p. 1-2), por outro lado, salientam que a doença se trata, na verdade, de um constructo social, cuja definição está ligada a certas variáveis, tais quais: classe social, faixa etária, gênero e etnicidade, além de também levar em consideração desvios em relação aos modelos hegemônicos de normalidade corporal, aparência e comportamento.

Tendo em vista a sociedade medieval, especificamente, a Gália do século VI, objeto deste estudo, Schmitt (2014, p. 284) observa que ela “foi dominada por uma representação religiosa do mundo e, em particular, do infortúnio sob todas suas formas, de causas, dos meios de se preservar e de aliviá-los”. Segundo o autor, isso, naturalmente, também se estendia para os conceitos de doença e saúde¹, os quais, sendo ambivalentes, encontravam-se associados tanto ao corpo físico quanto espiritual das pessoas. Destarte, tal questão pode ser evidenciada ao se analisar os escritos de Cesário de Arles (c. 470–542), profícuo pregador, autor de diversos sermões e bispo do importante centro urbano de Arles, localizado no sul da Gália. De modo mais específico, no *sermo* 21, de forte inspiração agostiniana, Cesário exortou seus fiéis a buscarem a *vera salus*, isto é, a “verdadeira saúde”, como se vê adiante:

A verdadeira saúde, irmãos, não é o que de fato dizem os médicos. Somos aliviados de certa maneira, pois a doença é perpétua nessa fragilidade da carne. [...] Logo, que tipo de saúde é essa, irmãos, transitória, frágil, perecível, vã? Verdadeiramente, como foi dito: o que é a vossa vida? É um vapor que aparece por pouco tempo. Logo, aquele que, nessa vida, ama-a, perdê-la-á. No entanto, aquele que,

¹ No que tange à terminologia, nos textos latinos, a palavra “doença” é designada por uma variedade de termos, tais quais: *infirmitas*, *aegritudo*, *morbus*, também se destacando *languor*, que apresenta o sentido de “fraqueza”, e *temptatio*, geralmente interpretada como o “ataque da doença”. Já a “saúde” aparece, frequentemente, enquanto *sanitas*, *sospitas* e *salus*.

neste mundo, tiver tido ódio de sua vida, guarda-a para a vida eterna [Jo 12,25]. O que é a vida eterna? A verdadeira saúde (S.21.7-8, tradução nossa)².

A partir do excerto acima, é possível destacar a existência de, a princípio, duas concepções acerca da saúde, as quais se encontram relacionadas diretamente a dois grupos sociais. A primeira corresponde à saúde segundo os *medici*, os praticantes da medicina erudita ou secular, estando ligada à natureza corpórea. Já a segunda condiz à saúde segundo o próprio Cesário, representante de uma tradição de pensamento eclesiástico que, remontando aos Pais da Igreja, particularmente, a Agostinho de Hipona (354–430), associa a saúde à alma e à vida eterna, questão corroborada pela própria acepção da palavra *salus* que, além de “saúde”, pode designar igualmente “salvação”.

Partindo destes apontamentos e provocações iniciais, o presente trabalho, derivado da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado (PPGH-UFF)³, segue o intento de apresentar as diferentes concepções da doença e da saúde vigentes no período alto medieval,

² *“Non enim vera salus est, fratres, quam dicunt medici. Paregorizamur quodam modo: nam aegritudo perpetua et in ista fragilitate carnis. [...] Qualis est ergo ista salus, fratres, transitura, fragilis, peritura, vana? Vere quomodo dictum est: quae enim est vita vestra? Vapor est ad modicum parens. Qui ergo in vita ista amat animam suam, perdet illam. Qui autem in hoc saeculo odio habuerit animam suam, in vitam aeternam custodit eam. Quae est vita aeterna? Vera salus”* (S.21.7-8).

³ No âmbito da dissertação, realiza-se uma análise sobre os discursos produzidos acerca da doença e do relacionamento entre os sistemas terapêuticos eclesiástico, médico-erudito e popular, com destaque para a atuação dos diferentes agentes da cura e dos tratamentos por eles oferecidos. Para isso, foi utilizada, principalmente, uma documentação centrada no bispo Cesário de Arles, composta pelos sermões de sua autoria e pela *Vita Caesarii* (c. 549), narrativa hagiográfica escrita por Cipriano de Toulon e outros autores. Em caráter complementar, outras fontes foram adicionadas ao trabalho, como a célebre *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha, além de certos tratados médicos, como a *Epistula ad Pentadium* de Vindiciano e o *De medicamentis* de Marcelo de Bordeaux. Na realização deste estudo, foi utilizada como ferramenta metodológica a Análise do Discurso Crítica associada à Análise do Discurso Francesa.

com embasamento na documentação primária e lhes tecendo as devidas considerações, mas sem pretender, no entanto, conferir um tratamento exaustivo ao tema. Além disso, como convém destacar, foi adotada a terminologia empregada por Schmitt (2014, p. 288) para designar as duas interpretações que se sobressaíram ao longo da Idade Média acerca da saúde e da doença, as quais podem ser identificadas como a “médica” e a “religiosa”.

2. A concepção “médica”: a saúde e a doença segundo a teoria humoral

No que tange à concepção ou interpretação médica, ela corresponde àquela herdada dos médicos da Antiguidade greco-romana. Com isso, não se pretende reduzir a história da Medicina ao seu modelo grego, uma vez que, mesmo antes de Hipócrates, no século V a.C., destacaram-se certas tradições médicas, como a babilônica e a egípcia, que apresentaram grande complexidade, sendo marcadas, por exemplo, pela prática de observação e descrição dos sintomas, realização do diagnóstico, utilização de fármacos e mesmo pela prática cirúrgica (NUTTON, 2008, p. 49-51). Contudo, segundo Magner (2005, p. 91), a peculiaridade que distingue a tradição médica grega das demais, conferindo-lhe um caráter único, diz respeito ao desenvolvimento de uma base teórica associada à filosofia natural.

Este desenvolvimento se constatou ao longo dos séculos VI e V a.C., sendo levado a cabo pelos filósofos pré-socráticos, os quais, investigando o mundo natural, propuseram explicações para o funcionamento do universo e, nele incluído, o do próprio ser humano. Dentre eles, destaca-se Pitágoras de Samos (c. 530 a.C.), cuja teoria, inspirada por investigações de cunho matemático, concebia o universo como composto por qualidades opostas, tais quais calor e frio, úmido e seco, apontando como necessário que houvesse uma harmonia entre tais qualidades. Posteriormente, Alcmeão de Crotona (c. 500 a.C.) aplicou a concepção pitagórica do

mundo formado por opostos à teoria médica, propondo que a saúde adviria da mistura harmoniosa de cada uma das qualidades com seu respectivo oposto (quente e frio, úmido e seco, amargo e doce), enquanto a doença ocorreria a partir do desequilíbrio, sendo provocada pelo excesso de uma das qualidades em relação ao seu par. Por fim, não se poderia deixar de citar Empédocles (c. 500–430 a.C.), que adquiriu grande fama por cunhar a Teoria dos Quatro Elementos, segundo a qual todas as coisas no cosmos seriam compostas através de misturas entre os quatro elementos primários e eternos (fogo, água, terra e ar) e, assim, quaisquer transformações, tanto no universo quanto no corpo humano, refletiam o grau de mistura entre esses elementos (MAGNER, 2005, p. 92-93; FERNGREN, 2009, p. 18).

Não obstante, foi apenas com Hipócrates de Cós (c. 460–c. 370 a.C.), exaltado como o pai da medicina, que se estabeleceu uma teoria e prática médica “racional”, conforme se verifica pelo *Corpus Hippocraticum*, um vasto conjunto documental composto por cerca de sessenta obras que, produzidas entre fins do século V e princípios do IV a.C., tiveram sua autoria comumente atribuída a Hipócrates, questão contestada por análises contemporâneas. Ao longo destes trabalhos, os autores hipocráticos, *grosso modo*, levantaram críticas às crenças tradicionais que imputavam às doenças causas sobrenaturais e, contrariamente, esforçaram-se por conferir explicações acerca da saúde, da doença e da fisiologia que estivessem pautadas na causalidade natural e não dependessem de matérias de caráter mágico, teológico ou mitológico (SIRAISSI, 1990, p. 1-2; DEMAITRE, 2013, p. 1).

Dentre as obras que compõem tal *corpus*, deve-se chamar atenção para o tratado *Da natureza do homem* (*De natura hominis*), o qual, datado do século V a.C., teve sua autoria reconhecida como pertencente a Políbio, aluno e genro de Hipócrates. Acerca de sua importância, é nele que foram originalmente delineadas as principais noções que vieram a conformar a teoria humoral, a qual,

até o período medieval, veio a se firmar como a principal teoria etiológica (JOUANNA, 2012, p. 335).

No que tange a seu conteúdo, ao longo do tratado, encontra-se expressa a ideia de que a natureza do homem era composta por quatro humores: sangue, bílis amarela, bílis negra e fleuma. Por sua vez, cada um deles correspondia a uma das estações do ano, com a qual compartilhava certas propriedades, e, durante sua vigência, apresentava predominância sobre os demais. Assim, o sangue, sendo quente e úmido, tinha predomínio na primavera; a bílis amarela, quente e seca, no verão; a bílis negra, fria e seca, no outono e; o fleuma, frio e úmido, no inverno. Da mesma maneira, Políbio também defendeu a ideia de que a saúde advinha do equilíbrio e mistura harmoniosos entre os humores corporais, o que era conhecido como *eucrasia*, enquanto a doença decorreria do desequilíbrio e separação entre estes humores, isto é, a *dyscrasia* (MAGNER, 2005, p. 98-99; JOUANNA, 2012, p. 335-336).

Contudo, como se convém mencionar, o *De natura hominis* não representa a forma definitiva adquirida pela teoria humoral. Por um lado, algumas questões, como, por exemplo, a noção de que os humores apresentariam certa variação de acordo com a faixa etária, não foram discutidas de forma sistemática. Por outro, a obra também não estabeleceu uma conexão entre os humores e os quatro elementos constitutivos do universo ou, tampouco, a tipos específicos de caráter ou temperamentos (JOUANNA, 2012, p. 336). Foi a partir de análises posteriores efetuadas por Galeno de Pérgamo (129–c. 216)⁴ que tais correspondências se desenvolveram. De fato,

⁴ Como elucida Jouanna (2012, p. 337-340), Galeno, em seus *In Hippocratis De natura hominis commentaria* e *De placitis Hippocratis et Platonis*, estabeleceu uma associação mais nítida entre os humores, as diferentes idades do homem e as estações do ano. Dessa forma, o sangue estaria associado à primavera e à infância; a bílis amarela, ao verão e à juventude; a bílis negra, ao outono e à maturidade, e; o fleuma, ao inverno e à velhice. Ademais, a partir desta correspondência, Galeno estabeleceu a conexão entre os elementos e os humores: a bílis amarela corresponderia ao fogo; a bílis negra, à terra; o fleuma, à água; já o sangue corresponderia a uma mistura equivalente dos

como avaliam Magner (2005, p. 123) e Ferngren (2009, p. 18), foi Galeno o responsável por impulsionar a teoria humoral e levá-la à uma posição hegemônica dentre as demais teorias etiológicas existentes à época.

Entretanto, apesar de suas contribuições, a teoria humoral ainda não havia alcançado seu estágio final. Nesse sentido, como indicou Þorgeirsdóttir (2018, p. 46-47), apesar de ser atribuída a Galeno a autoria a Teoria dos Temperamentos, segundo a qual temperamentos particulares estavam associados à abundância de cada humor respectivo (sanguíneo, colérico, melancólico, fleumático), sendo equivalentes a diferentes traços de personalidade, além de sugerir propensões e vulnerabilidades a desordens características, a ligação sistemática entre tais elementos correspondeu, de fato, a um desenvolvimento verificado durante a Antiguidade Tardia, especificamente, em um tratado de medicina latino sob a forma epistolar que encontrou grande difusão durante o período medieval: a *Epístola a seu sobrinho Pentádio* (*Epistula ad Pentadium nepotem suum*), de autoria de Vindiciano (c. 340–c. 400), arquitato, isto é, médico da corte, do imperador Valentiniano I (reinou entre 364 e 375).

Este documento, endereçado por Vindiciano a Pentádio, é apresentado como uma introdução à medicina, uma forma de expor a seu sobrinho acerca da natureza e da disposição de cada corpo e muní-lo dos conhecimentos presentes nos livros de medicina de Hipócrates, os quais foram traduzidos para o latim (*Epistula ad Pentadium* 1). Assim, no decorrer do tratado, Vindiciano apresenta os quatro humores que compõem o corpo humano e descreve, dentre outras questões, como cada um deles: “governa” ou “predomina” (*dominari*) sobre diferentes partes do corpo (*Epistula ad Pentadium* 2); apresenta qualidades e características distintas (*Epistula ad Pentadium* 3); varia em quantidade de acordo com as estações do ano, as horas do dia e a própria idade da pessoa (*Epistula*

quatro elementos. Isto haveria de ser revisto posteriormente pela tradição médica pós-galênica, de modo que o sangue passou a ser associado apenas ao ar.

ad *Pentadium* 4; 5; 7); apresenta sua própria respiração e pulso (*Epistula ad Pentadium* 6; 10); encontra-se ligado a um temperamento particular (*Epistula ad Pentadium* 8) etc. Nesse sentido, Vindiciano também especifica como a causa das doenças apresenta íntima relação com o desequilíbrio humoral:

Em verdade, estes humores não podem existir sem os demais e são possuídos em todas as idades. Mas, todas as vezes que algum dentre estes humores aumenta demasiadamente em quantidade, a partir daí, produz-se uma longa doença, não só por suas causas antigas, mas por sua voracidade, [in]temperança, [des]igualdade em relação ao corpo e à idade do homem. Todos estes humores, em cada uma das idades, provocam doenças todas as vezes em que algum desses sofre um aumento (*Epistula ad Pentadium* 11, tradução nossa)⁵.

Ao lado da *Epistula ad Pentadium*, o Livro IV (*De medicina*) das Etimologias (*Etymologiae*) de Isidoro de Sevilha (c. 560–636), célebre obra de caráter enciclopédico, também fornece importantes informações sobre a concepção da saúde e da doença pautada na teoria humoral. Nesse sentido, Isidoro observa que a saúde (*sanitas*) corresponde à integridade do corpo e ao equilíbrio dos elementos que o compõem, enquanto a doença (*morbus*) designa toda sorte de sofrimentos suportados pelo corpo, os quais evidenciam o poder da morte (*mors*) sobre ele:

A saúde é a integridade do corpo e a devida proporção de sua natureza, relativa ao seu calor e umidade, que é o sangue, donde a saúde é chamada, como se fosse o estado do sangue. Todos os sofrimentos do corpo estão contidos no termo genérico “doenças”, porque os antigos empregaram o nome “doença” para que

⁵ “*Hi vero umores sine se esse non possunt et in omnibus aetatibus habentur. Sed quotiens aliquis ex his umoribus excreverit, tunc facit aegritudinem longam nec non et causas veteres per suam voracitatem et <in>temperantiam et <in>aequalitatem et pro corpore atque aetate hominum. Hi omnes umores singulis aetatibus aegritudines faciunt, quotiens quis eorum augmentum acceperit*” (*Epistula ad Pentadium* 11).

designassem, por essa mesma palavra, o poder da morte, que nasce a partir da doença (Etm IV, v, 1-2, tradução nossa)⁶.

Acerca da origem da doença, Isidoro é enfático ao atribuí-la à teoria humoral, nos moldes do que foi exposto por Vindiciano: “Todas as doenças se originam dos quatro humores, isto é, do sangue e da bÍlis amarela, da bÍlis negra e do fleuma” (Etm IV, v, 3, tradução nossa)⁷. De modo mais específico, Isidoro também explica que o desenvolvimento da doença é verificado quando um dos humores “aumenta em quantidade” ou “excede” (*crescere*) além do curso da natureza. Além disso, dependendo do humor, esse excesso poderia levar ao aparecimento de categorias específicas de doenças: as doenças agudas (*acuti morbi*), acarretadas pelo sangue e pela bÍlis amarela, e as doenças crônicas (*chronici morbi*), produzidas pelo fleuma e pela bÍlis negra (Etm IV, v, 7).

3. A concepção “religiosa”: a saúde e a doença segundo a tradição eclesiástica

Inicialmente, é extremamente importante observar, como o faz Schmitt (2014, p. 288), que, durante o período medieval, a interpretação médica da doença nunca se dissociou por completo das concepções cristãs do mundo e do devir do homem, de modo que a doença era compreendida dentro do plano divino da criação. Em verdade, para que se compreenda o desenvolvimento da interpretação religiosa da doença, faz-se necessário avaliar o próprio processo de recepção da medicina secular pelo cristianismo, questão que foi objeto dos estudos de Ferngren em sua obra *Medicine and Health Care in Early Christianity* (2009).

⁶ “*Sanitas est integritas corporis et temperantia naturae ex calido et humido, quod est sanguis; unde et sanitas dicta est, quasi sanguinis status. Morbi generali vocabulo omnes passiones corporis continentur; quod inde veteres morbum nominaverunt, ut ipsa appellatione mortis vim, quae ex eo nascitur, demonstrarent*” (Etm IV, v, 1-2).

⁷ “*Morbi omnes ex quattuor nascuntur humoribus, id est ex sanguine et felle, melancholia et phlegmate*” (Etm IV, v, 3).

Destarte, o autor desenvolveu a tese de que os cristãos, entre os séculos I e V, possuíam certas visões acerca do uso da medicina e da cura das doenças que não diferiam daquelas usualmente aceitas no mundo greco-romano, do qual faziam parte. Nesse viés, o autor procurou demonstrar que os cristãos não atribuíam as causas de doenças ordinárias à ação demoníaca, mas, pelo contrário, sua concepção correspondia àquela defendida pela medicina grega e embasada na teoria humoral, a qual havia sido difundida pelo Mediterrâneo durante os séculos que marcaram o período helenístico e o domínio imperial de Roma. Da mesma forma, tais cristãos não buscavam primariamente curas milagrosas ou religiosas, mas empregavam meios naturais de cura, quer envolvessem o recurso a um médico ou aos remédios tradicionais. Já a partir do século V, devido à crença generalizada na atividade demoníaca, à influência do ascetismo e à tendência de se confiar nos registros de cura miraculosa, certas concepções sobre a doença e a saúde e métodos terapêuticos de cunho religioso adquiriram maior popularidade (FERNGREN, 2009).

A partir desta exposição, pode-se melhor caracterizar a dita interpretação religiosa da saúde e da doença. Assim, um primeiro ponto a destacar diz respeito ao fato de que a noção de saúde não se encontrava restrita apenas à do corpo, mas também abrangia a alma, visto que estes se encontravam intrinsecamente interligados. Em segundo lugar, no que tange à origem da doença, esta é atribuída ao intento de entidades portadoras de poderes sobrenaturais (caso de Deus, do diabo ou dos santos) ou mesmo humanos capazes de manejar tais poderes, como é o caso dos feiticeiros e feiticeiras, fazendo uso de malefícios, seja através do contato (feitiço do olhar, sopro, palavra) ou a distância, por meio de encantamentos colocados sob a porta etc, o que não necessariamente excluía fatores externos pautados na causalidade natural e caros à teoria médica, como a ação do clima e dos ares sobre o corpo, os quais poderiam levar ao desequilíbrio humoral (SCHMITT, 2014, p. 289-290; CRAWFORD; LEE, 2010, p. 2).

Tais considerações podem ser melhor evidenciadas ao se recorrer à análise dos sermões de Cesário de Arles, tal como foi indicado no introito. Em nosso estudo, foi possível observar dois pontos em particular: (i) Cesário buscou estabelecer uma distinção e hierarquização entre a saúde da alma e a do corpo e; (ii) o bispo de Arles se propôs a fornecer explicações acerca da origem da doença, subscrevendo-se à crença agostiniana da doença como uma consequência dos pecados da humanidade.

Dessarte, em relação ao primeiro ponto, o posicionamento de Cesário encontra-se conectado à sua própria representação acerca do relacionamento entre o corpo e a alma. De forma resumida, como destacou nos *sermones* 14, 19 e 31, para o bispo de Arles, enquanto o corpo era digno de cuidado, mas um cuidado devidamente moderado, isto é, evitando tanto os excessos da abstinência quanto os da negligência e relaxamento, a alma era passível de maior consideração, uma vez que, tendo sido feita à imagem de Deus, era imortal, ao contrário do corpo, e seria apresentada diante de Deus após a morte deste. Assim, caso estivesse imaculada, gozaria da vida eterna ou, caso contrário, seria condenada a um outro tipo morte, uma morte eterna no inferno. Refletindo tal relação, a saúde para Cesário possuía um caráter ambivalente, estando relacionada, assim, tanto ao corpo (*sanitas corporis*) quanto à alma (*sanitas animae*) ou, no mesmo sentido, ao “coração” (*sanitas cordis*). Ambas são desejáveis, mas a da alma sempre deveria constituir a prioridade do cristão, como expõe no *sermo* 50.1:

Sabeis, caríssimos irmãos, que todos os homens buscam a saúde do corpo, mas isto devemos reconhecer, pois, ainda que a saúde do corpo seja boa, muito melhor é a saúde do coração. Por isso, todos os cristãos devem especialmente orar sem cessar para que Deus se digne a conceder-lhes a saúde da alma, em razão de sua piedade. Deve-se orar em prol da saúde do corpo, mas, duplamente e muitas vezes mais, deve-se suplicar pela saúde da alma. Não [nos] prejudica muito se a

carne for debilitada no mundo. O mais importante é que a alma ascenda incólume ao céu (S.50.1, tradução nossa)⁸.

Ademais, como é possível destacar a partir da passagem acima, Cesário opera uma hierarquização entre a saúde do corpo e a da alma, o que levava em consideração os elementos que os contrapunham. Assim, a alma era a *domina*, a mestra imortal, que é vista “pelos olhos dos anjos” (*in oculis angelorum*) e à qual deve ser destinada “tudo o que há de melhor e mais útil” (*quicquid est melius vel utilius*), o que incluía, naturalmente, sua higidez. Já no que concerne ao corpo, o qual assumia o papel do escravo (*servus*), mesmo que não fosse condenável prezar por seu bem-estar e saúde, isto não deveria ser tomado pelo cristão como um fim em si mesmo, pois, sendo o corpo perecível, destinado inexoravelmente à morte, sua saúde nada seria além de algo fugaz (S.14.1).

Em relação à doença, Cesário a vê como estando inevitavelmente ligada à natureza corpórea: “[...] A doença é perpétua nessa fragilidade da carne” (S.21.7, tradução nossa)⁹. Não obstante, o bispo também destaca a existência de um elo fundamental entre a enfermidade e a saúde da própria alma:

[...] Pois a enfermidade do corpo tem relação com a saúde do coração, porque Deus flagela aqueles que ama neste mundo. Assim, mesmo que a saúde volte vagarosamente ao enfermo, não murmuremos contra Deus, mas agradeçamos a Ele, que se dignou a nos castigar pela enfermidade neste mundo para que nos recompense com os prêmios eternos no futuro (S.19.5, tradução nossa)¹⁰.

⁸ “*Nostis, fratres carissimi, omnes homines sanitatem corporis quaerere: sed hoc debemus agnoscere, quia, quamvis bona sit sanitas corporis, multo melior est sanitas cordis. Unde omnes christiani debent specialiter semper orare, ut illis deus sanitatem animae dignetur pro sua pietate concedere. Orandum est pro sanitate corporis, sed dupliciter et multipliciter pro salute animae supplicandum. Nec nimium nocet, si caro infirmatur in mundo; tantum est ut anima incolomis ascendat in caelo*” (S.50.1).

⁹ “[...] *Aegritudo perpetua est in ista fragilitate carnis*” (S.21.7).

¹⁰ “*Quia infirmitas corporis ad sanitatem pertinet cordi: quia deus quos amat, in hoc mundo flagellat. Etiam et si tardius veniat sanitas infirmo, non murmuremus contra deum, sed*

Atentando-se à escolha do vocabulário utilizado pelo bispo, pode-se constatar, nesta passagem, a ambiguidade dessa “doença-signo”, para se utilizar o conceito de Schmitt (2014, p. 289-290). Assim, por um lado, verifica-se que a doença é representada como uma espécie de punição: manejada como um açoite, é empunhada por Deus que, cumprindo um papel semelhante ao do algoz, com ela, flagela (*flagellat*) e castiga (*castigat*) a humanidade. Por outro, a doença também é retratada como signo de Seu amor, visto que contribuiria de alguma forma para que o enfermo alcançasse os “prêmios eternos” após sua morte, isto é, a salvação ou, em outras palavras, a *vera salus* (S.21.8).

4. Considerações Finais

Portanto, a partir da presente exposição, devidamente embasada na historiografia e na análise das fontes primárias, pretendeu-se discorrer a respeito das diferentes concepções ou interpretações acerca da saúde e da doença vigentes no período alto medieval, as quais foram denominadas como a “médica” e a “religiosa”.

Acerca da primeira, esta encontra-se amparada pela teoria humoral que, estando inserida na tradição médica hipocrático-galênica, toma a saúde como o resultado do equilíbrio harmonioso entre os quatro humores corporais (sangue, bÍlis amarela, bÍlis negra e fleuma), enquanto a doença, em sentido diametralmente oposto, seria produzida a partir de seu desequilÍbrio. Paralelamente a esta, coexistiu a concepção religiosa, a qual, pautada pelos escritos dos Pais da Igreja, como Agostinho de Hipona, principal referênciade Cesário de Arles, não buscou abolir a interpretação médica, mas, por outro lado, realizou uma leitura da saúde e da doença à luz da tradição cristã. Nesse sentido, a saúde não poderia se referir tão somente ao corpo, mas também abarcava a alma. Não obstante, entre

gratias illi agamus, qui nos ideo per infirmitatem castigare dignatur in hoc saeculo, ut nobis praemia aeterna retribuat in futuro” (S.19.5).

elas deveria existir uma clara hierarquia, uma vez que a alma eterna deveria ser mais digna de cuidado do que o corpo perecível. Quanto à “doença-signo”, ela era dotada de grande ambivalência, na medida em que sua origem poderia representar tanto um castigo pelos pecados cometidos pela humanidade quanto uma provação que permitia ao fiel provar sua fé.

Referências

Fontes primárias

CAESARIUS ARELATENSIS. Sermones. In: MORIN, D. Germani (ed.). **Sancti Caesarii Arelatensis sermones**, v. 1. Marietioli, 1937.

ISIDORUS HISPALENSIS. **Etymologiarum sive originum libri XX**. Disponível em: <<https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Isidore/home.html>>, acessado em 28/09/2022.

VINDICIANUS. **Epistula ad Pentadium nepotem suum**. Disponível em: <<https://digiliblt.uniupo.it/>>, acessado em 22/09/22.

Referências gerais

BASTOS, Mário Jorge da Motta. **O poder nos tempos da peste** (Portugal - séculos XIV/XVI). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

CRAWFORD, Sally; LEE, Christina. Introduction. In: CRAWFORD, Sally; LEE, Christina (ed.). **Bodies of Knowledge: Cultural Interpretations of Illness and Medicine in Medieval Europe**. Oxford: Archaeopress, 2010.

DEMAITRE, Luke E. **Medieval Medicine: The art of healing, from toe to head**. Santa Barbara: Praeger. 2013.

FERNGREN, Gary B. **Medicine & Health Care in Early Christianity**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

JOUANNA, Jacques. **Greek Medicine from Hippocrates to Galen: Selected Papers**. Leiden: Brill, 2012.

- LUPTON, Deborah. **Medicine as culture: illness, disease and the body**, 3 ed. London: Sage, 2012.
- MAGNER, Lois N. **A History of Medicine**, 2. ed. New York: Taylor & Francis, 2005.
- NUTTON, Vivian. Ascensão da Medicina. In: PORTER, Roy (org.). **Cambridge – História da Medicina**. São Paulo: Ed. Revinter, 2008.
- PORTER, Roy. O que é doença? In: PORTER, Roy (org.). **Cambridge – História da Medicina**. São Paulo: Ed. Revinter, 2008.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: Ensaio de antropologia medieval**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- SIRAI, Nancy G. **Medieval & Early Renaissance Medicine: An introduction to Knowledge and Practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- ÞORGEIRSDÓTTIR, Brynja. Humoral Theory in the Medieval North: An Old Norse Translation of Epistula Vindiciani in *Hauksbók*. **Gripla**, Reykjavík, n. 29, p. 35-66, 2018. Disponível em: <timarit.is/page/7065908>, acessado em 28/09/2022.

A DINÂMICA GOLIÁRDICA COMO EVIDÊNCIA DE PENSAMENTO QUESTIONADOR NO CONTEXTO DO SÉCULO XII

Matheus Ferreira Pereira*

A dinâmica goliárdica como evidência de um pensamento questionador no século XII

Foi por um feliz movimento da Roda da Fortuna que encontrei, ocasionalmente, uma menção ao movimento universitário dos goliardos em um livro disponível na minha limitada biblioteca. Refiro-me à obra *Os Intelectuais da Idade Média*, do consagrado medievalista Jacques Le Goff, que os abordou de forma breve como um grupo rebelde pertencente ao século XII, cuja nomenclatura inevitavelmente pejorativa estaria ligada ou ao pecado da gula, ou ao inimigo gigante de Davi, derrubado pela Mão do Senhor (LE GOFF, 2003, p. 47). Este é o livro progenitor deste artigo, pois o autor se destina a abarcar os principais movimentos intelectuais durante os séculos XII e XIII no Ocidente, e destina uma parte do seu livro para considerar o movimento e apresentar objetivamente o dia a dia dos goliardos em uma obra instigante e convidativa. Para isso, Le Goff separa trechos de suas canções, ressalta as provocações e traça um relato histórico desde a sua rápida ascensão até as causas para o seu gradual apagamento na História.

No entanto, durante a breve análise do livro de Le Goff, certas surpresas imediatamente me seguiram. A primeira foi ao curso espaço dedicado à historiografia deste movimento. Um padrão sutil se observa neste tema, pois não se restringe somente a esta obra de

* Mestrando da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Edmar Checon de Freitas. Núcleo de História Medieval.

Le Goff, que o abordou em poucas páginas¹, mas mesmo nos demais livros, é inevitável a surpresa ao constatar a escassez de conteúdos que exploram esse movimento que, curiosamente, quando abordado, demonstra a riqueza de seus escritos diante do seu tempo.

Para citar um breve exemplo, no igualmente notável trabalho *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*, do historiador Hilário Franco Júnior, há apenas duas breves menções aos goliardos: a primeira ocorre logo no capítulo um, ao comentar a expansão da Idade Média central em que são brevemente citados como “movimentos de errantes”, ao lado de marginais e aventureiros; e a segunda no capítulo seis, no qual são apresentados como exemplo da literatura latina erudita e anti-eclesiástica, e um parágrafo é dedicado a este movimento, e nada mais!

A mesma sina parece se desenvolver com outros autores ao abordar este tema: O medievalista e crítico literário Paul Zumthor, autor da obra *A Letra e a Voz*, um dos mais notáveis trabalhos já realizados referentes às poesias orais e escritas situadas ao longo de toda a Idade Média, cita o termo “goliardos” em seu livro somente quatro vezes (ZUMTHOR, 2018, p. 56, 57, 94 e 167). Um caso ainda mais peculiar está na obra de Christopher de Hamel, *Manuscritos Notáveis*, que dedica um capítulo inteiro para o manuscrito Carmina Burana, a principal fonte conhecida atualmente dos escritos deste movimento. No entanto, o autor ainda assim usou o termo “goliardo” apenas uma vez em toda a sua análise, anuviando novamente estes “vagantes errantes” (HAMEL, 2017, p. 7). Até mesmo a musicalização apresentada por Carl Orff em 1937 a partir das poesias dos goliardos no Carmina Burana parece ter sido abraçada por este “feitiço”: Certamente todos reconhecem os tambores ressonantes de *Fortuna Imperatrix Mundi*, inspirado em sua poesia mais famosa. No entanto, mesmo no ambiente acadêmico, poucos sabem que estas músicas dizem respeito ao irreverente movimento de meados do século XII, ou ouviram falar dos “goliardos”.

¹ Para ser mais preciso, foram doze páginas na sua edição em língua portuguesa com a editora José Olympio.

Os goliardos ainda se encontram debaixo de um obscurantismo, e estudá-los de maneira devida demanda demonstrá-los pela existência das sátiras em suas estruturas poéticas, o espírito transgressor eclesiástico e a apatia existente durante as crises dos séculos XI-XIII e o aquecimento demográfico e urbano. Em certa medida, nos lembramos que o homem é fruto de seu tempo. O objetivo deste artigo é apresentá-los como, de fato, foram: Intelectuais, divertidos, urbanos, ácidos, poetas, reflexivos sobre a brevidade da vida, alguns da elite e outros pobres, rejeitados por grande parte da estrutura social/religiosa, mas (por que não dizer?) medievais inseridos em seu tempo.

Além disso, podemos entender que não se trata somente de uma observação retórica, mas que interfere diretamente na interpretação historiográfica sobre a Idade Média Central e a Baixa Idade Média. Mesmo se não nos aprofundarmos na interpretação pejorativa da Idade Média como “A Idade das Trevas”² (BASCHET, 2006, p. 25-26) cunhada pelo poeta humanista Petrarca (FRANCO, 2009, p. 11), a própria periodização do Renascimento estabelece uma conceituação que ignora os goliardos. A historiografia que considera o *Trecento*, *Quattrocento* e *Cinquecento* desconsidera, por exemplo, que já haviam movimentos que nasceram junto às universidades, ainda no início do aquecimento urbano, que com as suas poesias rompiam com o pensamento submisso aos reis e sistemas religiosos da época em favor de uma vida boêmia e menções costumeiras aos deuses pagãos até mesmo em meados do século XI (Ibid., p. 12). Os goliardos parecem destinados à marginalização de uma historiografia mais aprofundada, e, por consequência, ao obscurantismo da historiografia tradicional. Curiosamente, este

² Que, creio eu, já foi suficientemente contra-argumentada por historiadores de maneira muito mais categórica do que eu poderia aqui fazer, a exemplo da introdução escrita por Jérôme Baschet em *A civilização feudal – Do ano mil à colonização da América*.³ Como o poema 196 do Carmina Burana, citado no início do capítulo.

movimento foi relegado a um obscurantismo que não lhes traz o devido juízo.

Por todas estas questões é que o presente estudo se propõe, antes de tudo, a valorizar os goliardos no século XII — o século que apresenta o nascimento das universidades que, por sua vez, está relacionado às cidades e às suas transformações. Os intelectuais, como defende o historiador norte americano Charles Haskins (HASKINS, 2015, s/p), são a consequência deste novo momento. Jacques Le Goff resume que o intelectual como um produto das cidades (LE GOFF, 2003, p. 30). De forma mais abrangente, o mundo da Idade Média Central (naturalmente dentro dos limites do Ocidente europeu) estava em uma crescente transformação, apesar de ainda se encontrar bastante absorvido pelos conceitos eclesiásticos constantemente reiterados não somente na Igreja, mas em todas as principais estruturas que compunham as aldeias e os campos. O contexto do renascimento intelectual se desenvolve com uma certa dualidade entre o conceito da cristandade e, como afirma Charles H. Haskins, “a Idade Média foi a grande época do predomínio dos professores” (HASKINS, 2015, s/p). As universidades “primeiramente eram os polos de transmissão e conservação de conhecimento” (RIBAS, 2015, p. 10), e estudar sobre o balanço de autoridade que pendulou nos ambientes acadêmicos entre a Igreja e os conteúdos transgressores criados pelos intelectuais também cobram de nós um questionamento sobre a compreensão da liberdade que os goliardos desfrutaram, enquanto intelectuais, para o desenvolvimento dos seus poemas, assim como ressalta a linha que separava a liberdade acadêmica do ensino da heresia.

Desta linha de tensão emergem os resquícios do pensamento moderno mais afiados, e é dessa tendência humanista não apagada que observamos os poemas goliárdicos. No manuscrito *Carmina Burana*, principal objeto desse estudo, observamos referências que traduzem a admiração goliárdica para os poemas antigos, além de um certo risco admitido por eles ao fazer menções perigosas diante de uma sociedade cristã. As suas mais de 350 poesias contidas no

manuscrito incluem os deuses maiores, como Baco³ (FRANCO, 2009, p. 74-75) e Vênus⁴ (Ibid., p. 67), e também os deuses menores, como Zéfiro⁵ (Ibid, p. 46-47) e o Eros⁶ (Ibid., p. 52-53). Além disso, as grandes epopeias também se fazem presentes, com o maior destaque aos nomes lendários da guerra de Troia, como os de Helena⁷ (Ibid., p. 100-101) e Páris⁸ (Ibid., p. 52-53), o casal envolvido pelo amor proibido que desencadeou a guerra de Troia, e Hécuba⁹ (Ibid., p. 42-43), a rainha da cidade destruída e esposa do rei Príamo.

Jacques Le Goff, por outro lado, observa que “mais significativa ainda é a conversão de algumas ordens monásticas (premonstratenses, cistercienses) ao ensino universitário, pela fundação de colégios para os noviços de suas ordens nas cidades universitárias desde o século XIII” (LE GOFF, 2003, p. 9), por exemplo. Desta forma, ao menos em seu início, mantiveram sua autonomia, mas em breve seria controlada pela poderosa instituição eclesiástica ou os poderes laicos. Podemos compreender, neste sentido, que os goliardos, enquanto intelectuais nascidos do ambiente universitário, possuam em seus poemas um teor tão ácido com relação às instituições, e sejam, portanto, um reflexo tão ativo do tempo em que se encontravam. Neste sentido, os poemas goliárdicos são um exemplo do pensamento questionador na Idade Média Central porque nasceram em uma sociedade de debates enquanto integrantes de universidades que lutavam para sobreviver, quer fosse enfrentando os poderes eclesiásticos ou os poderes leigos.

³ Como o poema 196 do Carmina Burana, citado no início do capítulo.

⁴ Vênus pode ser vista no poema 191, “Estuans Interius”, do Carmina Burana.

⁵ Presente no poema 138 do Carmina Burana, “Veris leta facies”. Este poema, aliás, é repleto de citações, como Febo, epíteto de Apolo, e Filomena, filha de Pandião, rei de Atenas.

⁶ Presente no poema 87, “Amor volat undique”, e 143, “Ecce gratum”..

⁷ Presente no poema 77 do Carmina Burana, “Blanziflor et Helena”.

⁸ Também presente no poema 143, “Ecce gratum”.

⁹ Presente no poema 16 do Carmina Burana, “Fortune Plango Vulnera”..

Se, por um lado, a Igreja se via diante da necessidade de reestruturação e purificação eclesial; por outro, ela detinha o poder da maior das estruturas coercitivas presentes no ocidente europeu. Le Goff explica: “Nesse mundo feudal, penso que nada de importante se passa sem que seja relacionado a Deus. [...] O regime feudal e a Igreja eram de tal forma ligados que não era possível destruir um sem pelo menos abalar o outro” (LE GOFF, 2006, p. 62-63). O excomungado se torna, por consequência, um pária da sociedade, um inimigo da Igreja que, na verdade, era toda a comunidade; alguém que estava além da estrutura e dos valores comuns (BASCHET, 2006, p. 180). Em grande medida, esse temor da ira que os esperava no porvir foi o motivo da angústia observada em algumas poesias dos goliardos, em fins do movimento e ou no fim da vida dos poetas errantes.

É neste mesmo contexto que são encontrados versos goliárdicos de um poema contido no manuscrito *Carmina Burana* chamado “*Ewangelium*” (HAMMEL, 2017, p. 373). Christopher de Hammel observa que, em uma primeira leitura, o observador desatento observará apenas que o goliardo fala sobre a dispensação das bênçãos de Deus por parte do Papa e de seus cardeais mediante a concessão de “*Marcos*”. Somado ao fato de que o próprio manuscrito do *Carmina Burana* em que o poema está inserido se assemelha a um breviário - um livro de orações, o poema contém 31 citações autênticas da Bíblia (Ibid., p. 374) de diversos livros, como Jó, Salmos, Sofonias, Atos, Jeremias ou Deuteronômio; o que, em certa medida, nos relembra que os goliardos eram intelectuais com acesso e um notável conhecimento das Escrituras.

Em uma observação simples o leitor entenderá que o termo “*marcos*” refere-se ao apóstolo de Jesus Cristo e a sua mensagem, fundamentado no segundo evangelho do Novo Testamento. No entanto, um olhar mais atento para a malícia dos seus poetas perceberia que o nome do evangelista se refere, na verdade, a um trocadilho para os “*marcos de prata*”, ou seja, ao acúmulo de dinheiro, com a intenção de estabelecer uma crítica à instituição

eclesiástica e à cobrança gananciosa de moedas dos seus fiéis para obter os favores de Deus, ignorando que “o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males” (1Tm 6, 10).

Para isso, uma grande transformação secular que acompanha o surgimento das cidades acontece ainda no século XI, quando o papa Gregório VII institui a chamada “reforma gregoriana”. Um passo das reformas nesta direção foi o controle sobre o clero secular e a revalorização de seu caráter pastoral, instituindo-lhes um patamar semelhante ao que possuíam os bispos e cônegos sobretudo nas paróquias rurais, e cobrando-lhes um conhecimento e postura dignas do cargo que ocupavam. Conforme explica Alessandra Marcelino, estas reformas com os cleros seculares foram importantes porque contribuíram para o aumento de novos intelectuais (MARCELINO, 2021, p. 20), uma vez que demandava que estes clérigos, agora alinhados, fossem minimamente cultos, ou seja, formados em escolas e capazes de ler e interpretar para atender corretamente às novas demandas eclesiásticas mais exigentes. Esta relação entre o serviço intelectual e a base clerical se revelou um dos requisitos para o serviço universitário. Desta união, surgem dos tipos mais variados de pessoas em uma sociedade que já estava efervescente. Dentre elas, aquelas que não necessariamente estavam comprometidas com o ensino religioso, mas bastante interessadas no questionamento universitário. Inevitavelmente, observamos o contexto universitário para os goliardos.

Por outro lado, a convivência com os estudantes nas próprias cidades era atribulada (RIBAS, 2015, p. 10-11), em certa medida pela tensão já apresentada, mas também por um certo desprezo por parte dos intelectuais a uma vida demasiadamente regrada. É possível pensar que muitos poetas goliardos tenham ingressado nos espaços universitários com expectativas de obter uma ascensão social que, no entanto, não foi obtida. Porém, se não em seu aspecto religioso, a independência temporal das universidades sob o ponto de vista político se deve ao grande prestígio que as universidades traziam por ser um ambiente de intenso fluxo intelectual, e deste espírito

independente os poetas errantes puderam compartilhar. No entanto, dois contrapontos precisam ser feitos:

O primeiro é que, como já abordado, muitos estudantes não possuíam um gênio pacífico, causando uma série de problemas entre os habitantes. O segundo, possivelmente derivado do primeiro, é que no meio universitário, tanto entre estudantes quanto entre professores, há não somente a troca de conhecimento, como também o desenvolvimento de uma cultura pagã, ousada, que valoriza o reprovável como uma forma de diversão. Grupos estranhos em muitos sentidos diferentes, mal vistos em um setor da sociedade que, a priori, deveria ser bem visto por se encontrarem entre os intelectuais: Estes são os goliardos. Intelectuais, irreverentes e inconvenientes. Essa é a definição realizada por Hilário Franco Jr no apêndice de sua obra *Idade Média: Nascimento do Ocidente*:

Goliardos: termo derivado de um líder fictício, Golias (na etimologia simbólica ligado à “gula” e ao Diabo), para designar estudantes pobres e clérigos errantes que na Idade Média Central criticavam a sociedade estabelecida. (FRANCO, 2001, p. 183)

Os goliardos são, antes de tudo, um grupo subversivo. Originários do século XII¹¹ (MARCELINO, 2021, p. 17), eram em geral estudantes, clérigos intelectuais, que viveram principalmente nas universidades, em regiões da atual Itália e França entre os séculos XII e XIII, e que normalmente escreviam os seus poemas em latim (Ibid., p. 7 e 12). Devido ao conteúdo ácido de suas poesias que as tornavam perigosas, a maioria desses poetas eram anônimos que surgiram em meio ao florescimento da cultura laica e letrada. Como explica Jacques Le Goff,

¹¹ Para sermos justos, sátiras clericais são encontradas, pelo menos, desde o século VI contra setores do clero que agiam de forma contraditória ao que era proposto em seus ofícios. Um exemplo pode ser visto na regra de São Bento no século VI, que menciona um grupo de monges também vagantes e glutões. No entanto, por obter vestígios ainda mais raros e não se encontrar dentro do recorte temporal proposto para este estudo, tal observação será resumida a esta breve observação..

de origem urbana, camponesa ou até nobre, antes de tudo são errantes, representantes típicos de uma época em que o desenvolvimento demográfico, o despertar do comércio, a construção das cidades levam as estruturas feudais à implosão, lançando nas estradas e reunindo em suas encruzilhadas, que são as cidades, deslocados, audaciosos e infelizes. Os goliardos são o produto dessa mobilidade social característica do século XII. (LE GOFF, 2003, p. 48)

É a este grupo emergente que chamamos de “goliardos”, ou *clerici vagi* (clérigos vagantes) ou apenas “vagantes”. Confrontadores das mazelas de seu tempo, desprezavam, no entanto, os grandes cavaleiros e suas imponentes armaduras e espadas. Defendiam com sarcasmo, em suas canções regadas a vinho, que os cleros lhes sobrepunham em tudo, pois estes sim é que sabem como viver. Sua principal arma, além do seu próprio estilo de vida que era, por si mesmo, suficientemente confrontador aos olhos acostumados ao modo refinado de se comportar, era a língua. Tomados de ironias e críticas ácidas, os goliardos questionam o século em que viveram. Como define Villena, os goliardos são “la primera ruptura evidente del orden social que los muestra la Edad Media” (RIBAS, 2015, p. 20).

As suas críticas se referem à Santa Igreja, ao clero, aos cavaleiros, à busca por uma vida exageradamente santa, à hipocrisia daqueles que os criticavam, e a quem mais lhes opusesse. Para tanto, se expressavam das formas mais incomuns e até mesmo escandalosas possíveis, em canções animadas que descrevem o ato sexual de dois jovens em um quarto¹³ (FRANCO, 2009, p. 88-89), que diziam que no Grande Dia os anjos defenderiam os bebedores diante de Deus¹⁴ (Ibid., p. 119), que todos são bem vindos nas tabernas (exceto os avarentos, que são os que não estivessem dispostos a pagar bebidas àqueles que não tivessem dinheiro)¹⁵ (Ibid., p. 126-127), além de todas as canções exaltando Baco e mesmo Vênus, divindades romanas do vinho e do amor, respectivamente, em uma

¹³ Carmina Burana, 183. *Si Puer cum Puellula* (“Se um rapaz com uma menina”).

¹⁴ Carmina Burana, 177. *Confessio* (“Confissão”).

¹⁵ Carmina Burana, 219. *De Vagorum Ordine* (“Sobre a Ordem dos Vagantes”).

clara alegoria para poderem elogiar as bebidas e os prazeres carnavais dentro das tabernas, constantemente incentivados pelas letras e desaprovados pela maioria da sociedade.

Por fim, cabe ainda uma consideração sobre os goliardos e o surgimento do movimento universitário. Todas estas dinâmicas despertaram o interesse para as sátiras dos poetas vagantes, o nosso principal movimento em questão. Também desta maneira os goliardos são evidência de pensamento questionador na Idade Média. É necessário, portanto, que nos afastemos do pensamento típico e apático de uma Idade Média estática que subitamente metamorfoseou-se do feudalismo para a descoberta do Novo Mundo com as suas grandes embarcações; e observarmos que este momento de busca por uma transição intelectual já se estruturava com considerável solidez entre os séculos XI e XIII, com o aumento do tamanho das cidades, das trocas comerciais, e os diversos conflitos intelectuais e doutrinários. Desta forma, seremos capazes de enxergar os vestígios de uma realidade dinâmica e densa, e o desenvolvimento intelectual da paixão pelo antigo, as pinturas, as esculturas e o princípio das ciências naturais.

Analisar os goliardos dentro desse contexto de universitários, críticos e poetas é confirmar em diversos aspectos como a Idade Média Central esteve distante do pensamento normalmente atribuído de estática e alienação religiosas, ou de que o pensamento crítico foi oriundo apenas do século XV, como uma “concessão” gentil feita pelos mais generosos professores de História, e abrindo então a porta para a ascensão da mentalidade renascentista. Como defende Umberto Eco, “a Idade Média é a época em que os goliardos celebram a alegria de viver e é, acima de tudo, a época da luz”¹⁶ (MARCELINO, 2021, p. 11). Para além disso, rompem a visão costumeiramente apresentada como mais aprofundada de que o início do novo milênio

¹⁶ ECO, Umberto. *Idade Média: Bárbaros, Cristãos e Mulçumanos*. p. 10. In MARCELINO, Alessandra do A. P. *CARMINA BURANA: Os goliardos e suas críticas contra o sistema social e clerical, por meio da música e da poesia nos séculos XII e XIII*. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021, p. 11.

trouxe o renascimento urbano e comercial, mas relegou apenas ao século XV o renascimento comercial e artístico.

Vencidos pelas censuras que se sobrepuseram aos prazeres imediatos que costumavam pregar, enfim os goliardos desapareceram por volta do século XIII (Ibid., p. 7). Certamente um dos principais motivos para que enfrentassem as adversidades da Roda da Fortuna a que tanto temeram foi o crescente número de restrições (RIBAS, 2015, p. 28) que gradualmente receberam devido ao ácido teor dos seus poemas e as críticas abertas contra as ordens religiosas. No início, os goliardos foram ignorados, e sua postura vista como inconsequência pertinente à juventude e movimentações estudantis (MARCELINO, 2021, p. 46). Com o tempo, entretanto, as suas poesias irreverentes começaram também a ser a causa para o enxugamento da reputação que lhes sustentava enquanto intelectuais, e o caráter satírico dos poemas gradualmente atraiu as censuras da Igreja. A sorte dos goliardos — ou a Fortuna, estaria agora determinada a derrubá-los a partir do acúmulo de reprovações e censuras por parte da Igreja, da própria sociedade e — por que não? — até mesmo por suas próprias consciências. A Roda da Fortuna, que outrora lhes trouxe a ascensão, não deixaria de girar evitando-lhes a queda em seu jardim.

Os motivos para a sua extinção certamente podem ser desmembrados de muitas formas, mas o principal fator, capaz de abranger não somente a extinção dos goliardos no final da Idade Média Central, como também o seu apagamento da historiografia, certamente foi o próprio caráter autodestrutivo que o movimento demonstrou ao longo de toda a sua existência. Os seus poemas, cada vez mais ácidos, atacavam eclesiásticos, nobres e camponeses (LE GOFF, 2003, p. 52). Paralelamente, a aparente ausência de habilidade social que os permitisse conviver com os demais grupos das cidades fora dos ambientes festivos fez com que Le Goff assim explique o movimento: “Mais do que revolucionários, os goliardos são anarquistas” (Ibid., p. 53). Após um determinado tempo, a apatia fez com que os goliardos já não se encontrasse em qualquer segmento

social, tornando-se excluídos de uma forma geral. Embora universitários, a reputação causada por seu sarcasmo e a sua rotina tabernária os tornaram desocupados, ociosos, “*clerici vagantes*” em um sentido mais amargo do termo. Isolados, em geral pobres e com poemas ácidos dirigidos a todos os grupos restantes, se tornaram fadados à extinção.

Além disso, havia ainda a limitação social no fato de que muitas de suas poesias eram escritas em latim, tornando-as, desta forma, inacessíveis ao grande público. Junto ao anonimato de muitos desses poetas, era difícil apontar a autoria de cada um dos seus poemas (MARCELINO, 2021, p. 11) e torná-los, assim, devidamente reconhecidos. Além disso, o latim era um idioma cada vez mais em conflito no seu tempo. Não podemos nos esquecer do momento em que nos encontramos, com o princípio dos vestígios renascentistas que, entre as suas facetas, tendiam a valorizar as línguas vernáculas em função do latim, comprimindo cada vez mais o público dos goliardos. Por fim, as poesias escritas em latim funcionaram como uma “faca de dois gumes”, como ressalta Spina: “Como somente os clérigos entendiam latim, foram eles os principais ouvintes dos vagantes. Ora, aquelas canções continham virulentas críticas ao papa e ao *establishment* clerical, e contradiziam a moral e as leis canônicas” (SPINA, 1994, p. 20). Desta forma, dentro do limitado grupo que compreendia os seus poemas, um considerável percentual era representado por seus opositores; assim, a Igreja constantemente lhes aplicou censuras que, com o passar do tempo, tomou-lhes o lugar da liberdade tão saboreada nos seus poemas, junto às reprovações constantes ao seu estilo de vida inconsequente e repleto de desperdícios que se avolumavam às da própria sociedade.

Gradualmente, o medo da morte se aproxima dos goliardos. O desejo expresso pelo Archipoeta no início desse tópico, de morrer na taberna e ser recebido por um coral de Anjos que pedem “que Deus seja indulgente com este bêbado!”, concorda com os versos da *Fortuna Imperatrix Mundi*, por sua vez escrita abaixo do rei que foi esmagado pela Roda da Fortuna enquanto amarga as palavras *sum sine regno*,

“estou sem reino”: *O Fortuna, velud luna, statu variabilis, semp[er] crescis aut decrescis, vita detestabilis* (“Oh, Fortuna, como a lua, sempre mudando; sempre crescendo e decrescendo, vida detestável”).

E a Fortuna, de fato, lhes esgotaria até o fim. Um final dramático conhecido de um poeta goliárdico é o do Archipoeta de Colônia, autor do *Confessio*. O Archipoeta, a despeito da vida desregrada que lhes rendeu tal acusação, ou das campanhas militares do Sacro Império Romano Germânico em favor do imperador que lhe renderam notoriedade antes da vida goliárdica, não encontrou em seu fim uma vida amena de facilidades e entregues ao prazer. O poeta goliardo termina os seus dias em um mosteiro, pobre e enfermo (RIBAS, 2015, p. 21), decerto como consequência do abandono do prestígio que o “Poeta dos poetas” outrora possuiu em seus dias de glória.

Somos tentados, portanto, a repetir a pergunta e nos questionarmos “como um grupo como esse conseguiu sobreviver por tanto tempo?”. Os goliardos, de certa forma, eram um grupo constituído destinado ao fracasso. Talvez tenham conseguido tamanho êxito pela veracidade da afirmação de Georges Minois, de que “o riso do goliardo é o único riso subversivo da Idade Média clássica, pois ele não apenas zomba da ordem social, mas experimenta viver um estilo de vida diferente, sugere outro sistema de valores”¹⁷ (SALDANHA, 2018, p. 130). Preservam, no entanto, uma busca por autenticidade, sinceridade, bom humor e espírito livre, dentro de um milênio que, talvez por não conhecê-los, foi erroneamente atribuído como “noite dos mil anos”.

Por fim, convém ressaltar que todos esses motivos contribuíram, em certa medida, para o apagamento dos goliardos; pois, cada qual em sua maneira, censuraram a documentação que

¹⁷ MINOIS, Georges. História do riso e do escárnio. Editora Unesp. São Paulo: 2003, p. 130. In: SALDANHA, Mayara Ramos. *O pensamento goliárdico em Carmina Burana*. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH- Rio: História e Parcerias. Rio de Janeiro, 2018, p. 130.

hoje temos sobre os seus escritos. Mas é desta forma magnífica que Spina se expressa quanto à Carmina Burana e aos goliardos:

Carmina Burana não deveria pertencer ao limbo da literatura, e seus autores não deveriam ser considerados uma espécie de poetas amadores ou moleques das letras. (...), aqueles poetas anônimos foram pioneiros na história da arte, verdadeiros parteiros da poesia lírica. Sua obra pertence tanto à literatura religiosa quanto à profana; é ao mesmo tempo o último suspiro da poesia latina clássica e um dos primeiros balbucios da poesia chamada moderna. Além disso, essa obra constitui a certidão de nascimento da poesia em língua vernácula, 'oficialmente' iniciada por Dante, Chaucer e outras grandes figuras." (SPINA, 1994, p. 18)

Esta tarefa do resgate dos goliardos e do manuscrito Carmina Burana, no entanto, convém a nós realizar.

Referências

- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. São Paulo: Globo, 2006, 578p.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: O Nascimento do Ocidente**. 2ed. São Paulo:Brasiliense, 2001.
- FRANCO, João José de Melo. "**Carmina Burana**". **Canções de Beuern**. Ed. Ibis Libris; 2ed.2009.
- HAMEL, Christopher de. **Manuscritos Notáveis**. Tradução – Paulo Geiger. 1ed. São Paulo:Ed. Companhia das Letras, 2017. p. 359-407.
- HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Balneário Camboriú, SC:Livraria Danúbio Editora, 2015.
- LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. 6ed. Editora Civilização Brasileira. 2006. 128p.
- LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais da Idade Média**. 10ed. Editora José Olympio. 2003.254p.

- MARCELINO, Alessandra do Amaral Pereira. **Carmina Burana: Os goliardos e suas críticas contra o sistema social e clerical, por meio da música e da poesia nos séculos XII e XIII**. Universidade Federal da Fronteira Sul – Curso de História, Trabalho de Conclusão de Curso, SC. 2021.
- RIBAS, Helena M. **A Vida por Detrás das Palavras**. “A lírica tabernária dos goliardos presente no Carmina Burana – Séculos XI-XIII”. 2015. 58 p.
- RIBAS, Helena M. **Entre Vícios e Virtudes**. “A Sátira dos Goliardos Medievais – Séculos XI a XIII”. Curitiba, PR, 2018. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
- SALDANHA, Mayara Ramos. **O pensamento goliárdico em Carmina Burana**. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias. Rio de Janeiro, 2018.
- SPINA, Segismundo. **Carmina Burana: Canções de Beuern**. Traduzido por Maurice vanWoensel. Ed. bilíngue, latim-português. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“A LANÇA EM TEU PEITO, COMPRA-A SE NÃO QUERES RECEBER O GOLPE”: VINGANÇA E COMPOSIÇÃO NOS RELATOS DE MILAGRES AO SUL DO LOIRE (SÉCULOS XI e XII)

Leandro Ribeiro Brito*

Considerações Iniciais

O presente ensaio visa analisar alguns pontos acerca do sistema de vinganças e seu funcionamento na região da Aquitânia durante os séculos XI e XII. Sabendo que o local foi onde se difundiu as assembleias de paz, tradicionalmente chamadas de Paz e Trégua de Deus, é preciso estabelecer um rápido panorama, dentro do possível, de alguns aspectos sociais anteriores ao recorte do espaço/tempo supracitado.

Assembleias de Paz, Vingança e Relatos de Milagres

No final do século X,¹ movimentos de paz ocorreram na Aquitânia. Essa paz se expandiu por toda a Gália e atingiu regiões

* Doutorando em História Social pelo PPGH-UFF. Orientadora: Carolina Coelho Fortes.

¹A historiografia discorda sobre o início exato da Paz de Deus. Por muito tempo, Charroux em 989, teria sido a primeira. Porém, há indícios de assembleias anteriores. Em artigo intitulado *La Paix de Dieu dans le Midi France au Siecle XII* Damien Carraz afirma que entre 975 e o primeiro decênio do século XI, a paz de Deus tocou de início a Aquitânia em um sentido mais amplo. No artigo, há uma referência a diocese de Le Puy como uma das regiões onde se jurou a paz pela primeira vez. Independentemente do ano exato, o consenso é acerca do final do século X na região da Aquitânia. Para maiores detalhes ver: PERROY, Édouard. *A Idade Média: o período da Europa feudal, do islã turco e da Ásia mongólica (séculos XI-XIII)*. São Paulo, 1974; CARRAZ, Damien. *A Paz de Deus no Midi da França no Século XII*. História Revista, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 67–103, 2014. DOI:

mais ao Norte durante os séculos XI e XII² (DUBY, 1989, p. 37-38). Parte da historiografia viu (e talvez ainda veja) nesse processo uma comprovação do enfraquecimento das autoridades³ (PERROY, 1974, p. 10-11; BERNARDO, 1995, s/p.). Sob tal óptica, o esmaecimento dos poderes atuantes teria resultado em constantes conflitos, ocasionando um ambiente de anarquia. A ideia de “anarquia feudal” já foi desacreditada, mas ainda se debate sobre os significados e as funções das assembleias de paz. Afinal, era um fenômeno fundante de novos tempos ou uma herança das *placita*⁴ (WICKHAM, 2019, s/p.) do período carolíngio?

A visão legada pela documentação, e que parte da historiografia reproduziu, ilustra um período repleto de indisciplina, descontrole e assaltos constantes de uma aristocracia laica que espoliava constantemente os domínios eclesiásticos, levando terror à Cristandade. Portanto, ainda nessa visão, as assembleias de paz tinham o objetivo de garantir a segurança através dos juramentos prestados por toda a comunidade reunida sob o manto da sacralidade e diante das relíquias do santo local. Grande parte das narrativas dessas assembleias chegaram até nós através

10.5216/hr.v19i1.23577. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/23577>. Acesso em 17/01/2023.

² De acordo com Georges Duby: [...] o movimento, enfim, nasceu efetivamente no sul da Gália, na Aquitânia e na região de Narbonne; progrediu para o norte pelo vale do Ródano e do Saona e, em 1033, chegou às fronteiras setentrionais do reino da França [...] vemo-lo ganhar uma primeira amplitude até as imediações do ano mil, em toda a Aquitânia; foi em 1023-1025 que ele penetrou na Borgonha, de onde logo se difundiu para a França do Norte.”.

³ Para Édouard Perroy, é na Aquitânia “onde a decomposição política talvez fosse a mais adiantada”. Para o autor, o enfraquecimento da monarquia (ou sua total ausência) seria o motivo pelos quais os bispos tomariam a frente na condução da sociedade. De acordo com João Bernardo, a região já estava num processo intenso de expansão das vassalidades quando os francos a conquistaram. Assim, após a derrocada Carolíngia, a fragmentação seguiu a tendência já esboçada anteriormente..

⁴ Eram assembleias de âmbito local que tinha como um dos objetivos a administração por parte do império das diversas regiões sob o domínio franco. Para maiores detalhes ver: WICKHAM, Chris.

dos relatos de milagres de santos. Nestes relatos, além das descrições das reuniões de juramento, há a possibilidade de observar certos elementos do cotidiano daqueles locais. Através do discurso dos *liber miraculorum*⁵ é possível analisar, dentre outras coisas, como parte do sistema de vinganças funcionava. “Os relatos de vidas de santos têm sim relação com um sistema de valores normativos” (TEIXEIRA, 2013, p. 2000). Além disso, “esse tipo de literatura desfrutou de uma popularidade particular entre os séculos X e XIII, especialmente na área correspondente a França e Bélgica atualmente” (BULL, 1999, p. 9).

A documentação escrita por parte do clero, que relata sobre essas assembleias, parece ter afetado a historiografia que viu nas narrativas os “horrores do ano mil” e uma comprovação dos intermináveis ciclos de vingança promovidos pelos senhores numa espiral de violência desenfreada.⁶ Esta imagem quase hobbesiana do sistema feudal ainda pode ser lida em certos trabalhos. Afinal, as *faidas* tinham a capacidade de durar tantos anos que o motivo que as desencadeou caía no esquecimento, apesar do ódio entre as parentelas se manter de forma intensa por décadas⁷ (BLOCH, 2016, p. 139).

⁵ Os relatos de milagres fazem parte do gênero hagiográfico. As hagiografias misturam o maravilhoso com o real como forma de construção de uma verdade. Nesse regime de verdade, se verifica um sistema de valores.

⁶ Um conhecido estudo de Pierre Bonassie para a região da Catalunha aborda o espiral da violência a partir da “mutação do ano mil” e de como o “sangue começou a correr” a com a mudança nas forças produtivas. Ver: BONNASSIE, Pierre – *Cataluña mil años atrás (siglos X-XI)*. Barcelona: Península, 1978. Para a historiadora Cecília Devia, essa visão aborda a violência como um fator de transição. Cf. DEVIA, Cecília. *Aproximaciones historiográficas a la violencia em la Edad Media*. Medievalista, 18, 2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/medievalista/1109>. Acessado em 08/01/2023.

⁷ Marc Bloch usa um exemplo presente em Raul Glaber para analisar uma disputa na região da Borgonha que durou décadas: “O sangue, dessa forma, chamando o sangue, intermináveis querelas, nascidas de causas frequentemente fúteis, lançavam as casas inimigas umas contra as outras. No século XI, uma disputa entre duas casas nobres da Borgonha, iniciada em um dia de vindima, prolongou-se por cerca de trinta anos.” Cf. BLOCH, Marc.

Porém, as guerras feudais e as vinganças não implodiam o sistema, pois elas faziam parte dele. As assembleias de paz não eram, também, antif feudais ou uma tentativa, naquele momento, dos poderes eclesiásticos assumirem a vanguarda da sociedade.⁸ São processos inseridos na própria lógica feudal. Ou seja, os conflitos não produziam violências descontroladas entre a aristocracia. Pelo contrário, as regras do sistema de vinganças têm a capacidade de estabelecer um certo controle nas comunidades.

A palavra 'vingança' remete, muitas vezes, à um ato violento e reativo, concatenado com a cobrança de algo que, aparentemente, foi feito por alguém. Concerne numa resposta após uma injúria proferida em algum momento anterior da ação vingativa. A Idade Média como o período das vinganças inesgotáveis em busca da honra que precisava ser recuperada permeou o imaginário das pessoas (e ainda permeia) por muito tempo. Afinal de contas, até o santo se vinga. Porém, o santo também busca a possibilidade de um acordo com seu alvo em potencial desde que haja arrependimento por parte do castigado. Arrependimento, geralmente, seguido de peregrinação ao santuário onde está guardada a relíquia do santo ou santa. Estamos diante de uma composição. A composição é uma chave de leitura para o entendimento das relações existentes num sistema de vinganças e auxilia na percepção do interesse, entre as partes envolvidas, na resolução do assunto sem derramamento excessivo de sangue. Inclusive, algumas vinganças se realizam sem violência.⁹

O sistema de vinganças funciona, também, para a própria reprodução do *status quo*. Um conflito social, como é o sistema de vinganças, nem sempre visa alterar uma ordem vigente e sim

⁸ Afinal, eram embates no interior da aristocracia e o clero, fazendo parte dos exploradores utilizavam, aqui, os instrumentos que lhes fosse acessível.

⁹ É o caso da vingança realizada por homens da Igreja. Muitas destas incluem interdições, como a excomunhão. Porém, quem recebia tal punição poderia enxergar o ato como uma violência. Logo, é preciso compreender que existem noções de violência distintas: uma noção atual e a contemporânea ao período da pesquisa aqui proposta. Estas diferenças serão apontadas no tópico Quadro Conceitual e Metodológico.

colaborar com a sua própria manutenção (CADARSO, 2001). Além disso, a descrição da aristocracia espoliadora, muitas vezes, ia além do que era sua prática de fato. Na busca pela proteção de seu próprio patrimônio, o clero caracteriza certas práticas dos cavaleiros de forma mais ou menos exacerbada.

A partir dos exemplos utilizados nas narrativas dessas coleções, é possível notar que a violência laica denunciada pelo clero é punida pela santidade. Porém, a punição pode ser revertida através do arrependimento e do perdão. Ou seja, o desejo é que as partes se entendam. Marc Bloch (2016, p. 141) cita um velho dito anglo-saxão que diz “a lança em teu peito, compra-a se não queres receber o golpe”. Nosso viés de interpretação busca exatamente essa noção. A seguir, veremos como é possível detectar o estímulo à composição na documentação.

Vingança e Composição: Exemplos na Documentação

Susanna A. Throop situa a vingança numa ordem coordenada. Sendo uma “reação a um evento anterior (real ou imaginário), a vingança sempre foi inserida num contexto cronológico. Um ato de vingança nunca foi o início da história, sempre se seguiu a pelo menos outro evento” (THROOP, 2011, p. 13). A Sociologia do Conflito e a Antropologia da Vingança contribuem nos estudos do fenômeno. Conflito social é melhor entendido se nos atentarmos aos seguintes aspectos: não se trata apenas de movimentos de massa e pode partir de um ato individual que visa uma oposição; o conflito pode estimular a mudança, mas também a permanência e ser utilizado como promotor da manutenção de um *status quo* (LORENZO, 2001). De acordo com o verbete *Venganza*, no dicionário de Antropologia, a vingança deve ser entendida como uma “instituição de resolução de conflitos não apenas de forma agressiva, mas contendo elementos de controle social deliberado” (BARFIELD, 2000, p. 666).

A documentação utilizada para essa análise inicial são três relatos de milagres: os Milagres de Nossa Senhora de Rocamadour,

os Milagres de Santa Fé de Conques e os Milagres de São Privato de Mende.¹⁰ Rocamadour era um centro de peregrinação situado no caminho para Compostela para quem vinha da região da Gália. O *miracula* em questão foi escrito por volta de 1172 e 1173 (BULL, 1999). Os relatos de São Privato foram compostos, provavelmente, na primeira metade do século XI por um autor anônimo (BRUNEL, 1912). Os acontecimentos ocorrem na região de Mende. Os milagres de Santa Fé foram elaborados, principalmente, por Bernardo de Angers entre 1013 e 1020. Posteriormente, os continuadores seguiram elaborando até 1050 (FLORI, 2013, p. 117).

Essas obras estão situadas no contexto das assembleias de paz nas regiões ao sul do rio Loire e estão repletos de milagres de vingança¹¹ e “da adoção da violência por parte dos santos, que, no entanto, haviam se tornado santos porque outrora tinham sofrido sem reagir” (FLORI, 2013, p. 113). Vejamos alguns exemplos. O relato dos milagres de Santa Fé fala das atitudes de um certo senhor de castelo chamado Hugo:

Um senhor de castelo chamado Hugo, que vivia próximo de Conques, ordenou que dois de seus servos roubassem o vinho dos monges de *molieres*. [...] (aqui segue uma longa descrição sobre como os servos foram punidos por praticarem esses atos sob a ordem de Hugo. Ambos morreram através da intervenção de Santa Fé).¹² Após receber a notícia da morte de seus dois servos, o senhor Hugo foi pessoalmente terminar seu feito. Na descida de sua fortaleza [...] sua raiva o desequilibrou, suas pernas cambalearam, seus pés escorregaram e ele caiu de lado [...] quebrou duas costelas. Seu corpo

¹⁰ No final do texto há as referências completas da documentação.

¹¹ De acordo com Jean Flori “Bernardo de Angers não foi o único a demonstrar tal intenção, nem o sul da França foi a única região onde os santos precisavam agir para proteger seus domínios da cobiça dos laicos. O autor de *Milagres de Santo Emerano*, em terras do império também mostra o santo como vingador dos monges e explica: incluiu tais narrativas em seu texto para que servissem de advertência aos invasores das propriedades eclesiásticas (*invasores ecclesiasticarum rerum*), que assim deveriam arrepender-se. Cf. FLORI, Jean. *Op. Cit.*, 2013, p. 117.

¹² Observação própria.

ficou num fosso e depois de resgatado ficou de cama por três meses. Seguindo o conselho de sua fiel esposa, o senhor Hugo foi instado a visitar o sagrado santuário da virgem. Lá ele agradeceu a santa pela melhora e não foi mais rebelde. (SHEINGORN, 1995, p. 61 - 63)

Hugo foi instado pela esposa ao arrependimento, seguido de um pedido de perdão. A sequência cronológica citada anteriormente se encontra presente: injúria e vingança. A injúria foi o roubo efetuado na propriedade da santa. Os servos de Hugo foram castigados com a morte. Hugo, porém, sofreu um castigo físico não letal e teve a oportunidade de estabelecer um acordo com Santa Fé: arrependimento e peregrinação. O equilíbrio foi estabelecido sem a necessidade da morte de Hugo.

Um outro exemplo está no relato de Nossa Senhora de Rocamadour. Aqui, conta-se uma história sobre um homem que desviava os dízimos da igreja do local onde residia.

Um jovem fisicamente saudável e forte que vivia entre os bandos de gascões veio para a igreja da bem aventurada Maria sem ter recebido a penitência e absolvição sacerdotal. Ele entrou na igreja [...] mas a virgem, rainha de todos o reinos, cujo templo o jovem profanou e cujo santuário violou não tolerou tal ofensa e o entregou a satanás. O desgraçado [...] passou a dar gritos enquanto rasgava a si mesmo. Ele trovejava com uma voz clara e estridente tal qual o som de uma trombeta forte. Seus dentes rangiam e havia espuma em sua boca. [...] Os monges do santuário fizeram diligentes indagações sobre o passado desse homem sobre quem o diabo estava exercitando sua força maligna. Foi descoberto que ele sempre desobedeceu aos decretos da Igreja: era um excomungado [...] que costumava reivindicar para si os dízimos de sua localidade e guardá-los consigo. [...] Foi providenciado para que o homem fosse levado de volta para casa, onde ele se reconciliou com seu sacerdote. Os dízimos foram restaurados e tudo devolvido. Finalmente, ele recebeu a penitência de seu padre e absolvido de maneira adequada. Imediatamente, como num instante, o homem doente ficou bom (BULL, 1999, p. 79 - 82).

Podemos notar que os desvios do dízimo realizados em sua terra natal provocaram a ira do clero local e da santa. Ao ser excomungado por seus atos, o personagem desse relato foi “entregue a satanás”. Sua absolvição e “cura” só pôde ser realizada após a penitência estabelecida por “seu padre”. Perdão e redenção. Houve uma vingança pela injúria sofrida e em seguida um acordo, uma composição. Dessa forma, a vingança em si não promoveu um banho de sangue. No exemplo citado acima, o jovem que “vivia entre os bandos de gascões” sobreviveu devido ao seu arrependimento após uma composição. A vingança (ou a possibilidade de vingança), como conflito social, é um mecanismo que mantém o *status quo* e solidifica um sistema calcado na honra.

A vingança advém de uma injúria. Esta injúria pode se relacionar com diversos comportamentos, dentre eles “traição pessoal, um acordo rompido, uma lesão física ou morte”. (THROOP, 2011, p. 12) A “agressão raramente é condenada quando resulta de uma causa justa e quando se desenrola seguindo as regras da vingança conhecidas por todos”. (GAUVARD, 2017, p. 679) Ainda de acordo com Gauvard (2017, p. 683) “um desejo latente de vingança serve então de pano de fundo à violência, e a injúria surge como um pretexto para fazê-la explodir”. Todavia, não gera descontrole ou mergulha a região numa “anarquia”. A possibilidade da vingança conduz a um freio em certas atitudes: “uma sociedade que tolerava a vingança ou que, inclusive, a instigava não obrigaria seus membros a uma certa prudência?” (BARTHÉLHEMY, 2005, p. 150). A vingança não era contraditória ao Cristianismo. Pelo contrário, se conectavam. A noção de justiça cristã, para o período, se confundia com atos vingativos que eram qualificados como justos. Muitos conflitos eram racionalizados dessa maneira. A possibilidade da vingança nem sempre significava violência e a possibilidade de um acordo era, muitas vezes, preferível. “Quando as autoridades eclesiásticas precisavam se vingar diretamente eles mesmos, às vezes o faziam sem recorrer à violência, confiando na vergonha causada por ações tradicionais como a excomunhão e

deposição” (THROOP, 2011, p. 34). Nesse contexto de ameaça, muitas vezes, os poderes eclesiásticos traziam para sua órbita estes acusados de injúria com o intuito de conjugar um acordo. Nos relatos de milagres podemos notar diversos exemplos da santidade que possibilita o perdão através de uma retratação.¹³

A busca por reparação não envolvia, necessariamente, conflitos violentos entre as aristocracias. Muitas vinganças eram feitas de forma indireta. Ou seja, pilhava-se o campesinato dependente do senhor que teria cometido uma ofensa. A opressão contra os camponeses se acentuava em momentos assim. O uso da violência é um instrumento de reprodução destes grupos aristocráticos (GAUVARD, 2005) mas precisamos refletir que um estado de violência não significa, necessariamente, violência cotidiana.¹⁴ Os conflitos feudais e o sistema de vingança nos auxiliam na compreensão destas relações.

Vejamos a análise de Stephen White e Abél López. Abél López em artigo intitulado *Violência, Paz y Justicia em la Edad Media* afirma que “Norbert Elias não tem razão ao atribuir a sociedade medieval uma agressividade descontrolada e, tampouco, Marc Bloch ao supor que a violência era consequência de uma instabilidade emocional” (LÓPEZ, 2017, p. 83). As “manifestações públicas de ira em certas narrações políticas não são, necessariamente, evidências de instabilidade emocional; podem ser sinais que convidam a contenção” (WHITE, 1998, p. 127). Conforme a análise de White, é possível a identificação de mecanismos de controle às agressões dos cavaleiros. Um destes mecanismos é a vingança. Sendo assim, é equivocado falar em ciclos intermináveis de morte como regra. Embora a “violência seja constitutiva da nobreza pois, [...] para ser nobre é necessário ser violento” (GAUVARD, 2005, p. 14), esta

¹³ A ordem geralmente é uma injúria causada seguida de um castigo que pode ou não levar a morte. Quando não ocorre a morte, o castigo pode ser revertido após uma peregrinação ao centro do santo ou santa ou um acordo com os responsáveis por este centro.

¹⁴ Pelo menos, entre a aristocracia.

violência “não é desenfreada” (LÓPEZ, 2017, p. 87). “Num sistema de vingança, a força não está completamente excluída. As coisas se decidem em grande parte em função do poder social dos personagens envolvidos, e certa violência é encorajada, prescrita pela sociedade, ao mesmo tempo em que contida e canalizada” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 76). Para encerrar o presente ensaio, vejamos mais um exemplo na documentação.

Recentemente conheci a história de um jovem lascivo, a qual resolvi adicionar a esse trabalho. Ele estava cavalgando durante o tempo do armazenamento das colheitas na companhia do príncipe Adalberto, que me relatou isso para a memória gloriosa do mártir. Acontece que esse jovem [...] tomou um maço da pilha de uma viúva e que pertencia ao santo para dar ao seu cavalo. Quando a viúva se queixou disso, o bispo e muitos outros o repreenderam para que devolvesse o que havia roubado. Todos avisaram que se ele não fizesse isso a vingança [*uindictam*] do mártir seria realizada. O jovem não deu ouvidos [...] Eis que perto do castelo no apertar do passo um outro jovem que corria ao seu lado acabou batendo em sua perna direita, quebrando-a em pedaços. [...] Ele mereceu. De nenhuma outra maneira poderia se recuperar do ferimento que sofreu até acender uma vela em sua estatura ao santo e repor o que roubou da viúva (BRUNEL, 1912, p. 19-20).

O relato acima é da coletânea de São Privato. Nesse trecho a palavra *uindictam* é citada diretamente. A perna quebrada foi a “vingança do mártir”. O jovem havia “tomado” parte da colheita de uma viúva que seria destinada ao senhor. A injúria provocou a vingança. Porém, uma vingança sem morte. O perdão e, conseqüentemente, sua cura, só foi efetuado a partir do equilíbrio que precisou ser restabelecido. O conflito pode gerar conciliação, pois eles “fazem parte da vida social e os costumes parecem exacerbar esses conflitos, mas ao fazer isso eles também restringem os conflitos que levam a destruição da ordem social mais ampla” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 92).

Considerações Parciais

A partir dos três exemplos é possível estabelecer alguns elementos: o sistema de vinganças não conduz ao caos e o período feudal não foi um momento anárquico. Pelo contrário. As regras da vingança estabelecem padrões de comportamento e sociabilidades que regem as comunidades. Portanto, pressupor que sociedades calcadas na honra estão mergulhadas num estado de “todos contra todos” desconsidera a historicidade dos processos e a inserção de determinados fenômenos no tempo em que ocorreram.

O segundo ponto advém da primeira consideração, pois se as assembleias de paz fossem, de fato, uma resposta do clero ao descontrole promovido pela aristocracia laica, a Paz e a Trégua de Deus teriam sido tentativas de criação de mecanismos de controle social em larga escala. A ideia da Paz de Deus como uma resposta a incapacidade das autoridades na manutenção da ordem precisa ser vista com cuidado, pois tal convicção direciona para certos caminhos que tendem a promover uma leitura equivocada do período. Portanto, os mecanismos de controle estão presentes e a Paz de Deus não foi o resultado de uma anarquia. Pelo contrário, foi um mecanismo de conciliação com o intuito de manutenção de um sistema vigente. No caso, o sistema feudal.

Referências

Documentação

BULL, Marcus. **The miracles of Our Lady of Rocamadour**: analysis and translation. St Edmundsbury Press Ltd, Bury St Edmunds, Suffolk, 1999.

LES MIRACLES DE NOTRE-DAME DE ROC-AMADOUR. Académie des Inscriptions et Belle-Lettres. Paris, 1905.

LES MIRACLES DE SAINT PRIVAT. In: **Collection de Textes**. Publicado por BRUNEL, Clovis. Paris, Librairie Alphonse Picard et

Fils, Libraire des Archives Nationales et de la Société de l'École des Chartes, 1912.

LIBER MIRACULORUM SANCTE FIDIS. Ed. A. Bouillet, Paris, 1897.

The Book of Sainte Foy / translated with an introduction and notes by Pamela Sheingorn; the Song of Sainte Foy translated by Robert L. A. Clark. University of Pennsylvania Press, 1995.

Bibliografia

BARFIELD, Thomas. **Dicionário de Antropología**. México (MX): Siglo XXI, 2000.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII**; Tradução: Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **El Año Mil y la Paz de Dios. La Iglesia y la Sociedad Feudal**. Universidad de Granada, 2005.

BARTHÉLEMY, Dominique, BOUGARD, François, Régine Le Jan (dir), **La vengeance, 400-1200**. Paris-Rome, De Boccard, 2006.

BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV**, 3 vols. Porto: Afrontamento, 1995.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. / Marc Bloch; tradução de Laurent de Saes. – São Paulo: EDIPRO, 2016.

CADARSO, Pedro Luís Lorenzo. **Fundamentos teóricos del conflicto social**. Madrid, Siglo XXI, 2001.

CARRAZ, Damien. A Paz de Deus no Midi da França no Século XII. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 67–103, 2014. DOI: 10.5216/hr.v19i1.23577. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/23577>.

DEVIA, Cecília. **Aproximaciones historiográficas a la violencia em la Edad Media**. *Medievalista*, 18, 2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/medievalista/1109>

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. /G.Duby; tradução: Antônio de Pádua Danesil – São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- FLORI, Jean. **Guerra Santa: Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão** / Jean Flori; tradução: Ivone Benedetti; Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- GAUVARD, Claude. Violência. In: **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**: volume 2/ Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt (Orgs.); tradução coordenada por Hilário Franco Júnior. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LÓPEZ, Abel. **Violencia, paz y justicia en la Edad Media; Violencia, paz y justicia en la Edad Media**. Memoria y Sociedad, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 82–101, 2017.
- LORENZO, Pedro Luis. **Fundamentos teóricos del conflicto social**. Madrid, Siglo XXI, 2001.
- PERROY, Édouard. **A Idade Média: o período da Europa feudal, do islã turco e da Ásia mongólica (séculos XI-XIII)**. São Paulo, 1974.
- TEIXEIRA, Igor S. Literatura, Tempo e Verdade: o Fazer Hagiográfico na Legenda Áurea. In: **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 59, n. 2, dez. 2013. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37039>.
- THROOP, Susanna A. **Crusading as an Act of Vengeance, 1095-1216**. Ashgate, 2011.
- WICKHAM, Chris. **O Legado de Roma: Iluminando a Idade das Trevas, 400-1000**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- WHITE, Stephen. The Politics of Anger. In: **Anger's Past**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

GÊNERO DO PECADO E CONTROLE SOCIAL NO *TRATADO DE CONFISSOM* (PORTUGAL SÉCULO XV)

Tatiana Ribeiro Besada Rodrigues*

Enquadramento da temática

Após IV Concílio Ecumênico de Latrão, realizado no ano de 1215, a Igreja Católica impôs aos cristãos a obrigatoriedade da confissão auricular anual. Para obter o perdão dos pecados seria necessária a revelação dos atos dos fiéis ao padre no confessional, a fim de, através das penitências, promover-se a sua reconciliação com Cristo.

Partindo da premissa de Guy Bechtel (1998, p. 56-57) de que “não há homem [e eu incluiria também as mulheres] sem pecado, nem sequer entre os santos”, proponho-me a abordar algumas das principais expressões da perspectiva de culpabilização e de exame da consciência imposta pela Igreja. Conforme Jean Delumeau (DELUMEAU, 2003, p. 19), “(...) no curso da história cristã, o exame de consciência, de um lado, e a severidade para com o homem e o mundo, de outro, apoiaram-se mutuamente, reforçaram um ao outro.”

Conforme Guy Bechtel (1998, p. 56-57), a representação cristã do Mal é constantemente associada à teoria elaborada do pecado, constituindo o panorama de uma duvidosa salvação e direcionando a sociedade para seus sacramentos, tendo como primeira etapa a penitência ditada por meio de uma confissão. “Somos corrompidos, vivemos mergulhados na corrupção, e é por essa razão que precisamos de fazer constantemente a penitência.” Tenta-se impor, pois, pela tríade pecado-confessional-penitência, um importante

* Mestranda em História Social no PPGH-UFF sob orientação do Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos. Membro integrante do *Translatio Studii*. Bolsista CAPES. E-mail: tatiana.besada@gmail.com.

instrumento de controle da vida dos crentes, estratégia de redução sistemática do cotidiano de suas existências ao crivo da moral cristã e à punição pela contrição e redução de seus corpos às autoridades eclesiásticas.

Assim, como destaca Jean Delumeau (DELUMEAU, 2003, p. 13), “(...) podemos certamente dizer, julgando as coisas a partir da noção de ‘poder’, que a dramatização do pecado e de suas consequências reforçou a autoridade clerical. O confessor tornou-se um personagem insubstituível.” Michel Foucault (2001, p. 223), por sua vez, insiste na natureza das manifestações de poder intrínsecas àquelas determinações. “No interior do sacramento da penitência, ele (o padre) tem de controlar o que se diz, tem de interrogar, tem de impor os marcos do seu saber, da sua experiência e dos seus conhecimentos, tanto morais como teológicos.” Trata-se, efetivamente, com Pierre Bourdieu (1989, p. 7), da manifestação de um poder simbólico, “(...) esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que, por um lado, não querem saber que lhe estão sujeitos e, por outro, que o exercem”.

Buscarei avaliar como, através do ato de se confessar, instituiu-se a dinâmica da confissão caracterizada como um instrumento de controle¹ pelo qual se pretendia devassar a vida dos crentes na máxima diversidade de suas crenças, práticas e comportamentos, reforçando a autoridade eclesiástica e configurando o confessor como um responsável pela punição dos culpados. Jean Delumeau (1991, p. 8), aponta, em sua obra que, ao promover a confissão, o padre determinava o perdão divino e o pecador saía confortado.

Outro aspecto que a pesquisa vem considerando é a *genderização* dos ditames eclesiásticos. Sobre o tema, Carolina Coelho Fortes (2019, p. 8), apoiada na perspectiva de Joan Scott, aponta que um dos

¹ “(...) a confissão auricular assegurou à Igreja e aos seus ministros um sistema de regulação dos comportamentos coletivos pelo qual o confessor não apenas detectava, mas também constituía, mediante severo interrogatório, as faltas do penitente”. MACEDO, José. Artigo: **Os Manuais de Confissão Luso-Castelhanos dos Séculos XIII –XV**. 2007-2010: p. 19.

principais elementos do estudo de gênero é o seu caráter relacional, isto é, de uma abordagem que considera e conjuga as expressões do feminino e do masculino para compreender a organização social da relação entre os sexos. Para Carolina Coelho Fortes (2019, p. 20), trabalhar gênero na Idade Média é também “(...) uma forma de significar as relações de poder, sendo o masculino – ao menos na maioria das fontes eclesásticas – sempre entendido como superior ao feminino.”

Georges Duby há muito destacava, na sua obra *Eva e os padres*, o caráter patriarcal da sociedade medieval que tornava a mulher vítima predominante do controle por parte da Igreja, que lhes impunha padrões e punições de formas diferenciadas dos homens. Para o historiador Georges Duby (2001, p. 201), o perigo era o que restava para as mulheres, pois tudo rodava em torno delas. “A Igreja decidiu subjugar-las. Com esse fim, definiu claramente os pecados de que as mulheres, por sua constituição, tornavam-se culpadas”.

Diante do exposto, o cerne desta pesquisa consiste em identificar, nas determinações contidas no *Tratado de Confissom*, a configuração dos pecados, seus “campos de manifestação” e principais “âmbitos de ocorrência”, visando identificar as iniciativas da Igreja na tentativa de estabelecer o mais amplo controle sobre a vida inteira dos crentes.

O Tratado de Confissom

O *Tratado de Confissom* foi impresso em Chaves em agosto de 1489 e descoberto em 1965, por Tarcísio Trindade, alfarrabista natural de Alcobaça. A edição diplomática foi publicada em 1973 por José Vitorino Pina Martins² e, em 2003, o Tratado foi objeto de uma

² “O único exemplar conhecido do *Tratado de Confissom*, descoberto em 1965 pelo Prof. Pina Martins, foi, de acordo com o colofon, impresso em Chaves em 1489 e é, por falta de uma prova segura em relação à obra anterior, considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa conhecido.” (A obra anterior referida é o *Sacramental*.) MACHADO, J. B. “Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa”. Revista Portuguesa de Humanidades, Lisboa, vol.8, Fasc. 1 e 2, p. 241-249, 2004

edição semidiplomática, na qual foi realizado um estudo sobre seus aspectos históricos e filológicos³ pelo Prof. José Barbosa Machado. O texto possui diversos *castelhanismos* de origem ainda não determinada. Conhecido como um dos primeiros livros impressos portugueses, juntamente com *Sacramental*,⁴ o *Tratado de Confissom* é de autor desconhecido; o único exemplar existente encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, faltando-lhe a página de rosto.

O *Tratado de Confissom* ilustra um modelo de literatura confessional, obra de cariz pastoral, que informa e instrui os confessores com o objetivo de orientar de maneira técnica a confissão e a identificação dos desvios, visando exercer certo controle espiritual sobre o penitente. Leandro Teodoro (2016, p. 27) aponta que “os textos confessionais evoluíram em seu aspecto formal e temático, ampliando o espaço para a reflexão e autoavaliação do penitente contrito.”

Instrumento de controle e coerção social, a confissão, na qualidade de sacramento, passou a oferecer ao próprio indivíduo meios para ampliar seu autoconhecimento e se posicionar diante das situações moralmente condenáveis, contribuindo talvez para a interiorização moral dos princípios cristãos. Os gêneros textuais relacionados ao pecado, por sua vez, revelam-se portadores de aperfeiçoamentos intelectuais em sua forma e em sua estrutura, acompanhando desse modo o longo e inexorável processo de constituição da consciência cristã moderna. (TEODORO, 2016, p. 27)

Com a criação da imprensa de caracteres móveis e a determinação da confissão auricular pelo IV Concílio de Latrão (1215), ocorre uma maior divulgação de livros e manuais como meio de padronizar os ensinamentos verbais das práticas religiosas e

³ Filologia é o estudo da linguagem em fontes históricas escritas, incluindo literatura, história e linguística.

⁴ O *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial

morais.⁵ Segundo Soto Rábanos (2001, p. 412), no século XV ocorreu um grande florescimento dos tratados de confissão na Península Ibérica.⁶ Tais elaborações fortaleceram a disseminação da cultura medieval ibérica favorecendo as pesquisas acadêmicas acerca de diversos elementos característicos da sociedade de fins do medievo.⁷ Conforme Leandro Teodoro (2016, p. 50), é pelos manuais que a Igreja veicula a manutenção das suas regras e sacramentos, tendo como um meio de interrogação e remissão dos pecados a confissão penitencial.⁸

⁵ SOUZA, Eduardo. **A palavra como remissão da alma (Portugal no século XV)** “Na Baixa Idade Média, um forte mecanismo de externalizar verbalmente as dores do mundo, bem como um fecundo meio de aprendizagem, já que por meio da repetição oral das lições prescritivas durante a confissão auricular, o fiel aprendia e naturalizava um determinado conjunto de valores referentes à doutrina cristã” TEODORO, Leandro Alves. **O revigorar do sacramento da Penitência em Portugal**. Topoi (On-line.), revista de história, v. 17, p. 50-65, 2016, p. 604.

⁶ “En el siglo XV asistimos a un gran florecimiento de esta clase de obras en la Península Ibérica”. RÁBANOS, José Maria Soto. **Visión y tratamiento del pecado em los manuales de confesión de la Baja Edad Media Hispana**. Madrid: Hispania Sacra. 2006, p. 412.

⁷ Exemplo de obras utilizadas no artigo de RÁBANOS, José Maria Soto. **Visión y tratamiento del pecado em los manuales de confesión de la Baja Edad Media Hispana**. Madrid: Hispania Sacra. 2006. *Libro de las confesiones de Martín Pérez, Manipulus curatorum de Guido de Monte Roterio, Informatorius simplicium sacerdotum. Anónimo, Tratado de confesión de Juan Martínez de Almazán, Confesión general de André Dias de Escobar, Sacramental de Clemente Sánchez de Vercial, Speculum peccatoris, confessoris et praedicatoris. Anónimo, Libro de confesión de Medina de Pomar, Tratado sobre las confesiones de Alfonso Fernández de Madrigal, Libro de confesión de Bartolomé Talayero, Tractatus de confessione peragenda de Sebastián Ota.*

⁸ “Dessa forma, o contato com o divino dava-se, sobretudo, pela palavra falada, o que parece ter sido intensificado com a institucionalização da confissão auricular; a introdução da língua vernácula dando a conhecer os principais rudimentos da fé católica; a invenção da imprensa e a propagação principalmente de obras de cunho moral e pedagógico; e, por fim, a força da pregação no período, ocupando lugar de destaque, especialmente com uma grande adesão e intensificação das ordens mendicantes no território da Península Ibérica”. SOUZA, Eduardo. **A palavra como remissão da alma (Portugal no século XV)** Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 603 - 623, 2021, p. 619.

O *Tratado* aborda temas sobre os pecados capitais, os sacramentos e os mandamentos.⁹ Trata, ainda, das formas de pecar, utilizando de interrogações aos fiéis e clérigos e questionamentos acerca dos sentidos dos pecados do corpo. Conforme consta no *Tratado de Confissom*, segundo o estudo de José Machado (2012, p. 7), “las tres maneras del pecado: original, mortal y venial, mezclando estas cautelas con penitencias tarifadas por pecados diversos.”¹⁰

Metodologia

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa é de natureza mista, cujos critérios avaliativos partem da quantificação dos tipos de pecado com maior incidência e o tempo das penitências ditas.

Dentro da análise qualitativa, serão observadas as intencionalidades dos discursos¹¹ proferido pelo manual, cujas

⁹ “(...) a vinculação entre os pecados capitais, os sacramentos e, principalmente os mandamentos, fica entrelaçada: violar o mandamento de amar a Deus sobre todas as coisas é pecado de soberba, por exemplo. Essa ação, como nas mais antigas formas de tratar os pecados, é a falta por excelência, e no *Tratado* possui vários “ramos”: a desobediência, a hipocrisia, a vaidade, etc., são os filhos da soberba, representada pela vontade e ação de levantar-se sobre os outros no coração (e não apenas na ação) por obra ou palavra. A avareza aparece como a cobiça, a venda de conselhos aos pobres, a não-assistência aos necessitados. A luxúria é o pecado que mais espaço ocupa na análise do tratadista. A acídia aparece como mais do que falta de vontade, a má-vontade de agir, especialmente em aspectos religiosos. A ira é o rancor, em ação e pensamento. A gula mostra proibições à confraternização com indivíduos de outra religião (os “mouros” e judeus). A inveja é alegria com o mal dos outros e a discórdia.” LOPES, Bárbara. **Os Pecados Capitais No Tratado De Confissom: A Confissão Auricular Na Península Ibérica Do Século XV**. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS-AEDOS, pág.351

¹⁰ MACHADO, José. *Tratado de Confissão* - Anónimo. Vol. I. Edições Vercial. Edição do Kindle, pág.7.

¹¹ “Linhas essa que busca olhar para a materialidade linguística e para a situação comunicativa constitutivas de uma enunciação e de um enunciado concreto, visando a observar as condições de produção, de circulação e de recepção de uma determinada situação comunicativa.”. ANDRADE, Maria. **História e Linguística: Oralidade e Escrita no Discurso Religioso Medieval**. Livro: *Relações de Poder*,

categorias temáticas selecionadas (pecado-penitência-confissão-gênero) servem como meios de observação dos critérios religiosos e normativos em relação ao diálogo elaborado.¹² Está sendo utilizada uma análise mista para a avaliação das manifestações de gênero na fonte, verificando como as iniciativas de controle social estão expressas no enquadramento dos pecados e na imposição de penitências no trato homem/mulher.

Serão utilizados recursos tecnológicos como, por exemplo, o aplicativo *Voyant Tools*, para uma análise textual e uso aplicado da semântica; a utilização de um enquadramento gráfico como demonstrativo da divisão de aspectos que estão mais expostos na fonte no que tange a relação de gênero homem/mulher, os tipos de pecados que mais recaem, os atos que sofrem mais repressão por parte da Igreja e as penitências mais colocadas.

Resultados Esperados

A coleta de informações está sendo realizada através da aplicação de uma análise quantitativa e de análise textual do documento, de forma sistemática, avaliando o tempo, o tipo e o grau de penitência para cada tipo de pecado praticado. O critério avaliativo incide na observação de quais atos cometidos pela aquela sociedade teria um maior peso pela ótica da Igreja e como tais pecados e penitências recaiam dentro da perspectiva de gênero.

Até o momento foi possível constatar que o espaço dado no manual recorre em maior amplitude aos campos relacionados ao pecado da luxúria e à regulação sexual; também pude verificar um

Educação e Cultura: Na Antiguidade e Idade Média - Estudos em Homenagem ao Professor Daniel Valle Ribeiro – I CIEAM – VII CEAM. Organizador: Ruy de Oliveira Andrade Filho. Santana da Paraíba, SP. Ed. Solis: 2005, pág.52.

¹² Sobre o poder da palavra: “era visto como algo efetivo na sociedade medieval, daí a insistência dos compiladores em frequentemente regular os fiéis a partir de um vasto campo semântico de violência verbal pautada nos rudimentos da fé cristã.”. SOUZA, Eduardo. **A palavra como remissão da alma (Portugal no século XV)** Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 603 - 623, 2021, p. 606.

grande espaço dado à regulação da comida e da bebida através das penitências ditadas, que em sua maioria estão relacionadas com as práticas de jejuns. Dependendo do agravante do pecado cometido o tempo de comprimento dessa penitência pode variar, auxiliando a estabelecer quais aspectos do cotidiano eram tidos como atos pecaminosos de maior agravante dentro da comunidade cristã.

Além disso, ao final da minha pesquisa, busco esclarecer pontos que configuravam a articulação da Igreja Católica Medieval com sua sacralidade, introduzindo um modelo de interrogatório que ocasionou uma relação de dependência entre o pecador e os clérigos como “troca” do perdão divino. Viso considerar como a confissão penitencial ofereceu subsídios de recuperação da alma pecadora dando ao confessor autoridade e autonomia no processo de julgamento dos pecados e na reconciliação do penitente com Deus. As elaborações de normas estabelecidas em tratados e manuais de confissão pretendiam promover a padronização dos atos humanos, moldando suas ações.

Proponho, pois, abordar a instrumentalização da confissão como meio de controle social afirmado pela Igreja na Baixa Idade Média Portuguesa, analisando a configuração dos pecados nas suas várias dimensões e a aplicação da penitência como instrumento de sua remissão sob o controle restrito do meio clerical. Busco expor a dinâmica social entre homens e mulheres e as suas diferenciações, considerando o estabelecimento das penitências e os pecados no ato do confessor a fim de caracterizar a ascendência pretendida pela Igreja na sociedade portuguesa de fins da Idade Média.

Referências

Fonte Primária Impressa

MACHADO, José Barbosa. *Tratado de Confissom* - vol. I - Edição Semidiplomática e Estudo Histórico. Braga: APPACDM, 2003.

MACHADO, José Barbosa. *Tratado de Confissom* - vol. II - Edição Atualizada, Glossário e Listagem de Palavras. Braga: APPACDM, 2004.
MARTINS, J. Pina. *Tratado de Confissom*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

Bibliografia Geral

ANDRADE, Maria. História e Linguística: Oralidade e Escrita no Discurso Religioso Medieval. In: ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (ed.). **Relações de Poder, Educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média- Estudos em Homenagem ao Professor Daniel Valle Ribeiro – I CIEAM – VII CEAM**. São Paulo: Solis, 2005.

BESCHTEL, Guy. **A carne, o diabo e o confessor**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Ed Bertrand Brasil.SA 1989.

DELUMEAU, J. **O pecado e o medo. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)**. São Paulo, EDUSC, 2003.

_____. **A confissão e o perdão**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

DUBY, Georges. **Eva e os padres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FORTES, Carolina Coelho. Estudos de gênero, história e a idade média: relações e possibilidades. **Revista Signum**, 2019, vol. 20, n. 1.

LOPES, Bárbara. Os Pecados Capitais No Tratado De Confissom: A Confissão Auricular Na Península Ibérica Do Século XV. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS-AEDOS**. S\D

MACEDO, José Rivair. Os manuais de confissão luso-castelhanos dos séculos XIII-XV, **Revista Aedos**, v. 2, n. 2, 2009.

MACHADO, José. **Tratado de Confissão** - Anónimo. Vol. I. Edições Vercial. Edição do Kindle.

_____. **Tratado de Confissão** - Anónimo. Vol. II. 2012. Edições Vercial. Edição do Kindle.

MACHADO, J. B. “Os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa”. **Revista Portuguesa de Humanidades**, Lisboa, vol.8, Fasc. 1 e 2, p. 241-249, 2004.

RÁBANOS, José Maria Soto. **Visión y tratamiento del pecado em los manuales de confesión de la Baja Edad Media Hispana**. Madrid: Hispania Sacra. 2006.

SOUZA, Eduardo. **A palavra como remissão da alma (Portugal no século XV)** Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 603 - 623, 2021.

TEODORO, Leandro Alves. O revigorar do sacramento da Penitência em Portugal. Topoi (Online.), **revista de história**, v. 17, p. 50 - 65, 2016.

_____. A função moral da memória na prática da confissão penitencial. Dimensões: **Revista de História** da UFES, v. 28, p. 205 - 218, 2012.

QUANDO AS VESTIMENTAS FALAM: CORES, TECIDOS E SÍMBOLOS NA IMAGÉTICA GREGA (VIII-V a.C.)

Vitória de Freitas Machado*

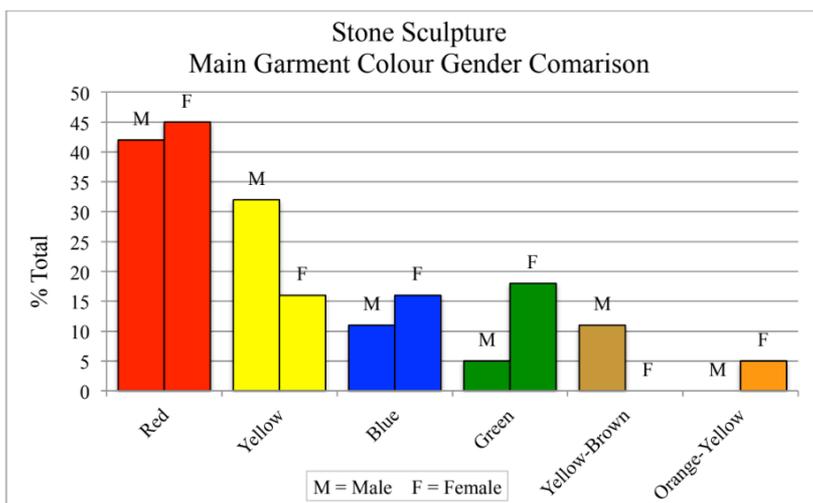
Vestígios nas vestes

O modo de representar traduz parte do imaginário dos envolvidos no processo de representação. Florence Gherchanoc e Valerie Huet¹ destacam que existe intencionalidade na condição humana e esta perpassa a esfera do vestuário, juntamente com os demais elementos que configuram a chamada *roupa total* – representação permeada por símbolos, sensibilidades e, também, sua gama de cores. É nesse sentido que procuramos identificar em nosso repertório a recorrência de imagens gregas com vestimentas policromadas e reconstruções a partir das análises empreendidas por centros de pesquisa em museus na Alemanha, Inglaterra e Grécia.

Como aponta a arqueóloga Charlott Kowalski, existe uma relação íntima e direta entre os estudos de cores e identidade na antiguidade grega, o que possibilitou a pesquisadora desenvolver um levantamento dos pigmentos mais presentes entre os séculos VI ao IV a.C. na estatuária. Considerando a documentação e seus limites, são analisadas 53 esculturas datadas do século VI a.C., 25 datadas do V século a.C. e apenas duas do IV a.C. Assim, Kowalski elabora um gráfico em que compara as principais cores usadas nas vestimentas de acordo com o gênero identificado nas estátuas desta forma:

* Mestrado em História no PPGH-UFF. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima.

¹ GHERCHANOC; HUET, 2012, p. 15.



Comparação entre as cores na roupa principal das esculturas por gênero

Em outras palavras, a pesquisa infere que a cor de vestimenta com mais incidência entre estátuas consideradas masculinas era o vermelho (42%), em seguida o amarelo (32%), azul (11%), marrom-amarelado (11%) e, finalmente, verde (5%). Para as estátuas femininas, o vestuário mais recorrente também se concentrava na cor vermelha (45%), depois verde (18%), azul (16%), amarelo (16%) e marrom-amarelado (5%). Dessa forma, os resultados nos sinalizam que provavelmente havia maior incidência de vestir vermelho tanto para mulheres quanto para homens, enquanto especificamente o verde seria mais usado por mulheres e o amarelo, para homens.

Ainda que haja questões contraditórias e complementares, há evidências de cores preservadas até hoje a olho nu em mármore e outros materiais, dependendo da forma de conservação. Por hora, nos concentramos em tratar especialmente dos casos das estátuas que chamamos de *korai* e *kouroi*, que representavam não indivíduos específicos, mas uma imagem idealizada², configurando dois grupos que representam figuras diferentes. Em geral, *korai* (no singular, *koré*), esculturas de belas e ornamentadas jovens que idealizavam a

² KOWALSKI, 2016, p. 40.

feminilidade, e dos *kouroi* (no singular, *kouros*), representando jovens viris que também idealizavam a masculinidade ateniense³.

Utilizando o conceito de Van Genepp, essas estátuas também podem ser encontradas ocasionalmente como elemento central em meio aos *ritos de passagem*⁴ inevitáveis entre os gregos na antiguidade e entre nós. A morte e, sobretudo, as representações do que chamamos de “pós-morte”, constitui um dos grandes temas que os gregos se debruçam⁵. Pensando na arqueologia das figuras utilizadas em nosso repertório, destacamos o caso de Phrasikleia:

Imagem I - *Phrasikleia Koré*, c. 550-540 a.C. Mármore de Paros (h. 2,115 m), Atenas, Museu Arqueológico Nacional (original, à esquerda), Frankfurt, Museu de Liebieghaus (reconstrução, à direita).



Esta *koré* é especificamente uma estátua funerária, e apresenta um estado de conservação impressionante. Seu nome, *Phrasikleia* significa “a que atrai por seu renome” e em sua base, notamos a inscrição: “Túmulo de Phrasikleia. Para sempre, serei chamada *koré*,

³ BRADLEY, 2009, p. 432.

⁴ VAN GENEPP, 2011.

⁵ ZAIDMAN, 2010, p. 17.

tendo os deuses me atribuído este nome em lugar do casamento”. *Phrasikleia Koré* se apresenta com um *chiton* acinturado, vermelho (originalmente)⁶ e decorado com símbolos delicados entre rosetas e suásticas. Também podemos notar suas faixas com formas geométricas presentes na gola, descendo pelas mangas e também frontalmente, do topo até os pés, que se encontram calçados com sandálias. Em sua cabeça, uma espécie de coroa alta com flores de lótus, acessório que não passa despercebido em seus cabelos ondulados, divididos em três tranças e presos por uma fita. O conceito de *roupa total* pode ser aplicado à *koré* que apresenta juntamente com a veste, uma combinação de brincos, braceletes e um colar ricamente adornado. Na mão direita, ela segura sua saia e com a mão esquerda sobre o peito, traz um botão de flor de lótus, o que pode simbolizar uma metáfora de si mesma. Nota-se a riqueza de detalhes que adorna o vestido da jovem, com cores vibrantes e especialmente o brilho dos metais dourados, que muitas vezes também estão relacionados aos deuses⁷.

Em contextos ritualísticos, por exemplo, há indumentárias específicas tal como as identificadas nos vasos por Neyde Theml (2005, p. 264-265). Chamados *krateriskos*, datados de 430-420 a.C. e provenientes de Brauron, destacamos duas representações nestes vasos que corroboram com a noção de *roupa total*. A primeira seria a das meninas jovens com uma túnica curta chamada *krokotos*, identificadas com cor de açafão (entre o amarelo e o alaranjado)⁸, e sua finalidade pode ser interpretada como a de imitar a pele de uma urso, durante o ritual da *Arkteia* (das Ursas). Já a segunda

⁶ Vale destacar Eleanor Irwin quando nos lembra que em Semonides, VII a.C., autor de Sátira contra as Mulheres, encontramos o termo gota “tingida de açafão”, usualmente interpretada como sangue (IRWIN, 1974, p. 4).

⁷ Existem inúmeras referências na documentação homérica que relacionam metais e um cunho brilhante aos deuses: *H.Hom.* 5: A Afrodite v. 8, 16, 60, 71, 85, 86, 87, 90, 94, 162, 164, 174, 236; *H.Hom.* 6: A Afrodite v. 19; *H. Hom* 3: A Apolo v. 4, 14, 40, 202, 230, 369; *H.Hom.* 8: A Ares v 6, 10.

⁸ Especificamente sobre a veste cor de açafão, ver a nota de número 21, registrada na página 270 desta referência.

representação que destacamos em tais vasos traz a imagem da deusa Ártemis, que aparece com sua roupa de caça, repleta de bordados.

Outro caso do simbolismo das vestes ocorre durante as quadrienais Grandes Panatenéias (MAFRA, 2005, p. 56)⁹, quando um traje novo, especificamente um *péplos*, era oferecido à deusa Athena para vestir sua imagem em madeira de oliveira, um dos elementos relacionados à divindade. Mas para além disso, um detalhe que o historiador Mark Fullerton (2002, p. 93) não hesita em ressaltar é sobre o tecido da vestimenta possuir símbolos que remetem ao tema dos gigantes, a chamada gigantomaquia¹⁰. São casos como esses que nos instigam e direcionam nosso olhar para a análise da complexidade e, principalmente, da intencionalidade das vestes.

Nossa pesquisa sonda, portanto, o uso das cores nas vestimentas (e possíveis reconstruções) da cultura material entre os períodos arcaico e clássico, assim como as combinações e os símbolos presentes na investigação da *roupa total*. No contexto de um mar Mediterrâneo conectado, permeado de navegações costeiras ou de maior distância, expandindo a formação de colônias e o desenvolvimento do comércio naval, nas palavras de Malkin, havia uma *rede descentralizada* em que se buscava a comercialização de alimentos, metais, itens de toalete, entre outros. O autor enfatiza que do mesmo modo que existia todo um investimento especial das populações chamadas gregas de diferentes regiões para se participar dos jogos e de estabelecer seus santuários pan-helênicos, também havia a preocupação de buscar por uma “linguagem visual comum”, muitas vezes expressa através de elementos “semelhantes na arte e

Maiores festivais em honra a deusa Athena, que tem posição considerada “cardinal” no calendário ateniense (MAFRA, 2005, p. 56).⁹

¹⁰ A bela vestimenta incluía cenas que celebravam os olímpicos, especialmente Athena (GHERCHANOC, 2019, p. 17). A mitologia nos conta que a deusa Athena lutou para a derrota dos gigantes, e nesse sentido, o tema da chamada gigantomaquia foi “o motivo mais frequentemente escolhido na escultura arquitetônica grega, do início do período arcaico aos últimos exemplos helenísticos” e se trata de um dos três temas mais recorrentes entre as representações do Pártenon, como destaca Mark Fullerton (2002, p. 81).

arquitetura”¹¹. Dessa forma, podemos inferir que havia também um intercâmbio aquecido de cores e códigos comuns.

Conexões policromadas

Sabendo-se que o uso das vestimentas, especialmente as que eram adornadas em “púrpura, ouro, tinturas, cores brilhantes, listras”¹² e que possuíam grande quantidade de tecidos¹³, tinham relação geralmente com atos públicos, havia intencionalidade em ostentar também através das vestes. Principalmente em determinados ritos, compartilhar seu impacto visual com os espectadores nas apresentações perante a sociedade pode ser facilmente uma necessidade recorrente entre os gregos na antiguidade. Por isso, o conceito das *representações sociais* se aplica à nossa investigação.

Segundo Denise Jodelet, são as necessidades mais elementares que temos no mundo — identificar, dominar, resolver problemas — que geram a própria necessidade de criar representações¹⁴. Nessa perspectiva, a autora conceitua *representações sociais* de modo que “elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais”¹⁵. São como sistemas de interpretação que orientam as comunicações em sociedade.

As vestimentas ocupam um espaço significativo nesta esfera informacional. Notamos como a materialidade da veste se relaciona

¹¹ MALKIN, 2011, p. 63.

¹² Gherchanoc (2019, p. 13) elenca especificamente esses elementos por sua capacidade de construir beleza e luxo em meio às cenas de rituais.

¹³ A quantidade de tecido tinha relação direta com um mais elevado *status*, em outras palavras, o grau de prestígio seria notoriamente maior para o “usuário que se apresentava com os braços completamente cobertos, e envolvidos fartamente no drapejado” (SOUZA PEDROSO, 2017, p. 26).

¹⁴ JODELET, 2014, p. 47.

¹⁵ JODELET, 2014, p. 53.

com o corpo, e como essas representações comunicam noções de gênero, função social, ambiente, entre outras. A forma como os gregos criaram e disseminaram representações sobre as cores nas vestimentas e como aparecem na documentação textual e iconográfica, reforçam imaginários comuns entre as conexões criadas pelo Mediterrâneo. Ademais, quais seriam os tipos de agência que teriam as cores das vestes sobre os espectadores? E quando combinadas a elementos especiais, tanto geométricos como figuras bordadas? Nota-se que tratamos de uma relação dialógica, entre emissor(es) e receptor/sociedade, sobre uma mesma mensagem.

Peplos Koré, esta escultura em mármore de Paros, hoje se encontra no Museu da Acrópole, em Atenas, data aproximadamente do ano 530 a.C., no período arcaico. O termo grego *koré* (plural: *korai*) faz referência a estátuas de jovens mulheres que demarcam sepulturas ou, geralmente, são ofertas votivas para divindades:

Imagem II - *Peplos Koré*, c. 530 a.C. Mármore de Paros (h. 1,18 m), Atenas, Museu da Acrópole (original, à esquerda, e reconstrução, à direita). Inv:

Ακρ. 679



À esquerda, a estátua *Peplos Koré* em seu original foi encontrada dentro de um poço como parte de renovações após a destruição persa da Acrópole entre 480-479 a.C. Ainda podemos notar os vestígios de policromia – cor total – a olho nu, em seus cabelos e em sua vestimenta, nas áreas escuras por conta da oxidação. À direita, uma de suas reconstruções, compartilhada pelo próprio Museu da Acrópole em sua base de dados online, interpreta alguns indícios de refinamento sobretudo na parte frontal da veste. O próprio nome atribuído à estátua sugere a interpretação de que ela estaria usando um *peplos* como vestimenta. Também existem indícios que provavelmente houvesse broches em seus ombros, e os prováveis pigmentos presentes na estátua variam entre tons de vermelho, verde, entre outros, e provavelmente algum metal. Esta é apenas uma de tantas outras evidências de pigmentos colorizados em estátuas preservadas até hoje.

É possível notar que em *Peplos Koré* existem elementos do formalismo arcaico, porém já com a presença de maior número de detalhes. Configurando uma espécie de equilíbrio que conecta as intensas abstrações características do período geométrico, com doses de mais sentimento nas feições, nos caimentos das vestes, na preocupação da inserção de broches e maior diversidade de pigmentos.

Por meio do estudo das representações sociais, visamos a compreensão do conjunto complexo que compõe a cultura grega. Mapear o conjunto de cores relacionadas às vestimentas e compreender a gama de possibilidades de significados. Alguns ainda permanecem ambíguos de modo que o uso da mesma cor pode ter sentido completamente diferente dependendo da ocasião. No entanto, como Katsaros e Vasiliadis destacam, podemos inferir que:

O vermelho, por exemplo, é identificado com a vida e a ação, e até com a rapidez; depois, ele é identificado com o sangue e a morte violenta. Enquanto isso, outras cores parecem permanecer com o mesmo significado ao longo do seu uso, como o preto, que tem sido

associado ao lamento pelo luto desde a Idade do Bronze do Egeu (KATSAROS; VASILADIS, 2019, p. 690).

Considerações finais

Os gregos não produziam imagens de modo inadvertido. A noção de que os “artefatos” que sobreviveram ao teste do tempo teriam como finalidade apenas a contemplação nos museus soa descontextualizada e equivocada. Mais do que objetos, constituem cultura material com objetivos definidos, sendo para fins votivos, culturais, sociais. Podemos notar que a quantidade e as variações de cores e símbolos para estátuas em ambientes funerários, por exemplo, também estão conectadas a preocupações identitárias mesmo diante da ideia da finitude. Também inferimos a ambiguidade quanto ao significado de alguns pigmentos como o uso do vermelho, em uma espécie de tensão entre o dualismo vida e morte. Se na contemporaneidade, por vezes, a ideia de antiguidade grega policromada tende a ser tida como invisível, são justamente as cores e simbolismos que fornecem um enriquecimento de hipóteses para compreender mais fibras dessa ampla e complexa obra de tecelagem que compõe o imaginário da sociedade grega.

Referências

Documentação imagética

Phrasikleia Koré. Disponível em: <https://www.namuseum.gr/collection/archaiki-periodos/>. Acesso em: 02/03/2023.

Peplos Koré. Disponível em: <https://theacropolismuseum.gr/en/statue-kore-peplos-kore>. Acesso em: 13/06/2022.

Obras gerais

BÉRARD, C. **Iconographie-Iconologie-Iconologique.** Études de Lettres. Fasc. 4, 1983.

- BRADLEY, Mark. **Importance of Colour on Ancient Marble Sculpture**. In: Art History. Vol. 32, nº 3, 2009, p. 427-457.
- BRØNS, Celine. Representation and Realities: fibulas and pins in Greek and Near Eastern iconography. In: **Greek and Roman Textiles and Dress: An Interdisciplinary Anthology**. Oxbow Books, 2014.
- DANTAS, Lucia Ferraz Nogueira de Souza. **Pensando o qualisigno na cor**: a experiência estética da cor como fator determinante na análise da escultura da Grécia antiga à luz da filosofia de Charles s. Peirce. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/31201>> Acesso em: 11/10/2021.
- FULLERTON, Mark D. **Arte Grega**. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Odysseus, 2002.
- GHERCHANOC, Florence; HUET, Valerie. Languages Vestimentaires dans l'Antiquité Grecque et Romaine. In: **Vêtements Antiques: s'habiller, se désabiller dans les mondes anciens**. Arles: Editions Errance. 2012, p. 15-24.
- GHERCHANOC, Florence. Traje de festa, performance (corporal) visual, ostentação e beleza na grécia clássica e helenística. In: LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira; KIBUUKA, Brian Gordon Lutalo (orgs.). **Imagens, Ritos e Vestimentas**, representações do mundo antigo. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.
- GRAND-CLÉMENT, Adeline. As cores na Grécia Antiga. In: LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira; KIBUUKA, Brian Gordon Lutalo (orgs.). **Imagens, Ritos e Vestimentas**, representações do mundo antigo. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.
- _____. **Couleurs et polychromie dans l'Antiquité**, Perspective [En ligne], 1 | 2018, mis en ligne le 31 décembre 2018, consulté le 09 janvier 2021. URL: <http://journals.openedition.org/perspective/9377>, p. 95.
- HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- IRWIN, Eleanor. **Colour Terms in Greek Poetry**. Hakkert: Toronto, 1974.
- JOCKEY, Phillipe. **Le Mythe de la Grèce blanche**: Histoire d'un rêve occidental. Paris: Éditions Belin, 2015.
- JODELET, Denise. Les représentations sociales. In: **Les représentations sociales**: Sous la direction de Denise Jodelet. Paris: Presses Universitaires de France, 5^a tirage, 2014, p. 6-71.
- KATSAROS, Thomas. VASILADIS, Constantinos. Polychromy in Greek Sculpture. In: **Handbook of Greek Sculpture**. (ed.) Olga Palagia. Berlin/Boston: DE GRUYTER, 2019.
- KOWALSKI, Charlotte. **Colour and Identity in Ancient Greece**. Department of Archaeology, University of Sydney: [Honours Thesis], 2016.
- LEFEVRE, François. **História do mundo grego antigo**. Rosemary Costhek Abílio (Trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- MAFRA, Janaína Silveira. Memória e Festa no *Sympósion*, de Xenofonte. In: **Memória & Festa**. Fábio de Souza Lessa e Regina da Cunha Bustamante (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 56-62.
- MALKIN, Irad. **A Small Greek World**: Networks in the Ancient Mediterranean. New York: Oxford University Press, 2011.
- RIBEIRO, Márcia Cristina Lacerda; PORTO, Vagner Carneiro. Sacrifícios entre os gregos antigos: A comunhão com o divino. In: **Um presente para os deuses**: O sacrifício no mundo antigo. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2020, p. 198. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria-Kormikiari/publication/360878143_Um_presente_para_os_deuses_o_sacrificio_no_mundo_antigo/links/628ff297c660ab61f84867ff/Um-presente-para-os-deuses-o-sacrificio-no-mundo-antigo.pdf#page=187> Acesso em: 15/07/2022.
- SACKS, David. **Encyclopedia of the Ancient Greek World**. Facts on File, New York, 2014, p. 86.
- SOUZA PEDROSO, Ana Luiza de. **O Universo da 'Roupa Total' Feminina em Cenas de Despedida de Guerreiro - Pintor de Niobide**

- Na Cerâmica Ática de Figuras Vermelhas (V século a.C.). Ana Luiza de Souza Pedroso; Alexandre Carneiro Cerqueira Lima, orientador. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2129.pdf>> Acesso em 12/07/2022.

THEML, Neyde. As Meninas Ursas: Festa de Integração Social. In: **Memória & Festa**. Fábio de Souza Lessa e Regina da Cunha Bustamante (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-272.

VAN GENEPP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2011.

ZAIDMAN; Louise Bruit. **Os gregos e seus deuses**: Práticas e representações da cidade na época clássica. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

O CRUZAMENTO DE DADOS PARA UMA ANÁLISE DA MOBILIDADE, DAS IDENTIDADES E DOS USOS SOCIAIS DE CONTAS DE VIDRO NA IDADE DO FERRO BRETÃO

Juliane Santos Machado¹

Introdução

A amplitude de fontes arqueológicas da Idade do Ferro oriundas do território bretão apresentam uma notável variabilidade regional que conduziu por muitos anos uma abordagem desconecta entre as mesmas. Enquanto o Sul caracteriza-se pela presença considerável de assentamentos, Yorkshire tem como característica os vestígios funerários de enterramentos com carros, ao passo que *East Anglia* apresenta uma expressiva quantidade de evidências arqueológicas de artigos de metal (SHARPLES, 2010; MOORE, 2012; PEIXOTO, 2018; FOULDS, 2014a). As evidências tornam perceptíveis a inexistência de uma cultura única nesse período no território bretão, visto as consideráveis diferenças em suas práticas regionais (CHAMPION et al. 2001, p. 22).

Para evitar abordagens que desconsiderem conexões regionais, Hill (2012, p. 8; 19) destaca que as comunidades da Idade do Ferro precisam ser analisadas de maneiras distintas e não estáticas: com uma regionalidade bastante marcada e ênfase em pequenas populações cruzadas por extensas redes sociais. Dessa maneira, o autor advoga por uma análise que opere em diferentes escalas de maneira simultânea. Hill (2012, p. 9) chama a atenção para uma “*contradição no cerne de tais agrupamentos*” visto a probabilidade de pessoas serem “*muito locais em seu foco, mas operarem simultaneamente*

¹ Mestranda pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adriene Baron Tacla. Contato: jsmachado@id.uff.br.

em redes sociais muito mais amplas". Compreendendo essas comunidades com uma presença menos acentuada de hierarquias rígidas, o autor pontua a possibilidade dessas sociedades demonstrarem um carácter mais "plano", com ênfase na comunidade e no modo como os recursos poderiam ser administrados de forma comunitária. Desse modo, os estudos sobre a Idade do Ferro na região da Grã-Bretanha buscam seguir uma perspectiva na qual se faz necessária uma atenção as fontes de cultura material e o papel social de suas trocas na criação de identidades supra regionais e estruturas de poder (MOORE, 2007, p. 57).

É a partir desses entendimentos que estudos sobre vestimentas e identidades ganham espaço e escopo para serem desenvolvidos. Sendo esse um período onde há um aumento de artefatos relacionados ao vestuário, Foulds (2014a, p. 75) destaca a necessidade de uma metodologia que contribua para uma análise da vestimenta de maneira que contemple toda a Grã-Bretanha, visto que ao reunir evidências de tecidos, artefatos, representações humanas e fontes clássicas, poder-se-ia compreender as mudanças dinâmicas envolvendo o vestuário durante a Idade do Ferro. Seguindo os novos direcionamentos de pesquisa para as Ilhas Britânicas na Idade do Ferro, objetos como broches, *torcs* e braceletes passaram a ser explorados para além de abordagens tipológicas, considerando esses objetos dentro de suas características regionais, assim como também sendo investigados em uma perspectiva de redes comunitárias e em conjunto com outros artigos que compunham a ornamentação pessoal (ADAMS, 2017). Dentre os objetos da ornamentação pessoal comumente encontrados em diversos contextos arqueológicos e inserido em diferentes regionalidades estão as contas de vidro.

Considerando que tais objetos são encontrados em sua maioria descontextualizados de seu uso, seria possível averiguar as relações identitárias nas quais as contas de vidro estariam inseridas mesmo com um escopo territorial e tradicional tão amplo? Além disso, como se poderia trabalhar a relação de um objeto inerente ao corpo sem

ter a presença do mesmo em boa parte de seus contextos de achados, visto que a aplicabilidade de tradições funerárias de regiões como Yorkshire, por exemplo, não devem ser vistas como uma norma para todo o território bretão? Martin e Weetch (2017, p. 22) consideram que os achados descontextualizados contribuem para abordagens diferentes e na mitigação de vieses sobre esses dados avulsos, visto que os mesmos se tornam intrínsecos à vida cotidiana por suas relações com seu entorno social (FOULDS, 2014a, p. 61; JOY, 2012, p. 16). Para que essas presunções e questionamentos sejam mitigados, faz-se necessária a observação das discussões prévias acerca as contas de vidro, de modo com que o seu histórico de estudos auxilie no direcionamento das questões motrizes.

As contas de vidro da Idade do Ferro Bretã e suas abordagens

Os primeiros estudos sobre esses artefatos concentravam-se em análises tipológicas e científicas, encabeçadas pelos estudos descritivos realizados por antiquaristas ainda no século XIX. Os esforços dos antiquaristas detiveram-se em publicações como a documentação de contas de vidro da Escócia no *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, onde apenas descrições do dono, uma breve descrição da peça e região de onde o mesmo foi obtido. Apesar de não haver uma iniciativa ou interesse profundo sobre esses objetos, esse foi um período importante para a obtenção de contas de vidro por museus (FOULDS, 2014a, p. 96).

Uma atenção dedicada às contas de vidro foi realizada apenas em 1970 através dos estudos realizados por Margaret Guido, que contemplam um panorama desde o final da Idade do Bronze, a Idade do Ferro e até o período romano, sendo esse o primeiro estudo a promover um método sistemático para a catalogação e descrição de contas de vidro (GUIDO, 1979). Sendo esse o resultado de um estudo de cerca de vinte anos, o trabalho de Guido segue uma abordagem tipológica bastante detalhista, onde a autora concebe no cruzamento de dados extensivos uma possibilidade de utilidade

para que arqueólogos pudessem datar contextos de escavação (GUIDO, 1979, p. vi). A autora também sugere que as contas de vidro poderiam auxiliar na indicação de “concentração tribal, no movimento populacional e no contato comercial” tanto no território bretão, quanto para um contexto de contato mais amplo com o continente (GUIDO, 1979, p. 26).

A metodologia de análise de Guido resultou na criação de catorze classes e oito grupos que compunham uma coleção que contemplavam achados da Grã-Bretanha e Irlanda. As classes possuem significado cronológico e espacial, podendo ser utilizadas para a datação de contextos arqueológicos (FOULDS, 2014a, p. 102). As classes dividem-se entre aquelas que a autora considerava como contas de vidro da Idade do Ferro fabricadas no continente, ou cópias britânicas em potencial (Classe 1 a 7), e aquelas fabricadas conforme a estética local (Classes 8 a 14). Essa divisão foi de suma importância para pesquisas posteriores, visto que se tornou um guia bastante específico para a categorização de novos achados de acordo com sua característica estilística, distribuição geográfica e afiliação cultural (FOULDS, 2014a, p. 103).

Outro trabalho importante sobre as contas de vidro foi produzido por Henderson (1991), onde o autor buscou realizar uma análise material dos artigos a fim de determinar padrões de utilização de um mesmo vidro entre várias contas e, conseqüentemente, propor que as contas com composições químicas semelhantes tivessem a mesma origem de local de fabricação (HENDERSON, 1982, p. 4; FOULDS, 2014a, p. 104). Para o autor, a produção de contas de vidro na região da Grã-Bretanha durante a Idade do Ferro fazia parte de um trabalho especializado, visto que esses seriam produtos oriundos de uma matéria-prima específica e/ou de difícil acesso, produzidas através de métodos de processamento especializados para a aquisição de itens com uma padronização de aparência e qualidade (HANDERSON, 1991, p. 105). Conseqüentemente, o autor alude que grandes concentrações de contas de vidro complexas em determinados locais poderiam

indicar regiões mais ricas, enquanto locais com menos de status mais baixos teriam menos achados do tipo (FOULDS, 2014a, p. 105).

Os estudos realizados por Guido e Handerson são indubitavelmente essenciais para as pesquisas acerca as contas de vidro da Idade do Ferro bretã, porém, ambos carregam aspectos a serem questionados. Elizabeth Foulds (2014a; 2017) destaca a abordagem estática sobre o objeto produzida nesses primeiros estudos, que podem conseqüentemente engessar os olhares diante esses objetos. Ao tratar a tipologia de Guido, Foulds (2014a, p. 101) salienta uma recorrente aplicação da mesma como uma verdade absoluta em análises, sem uma abordagem crítica desses objetos consoante os seus contextos. Além disso, ao tecer críticas à certas inconsistências e buracos trabalho de Henderson, é destacável o parecer realizado sobre a generalização de todos os sítios, baseando-se apenas na morfologia, sem considerar as diferenças temporais entre os mesmos (FOULDS, 2014a, p. 106).

O olhar crítico de Foulds sobre a compreensão estática realizada em estudos anteriores sobre as contas de vidro é fruto de sua abordagem de análise que busca pensar esses objetos como atores ativos dentro da comunidade da qual fazem parte (FOULDS, 2014b, 05). Partindo de um enfoque dentro de uma perspectiva do vestuário e da identidade, a autora aborda as contas de vidro dentro de sua materialidade e correlação com as comunidades da Idade do Ferro bretã, assim como esses objetos poderiam representar redes de relações entre diferentes comunidades (FOULDS, 2014a; 2014b, 2017). Dessa forma, a abordagem realizada pela autora corrobora para uma análise mais complexa das dinâmicas comunitárias e individuais na Idade do Ferro, priorizando um movimento de compreensão das identidades de maneiras menos estreitamente categóricas e mais conectada entre indivíduos, muito por conseqüência da natureza de diferentes contextos de achados desses objetos.

Categorias identitárias, no entanto, não deixam de se fazer presentes nas análises das contas de vidro, trabalhando de maneira complementar a perspectiva levantada por Foulds. Através de uma

análise sobre a reutilização de contas de vidro para a produção de novos itens, Jackson e Paynter (2022) consideram como o contexto de oferta limitada do vidro tornavam as contas objetos passíveis de associação a um prestígio social elevado para seus usuários, porém, sem desconsiderar outras camadas como relações de parentescos e costumes regionais. Giles (2008, p. 72) sugere uma associação das contas de vidro às identidades de gênero e idade, tendo como base os enterramentos de Yorkshire para essa hipótese, que para Peixoto (2018, p. 227) complementa-se com a abordagem de Foulds. Para Peixoto, apesar da menor ocorrência de inumações nos demais territórios bretões tornarem o costume de uso das contas de vidro de Yorkshire imprecisa em relação à construção semelhante para as outras regiões:

a presença de elaborados colares com contas azuladas em tumbas continentais femininas oferece uma pista de que talvez essa fosse uma prática (e uma associação) comum a diferentes comunidades da Idade do Ferro europeia (PEIXOTO, 2018, p. 227).

Conclusão: Os possíveis caminhos a serem seguidos

Considerando que a documentação a ser estudada pode ser encontrada em diferentes contextos e regiões, apresenta diferentes características estilísticas entre si e em comparação com contas produzidas em outros materiais, faz-se necessária uma combinação de análises quantitativas e qualitativas para que novas conclusões sejam alcançadas. As análises quantitativas poderão auxiliar a identificação de padrões tanto dos achados, quanto em relação a tipologias, enquanto as análises qualitativas contribuirão para a observação das especificidades de certas peças e evitar certas generalizações que a categorização tipológica pode causar.

Compreendendo inicialmente achados das regiões do sul (sudeste e sudoeste), central (East e West Midlands) e Yorkshire, serão consideradas nessa pesquisa contas encontradas tanto em contexto funerário, quanto as de contexto de deposição, de modo

que tradições de uso possam ser traçadas ou não em conexão entre comunidades. Para tal, é imprescindível a utilização do catálogo produzido por Margaret Guido (1978), que em sua organização tipológica dos achados de contas de vidro na Inglaterra e Escócia, produziu um registro bastante detalhado dos achados até a data de sua publicação. Em conjunto, o estudo realizado por Elizabeth Foulds (2014a; 2017) dá continuidade às análises realizadas por Guido, complementando ao trabalho de análise das contas vidro dentro de uma perspectiva de conectividade entre indivíduos, regiões e objetos.

Além disso, o banco de dados do *Portable Antiquities Scheme* proporciona a observação dos achados de contas de vidro em diferentes contextos e que, por sua dinâmica de contribuição constante entre o público amador e arqueólogos, viabiliza um acervo em constante atualização. Como base inicial para essas análises, podem ser consideradas as 78² contas de vidro publicadas no banco de dados dos *Portable Antiquities Scheme* que, por conta da sua ampla distribuição regional, pode auxiliar a investigação da distribuição desse tipo de produto pelo território na Idade do Ferro. Do banco de dados também podem ser consideradas as contas produzidas em outros materiais, como os de liga de cobre ou jadeíte, visto que a comparação entre as diferentes contas pode contribuir para a compreensão do valor diferenciado ou não das contas de vidro nesse período.

Para a investigação dessas contas em suas especificidades materiais e estilísticas, a abordagem teórico-metodológica de cadeia operatória (*chaîne opératoire*) é fundamental para tal objetivo. A metodologia pode ser definida, de maneira geral, como uma abordagem que busca compreender a segmentação cronológica das ações e processos mentais requeridos na manufatura de um artefato e em sua manutenção no sistema técnico de um grupo pré-histórico (SELLET, 1993: 106). Tendo a origem de seu conceito sido estabelecida por Leroi-Gourhan e a escola francesa, as primeiras

² Número de achados até a data de publicação deste artigo.

discussões avaliavam os processos e escolhas de "construção" por um viés mais técnico, conflitando com a abordagem comportamental da escola americana encabeçada pelo Schiffer (SELLET, 1993: 107). Complementar a sua concepção inicial, a abordagem viabiliza a interdisciplinaridade das análises, possibilitando estudos tanto em esferas físico-materiais, quanto em esferas socioideológicas relacionadas a decisões técnicas para além de uma perspectiva puramente funcionalista, havendo uma:

(...) compreensão de que o modo de fazer qualquer forma de cultura material é informado tanto por considerações tecnológicas quanto culturais significa que a abordagem da cadeia operatória é agora usada para inferir aspectos mais sociais e culturalmente dependentes da cultura material (LEWIS, ARNTZ, 2020: 9).

Para complementar a perspectiva de cadeia operatória, a abordagem de biografia do objeto apresentada por Jody Joy avança para além do processo de produção de um objeto, buscando detectar relações entre pessoas e objetos (JOY, 2009, p. 540). Ao trabalhar com objetos pré-históricos, a abordagem biográfica pode contribuir para a compreensão da vida útil do mesmo, em uma análise de nascimento, vida e morte que promove uma estrutura narrativa integral para a noção de biografia e de analogia de uma vida histórica (JOY, 2009, p. 544). Dessa forma, a análise das contas de vidro dentro dessa perspectiva não apenas irá buscar compreender o seu processo de criação, mas também os possíveis significados atribuídos ao mesmo nas suas relações sociais.

À vista disso, a verificação das possíveis construções identitárias relacionadas à produção e uso das contas de vidro deve ser considerada em um aspecto na qual essa possibilidade seja estudada de modo não-estático, articulado em inúmeras relações sociais que mediam as incumbências internas e externas, pessoais e comunitárias de identidade (DÍAZ-ANDREU; LUCY, 2005; WELLS,

2001). Considerando as identidades como relações e interações sociais negociadas, essa abordagem permite a compreensão de prováveis articulações da identidade em uma rede de relações sociais, tanto para indivíduos, quanto para grupos (DÍAZ-ANDREU; LUCY, 2005, p. 9). Ao pensar as práticas identitárias para a Idade do Ferro, há a necessidade de considerar que essas populações não as concebiam da mesma forma como as mesmas são compreendidas hoje, visto que o que hoje é considerado como identidade era uma instancia incorporada à perspectiva de mundo desses indivíduos, algo com o qual interagem com outros em seu cotidiano (WELLS, 2001, p. 21).

Ademais, Fowler (2012) alude ao modo como elementos da personalidade humana pode estar contidos em um item, trazendo assim um processo de valorização do mundo material através dessa dinâmica. Para o autor, há uma variabilidade cultural no modo com o qual inúmeras qualidades que os indivíduos presumidamente possuem são aplicadas a itens materiais, havendo a necessidade de refletir sobre os valores que tais coisas mundanas possam transmitir acerca de qualidades pessoais. Sendo uma das características da identidade, os estudos sobre a personalidade possibilitam compreender os conceitos do indivíduo e de suas corporificações pessoais através de práticas sociais e culturais (FOWLER, 2012, p. 32). Considerando que as contas de vidro são artigos que compõem a vestimenta de indivíduos na Idade do Ferro bretã, nada mais justo do que estruturar o modo como os mesmos devem ser analisados dentro dessa perspectiva.

Deve-se destacar que a vestimenta é composta não apenas por roupas, mas por tudo aquilo que possa ser considerado dentro de um ato de ornamentação corporal, incluindo-se aqui acessórios (como as contas analisadas) e intervenções físicas. Para Martin e Weetch (2017, p. 19), a vestimenta *“descreve as ações, pensamentos e motivações por trás da modelagem de nossos corpos na visão dos outros e de nós mesmos”*. Com uma relevância crescente desde os anos 2000, o estudo do vestuário na arqueologia é um campo ricamente utilizável

para o entendimento histórico, contribuindo para a compreensão das relações sociais entre o vestuário e os indivíduos.

Para além de uma análise simbólica, a vestimenta também pode ser analisada através um prisma na qual as roupas tem uma relevância social própria, onde as expectativas e experiências possíveis através do uso da roupa possibilitem experiências específicas ao seu portador (MILLER, 2010). Tratando-se de adornos pessoais na Idade do Ferro, White e Beaudry (2009, p. 212) os compreendem que os mesmos podem ser uma evidência "*do ato de inscrever e manipular o corpo*" no processo de construção da identidade a partir do que está disponível materialmente. Complementarmente, Martin e Weetch (2017) salientam que o vestuário está interligado na produção de igualdades e desigualdades, sendo o ato de se vestir constantemente presente na construção de relações de poder na sociedade. Ainda assim a vestimenta é fundamental para a criação, manutenção e contestação de convenções sociais, com significados que surgem a partir de hábitos corporais (MARTIN; WEETCH, 2017, p. 25). Nessa perspectiva, a vestimenta seria uma prática *embodied*, na qual uma dinâmica experimentada através do corpo vestido permite que comportamentos sejam aprendidos e identidades desenvolvidas, estimuladas e barganhada (MARTIN; WEETCH, 2017, p. 28).

Dessarte, pode-se concluir que, a partir das referências e discussões bibliográficas sobre as contas de vidro na Grã-Bretanha, em conjunto com uma metodologia de cruzamento de dados e o aporte teórico apresentado, viabiliza-se a ampliação das análises acerca as construções identitárias em rede durante a Idade do Ferro. Tal abordagem possibilita uma contraposição às análises de tais sociedades como estáticas, contribuindo para a evidenciar dinâmicas sociais mais complexas dessas populações, visto que ao utilizarmos as contas de vidro em uma análise supra regional e em diferentes contextos de achado, possibilita-se uma verificação da variabilidade e das semelhanças de consumo e uso desses objetos.

Referências

- ADAMS, S. 2017. Personal objects and personal identity in the Iron Age: the case of the earliest brooches. In: Martin, T.F. & R. Weetch (eds). **Dress and Society: Contributions from Archaeology**. London: Oxford. 48-68.
- CHAMPION, T.C. et al. Understanding the British Iron Age: An Agenda for Action. **A Report for the Iron Age Research Seminar and the Council of the Prehistoric Society, Salisbury**: Trust for Wessex Archaeology. 2001
- DÍAZ-ANDREU, Margarita et al. **The Archaeology of Identity: approaches to gender, age, status, ethnicity and religion**. Londres: Routledge, 2005.
- FOULDS, E. **Iron Age Glass Beads in Britain: The Social Context**. PhD Thesis: Durham University. 2014a. <http://etheses.dur.ac.uk/10523/>
- _____. "Personal Adornment in Iron Age Britain: the Case of the Missing Glass Beads." **Fingerprinting the Iron Age: Approaches to Identity in the European Iron Age: Integrating South-Eastern Europe into the Debate**, 2014b.
- FOWLER, C. From identity and material culture to personhood and materiality. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M.C. (ed.). **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford: OUP, 2010, p. 352-385.
- GILES, M. Seeing red: the aesthetics of martial objects in the British and Irish Iron Age. In D. Garrow, C. Gosden, & J. Hill (Eds.), **Rethinking Celtic art**. Oxbow Books. 2008.
- _____, GREEN V, PEIXOTO P. Wide connections: women, mobility and power in Iron Age East Yorkshire. In: Halkon P (ed). **The Arras culture of Eastern Yorkshire – Celebrating the Iron Age. Proceedings of 'Arras 200 – Celebrating the Iron Age'**. Oxford: Oxbow Books. 2019. p. 47- 66
- GUIDO, M., 1978. **The Glass Beads of the Prehistoric and Roman Periods in Britain and Ireland**. London: The Society of Antiquaries of London Report no. 35

HENDERSON, J. (1991). Industrial specialisation in late Iron Age Britain and Europe. **The Archaeological Journal**, 148, 104–148. <https://doi.org/10.1080/00665983.1991.11021373>

HILL, J. D. The Pre-Roman Iron Age in Britain and Ireland (ca. 800 B.C. to A.D. 100): An Overview. **Journal of World Prehistory**, Vol. 9, No. 1, 1995. p. 47-98

JACKSON, C.; PAYNTER, S. Baubles, bangles and beads: recycling coloured glasses in the british iron age and roman periods. **Archaeometry**, [S.L.], v. 64, n. 1, p. 150-167, 18 mar. 2022. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/arcm.12767>.

JOY, J. Reinvigorating object biography: reproducing the drama of object lives. **World Archaeology**, v. 41, n. 4, 2009, p. 540 - 556.

LEWIS, Michael; ARNTZ, Monique. The Chaîne Opératoire: Past, Present and Future. **Archaeological Review From Cambridge**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 6-16, set. 2020.

MARTIN, Toby F.; WEETCH, Rosie (ed.). **Dress and Society: contributions from archaeology**. London: Oxbow Books, 2017.

MILLER, D. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOORE, T. 'Life on the edge? exchange, community and identity in the later Iron Age of the Severn-Cotswolds.' *in: The later Iron Age in Britain and beyond*. 2007, Oxford: Oxbow Books, p. 41-61.

_____. BEYOND THE OPPIDA: polyfocal complexes and late iron age societies in southern britain. **Oxford Journal Of Archaeology**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 391-417, 10 out. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0092.2012.00395.x>.

PEIXOTO, P. V. S. **As várias faces da morte: uma análise das diferenças sociais construídas em cemitérios do norte bretão**. 2018. 441 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

REBAY-SALISBURY, K. **The human body in early Iron Age Central Europe: burial practices and images of the Hallstatt world**. London: Routledge, 2016.

SELLET, Frédéric. *Chaine Operatoire; The Concept and Its Applications. Lithic Technology*, [S.L.], v. 18, n. 1-2, p. 106-112, mar. 1993. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01977261.1993.1172>

WELLS, P. S. **Beyond Celts, Germans and Scythians: archaeology and identity in Iron Age Europe.** London: Duckworth, 2001.

WHITE, Carolyn L.; BEAUDRY, Mary C. Artifacts and Personal Identity. **International Handbook Of Historical Archaeology**, [S.L.], p. 209-225, 2009. Springer New York. http://dx.doi.org/10.1007/978-0-387-72071-5_12

IMAGENS DE MOTIVOS VEGETAIS E O COMÉRCIO DE CERÂMICAS DE FIGURAS NEGRAS ENTRE GRÉCIA E ETRÚRIA NO PERÍODO ARCAICO

Ninna Koritzky Falconiere Lopes*

Introdução

As imagens de plantas e elementos florais são relativamente frequentes nas cerâmicas gregas e etruscas de figuras negras, porém, tradicionalmente são ignoradas ou interpretadas como apenas decorativas ou elementos cuja função seria somente preencher espaços. Ao longo deste artigo buscaremos apresentar outra possibilidade interpretativa e demonstrar como esses elementos podem nos ajudar a compreender a produção e trocas das cerâmicas na Etrúria como parte de um processo de emaranhamento cultural (STOCKHAMMER, 2014).

Este artigo apresentará algumas das primeiras observações realizadas a partir do levantamento da documentação imagética para a elaboração da pesquisa da dissertação. Esta documentação consiste em 145 vasos de origem etrusca, encontrados na própria Etrúria e 110 vasos de origem ática, encontrados na cidade de Tarquínia, todos disponíveis na base de dados *Beazley Archive Pottery Database*¹ da Universidade de Oxford.

* Mestranda em História Social no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense do (PPGH/UFF) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), orientada pelo Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira de Lima e vinculada ao Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA-UFF).

¹ Base de dados gratuita e on-line sobre antiguidade da Universidade de Oxford que conta com um extensivo catálogo de cerâmicas antigas de diversas fábricas e origens, disponível no link (<https://www.beazley.ox.ac.uk/>)

O comércio de cerâmicas entre Grécia e Etrúria e emaranhamento cultural

Os etruscos estavam amplamente envolvidos nas redes de contatos e trocas ao redor do Mediterrâneo antigo, seus principais produtos de exportação eram objetos de metal, porém, vários outros objetos etruscos, com um destaque importante para cerâmicas de buchero e ânforas de transporte, foram encontrados em diversas regiões ao redor do mediterrâneo (GRAN-AMERIC, 2013, p. 373). A relação entre a Etrúria e a Grécia era particularmente significativa, o que pode ser atestado pela enorme quantidade de vasos gregos, principalmente coríntios e áticos, encontrados em todo o território etrusco.

As grandiosas tumbas etruscas e os objetos nelas depositados atraem a atenção de estudiosos e colecionadores desde o final do século XVI, quando a aristocracia florentina passa a recorrer a uma suposta ancestralidade etrusca para a construção de uma identidade local, durante um período de oposição ao papado (SHIPLEY, 2019, p. 10-13). Esse interesse cresce ao longo dos séculos seguintes e se expande para um público mais amplo, mas é apenas no século XVIII que as escavações das tumbas etruscas se intensificam.

Devido a valorização toscana da cultura etrusca, acreditou-se inicialmente que as cerâmicas gregas figuradas encontradas na Itália seriam de produção etrusca. Essa ideia perdurou até a segunda metade do século XVIII, quando os achados de cerâmicas em estilo semelhante na região da Magna Grécia e na Sicília, conjuntamente com o avanço das escavações em Atenas, tornaram evidente a origem grega de grande parte das cerâmicas encontradas na Itália (BUNDRICK, 2016, p. 4-5).

A partir daí inicia-se o que Sheramy D. Bundrick (2019, p. 5) chama de “século de atribuições”, durante o qual a maior parte dos estudos sobre as cerâmicas gregas estiveram voltados para sua classificação e atribuição a determinados artesãos ou oficinas. Um dos efeitos deste processo é a concepção das cerâmicas gregas

enquanto obras de arte, no sentido atual do termo. Por conta disso, acreditou-se que estes artefatos possuiriam um valor extremamente elevado e seriam na antiguidade objetos de luxo e prestígio, daí sua deposição nas tumbas principescas ao redor da Etrúria.

Em contraposição, os artefatos de produção etrusca passam por um processo de desvalorização. Vedia Izzet (2007) demonstra que desde o início do século XIX foram construídas comparações entre as artes etrusca e grega, que marcaram a produção etrusca como inferior. Os trabalhos de importantes estudiosos no século XX, como John Beazley e John Boardman, que interpretam as cerâmicas etrusco-coríntias e as cerâmicas etruscas de figuras negras e figuras vermelhas como imitações grosseiras da arte grega, contribuíram significativamente para a perpetuação dessa interpretação.

Ao longo da maior parte do século XX o foco foi mantido prioritariamente na Grécia e a maioria dos estudos se dedicou à identificação dos artesãos, pintores e oficinas, à análise iconográfica de suas imagens, a partir de uma perspectiva grega, e ao registro e catalogação das características dos vasos (Shipley, 2016, p. 2; Bundrick, 2019, p. 7). O local e contexto do achado destes artefatos são quase completamente ignorados e os etruscos são compreendidos como consumidores passivos, sem qualquer influência sob o processo de produção desses artefatos.

A partir da década de 1980, porém, surgem novas abordagens que questionam tais interpretações. Esse é o caso de David Gill e Michael Vickers (GILL; VICKERS. 1995, p. 225-246), autores emblemáticos, ainda que controversos, que fazem uma crítica contundente à ideia da superioridade da cerâmica ática, e de seu caráter enquanto objetos de luxo. Para os autores, a cerâmica teria um papel menor na economia grega e seria depositada nas tumbas etruscas em substituição aos recipientes de metal, mais valiosos.

A partir dos anos 2000, estudos sobre teoria da recepção e a arqueologia pós-colonial afetaram amplamente as pesquisas sobre antiguidade. Irad Malkin (2011) aplica teoria de redes para pensar o Mediterrâneo como sendo interligado por uma série de redes

descentralizadas e não limitadas a determinados grupos étnicos. Essas abordagens despertam interesse em sociedades antes consideradas periféricas e permitem novas perspectivas para pensar as dinâmicas de circulação de objetos, pessoas e ideias através do Mediterrâneo antigo como parte de um panorama transcultural.

O artigo de Robin Osborne *Why Did Athenian Pots Appeal to the Etruscans?* publicado em 2001 é um bom exemplo da mudança de perspectiva presente nestas novas abordagens. Osborne (2001, p. 290) defende que o cerne do interesse etrusco pelas cerâmicas áticas está nas imagens destes vasos, nas histórias ali representadas, que seriam um recurso a ser assimilado pelas diferentes necessidades locais.

O autor apresenta uma análise comparativa entre as iconografias presentes nas cerâmicas importadas de Atenas e aquelas em diversas mídias etruscas – desde cerâmicas de figuras negras e espelhos de bronze, até as pinturas parietais das tumbas. Ele conclui que os artesãos e pintores etruscos por vezes repetiam padrões das imagens gregas nos quais incluíam elementos de sua própria mitologia, se apropriando desta imagética. Osborne defende ainda que, considerando a variação do tipo de iconografia de acordo com tipo o suporte, as diferentes escolhas de representação imagética para diferentes circunstâncias indicam uma percepção ativa da imagem durante o uso destes artefatos. Logo, haveria um interesse direto em determinadas temáticas iconográficas.

Dimitris Paleothodoros (2010, p. 1-11) tem uma visão semelhante. O autor parte de uma análise comparativa sobre as formas e imagens das cerâmicas de figuras negras importadas e produzidas na Etrúria, para defender que as cerâmicas etruscas não teriam o papel de substituir as cerâmicas importadas, por serem mais baratas ou acessíveis, como se acreditava ser o papel das cerâmicas de imitação, mas de complementar esse comércio, fornecendo formatos e iconografias que atendam a demandas específicas locais. Ele sugere que a escolha pelas cerâmicas funerárias, sua forma e iconografia, seria um processo ativo, no qual

as famílias exerceriam sua agência buscando elementos específicos, muitas vezes relacionados diretamente ao morto.

A partir dos exemplos citados, é possível observar que a forma como os etruscos “consumiriam” esses artefatos, seja na relação com a forma, seja na “leitura” da iconografia, está claramente calcada nas questões e cultura locais. Se faz necessário questionar, então, se as demandas por recipientes cerâmicos com determinadas características alterariam apenas a produção etrusca, ou se teriam alguma influência sobre a produção grega.

Segundo Alexandre C. C. Lima, o Istmo de Corinto era uma região extremamente conectada e os pintores dos vasos durante o período arcaico estavam cientes dos temas e estilos que mais agradariam às elites gregas e etruscas a quem seus vasos se destinariam. Os artesãos do Istmo, segundo Lima, exerceriam sua *métis* de modo a tornar seus produtos mais atraentes, por vezes assimilando, filtrando e reelaborando signos “importados” de outras culturas (Lima, p. 148), daí a significava inserção de signos orientalizantes durante o período arcaico.

Sharamy D. Bundrick (2019, p. 11) propõe os artesãos e os consumidores das cerâmicas áticas estariam entrelaçados, em uma relação simbiótica que configuraria todo o processo de exportação destes artefatos. Segundo sua visão, as demandas dos consumidores, mesmo os estrangeiros, teriam uma significativa influência sobre as formas e imagens destes vasos e esse contato seria intermediado pelos comerciantes das cerâmicas, que relatariam quais formas ou iconografias seriam mais atrativas para determinados públicos.

Tom Rasmussen (1985, p. 33-39), por sua vez, demonstra que as formas de alguns vasos produzidos em Atenas foram influenciadas por vasos de cerâmica e bronze etruscos. Tal é o caso dos cântaros carenados ou das ânforas nicosthenicas. É válido ressaltar que essa influência se estende para além das cerâmicas destinadas para a exportação para a Etrúria. Rasmussen aponta que foram encontrados fragmentos das quatro formas de cântaros carenados

apresentadas por ele em várias regiões da ática, o que demonstra que essas cerâmicas, com estilo parecido aos recipientes de bronze exportados pela Etrúria e muito apreciados em Atenas, também seriam consumidas pela população ática.

A partir dessa breve explanação, pudemos observar que o comércio de cerâmicas entre a Grécia e a Etrúria fora bem mais complexo do que se acreditou até o final do século XX, sendo formado por uma intensa rede de artesãos, mercadores e consumidores e marcado pelo contato transcultural, não apenas com a própria Etrúria, mas também com outras sociedades conectadas através do Mediterrâneo antigo. Para melhor compreender esse processo, propomos, uma abordagem que priorize a hibridização cultural.

A teoria de *emaranhamento cultural* proposta por Philipp Stockhammer (2012, p. 43-56) é particularmente interessante para pensar a ideia de hibridização cultural na circulação das cerâmicas entre a Grécia a Etrúria, pois foi desenvolvida para a documentação arqueológica, considerando suas possibilidades e limitações, de modo a ser aplicada a sociedades com pouca ou nenhuma documentação escrita. Tal característica é importante pois, ainda que a Etrúria tenha adotado o alfabeto grego adaptado no VIII século a.C., a maior parte de seus registros escritos se perderam.

Stockhammer parte da ideia de Homi Bhabha de que o hibridismo cultural emerge em espaços liminares, nos quais duas entidades culturais se encontram e se sobrepõem sem que ocorra uma hierarquização estrutural. É válido ressaltar aqui que para Stockhammer, a ideia de entidades culturais separadas é apenas uma ferramenta de pensamento que possibilita a análise, não devendo ser compreendidas como culturas puras ou completamente separadas umas das outras.

A partir da teoria proposta por Stockhammer, podemos analisar tanto as cerâmicas importadas, quanto as produzidas localmente na Etrúria como parte de um fenômeno de emaranhamento cultural, que envolve a criação novas práticas sociais que incorporem os objetos importados (emaranhamento

relacional), bem como a criação de novos objetos, já propriamente emaranhados, compostos por uma combinação entre o familiar e o anteriormente estrangeiro (emaranhamento material).

Será justamente a partir dessa perspectiva que iremos analisar as imagens de plantas e vegetais encontradas nas cerâmicas gregas e etruscas. Compreendemos que as cerâmicas de figuras negras gregas e etruscas são fruto do processo de emaranhamento material, uma vez que o contato entre as duas entidades culturais, marca a produção desses objetos.

Imagens de motivos vegetais nas cerâmicas etruscas e áticas

A partir da compilação dos dados do Beazley Archive, é possível observar que dos 433 vasos de figuras negras de origem etrusca, 145 vasos possuem imagens de plantas ou elementos florais, o que corresponde a cerca de 33% do total. No caso das cerâmicas áticas encontradas em Tarquínia essa proporção é ainda maior, dos 225 vasos, 110 possuem imagens como essas, o que corresponde a cerca de 45%.

Considerando esse resultado, é possível supor que tal iconografia tivesse popularidade na Etrúria. A partir de uma pesquisa superficial, é possível observar que estas imagens também são recorrentes em outros tipos de suporte, como nas pinturas parietais das tumbas etruscas do final do século VI a.C., período compatível com o de produção das cerâmicas áticas e etruscas de figuras negras, ou nos espelhos e jarras de bronze.

Na Tumba dos Touros³, por exemplo, há imagens de plantas em quase todos os frisos. Elas possuem particular relevância na parede dos fundos da antecâmara, havendo dois frisos exclusivamente vegetais.

³ Tradução livre de Tomba dei Tori (PALLOTTINO, 1952. p. 29) e de *Tomb of the Bulls* (O'Donoghue, 2022). Tumba etrusca localizada na Necrópole de Monterozzi a três quilômetros da cidade de Tarquinia. Datada entre 540-520 a.C., é uma das tumbas do grupo *animal gable* (STEINGRÄBER, 2006, p. 91), estilo característico de tumbas etruscas do final do período arcaico, marcado, dentre outros pontos, pela presença de imagens de plantas em cores vivas e frontões com imagens de animais e criaturas fantásticas.

Em conjunto, essas imagens ajudam a criar uma ambiência semelhante a um bosque no interior da tumba (NAGI, 2013, p. 1020). A Tumba dos Touros é um exemplo particularmente interessante, pois a imagem de maior destaque, uma cena de Aquiles emboscando Troilos, teve claramente cerâmicas de figuras negras etruscas como modelo, ainda que com algumas modificações (O'Dognohue, 2022, p. 336 - 337).

Podemos observar um fenômeno semelhante em relação às imagens de plantas nas cerâmicas gregas e etruscas. Quando analisamos as formas como essas imagens aparecem nos vasos, assim como os tipos de plantas que são representados, é possível encontrar algumas diferenças significativas entre as duas fábricas.

Identificamos três formas de posicionamento das imagens de plantas nas cerâmicas analisadas: imagens presentes em frisos separados (neste caso foram contabilizadas os vasos exclusivamente com motivos vegetais); imagens que margeiam uma determinada cena; e imagens inseridas na cena. Dentre os tipos plantas representados nestas imagens identificamos 24 tipos diferentes, alguns dos quais, por vezes, aparecem combinados, como é o caso de arranjos de palmetas com botões de lótus, são eles: árvore(s); arvoredos sem folhas; botão(ões)/ flor(es) de lótus; coroa(s) de ramos; flor(es) não identificável(is); flor(es) frontal(ais); folha(s) de hera; folhas; galho(s) com folhas; guirlanda(s); palmeira(s); palmeta(s); ramo(s) com folha(s) de hera; ramo(s) com folha(s) de hera grande(s); ramos com folha(s) pequena(s); ramos com folha(s) média(s); ramos com folha(s) grande(s); ramo(s) com palmeta(s); romã(s); semente(s); videira(s); videira(s) com uva(s).

No que refere às formas de posicionamento, dentre as cerâmicas áticas, há uma maior proporção de vasos com imagens vegetais em frisos separados que nas demais formas. Cerca de 79% dos vasos áticos possuem esse tipo de iconografia, enquanto 54,5% possuem imagens vegetais margeando as cenas e apenas 39% possuem imagens vegetais inseridas nas cenas em si. Em relação aos vasos etruscos, a situação é um pouco diferente. Vasos com imagens de plantas em frisos separados correspondem a 67,5% do total,

enquanto vasos com imagens de plantas inseridas nas cenas representam cerca de 52,5% e os vasos com imagens vegetais margeando as cenas apenas são cerca de 41% total.

A partir desses dados já é possível perceber algumas pequenas diferenças nas formas de representação dessas imagens. Enquanto nas cerâmicas áticas há uma tendência maior de imagens vegetais separadas das cenas, seja em frisos a parte seja margeando as cenas, nas cerâmicas etruscas há menos variação entre as três formas e há uma tendência maior que a grega de inserção das imagens de plantas nas cenas representadas.

É, porém, nos tipos de plantas representadas que há diferenças mais claras entre as duas fábricas. Como pode ser observado nas tabelas 1, 2 e 3, as cerâmicas etruscas possuem mais diversidade nos tipos de plantas representados em todas as formas de posicionamento no suporte, enquanto nas cerâmicas áticas há o predomínio bastante evidente de determinados tipos de plantas, como as palmetas e as videiras.

Tabela 1 - Quantidade de cerâmicas de figuras negras com imagens de plantas em frisos separados (A)

Fábrica	Tipo de planta	Quantidade
Ática	Palmeta(s)	81
Ática	Flor(es) não identificável(eis)	17
Ática	Folha(s) de hera	13
Ática	Flor(es) de lótus	6
Etrusca	Palmetas	71
Etrusca	Folha(s) de hera	33
Etrusca	Flor(es)de lótus	16
Etrusca	Flor(es) não identificável(eis)	6
Etrusca	Romãs	3
Etrusca	Flor(es) frontal(ais)	2
Etrusca	Guirlanda(s) de folhas de oliveira	1
Etrusca	Semente(s)	1

Fonte: Beazley Archive Pottery Database, disponível no link (<https://www.beazley.ox.ac.uk/>)

Tabela 2 - Quantidade de cerâmicas de figuras negras com imagens de plantas margeando a cena (B)

Fábrica	Tipo de planta	Quantidade
Ática	Palmeta(s)	59
Ática	Flor(es) de lótus	29
Ática	Folha(s) de hera	2
Etrusca	Palmeta(s)	57
Etrusca	Flor(es) de lótus	19
Etrusca	Folha(s) de hera	10
Etrusca	Romã(s)	1
Etrusca	Ramo(s) com folhas	1
Etrusca	Flor(es) frontais	1

Fonte: Beazley Archive Pottery Database, disponível no link (<https://www.beazley.ox.ac.uk/>)

Tabela 3 - Quantidade de cerâmicas de figuras negras com imagens de plantas inseridas na cena (C)

Fábrica	Tipo de planta	Quantidade
Ática	Videira(s)	44
Ática	Coroa de ramos (hera, louro e ramos)	16
Ática	Guirlandas	15
Ática	Árvore(s)	3
Etrusca	Ramo(s) com folhas pequenas	20
Etrusca	Ramo(s) com folha(s) de hera	16
Etrusca	Ramo(s) com folha(s) de hera grande(s)	13
Etrusca	Videira(s)	8
Etrusca	Ramo(s) com folhas médias	6
Etrusca	Árvore(s)	6
Etrusca	Guirlanda(s)	5
Etrusca	Folha(s) de hera (sem ramo)	4
Etrusca	Ramo(s) com folhas grandes	4
Etrusca	Flor(es) de lótus	3
Etrusca	Ramo(s) com palmetas	2
Etrusca	Arvoredo sem folhas	1

Continua

Fábrica	Tipo de planta	Quantidade
Etrusca	Arbusto(s)	1
Etrusca	Palmeta(s)	1

Fonte: Beazley Archive Pottery Database, disponível no link (<https://www.beazley.ox.ac.uk/>)

A partir destes dados, pode-se observar que os pintores das cerâmicas etruscas não se limitavam a copiar os modelos gregos. Mas, ao contrário, exerciam sua agência e criatividade para criar objetos emaranhados, atendendo as demandas locais e representando elementos próprios da cultura etrusca. Este é o caso das imagens de romãs, bastante frequentes no contexto funerário etrusco por remeterem à renovação da vida e ao mito grego de Perséfone (JANNOT, 2009, p. 81).

Em relação as cerâmicas áticas, é interessante observar que os 44 vasos com videiras inseridas nas cenas, todas de contexto dionisíaco, correspondem a 83% dos vasos do tipo C e a 40% do total das cerâmicas áticas encontradas em Tarquínia selecionadas para a nossa documentação. As imagens de coroas, que estão presentes em cerca de 30% dos vasos do tipo C, em sua maioria também estão associadas nessas cerâmicas a imagens de contexto dionisíaco. A frequência desta temática pode nos indicar que imagens dionisíacas seriam populares na Etrúria no período arcaico.

É certo que o consumo do vinho e as práticas de banquete, mesmo que não sigam exatamente o modelo grego, aumentam consideravelmente na Etrúria ao longo dos VII e VI séculos a.C. Bruno D'Agostino (1989, p. 7) sugere que as elites etruscas utilizariam imagens relacionadas ao consumo do vinho como formas de valorização de seu status social, daí a frequente representação de cenas de banquete e *komos* nas tumbas e objetos votivos etruscos. Lucy Shipley (2015, p. 67) demonstra que as cerâmicas para banquetes importadas da Grécia seriam mais difíceis de utilizar e sugere que a perícia no uso dessas cerâmicas seria uma demarcação de status.

Se considerarmos tais ideias, é razoável supor que as imagens dionisiacas também poderiam ser lidas na Etrúria como demarcadoras de status social, uma vez que remetem ao consumo do vinho. Segundo C. Eichberger, M. Sigl & H. Rühfel (2007, p. 120) imagens de folhas de hera também podem estar relacionadas ao dionisismo, pois eram utilizadas durante os festivais dionisiacos. Jannot (2009, p. 81) propõe que a conexão entre as folhas de hera e o dionisismo também seria reconhecida na Etrúria. Outro ponto, segundo a autora, que pode justificar a relativa frequência desta iconografia é seu simbolismo enquanto sempre viva e sua relação com o contexto funerário.

Conclusão

Ao longo deste artigo, pudemos observar que o comércio de cerâmicas entre a Grécia e a Etrúria fora bastante complexo, sendo formado por uma intensa rede de artesãos, mercadores e consumidores e marcado pelo contato transcultural. Uma abordagem que priorize a hibridização cultural, como a ideia emaranhamento cultural, é, portanto, essencial para uma melhor compreensão desse processo.

As imagens de plantas são exemplos interessantes para pensar essa questão, uma vez que podem estar relacionadas, em diferentes graus, com as demandas locais por determinados tipos de iconografia. Até o momento pudemos observar que sua disposição não seria aleatória, havendo padrões e tipos de plantas diferentes para cada forma de posicionamento das imagens na superfície das cerâmicas. Ademais, identificamos diferenças significativas entre as imagens de motivos vegetais dos vasos produzidos na Etrúria e na Grécia, o que ressalta a agência e criatividade etrusca, e reitera a ideia de que a produção etrusca não visaria a criação de recipientes mais baratos, mas atender a determinadas necessidades locais.

Referências

- BUNDRICK, S. D. **Athens, Etruria, and the Many Lives of Greek Figured Pottery**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2019.
- IZZET, V. Greeks Make It, Etruscans Facit: the stigma of plagiarism in the reception of etruscan art. **Etruscan Studies**, V. 10, artigo 18, 2007.
- JANNOT, J. R. The Lotus, Poppy and other Plants in Etruscan Funerary Context. *In*: SWADDLING, J; PERKINS, P. **Etruscan by Definitio: The Cultural, Regional and Personal Identity of the Etruscans**. Londres: The British Museum Press, 2009. p. 81-86.
- MALKIN, IRAD. **A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2011
- NAGY, H. Landscape and Illusionism: Qualities of Etruscan Funerary Wall Painting. *In*: TURFA, J. M. **The Etruscan World**. 1. ed. Londres: Routledge, 2013. cap. 56, p. 1017-1025.
- O'DONOGHUE, E. Defying Death: A New Interpretation of the Tomb of the Bulls, Taquinia. **American Journal of Archaeology**, [s. l.], v. 126, n. 3, p. 331-353, 2022. DOI 10.1086/719532. Disponível em: <https://www.ajaonline.org/toc/1263>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- OSBORN, R. Why Did Athenian Pots Appeal to the Etruscans? **World Archaeology**, Vol. 33, No. 2, Archaeology and Aesthetics, p. 277-295, 2001
- PALEOTHODOROS, D. Etruscan Black-figure in Context. **Bollettino di Archeologia on line**, Roma, Volume speciale, p. 1 - 11, 2010.
- RASMUSSEN, T. Etruscan Shapes in Attic Pottery. **Antike Kunst**. V. 28. p. 33 - 39. Vereinigung der Freunde Antiker Kunst, 1985.
- SHIPLEY, L. **Experiencing Etruscan Pots: Ceramics, Bodies and Images in Etruria**. Oxford: Archaeopress, 2015.
- STOCKHAMMER, P. W. (ed) **Conceptualizing Cultural Hybridization: A Transdisciplinary Approach**. Heidelberg: Springer, 2012.

OS MONASTÉRIOS E O PODER REAL: AS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE AS CASAS MONÁSTICAS E AS COROAS DE PORTUGAL E CASTELA DURANTE O REINADO DE D. AFONSO IV DE PORTUGAL (1325-1357) E DE D. AFONSO XI DE CASTELA (1312-1350)

Carlos Thadeu Freire da Costa*

Durante a Baixa Idade Média, período que vai de meados do século XIII a finais do século XV (c.1250-c.1500), a Europa passou por uma série de transformações que levaram, no geral, a uma sociedade mais urbana, educada (WALEY; DENLEY, 2013, p. 153 - 166) e com uma devoção religiosa popular aguda e mais internalizada (RAPP, 1971, p. 226 - 251; LOGAN, 2013, p. 315 - 325). Em meio a estes desenvolvimentos, um dos mais notáveis foi aquele de um aparato político mais desenvolvido, responsável por arbitrar as relações e conflitos surgidos no seio da sociedade, a que chamamos de Estado (BOBBIO, 2021, p. 44).

Este breve texto, procurará analisar como se deu a relação entre o principal feitor do Estado ao longo da Baixa Idade Média, a Coroa, e os monastérios. De modo a proporcionar uma análise ainda mais profunda, recortaremos esta análise para nos concentrarmos nos reinos ibéricos de Portugal e Castela, durante os reinados de D. Afonso IV (r.1325-1357) e D. Afonso XI (r. 1312-1350). Estes reinados, como vem demonstrando a historiografia, foram etapas fundamentais para a construção do Estado em ambos os países modernos, Portugal (CARVALHO HOMEM, 1994, p. 11-111; VASCONCELOS E SOUSA, 2009, p. 119-167) e Espanha (ARCILLA

* Aluno Doutorando do PPGH – UFF, no setor de História Antiga e Medieval, concentração em História Medieval. Vinculado ao Scriptorium, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos e orientando da Prof^a. Dr^a. Vânia Leite Fróes. Bolsista pela CAPES.

BERNAL, 2008, p. 165 - 191; MANZANO, 2019, p. 561 - 572). Além disso, a época na qual se desenrolaram, o do papado de Avinhão (1307-1377), ficou marcada por numerosos conflitos e relações ricas e diversificadas entre as coroas da Cristandade e a Igreja, quer no âmbito do clero secular, quer no âmbito do clero regular, como vemos no caso de França (VALLÉ, 1987, p. 3 - 15).

Para facilitar nossa exposição, nos concentraremos em dois tipos de documentos jurídicos, aqueles de privilégios concedidos ou confirmados pelo rei, e aqueles de julgamentos entre as casas monásticas, ou seus dependentes, dentro da sociedade feudal, e o rei. Deste modo, buscaremos perceber semelhanças e diferenças nas relações entre coroa e casas monásticas, e na própria formação do Estado e seus agentes, tanto em Portugal, quanto em Castela.

D. Afonso IV e o caso Português

D. Afonso IV, filho de D. Dinis (r.1279-1325), foi um rei português famoso pelos esforços centralizadores, os quais pretendiam, como defendemos já em outros trabalhos, vir em consonância com os interesses e as aspirações de amplos setores da sociedade de seu tempo, em Portugal (COSTA, 2022, p. 225 - 241). Particularmente, estas aspirações estavam interligadas com a ideia de um rei fazedor e garantidor da justiça e da paz, que agisse, como dissemos acima, tal qual um árbitro nas disputas sociais do período e ao qual, todos pudessem recorrer. Esta visão, se devia muito às duas bases do pensamento político do período. A primeira, a teologia política desenvolvida por teólogos altamente treinados nos textos de Aristóteles e da Bíblia que buscavam, na procura do governante ideal, harmonizar o ideal de governo do filósofo grego e do autor do texto sagrado do Cristianismo (SOUZA, 2010, p. 9 - 11). A segunda, a escola dos comentadores, juristas que defendiam que as leis e o direito deveriam se adaptar às realidades políticas correntes, o que significa, no século XIV, que o rei é que deveria

realizar as leis, devido ao seu poder em expansão (HESPANHA, 2009, p. 209 - 220).

De modo a garantir isto, D. Afonso IV buscou estabelecer a si próprio como o ápice do poder político no seu reino e deste modo, buscou controlar minimamente os principais agentes senhoriais dele, o clero e as famílias nobres laicas (VASCONCELOS SOUSA, 2009, p. 119 - 167), sempre com a ajuda de hábeis conselheiros juristas. No que diz respeito ao clero regular, detentor de grandes terras e privilégios, D. Afonso IV buscou uma dupla atuação. Por um lado, o rei procurou agir como um garantidor de que este tivesse as mínimas condições de operação, por outro, analisou minuciosamente seus pretensos direitos a exercer a justiça, tanto criminal quanto civil. Começemos, pelo primeiro ponto.

Conforme é sabido, o rei D. Dinis promulgara, nos anos 1290, uma série de leis de desamortização (PIZARRO, 2012, p. 118 - 122). Estas leis, impediam que os mosteiros pudessem herdar bens e terras de seus integrantes falecidos, devendo estes, serem entregues a pessoas leigas. D. Afonso IV, no entanto, optou por levantar tais restrições, em relação a numerosos mosteiros, como vemos abaixo. Antes da transcrição, é importante sabermos que todas as passagens de fonte foram retiradas das transcrições modernas da chancelaria deste rei, organizadas por A. H. de Oliveira Marques:

Don Affonso pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta uiren faço saber que a abadessa e o convento < do moensteiro> d almoester / mi mostraron hua carta d el Rei Dom Dinis meu padre a que deus perdoe na qual era conteudo que el querendo fazer mercee aa dicta abadessa e conuento desse Moesteiro tinha por bem e mandaua que esse Monsteiro podesse auer todolos herdamentos e [poss]ssões que hi leixassen as donas que em esse Moensteiro entrassen em orden Outrossi alguus herdamentos se lhos alguen leixasse por sas almas. E eu quando fiz cortes em Euora os procuradores que hj ueeron das Cidades e das vilas dos meus Reinos que era gran mengua e gran despovoamento da mha terra d aueren de guaanharen os moesteiros e as egrejas e as ordiijs herdamentos e possissões assi como as auyan e guaanhauan e que mj pedian por

mercee que esto que o non sofresse e que mandasse aguardar a lei que el Rei meu padre sob esto fezera. E eu ueendo que me pedian aguisado mandei e outorguei que essa lei fosse manteuda e aguardada assi em como a meu padre fezera. Pero eu querendo fazer graça e mercee a <e>ssa abadessa e conuento do dicto Moensteiro porque soube que esse Moensteiro era pobre Tenho por bem e mando que as donas que ora hi son ou depois entrarem em esse Monsteiro em ordjn que possan leixar tantos herdamentos de sseus patrimonyos per que esse Monsteiro possa auer mil libras de Renda en cada huu ano. mais ca o que ora há. Em esto non ser facto nenhuu engano nem cousa a que eu depois aa de tornar. E non lhis seian enbargados pola lei dicta que diz que Moensteiros e egrejas e ordijs non possan auer nen guaanhar nenhuua possissões nen herdamentos . E des que o dicto Moensteiro estou ouuer non auer nen guaanhar mais. E pera ser de <esto certo> mando que as possissões que Moensteiro daqui adeante ouuer ou guaanhar per esta maneira que o faça saber aos tabeliões das Terras hu essas. possissões foren e as façan Registrar em seus liuros. Outrossi mando que esta carta seia publicada e registada na audiencia dos tabeliões de Sanctaren. E outrossi que o escriuan do meu Almojarifado dessa uila o Registre no liuro do estado do almojarifado. E mando a essa abadessa ou a outra qualquer que for em esse Moensteiro e a esse conuento que tanto que lhis Alguus herdamentos ficarem per esta guisa dessas donas que foren em esse Moensteiro como dicto e que logo o façan saber ao meu almojarife de Sanctaren e ao meu escriuan pera os escreueren em esse livro E pera o saber. Eu quando esse Moensteiro ouuer acabado a renda das dictas mil libras de que lhis façan graça que esse Moensteiro possa auer E sse assi o non fezeren esta graça non lhis ualha. E as dictas abadessa e conuento tenha essa carta. Dante em toores uedras trijnta dias de mayo. El Rey o mandou per Johan uicente seu clerigo Steuan perez. a ffez. Era M.iijc e Ix. Quatro. Anos. Johan uicente.
(MARQUES, 1991, p. 94-95)

Assim, o rei, valendo-se de suas prerrogativas de ser um rei sobre e sob a lei, ou seja, que deveria defender as leis, mas somente quando estas fossem justas e contribuíssem para a paz e a justiça do reino (KANTOROWICZ, 2016, p. 143 - 164), opta por levantar as

restrições das leis de desamortização, sobre o mosteiro de Almoester. Desta forma, ele busca garantir, aos mosteiros e ao clero, de uma maneira geral, que terá uma atuação régia justa e que não será, pura e simplesmente um perseguidor da Igreja. É verdade que ele busca limitar até quanto de dinheiro pode ser herdado pelas monjas em posses de terras ou outros bens, perfazendo um total de mil libras, mas no entanto, não se apresenta como insensível às suas demandas, reconhecendo, ele próprio, que tratava-se de um mosteiro pobre. O rei seguirá, com o mesmo procedimento, pelo menos em mais um mosteiro, o de Santa Clara de Santarém, como vemos numerosas vezes nas suas chancelarias (MARQUES, 1992, p. 100 -101) e também, fará o mesmo com clérigos individuais e com o bispo de Évora (MARQUES, 1992, p. 256 - 257).

Porém, conforme já dissemos, D. Afonso IV não se limitou conceder ou validar privilégios, àquelas instituições monásticas que considerava que mereciam. Pelo contrário, de modo a tentar aumentar seu poder, D. Afonso IV realizou julgamentos de todos os direitos judiciais, possuídos pelas instituições eclesiásticas, inclusive os mosteiros. A estes julgamentos, chamamos de Chamamento Geral. Tanto grandes quanto pequenos mosteiros foram atingidos, como podemos ver no caso abaixo, do mosteiro de Alcobaça. Este mosteiro, fora fundado pelo rei D. Afonso Henriques (r. 1139-1185), primeiro rei de Portugal, no entanto, não passou incólume por este chamamento geral de seu descendente, D. Afonso IV. No caso em tela, vemos o mosteiro lutar com todas as forças por pelo menos uma jurisdição que estava sendo contestada pelos juizes do rei, em seu chamamento. No entanto, ao que tudo indica, não conseguiu manter tal jurisdição, pois embora tenha apresentado uma carta do próprio D. Afonso Henriques que lhes confirmava tal direito, este foi considerado nulo, por ter sido apresentado após o prazo limite estipulado pela corte. Como vemos abaixo:

(...) foi dada em essa meesmha audiançia perante os dictos meus oujdores da parte do dicto abade e conuento foj mostrado huu preuillégio d El Rejdom Affonso e da Rajnha dona Mafalda as molher

selada do seelo pendente do dicto Rej segundo em el parecia, pelo qual o procurador do dicto Momsteiro dezia que per derecho do dictopriuilegio o dicto Monsteiro deuja d aver as dictas Juridições e pedia que ujssem o dicto fecto e que lho corregessem como achassem que era de derecho assi como era conteudo em hua Rememrança assijnada pelos dictos meus ouujdores do qual o teor tal he (...) E o dicto procurador d El Rej disse que el non consentia em cousa que os dictos ouujdores fizessem nem mandassem e que quer que eles fizessem aalem do que era Julgado. Que o pojinha por agravamento peráámercee d El Rej (Marques, 1992, p. 165 - 166)

O caso é muito interessante, o mosteiro coopera com a justiça régia, busca seguir as normas do jogo, mas no final, ao que parece sai derrotado. É verdade que talvez d. Afonso IV tenha optado por conceder o ganho de causa ao mosteiro, no entanto, se levarmos em conta que o seu reinado é marcado por uma constante busca de definir cada vez melhor os limites e poderes da justiça régia, isto nos parece pouco provável (HOMEM, 1985, p. 294 - 338). A partir de seu reinado, respeitar as leis e os processo jurídico, torna-se cada vez mais fundamental, no reino de Portugal. Além disso, a predisposição do mosteiro de seguir as leis, parece indicar que este também não contestaria, caso o monarca optasse por não lhe conceder a graça. Se optamos por aqui, trazer o caso do mosteiro de Alcobaça, por sua ligação estreita com a monarquia, além de ser fundado por D. Afonso Henriques, foi também lugar de sepultura para muitos reis antecessores de D. Afonso IV, como D. Afonso II, D. Afonso III e sua bisavó, a rainha D. Urraca, este caso também é verdadeiro para muitos outros mosteiros, como aquele de Pombeiro (MARQUES, 1992, p. 146 - 149), no Norte do país, o de Ulveira, (MARQUES, 1992, p. 22 - 25) o de São Martinho de Castro (MARQUES, 1992, p. 55 - 57) dentre outros. Em praticamente todos estes casos, os mosteiros aceitaram a ingerência régia, ao participarem dos julgamentos, mesmo que tenham feito de tudo para provarem seus direitos judiciais neles, aos olhos do direito então vigente.

Munindo-se das teorias teológicas políticas e, sobretudo, das teorias jurídicas dos comentadores então em voga, inclusive a da ideia de que o rei poderia, em nome do bem maior, modificar ou suspender leis vigentes, algo já provado para o caso português medieval (GONÇALVES, 2018, p. 314 - 325), D. Afonso IV buscou exercer algum tipo de controle sobre a Igreja, e particularmente as instituições monásticas, presentes em seu território. Este controle, não buscou ser de tal modo a anular a ação das mesmas, mas sim, de demonstrar que ele, o rei, era o supremo senhor e dirigente político do Estado em construção, e que os mosteiros, uma vez que estavam dentro do seu território, deveriam responder a ele, em nome do bem –maior. Vejamos agora, a situação de Castela.

D. Afonso XI e a situação castelhana

D. Afonso XI, filho de D. Fernando IV (r.1295-1312), neto de D. Sancho IV (r.1284-1295) e bisneto de D. Afonso X (r.1252-1284), foi também um rei bastante preocupado com as questões do poder e de seu desenvolvimento, em seu reino (ARCILLA-BERNAL, 2008, p. 135 - 155). Esta preocupação, tal qual no caso de D. Afonso IV, tinha por bases também a teologia política, basta pensar na tradução feita sob mando deste rei do Regimento de Príncipes de Egídio Romano para o Castelhana (SCHITZ; TREVISAN, 2020, p. 21 - 39) e a influência dos juristas da escola dos comentadores, basta se ver que foi neste reinado, que os reis de Castela passaram a ter, finalmente, o direito assegurado de poderem criar novas leis, a partir do Ordenamento de Alcalá (RECUERO, 2016, p. 642 - 644).

Apesar destas semelhanças notáveis com o caso português, o caso castelhana também apresentou diferenças. Particularmente, no que diz respeito à questão da Igreja e por extensão, das instituições monásticas. Embora a documentação seja composta igualmente por textos de privilégios e de decisões judiciais, seu conteúdo e propósitos, diferem da situação portuguesa. Começemos por analisar o caso dos privilégios. Antes de prosseguirmos, no entanto,

é preciso dizer que muitos dos documentos transcritos abaixo, vieram a lume a partir de artigos de medievalistas espanhóis, que os estudaram e os transcreveram pela primeira vez. A eles, fica nossa gratidão. Em relação ao mosteiro de Santa Clara de Alcozer, podemos ver que o rei confirma a inteireza de seus privilégios, que viam da época de D. Afonso X, como vemos abaixo:

Et agora la abadesa et el convento de las monias del dicho monesterio de Sancta Maria de Alcozer enbiaron nos pedir merçed que toviesemos por bien deles confirmar este privilegio et de ge lo mandar guardar; et nos, el sobre dicho Rey don Alfonso, por les fazer bien et merçed, et por que ellas sean tenudas de rogar a Dios por las almas de los reyes onde nos venimos, et por la nuestra vida et la nuestra salud, que nos dexe Dios bevir et regnar al su serviçio, tenemos lopor bien, et confirmamos ge lo, et mandamos que les vala et les sea guardado em todo, bien et conplida mente, segunt que les valio en tiempo del Rey don Alfonso nuestro visavuelo, que Dios perdone. Et defendemos firme mente que ningunos non sean osados de yr nin de passar contra este nuestro privilegio por lo quebrantar nin menguar en ninguna de las cosas que en el se contiene, so la pena sobre dicha. Et desto les mandamos dar este nuestro privilegio rodado et sellado con nuestro sello de plomo, fecho el privilegio en Madryt, xxv dias de mayo, en era de mille et trescientos et sessenta et siete annos. Et nos, el sobre dicho Rey don Alfonso, regnante en uno con la Reyna donna Maria mi muger, en Castiella, en Toledo, en Leon, en Gallizia, en Sevilla, em Cordova, en Murçia, en Jahen, en Baeça, en Badaioz, en el Algarbe, en Vizcaya et en Molina, otorgamos este privilegio et confirmamos lo.

(PRIETO, 2012, p. 156 -157)

O rei D. Afonso XI, portanto, confirma todos os privilégios do mosteiro, pedindo em troca, apenas a proteção espiritual das irmãs. Ao mesmo tempo, deixa bem claro que quem quer que busque acabar com estes privilégios, terá de enfrentar a justiça régia. Logo, o rei se estabelece como um garantidor das situações religiosas monásticas, entendendo que isto seria para o bem maior do reino. A mesma situação, de proteção das instituições monásticas, se repete

na recolha dos documentos do mosteiro de Santa Clara de Sevilla (CENTENO,2012, p. 196 - 201) e também, com instituições de ordens mais antigas, como no que diz respeito às monjas emparedadas do reino de Múrcia (MOLINA, 2015, p. 110 - 111). Neste caso, é interessante notar que se tratava da arrecadação de um estipêndio, que as ajudasse a manter a sua vida.

Poderia se argumentar, que muitos destes mosteiros, sobretudo no sul, se encontravam em terras recentemente conquistadas pelos cristãos, e que deste modo, D. Afonso XI buscava dar-lhes estes privilégios, de modo a promover a ocupação do solo. Com efeito, a ocupação dos territórios da antiga andaluzia por cristãos, foi sempre uma preocupação dos reis cristãos medievais hispanos (MORENO, 2019, p. 463 - 487). Contudo, este foi sempre um processo lento e demorado e em muitos lugares, foi necessária alguma convivência, como assinala o próprio Manzano. Além disso, vemos o rei tomando a mesma atitude no norte do reino, terra que sempre ou por muito tempo já, estivera nas mãos dos cristãos (FUERTES, 2015, p. 22 - 24; MONGE, 2004, p. 205 - 251).

Será para este norte, que deveremos agora nos movimentar, já que é nele que encontramos uma maior documentação, referente a julgamentos envolvendo casas monásticas. De fato, D. Afonso XI não realizou uma espécie de Chamamento Geral, tal qual seu colega português, contudo, alguns julgamentos foram trazidos a corte régia, quer relativos as casas monásticas e outros elementos da sociedade, quer entre os próprios dependentes delas e outros elementos sociais. Neste segundo caso, D. Afonso XI analisou o caso entre a vila de Fuenteçesped e os concelhos de Montejo e Valdeherrerros e que tinha por suserano o mosteiro premonstratense de La Vid, decidindo manter decisão já anterior, segundo a qual, todos os membros das três comunidades haviam concordado, como vemos abaixo:

Fallo e mando que pues los testigos declararon el termino e pusieron mojonos por el dicho termino de Fuenteçesped, e los apearon e declararon delante mi e renouaron algunos mojonos dellos que estauan ya derribados de otro tienpo, que mando e do por mi sentença

que el dicho lugar de Fuenteçesped tenga termino sobre si por do dise los dichos mojonos, e sy los concejos quisieren ygualarse para paçer de comun que lo fagan, sinon mando que les sea guardado su termino al dicho lugar de Fuenteçesped, por do disen los mojonos de arriba desta mi sentençia y declaraçion e asi los declaro como los disen los dichos de los testigos de arriba nombrados e que el que los derribare caya en la yra del rey don Ferrando nuestro señor, e peche para el dos mill marauedis e peche al conçejo de Fuenteçesped treynta florines de buen oro.(...) E nos el sobredicho rey don Alfonso reynante en vno con la Reyna doña Constança mi muger en Castiella, en Toledo, en Leon, en Gallisia, en Seuilla en Cordoua en Murçia en Jahen en Baesça en Badajos en el Algarbe, en Molina otorgamos este preuillejo e confirmamoslo, e mandamos que vala asi como valio en tienpo del rey don Fernando nuestro padre. E porque esto sea firme e estable mandamos seellar este priuilejo con nuestro seello de plomo. (FUERTES, 2015, p. 679 - 680)

A situação assim, se mostra interessante, pois apesar de o rei ser bastante favorável aos mosteiros, nem por isso deixa de intervir para dirimir problemas e crises, que ao que parece, voltavam a ressurgir às vezes, mesmo quando já pareciam solucionados. Além disto, estes julgamentos, podiam incluir dependentes do mosteiro com elementos externos, demonstrando como o rei procura assim, se afirmar sobre o conjunto jurídico de toda a sociedade feudal, julgando não só seus grandes vassallos e súditos, mas também os menores. No que tange ao primeiro caso, apresentado por Monge, trata-se de um julgamento advindo de um conflito político entre a cidade de Silos e o mosteiro dominicano próximo, para se haver controle sobre o status desta cidade e a jurisdição eclesiástica da mesma (MONGE, 2004, p. 237 - 247). Nesta situação, D. Afonso XI optou por dar ganho de causa ao mosteiro, tornando a cidade, parte integrante do senhorio dos dominicanos, embora ambos tivessem apresentado documentação reputada como falsa (MONGE, 2004, p. 248).

Esta política altamente favorável aos mosteiros, da parte do rei de Castela, diferente de seu congênere português, apesar dos claros

avanços na construção de um poder régio e por consequência, de um Estado, mais fortalecido, nos faz pensar que isto era algo proposital. O monarca castelhano, via na Igreja e nos mosteiros, aliados importantes de sua política. Acreditamos que isto origina de dois aspectos. O primeiro aspecto, os mosteiros não eram os principais elementos do poder senhorial em Castela, mas sim, os grandes senhores laicos. Será contra estes grandes senhores, cujo maior foi D. Juan Manuel, que o rei buscará se bater na construção do poder e da realização do ideal régio, pois estes eram os que lhe ofereciam maiores riscos e oposições (Souza, 2010, p. 91 - 92). Deste modo, era interessante obter o apoio e a proteção do elemento menos poderoso, que também, muitas vezes, sofria ataques de rapina destes senhores laicos, os mosteiros.

O segundo aspecto é que a monarquia castelhana era, ao nosso ver, uma monarquia mais sacralizada que a portuguesa. Seus reis, como o próprio D. Afonso XI, eram coroados até o advento da dinastia trastâmara (ARCILLA-BERNAL, 2008, p. 150 - 155) e eram tidos como elementos fundamentais na luta contra o poder muçulmano ao sul, desde ao menos o século IX (MORENO, 2019, p. 180 - 189). Enquanto isto, em Portugal, os reis eram apenas aclamados, apesar de também defenderem e acreditarem que seu poder vinha de Deus, e excetuando D. Afonso Henriques e D. Dins, nunca se envolveram na fundação e dotação de mosteiros, ao contrário dos castelhanos. O próprio D. Afonso XI, fundou o de Guadalupe. As expectativas em Castela assim, sociais e educativas em relação ao papel do rei, contribuíam para que o monarca fosse sempre mais respeitoso em relação às instituições clericais e as buscasse usar a seu favor, não tutelá-las pura e simples.

Conclusão

Segundo o historiador José D'Assunção de Barros (BARROS, 2013, p. 163 - 167), toda História Comparada é uma história relacional. Buscamos, neste breve texto, traçar as relações, baseadas em

semelhanças e diferenças, entre o reino de Portugal e o de Castela, e a sua construção estatal ao longo do século XIV, no que se refere à relação com as casas monásticas e por extensão, com a Igreja como um todo. O resultado é a constatação de que dependendo da sociedade envolvente, esta tomou diferentes rumos, com uma relação de tutela sobre a Igreja, por parte da monarquia portuguesa, e uma relação de aliança e de apoio para com a Igreja, por parte da monarquia castelhana. Para a primeira, a Igreja é vista como algo que deve ser controlada, de modo a garantir um bom funcionamento do Estado nascente, ainda que não haja rompimento, para segunda, ela é um dínamo usado para reforçar a força deste Estado. Vemos que tais visões, prosseguir-se-ão nos finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna, com os reinos castelhano e aragonês criando um aparato inquisitorial, de modo a garantir o seu poder sobre largas massas de judeus e muçulmanos, que poderiam desestabilizar o reino (MORENO, 2019, p. 657 - 697), e o português, só a adotando no século XVI, por pressão castelhana e preocupação com a reforma (BUESCU, 2008, p. 303 - 310). A História assim sempre tem longas raízes.

Referências

Fontes e documentos

CENTENO, Glória Carnero. **Real Monasterio de Santa Clara de Sevilla: Documentos por su Historia**. Tese, doutorado em História, Universidad de Sevilla, 2012.

FUERTES, Maria Teresa Ângulo. **El Monasterio Premonstratense de Santa María de La Vid (Burgos). Siglos XII-XV**. Tese, doutorado em História, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2015.

MOLINA, Angél Luis. *Colección de documentos para la História de Murcia. Documentos del siglo XIV* vol.1 Murcia: Editorial da Universidade de Murcia, 2015, p. 110-111.

MONGE, Julio Escalona. *Lucha Política y Escritura: Falsedad y autenticidade documental en el conflicto entre el Monasterio de Santo*

Domingo y el burgo de Silos. In: DUARTE, José Ignacio (Coord.) **Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV**. Nájera: Editorial Ier, 2004, p. 205 - 252.

OLIVEIRA MARQUES, De. A. H(Org.). **Chancelarias portuguesas**: Reinado de D. Afonso IV, *Voll1.*, 1325-1336. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica / Centro de estudos históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

OLIVEIRA MARQUES, De. A. H(Org.). **Chancelarias portuguesas**: Reinado de D. Afonso IV, *Voll2.*, 1336-1340. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica / Centro de estudos históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

OLIVEIRA MARQUES, De. A. H(Org.). **Chancelarias portuguesas**: Reinado de D. Afonso IV, *Voll3.*, 1340-1344. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica / Centro de estudos históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

PRIETO, Pablo Martín. *Colección Diplomática del Monasterio de Santa Clara de Alcocer em la Edad Media. Parte II (1326-1420)* In: **De Medio Aevo**, Madrid, Vol.2, n.2, p. 147 - 180, 2012.

II- Estudos

ARCILLA-Bernal, José Sánchez. **Alfonso XI**. Gijón: Editorial Trea, 2008.

BARROS, D'. José Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

Bobbio, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

BUESCU, Ana Isabel. **D. João III**. Casais de Mem Martins: Temas e Debates, 2008.

CARVALHO HOMEM, Luís Armando. **O Desembargo Régio (1320-1433)** . Tese, Doutorado em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 1985.

CARVALHO HOMEM, Luís Armando. *Dionisus et Alfonsus , Dei Gratia Reges et communis utilitatis Gratia legiferi* In: **Revista de**

História da Faculdade de letras da Universidade do Porto,1994, páginas 11-111.

COSTA, Carlos Thadeu. A Coroa e os Mosteiros: Os mosteiros e a construção do Poder Régio durante o reinado de D. Afonso IV de Portugal (1325-1357) In: **Revista Roda da Fortuna**, vol.11, n.1, p. 225 - 241, 2022.

GONÇALVES, Beatris. **Nas Margens do Reino: Marginalidade, Justiça e Relações de Poder na Baixa Idade Média Portuguesa**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: Síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

KANTOROWICZ, Ernst. H. **The King's two bodies :a study in medieval political theology**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

LOGAN, F. Donald. **A History of the Church in the Middle Ages**. New York: Routledge, 2013.

MORENO, MANZANO. Eduardo. **História de Espanha Vol.2: Épocas Medievales**. Barcelona: Editorial Crítica, 2019.

PIZARRO SOTTO MAYOR, José Augusto. **D. Dinis, Um gênio da Política**. Maia: Temas e Debates, 2012.

RAPP, Francis. **L'Église et la Vie Religieuse em Occident a la Fin du Moyen Age**. Paris: Presse Universitaire de France, 1971

RECUERO, Alejandra. **El Reinado de Alfonso XI de Castilla**. Tese, doutorado em História, Universidad Autónoma de Madrid, 2016.

SCHITZ NASCIMENTO, Amanda; BONAT TREVISAN Mariana. "O rei e suas filhas: O espelho de príncipes de Egídio Romano" In: **Caderno Intersaberes** , vol. 9, n. 21, p. 21 - 39, 2020.

SOUZA, C. R. José Antônio. **As Relações de Poder na Idade Média Tardia:Marsílo de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham**. Porto: Editora da U. Porto, 2010.

VALLÉ, Aline. *État et sécurité publique au XIVe siècle: Une nouvelle lecture des archives royales françaises, a propos de l'inventaire des registres de la chancellerie de Philippe VI de Valois* In: **Revue d'Histoire économique et sociales**, vol.1, p. 3 - 15, 1987.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **D. Afonso IV**. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2009.

WALEY, Daniel et DENLEY, Peter. **Later Medieval Europe (1250-1520)** .New York: Routledge, 2013.

O REI E A ADMINISTRAÇÃO DO REINO – ASPECTOS DA CENTRALIZAÇÃO DO PODER RÉGIO NO PORTUGAL BAIXO MEDIEVO

Sabina dos Santos Costa Freitas¹

Os séculos XIV e XV do medievo cristão Ocidental costumam ser caracterizados pela historiografia como um período de crise, fome, peste e adversidades, além de transformações em curso desde o século XIII tais como o surto urbano e o desenvolvimento das cidades – lugar de atividades novas e mentalidades singulares, onde se forma uma nova configuração das relações de trabalho; o surgimento das universidades e a configuração do intelectual (BASCHET, 2006).

Mas, este também é o período da constituição dos estados monárquicos e da afirmação do rei como chefe secular. Entendo que a crescente separação e especialização dos assuntos reais, originando os órgãos e instituições de fazenda e administração, nos quais atuavam homens cada vez mais preparados para tais funções estão diretamente relacionados com o processo de formação do Estado.

Embora esse processo tenha acontecido de forma mais ou menos parecida no Ocidente, refiro-me aqui ao caso português, considerando eventos como a criação da Universidade de Coimbra em 1290, uma significativa preocupação dos monarcas com a produção de normas e leis de forma expressiva desde o século XII, bem como a criação de órgãos públicos de administração, nos quais atuavam numerosos funcionários, cada vez mais homens laicos letrados, oriundos das universidades e não apenas membros do clero.

¹ Doutoranda em História Social pelo PPGH UFF, ênfase em História Medieval, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Vânia Leite Fróes. Membro do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos.

Finalmente, analiso trechos das Chancelarias de D. Afonso IV objetivando demonstrar como esses documentos registram o cotidiano da administração realenga.

A centralização administrativa em torno do rei

Em se tratando dos reinos ocidentais, observa-se, desde o século XIII, a ascensão dos príncipes territoriais. Sobre esse “novo príncipe”, como define Bernard Guenée (GUNÉE, 1981), esse “*primus inter pares*” é preciso dizer que o seu poder e o seu lugar na sociedade são assegurados por fatores divinos e pela hereditariedade, mas exigem, cada vez mais a atuação do rei na estruturação do arcabouço administrativo que caracteriza o Estado.

Ao longo dos séculos XIV e XV os poderes régios foram se alargando e o rei, representante de Deus no seu reino, passou de suserano feudal, um chefe militar de nobres seus iguais a um soberano de súditos. “O rei de meados de Trezentos era já um rei absoluto, legislador, juiz e administrador representante consciente do interesse real do reino” como afirma Antônio H. de Oliveira Marques (OLIVEIRA MARQUES, 1987).

Como grande senhor de terras, o rei possuía o exclusivo da cunhagem de moedas, recebia impostos provenientes de bens fundiários ou móveis e ainda multas por infrações praticadas na esfera do econômico e do judicial. Ao rei cabia nomear os oficiais de justiça e exercia a suprema jurisdição em todo o reino, exigindo obediência plena dos súditos².

² Dentre os extensos direitos reais estavam, ainda: o supremo comando em terra e mar, a propriedade plena de paços de concelho, ruas, estradas, rios, portos e ilhas, com as rendas a eles inerentes, além de portagens, peagens e outro direitos de trânsito; a cobrança de penas de bens impostas a malfetores e prevaricadores, arrecadação de bens vagos e confiscados e a requisição do que lhe conviesse em tempos de guerra e a metade dos tesouros achados. Cf. MORENO, H. B. O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. In. **Revista da Faculdade de Letras: História**, 8, 1988, 53- 68.

Mas, a centralização administrativa de tantos direitos e poderes, inscreve-se num processo o desenvolvimento de uma burocracia extremamente importante e constantes embates com os poderes locais e regionais com os quais o monarca estabelece uma relação indeterminada e até ambígua em alguns momentos, ora afirmando esses poderes, ora tentando extingui-los (BAQUERO MORENO, 1988).

Os senhores locais, cujas funções públicas eram designadas por atos régios, agiam baseados em regras consuetudinárias e nos costumes locais, enquanto os monarcas empenhavam esforços para submeter todos os segmentos sociais as leis gerais, gerando disparidade de diálogo e insatisfação dos envolvidos (GONÇALVES, 2018, p. 92). Da mesma forma, as relações entre o poder régio e os eclesiásticos eram marcadas por conflitos e enfrentamentos pois enquanto a clerezia tencionava infiltrar-se em todas as esferas sociais, seja como proprietária de terras, ou atuando nas esferas administrativas houve um esforço constante e progressivo, por parte dos governantes, de deixar para os clérigos as funções litúrgicas separando cada vez mais as suas atribuições das tarefas administrativas e tentando extinguir seus direitos e prerrogativas. Nas Cortes e Concordatas dos séculos finais do medievo eram constates as manifestações de insatisfação do clero a esse respeito.

Assim, o desenvolvimento do aparato burocrático e administrativo é, certamente um dos fatores que diferencia esse “novo príncipe”, para usar o termo de Bernard Guenée, dos “príncipes feudais”, sobretudo a partir do século XIV, “fronteira” temporal para pensarmos esse Estado territorial que está se definindo no sentido político, fiscal e militar. Nas monarquias portuguesas esse processo apresentou um conjunto de especificidades dentre as quais Humberto Baquero Moreno destaca o crescimento significativo da doutrina do direito divino dos reis, especialmente após o século XIII, de tal forma que o soberano passou a intitular-se, no protocolo das cartas como Rei de Portugal pela graça de Deus (MORENO, 1988, p. 56).

A doutrina do direito divino como origem da soberania foi a única difundida em Portugal durante todo o baixo medievo e o clero esforçou-se sobremaneira para reforçá-la e preservá-la “posto que a preponderância clerical na governança da sociedade resultava, em sua maioria, da origem que se atribuía ao poder civil e da dependência que essa origem o colocava com a Igreja” (GONÇALVES, 2018, p. 52). Como chefe secular, ao rei devia-se respeito, honra, sujeição, lealdade e obediência por questões religiosas, legais e políticas. Assim, o programa político de unificação do poder monárquico no plano temporal progressivamente cedeu lugar a um novo padrão de realeza centrado no rei e na lei (GONÇALVES, 2018, p. 53).

Para além da questão do direito divino dos reis, importante característica das monarquias portuguesas baixo medievais foi a precoce produção de leis e normas (CARVALHO HOMEM, 1996, p. 127), aspecto diretamente relacionado com a afirmação do poder régio (CARVALHO HOMEM, 1994). Nesses termos, o poder do rei se manifestava por meio da prática administrativa e jurídica, uma vez que governar significava exercer a justiça em toda a sociedade visando promover a ordem.

Cabe destacar que esse fenômeno legislativo esteve vinculado a um certo renascimento do direito romano em curso desde o século XII e que tornar-se-á, no século XIII e seguintes, um dos pilares na busca por uma formação identitária dos reinos de Portugal e de Leão e Castela (CHIFFOLEAU, 2002). O século XIII, na Península Ibérica, configura-se, no plano externo, como uma época de afirmação decisiva do poder régio diante do Império e do Papado e no plano interno, de busca de fortalecimento através de trabalhos legislativos, política autônoma e renovações administrativas (CAMPOS, 2013, p. 518-519).

Nesse contexto de efervescência jurídica, destaca-se a criação das universidades. Espaço de construção e preservação de saberes, de conhecimento e de ensino, é também um espaço de poder

mediado pelas relações políticas de onde saem os intelectuais qualificados que poderiam estar à disposição da Igreja ou do Estado.

A formação erudita de D. Dinis, contribuiu para que fosse receptivo às sugestões dos intelectuais da Galícia, e de Leão e Castela e o rei apoiou a iniciativa do Alto Clero português solicitando autorização ao Papa Nicolau IV para fundação do *Studium Generale* de Lisboa, em 1288. Diante da demora da reposta pontifícia, o monarca se encarregou em fundar a Universidade de Coimbra em 1290 (SOUZA, 2003).

Ao criar a Universidade de Coimbra, onde se estudava teologia, artes, medicina, direito civil (leis) e direito canônico, em 1290 D. Dinis está reconhecendo na formação universitária, além de seu valor cultural e seu prestígio, uma utilidade prática e um alcance político. Como afirma Souza, “es conveniente no perder de vista que tal gesto de D. Dinis reflejava también su preocupación de mantener bajo su control todos los asuntos del reino, y el saber, en aquellos días lejanos, era un assunto de vital importância para la corona” (SOUZA, 2003, p. 56)

Em Portugal, Afonso III (1248-79) deu início à produção legislativa portuguesa emitindo 233 leis gerais, destinadas sobretudo, a atender à necessidade de estabilização da ordem pública, fixação de direitos e ordenação dos processos judiciais (CARVALHO HOMEM, 1994, p. 15) e a “pôr cobro aos abusos do direito de padroado” (BAQUERO MORENO, 1988, p. 56). Esse conjunto de normativas foi compilado no final do século XIV, no *Livro de Leis de Posturas* (GONÇALVES, 2018; CARVALHO HOMEM, 2009). Seus sucessores, D. Dinis (1279-1325) e Afonso IV (1325-57) continuaram o processo de centralização jurídico-administrativa promulgando um total de 249 leis (129 por D. Dinis e 120 por D. Afonso IV), compiladas no *Livro das Leis e Posturas* e /ou nas *Ordenações del-Rei D. Duarte* (CARVALHO HOMEM, 1994). A justiça processual figura como a grande prioridade da legislação dos dois monarcas, seguida de temas como adultério e moral sexual, desamortização, burocracia de Corte e respectivas taxas e jurisdições.

A estrutura administrativa – instituições e funções

A imagem do rei justo e legislador também era parte da estruturação ideológica de uma mística política em torno da figura do rei, atribuída à Igreja, que explicava os governos medievais e seus sistemas jurídicos com a temática cristã, justificando o poder régio como sendo sagrado. Mas, esse exercício da justiça não estava relacionado apenas a redação e aplicação de leis, e sim a um entendimento mais abrangente desse conceito que significava dar a cada um o que lhe era devido, fossem punições e castigos, prêmios, terras, privilégios ou a definição e especialização de funções.

Em termos práticos, governar e exercer a justiça significava que o rei deveria ser auxiliado por altos funcionários encarregados de superintender sobre as diferentes áreas do poder, além de possuir um conselho consultivo permanente que passou a designar-se “conselho del-rei” (BAQUERO MORENO, 1988). Assim, a centralização dos poderes em torno da pessoa do rei significou também a criação de uma estrutura com divisão das atribuições régias em setores — que se convertem em órgãos e instituições administrativas, judiciárias e legislativas, de fazenda e contabilidade e incluiu a preocupação de que funcionários especializados desempenhassem essas funções.

Dentre os numerosos funcionários e departamentos dessa administração régia portuguesa em processo de estruturação, estão o procurador dos feitos do rei – defensor da propriedade régia que também emitia diplomas régios; o alferes-mor, o condestável e o marechal com funções militares (BAQUERO MORENO, 1988; CARVALHO HOMEM, 1990)

No âmbito judicial, havia ainda, o Tribunal Superior Régio, a Casa da Justiça da Corte (que se torna Casa da Suplicação no século XV e cujos juízes acompanham o rei em seus deslocamentos), a Casa Cível (CARVALO HOMEM, 1990). Nesses setores atuavam, entre clérigos e leigos, homens que desempenhavam as funções de sobrejuízes (com jurisdição sobre os pleitos cíveis), ouvidores dos

crimes; ouvidores dos feitos del-rei ou ouvidores da Portaria (ocupados com os pleitos da fazenda real) e os ouvidores do cível (que acompanhavam a comitiva régia).

No âmbito financeiro, ou da Fazenda real, havia a figura do porteiro-mor, especializado em finanças e que realizava a cobrança dos impostos que revertiam a favor da coroa. Deste cargo surge a figura do tesoureiro-mor, a quem pertencia a guarda e contagem do dinheiro. A Casa dos Contos, era responsável pela contabilidade organizada (GUENÉE, 1981; GUENÉE, 2002).

Alguns cargos atuavam conjuntamente, gerando desdobramentos de funções e atribuições: o porteiro-mor tornou-se o tesoureiro-mor, responsável pela guarda e contagem do dinheiro, alto cargo no governo de D. Afonso IV. O cargo de vedores da portaria originou o de vedores da fazenda, durante o reinado de D. Fernando (BAQUERO MORENO, 1988; GUENÉE, 2002). Os almoxarifes atuavam como recolhedores dos impostos gerais e direito das alfândegas, intervinham em contendas entre os contribuintes e o fisco, atuando como juízes de primeira instância, auxiliados por almoxarifes menores e recebedores. Muitos desses “altos funcionários” surgem e se desenvolvem a partir do ambiente de Corte. Nas cortes estavam pessoas da confiança do rei e elas sempre foram centros de formação pedagógica, onde se aprendia desde as boas maneiras, até as artes da guerra e partir do século XIII, houve uma mudança no cenário das Cortes que se relaciona com esse processo de estruturação das esferas de poder aqui apresentadas (GUENÉE, 1981; GUENÉE, 2002).

Essa “nova corte”, passa a se caracterizar por organizar a vida cotidiana do príncipe também por abrigar instituições destinadas à administração do Estado, cujos contornos pouco a pouco se definem e cuja importância aumentou progressivamente (GUENÉE, 1981). São exemplos, o Conselho — apoio ao rei em suas decisões políticas e as Cortes do parlamento — muitas vezes ministram a justiça no lugar da pessoa do rei. As reuniões do Parlamento inglês, no século XIII para ministrar a justiça e as reuniões dos senhores para verificar

as contas dos soberanos estão nas origens do Parlamento e do Tribunal de Contas (GUENÉE, 1981).

Outros elementos desse quadro são mordomo e o chanceler. O mordomo, inicialmente responsável pela vida cotidiana do rei na corte, progressivamente passou a auxiliar na administração do reino e chegou a ser responsável pela condução de exércitos reais. No reinado de Afonso III o mordomo da corte, ou mordomo-mor foi o principal administrador da Casa Real e se encontrava a frente da administração civil (BAQUERO MORENO, 1988).

Do mesmo modo a chancelaria, onde se concentrava um crescente número de clérigos e leigos preparados em leis, além de tabeliães, notários e escrivães. Aos poucos, o chanceler se tornou um burocrata por excelência, e a Chancelaria um importante órgão da administração régia, o que se confirma pela outorga do Regimento de Chancelaria, por Afonso IV, em 1357. A partir do reinado de D. Pedro I (1357-67), o chanceler tornou-se um alto funcionário, responsável pelo selo real, lavrava diplomas e demais documentos régios, era considerado o homem mais versado em diversos assuntos e também pessoa de bom conselho (BAQUERO MORENO, 1988).

Em Portugal, durante algum tempo, o chanceler continuou acompanhando o rei, mas desde o reinado de Afonso III, que a Chancelaria Real passou a ter uma secretaria e um arquivo fixo em Lisboa e no século XV o chanceler passou a ficar mais tempo na chancelaria, o que revela uma tendência para uma maior burocratização no exercício de sua atividade profissional (BAQUERO MORENO, 1988). O aumento da produção legislativa resultou numa crescente utilização dos atos escritos, nas Chancelarias, de tal forma que seus documentos constituem um dos elementos-chave para o estudo da prática política do príncipe.

A administração régia expressa nas Chancelarias de D. Afonso IV

Ao analisar as Chancelarias de D. Afonso IV é possível observar a atuação do monarca em assuntos cotidianos, como a regulação de

taxas e uso de terras, tendas, casas e sobrados; exploração de vinhas; questões relativas à herança bem como a afirmação de feitos realizados por seu pai, D. Dinis. Percebe-se também, a atuação dos funcionários da administração realenga frequentemente citados nas cartas de forais.

Na carta a seguir, que trata da regulamentação de uma vinha, assim como em muitas outras de D. Afonso IV, vê-se a denominação do monarca de “rei pela graça de Deus” (BAQUERO MORENO, 1988), bem como a preocupação com a divulgação do documento e seu conteúdo. A esse respeito, o autor explica que era comum que os tabeliães — encarregados pela divulgação das leis aprovadas em cortes, fixassem tais documentos nas portas das salas de vereações e em muitos casos eram lidas em voz alta pelos pregoeiros (BAQUERO MOPRENO, 1988). Também é interessante notar as referências os direitos concedidos por documento anterior, emitido no reinado de D. Dinis, confirmando a permanência da prática normativa de que falamos aqui:

Don Affonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta viren faço saber que Johan Rodriguez. e Domingas esteuez sa molher mj mostraram hũa carta d el rey Don Dinis meu padre a que deus perdõe na qual he conteudo que o dicto Rey meu padre deu a foro pera todo senpre, a esses Johan rodriguez e a Domingas esteuez sa molher e a todolos seus sucessores hũa vynha sua en portel assi como parte da hũa parte con Steuan perez sapateiro. e da outra parte con Pero ledo e da outra con a zingaa e da outra parte como sse uai a outro sesmo.

son tal preito e so tal condiçõn que eles adoben essa vinha e façan dela aquele foro em cada hũu Ano. como na dicta carta he conteúdo (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 34-35)

É possível identificar a descrição dos limites da vinha, e o estabelecimento dos direitos de exploração extensivos a todos os sucessores daqueles proprietários. Segue o documento afirmando que os direitos de “Johan Rodriguez e Domingas sa molher”, os

quais já estariam registrados em livros do tabelião, e que não devem ser embargados por nenhum almoxarife ou escrivão:

E eu querendo lhys fazer mercee. tenho por bem e mando que nenhũu Almoxarife, escriuan Rendeiro nen nem sacador non lhjs enbargue essa carta do dicto meu padre e que lhys seia aguardada em todo assi como en ella he conteúdo.

A qual a sobre<dicta> vynha achei polo liuro de Domingos dominguez calastan escriuan que foj do dicto meu padre que andou en pregon per muito tempo. e non foi achado quen fezesse mayor foro por ela que os dictos Johan Rodriguez e Domingas sa molher.

En testemuyngo da qual cousa dei a eles esta mha carta.

Dante en Euora prostumeiro dia d abril. El Rey o mandou pelos (1) contadores Antonyngo perez A fez. Era. de mil e iijc, e sassenta e iij. Anos. Juyãao perez Johan dominguez bertolomeu perez (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 34-35).

Além de citar alguns funcionários da administração régia: tabeliães, almoxarife, contadores e escrivão, mostrando sua atuação no governo afonsino, a carta é datada e nos permite perceber também certa preocupação do monarca em ressaltar a continuidade das práticas normativas, ao confirmar a validade de um documento da mesma natureza emitido no reinado anterior, por seu pai, D. Dinis.

Outra questão recorrente nesses documentos é a menção aos funcionários régios, como *“afonso perez do porto Tesoureiro da moeda en tempo d el Rey meu padre”* (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 60), o *“procurador e meu uogado”* (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 67), em trechos como: *“El Rey o manda por Domingos paaez ouuidor dos seus fechos e da portaria”* (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 56) e *“El Rey o mandou per Johan Vicente seu clérigo e per Juyãao seu contador Steu eannes de Curichi a ffez”* (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 57).

Os clérigos e contadores são frequentemente identificados como os responsáveis por fazer chegar o documento ao interessado. Percebe-se que apesar do esforço de retirar a clerezia dos cargos administrativos, esse processo foi gradual, e o rei continuou

mantendo entre os seus “altos funcionários” membros do clero, homens de sua confiança que atuavam em seu nome.

Tema relacionado a organização de assuntos cotidianos e recorrente nas cartas de foros era a regulamentação das tendas – usos, direitos, taxações, divisões e consequentemente os “herdamentos”:

Don Affonso pela graça de Deus Rey de Portugal e do algarue. A quantos esta carta uiren faço saber que eu dou e outorgo a foro pera todo (2) senpre. a Martin de parada e a ssa molher tareyia dominguez. e a todos seus sucessores duas tendas que eu ei em Portel que son Ante o castelo na Rua que chaman de sancta Maria como parte pola dicta Rua. e pela outra Rua que uai pera o castelo. e como parte con outra mha casa que ten miguel da Sarra. e con casas do dicto Martin de parada (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 57).

Além de esclarecer a localização e os direitos das tendas doadas, a carta aborda as taxas e suas condições de uso, estabelecendo o valor e data e início do pagamento bem como as melhorias que deveriam ser feitas nas tendas. Estabelece, também, que as tendas não poderiam ser vendidas nem doadas a nenhuma pessoa:

E uos nen os uossos sucessores non deuedes vender nen escanbhar nen enalhẽar as dictas tendas en nenhũa maneira a caualeiro nen a escudeiro nen a clérigo nen a orden nen a nenhũa outra pessõa poderosa nen Relegiosa. senon aa tal pessõa que seia da uossa condiçon. e que faça a mjn e a todos meus sucessores o dicto foro como dicto e <he> [sic].

as quaes tendas uos dei a foro porque foi çerto per nicollao terrado sacados das mhas diuidas aalen teio e per Steuan martijz meu escriuan que andaron en pregon per três. ix^a. dias. e mais. e non uẽo nenhũu que mi por elas mais desse que as dictas x. libras.

En testemuyinho desto dei aos dictos Martin de parada e Tareyia dominguez esta mha carta.

Dante en libbõa oito dias de agosto. El rey o mandou pelos contadores. Steu eannes de Curuchi a fez. Era. M^a.CCC^aLx^a. iiij^a. Anos (CHANCELARIAS, 1990, v. I, p. 57-58).

A preocupação em regulamentar e inibir a venda ou doação desses bens (tendas, sobrados, casas, terras) é recorrente nas Chancelarias, impedindo inclusive que fossem doados para clérigos. Essa é uma das questões relacionadas à crescente atuação régia de diminuir os privilégios eclesiásticos. A doação de itens e bens à Igreja é comum em toda a idade média. Nas missas, os fiéis ofertavam itens como pão, vinho, cera e algumas vezes dinheiro. Além disso, os fiéis costumavam fazer doações para pagar pelas missas que garantiriam a salvação de suas almas após a morte. Desde o século XIII houve uma crescente ação da realeza para impedir que a Igreja acumulasse bens e propriedades, inicialmente proibindo que os comprasse e em seguida, impedindo que os herdasse (AZEVEDO, 2000, p. 267-270).

Considerações finais

A Chancelaria, sede da governação, firma-se como principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios de especialização na produção, organização, e guarda dos documentos régios desempenhando importante função política, pois evidencia a dinâmica da governação do príncipe. Houve também a elaboração de um organograma dos serviços e ofícios da governação régia e concelhia, com notório destaque para as questões referentes às instituições do governo central.

Nesse sentido, ao refletir sobre o alcance e aplicação das leis registradas seja no *Livro de Leis e Posturas* ou nas *Ordenações*, acredito que as Chancelarias podem fornecer ao historiador pistas e informações sobre o cumprimento dessas normas, seu alcance e sua aceitação.

Em relação aos funcionários, até o século XIII, eram sobretudo clérigos e membros da nobreza, pessoas designadas pelo rei, mas as universidades realizaram uma mudança nessa realidade, possibilitando o acesso de mais pessoas ao direito civil e canônico e ampliando, portanto, as possibilidades de ocupação desses cargos.

Em relação à Portugal, até o governo de D. Dinis (1279-1325), os pontos — chave da administração secular foram ocupados por clérigos que lhe eram próximos, mas desde o governo de Afonso IV (1325-57) esse monarca agiu no sentido de diminuir o número de bispos atuando neste setor, substituindo-os por leigos, representando uma das ações desse monarca em diminuir progressivamente — ou drasticamente — a participação do clero em assuntos temporais, num processo nem sempre uniforme mas contínuo e progressivo, certamente permeado por conflitos entre os envolvidos, seja entre os súditos que não aceitavam pagar os impostos, seja entre os fidalgos que agiam de modo equivocado e realizando malfeitorias em suas terras, seja com os prelados que reclamavam a participação em cargos públicos.

De toda forma a constituição desse corpo burocrático forneceu ao monarca as condições de agir. Esses chamados “funcionários públicos” vão constituindo uma espécie de elite importantíssima para o Estado em formação e se relacionam com a formação do próprio Estado, que segue ganhando condições de fiscalidade, de arrecadação de dinheiro, de vigiar as fronteiras e vai-se estruturando nos quadros burocráticos, nas cidades e nas vilas.

Ou seja, a criação dessas estruturas de poder é a formação do próprio Estado, que se torna presente em todos os lugares a partir desses órgãos e seus funcionários.

Referências

AZEVEDO, C.M. **História Religiosa de Portugal**. Porto, Círculo dos Leitores, 2000.

BASCHET, J. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p. 151

CAMPOS, C. E. da C. **Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo**. Vitória: DLL/UFFES, 2013. p. 518-519.

CARVALHO HOMEM, A. L. *Dionisius et Alfonus, dei Gratia reges et comunis utilitatis gratia legiferi*. **Revista da Faculdade de Letras** da Universidade do Porto. Porto, 1994, p. 15

CARVALHO HOMEM, A. L. Os oficiais da justiça régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279 –ca.1521). In: *Medievalista* on line. Ano 5, n. 6, 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>. Acesso em: nov. 2020.

CARVALHO HOMEM, A. L. Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade média portuguesa. **En la España medieval**, Madri, n. 22, 1999.

Chancelarias portuguesas: d. Afonso IV - (1325 - 1336). Organização de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, v.1

CHIFFOLEAU, J. Direito. In. LE GOFF, J.; SCHMITT, J.C. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Trad.: Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 1

GONÇALVES, B. dos S. **Nas Margens do Reino: Marginalidade, Justiça e relações de Poder na Baixa Idade Média Portuguesa**. Curitiba: Appris, 2018

GUENÉE, B. Corte. In. LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Coordenação de tradução Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1.

GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV – os Estados**. São Paulo: Editora Pioneira: EDUSP, 1981.

MORENO, H. B. O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV. In. **Revista da Faculdade de Letras: História**, 8, 1988, 53- 68.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987

SOUZA, J. A. de C. R. d. *Álvaro Pelayo O Min y D. Afonso IV de Portugal y las relaciones de Poder*. In. **Anales del Seminario** de História de la Filosofia, n. 20, 2003.

FIGURAS MARGINAIS, ELEMENTOS NÃO EUROPEUS E VARIANTES DE GÊNERO EM TRÊS LIVROS DE CAVALARIAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI

Caio Rodrigues Schechner*

A pesquisa que ora se apresenta nasce, como costuma acontecer, da convergência entre, de um lado, um interesse pessoal que instiga o pesquisador e, de outro, a observação da realidade que o circunda. Provavelmente por todo o encanto que diferentes mídias contemporâneas lhe atribuíram e continuam atribuindo, cresci fascinado pela Cavalaria medieval. Instigavam-se seus aspectos culturais, como sua visão de mundo, seu sistema de valores e seus rituais, mas sobretudo suas representações, particularmente as literárias. Era ali que o ideal cavaleiresco se manifestava em sua forma mais pura, sem as incômodas contradições que a história vivida apresentava. Em minha dissertação de mestrado, por exemplo, busquei mostrar como a representação da Cavalaria em *Dom Quixote*, tradicionalmente lido como negação e superação dos livros de cavalarias, na realidade estabelecia uma relação ambivalente com esse gênero, o que mostrei a partir de uma comparação, em especial no que tange à coragem e o amor, com o paradigmático *Amadís de Gaula*, de Garci Rodríguez de Montalvo (SCHECHNER, 2020a). Esse primeiro contato levou a um crescente interesse por esse gênero tão subutilizado pelos historiadores, os livros de cavalarias (SCHECHNER, 2020b), de forma que a evolução

* Doutorando em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Orientado pela Prof.^a Dr.^a Vânia Fróes e membro do Scriptorium: Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. Bolsista CAPES/DS, agência responsável pelo financiamento desta pesquisa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2784-3596>. E-mail para contato: caio.schechner@gmail.com.

natural de minha pesquisa caminhava para a investigação de como esses valores da Cavalaria se faziam presentes nessas fontes.

A mencionada realidade que circunda o pesquisador, entretanto, se impôs. Cada vez mais medievalistas brasileiros, consonantes à historiografia principalmente estadunidense e inglesa, vêm se dedicando ao tema do (neo)medievalismo: a apropriação da Idade Média por períodos posteriores ao seu fim (BERNS; JOHNSTON, 2014). Em se tratando de nosso presente, falamos aqui de, é claro, seriados, filmes, jogos (virtuais ou de outros tipos), mas também de formas mais explicitamente políticas dessa mobilização do passado, como recentemente tem feito, de maneira muito destacada, a extrema-direita (ELLIOT, 2017; JÚNIOR, 2020; PACHÁ, 2019a, 2019b). Não por acaso, a Cavalaria é um dos fenômenos medievais mais recorrente e intensamente resgatados (ZIERER; JÚNIOR, 2017), inclusive em terras brasileiras (JÚNIOR, 2019), apesar da disputa que a circunda (LUCÍA MEGÍAS, 2008, p. 114).

Diante desse cenário, assumir uma postura mais crítica em relação a meu objeto, a Cavalaria e suas representações, mais particularmente os livros de cavalarias do século XVI, pareceu-me não apenas recomendável, mas inevitável. Portariam essas fontes uma visão de mundo que induzisse, ou ao menos permitisse, semelhante apropriação? Para responder a essa pergunta, decidi investigar os seus discursos sobre o não hegemônico. Isso está sendo feito a partir do estudo dos três principais livros de cavalarias portugueses impressos do século XVI que chegaram até nós: *Crônica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, publicada em 1522 (BARROS, 1953), *Palmeirim de Inglaterra*, por Francisco de Moraes, que veio à lume em cerca de 1544 (MORAES, 2016), e o *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, escrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos, com edição *princeps* de 1567 (VASCONCELOS, 1998).

Por não-hegemônico, entendo os aspectos dessas narrativas que não coadunam com seus elementos mais destacados. Nas fontes com que trabalho, a Cavalaria, seus valores e suas práticas são a condição generalizada no mundo: o cavaleiro é seu centro tanto narrativo

quanto axiológico. O que, ou quem, se opõem a ele? As três categorias que elenquei, ainda em constante reformulação, são as seguintes: figuras marginais, elementos não europeus e variantes de gênero. A seguir, explicarei cada uma delas, compartilhando os resultados que obtive até então. Para viabilizar essa exposição, foi necessário pensar em um alto grau de generalidade. Abduquei de abordar as especificidades de cada fonte a fim de possibilitar a apresentação de resultados mais gerais, válidos para o *corpus* em seu conjunto.

Com “figuras marginais”, refiro-me a todas as figuras “internas” (ou seja, que não são originárias de espaços “externos”) que assumem uma posição marginal em relação à figura central do livro, o cavaleiro. As três mais comuns são gigantes, escudeiros, e o chamado “povo”, em todas as suas variações terminológicas: “gentes”, “miúdos”, etc. Portanto, vê-se que as figuras marginais não necessariamente podem ser encontradas na concretude da história. O povo, embora o seja, é referido de maneira sempre vaga e indistinta, contrastando com a pluralidade histórica que compunha este grupo. É possível, e bastante provável, que essa ausência seja proposital e deliberada, na medida em que não colabora na construção ideológica do reino e do universo ideal concebido por essas fontes. As figuras marginais contrastam com as pessoas de “muito preço”, como a elas se referem a narrativa (aí também inclusas as damas, e quaisquer personagens pertencentes à nobreza). Nela, o critério de valor é a pertença à Cavalaria (e, por extensão, mas em menor medida, à nobreza) e o alinhamento aos seus valores. Quanto mais longe desse centro, menos valorizada, narrativa e axiologicamente, é determinada figura. De forma que seria mesmo possível hierarquizá-las, em um espectro valorativo, segundo a lógica que a própria fonte apresenta, sendo importante prestar especial atenção nesses critérios de valoração.

Talvez a mais abundante figura marginal, nos textos que venho estudando, seja a do gigante. Os gigantes são os principais adversários “internos” (ou seja, não são mouros, sempre invasores) e não-cavaleiros (isto é, não são cavaleiros de ideais corrompidos,

soberbos, vaidosos, etc.) dos personagens centrais (que são os bons cavaleiros). Em termos físicos, pode-se perceber a associação do gigante à força física. Se, assim como os cavaleiros, eles costumam se envolver em conflitos bélicos, sua atuação é marcada pela fúria e brutalidade, e não pela destreza ou habilidade. No plano psicológico, é possível constatar a crueldade, cobiça e soberba. Além disso, outro fator importante de sua caracterização é o paganismo, a idolatria e o ódio a cristãos. Por fim, o gigante é pintado como um ser alheio ao espaço da civilização e da corte, mesmo oposto a ele. Ocupam, de maneira geral, a parte montanhosa e despovoada do território, são considerados desumanos, e frequentemente responsáveis pelo rapto de princesas e cavaleiros.

Outra figura comum é a do escudeiro, quase que onipresente nessas narrativas, porém pouco mencionados explicitamente. Não raras vezes essa figura age sem que em qualquer momento anterior tenha sido mencionada sua presença; descobrimos sua presença e nomes, quando é o caso, apenas quando sua ação é requisitada pelo narrador. Assim, o escudeiro é sempre um pressuposto, mas cujas implicações narrativas são mínimas, para não dizer nulas. No limite, ele não é tratado como um indivíduo pleno; apenas os cavaleiros o são. Por fim, temos o “povo”, que se apresenta sob diversos termos (“as gentes”, “miúdos”, “pequenos”, etc.). Aparecem em menor medida que os dois tipos anteriores, sempre nas cidades de corte. Uma quase completa ausência, mas, quando de sua presença, percebe-se seu alinhamento automático, especialmente no âmbito emocional, à cavalaria e ao paço.

Tenho buscado sustentar, como atual hipótese, que os marginais históricos estão, ainda que indireta e imperfeitamente, presentes nos livros de cavalaria. Isso acontece por meio da projeção do discurso sobre esses grupos marginais em uma figura ficcional. É possível, inclusive, que diferentes grupos marginais do vivido apresentem-se mesclados em uma única figura marginal ficcional, ou que então características associadas a um mesmo grupo se seccionem em múltiplas figuras ficcionais.

Assim, mesmo que não se verifique uma correspondência imediata com a materialidade, entendo que por meio de um conjunto de associações, como numa intuitiva alegoria (a Cavalaria sendo associada à nobreza, o gigante ao judeu, o povo a variados grupos da “terceira ordem”, etc.), esses discursos sobre o Outro são, ainda que imperfeitamente, assimilados pelo público e, dessa maneira, reforçam nele concepções de superioridade (ou inferioridade). De maneira que, os livros de cavalarias configuram-se, sob a aparência de uma simples literatura de entretenimento, como importantes ferramentas na manutenção de uma hierarquização social, importante à manutenção do *status quo*. Isso considerado, torna-se evidente que o discurso sobre os marginais nos livros de cavalarias é ideologicamente localizado e localizável. Ele é proveniente das classes dominantes da sociedade portuguesa do século XVI, e fundamentalmente a ela direcionado. Mas há mais: é possível perceber, em cada um desses discursos, diferentes estratégias, cada qual expressando um desejo de ordem e controle sobre os grupos aos quais se referem, mais ou menos delineáveis do ponto de vista histórico.

Para o caso dos gigantes, é perceptível a intenção de estigmatização. Ao elegê-los como contraexemplos, os valores da Cavalaria (associada à nobreza) são estabelecidos como modelo de conduta. Ademais, há que se levar a semelhança entre as características atribuídas ao gigante e ao judeu. Nesse sentido, o discurso sobre essa figura ficcional também age no sentido de reforçar os preconceitos e a exclusão sofridos por este grupo no âmbito do concreto. Quanto aos escudeiros, a estratégia gira em torno da diminuição ou mesmo invisibilização, advogando pela primazia e protagonismo dos cavaleiros. Não teria este discurso uma conexão com, por exemplo, o fato de o século XVI assistir, em função da expansão marítima, uma significativa mobilidade social ascendente, contando com cada vez mais escudeiros (e também cavaleiros) que, através de seus serviços, perigosamente aproximavam-se daqueles identificados com uma antiga Cavalaria?

Por fim, em relação ao “povo”, nas fontes é nítido o alinhamento automático deste, no tocante aos comportamentos e emoções, à Cavalaria e seus associados. Humberto Baquero Moreno (1985, p. 17) mostra-nos como a chamada “arraia miúda”, no referido contexto, “participa activamente em todos os motins ou movimentos sociais de tipo revolucionário”. Penso que tal discurso pode ser indicativo do desejo de domesticação do povo, isto é, uma intenção de captar, capturar e possivelmente mesmo coordenar seu ímpeto revolucionário, objetivando anular seus perigos e canalizar suas potências.

Passo agora ao meu segundo eixo de análise, os elementos não europeus. Com tal termo, refiro-me a todos os elementos narrativos, sejam personagens ou espaços, não originários da Europa. Trata-se de uma categoria em construção, mais que as outras, uma vez que ainda está por se concluir se este pertencimento seria de fato um critério determinante na lógica de minhas fontes.

Neste gênero, a ação inicialmente se desenrolava tendo, como principal palco, territórios clássicos da geografia artúrica, como Escócia, Bretanha e Gália. Isto muda a partir do ciclo dos *Palmeirim* (1511), que acrescenta o eixo grecoasiático, e com o ciclo dos *Clarián* (1511-1528), que traz a Europa nórdica ou setentrional, culminando no de *Belianís* (1545-1620), onde parte das aventuras ocorre mesmo na costa americana (MARÍN PINA, 2011c, p. 43).

Também não podemos esquecer, desde o ciclo dos *Amadís* (1496-1551), da presença de espaços como florestas e ilhas, estas últimas por vezes imaginárias, oferecendo um contraponto às cidades e castelos. De modo que a dualidade cidade-floresta, expressando a oposição entre civilização e silvestre, respectivamente, conforme assinalado desde a clássica referência de Le Goff (1992, p. 217), está certamente presente, indicando a existência de espaços subalternos dentro desse próprio território.

Já no que diz respeito ao aspecto externo, a investigação apontou, até agora, três principais procedimentos empregados por

essas fontes no que tange ao referido eixo de análise: homogeneização, admiração e rejeição.

Em primeiro lugar, cumpre tratar do procedimento da homogeneização. Lembremos que os livros de cavalarias são um gênero ficcional, e o discurso neles presente, via de regra, representa mais um desejo de realidade do que seu fidedigno reflexo. Se o inimigo externo é o “mouro”, compreendido enquanto uma unidade político-cultural coesa, o mesmo procedimento é aplicado ao interior do próprio território hegemônico, que, não obstante todas as suas contradições, diferenciações e múltiplas manifestações do vivido, é, entretanto, visto como uno sob a ótica dessas narrativas. Não há, por exemplo, quaisquer diferenças significativas, em termos valorativos, entre a caracterização da corte de Londres ou Constantinopla. Também não seria possível apontar quaisquer variações entre cavaleiros vindos de lugares tão diferentes como Espanha, Hungria, Grécia, França ou Inglaterra: embora essa informação, por vezes, seja mencionada de passagem, ela não desempenha nenhuma função narrativa. Todavia, cabe apontar que tal unidade de identidade sempre se manifesta quando em oposição a outra, externa: os chamados “mouros”. Atualmente, a investigação dedica-se a interrogar sobre qual o critério de unidade na lógica dessa documentação. Estaríamos diante de uma certa concepção de identidade europeia? Ou, na verdade, seria a fé cristã que cumpriria uma função determinante na construção dessa identidade compartilhada?

Já o discurso sobre os sujeitos de identidade externa é, por vezes, curiosamente ambíguo, e estaria enganado aquele que esperasse encontrar apenas injúrias. Com isso em mente, trato agora da dicotomia admiração-rejeição. Embora na condição de um dos principais inimigos, os “mouros” não são abordados unidimensionalmente. Em diversas oportunidades, pelo contrário, são vistos com certa admiração, tendo suas qualidades apontadas tanto pelo narrador quanto pelos cavaleiros cristãos. Entretanto,

mesmo os mais virtuosos mouros também possuem defeitos, que geralmente dizem respeito a alguma falha em seu caráter.

Em geral reconhece-se o poderio político e militar dos monarcas “mouros”, mas também lhes são atribuídas características morais negativas, como ambição desmedida, irracionalidade e, é claro, falta de verdadeira fé. Já quanto aos cavaleiros, pode-se destacar a sua destreza e mesmo cortesia, o que não impede de que, mais tarde, envolvam-se em atividades pouco virtuosas, como traição, fuga e deslealdades de variados tipos. Tal dinâmica comprova uma persistente desconfiança para com esse grupo, ainda que haja algum tipo de disposição em reconhecer a existência de atributos positivos. Que o reconhecimento dos ditos “mouros” ocorra mais no âmbito guerreiro e político do que no moral é, aliás, bastante significativo.

Também é importante perceber as diferenças entre as abordagens discursivas das pessoas e dos espaços que elas habitam. Há, nas três fontes que trabalho, pouquíssimas passagens que têm terras muçulmanas como pano de fundo. Porém, quando é o caso, não é possível perceber uma caracterização explicitamente inferiorizante, ainda que certamente exotocista. Há, inclusive, diversas passagens que parecem indicar uma certa admiração, seja pelas belezas naturais, seja pelas riquezas materiais. Tal procedimento faz lembrar o gênero dos livros de viagens, onde o deslumbramento diante do diferente era um dos *tópoi* mais recorrentes (LOPES, 2006). Se os livros de cavalarias, conforme tenho como atual hipótese, agiram no sentido de produzir e reforçar hierarquizações do âmbito do vivido, isto era feito de maneira muito mais complexa e contraditória do que se poderia pensar. Atualmente, a pesquisa dedica-se a investigar mais a fundo os contextos em que são mobilizados cada um desses procedimentos, bem como seus respectivos sentidos sociais, quer dizer, a maneira como se relacionam com movimentos da história em sua materialidade.

Tratarei agora de minhas conclusões parciais acerca dos gêneros e suas variantes, tendo como base teórica para esse conceito

as reflexões de Scott (1986). A partir da leitura completa das fontes, consegui delinear algumas variantes gerais. Ainda que os personagens guardem características particulares, em um nível maior de abstração torna-se possível enquadrá-los em tipos mais amplos. A primeira variante masculina é a mais relevante do ponto de vista narrativo e axiológico e, por essa razão, a de mais fácil identificação. Trata-se da variante “cavaleiro devoto”. Ela é, sobretudo mas não somente, representada pelos protagonistas. Os personagens dessa variante são excepcionais tanto no aspecto bélico quanto amoroso. Via de regra saem vitoriosos de suas batalhas e, além disso, são especialmente devotos a suas amadas. Esta devoção segue a lógica do *fine amor*, em particular na forma desenvolvida ao norte da França, onde o cavaleiro serve à sua dama à beira da auto humilhação (REGNIER-BOHLER, p. 50). Mas esta não é a única forma que os cavaleiros se relacionam com as damas nos livros de cavalarias. Complementarmente, há a variante que denominei “cavaleiro promíscuo”, caracterizada por equivalente habilidade guerreira ao tipo anterior, porém, de conduta amorosa reprovável, que pode se manifestar, por exemplo, na existência de múltiplos interesses românticos simultâneos por parte de um personagem.

Uma outra variante é a do homem de idade avançada. Tem como diferencial o baixo desempenho, tanto nas armas quanto no amor, embora esteja (ou é tornado implícito que já esteve) envolvido com ambos. Por último, temos a variante do “escudeiro inapto”. Os escudeiros não costumam participar diretamente das batalhas; inclusive, é bastante comum que demonstrem medo ou pavor diante de semelhantes situações. Tampouco se envolvem em aventuras amorosas. Portanto, representam a negação dessas dimensões, embora seja valorizada sua lealdade aos seus senhores.

A partir dessa catalogação, percebi que o critério de valorização do masculino é a virtuosidade, tanto bélica quanto amorosa. O desvio de qualquer uma dessas duas qualidades, seja por que razões for, implica uma progressiva desvalorização axiológica dos personagens. Desse modo, a variante do “cavaleiro devoto”

indiscutivelmente ocupa o topo. A variante do “cavaleiro promíscuo”, embora igualmente excepcional em combate, peca no aspecto romântico e, portanto, é menos valorizada. Ao passo que o “homem de idade avançada” tem tanto seus eixos amoroso quanto bélico comprometidos, embora não completamente nulificados. Já o “escudeiro inapto”, por não ter envolvimento amoroso e demonstrar covardia em combate, detém a pior posição.

Passo agora à abordagem das variantes femininas. Em primeiro lugar, temos a variante da “bela ingrata”. A beleza física (ou *formosura*, como prefere as fontes) é a característica mais valorizada dentre o sexo feminino pelos livros de cavalarias. Caso presente, é sempre o elemento mais enfatizado e positivamente mencionado. Por vezes, essa beleza pode ser utilizada para exercer, através do fascínio, um controle sobre o sexo masculino. Essa é uma das maneiras pelas quais as mulheres podem fazer valer seus interesses nesse universo. Apesar dos serviços do cavaleiro em seu nome, a “bela ingrata” não cede aos seus pedidos, e pouco ou nada lhe dá em troca. Esse recato, contudo, não é explicitamente valorizado, até pelo contrário. Isto evidencia como, mais do que refletir um pensamento religioso e moralista, estas fontes partem de uma perspectiva cavaleiresca do mundo.

A outra maneira pela qual as mulheres podem exercer controle sobre outrem é por meio da manipulação. Seja por meio de estratégias, seja pelo convencimento através da lábria, e utilizando-se de sua posição social “privilegiada” (isto é, considerando a obrigação dos cavaleiros em servir damas), conseguem atingir certos objetivos. Designei esta variante como a da “dama ardilosa”.

Em toda a extensão das fontes que trabalho aqui, há raríssimos exemplos desta próxima variante. É provável que eu a deixasse de lado, não fosse a sua excepcionalidade, que a faz merecer figurar aqui. Trata-se da “Donzela Guerreira”, que inclusive chega a constituir um *tópos* dos livros de cavalarias, e que Marín Pina (2011b) estuda mais detidamente sob a designação de “lo tema de la Virgo

Bellatrix”. Apesar dessa especificidade do pertencimento ao universo bélico, não obstante é mencionada (e valorizada) a beleza física da personagem. Ademais, é significativo pensar no caso de Pinaflor, única representante dessa variante no *Memorial*, que, no único confronto bélico por ela protagonizado, necessita ser auxiliada por seu irmão.

Há somente uma variante que parece não exercer nenhum perigo aos homens: a da “dama de companhia”, geralmente servidora e amiga próxima da pretensão amorosa do cavaleiro protagonista. Ela serve como principal ponte que viabiliza o contato entre as partes, entregando cartas, combinando encontros e fornecendo conselhos aos amantes.

Note-se que cada as duas primeiras variantes exercem um controle sobre o masculino, por meio de diferentes estratégias. No caso da “bela ingrata”, isto se dá através da formosura, valorizada, porém perigosa. Já quanto à “dama ardilosa”, mediante a astúcia feminina, contra a qual se pretende fazer um alerta. No âmbito do discurso, é transparente o receio diante dessas duas formas de poder feminino: ludibriante beleza e ardilosa natureza.

Com muito menor recorrência, temos as variantes da “donzela guerreira” e “dama de companhia”. A primeira, ao assumir essa posição eminentemente masculina, é relativamente valorizada por isto, embora se tenha informado explicitamente sua menor habilidade bélica (esta necessidade não deixa de ser curiosa: haveria um certo receio em equiparar, neste âmbito, homens e mulheres, mesmo que por uma única personagem?). Já sobre a segunda, a “dama de companhia”, pouco se diz sobre, tanto positiva quanto negativamente. Talvez por não representar quaisquer empecilhos à realização da vontade masculina, isso tenha parecido desnecessário.

Tais conclusões apontam para a vigência de uma visão masculina de mundo nos livros de cavalarias. Dado que, a despeito disso, tal gênero era intensamente consumido pelo público feminino (MARÍN PINA, 2011a), é vital considerar em que medida esses textos fundamentavam certas concepções no imaginário

desse público, e suas potenciais consequências. Por outro lado, há também que se levar em conta o caráter subversivo de tal literatura, atestado por depoimentos coetâneos dos chamados “moralistas” (MARÍN PINA, 2011a, p. 356). Apenas o desenvolvimento da pesquisa revelará qual dessas linhas têm maior peso na materialidade da história.

Referências

Fontes

BARROS, João de. **Crónica do Imperador Clarimundo, donde os reis de Portugal descendem**. F. Marques Braga (ed.), Lisboa: Sá da Costa, 1953.

MORAES, Francisco de. **Palmeirim de Inglaterra**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de. **Memorial das proezas da segunda Távola Redonda**. João PALMA-FERREIRA (ed.). Lisboa: Lello Editores (Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2), 1998.

Bibliografia

BERNS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: a Very Short Introduction, **European Journal of English Studies**. v15:2, p. 97-100, DOI: 10.1080/13825577.2011.566690

ELLIOT, Andrew B. R. A Vile Love Affair: Right Wing Nationalism and the Middle Ages. **The Public Medievalist**, 14 de fev. de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QObKX9> Acesso em 20. jul. 2020.

JÚNIOR, Carlile Lanzieri. **Cavaleiros de cola, papel e plástico**: sobre os usos do passado medieval na contemporaneidade. Campinas: D7 Editora, 2020.

JÚNIOR, Carlile Lanzieri. Ontem e hoje, o porta estandarte: Reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. **Roda da Fortuna**:

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievalo, v. 8, n. 2, 2019, p. 189-209.

https://www.revistarodadafortuna.com/_files/ugd/3fdd18_8a84906dd23e4dc185201d4939658cdb.pdf Acesso em 12 abr. 2022

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOPES, Paulo. Os livros de viagens medievais. **Medievalista**, v. 2, 2006, p. 1-32. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4060212.pdf>

LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. Amadís de Gaula: un héroe para el siglo XXI. **Tirant**, v. 11 2008, p. 99-118. Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/Tirant/article/view/3462/3163>

MARÍN PINA, M^a Carmen. El público y los libros de caballerías: las lectoras. In: **Páginas de sueños: estudios sobre los libros de caballerías castellanos**. Institución Fernando El Católico: 2011a. p. 351-375.

MARÍN PINA, M^a Carmen. La doncella andante y la libertad imaginada. In: **Páginas de sueños: estudios sobre los libros de caballerías castellanos**. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011b. p. 267-305.

MARÍN PINA, M^a Carmen. Los libros de caballerías: ficciones gustosas y artificiosas. In: **Páginas de sueños: estudios sobre los libros de caballerías castellanos**. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2011c. p. 19-68.

MORENO, Humberto Baquero. **Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

PACHÁ, Paulo. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema-direita. **A pública**, 30 de abr. de 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2Ou6oiG> Acesso em 06 ago. 2022.

PACHÁ, Paulo. Why the Brazilian Far Right Loves the European Middle Ages. **Pacific Standard**, 12 de mar. de 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3j8x4ng> Acesso em 06 ago. 2022.

RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Amor cortês. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval vol. I**. São Paulo: Edusc, 2002.

SCHECHNER, Caio Rodrigues. **As duas faces de Dom Quixote**: uma análise comparativa da representação da cavalaria nas obras de Montalvo e Cervantes (séculos XVI-XVII). 2020. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao-caio>. Acesso em: 15 out. 2022.

SCHECHNER, Caio Rodrigues. Possibilidades historiográficas de um gênero esquecido: sobre os libros de caballerías ibéricos. **Revista Cantareira**, n. 33, 28 maio 2020b.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender: a useful category of historical analysis*. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, 1986, p. 1053 - 1075.

ZIERER, Adriana; JÚNIOR, Álvaro Alfredo Bragança. O germano e os ritter a serviço do nacional-socialismo – propaganda e reapropriação política da imagem dos germanos e dos cavaleiros medievais na Alemanha dos anos 40. In: **Cavalaria e Nobreza: entre a História e a Literatura**. Maringá: EDUEM, 2017.

LUZES, MINÉRIOS E DESTRUIÇÃO: OS ILUSTRADOS IBERO-AMERICANOS E OS PROJETOS DE REFORMA DA MINERAÇÃO

Felipe Mesquita Antunes*

O reformismo ilustrado praticado pelos impérios ibéricos a partir da segunda metade do século XVIII foi tradicionalmente enquadrado sob uma lente específica: ele é associado ao processo de absorção das ideias ilustradas em territórios portugueses e espanhóis visando uma modernização dos métodos administrativos e das técnicas utilizadas na exploração dos recursos naturais de seus impérios. Portanto, apesar de haver inúmeras variações nesse modelo explicativo, trata-se de uma tese baseada em duas premissas fundamentais: a identificação dos ibéricos como receptores de ideias que vinham de fora, no caso, dos países do noroeste europeu, vistos como os pioneiros da ilustração; e a percepção de que os métodos e técnicas empregados nas possessões ibéricas estavam defasados e precisariam ser aprimorados também por meio da recepção de conhecimentos que estavam sendo desenvolvidos no Atlântico Norte. Importante assinalar que essa ideia de impérios ibéricos “material e mentalmente” defasados, para usar os termos de Francisco Falcon (FALCON, 1982, p. 196 -7), deve ser compreendida como uma das expressões de um discurso mais amplo, que tem sua origem ainda no século XVI por meio da difusão do que convencionou-se chamar de *leyenda negra*. Isto é, no conjunto de imagens pejorativas que eram associadas aos ibéricos, e sobretudo aos espanhóis. Inicialmente, estavam relacionadas às denúncias de

* Estudante do Doutorado no Programa de pós-graduação em História da UFF, orientado pelo professor Leonardo Marques e vinculado ao núcleo de pesquisa Commun – Núcleo de História Comparada Mundial da Universidade Federal Fluminense.

uma suposta crueldade no trato com os indígenas que seria inerente aos ibéricos¹. Contudo, o discurso foi sendo amplificado pelos rivais espanhóis, que estimularam a sua repercussão na esteira dos embates de protestantes contra católicos ocorridos durante a Reforma (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2009, p. 20 – 45) e de acordo com as suas pretensões imperiais de consolidar uma imagem pública negativa dos espanhóis em contraste com a autoimagem positiva dos seus impérios (INCE, 2018, p. 26-27). Com o tempo, outros aspectos pejorativos foram atrelados aos ibéricos, notadamente a preguiça, a negligência, a falta de industriiosidade e a rejeição aristocrática ao trabalho manual.

Ainda hoje, essas imagens derivadas da *leyenda negra* – especialmente as comparações formais que distinguem o noroeste europeu como avançado e desenvolvido e os ibéricos ou a América Latina como atrasados e subdesenvolvidos – estão amplamente disseminadas nas ciências sociais e podem ser percebidas em trabalhos de diferentes perspectivas teóricas. Tratando dos estudos sobre o período colonial brasileiro, isso pode ser visto, por exemplo, nas correntes do Antigo Sistema Colonial e do Antigo Regime nos Trópicos. A primeira oferece uma leitura em que o reformismo ilustrado aparece como uma política da metrópole visando atenuar as contradições entre as engrenagens do sistema colonial, o polo atrasado do sistema, e as novas demandas do capitalismo industrial, seu polo avançado, e, assim, tentar evitar a crise final do sistema (NOVAIS, 1983). Ao passo que, no Antigo Regime nos Trópicos, opõe-se a figura do Atlântico Norte moderno e capitalista à imagem das monarquias ibéricas como sociedades arcaicas e não capitalistas (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001). Essa dicotomia que segue informando parte importante dos trabalhos historiográficos nos dias atuais é, por sua vez, tributária do nacionalismo metodológico, pois, na medida em que restringe as análises dos objetos às fronteiras

¹ Discurso que ganha notoriedade a partir da repercussão dos debates entre Sepúlveda e Las Casas, especialmente com a divulgação da obra de Las Casas, *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales*.

nacionais, contribui para que histórias integradas, que estiveram se condicionando mutuamente, sejam vistas como trajetórias separadas e, por vezes, opostas.

Tendo em vista essas questões, este trabalho tem por objetivo realizar uma análise da produção intelectual de figuras importantes do processo de reforma na mineração em três das quatro principais regiões mineradoras na América colonial (Minas Gerais, Nova Espanha e Nova Granada). Pretende-se, com a exposição de resultados iniciais da pesquisa em andamento, oferecer apontamentos sobre o modo como o pensamento desses ilustrados ibero-americanos ligados às reformas da mineração pôde movimentar aquilo que Jason Moore chamou de fronteira da mercadoria (MOORE, 2013, p. 19) para o ouro e a prata nessas regiões. Nessa perspectiva, o movimento de avanço e recuo nas fronteiras do ouro e da prata será apreendido como um processo que também é geocultural, ou seja, que perpassa não apenas os processos materiais relacionados à produção da mercadoria, mas também as ideias e os valores que promovem e viabilizam tais ações (MOORE, 2021, p. 746). Percorrer esse caminho será crucial para se ter uma compreensão melhor sobre o pensamento que esteve por trás desse movimento por reformas, permitindo verificar as conexões, as semelhanças e diferenças do que estava sendo defendido e realizado nesses espaços da mineração.

Nas últimas décadas, a historiografia que tratou desses reformistas ilustrados vinculados à mineração no Brasil e na América espanhola tomou com frequência os postulados que citamos anteriormente: apropriação de ideias vindas do noroeste europeu e a tentativa de superar o atraso técnico e administrativo. Isso não ocorreu por acaso. Como veremos nos exemplos a seguir, essas ideias eram reproduzidas, em graus variados, na maioria dos textos deixados por esses intelectuais, e, de fato, correspondiam a aspectos importantes do que era o contexto ideológico, político e econômico daquele período. A assimetria, sobretudo em termos econômicos, que havia entre os impérios ibéricos e países como

França, Inglaterra e Países Baixos foi sentida e repercutida pelo público letrado europeu ao menos desde a metade final do XVII, e foi algo que se aprofundou ainda mais ao longo do século XVIII. Portanto, para os ilustrados do final do XVIII e do início do XIX situados nos impérios ibéricos, era um lugar comum apontar a decadência de seus impérios e a necessidade de tomar certas medidas que eram adotadas nos países centrais da economia-mundo. Porém, este não era um discurso neutro e objetivo sobre uma inferioridade em certos setores da economia ou no âmbito militar. A sua disseminação estava permeada por elementos do discurso da *leyenda negra*, algo que implica em consequências importantes para a análise dos escritos desses intelectuais. Por esse motivo, deve-se ter em mente que as opiniões e projeções realizadas por esses autores correspondiam, via de regra, a uma visão de mundo carregada por essas imagens em que as práticas e os conhecimentos desenvolvidos no noroeste europeu eram reconhecidas *a priori* como superiores e mais corretas do que aquelas empregadas nos impérios ibéricos².

Por isso, nos escritos dos ilustrados reformistas era frequente a realização de balanços sobre a trajetória dos impérios ibéricos, com o objetivo de indicar quando e por que teve início a decadência desses impérios. O brasileiro Manuel Ferreira da Câmara, que chegou a ocupar o cargo de intendente do Distrito Diamantino, identifica o declínio do império português ainda no século XVI, “Com a perda das conquistas que aí possuíam [no Oriente], ficaram com o luxo, mas sem riqueza: eis aqui o princípio da ruína” (CÂMARA, 1958, p. 501). No caso espanhol, a análise era semelhante. Fausto de Elhuyar, mineralogista espanhol que atuou como Diretor Geral das Minas da Nova Espanha, credita o declínio

² Não faltaram esforços dos ibéricos nesse período para rechaçar as imagens mais caricatas e depreciativas da *leyenda negra*, como a associação com a preguiça, a crueldade e a negligência (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2012), mas, como veremos, uma parte importante dos traços desse discurso também eram reproduzidos por esses intelectuais.

do império às guerras lutadas pelos espanhóis desde os tempos de Carlos V e Felipe II e, especialmente, à expulsão de mouros e judeus do território espanhol, medida que resultou na saída de parte importante da população e, por consequência, provocou “un vacío muy considerable en la industria de la Península”, sobretudo porque, na sua leitura — que reproduzia de maneira cristalina elementos da *leyenda negra* mencionados anteriormente —, eram eles que exerciam os trabalhos manuais rejeitados pelos espanhóis (ELHUYAR, 1825, p. 117).

Nos escritos desses intelectuais reformistas, a identificação das causas históricas para o suposto atraso ibérico era, por sua vez, acompanhada de críticas ao estado das duas monarquias no momento em que escreviam. Afinal, suas intervenções partiam do apontamento de problemas e defasagens desses impérios para convencer sobre a necessidade de uma agenda de reformas que viesse a superá-los. Por esse motivo, vemos intelectuais como José Celestino Mutis, que se notabilizou como diretor da Real Expedição Botânica de Nova Granada, falando dos “imponderables atrasos de este reino”, os quais seriam causados por “el total abandono de sus preciosas minas y riquezas naturales”. Para Mutis, e grande parte dos intelectuais reformistas, a explicação para tal estado de abandono e desperdício na exploração das riquezas naturais americanas se encontrava na falta “de los conocimientos sólidos de las ciencias útiles en este nuevo mundo” (MUTIS Y BOSIO, 1953, p. 165; 197). Diante desse quadro, as coroas ibéricas buscaram enviar universitários para os centros europeus em que se praticava a ciência moderna, especialmente os chamados conhecimentos “úteis”, como os ramos da história natural, da química, da metalurgia e da mineralogia. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio no império luso e com os irmãos Elhuyar no império espanhol³. Logo, essa busca por conhecimentos vindos

³ Câmara e José Bonifácio se formaram em Coimbra e depois fizeram uma viagem por centros científicos da Europa financiada pela coroa portuguesa. Em seguida, regressaram ao Brasil para assumir cargos importantes ligados à mineração.

do noroeste europeu de fato ocorreu, e os intelectuais que temos analisado foram formados com base na concepção específica de ciência que era trabalhada nesses espaços⁴, razão pela qual rejeitavam e consideravam inferiores as técnicas empregadas na América que não seguiam os seus parâmetros⁵.

Esse ambiente intelectual marcado pela depreciação da trajetória e das práticas dos impérios ibéricos ainda era acompanhado de uma forte hostilidade aos próprios metais preciosos. Nesse sentido, chama a atenção como, mesmo com o século XVIII sendo o auge da produção mineira da época colonial nas regiões estudadas (TePASKE, 2010), os reformadores da mineração nos impérios ibéricos tiveram que travar um embate com os opositores da mineração, evidenciando que não havia um único projeto de reforma. Nas palavras de Elhuyar, o criticismo à atividade mineradora estava “difundido y arraigado demasiado hasta en las gentes de mayor ilustración” (ELHUYAR, 1825, p. 102) e era fundamentado a partir dos mais variados argumentos:

la apariencia de su menor necesidad, la restriccion de su cultivo á paises regularmente montuosos, y poco frecuentados, la repugnancia que naturalmente inspira su ejercicios y el concepto de la poca estabilidad de sus empresas (...) De aqui procede, que por muchos se contemple como un simple recurso aislado, para terrenos inservibles

Trajectoria semelhante à de Fausto e Juan José Elhuyar, que também viajaram à estudo pela Europa com os recursos da coroa espanhola e depois assumiram os cargos de Diretor Geral das Minas na Nova Espanha e em Nova Granada, respectivamente.

⁴ Trata-se da concepção influenciada pela filosofia natural newtoniana, que prezava especialmente pela experimentação como elemento validador dos conhecimentos.

⁵ Contudo, a despeito desse movimento, é preciso ressaltar que diversos trabalhos nos últimos anos vêm demonstrando que os conhecimentos que moldaram o mundo atlântico circularam em diferentes sentidos, sem a presença de um centro único de irradiação e contando com a participação ativa de grupos subalternos (NORTON, 2017, p. 18 - 38), além de alguns desses valorizarem especificamente o pioneirismo ibérico na construção de visões modernas e de uma ciência utilitária, sobretudo a partir das suas contribuições em campos como a história natural, a botânica e a cartografia (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2012).

y gentes estrechadas por la necesidad á buscar en ellos su precisa subsistencia, ó de otras arrastradas por la codicia á conseguir una fortuna violenta, las mas veces imaginaria (...), sin transcendencia al bien general, ni relacion con la felidat [sic] común del Estado (ELHUYAR, 1825, p. 5- 6).

Nota-se, nessa série de imagens pejorativas sobre os metais preciosos, que a crítica poderia atingir desde aspectos da produção até restrições de cunho moral, como a ideia de fomentar a cobiça nas pessoas. Também era comum que os críticos aos metais atribuissem ao ouro e à prata “la decadencia ó completo aniquilamiento de su [Espanha] brillante anterior perspectiva en fábricas, manufacturas, agricultura, comercio y grandiosa representacion entre las naciones europeas” (ELHUYAR, 1825, p. 101). Não era uma oposição circunscrita ao império espanhol, pois, como lembra o ministro reformista português, D. Rodrigo de Souza Coutinho, “homens célebres na literatura e na política”, como Montesquieu, defendiam a tese de que os metais preciosos eram “a principal causa da decadência das nações que as possuem e da ruína das suas indústrias” (COUTINHO, 1993, p. 169). A disseminação dessa rejeição à posse de territórios produtores dos metais que eram a mercadoria universal, a mais desejada à época na economia-mundo, responsável por viabilizar o comércio mundial e a estrutura financeira dos estados nacionais, nos mostra a força e o grau de adesão que as imagens decorrentes do discurso da inferiorização dos ibéricos poderiam ter, a ponto dos próprios habitantes desses impérios incorporarem seus elementos, ainda que estes fossem críticas diretas a um dos principais recursos de suas economias⁶.

Em resposta, os reformistas ilustrados tiveram que fazer uma defesa enfática da mineração de metais preciosos como um ramo que

⁶ O grau de adesão a esse discurso crítico aos metais preciosos foi percebido mesmo em Minas Gerais, como demonstrou Laura de Mello e Souza ao indicar uma série de atores locais retratando o ouro como uma falsa riqueza (MELLO e SOUZA, 2004, p. 52 – 55).

seria benéfico para a economia dos seus reinos⁷. Frente a toda essa desconfiança, desconstruir as críticas mostrou-se parte da estratégia de convencimento da administração real de que as reformas no setor deveriam ser priorizadas. Ou seja, diferentemente do que é sugerido tradicionalmente pela historiografia do reformismo ilustrado, as tentativas de reforma na mineração ocorreram em meio a disputas e desconfianças. Embora a política oficial de ambos os impérios tenha apoiado essas reformas, pode-se questionar, a julgar pelos próprios relatos desses reformadores, repletos de críticas ao descaso com a mineração e de reivindicações recorrentes que não eram atendidas⁸, o quanto elas foram priorizadas.

Contudo, os intelectuais reformistas se notabilizaram não apenas pela defesa da mineração, mas principalmente pelas suas críticas aos métodos e técnicas que eram utilizados na mineração americana, considerados por eles como atrasados e rudimentares. Para Domingos Vandelli, naturalista italiano membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, o ouro do Brasil “athé agora se deixou somente nas mãos de pessoas ignorantes de mineralogia, com grave prejuizo

⁷ É o que faz D. Rodrigo de Souza, ao afirmar que “Crescendo o seu produto [das minas], e crescendo a povoação, crescem igualmente as necessidades, estas aumentam a indústria da metrópole, e as fortunas dos comerciantes tomando então um rápido voo, todos os gêneros da metrópole, acham uma pronta saída em navios nacionais, e o comércio de cabotagem e economia, vem ainda enriquecer a nação (...) (COUTINHO, 1993, p. 169 – 170); e também Mutis, ao dizer que “Lejos de impedir las minas el ramo de agricultura, ellas le darán mayor impulso a beneficio de la rapidez con que se va aumentando la población de estos dominios, cuyos preciosos frutos inclinarán también la balanza de comparación en la opulencia de la Nueva España y Perú” (MUTIS Y BOSIO, 1953, p. 193).

⁸ Como podemos ver por este trecho em que Elhuyar, apesar de não culpar o monarca, como era comum nesse tipo de relato, expressa a sua insatisfação com as condições da mineração na América espanhola: “A pesar de este grande empeño de nuestros Soberanos en favorecer a la minería en aquellas regiones, se han visto en varios casos contraria das sus benéficas intenciones, por el indiscreto celo y falta de conocimientos en la materia, de los que debian coadyugar á realizarlas, esmerándose en solicitar los arbitrios conducentes, y en admitir los que se les propusiesen de esta especie, en vez de repugnarlos y desecharlos con tenacidad” (ELHUYAR, 1825, p. 7).

do Estado” (VANDELLI, 1898, p. 266); algo semelhante pode ser visto na descrição de Manuel Ferreira da Câmara sobre o perfil do mineiro no Brasil: “Fraco e desanimado, pensionado com o quinto, e com todos os direitos que paga sôbre as matérias que servem à extração das minas, e mais que tudo ignorante, extrái ordinariamente o ouro de mais fácil extração” (CÂMARA, 1958, p. 518); e também no relato de Mutis acerca da mineração na América espanhola:

“Observé las operaciones de América y a poco tiempo conocí que no sólo no había método ni ciencia sino también que era incapaz de reducir a reglas científicas unas operaciones en que procedían a ciegas los que se tenían por maestros: defecto que especialmente provenía como esencial de aquel arte” (MUTIS Y BOSIO, 1983, p. 223).

Transparecem, nessas descrições, a ideia de que a ignorância e o atraso marcavam a extração dos minérios. Diante desse diagnóstico, a solução defendida por esses autores passava essencialmente pela aplicação da ciência, aos moldes do que era praticado no noroeste europeu, para modernizar as técnicas, os métodos administrativos e educar os mineiros⁹.

Porém, é importante que se leve em consideração os estudos recentes sobre a mineração americana que oferecem um retrato mais realista de como estava organizada a produção desses metais. Trabalhos como os de Flávia Reis (REIS, 2007) e Ana Carolina Capanema (CAPANEMA, 2013) revelam uma outra imagem para a Minas Gerais setecentista: em vez da falta de conhecimentos e exploração restrita ao ouro de aluvião, mais acessível, temos uma combinação de diferentes técnicas e formas de exploração, incluindo a exploração em morros, com a realização de grandes obras, desvios de fluxos de rios e uso de máquinas, sobretudo o rosário. O mesmo

⁹ Partindo dessa análise, os ilustrados passaram a defender uma série de propostas como a criação de escolas e tribunais voltados especificamente para a mineração, a aplicação de novos métodos e técnicas a serem utilizados na extração e fundição dos metais, além de benefícios fiscais e subsídios na compra de materiais usados na mineração, sobretudo o mercúrio no caso da América espanhola.

pode ser dito sobre trabalhos como o de Lang (LANG, 2009) acerca dos métodos de extração de metais utilizados na América espanhola, que revela o quanto o método de amalgamação criado na América espanhola, o *beneficio de patio*, se mostrou efetivo nas minas americanas. Apesar do protesto de ilustrados como Mutis¹⁰, viu-se a continuidade do *beneficio de patio* como a principal técnica de amalgamação, superando inclusive métodos balizados pela química moderna que os espanhóis tentaram, sem sucesso, introduzir no período das reformas (LANG, 2009, p. 668). Em suma, como lembra a historiadora Ann Twinam — em uma reflexão sobre a mineração da Antioquia, em Nova Granada, mas que segue válida para outras regiões: não era a falta de conhecimentos, mas “o equilíbrio particular entre as possibilidades e as limitações impostas pelos recursos naturais e humanos existentes” (TWINAM, 1982, p. 46, tradução nossa) que moldou as diferentes formas de exploração nesses espaços da mineração.

Reconhecer essa questão possibilita um novo olhar para os escritos dos intelectuais que abordamos. Em vez de uma reprodução acrítica das suas análises da mineração americana, como se fossem um discurso neutro e objetivo, pode-se perceber as suas falas como parte importante do processo geocultural que cria as condições para o movimento de fronteira do ouro e da prata, como vimos no caso das intervenções em defesa da mineração. Assim, deve-se ter em mente que estes eram textos carregados de elementos derivados do quadro político e ideológico em que esses autores estavam inseridos, o que inclui, por exemplo, os fragmentos do discurso da *leyenda negra*, que eram a todo momento projetados em suas reflexões. Longe de esvaziar a importância desses escritos, essa compreensão

¹⁰ Para Mutis, que era defensor da substituição do *beneficio de patio* pelo método da fundição, “El beneficio por azogue sólo tiene lugar en las minas ricas, en que a pesar de los muchos desperdicios siempre se logra sacar abundante porción de plata (...) vendremos siempre a parar en la absoluta necesidad de trabajar las minas de este Reino por el beneficio de fundición, que ha sido en todos los siglos y en todas las regiones del mundo el más natural, más sencillo y menos costoso.” (MUTIS Y BOSIO, 1983, p. 168 - 169).

permite que, a partir de uma análise crítica e integrada da produção intelectual desses agentes reformadores, se possa apreender como as suas ideias e valores estiveram articulados com o contexto sistêmico mais amplo e com as mudanças e continuidades nas diferentes zonas mineradoras. Desse modo, com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se alcançar uma visão de conjunto daquilo que costuma ser trabalhado de maneira apartada, restrita às fronteiras de cada império, e, com isso, ampliar o entendimento sobre o reformismo ilustrado e a mineração americana nos impérios ibéricos.

Referências

CÂMARA, Manuel Ferreira da. “Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil”, in: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara**. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958. p. 499 – 523.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a história do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no Mundo Atlântico do século XVIII**. São Paulo: EDUSP, 2012.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Nature, Empire, and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

CAPANEMA, C. M. **A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

ELHUYAR, Fausto de. **Memoria Sobre El Influjo De La Minería En La Agricultura, Industria, Población y Civilización De La Nueva España En Sus Diferentes Épocas, Con Varias Disertaciones Relativas á Puntos De Economía Pública Conexos Con El Propio Ramo**. Madrid: Imprenta De Amarita, 1825, p. 117

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (1ª edição 1993, edição revista).

INCE, Onur Ulas. **Colonial Capitalism and the Dilemmas of Liberalism**. Oxford, United Kingdom, New York, NY: Oxford University Press, 2018,

MELLO e SOUZA, L. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MOORE, J. W. **El auge de la ecología-mundo capitalista (i)**. Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Laberinto*. 2013, p. 19.

MOORE, Jason W. **Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life**. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./Dec. 2021, p. 746

MUTIS Y BOSIO, José Celestino. **Escritos científicos de Don José Celestino Mutis** / Compilación y notas de Guillermo Hernández de Alba. Prólogo de Gonzalo Hernández de Alba Ospina, Profesor de la Universidad Nacional e Individuo correspondiente de la Academia Colombiana de Historia, Miembro honorario de la Sociedad Colombiana de Historia de la Medicina, etc. Tomo II. Matemáticas, Astronomía, Ciencias Naturales y Crítica literaria. Bogotá, D. E.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica; Editorial Kelly. 1953.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983

NORTON, Marcy Norton. *Subaltern Technologies and Early Modernity in the Atlantic World'*, **Colonial Latin American Review**, 26.1, 2017, p. 18 – 38.

REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

TePASKE, John J., **A New World of Gold and Silver**. Leiden, Netherlands; Boston: Brill, 2010.

TWINAM, Ann. **Miners, Merchants, and Farmers in Colonial Colombia, Latin American Monographs** (University of Texas at Austin. Institute of Latin American Studies); No. 57. Austin, Tex.: University of Texas Press, 1982.

A PEDRA FILOSOFAL QUE NASCE DO CHÃO: DUARTE RIBEIRO DE MACEDO E A TRANSPLANTAÇÃO DAS DROGAS DO ORIENTE

Pedro Affonso Mattos de Azevedo Oliveira*

Introdução

A conquista da independência portuguesa com o fim da Guerra de Restauração (1640-1668) marca o início de uma significativa estabilidade política no reino, mas não sem os custos deixados por 60 anos de união dinástica e por 28 anos de conflito com a coroa castelhana. O preço de sua principal *comodity*, o açúcar, se encontrava significativamente baixo, fruto principalmente da competição com a produção açucareira das Antilhas. O investimento em áreas militares, essenciais para o sucesso na guerra e na recuperação de conquistas como o Nordeste do Brasil e Angola, enfraqueceu setores da economia, como o têxtil e o manufatureiro (FARIA, 2003, p. 265). Uma enorme quantidade de dinheiro era perdida por conta de problemas na coleta de impostos e com a questão do contrabando. Demograficamente, a população portuguesa tendia à estagnação e perdia constantemente pessoas para as conquistas. No campo, 2/3 das terras eram de posses de nobres e da Igreja e 3/4 das terras totais de Portugal estavam sem exploração (HANSON, 1986, p. 34). As constantes importações, fossem elas de cereais, itens de primeira necessidade ou de artigos de luxo, criaram um déficit severo e geraram escassez de moeda no reino (ROSSINI, 2010, p. 119). Esses fatores, somados à perda de algumas das principais conquistas portuguesas no Oriente e a consequente perda do controle do comércio das especiarias

* Mestrando em História Social no PPGH-UFF, orientado pelo professor Renato Franco. Bolsista financiado pela CAPES.

orientais, teve por produto uma série de reflexões originadas com o seguinte intuito: recuperar a saúde do reino de Portugal.

Dentre diversas figuras que se dedicaram aos melhoramentos da condição portuguesa, destaca-se um homem que viria a ser considerado um dos mais importantes pensadores mercantilistas portugueses: Duarte Ribeiro de Macedo. Lisboa, batizado no ano de 1618, era filho de Jerónimo Ribeiro, um homem de leis que ocupou diversas ocupações jurídicas, e D. Maria de Lagos, cuja família tinha raízes nas atividades marítimas. Coursou Filosofia em Évora na Universidade dos Jesuítas e Direito na Universidade de Coimbra. Iniciou sua carreira como juiz de fora e alçou diversos cargos, como corregedor da Torre de Moncorvo (1656), desembargador extravagante da Relação do Porto (1659), desembargador dos Agravos da Relação do Porto e Corregedor do Crime (1662), desembargador extravagante da Casa de Suplicação (1666), desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação (1668) e Conselheiro de Fazenda (1674). Sua notoriedade, porém, advém do tempo em que serviu ao reino de Portugal como diplomata, estando presente na corte de Paris por duas vezes (a primeira enquanto secretário de embaixada, em 1659-1660, e a segunda enquanto enviado extraordinário e residente, entre os anos de 1668 e 1676), na corte de Madri (entre 1677-1679) e também o faria na corte de Turim, se não tivesse sido acometido de uma doença e falecido em Alicante, no caminho para a embaixada. (FARIA, 2008, p. 242)

Foi durante sua segunda passagem na corte parisiense que Duarte Ribeiro de Macedo escreveu suas mais significativas reflexões acerca da questão econômica portuguesa. Imerso em uma atmosfera cultural distinta, o diplomata lisboeta teve contato com os mais variados tipos de pessoas, entre nobres cortesãos, diplomatas de outras potências, comerciantes e práticos. Ademais, o acesso a livros e a escritos indisponíveis em Portugal também permitiu o maior contato do autor com novidades dos mais diversos tipos, de estudos científicos a espelhos de príncipes. Da sua experiência na corte, pautada na observação, no estudo, na escrita e na conversação,

surgiram dois de seus principais alvites: o *Discurso sobre a Introdução das Artes* e o *Discurso sobre a transplantação (...)*, ambos elaborados no ano de 1675. Possuindo o mesmo objetivo sob diferentes frentes, os escritos foram enviados à corte portuguesa no mesmo ano e serviram de base e/ou inspiração para muitas das políticas econômicas realizadas durante a administração de D. Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira, na vedoria da Fazenda.¹

O objetivo deste artigo é apresentar a proposta de transplantação das especiarias orientais ao Brasil contida no *Discurso sobre a transplantação*. Nesse sentido, a organização do texto pretende primeiro realizar uma descrição das propostas e, posteriormente, demonstrar como Duarte Ribeiro de Macedo mobiliza categorias discursivas que sustentam seu texto enquanto um escrito de Razão de Estado, pautando os espaços das conquistas enquanto parte essencial da conservação do reino.

A transplantação das drogas do Oriente

Bruno Aidar (2019), ao tratar da formação de um pensamento econômico luso-brasileiro e demonstrar como esse pensamento começa a tomar o Brasil como um dos pontos centrais da discussão imperial, elabora um estudo que cobre todo o período colonial e evidencia não só as diferentes formas utilizadas para discutir sobre os recursos da América portuguesa, mas também os principais autores responsáveis por essas reflexões. No decorrer do desenvolvimento de seu texto, Aidar sustenta que a ideia de um pensamento econômico vinculado ao Brasil só pode ser concebida a partir do momento em que a economia se torna base do discurso de poder e fator de unidade do império colonial, o que para o mesmo é

¹ D. Luís de Meneses (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, foi um nobre português que obteve notoriedade por seu trabalho militar durante parte da Guerra de Restauração, pela elaboração da *História do Portugal Restaurado* e pelo seu trabalho enquanto vedor da fazenda, papel que atuou até o fim de seus dias. Pelas práticas econômicas que empregava, foi conhecido como *O Colbert português*.

uma novidade da segunda metade do século XVIII (AIDAR, 2019, p. 138). Contudo, há uma questão pertinente acerca dessas afirmações: o trabalho mencionado exclui quase todo o século XVII da discussão, o que conseqüentemente retira as reflexões de Duarte Ribeiro de Macedo e outros autores. Partindo desse problema colocado, é possível então sustentarmos tais afirmativas?

Como já mencionado anteriormente, a perda de territórios ultramarinos durante o período da União Ibérica foi extremamente onerosa para Portugal. Mesmo com a recuperação do Nordeste do Brasil e de Angola, quase a totalidade dos domínios orientais passou a ser controlado pela Holanda, que passou a exercer o papel de fornecedor de especiarias para a Europa. Perder as conquistas que eram, até aquele momento, o principal foco da monarquia tornou os olhos portugueses para seus territórios americanos, que seriam sua maior fonte de riqueza dali para frente. No entanto, em um momento grave de queda de preços, o comércio do açúcar e dos demais produtos americanos não sustentavam a Coroa e seus gastos.

O *Discurso sobre a transplantação* tinha por objetivo principal a recuperação do controle do comércio das especiarias orientais. Originado a partir da correspondência que tinha com o Pe. António Vieira e com Ralph Montagu², para além de uma conversa com Pieter de Groot³, o *Discurso* reconhecia na América Portuguesa um enorme potencial para a produção das especiarias orientais, o que permitiria desbancar o comércio holandês e possibilitaria uma futura recuperação dos territórios asiáticos. Dividido em sete capítulos, cada um com seu objetivo específico para formar uma argumentação mais larga, o escrito demonstra como o ato de transplantar árvores e plantas possui exemplos de sucesso pleno e de ganhos decorrentes dessa experiência. Dessa forma, realizar a

² Ralph Montagu (1638-1709) foi embaixador extraordinário em França pela Corte da Grã Bretanha em 1669 e foi Mestre do Guarda-Roupa Real inglês entre 1671-1678 e 1689-1709.

³ Pieter de Groot (1615-1678), filho de Hugo de Groot (Grócio), embaixador holandês em França entre 1670 e 1672.

transplantação das árvores, plantas e sementes de especiarias tornaria possível a reconquista desse comércio, visto que ao plantar na América, vantagens como o menor tempo de viagem para a Europa, a melhora da qualidade dos produtos e o barateamento de preços auxiliariam Portugal a desbancar o controle holandês.

Seus capítulos possuíam as seguintes funções, respectivamente: 1º apresentação da ideia e contexto de seu surgimento; 2º argumentação através do uso de exemplos externos de transplantação; 3º argumentação através do uso de exemplos internos de transplantação; 4º apontamento de respaldo científico e amostragem das técnicas; 5º evidenciação das vantagens portuguesas e estabelecimento de comparação com Castela; 6º instruções para a execução desse plano e afirmação do seu sucesso através de exemplos; 7º colocação de dúvidas e contra-argumentos que pudessem impedir a empreitada e as devidas respostas a esses casos.

Dedicados aos exemplos que sustentam a tese da transplantação, Duarte Ribeiro de Macedo coloca nos capítulos dois e três uma questão geográfica determinante para o sucesso da empreitada: as condições climáticas das regiões entre os trópicos.

As causas naturais das produções das plantas, são o calor do sol, e a umidade da terra; O calor do sol, e a umidade da terra são iguais nas distâncias, que compreendem todos os trópicos; logo todas as plantas, que a natureza produz nas terras, que correm da Linha a um Trópico, poderá produzir nas que da Linha a outro Trópico. São princípios da filosofia natural. (MACEDO, 1817, p. 110-111)⁴

Um dos exemplos mais latentes é o do coqueiro, que se faz presente dentro das delimitações de ambos os trópicos (Câncer e

⁴ A data da referência é de uma publicação póstuma das obras de Duarte Ribeiro de Macedo, compiladas por Antonio Lourenço Caminha no ano de 1817. Dada a quantidade de cópias elevada deste documento, foi privilegiada o uso de uma de suas publicações para melhor referenciá-lo. A opção pelo uso no corpo de texto como *Discurso sobre a transplantação* advém da incidência que o título aparece em outras cópias desse escrito.

Capricórnio), mas não fora dos limites de ambos. Entre outros casos apresentados por Ribeiro de Macedo encontram-se o algodão, as vinhas e até mesmo a seda que “(...) já de sua produção se obrou em Londres seda de que se vestiu El Rey da Grã-Bretanha.” (MACEDO, 1817, p. 114-115)

Quando passa a tratar dos exemplos internos de transplantação, Ribeiro de Macedo não deixa de falar produção de cana-de-açúcar que o infante D. Henrique mandou enviar à Ilha da Madeira, junto de oficiais de engenho. Também menciona Giovanni Botero⁵ como referência a uma afirmação: a de que uma transplantação eficiente havia sido realizada com o gengibre em domínios portugueses. Mas talvez o exemplo que mais chame atenção seja o caso da transplantação das laranjas realizada por Francisco de Mascarenhas⁶, dado o apontamento que Ribeiro de Macedo faz acerca do valor exorbitante das laranjas em Inglaterra. (MACEDO, 1817, p. 118-119)

Os capítulos quarto e quinto se debruçam sobre dois grandes pontos: as atenções científicas necessárias ao processo de transplantação e as vantagens que Portugal teria na transplantação frente se em comparação com Castela. Este primeiro trará ideias que Duarte Ribeiro de Macedo retirou de revistas científicas de sua época, como o *Journal des Sçavans* e a *Philosophical Transactions of the*

⁵ Giovanni Botero (1564-1617) foi um importante teórico jesuíta e o primeiro a formular uma ideologia socioeconômica coerente com o Estado Moderno. Atento às questões da Contrarreforma e da oposição da Igreja Romana a Maquiavel, Botero adapta a ideia de Razão de Estado para o mundo católico, mesclando as ideias seculares que definem a forma de governar de uma nação moderna com o *status quo* católico da Contrarreforma. Deste modo, o autor determinou linhas de ação para a governo do Príncipe católico e para a conservação de seu reino na Europa Moderna.

⁶ Francisco de Mascarenhas, 1º Governador de Macau. Filho de Nuno de Mascarenhas (senhor de Palma) e Isabel de Castro. Acompanhou Francisco da Gama, 4º Conde da Vidigueira à Índia, onde este seria nomeado Vice-Rei em 1622. Um apontamento válido é necessário sobre a data da introdução da laranjeira em Portugal, visto que há conflito entre as datas em diferentes momentos. Parece que não há dúvida da responsabilidade de Mascarenhas sobre esse feito, mas o ano de sua realização ainda é uma dúvida. Segundo Ribeiro de Macedo, tal ano foi o de 1635.

Royal Society of London, ambas dedicadas ao estudo da filosofia natural e à divulgação das pesquisas de seus membros. (RONAN, 1987; ROSA, 2012) Já o segundo elenca as vantagens portuguesas frente às castelhanas, tomando o forte sentimento anti-Castela ainda existente entre os portugueses e indicando as posições econômicas de Castela como péssimos exemplos a serem seguidos. (MACEDO, 1817, p. 119-125)

O sexto capítulo finalmente apresenta as instruções para que essa proposta seja realizada e a mesma conta com uma ampla atuação régia para sua concretização. O autor diz que se deve pedir ao Vice-Rei da Índia que “procure recolher a Goa sementes, estacas, e pequenas árvores de todas as plantas, que se trazem por comércio a Europa; as sementes em vidros bem tapados; [...]” (MACEDO, 1817, p. 126) e segue falando sobre a necessidade de cuidado com o transporte dessas plantas. Outra questão é a preocupação de Ribeiro de Macedo com a plantação, deixando claro que há a necessidade de plantar em diferentes momentos e em condições ideais para que haja segurança no empreendimento. Segue esse pensamento indicando que não só o Maranhão é proveitoso para o plantio, mas também as ilhas de São Tomé e Príncipe. Além disso, o diplomata também indica sigilo nas atividades, principalmente no que se refere às incursões buscando produtos de regiões agora sob domínio holandês, como o exemplo dado da canela do Ceilão, atual Sri Lanka. Por fim, mais uma vez o autor comprova através da experiência o proveito que se terá ao realizar esse empreendimento: de sua correspondência com o Pe. António Vieira, Ribeiro de Macedo apresenta um trecho no qual o padre conta como durante o reinado de D. Manoel I foi necessário proibir o cultivo de especiarias na América Portuguesa afim de conservar o comércio com o Oriente. (MACEDO, 1817, p. 127-133)

O capítulo final do *Discurso* se dedica a dois pontos importantes: responder possíveis comentários que poderiam levantar dúvidas quanto a realização do empreendimento e reiterar diversos apontamentos realizados ao longo do documento. Os

comentários se concentram nas ideias de gasto com o empreendimento, perda do território indiano e o decorrente fim da evangelização, e a atração de inimigos para o território português na América. Duarte Ribeiro de Macedo responde usando novamente de exemplos da experiência para confirmar suas intenções. O gasto não será inútil, pois já se provou que a transplantação funciona e que pode ser proveitosa para o Reino. Não se perderá a Índia, visto que a produção das especiarias na América irá superar em qualidade e em preço a produção oriental, minando o mercado desta na Europa e permitindo o enfraquecimento holandês naqueles territórios, possibilitando uma retomada portuguesa e a retomada do comércio. O território americano não irá atrair inimigos por conta das riquezas, irá atrair inimigos caso não seja protegido. O Portugal enriquecido com as riquezas do Brasil conseguirá se armar e se defender caso seja atacado. Estas são as respostas de Duarte Ribeiro de Macedo aos comentários que ele acredita que sejam contestações possíveis. (MACEDO, 1817, 134-144)

O que podemos observar da apresentação feita até então é a elaboração de um discurso econômico bastante centrado no reconhecimento dos recursos que Portugal possuía no momento. No entanto, o texto não se esgota diretamente com o seu conteúdo, ou seja, suas propostas. Duarte Ribeiro de Macedo demonstra através de seu texto não só um conhecimento vasto sobre as condições das conquistas, mas uma preocupação com a própria manutenção do império e sua conservação. Para o diplomata português, a Restauração de Portugal não findava com a vitória militar e a independência: era necessária uma reestruturação econômica que permitisse a conservação do reino e de seu império. Partindo desse pressuposto, Ribeiro de Macedo mobiliza categorias discursivas ao longo de seu escrito com o intuito de melhor sustentar seus pontos perante a corte portuguesa, seus aliados e seus adversários. Dentre tais categorias, a “utilidade” bastante se destaca nessas discussões.

Alvitrando a conservação do reino

Dentro da discussão de Duarte Ribeiro de Macedo, a ideia de utilidade está intimamente ligada com o proveito do Reino, às ações a serem tomadas para que o Reino se aproveite mais das consequências daquela ação. A primeira utilização da categoria no texto de Ribeiro de Macedo se encontra logo no primeiro capítulo, quando o autor diz que “se o Brasil produzir cravo, pimenta, canela, e todas as mais plantas, que a natureza produz, e arte cultiva no Oriente, serão riquezas mais uteis e menos custosas que as minas do Peru e Sofala: [...]” (MACEDO, 1817, p. 108). Os motivos dessa utilidade são explicados logo em seguida: distância menor entre Brasil e Portugal se em comparação com a Índia; com a distância menor, conseqüentemente, os produtos custarão menos e serão mais frescos, atraindo mais compradores; não haverá “custos de sangue” causados pela navegação e por naufrágios, dada a natureza mais calma desse trajeto no Atlântico. A utilidade indicada no texto remete à produção de riquezas que a atividade que se pretende empregar em favor do Reino. No caso específico, a riqueza seria grande como a produção de metais vindas das minas do Peru e de Sofala e teria menos custos do que a mesma produção. Além disso, não seria fruto de uma riqueza puramente baseada na exploração das entranhas da terra tão sustentada pelo bulionismo: para Macedo, de pensamento alinhado com as ideias de Botero, do arbitrista Sancho de Moncada⁷ (1580-c.1638) e do secretário de Estado e Finanças francês Jean-Baptiste Colbert⁸ (1619-1683), não

⁷ Sancho de Moncada (1580-c.1638) foi um clérigo e arbitrista toledano que escreveu sobre o estado decadente do império castelhano. Sua maior obra foi *Restauración política de España*, escrito de 1619 que seguia muitas das direções econômicas colocadas por Giovanni Botero.

⁸ Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) foi o principal secretário de Estado e Finanças do reinado de Luís XIV de França, sendo conhecido por seu esforço incansável na utilização dos poderes da monarquia para a defesa dos interesses econômicos da coroa. Suas práticas mercantilistas, muito ligadas às manufaturas e ao protecionismo, ficaram conhecidas posteriormente como Colbertismo.

seria a aquisição pura do metal a prova da riqueza, mas a capacidade de enriquecer e manter a circulação de dinheiro no reino.

Apresento aqui mais exemplos do uso dessa categoria no momento em que Duarte Ribeiro de Macedo apresenta as experiências de transplantação nacionais, realizadas em território português. O primeiro exemplo é o do lavrador português que trouxe de Cádiz à Coimbra trigo e o semeou em sua terra, produzindo tanto “que não é fácil explicar abundância, a utilidade, e a riqueza, que se seguiu ao Reino desta rústica curiosidade de um particular”. O segundo, já citado anteriormente, é sobre a transplantação das laranjeiras da China para Lisboa realizada por D. Francisco de Mascarenhas, este que é comparado aos “primeiros descobridores do Oriente” por sua utilidade em trazer as laranjeiras a Portugal. (MACEDO, 1817, p. 117-118) Em ambos os casos, a utilidade está sempre relacionada ao bem econômico do reino. Posteriormente, mais uma vez a utilidade aparece em uma correlação com um bem maior do que o bem individual:

Até agora todas as experiências de transplantação, se fizeram em flores, e plantas, que servem de ornato aos jardins, mais por uma curiosidade agradável, que por uma utilidade real: mas se se começam a fazer pelo interesse do proveito as fará continuar, de sorte que seja imensa a riqueza; e para nos animar a elas, basta ver o exemplo das laranjas da China depois anos trazidas a Portugal, onde só de Londres tiram uma muito grande renda: este livro nos persuade não só nas experiências, mas a fazê-las tão prontamente, que possamos prevenir aos ingleses. (MACEDO, 1817, p. 121-122)

Por fim, como último exemplo, aponto o uso da utilidade ao final do texto de Duarte Ribeiro de Macedo, quanto reitera as experiências e responde aos argumentos que pretendiam findar o empreendimento da transplantação. A principal utilização nesse capítulo final está dentro da lógica no qual o custo para a realização do empreendimento é bem menor do que a utilidade a qual aquele empreendimento vai servir. Um dos exemplos que o autor utiliza

para evidenciar a utilidade é o do Infante D. Henrique, que persistiu nos intentos da navegação até que chegou a um “glorioso caminho” (MACEDO, 1817, p. 139-140). Este não é o único sucesso citado por Ribeiro de Macedo, mas como já citado, o último capítulo torna a reiterar casos previamente apresentados (como o de D. Francisco de Mascarenhas).

Conclusão

Retomo o questionamento que fiz anteriormente: é possível sustentarmos a ideia do Brasil como fator de unidade imperial e a centralidade da economia no discurso de poder enquanto novidades do século XVIII? Através do que foi demonstrado, acredito que não. A conjuntura do século XVII português, principalmente de sua segunda metade, suscita um conjunto de reflexões que busca pensar reformas para o estado “decadente” do reino de Portugal. Como um súdito a serviço de seu rei, Duarte Ribeiro de Macedo elaborou escritos que buscavam dar conta das necessidades de sua monarquia, e foi através da proposta de transplantação que encontrou um dos caminhos para alvitrar a conservação do reino. Ao tratar o problema econômico como central para o que entendia por uma restauração completa, Ribeiro de Macedo construiu o *Discurso sobre a transplantação* como um caminho para a recuperação do comércio de especiarias orientais. Sua proposta reconhecia as limitações portuguesas e tinha por base a utilização dos recursos que Portugal possuía: suas conquistas. Ao analisar as condições geográficas das diferentes regiões do império português, o diplomata lisboeta colocou as possibilidades de recuperar as especiarias e demonstrou o domínio desse conhecimento ao dispor de uma miríade de exemplos que sustentavam o procedimento da transplantação. O mesmo pode se dizer da elaboração do plano para transporte de sementes, mudas e estacas das regiões orientais para o Brasil, que é o pretendido foco da produção dessas mercadorias. (LAPA, 1966, p. 19)

Os preceitos da Razão de Estado pregam a conservação do reino e a manutenção de sua felicidade. Seguindo pensamentos colocados por Giovanni Botero e outros pensadores, como os arbitristas e Jean-Baptiste Colbert, Ribeiro de Macedo privilegia o discurso econômico em um momento pré-economia política e constrói reflexões que definem as conquistas enquanto espaços essenciais para a manutenção da monarquia. Ademais, o autor constrói seu texto com categorias discursivas como a utilidade e sustenta seus argumentos com diferentes experiências acerca da proposta que defende. Pela construção de seu escrito, tanto pela base argumentativa em exemplos e experiências como pelo desenvolvimento discursivo, Duarte Ribeiro de Macedo aponta que havia “descoberto a Pedra Filosofal;” (MACEDO, 1817, p. 108). Mas para Ribeiro de Macedo, a pedra filosofal, objeto alquímico lendário que tinha poder de transformar metais em ouro, aqui nasce do chão, e não só cria ouro, mas dá as bases para a reconstrução de um império.

Referências

- AIDAR, Bruno. Pensar a riqueza do Brasil Colonial: das descrições à economia política. In: COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago. (Orgs.). **História do Pensamento Econômico: Pensamento econômico brasileiro**. 1 ed. Niterói; São Paulo: Eduff; Hucitec, 2019, p. 135-163.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de. **Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815**. Lisboa: Tribuna, 2008
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de. **Duarte Ribeiro de Macedo: um diplomata moderno (1618-1680)**. 2003. 755 f. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- HANSON, Carl A. **Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668-1703**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1986.

LAPA, José Roberto do Amaral. O Brasil e O Brasil e as drogas do Oriente. Marília. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1966. **Boletins**, 4. Cadeira de História do Brasil, 1.43 p.

MACEDO, Duarte Ribeiro de. Observações sobre a transplantação dos fructos da Índia ao Brasil... .IN: **Obras inéditas de Duarte Ribeiro de Macedo...** Lisboa: Impressão Régia, 1817.

RONAN, Colin A. Os séculos XVII e XVIII. IN: RONAN, Colin A. **História Ilustrada da Ciência**. Vol. III. Da Renascença à Revolução Científica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987. p. 73 - 154.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. A Ciência Moderna. IN: ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência**. Volume II. Tomo I. 2ª ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 66 -76.

ROSSINI, G. A. A. As pragmáticas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. **Sæculum – Revista de História**, [S.l.], n. 22, p. 117 - 135, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11493>.

REVISITANDO AS ORIGENS DO SUBDESENVOLVIMENTO AFRICANO: A PRODUÇÃO DE FERRO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Francisco Henriques*

Introdução

Ao longo das muitas décadas de estudo formalizado da economia, das redes mercantis e das cadeias produtivas, pode-se declarar com relativa segurança que, no atual sistema de organização que engloba o mundo, o continente africano se encontra com o *status* de Subdesenvolvido. Isso, por suposto, carrega grande significado se observado os dados recolhidos em muitos países africanos que apresentam alto índice de pobreza, desigualdade e outros problemas sociais de forte impacto.

Essa noção, por vezes, é erroneamente estendida para toda a história do continente africano, supondo uma superioridade civilizatória e tecnológica europeia que não existia. Ao longo da modernidade, diversas sociedades da África estiveram imbricadas em relações econômicas autônomas com as forças europeias. A noção de superioridade de uma força sobre a outra, da forma como se é pensada a partir da contemporaneidade, não era fator presente ou marcante.

A deturpação de processos históricos, através de exemplos como o dado acima, turva a análise dessa dinâmica e esconde o ponto ignitor para o subdesenvolvimento do continente africano. A modernidade parece hospedar alguns fatores essenciais para a gênese do subdesenvolvimento do continente. São eles: o tráfico de

* Mestrando do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Orientado pela Prof. Dr. Verónica Secreto.

escravizados e a construção de uma dinâmica singular no trato atlântico entre sociedades africanas e forças europeias.

Dentro dos razoáveis limites dessa pesquisa, novos apontamentos surgem para detalhar ainda mais esses fatores essenciais ao entendimento do subdesenvolvimento africano. A produção de ferro dentro da África — no caso deste trabalho, dentro da África Ocidental — traz à discussão importantes dados não só para entender a dinâmica das relações econômicas que se desenrolaram ao longo dos séculos nas costas das sociedades africanas, mas também coloca sob reflexão hipóteses já bem firmadas sobre a questão.

Nesse sentido, o presente trabalho divide-se em duas partes. Em um primeiro momento, deve-se esclarecer os pontos mais importantes que rondam a discussão sobre o subdesenvolvimento africano, de modo a elucidar de onde parte o principal argumento da pesquisa, na altura em que se encontra. Depois, antecedendo a conclusão, se torna importante demonstrar como aspectos específicos da produção de ferro colocam sob reflexão algumas das hipóteses criadas no campo, além de trazer novas reflexões que devem ser levadas em conta.

A questão do desenvolvimento nos estudos africanos

O conceito do desenvolvimento tomou grande presença das discussões de economistas por volta da década de 1950. O desenvolvimento tomou multifacetada função, conforme era apropriado de formas dissonantes por diferentes vertentes das ciências econômicas. Com especial destaque nessa pesquisa, alguns economistas foram fortemente inspirados pelos escritos de Karl Marx sobre o capitalismo. Em especial, se apropriaram de conceitos marxistas, desenvolvendo a hipótese de que a questão do desenvolvimento orbita, sobretudo, a questão da acumulação.

Com Paul Baran sendo o maior exemplo desses economistas de 1950, esse conceito seria construído por várias décadas de discussão.

Em sua ótica, Baran enxergava o capitalismo como um grande sistema expansivo e apropriador de excedentes. Nesse sentido, para Baran, haveria uma verdadeira divisão internacional entre sociedades que se apropriavam de excedentes de outras, enquanto outras comunidades eram submetidas a essa dinâmica através de diversas mecânicas¹ (BARAN, 2010, P. 108).

No entanto, Baran não estava disposto a entender a origem do subdesenvolvimento, mas algo mais próximo de uma explicação de como funciona e se mantém a desigualdade entre países dentro do sistema capitalista contemporâneo. Dessa forma, Baran não estava necessariamente trabalhando com a ideia de acumulação primitiva — isto é, a geração de riquezas em áreas não capitalistas —, mas sim tentando entender a apropriação e a acumulação no capitalismo moderno e global.

Samir Amin e Andre Gunder Frank seriam outros dois autores que levariam ao longo das décadas a construção do conceito de desenvolvimento ligado à noção marxista de acumulação. Em trabalhos como *World Accumulations, 1492 – 1789*, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, *Accumulation and Development: a Theoretical Model* e *Accumulation in a World Scale*, Amin e Gunder Frank aprofundaram a hipótese de que o desenvolvimento e subdesenvolvimento estão ligados à acumulação primitiva².

¹ Em termos mais específicos, Baran determina duas formas essenciais onde sociedades “exploradas” são atadas ao sistema capitalista que os oprime. A primeira forma seria a própria natureza da estrutura capitalista, que cria redes de imposição através de uma dependência intrínseca dos países explorados, em que um complexo sistema de embates e interesses político-econômicos apontam para a perpetuação da exploração em países atrasados (p. 108). A segunda forma estaria ligada a uma questão interna das sociedades exploradas, onde Baran afirma que, nessas sociedades, a burguesia preferiu se aliar às classes aristocráticas e, na tentativa de manter os privilégios seculares de suas classes, submetem suas sociedades à condição de explorado nas amarras capitalistas. (p. 109).

² - Isto é, de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento poderiam ser traçados até uma origem, onde a acumulação e geração de riquezas não ocorria necessariamente em território capitalista. Ou seja, em um cenário onde um sistema capitalista imaturo, não global, estendesse seus tentáculos até zonas não

Andre Gunder Frank desenvolve sua hipótese, com grande influência de Paul Baran, pautado na “natureza capitalista”. Gunder Frank não anula processos históricos singulares de cada sociedade, mas reconhece também que as contradições que assolam os diversos países são condições gerais do sistema capitalista (FRANK, 1967, p. 13). Da mesma forma, considera o desenvolvimento e subdesenvolvimento não como opostos estruturalmente, mas como consequências do mesmo processo totalizante do capitalismo. Sendo assim, Gunder Frank não compreende países ricos e pobres como resultados de sistemas econômicos e processos históricos específicos, mas como produtos criados pelo sistema contraditório do capitalismo (FRANK, 1967, p. 24).

Samir Amin foi um autor que contribuiu fortemente para as noções de subdesenvolvimento. Em 1972, logo após a publicação da mais famosa obra de Walter Rodney, Amin se juntou aos esforços para compreender a questão do subdesenvolvimento africano com o artigo *Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Origins and Contemporary Forms*. Antes disso, sua maior contribuição foi os desdobramentos teóricos que compreendiam o fenômeno do desenvolvimento como uma questão de acumulação.

Amin, então, deixou duas grandes contribuições: uma discussão teórica do desenvolvimento enquanto um processo da acumulação e uma análise desse processo na África negra. Quanto ao processo de acumulação, Amin compreende que a análise das bases do desenvolvimento é, em essência, uma reflexão sobre o processo global capitalista. O economista enxergava uma diferença gritante entre países que determinou do “centro” e países da “periferia” capitalista. Essas diferenças não configuram um ponto fora da curva, mas evidenciam a própria natureza do capitalismo (AMIN, 1974, p. 9).

Ao mesmo tempo, sua contribuição em tentar descobrir o ponto ignitor do subdesenvolvimento da África rendeu frutos.

capitalistas, onde assimilaria formas não capitalistas de produção em seus meios de acumulação.

Escrevendo pouco depois de Walter Rodney – e talvez inspirado por ele – Amin, em 1972, vai se dedicar a compreender o subdesenvolvimento africano em um longo escopo temporal. Observando “fases” na interação entre sociedades africanas e forças europeias, enxergou no trato atlântico a edificação do subdesenvolvimento africano. Amin aponta que o trato atlântico, eventualmente, se tornou uma troca econômica desigual, em que as sociedades africanas estavam investidas em um comércio danoso às mesmas (AMIN, 1972, p. 512 - 513).

Mas a questão do desenvolvimento e da acumulação primitiva não foi ligada imediatamente às questões específicas do continente africano, com a questão: “por que a África é subdesenvolvida?”. Esse diferencial deve ser conferido à Walter Rodney que, antes mesmo de escrever seu polêmico livro de 1972, *How Europe Underdeveloped Africa*, já escrevia, em meados da década de 1960, sobre os impactos do tráfico e da escravidão na economia de sociedades africanas.

Sua obra de 1972 pode ser considerada uma resposta a uma intensa discussão em que protagonizava junto de John Fage. Em especial, a discussão orbitava aspectos específicos do desenvolvimento e do continente africano. Reagindo ao artigo *African Slavery and Other Forms of Social Opression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave Trade*, John Fage acusou Rodney de conter grande carga ideológica em seu trabalho e desenvolveu uma antítese em um artigo de 1969.

No artigo *African Societies and the Atlantic Slave Trade*, Fage desenvolvia a hipótese de que era impossível que o tráfico de escravizados fosse o responsável pelo subdesenvolvimento africano. O autor se utilizava de estimativas feitas por Philip D. Curtin³ no

³ Philip D. Curtin levou à discussão estimativas do número de pessoas traficadas do continente africano. Com cerca de dez milhões de pessoas escravizadas nas suas estimativas, Curtin recebeu, igualmente, diversas acusações de carga ideológica em seus dados. Joseph Inikori mais tarde demonstrou em um artigo que a forma como esses dados poderiam ser utilizados fica confusa. Curtin afirma primeiro que uma margem de erro de 20% refletiria melhor o real volume do tráfico de escravizados. Em compensação, logo depois determina uma margem de 16,4% para menos e 9,8%

mesmo ano quanto ao volume do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas para afirmar que a quantidade de pessoas retiradas das sociedades africanas era muito baixo para causar qualquer tipo de grave consequência no curto, médio ou longo prazo. Para Fage, a origem do subdesenvolvimento africano estaria não no tráfico de escravizados, mas no clima hostil ao crescimento demográfico (FAGE, 1989, p. 97 – 115).

Em 1972, Rodney publica então sua famosa obra como o argumento definidor de sua hipótese, respondendo às críticas e antíteses de suas teorias. Em *How Europe Underdeveloped Africa*, Rodney determina que, reconhecendo a autonomia das sociedades africanas e de seus interesses, as forças europeias carregavam grande carga de responsabilidade pela estruturação de um sistema econômico que beneficiou os europeus e subdesenvolveu as sociedades africanas (RODNEY, 1972, p. 113 - 114).

A noção de subdesenvolvimento de Rodney se torna bastante clara, conforme detalha o que configura desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rodney, em seus aspectos específicos, confere o subdesenvolvimento africano ao fato de pessoas terem sido ativas e sistematicamente retiradas de suas sociedades, diminuindo o potencial produtivo dessas comunidades (RODNEY, 1972, p. 143). Isso significa que, para Rodney, o desenvolvimento se encontra nas capacidades produtivas.

para mais. Isso revela uma confusão teórica e quantitativa que não impediu diversos autores de utilizarem esses dados como base em seus trabalhos.

A produção de ferro na África Ocidental

Chega-se então, na questão da produção de ferro na África Ocidental. Rodney afirmou com grande ênfase que a explicação para o subdesenvolvimento do continente africano se encontra no tráfico de escravizados e, mais especificamente, que isso se manifesta em uma diminuição do potencial produtivo das sociedades africanas. No entanto, no caso do ferro a situação parece inverter-se: estudos arqueológicos e antropológicos parecem demonstrar que a produção de ferro na África Ocidental acompanhou de perto a ascensão do tráfico de escravizados.

Um dos estudos mais intensivos sobre a produção de ferro na África Ocidental foi o caso da região de Bassar, no Togo. Bassar foi o primeiro caso de um estudo cronologicamente controlado de produção de ferro e configura um exemplo de grande importância entre os estudos da área. A região foi importante não só para se compreender o nível produtivo do ferro, mas também esclareceu muito da relação entre zonas produtivas e não produtivas de ferro dentro da África Ocidental, bem como o desenvolvimento tecnológico no processamento do mineral (BARROS, 1986, p. 148).

Philip de Barros promoveu um estudo quantitativo do volume produtivo da região e chegou a importantes conclusões. Os estudos apontam que já nos últimos séculos do primeiro milênio Bassar contava com uma produção de ferro considerável. Depois de um hiato em meados do século XIII, a produção de ferro na região seguiu em constante ascensão entre os séculos XV e XVII, seguindo a intensificação do tráfico transatlântico de escravizados (BARROS, 2020, p. 4).

Da mesma forma, o Planalto de Dogon, situado na região atualmente parte da República do Mali, também hospedou uma intensa cadeia do ferro. A antropóloga Caroline Robion-Brummer destaca que a região teve uma produção de ferro de importância inter-regional até o século XX, quando a produção começou a declinar com taxas significantes. A autora afirma que,

provavelmente, esse declínio se deu por conta da introdução em massa do metal de sucata europeu, o *Scrap Metal* (ROBION-BRUMMER, 2008, p. 157).

Outras regiões apresentaram ascensão impressionante nos números de produção de ferro mesmo depois do tráfico de escravizados estar não só bem assentado, mas com grande influência na dinâmica social e política no continente africano. É o caso de Ndop, região da atual República dos Camarões. Ndop possui diversos sítios de interesses aos arqueólogos, que observaram uma produção de ferro constante durante os séculos, mas que tiveram uma explosão produtiva no século XIX (WARNIER et al, 1979, p. 331).

Da mesma forma, existem regiões que apresentaram dificuldades no momento de chegar em aproximações do volume de ferro produzido, mas que demonstram vestígios suficientes para atestar uma cadeia de ferro bem assentada. Por vezes, a configuração esparsa entre sítios produtivos, junto da ausência de uma quantidade de escória de metal⁴ significativa para fazer essas aproximações, podem nublar os índices produtivos de uma região e gerar estimativas com margens de erro muito altas.

São os casos, por exemplo, da região de Nok – região da Nigéria Central – e Vale do Rio Falemé – no atual Senegal. Em Nok, o arqueólogo alemão Henrik Junius trouxe importantes perspectivas a partir de um trabalho comparativo entre escavações mais recentes e trabalhos realizados na região na década de 1980. A região foi lugar de pesquisas desde meados do século XX, mas somente em pesquisas mais recentes contou com tecnologias mais avançadas. O autor afirma que Nok provavelmente já possuía uma cadeia do ferro na metade do primeiro milênio.

Da mesma forma, em 2020, o Vale do Rio Falémé foi ponto de interesse de arqueólogos que buscavam trazer renovada perspectiva para a produção de ferro da região. Os vestígios encontrados apontam para uma cadeia bem assentada também por volta de meados do

⁴ A escória de metal é um subproduto da produção de ferro e, portanto, é de suma importância para determinar o volume e a relevância produtiva de uma região.

primeiro milênio, onde manteve-se em produção intensiva até o século XIX. A região também apresentou algumas dificuldades para as estimativas anuais de produção, mas os arqueólogos estimam que a produção era alta o suficiente para a região imbricar em comércio intra-regional (WALMSLEY et al, 2020, p. 227).

Conclusão

A questão do subdesenvolvimento africano não esteve sempre nos planos dos cientistas sociais e econômicos. Mesmo com a maturação de um campo oficializado de estudos do desenvolvimento, a questão africana não foi imediatamente levada em conta no escopo das análises que surgiram a partir disso. Conforme a discussão de desenvolvimento e as discussões que buscavam definir e analisar as instituições escravistas começavam a se influenciar e fundir, a partir de aproximadamente as décadas de 1960 e 1970, a questão africana finalmente parecia surgir como uma preocupação.

No entanto, essa preocupação aparenta ter resultado em conclusões ineficientes para explicar o subdesenvolvimento africano. Enquanto vertentes diferentes conflitavam quanto a origem do subdesenvolvimento africano — por vezes, em uma briga que consistia, por um lado, em procurar responsáveis e, por outro lado, em defender agentes históricos —, grandes reflexões foram colocadas sob análise. Em particular e com extrema importância, o tráfico de escravizados e a estruturação de uma dinâmica escravista influenciada pelo trato atlântico surgiram como pontos de interesses para entender o ponto ignitor do subdesenvolvimento africano.

Walter Rodney talvez seja o maior expoente nesse sentido: pesquisou e lutou para que a questão do tráfico e do subdesenvolvimento africano fosse levado ao público. No entanto, alguns pontos continuam pendentes até os dias de hoje e não aparecem sinais de que esse tema será retomado no cenário das ciências humanas em tempo próximo. O autor guianense, em seus

argumentos específicos, aponta para um esvaziamento demográfico e um consequente golpe no potencial produtivo das sociedades africanas. A cadeia de ferro, nesse sentido, e sua ascensão significativa em meio à intensificação desenfreada do tráfico de escravizados ao longo dos séculos traz novas reflexões para o motivo do subdesenvolvimento do continente africano. Esse estudo, até o momento, aponta para uma conclusão onde, apesar do crescimento produtivo nas sociedades africanas, o subdesenvolvimento permanece por causa da dinâmica e da natureza da relação atlântica que pontuou a história da África e da Europa.

Rodney continua extremamente relevante para o estudo do subdesenvolvimento e escravidão na África. E deve-se enfatizar que a atual pesquisa – e suas fontes – parece demonstrar consonância com os aspectos gerais de Rodney de que o tráfico, de fato, subdesenvolveu a África. Apesar disso, seus aspectos específicos devem ser postos sob novas perspectivas de análise. O presente trabalho não tem a intenção de relegar os trabalhos de Rodney como análises falhas, mas acrescentar à sua hipótese questões importantes e tornar mais uma vez verdadeira o “ver mais longe por estar em ombros de gigantes”.

Referências

AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. (orgs). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado. Rio de Janeiro, 2010.

AMIN, Samir. Accumulation and Development: A Theoretical Model. **Review of African Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 9-26, 1974.

AMIN, Samir. Accumulation on a World Scale. **Monthly Review Press**, 1974.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Origins and Contemporary Forms. **The Journal of Modern African Studies**, 10, p. 503 - 524.

- DE BARROS, Philip. **Bassar: A Quantified, Chronologically Controlled, Regional Approach to a Traditional Iron Production Centre in West Africa**. *Africa*, v. 56, n. 2, p. 152 - 174, 1986.
- DE BARROS, Philip L. **The Early Iron Metallurgy of Bassar, Togo: Furnaces, Metallurgical Remains and Iron Objects**. *Azania: Archaeological Research in Africa*, v. 55, n. 1, p. 3 - 43, 2020.
- FAGE, John D. **African societies and the Atlantic slave trade**. *Past & Present*, n. 125, p. 97-115, 1989.
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. NYU Press, 1967.
- FRANK, Andre Gunder. **World Accumulation, 1492 1789**. NYU Press, 2011.
- ROBION-BRUNNER, Caroline. **Vers une Histoire de la Production du Fer Sur le Plateau de Bandiagara (Pays Dogon, Mali) Durant les Empires Précoloniaux: Peuplement des Forgerons et Traditions Sidéurgiques**. 2008. Tese de Doutorado. University of Geneva.
- RODNEY, Walter. African Slavery and Other Forms of Social Opression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave Trade. **Journal of African History** 7 (1966).
- RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. Bogle-L'Ouverture Publications, London and Tanzanian Publishing House, Dar-Es-Salaam, 1973.
- WALMSLEY, Alexander; SERNEELS, Vincent; HAJDAS, Irka; MAYOR, Anne. Variability of Early Iron Production in the Falémé Valley Region, Eastern Senegal. **Afr Archaeol Rev** 37, 225–250 (2020). <https://doi.org/10.1007/s10437-020-09381-y>
- WARNIER, Jean-Pierre; FOWLER, Ian. **A Nineteenth-Century Ruhr in Central Africa**. *Africa*, v. 49, n. 4, p. 329-351, 1979.

COMÉRCIO ILEGAL E CAPITALISMO NO RIO DA PRATA DO SÉCULO XVIII: NOTAS DE PESQUISA

Alana Thais Basso*

Esse artigo visa apresentar, de forma sintetizada, os principais objetivos e hipóteses levantadas no andamento da minha pesquisa de doutorado realizada no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, na área de História Moderna. Estudo o contrabando no Rio da Prata durante o século XVIII, elucidando o papel que a região e seu comércio ilegal, especialmente de seres humanos escravizados, tiveram na formação do espaço histórico do Atlântico sul. O recorte geográfico da pesquisa se concentra na região do estuário do Rio da Prata, o sul da América do Sul (o que hoje corresponderia ao Uruguai e à Argentina), estendendo-se para os territórios do interior da América espanhola (partes da Argentina, Paraguai e Chile) e da parte meridional da América portuguesa (hoje o sul do Brasil). Nessa região, procurarei analisar o conceito de contrabando, como os impérios do século XVIII entendiam e mesmo debatiam a questão, quem eram os contrabandistas e os consumidores, que produtos eram contrabandeados (ênfatizando o contrabando de seres humanos escravizados nesse processo) e de que forma o comércio ilícito era realizado.

O objetivo da pesquisa é compreender o papel do contrabando na formação da fronteira platina e do capitalismo histórico no Atlântico Sul. Assim, parte-se da conceitualização da região do Prata como espaço de fronteira construído espacial e temporalmente a partir do tráfico de escravizados e de sua versão extraoficial. Desde as primeiras tentativas de ocupação desse espaço por parte dos

*Doutoranda em História no PPGH-UFF. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Marques. Bolsista CNPq.

impérios europeus, o comércio ilegal foi um de seus principais motores, o que evidencia sua importância na consolidação da colonização, nas disputas territoriais e no cotidiano de europeus, indígenas e africanos que por ali transitavam ou viviam. Embora o funcionamento do contrabando tenha sido muito estudado, para essa região, no período histórico analisado, são poucos os trabalhos que buscaram efetivamente compreender como ela forma e como foi formada pelo capitalismo (indissociável da escravização de seres humanos) e qual o lugar do comércio ilegal nesse processo.

A discussão conceitual e metodológica gira em torno de questões como a possibilidade de uma história global do contrabando e o contrabando como inserido no desenvolvimento do capitalismo histórico moderno. Nas últimas décadas, a pretensão de quantificar o contrabando foi substituída por análises qualitativas, dando preferência para a compreensão dos motivos por trás do comércio ilícito e das suas denúncias; da atuação das autoridades na repressão ou na sua participação como agentes do contrabando; do contrabando como conceito histórico para a Idade Moderna; dos impactos que o contrabando de escravizados trouxeram para a demografia, a cultura, a economia e a política do Rio da Prata. O uso de diferentes tipos de documentação aliado a uma maior sofisticação teórica e metodológica permitiu que o contrabando na região passasse a ser compreendido como um fenômeno cultural enraizado na sociedade, com funcionamento e motivações complexas.

Existem questões ainda pouco aprofundadas e debatidas, como os impactos do comércio ilegal no consumo das populações e as possíveis comparações e ligações comerciais entre diferentes regiões portuárias das Américas. Nesse sentido, uma abordagem comparativa e global pode trazer novas hipóteses para o entendimento do contrabando no Atlântico moderno. Desde seu surgimento nos anos 1980, a história global tornou-se um conceito em disputa na historiografia. A historiadora Sandra Kuntz Ficker (2014) definiu a história global como a perspectiva que busca enfatizar a interconexão entre fenômenos históricos. Histórias

globais são, portanto, aquelas que se ocupam de áreas interconectadas que constituem em si mesmas um mundo, pois compartilham de um mesmo tempo, movem-se em um mesmo ritmo e possuem racionalidades e fatores de trocas comuns.

Na tese, utilizarei a história global como uma perspectiva, uma forma de olhar para a pesquisa história em que a crítica ao nacionalismo metodológico e o estudo dos conceitos de modernidade e capitalismo – e como se desenvolveram de formas desiguais em diferentes recortes temporais e espaciais – são suas principais qualidades, especialmente quando se pretende estudar capitalismo e escravidão nas Américas no período moderno. Essa perspectiva global está vinculada aos estudos sobre escravidão e capitalismo, cujo principal expoente é o trabalho de Eric Williams (2012). Ele fez uma análise global da história da escravidão no Caribe ao elucidar o papel que ela teve para a formação do capitalismo industrial inglês. Seu principal argumento é que a riqueza que o capitalismo comercial do século XVIII trouxe para a Europa foi obtida através da escravidão e dos monopólios imperiais; essa riqueza eventualmente deu combustível para a criação do capitalismo industrial do século XIX, que acabaria destruindo o poder do capitalismo comercial e da escravidão. Além disso, Williams destaca como a escravidão nas Américas foi um fenômeno econômico e como o racismo foi e é decorrente das relações de classe forjadas pelo capitalismo.

O modelo de análise de Williams foi precursor de uma série de perspectivas analíticas que forjaram a história global e que fazem parte da discussão conceitual e metodológica da tese. Em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, o francês Fernand Braudel (1983) utiliza uma análise de longa duração em diálogo com a geografia, a economia e a demografia para demonstrar as relações entre seres humanos e o espaço/paisagem. Braudel tinha por objetivo apreender simultaneamente uma história em constante transformação com outra cujos ritmos e mudanças são quase imperceptíveis, fundando, assim uma de suas principais

conceitualizações: os diferentes regimes de temporalidade no fazer historiográfico. Ele dividiu o tempo histórico em três: um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual. O tempo geográfico é quase imóvel e diz respeito às relações entre pessoas e meio ambiente, em que as mudanças levam muito tempo para ocorrer; o tempo social é caracterizado por um ritmo lento e está ligado à história das sociedades, das economias e das civilizações; por fim, o tempo individual é mais rápido, ligado aos acontecimentos cotidianos, à passagem do tempo de uma vida (relacionado com a narrativa dos acontecimentos e história política).

Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Braudel (1996) retoma essa tripartição temporal para compreender o desenvolvimento e as formas de funcionamento do capitalismo na economia mundial. Para isso, ele criou o conceito de economias-mundo. Uma economia-mundo surge para organizar o espaço econômico e hierarquizá-lo, o que o capitalismo busca fazer com frequência. Ao passo que economia mundial diz respeito ao mercado de todo o planeta, a economia-mundo é um fragmento desse todo, um universo em si mesma que possui certa unidade. As economias-mundo têm algumas características definidoras, como: longa duração temporal; limites bem definidos; um centro econômico; atuação hierarquizada. Elas, contudo, nunca estão isoladas em si mesmas, sendo influenciadas pela política, pela cultura e pela sociedade.

Outra referência fundamental da tese, que se origina das discussões mencionadas sobre escravidão e capitalismo e sobre a longa duração e economias-mundo, é a análise dos sistemas-mundo do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1980). Para entender o que é um “sistema-mundo”, é preciso destacar o que o autor entende por capitalismo histórico. Para ele, o capitalismo deve ser analisado como um “sistema histórico, abrangendo o conjunto de sua história como realidade concreta e única”, que busca intencionalmente maximizar a acumulação e se auto expandir constantemente (WALLERSTEIN, 2001, p. 9). O capitalismo

histórico, ao buscar essa auto expansão e o maior lucro possível, mercantiliza todos os processos econômicos (produção, distribuição, investimentos) e forma monopólios. O capital é definido como algo que “passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13).

A análise dos sistemas-mundo é uma proposta para entender o capitalismo em sua totalidade. Não significa estudar sistemas, economias, impérios de todo o mundo, mas sim sistemas, economias e impérios que *são em si* um mundo. Conforme explica Wallerstein (1980), um sistema-mundo é uma zona espaço-temporal que atravessa unidades culturais e políticas, formando uma área integrada de instituições e atividades que seguem certas regras estabelecidas pelo centro. Um sistema-mundo, portanto, é unificado e hierarquizado, sendo dividido em si mesmo em centro e periferias. As zonas periféricas acabam sendo prejudicadas pelos termos desiguais de comércio praticados pelos centros, portanto o crescimento dentro de um sistema-mundo é desigual. Essa abordagem questiona o nacionalismo metodológico pois, ao caracterizar o capitalismo como um sistema histórico em que o capital é gerado com o objetivo de garantir sua própria expansão, demonstra como o capitalismo é formado pela ligação da economia-mundo com um sistema interestatal (e não contido por fronteiras nacionais).

Os preceitos fundamentados nas obras de Braudel e Wallerstein poderão servir como guias para melhor compreender as mudanças e permanências da região estudada ao longo do tempo. Suas influências, além de uma análise de longa duração, estão na tentativa de compreender de que forma o comércio ilegal influía no cotidiano da população (o consumo no tempo individual e no tempo social, por exemplo) e na configuração do Rio da Prata como espaço histórico e geográfico do capitalismo em expansão. Ademais, pensar no Prata como um sistema-mundo pode trazer resultados interessantes na análise da construção desse local, no desenvolvimento de sua história político-administrativa (como

parte do espaço econômico peruano durante grande parte do período colonial¹ até a criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776) e nos impactos do elevado índice de contrabando na conformação do capitalismo no Atlântico Sul.

Um dos objetivos da tese é compreender qual o papel do comércio ilegal na formação do Rio da Prata como região de fronteira, destacando a sua importância no sistema capitalista do século XVIII e como conectava dita região a circuitos comerciais globais – perguntas que são formuladas através do uso de concepções de história global. Uma escala ampliada de observação, tanto de tempo (o século XVIII) como de espaço (o Prata e suas conexões) pode beneficiar uma análise qualitativa do comércio ilegal: transformações e continuidades ao longo do século XVIII, com mudanças políticas e econômicas na região; o que chegava nos portos locais, o que saía, qual o alcance dos desvios comerciais ali realizados; até que ponto essas movimentações compunham um cenário maior de formação do capitalismo no Atlântico Sul na Idade Moderna.

Sobre comércio ilegal em escala global, é importante citar o trabalho de Alan Karras (2010), que define o contrabando da Idade Moderna como uma ação regional e global: sua prática cotidiana configura uma ação local, enquanto o conhecimento necessário para realizá-lo era global – as leis formuladas a milhares de quilômetros de distância e sagacidade para interpretá-las e decidir quais seriam obedecidas ou não. Acredito que essa ação global do contrabando se dá tanto na discussão imperial sobre comércio ilegal quanto nas conexões comerciais do complexo portuário platense. Esse complexo, conforme descrito pelo historiador Fernando Jumar (2012), recebia três circuitos comerciais principais: o do comércio ultramarino, que liga a região com América do Norte, Brasil, Caribe, África e Europa, através do recebimento de mão de obra escravizada em troca de metais preciosos; o do circuito extrarregional, que dá entrada aos produtos do comércio ultramarino e é responsável por captar os

¹ Conforme o que foi explicado por Assadourian (1982).

metais preciosos que serão comercializados; e, por fim, a circulação intrarregional nas cidades portuárias e arredores, onde grande parte do contrabando se desenrola. No fim do século XVIII e começo do século XIX, os portos de Buenos Aires e Montevideú, agora juntamente com o porto de Rio Grande (em Rio Grande de São Pedro), já estavam completamente integrados em um espaço produtivo que Gabriel Aladrén (2015) chama de “região platina”, inseridos na economia do atlântico sul e na economia-mundo europeia.

O contrabando que ocorria no complexo portuário do Rio da Prata, portanto, conectava diferentes pessoas e mercadorias, sendo um comércio verdadeiramente global. Mesmo distante dos centros de poder imperiais, o Rio da Prata foi integrado aos processos econômicos e políticos do Atlântico Sul e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do capitalismo histórico no século XVIII, através de sua participação no comércio legal e ilegal de mercadorias, couros, ouro, prata e, evidentemente, africanos escravizados.

Outro ponto importante que será abordado na tese diz respeito ao comércio ilegal pelo olhar das administrações imperiais presentes no Prata: espanhóis e portugueses, por certo, mas também franceses, holandeses e ingleses que tinham interesses comerciais na região. A análise de correspondências de funcionários reais ingleses² demonstra que a condenação ao contrabando se relaciona mais com *quem* e com *o que* era contrabandeado do que com a defesa das leis de comércio internacional e da licitude das transações comerciais – os ingleses manifestam muita preocupação que portugueses aumentassem medidas para evitar o contrabando na região do Prata, o que afetaria negativamente os seus negócios. Historiadores como Ernest Pijning (2001) e Fabrício Prado (2015) destacam que as

² Um exemplo é a correspondência de Benjamin Keene, diplomata inglês comumente sediado na Espanha e em Portugal, que escreve desde Lisboa para o Duque de Newcastle alegando que a corte portuguesa vem permitindo que espanhóis participassem de um “comércio suspeito” entre Colônia do Sacramento e Buenos Aires; Keene afirma que ainda não protestou contra essa quebra de neutralidade dos portugueses por elas serem “difíceis de provar” (State Papers, SP89/46/81 - Fl. 231-232. Lisboa, 21 de agosto de 1747).

autoridades portuguesas faziam vista grossa com o comércio ilegal a depender de quem fosse o contraventor (maiores privilégios eram dados a aliados políticos, como ingleses e holandeses, em detrimento de espanhóis e franceses) e do que fosse contrabandeado (buscava-se impedir o contrabando de ouro e, ao mesmo tempo, ignorar ou até mesmo facilitar o contrabando de prata).

Na documentação, os ingleses demonstram em diversas ocasiões preocupação, ansiedade e até medo de que pudessem perder esses privilégios a qualquer momento. Ademais, a condenação do comércio ilegal só ocorria quando dito comércio pudesse prejudicar os negócios da nação reclamante: os funcionários reais ingleses temem que esforços feitos por Portugal para diminuir o trato ilícito de ouro pudesse prejudicar os negócios da sua Coroa³; já conselheiros do rei português discutiam, no Conselho Ultramarino, como a participação de colonos em trocas comerciais ilegais nos portos brasileiros poderiam significar, inclusive, uma ameaça à obediência à Coroa portuguesa⁴. Uma hipótese que levantei é que isso pode indicar que as condenações morais ao contrabando eram fortes no âmbito discursivo, mas menos importantes na prática e no cotidiano, quando as questões econômicas de cada nação estavam em jogo. Podemos pensar o comércio ilegal, nesse sentido, como uma política de financiamento entre impérios europeus, política baseada em alianças prévias, mantida ao custo de anseios de funcionários reais e confecções de textos e discursos argumentando contra a sua prática.

Uma das principais vantagens que o comércio ilícito oferecia era mercadorias e escravizados com menor preço. Isso ocorria pela natureza desse tipo de comércio, isto é, pela evasão fiscal: a mercadoria ou o escravizado não taxado pela Fazenda Real

³ Carta de James Grosett para R. Wood, ambos diplomatas ingleses (State Papers, SP89/51/95 - Fl. 257-257v. Londres, 30 de abril de 1759).

⁴ Parecer do Conselho Ultramarino acerca da carta do Marquês de Angeja, vice-rei e capitão geral do Estado do Brasil, de 26/08/1714. **Documentos Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952, v. 96, p. 175-187.

portuguesa ou pela *Real Hacienda* espanhola podia ser vendido por um preço menor do que o taxado. A partir disso, uma das hipóteses que podem ser levantadas é a de que o contrabando possui um papel fundamental no acesso e consumo de mercadorias e na compra e venda de seres humanos que, por vias legais, seria mais oneroso – é possível pensar até mesmo em democratização de acesso e consumo através do comércio ilegal, como já aventado por Fabrício Prado (2017) e Jesse Cromwell (2017). A hipótese da democratização do acesso e consumo via contrabando no Rio da Prata do século XVIII passa por algumas discussões que serão feitas na tese: quais produtos acessíveis unicamente por meios ilícitos; qual a diferença real entre os preços de comércio legal e ilegal; quem eram os consumidores das mercadorias contrabandeadas. Pelas fontes consultadas até o momento já se pode deduzir que grupos fora das elites sociais adquiriam escravizados via comércio ilegal (homens forros negociando vendas ilegais de escravizados e mulheres indígenas foragidas dos inquiridores por terem se envolvido com contrabando são apenas alguns exemplos)⁵ e que alguns produtos raros e/ou de luxo configuram parte das cargas de contrabando apreendidas (como tecidos finos do “oriente” e peças de roupas da China)⁶.

Outra hipótese que pretendo abordar na tese, relacionada à mencionada acima, diz respeito à participação dos variados grupos sociais no comércio ilegal. A historiografia sobre o contrabando no Prata destaca a participação de autoridades do governo e das forças repressivas no contrabando, bem como dos grandes comerciantes e dos membros das elites locais; seu papel no trato ilícito já foi amplamente analisado em obras consagradas, como nos trabalhos prestigiados de Zacarías Moutoukias (1988) e Susan Socollow (1991).

⁵ AGI, Audiencia de Buenos Aires, Legajo 52, 15/06/1764 (Archivo General de Indias, Sevilha, Espanha).

⁶ AGNA, Reales Cédulas, S9-2103: “Para que los Virreyes y Gobernadores de los Puertos de ambos Reynos del Perú y Nueva España ejecuten lo que se les ordena, á fin de evitar el Comercio Ilícito”. Buenos Aires, 16/05/1710, f. 230-233v).

Nas últimas décadas, contudo, esforços começaram a ser feitos para traçar um perfil social mais profundo do comércio ilegal na região para além das elites e dos agentes repressores, focando na “gente miúda” que participava como contrabandistas e como consumidores dos produtos ilegais. Nesse sentido, é importante citar os trabalhos de Fernando Jumar (2000), cuja tese aborda em detalhes o funcionamento do contrabando e quem eram os contrabandistas; Isabel Paredes (2003), que conceitualiza o chamado “contrabando formiga”, ou seja, o comércio de pequenas quantidades de mercadoria por pessoas que, muitas vezes, não tinham no trato ilícito a sua principal ocupação; e Moutoukias (2006), que realizou uma análise social do porto de Buenos Aires no século XVIII para entender quem eram as pessoas que por ali circulavam, demonstrando o perfil heterogêneo dos que participavam do comércio ilegal.

Sabe-se da participação de indígenas e negros nesses processos, mas ainda se faz necessário um aprofundamento desse saber. Nas fontes analisadas até aqui, há os já mencionados forros atuando como contrabandistas; forros sendo re-escravizados e vendidos ilegalmente; inúmeros relatos de indígenas envolvidos em roubo de gado e sua posterior comercialização⁷... A hipótese é que esses agentes não tinham apenas um lugar de passividade no comércio ilegal (como objetos a serem contrabandeados), mas também uma atuação ativa como consumidores e até mesmo como contrabandistas.

Sabemos que o tráfico de escravizados é indissociável da formação do espaço histórico e geográfico do Rio da Prata e de seu desenvolvimento econômico em ligação com o Atlântico; de acordo com Alex Borucki (2015), ele foi o responsável pela movimentação dos maiores volumes de exportação de prata e pela formação de redes mercantis euro-americanas, moldando também a demografia e a cultura da região. Os escravizados que ali chegavam, por vias legais e ilegais, não só alimentavam os circuitos do tráfico intra-americano até Chile e Lima, mas também atuavam como

⁷ Os casos citados ocorrem em *comisos* do AGI e do AGN-Argentina.

trabalhadores rurais responsáveis por alimentar a região e como os trabalhadores urbanos que dominavam as mais diversas tarefas. Além disso, era a mão de obra escravizada, juntamente com a indígena que lidava com o trabalho do couro, o principal produto de exportação do Prata.

O que não se pode deixar de mencionar, ao voltarmos nosso olhar histórico, espacial e político para essa região de fronteira, é considerar que ela não era habitada e disputada apenas por portugueses e espanhóis: muitas vezes relegados ao silêncio, africanos e indígenas dominavam o cenário social do Rio da Prata e participaram ativamente do contrabando na região. Compreender como se dava a atuação desses grupos é uma forma de melhor entender a formação da região do Prata como espaço de fronteira (e, também, de compreender com profundidade o conceito de fronteira para esse contexto histórico-espacial), o que leva à percepção de como se configurou a região platina, de como ela se inseriu no mundo atlântico e de que formas ela contribuiu ao desenvolvimento do capitalismo no período moderno. Prestar atenção na participação de outros grupos para além dos europeus e dos grandes comerciantes no contrabando pode contribuir para um melhor entendimento do que foi, de fato, o contrabando no Rio da Prata setecentista.

Por fim, e dentro desse contexto, outra hipótese que pretendo levantar é sobre o próprio conceito de contrabando. A historiografia do tema fornece elementos de caracterização do comércio ilegal: um crime que atrasava o desenvolvimento econômico local (De La Rica, 1920); uma forma de resistência às medidas econômicas coloniais exclusivistas (Prado Jr., 1987; Arruda, 1980); um jogo complexo de interesses pessoais e de relações comerciais e políticas (Moutoukias, 1988); uma prática social ativa e constitutiva da sociedade colonial, que ocorria devido à situação de exploração vivida nas Américas (Cavalcante, 2006), entre diversos outros. Contudo, a formalização de um conceito para melhor delimitar e entender o que poderia ser entendido como “contrabando” ou “comércio ilegal” no passado

ainda se faz necessária. Minha hipótese é que existem especificidades no comércio ilegal do Rio da Prata no século XVIII e que, por isso, se faz necessário uma conceitualização de contrabando para esse caso.

Parte dessa conceitualização partirá da documentação do período. Ao pensar na fronteira platina durante a Idade Moderna, Fabrício Prado (2012) percebe que a documentação em língua portuguesa e espanhola utiliza termos como “campanha”, “*tierra adentro*” e “sertões” para descrever esse e outros espaços distantes dos centros imperiais, em terras muito ligadas ao seu aspecto “desabitado”, onde ocorriam interações comerciais, familiares e culturais entre grupos étnica e politicamente distintos. Essa forma de entender o conceito de fronteira permite que outros grupos encontrem espaço nas análises, como indígenas, africanos livres e escravizados e comunidades locais formadas por essa diversidade de gentes, levando em consideração as relações entre os diferentes agentes e deles com o meio ambiente em regiões de muita fluidez.

Dito movimento que forma as fronteiras tem relação com o comércio, tanto aquele operado dentro das leis vigentes quanto o ilícito. O comércio é um elemento de troca e de contato por excelência. Da mesma forma que o conceito de Prado para “fronteira” provém da documentação por ele analisada, as fontes possam trazer elementos que auxiliarão na conceitualização de contrabando para o Rio da Prata no século XVIII: quais os termos usados para se referir ao dito comércio?; quais atividades específicas são qualificadas com esses termos?. Essas e outras perguntas servirão de guias para a formulação de uma definição de comércio ilegal para as análises que se pretendem fazer na tese.

Referências

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. **El Sistema de la Economía Colonial**. Mercado Interno, Regiones y Espacio Económico. Lima: IEP Ediciones, 1982.

- BORUCKI, Alex. **From shipmates to soldiers: emerging Black identities in the Río de la Plata**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2015.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1949].
- _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979]. 3 v.
- CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)**. São Paulo: Huitec, 2006.
- CROMWELL, Jesse. Illicit Ideologies: moral economies of venezuelan smuggling and autonomy in the Rebellion of Juan Francisco León. **The Americas**, v. 74, n. 3, 2017.
- DE LA RICA, Antonio Bermejo. **La Colonia del Sacramento: su origen, desenvolvimiento y vicisitudes de su historia**. Toledo: Ed. Católica Toledana, 1920.
- FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, trasnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [online], 2014.
- JUMAR, Fernando. **Le commerce Atlanqique Au Rio de la Plata**. Tese de doutoramento. Paris: École des Hautes Études en Science Sociales. 2000.
- _____. La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Régimen. In: FRADKIN, Raúl (org.). **Historia de la Provincia de Buenos Aires**. Tomo 2: De la conquista a la crisis de 1820. Buenos Aires: UNIPE/EDHASA, 2012. p. 123-158.
- KARRAS, Alan. **Smuggling**. Contraband and Corruption in World History. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2010.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. **Contrabando y control colonial en el siglo XVII**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.
- _____. Buenos Aires, port entre deux océans: mobilités, réseaux, stratifications (2e moitié du XVIIIe siècle). **e-Spania**, 2016. p. 1-20.

- PAREDES, Isabel. Caminos y productos del contrabando hormiga (Colonia del Sacramento y Buenos Aires a mediados del siglo XVIII). Montevidéo: **Terceras Jornadas de Historia Económica**, 2003.
- PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 21, n. 42, 2001. p. 397-414.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1945].
- PRADO, Fabrício. The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America. **History Compass**, n. 10, v. 4, 2012. p. 318–333.
- _____. **Edge of Empire**. Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015.
- _____. Addicted to Smuggling: contraband trade in eighteenth-century Brazil and Rio de la Plata. In: ROSENMÜLLER, C. (ed.). **Corruption in the Iberian Empires: Greed, Custom and Colonial Networks**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2017. p. 197-214.
- SOCOLLOW, Susan. **Los Mercadores de Buenos Aires Vireinal**. Buenos Aires: Ed. De la Flor, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. 3v. Porto: Edições Afrontamento, s./d. [1980].
- _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

JUDITE DECAPITANDO HOLOFERNES: A HISTÓRIA DA PINTURA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO SÉCULO XVII AO XXI

Gabriela Gonçalves da Silveira*

Em uma tela, um episódio violento é congelado com toda a sua tensão e fluidez. Duas mulheres seguram um homem deitado em uma cama, degolando-o. O homem, com braços fortes, porém, impotentes contra as duas personagens, tenta resistir ao ato. Embora seu corpo demonstre uma tentativa de sobrevivência, é possível ver um olhar vazio em seu rosto, nos indicando que é tarde demais e que a sua vida está esvaindo pelos seus dedos. Sua mão fechada em um forte punho agarra a parte frontal das vestes azuladas da mulher que se encontra diretamente acima de si, que parece usar todo o peso de seu corpo para mantê-lo na cama.

Essa mulher usa uma espécie de touca feita com um tecido improvisado, uma peça comum para criadas do século XVII cujo propósito era não somente esconder seu cabelo, como também segurá-lo durante o trabalho braçal. A mulher franze as sobrancelhas, demonstrando o esforço físico que está fazendo para manter o homem corpulento contra a cama. Suas mangas foram levantadas até os ombros, um ato comum para facilitar os trabalhos domésticos.

À direita, a segunda mulher empunha a espada que faz o sangue jorrar. Seu cenho está igualmente franzido, demonstrando o esforço empenhado para fazer o movimento da lâmina que deve tirar a vida do personagem. Ao contrário da outra mulher, usa um penteado com o que parece uma grande trança ornando sua cabeça. Seu vestido é dourado, e o tecido brilha sob a luz que emana do lado esquerdo e inferior do quadro. Embora esteja usando uma bela e

* Mestranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Orientada pelo Prof. Dr. Paulo Knauss.

detalhada pulseira de ouro no antebraço esquerdo, suas mangas também foram levantadas até os cotovelos, transparecendo que embora estejam em classes sociais diferentes, ambas mulheres estão envolvidas em um intenso trabalho braçal. Os lençóis brancos debaixo do corpo do homem são o contraste perfeito para o sangue que jorra do ponto de contato do seu pescoço contra a lâmina empunhada por esta mulher. Ela agarra os cabelos do homem com uma voracidade visível, estabilizando sua cabeça para que o corte seja o mais limpo e certo possível.

Os esguichos de sangue fazem com que a posição das mulheres pareça ainda mais ameaçadora. Embora seja, obviamente, uma imagem estática, é perfeitamente possível imaginar o movimento que essa cena sugere, e até mesmo como as mulheres conseguiram colocar o homem nessa posição de vulnerabilidade. A distribuição dos papéis é nítida e indica a premeditação do ato: uma segura a vítima, e a outra a mata. O aspecto colaborativo da decapitação não passa despercebido, e nos traz indagações sobre o contexto que levaria duas mulheres não somente a cometer tal ato, e sim planejá-lo.

Essa é a cena representada no quadro *Judite decapitando Holofernes*, de Artemisia Gentileschi (1593-1653). Pintada por volta de 1620, em óleo sobre tela, o quadro tem 2m de altura por 1.65m de largura. O quadro está exposto, nos dias de hoje, na Galeria Uffizi, na cidade italiana de Florença, na sala *caravaggiesca*. Nesta sala, vemos, da esquerda para a direita, a *Medusa* (c. 1595), o *Sacrifício de Isaac* (c. 1603), o *Baco adolescente* (c. 1595), todos do conhecido pintor da passagem do século XVI para o XVII Michelangelo Merisi (ou Amerighi), chamado Caravaggio (1571-1610), e, finalmente, a tela de Artemisia a qual nos referimos. É interessante observar que a única tela que não é da autoria de Caravaggio na sala é justamente a *Judite* de Artemisia, a maior de todas elas em exposição no ambiente.

A mais antiga referência documental da existência do quadro de Artemisia consta em uma notificação de sua transferência de 1774 do Palazzo Pitti para a Galeria Uffizi, escrita por Filippo Baldinucci, historiador da arte do século XVII responsável por catalogar e

adicionar à coleção de arte da família Médici (BALDINUCCI, p. 11). Baldinucci elogia a tela pintada, e comenta como causa ao olhar “não pouco terror”. Marco Lastri, (LASTRI, pl. 84) em 1971, inclui uma gravura do quadro em uma publicação sobre a pintura toscana, afirmando que a obra havia sido colocada em um canto remoto da galeria “para não ofender a sensibilidade de nossa soberana, Maria Luisa”, a última grã-duquesa Médici, filha de Cosimo III de Medici.

A falta de documentação comprovando a encomenda do quadro por Cosimo II de Medici, grão-duque da Toscana enquanto Artemisia estava em Florença, faz com que a sua datação exata seja enevoadada por dúvida, mas uma carta da artista endereçada a Galileu Galilei apresenta fortes indícios de que uma representação de Judite foi enviada a Cosimo II antes de sua morte em 1621. Isso também explica a presença do quadro no Palazzo Pitti, antes de sua eventual transferência para a Galeria Uffizi.

Embora Artemisia Gentileschi tenha ficado conhecida pelo sobrenome de seu pai, Orazio Gentileschi, a assinatura na obra mostra outro nome: Artemisia Lomi. Sua assinatura não é constituída somente pelo seu nome, mas também acompanha a frase “eu Artemisia Lomi pinteí essa imagem”. Orazio Gentileschi era filho de um ourives florentino chamado Giovanni Battista Lomi, enquanto seu irmão e seu tio eram pintores, Aurelio e Bacci Lomi. Biógrafos e historiadores da arte interessados nas obras Artemisia, como Eve Straussman-Pflanzer, Mary Garrard, Keith Christiansen e R. Ward Bissell, já evidenciaram que a artista provavelmente escolheu o segundo sobrenome de seu pai devido à tradição florentina do mesmo, apostando na possibilidade de maior exposição por meio do conhecimento do nome na Toscana.

Embora esta seja a tela mais emblemática de Artemisia Gentileschi, não é a única versão existente do mesmo tema pictórico. Antes da versão florentina de 1620, houve uma versão napolitana. Medindo 1.58m de altura por 1.25m de largura, a versão napolitana, anterior à florentina, encontra-se integrada à coleção no Museu de Capodimonte, em Nápoles, junto com a *Anunciação, Judite*

e sua Criada, São Januário no Anfiteatro, São Próculo e Nicéia e Adoração dos Magos, outros quadros da pintora. A tela é notavelmente menor do que a versão da Galeria Uffizi, talvez por algum dano ou para exposição em um cômodo diferente, porém foi constatada a remoção de uma parte superior e da esquerda da sua composição, o que significa que suas dimensões foram alteradas. Além disso, também é possível perceber que as cores mais escuras foram desgastadas por métodos excessivos de limpeza ou tentativas equivocadas de conservação.

A história do quadro em coleção partenopeia é comparável em complexidade à representação da Judite florentina. A obra de arte foi mencionada pela primeira vez, em 1827, na documentação referente ao inventário da coleção particular de Saveria de Simone, em Nápoles (BISSELL, p. 158). Desde então, tem estado no acervo do Museu de Capodimonte. Durante muito tempo, havia um consenso de que a datação da tela sugeria que se tratava a segunda versão da cena pintada por Artemisia, mas a historiadora feminista norte-americana Mary Garrard, em 1989, promoveu uma revisão historiográfica, afirmando que a obra pertencia ao início da carreira da artista. Essa conclusão, que data o quadro por volta de 1613, é baseada na análise radiográfica que mostra várias alterações na composição e na constatação de que Artemisia provavelmente tirou referências e se inspirou em obras de outros artistas romanos quando a mesma ainda residia em Roma. As posições e os tons de pele lembram aqueles usados em *Susana e os Anciãos*, também de Artemisia, obrapintada por volta de 1610, que hoje pertence à coleção de Schloss Weißenstein, em Pommersfelden, na Alemanha. Segundo o historiador da arte norte-americano Keith Christiansen, a apresentação *caravaggesca* e o tratamento do espaço da tela também indicam um contexto romano anterior a 1630 (CHRISTIANSEN, p. 310).

O tamanho não é a única diferença entre os dois quadros dedicados ao mesmo tema. Entre os historiadores da arte especializados em Artemisia, como Keith Christiansen, Marry

Garrard, e Judith W. Mann, a versão florentina é considerada mais requintada e complexa do que a sua versão anterior. Na representação, o vestido de Judite é mais elegante e volumoso, além de ser adornado por mais joias, assim como descrito no livro de Judite, no Antigo Testamento. Seus cabelos estão mais meticulosamente arrumados, as vestimentas apropriadas para o contexto florentino de Artemisia e acessórios é facilmente reconhecível. O bracelete em seu antebraço mostra figuras interpretadas de diversas maneiras por diferentes historiadores da arte, um detalhe que não estava presente na versão napolitana da tela.

Análises de radiografia da versão napolitana mostram que a pintora Artemisia fez alterações no esboço inicial da tela. Inicialmente, a representação de Holofernes tinha o braço esquerdo esticado com sua mão formando um punho. A pintura em sua forma final nos faz perceber como a artista optou por retirar a atuação do general, deixando-o fisicamente à mercê do braço de Abra, que o segura. Ainda na versão napolitana, a representação da mão de Judite que segura a espada também está em uma posição diferente, um pouco inferior à versão posterior. Essas mudanças identificadas pela análise de radiografia foi um dos fatos que contribuíram para consolidar a datação do quadro como anterior à versão florentina, cuja composição parece ter sido elaborada tendo como referência direta a versão napolitana devido à semelhança da distribuição dos elementos representados.

Na pintura florentina, as cores também demonstram um requinte diferente. O contraste entre os vestidos de Artemisia e Abra, sua criada, é acentuado, e suas mangas têm detalhes vermelhos que são repetidos no sangue de Holofernes e no tecido que cobre seu corpo. A espada empunhada por Artemisia tem um contraste maior na versão florentina, enquanto na obra napolitana parece se misturar ao lençol branco abaixo da cabeça de Holofernes. Enquanto o fundo da versão napolitana se mostra escurecido, em estilo *caravaggesco*, a versão florentina apresenta um acabamento mais elaborado do fundo com uma textura que sugere um cortinado por trás da cena principal.

O sangue, que na primeira versão escorria para os lençóis, na segunda versão é representado de outra maneira significativa por alcançar os pulsos e vestidos das figuras de Judite e Abra.

A questão da assinatura da pintora na versão florentina também é um ponto interessante para muitos estudiosos que se debruçam sobre o trabalho da artista. A curadora de arte europeia do Museu de Saint Louis, EUA, Judith W. Mann publicou no periódico *Renaissance Studies* uma ampla análise sobre as diversas assinaturas de Artemisia em diversos contextos, incluindo seus quadros. Segundo Mann, seriam assinadas 19 das 48 obras atribuídas à Artemisia. O seu modo de assinar as obras de sua criação varia consideravelmente, o que pode indicar uma preocupação sobre seus usos e impactos.

Na versão de Judite que se encontra na Galeria Uffizi, a assinatura exhibe um detalhe interessante. Além de assinar com o seu nome florentino, *Lomi*, trata-se da única obra em que Artemisia usou *ego* antes de seu nome, o que transforma a assinatura em “eu, Artemisia Lomi, fiz isto” (MANN, p. 91). Essa é uma assertiva demonstração da sua identidade e da sua autoria. Isso corrobora a agência da artista como responsável pela visibilidade da sua própria carreira, e, nessa tela, mostra que não somente escolheu o sangrento momento da decapitação para a tela, como também fez questão de que soubessem quem tomou e executou tal decisão.

Outro aspecto importante na inscrição dessa assinatura é o uso do verbo *fecere* no pretérito perfeito. Em sua enciclopédia intitulada *História Natural*, Plínio, o Velho, afirma que era muito mais comum para artistas assinarem com o verbo no pretérito imperfeito, disseminando a ideia de que uma obra nunca estava de fato terminada, e sim consistia em um eterno processo que podia ser constantemente aperfeiçoado. Alguns artistas de fato usavam o verbo “fazer” no pretérito perfeito, mas o ato era considerado mais audacioso, como uma maneira de afirmar o seu talento para terminar a obra definitivamente. Com esse contexto, o uso de *ego* e do verbo *fecere* no pretérito perfeito fica demonstrado a agência de

Artemisia como artista e nos faz situar suas estratégias e articulações que são ainda desconhecidas para nós, que poderiam favorecê-la e consolidá-la como uma artista bem-sucedida. Isso nos dá um pequeno vislumbre das decisões de Artemisia e da sua maneira de se inserir nos espaços que ainda não podia ocupar.

A questão da procedência é geralmente reservada para a representação da Judite florentina. Por ter sido encontrada no inventário da família Médici, a tela dispõe de mais caminhos de investigação respaldados por documentação devido à importância da corte no âmbito social, político e econômico do contexto de Artemisia. Porém, a Judite napolitana não é desprovida de informações que merecem atenção.

Por tudo que já foi indicado, a versão napolitana de *Judite decapitando Holofernes* foi provavelmente pintada em Roma, no início da carreira de Artemisia. Na realidade, é difícil constatar se a essa altura a pintora já havia se inserido no circuito de encomendas e que sua marca autoral tenha alcançado projeção social. Filha do pintor Orazio Lomi, conhecido como Gentileschi, Artemisia teve sua formação artística guiada por seu pai, em seu ambiente de trabalho localizado em sua própria casa. Quando a artista atingiu um nível de treinamento consideravelmente elevado para pintar telas inteiras sozinha, Orazio era conhecido como um artista pobre, que mal conseguia ter um criado. Além do financeiramente desafortunado, Orazio não era um artista considerado para realizar grandes encomendas com maior grau de importância (CHRISTIANSEN, p. 284).

Há indícios de que Artemisia tenha terminado seu treinamento em 1609, especificamente por uma carta de 1612 de Orazio em que afirmava que, nos últimos três anos, Artemisia havia se tornando uma artista respeitável. Ela teria por volta de 15 anos. Segundo Filippo Baldinucci, historiador e crítico de arte da época, Artemisia pintou muitos retratos em sua juventude. Um desses retratos é do filho de um vizinho, que pintou por decisão espontânea, enquanto outro representando um homem chamado Artigenio, foi encomendado.

Nenhum desses quadros foi encontrado ou atribuído a Artemisia, o que é compreensível considerando a distância do tempo. Sua pintura deveria apresentar características formais que certamente ainda não identificavam a marca autoral pela qual passou a ser valorizada. Aos 17 anos, a pintora ainda não sabia escrever, o que pode explicar os traços simples e a maneira brusca que caracteriza sua assinatura no quadro *Susana e os Anciãos*, o que pode indicar ainda sua dependência da orientação paterna de Orazio.

Por ter irmãos homens, Artemisia não foi treinada tão cedo quanto poderia, e suas habilidades só foram realmente reconhecidas por seu pai quando a instruiu na criação de *Susana e os Anciãos*, em 1610. No início, Artemisia recebeu encomendas do círculo de seu pai, como, por exemplo, o colecionador romano Alessandro Biffi, que possuía a pintura *Madonna e a Criança* (1609-1610) e também um *David* de Orazio, ambos exibidos nos dias de hoje na Galleria Spada, em Roma. Segundo a historiadora italiana Patrizia Cavazzini em seu ensaio “Artemisia Gentileschi at her father 's house”, a *Madonna de Spada* pode ter sido o quadro que finalmente convenceu Orazio a levar seu trabalho a sério. É difícil saber se pai e filha teriam trabalhado juntos em outra obra, já que as visitas eram poucas e aquelas que se demoravam na casa Gentileschi não deram qualquer depoimento afirmando terem visto tal cena. (CHRISTIANSEN, p. 290.)

Embora não tenhamos uma encomenda documentada, é extremamente provável que a *Judite* pintada nesse período tenha sido encomendada por alguém, devido ao seu tamanho e complexidade. Sobre a datação da tela, é possível que tenha sido feita entre 1612 e 1613, durante o processo judicial iniciado por seu pai no qual Artemisia estaria envolvida. Levando em consideração a forte possibilidade dessa tela ter sido encomendada, isso também sugere que a pintora não escolheu o tema, o que já foi relacionado a reações psicológicas da artista em relação ao estupro por diversos autores e será abordado nos próximos tópicos.

É impossível ver o quadro *Judite decapitando Holofernes* e não pensar na tela homônima de Caravaggio, pintada um pouco mais de 10 anos antes. Assim como o pintor, Artemisia escolheu precisamente representar o momento bíblico do ato violento cometido por Judite. Embora os dois quadros compartilhem, em certa medida, a mesma sensibilidade, um grande ponto é como Judite e Abra se apresentam. Na versão de Artemisia, a representação da criada de Judite é muito mais ativa, demonstrando força ao segurar o general para que Judite o matasse. Caravaggio havia pintado Abra como uma mulher mais velha, em posição mais passiva, observando e segurando um tecido que talvez sirva para embrulhar a cabeça de Holofernes após o ato sangrento.

É possível levantar a hipótese que Artemisia pode ter tido acesso ao quadro de Caravaggio para tomá-la como fonte de inspiração. Contudo, esse quadro integrava uma coleção particular em Roma e notoriamente é sabido que Artemisia passou a maior parte da sua juventude confinada à casa de seu pai em Roma. Considerando a fama de Caravaggio em seu tempo, é possível considerar que o cliente por trás da encomenda tenha especificamente mencionado a versão de Caravaggio como uma referência para a tela de Artemisia.

É nítido que Artemisia adaptou a obra sangrenta a um novo olhar, porém não alterou o aspecto violento da cena. Na realidade, intensificou esse aspecto ao se definir menos como um elemento descritivo de contextualização da cena e mais como um motivo que caracteriza a autoria do ato violento, um detalhe que deve atrair o olhar para a interpretação da narrativa pictórica.

Referências

BALDINUCCI, Filippo. **Delle notizie de' professori del disegno da Cimabue in qua'**. Florença: [s. n.], 1772, v. 12, p. 11.

LASTRI, Marco. **L'Etruria pittrice, ovvero, Storia della pittura toscana, dedotta dai suoi monumenti che si esibiscono in stampa dal secolo X. fino al presente.** Firenze: Per Niccolò Pagni e Giuseppe Bardi, 1792-1795. v. 2, pl. 84.

BISSELL, R. Ward. **Artemisia Gentileschi: A New Documented Chronology.** The ArtBulletin, Nova York, v. 50, n. 2, p. 153-168, jun. 1968.

GARRARD, Mary. **Artemisia Gentileschi: The Image of the Female Hero in BaroqueArt,** p. 410. Princeton: Princeton University Press, 1989.

CHRISTIANSEN, Keith; MANN, Judith W. **Orazio and Artemisia Gentileschi.** NovaYork: Yale University Press, 2002.

1968, MEMÓRIA E USOS DO PASSADO

Johnnatan Monteiro*

Cerca de quarenta países, no turbulento ano de 1968, viveram movimentos de contestação social, cujos jovens, em sua maioria estudantes, constituíram os principais atores envolvidos (REIS FILHO, 2008, p. 27). De forma geral, bandeiras anti-imperialistas, com críticas contundentes à guerra do Vietnã; anticapitalistas, questionando a inserção da classe operária na lógica do trabalho voltado para o consumo; e de crítica ao socialismo real, em suas lógicas burocráticas e autoritárias; relativamente comuns em muitos países, permitiram que alguns autores colocassem estes movimentos como partes de um mesmo processo de contestação social que se desenvolveu mundialmente naquele momento (GARCIA, 1999, p. 1014). No entanto, é preciso pontuar que em cada país, para além das citadas bandeiras unificadoras, tais movimentos possuíam reivindicações e formas de luta específicas ligadas às demandas cotidianas, às conjunturas políticas e aos contextos sociais que estavam inseridos. Perspectiva que cabe ser salientada, na medida em que falas a partir do presente e suas conseqüentes determinações sob a memória (ROUSSO, 1996, p. 98) acabam por resumir os movimentos de contestação social ocorridos internacionalmente em 1968, em certos aspectos, de forma bastante homogênea.

Além da academia, das esquerdas e dos militantes que vivenciaram dentro de cada contexto nacional os movimentos de contestação social ocorridos em 1968 e em seus desdobramentos, também os meios de comunicação formularam acerca dos anos comemorativos de 1978, 1988, 1998, 2008 e 2018, versões dos acontecimentos e seus impactos na vida social. Em geral, uma vasta

* Doutorado em História no PPGH-UFF, Orientadora Samantha Viz Quadrat, Bolsista CAPES.

gama de produções literárias, filmicas e televisivas foram realizadas alcançando um público considerável e funcionando como referências significativas que enquadram o olhar de sociedades do presente em relação ao passado (POLLAK, 1989, p. 9). No caso brasileiro, este olhar envolve um processo conciliatório em relação a um passado traumático (REIS FILHO, 1997, p. 34 - 35). Pois relembrar 1968 no Brasil, entre outras perspectivas, relaciona-se diretamente a recuperação, em média a cada dez anos, da memória da luta radical de um grupo dentro de uma simbólica geração, composto por alguns jovens estudantes urbanos de classe média que enfrentaram o terrorismo de Estado praticado pela ditadura civil-militar, na tentativa de derrubar o regime e de promover a revolução socialista através da luta armada.

Neste contexto de reapropriações e disputas, que envolvem vários grupos interessados na recuperação do processo desenvolvido em 1968 no Brasil, a questão da revolução dos costumes e comportamentos, recorrentemente relacionada às agitações sociais ocorridas pelo mundo ao longo deste ano e aos seus desdobramentos, encaixa-se enquanto um típico exemplo de uma lógica da memória que constrói representações unificadas do passado (ROUSSO, 1996, p. 96). Tal ressalva se faz necessária em meio a cenários apresentados recorrentemente por obras midiáticas que exaltam de forma desmedida as transformações comportamentais como um aspecto separado do universo político, e por sua vez silenciam em suas narrativas a disposição de parte da geração 68 brasileira em revolucionar as estruturas sociais de classe. Sob este aspecto, é importante questionar 1968 – a geração 1968 – em sua complexidade, refletindo sobre o que é história e o que é memória (NORA, 1993, p. 9), baseada em demandas atuais, observando os possíveis usos deste passado.

Contrapondo emblemáticas narrativas biográficas produzidas por militantes do movimento de luta armada no momento de retorno do exílio em consequência da lei de anistia de 1979, com famosas obras de caráter midiático produzidas em seus contextos ao

longo dos últimos 50 anos, buscamos entender como a relação de recuperar e utilizar o passado a partir do presente se desenvolveu no caso brasileiro, no que se refere a mudanças nos comportamentos e costumes. E por sua vez, os usos do passado (TODOROV, 2004, p. 15) que derivam da exaltação da memória da transformação comportamental em prol da conciliação social entre as classes médias apoiadoras da ditadura e os jovens desta mesma esfera social que se opuseram ao regime político autoritário. Assim, podemos conferir ao ano de 1968 e seus desdobramentos, um peso bem menos suave do que as obras de caráter midiático produzidas posteriormente costumam propor. Afinal, após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís em março e a prisão em massa de estudantes no congresso da UNE em outubro, 1968 no Brasil se encerraria com a decretação do A.I.-5 em 13 de dezembro.

A partir das referências historiográficas que permitem promover o debate sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira nos marcos teóricos da História do Tempo Presente, podemos propor uma divisão das fontes em cinco grupos e através do entrecruzamento das mais significativas estabelecer uma primeira linha de análise sobre seu desenvolvimento no que tange as questões comportamentais. Composto por oito reportagens, cinco entrevistas e muitas imagens, o caderno especial sobre 1968, publicado no jornal “O Globo”, em 11 de maio de 2008, serve como um representativo ponto de partida para a crítica da documentação. Em sua última página, uma matéria com o título “A outra revolução”, amarra uma linha de raciocínio que atravessa toda a edição e se apresenta como predominante nas produções realizadas nas comemorações do quadragésimo aniversário. Momento influenciado pelo intenso processo de globalização.

Na oitava reportagem do caderno jornalístico está presente uma narrativa que dissocia as transformações comportamentais do contexto de disputas políticas existentes nas sociedades na década de 1960. Reduzindo por exemplo, a importância do surgimento das juventudes como atores históricos relevantes, organizados em

larga medida através do movimento estudantil. A reportagem traz em destaque a frase: “SEXO, DROGAS E ROCK’ N’ ROLL: Uma geração que soube quebrar tabus, amar com liberdade e mudar para sempre o comportamento.” Ou ainda, ocupando a parte de cima, uma fotografia com uma moça vestida de noiva e um rapaz de bigode em uma motocicleta, e a frase: “De todas as revoluções propostas em 1968, a única que realmente vingou foi a revolução sexual”, de autoria do Jornalista Luís Carlos Maciel. No corpo da reportagem, assinada por Carlos Albuquerque, aparece essa expressiva colocação:

No final dos anos 60, a revolução não foi televisionada, como avisou o poeta e músico americano Gil Scott-Heron. Ela aconteceu entre quatro paredes. Foi ali, muitas vezes tendo como combustíveis as drogas e o rock’ n’ roll que germinou a revolução sexual, que abaixo tabus, subverteu costumes e colocou o mundo de pernas para o alto. Paz e amor? Sem dúvida. E põe amor nisso, bicho.

— Acho que de todas as revoluções propostas em 1968, a única que realmente vingou foi a revolução sexual – diz o jornalista e roteirista Luís Carlos Maciel. Me parece que este foi o setor realmente vitorioso. Foi quando caíram o tabu da virgindade e o tabu do homossexualismo, entre outros. As condições de vida hoje são espantosas, se formos comparar com todos os preconceitos que existiam naquela época. (O GLOBO: Caderno especial 68, 11/5/ 2008, p. 10)

No entanto, em seu primeiro livro de 1982, em meio ao processo de anistia e retorno dos exilados, Herbert Daniel nos fornece um testemunho muito objetivo de incongruências nas memórias relativas ao alcance das transformações comportamentais se comparado a recuperação de 1968 e seus desdobramentos, feita no “Caderno Especial 68” do jornal O Globo. Segundo as memórias do estudante, guerrilheiro e exilado:

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma

opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade. (DANIEL, 1982, p. 96 - 97)

Tais trechos, redigidos sob as determinações de presentes distintos ao serem contrapostos permitem problematizar o desenvolvimento da memória (ROUSSO, 1996, p. 95) da geração 68 brasileira (SIRINELLI, 1996, p. 134 - 137) no que tange a exaltação do sucesso das transformações comportamentais em contrapartida ao esvaziamento da importância da luta armada revolucionária de organizações marxistas leninistas contra a ditadura civil-militar. Em pouco mais de 50 anos, principalmente em torno dos anos comemorativos de 1968, verificamos a gradativa construção de uma narrativa memorialística que através de variadas obras midiáticas propõe uma ampla transformação comportamental protagonizada por uma juventude bastante genérica e universal. Ao mesmo tempo em que é possível notar nesta narrativa a redução do movimento de luta armada a atos de inconsequência cometidos por alguns ingênuos estudantes. Este viés de desenvolvimento da memória da geração 68 brasileira, parece por sua vez atender a demandas de conciliação social (REIS FILHO, 1997, p. 34 - 35) das classes médias apoiadoras do regime exceção que perseguiu, torturou e assassinou seus próprios filhos e filhas durante os anos 60 e 70. Configurando-se em um uso do passado (TODOROV, 2004, p. 15 - 18) relativo a uma memória em disputa ainda pouco investigada.

“1968: o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, publicado em 1988 pode ser classificado em um segundo grupo, que se relaciona ao período que cerca o aniversário de vinte anos de 1968. Data que coincide com o ápice do processo redemocratização e com a realização dos trabalhos da Constituinte no Brasil. Momento em que as forças políticas se reconstituíram em torno do novo jogo democrático que conciliava a sociedade (REIS FILHO, 2008, p. 11). Neste grupo, percebemos a moderação das autocríticas e uma

exaltação mais ampla das transformações que envolvem os aspectos comportamentais, em relação ao movimento brasileiro. Em seu livro, conta os acontecimentos de 1968 no Brasil, a partir basicamente de relatos de diversas pessoas envolvidas em situações internas do processo. Nesta narrativa, ele evidencia alguns nomes como de grande relevância para o movimento brasileiro e resgata expressões e aspectos presentes no contexto social que se vivia e as coloca como atributos de uma geração 68. Fica muito evidente, no livro, a intenção de deixar registrada esta marca identitária de um grupo no tempo, no caso a geração 68, que a diferencia das demais gerações (SIRINELLI, 1996, p. 131 - 133). Como exemplo, temos o próprio subtítulo “A aventura de uma geração” que ocupou várias vezes a capa das 48 reedições de seu livro, que venderam mais de 400 mil exemplares.

Com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um "bando de *porralocas*", como se dizia então.

Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-e-espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto muitas vezes desesperado; outras, autoritário, mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas certamente nenhuma depois dela lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos (VENTURA, 1988, p. 14).

Este trecho localizado na introdução do livro apresenta uma série de referências que serão trabalhadas ao longo da narrativa a partir das situações relatadas. Em uma síntese rápida, podemos interpretar que para o autor a lembrança da geração 68 no Brasil, habita o imaginário como a viagem mitológica de uma geração de “heróis ou de *porralocas*”. Tendo o peso de uma história real onde

os heróis cometeram erros e a paixão com que assumiram a responsabilidade de mudar o mundo alivia o peso das consequências. Principalmente porque as transformações propostas não se limitavam ao aspecto da revolução política, mas alcançavam “todos os horizontes”, como os aspectos sexuais e comportamentais.

No filme de Bruno Barreto, “O que é isso companheiro?” de 1997 indicado a importantes prêmios no período, as questões comportamentais são abordadas na narrativa a partir das regras de disciplina existentes na organização armada representada. Sendo resumidas na garantia da segurança do grupo, no momento que alguns integrantes foram admitidos, dando a entender que a relação afetiva entre as personagens Maria e Paulo ficou cerceada durante a maior parte da narrativa, em função destas diretrizes. A quebra de tal perspectiva só se dá pela iniciativa de Paulo que a beija em dado momento. Ela inicialmente o repele com a frase: “O que é isso companheiro?” e no decorrer dos acontecimentos eles iniciam um relacionamento. Maria então confessa já ter visto Paulo antes, questão esta que implica em uma quebra nas regras de segurança. Fato que teria inicialmente ligado os dois personagens. Pois, na cena que é aceito na organização, Paulo vê o rosto de Maria pelo espelho antes do momento e é reprimido por ela. Assim a perspectiva que se constrói a partir do filme é que tais medidas disciplinares se estabeleciam por conta da situação limite em que se estava envolvido no caso retratado, a captura do embaixador estadunidense e não por códigos gerais de disciplina e moral estabelecidos previamente no seio das organizações, sob o argumento das necessidades para se alcançar a revolução (“O que é isso companheiro?”, 1997). Neste sentido, o filme “O que é isso companheiro?” acaba até mesmo por negligenciar as críticas aos modelos comportamentais feitas no próprio livro em que se baseou. O filme contribui, portanto, para o silenciamento de tais críticas em meio ao processo de desenvolvimento da memória relativa aos movimentos de contestação social de 1968 no Brasil e seus desdobramentos, uma vez que a obra produzida cerca de 30 anos

depois, no contexto de consolidação do modelo neoliberal, pode ser considerada como uma das produções midiáticas mais relevantes no condicionamento de nosso olhar sob a geração que viveu a fundo o passado de enfrentamento contra a ditadura civil-militar.

A série jornalística “Arquivo N-1968”, em consonância com o “Caderno Especial 68” do jornal O Globo, em seus quatro episódios, reúne depoimentos de indivíduos que participaram dos movimentos em diversas partes do mundo. Embora essa produção trabalhe sob uma lógica que considera a ideia de pluralidade de movimentos, cada qual em seu contexto doméstico, sua construção narrativa repete o formato globalizante de outras obras do quarto grupo produzidas 40 anos depois, ao tratar os aspectos ligados às mudanças de comportamento, costumes, sexualidade e relações de gênero. A narrativa por vezes combina falas de indivíduos de países diferentes que, juntamente com as sequências de imagens, configuram uma relação de transposição de realidades em termos socioculturais. A passagem mais simbólica desta perspectiva é a que combina as falas do francês, na época estudante, Henri Weber, com a dos brasileiros, Vladimir Palmeira, apresentado como líder estudantil em 1968, e Zuenir Ventura, apresentado como autor de um livro sobre o tema. Henri Weber aparece se referindo aos padrões comportamentais anteriores aos movimentos da seguinte forma:

No plano da autoridade era a família patriarcal. O marido era todo poderoso. A mulher não tinha direito de abrir uma conta no banco. Era uma sociedade de outra idade. No plano da moral era a velha moral católica repressiva, e as relações fora do casamento eram muito mal-vistas. A homossexualidade era considerada quase como uma doença (1968 Arquivo N, episódio 1, 2008).

Tal fala será emendada pela seguinte fala de Vladimir Palmeira:

Até 67 as mulheres eram obrigadas a ser virgens e os homens não tinham relação com as moças de boa família. Isso tudo foi para o espaço. Entendeu? Então essa união entre amor e sexo, foi talvez, do ponto de vista dos costumes, a coisa mais interessante que houve de

68, falando no sentido mais amplo da palavra (1968 Arquivo N, episódio 1, 2008).

Essa fala será ilustrada por imagens de pessoas nas praias do Rio de Janeiro e som de Bossa Nova. Que por sua vez será conectada a fala de Zuenir Ventura:

As relações eram até 50 muito autoritárias. Havia uma dominação muito grande do homem sob a mulher. Do professor sob o aluno, do marido sob a esposa, do pai sob o filho, quer dizer... 68 misturou, mexeu muito, desarrumou muito, esse esquema. Que era um esquema muito rígido, muito autoritário. Quer dizer, ouço, no plano do sexo, nem se fala (1968, Arquivo N, episódio 1, 2008).

Em 2018, passados 50 anos, é imperativo considerar o clima de polarização política entre setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira. É fundamental observar as circunstâncias que permitiram o avanço da extrema direita, representada pela vitória nas eleições presidenciais e sua relação com a ressurgência de uma memória positiva da ditadura que alcança em dada medida, variados grupos sociais. Pois esta modificação do contexto de consolidação da democracia, para um novo surto autoritário, acabou por condicionar também o trabalho de memória promovido pelas esquerdas e demais setores progressistas. Com base nas fontes produzidas neste contexto, reunidas em um quinto grupo é possível indicar o reaparecimento de uma vertente não conciliatória ao rememorar o ano de 1968 inserido dentro da ditadura civil militar. Onde a importância das ações políticas retoma considerável espaço, frente às transformações comportamentais. As últimas falas do documentário “A passeata dos 100 mil” são emblemáticas sobre os novos termos das disputas memorialísticas. Diria o jurista Aderson Bussinger:

O legado é a importância da mobilização social ampla contra regimes autoritários. Ali mostrou como isso é importante, como isso é capaz de abalar (A passeata dos 100 mil, TV-Justiça, 2018).

Seguido pelo ex líder estudantil Geraldo Sardinha na última cena da produção:

O legado humano foram os companheiros que tombaram, os que morreram na tortura, os que morreram no exílio, os que morreram em combate...

Tá presente. E vai estar sempre presente na minha vida. Até o último dia que eu viver, eu vou estar fazendo alguma coisa por eles e por minha convicção revolucionária (A passeata dos 100 mil, TV-Justiça, 2018).

Segundo Rollemberg a perspectiva da memória coletiva que se estabeleceu em relação à ditadura civil-militar brasileira nas primeiras décadas pós anistia se baseava na linha interpretativa de que a sociedade teria resistido amplamente ao regime (ROLLEMBERG, 2010, p. 4 - 5), possibilitando uma conciliação social e dando margem a outros desdobramentos da memória. Tornando possível observar e questionar o processamento de alguns “usos do passado” (TODOROV, 2004, p. 15 - 18), como propõe Tzvetan Todorov. Neste sentido, frente à interseção dos movimentos de 1968 alocados no contexto da ditadura civil- militar brasileira, Maria Paula Araújo ressalta principalmente a importância de observar a variedade de movimentos e seus legados, como forma de desconstruir o mito da “revolução total” que apoiado na perspectiva do “espírito 68”, condensa irrestritamente as variadas propostas revolucionárias vivenciadas no período (ARAÚJO, 2009, p. 25 - 26). A historiadora levantaria pontos relevantes para analisarmos a recuperação de suas memórias:

O que queremos marcar aqui neste texto é que o “espírito de 68” é uma construção de memória, de uma certa memória sobre a época, que procura galvanizar numa imagem única, com um sentido e um conteúdo único, uma série de eventos, posturas, propostas e posições com conteúdos e sentidos muito diversos entre si. Esta operação – que apaga as diferenças e reforça as semelhanças entre os eventos – tem como resultado a construção quase mítica de um ano símbolo das utopias revolucionárias do séc. XX (ARAÚJO, 2008, p. 113)

No mesmo sentido das últimas revisões críticas promovidas em 2018 por Historiadores como Reis Filho (REIS FILHO, 2018), relacionando os movimentos de contestação social de 1968, as guerrilhas revolucionárias e a ditadura brasileira, a historiadora Maria Paula Araújo responderia sobre o legado deixado por tal geração:

O que fazer com aquela energia toda? Lideranças, jovens, estudantes universitários e secundaristas foram para as ruas reivindicar liberdade. Essa energia gigantesca foi sufocada. Não é à toa que a militância de luta armada se formou com jovens universitários e secundaristas. A liderança estudantil universitária – e não a massa, o Daniel Aarão Reis insiste muito, a massa simplesmente viveu o recuo – foi constituir a luta armada. No Brasil, um dos legados de 68 foi a radicalização por meio da luta armada. O outro legado, que apareceu com mais força, foram as novas pautas. Movimentos de mulheres, negro – embora tenha demorado mais –, comportamental. Mas o legado mais evidente na época, no final de 68 e início de 69, foi o deslocamento da liderança estudantil das ruas para a luta armada (ARAÚJO, 2018, s/p.).

Ao falarmos dos movimentos de contestação social de 1968, seus paralelos e desdobramentos, a primeira referência necessária é a da “geração 68”. Geração que tem este ano como seu marco fundador e em contrapartida, fez também o ano existir como acontecimento. No entanto, indo mais fundo nesta questão, a ideia de “geração 68” refere-se aos jovens de mais de quarenta países envolvidos nos processos de contestação da ordem, de acordo com cada contexto doméstico. Essa noção de pertencimento por sua amplitude permite resumir bastante, o complexo e variado cenário de lutas que eram vividas no período.

As contradições exemplificadas entre as narrativas reunidas em torno do processo de anistia em 1979 e as produções posteriores de caráter midiático, agrupadas mediante os contextos sociais vividos nos períodos comemorativos, expressam entre outras perspectivas os níveis de conflito e conciliação social pós-ditadura. É nesta esfera de embate entre versões do passado, que Alessandro

Portelli recupera a noção proposta por Giovanni Contini de memória dividida. O autor coloca que a disputa não se faz apenas entre a memória oficial, com todo o seu caráter ideológico, e a memória social comunitária. Na verdade, lidamos com aspectos múltiplos e ideológicos da memória que estão em disputa interna em ambas às partes, inclusive dentro da memória social comunitária (PORTELLI, 1996, p. 105 - 106). Disputa que no caso da geração 68 brasileira, envolve a memória de estudantes com disposição combativa e transformadora que muitas narrativas tendem a silenciar, através da exacerbada exaltação das mudanças comportamentais e da desvinculação do alcance de tais rupturas do ambiente de lutas políticas que se processavam em paralelo no período. Ao mesmo tempo essa forma de uso do passado também silencia os efeitos do terrorismo promovido pelo Estado brasileiro contra estes jovens opositores e alguns outros grupos, por cerca de duas décadas. Nuances da recuperação de um controverso passado ainda em aberto.

Referências

A passeata dos 100 mil, TV-Justiça, 2018

ARAUJO, Maria Paula. Entrevista: Legado mais evidente de 68 foi o deslocamento da liderança estudantil para a luta armada no Brasil.

Revista do Instituto de Humanidades Unissinos, 2018.

_____. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In: Fico, C.; Araujo, M. P. (Org.). **1968 40 nos depois: História e Memória**. RJ: 7 LETRAS, 2009

_____. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In. FICO, FERREIRA, ARAUJO, QUADRAT (orgs.): **Ditaduras e Democracias na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rj: Ed. FGV, 2008.

1968 Arquivo N, episódio 1: **Somos jovens e queremos mudar o mundo**. Direção: Alice Maria Central Globo de Jornalismo, 2008.

DANIEL, Herbert. **Passagem para um próximo sonho**: um possível romance autocrítico. Codecri, Rio de Janeiro 1982.

GARCIA, Marco Aurélio. Em busca de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). **Rebeldes e Contestadores**. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, C.; ROLLEMBERG, D.; KNAUSS, P; BICALHO, M.F.; QUADRAT, S. (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rj: Ed. FGV Editora, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dez. 1993.

“O GLOBO”, **Caderno especial 68**, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2008.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

O que é isso companheiro? Direção: Bruno Barreto, Globo Filmes, 1997.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e Amado, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. RJ: Ed. FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Aproximações, contrastes e contradições entre paradigmas de mudança social: os cinquenta anos de 1968, in REIS FILHO, D. **1968, reflexos e reflexões**. Ed. SESC, SP, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. **1968: A Paixão de uma Utopia**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2008.

_____. “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”, “Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória”. In ----(org.). **Versões e ficções**. O sequestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: Ed. FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: Ed. FGV, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la memória**. Barcelona Y ediciones Paidós Ibérica, S.A., Buenos Aires, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

A CNBB E A DITADURA CIVIL-MILITAR: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Mathews Nunes Mathias*

Em abril de 2014, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma declaração na qual reconhecia o seu apoio ao golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart e instaurou a ditadura civil-militar. Em nota intitulada “Por tempos novos, com liberdade e democracia”, o Conselho Episcopal Pastoral (Consep) e o então presidente da CNBB e arcebispo de Aparecida, dom Raymundo Damasceno Assis, afirmavam que o apoio da entidade à intervenção havia sido um “erro histórico” do qual “alguns setores da Igreja Católica fizeram parte”. Ao mesmo tempo, os bispos faziam questão de ressaltar que a instituição não se omitiu diante da repressão imposta pelo regime militar e alertavam as “gerações pós-ditadura para que se mantenham atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito”, reafirmando “o compromisso da Igreja com a defesa de uma democracia participativa e com justiça social para todos” (CNBB, 2014).

A manifestação da CNBB se deu no contexto da efeméride dos 50 anos do golpe, quando um conjunto de políticas de memória embalavam os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012. Naquele momento, a comissão, acompanhada por suas congêneres estaduais, municipais e setoriais, seguia a todo vapor, amplificando as discussões sobre violações de direitos humanos na ditadura e revelando os meandros de um processo de repressão e eliminação de opositores políticos – inclusive de membros do clero católico –, que se tornou política de Estado entre 1964 e 1985. Além disso, a declaração dos bispos católicos veio no

* Doutorando em História no PPGH-UFF, orientado pela Prof^a Dr^a Janaina Martins Cordeiro e vinculado Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC).

bojo das manifestações de 2013, que acusaram veículos de imprensa e outras entidades civis de terem apoiado a ditadura civil-militar.

Nesse sentido, a nota da CNBB serviu como uma resposta às cobranças de diferentes segmentos sociais à postura assumida pela instituição em 1964, mas também reafirmou um aspecto muito importante da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, que diz respeito à resistência da instituição ao regime que se seguiu à derrubada de João Goulart. A rigor, desde os anos 1970, a CNBB é reconhecida como uma das maiores adversárias do regime militar. No panteão dos grandes heróis da resistência contra a ditadura, figuras como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns são lembradas como exemplos de coragem por denunciarem a tortura e acolherem presos políticos; são quase santos. A celebração desses exemplos fez com que, por muito tempo, um grande silêncio prevalecesse sobre o apoio que a CNBB deu ao golpe de 1964.

Em 2014, o reconhecimento – tardio – da CNBB sobre o seu apoio ao golpe civil-militar, em certa medida, quebrou o silêncio da instituição sobre o seu papel durante a ditadura para além da conhecida resistência dos seus membros. Porém, o texto “Por tempos novos, com liberdade e democracia” manteve na obscuridade muitas complexidades da atuação da hierarquia católica ao longo do regime, deixando de reconhecer a sua responsabilidade institucional diante do golpe e atribuindo o apoio ao movimento civil-militar que derrubou Jango a apenas uma parcela da Igreja. Além disso, ao afirmar que, “no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo”, a CNBB adota uma narrativa segundo a qual a Igreja Católica teria se afastado do regime “tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos” (CNBB, 2014).

Assim, a nota da CNBB em 2014 apresenta alguns aspectos importantes para a reflexão sobre a memória construída pela instituição em relação à ditadura. Em primeiro lugar, é interessante

observar que, ao associar o apoio ao golpe a apenas uma parcela da instituição, a CNBB investe na rígida oposição entre bispos conservadores e bispos progressistas, que por muito tempo dominou as análises sobre a Igreja Católica durante a ditadura. Segundo essa perspectiva, o apoio entusiasmado do clero católico ao golpe teria se restringido a bispos ultraconservadores, como dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e dom Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. Bispos progressistas, como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns, teriam sido contrários a derrubada de Goulart desde as primeiras movimentações golpistas.

De fato, a posição da CNBB sobre o golpe civil-militar não foi unânime. Muitos embates envolveram os membros da entidade que, em maio de 1964, se reuniram para escrever uma declaração sobre a “revolução”. Segundo dom Waldyr Calheiros, o clima da reunião foi tenso, em função de uma divisão entre os bispos, “de um lado aqueles que salientavam o ‘bem da revolução’, destacando-se a figura de dom Sigaud, que defendia a tese de que os militares haviam salvado o país comunismo; de outro, a posição de alguns arcebispos que reclamavam da repressão sofrida por membros leigos da Igreja” (RODRIGUES, 2006, p. 64-65). No rascunho da declaração dos bispos progressistas, encontrada pelo historiador Kenneth Serbin na Biblioteca do Instituto Nacional de Pastoral, os prelados pressionavam pela condenação do “martírio” de católicos marcados pela repressão (SERBIN, 2001, p. 102-103). No entanto, a maioria dos arcebispos assinou a versão do texto em que o clero agradecia profusamente às Forças Armadas por salvarem o Brasil do comunismo e pelo “êxito incruento de uma revolução armada” (PETRUCCI; PRANDINI; DALE, 1986). Foi precisamente essa declaração que motivou o pronunciamento da CNBB cinquenta anos depois

É interessante registrar que, ao contrário de uma determinada memória defendida pela CNBB, mesmo os bispos que passaram à história como progressistas, caso de dom Hélder e de dom Arns, estiveram de acordo com o golpe em razão do temor comunista. No

caso de dom Arns, inúmeros textos sobre a sua trajetória costumam contornar suas ambivalências. Na biografia intitulada *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*, de Evanize Sydow e Marilda Ferri, publicada em 1999, as autoras tendem a tratar a trajetória de dom Arns de maneira linear e dotada *a priori* de um só sentido – uma distorção muito comum entre os biógrafos, conhecida como “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2005, p. 74-82). Frequentemente, os posicionamentos de dom Arns a favor da justiça social e dos direitos humanos costumam ser apresentados como se já estivessem traçados desde os seus primeiros anos de vida. Nem uma palavra sobre o fato de dom Paulo ter se deslocado de Petrópolis, onde morava, a Três Rios para abençoar a chegada das tropas do general Mourão Filho ao Rio de Janeiro, em 1964, por exemplo.

Da mesma forma, pouco se fala sobre a proximidade de dom Hélder com os poderosos, inclusive com o marechal Humberto Castello Branco e com o general Antônio Carlos Muricy, antes do golpe. Em 1964, dias depois da queda de Jango, ao tomar posse como arcebispo de Recife, dom Hélder reforçou seus laços com os setores marginalizados da sociedade, saudou as diretrizes do Concílio Vaticano II e reafirmou seu espírito de abertura ao dizer que ninguém deveria se espantar se o visse “com criaturas tidas como perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, antirrevolucionárias ou revolucionárias” (COMBLIN, PINHEIRO & PUTRICK, 1983, p. 118). Porém, o arcebispo nada disse sobre o golpe desfechado dez dias antes do seu discurso. A cordialidade deu o tom da relação entre dom Hélder e Castello Branco e, ao menos no início do governo, o arcebispo se absteve de criticar publicamente o novo regime. Como revelado por Elio Gaspari (2002, p. 246), “após ser empossado como presidente da República, o marechal Castelo Branco encontrou-se com dom Helder Câmara em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher tinha o hábito de ouvir suas pregações”. “Não é preciso mais ter medo”, disse o arcebispo ao presidente, “agora temos que nos unir e partir para um

desenvolvimento com justiça, nesse nosso imenso país” (SERBIN, 2001, p. 104).

Durante o primeiro ano de Castello Branco no poder, houve um clima de diálogo entre a arquidiocese de Recife, sob dom Hélder, e o IV Exército, sob o comando de Antônio Carlos Muricy. Segundo Nelson Pileti e Walter Praxedes (1997, p. 404), a relação do arcebispo com Muricy “era quase de ‘Lua de mel’ e dom Hélder chegou a escrever em maio de 1964 que “o general Muricy está agindo como quem tem, regionalmente, a autoridade máxima e atuando como amigo de verdade. Graças a sua interferência decisiva, contornamos graves dificuldades”. No entanto, ainda no primeiro ano de aniversário do golpe, as relações de dom Hélder com o regime começaram a mudar. Em 1965, o arcebispo de Recife se recusou a celebrar a missa em ação de graças pela *revolução*. Esse ato foi visto como um protesto moral de dom Hélder contra as arbitrariedades do regime e encerrou uma amizade de trinta anos do arcebispo com Muricy, que morreu sem falar com o bispo (SERBIN, 2001, p. 155-156).

É bem verdade que tanto dom Hélder quanto dom Arns logo mudaram de posição em relação ao regime instaurado em 1964, mas por que as narrativas sobre os dois bispos tendem a enfatizar apenas a oposição em detrimento das tentativas de diálogo entre o episcopado e os militares? A Comissão Bipartite, estudada por Kenneth Serbin (2001), por exemplo, mostra que, no auge da repressão, representantes da Igreja Católica e do Estado recorreram a um fórum secreto para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil e, assim, amenizar o conflito que se intensificava entre eles. Com base em fontes sigilosas produzidas pelo regime, Serbin ressalta as reiteradas tentativas de preservar a “concordata moral” que unia as duas instituições, desmontando a versão corrente que sustentava – e ainda sustenta – ter havido um rompimento de suas relações na década de 1970.

Nesse sentido, a atuação política da Igreja Católica nos anos em que o Brasil esteve sob ditadura não se deu de maneira homogênea.

Não houve uma adesão unânime de toda a hierarquia católica às propostas de mudança do Vaticano II nem às críticas ao regime militar. No entanto, às vezes, a ênfase constante nas oposições entre a Igreja e a ditadura tende a obscurecer a complexidade das relações entre os bispos e os militares. Esse aspecto está presente na nota da CNBB de 2014, mas também ganhou espaço na literatura sobre o tema que, até a década de 1980, ficou marcada por sua simpatia pela “Igreja popular” e pelo oposicionismo de alguns de seus membros. Entre os estudiosos da relação entre Igreja e ditadura, o máximo que se admite é que durante os primeiros anos do regime, a maior parte da hierarquia católica manteve-se reticente diante dos militares. A rigor, os bispos teriam evitado criticar o governo diretamente e só passaram a confrontar os generais-presidentes quando os membros do clero começaram a ser perseguidos. A maior parte dos historiadores costuma marcar o período que se estende entre 1964 e 1968, como uma fase em que a CNBB, principalmente sob a liderança de dom Agnelo Rossi, buscou se afastar de debates políticos e as organizações laicas da juventude católica foram desencorajadas. Porém, não são poucos os pesquisadores que entendem esse período como uma espécie de “tempo de preparação” para que os religiosos despertassem para a luta contra o autoritarismo, ignorando outros comportamentos sociais que não passaram pela resistência.

Ora, esse aspecto encontra respaldo na dificuldade de parte da sociedade e da própria Igreja Católica em lidar com a memória do período autoritário sem as lentes que a certo mito resistencialista impõe. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de 1979, ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais, teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos, inclusive da Igreja (REIS FILHO, 2004; 2014a). Varreu-se para debaixo de grosso tapete o apoio de vários segmentos sociais ao regime. Em um primeiro momento, esse processo beneficiou as esquerdas que puderam recuperar a sua honra após a derrota melancólica de 1964.

Porém, como efeito adverso, notórias lideranças civis de direita, que ajudaram a construir e sustentaram longamente a ditadura, também foram beneficiadas pela imposição de uma divisão clara entre sociedade e regime (REIS FILHO, 2014b, p. 8). Assim, no processo de transição democrática iniciada em 1979, a sociedade se apresentou como vítima do autoritarismo dos militares e, ao mesmo tempo, resistente, desde o golpe, à ditadura.

Da mesma forma, podemos dizer que 1979 foi um ano muito importante para a construção da memória da CNBB sobre a ditadura. Com o avanço do processo de abertura, a partir de 1979, as relações entre Igreja e Estado começaram gradativamente a melhorar. O declínio das prisões políticas e da tortura, a anistia e a reforma partidária levaram os bispos a aumentarem seu apoio a algumas iniciativas do governo. Porém, com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais evidente que a Igreja não era mais a liga que unia as esquerdas brasileiras, sobretudo após os esforços da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na defesa das liberdades civis e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Entretanto as críticas, ainda que menos vigorosas, continuaram sendo feitas, principalmente no que se referiu à consolidação do regime democrático. A CNBB, presidida por dom José Ivo Lorscheiter, esforçava-se para manter sua linha de atuação, mas sofria as iniciativas da Santa Sé que buscava enquadrar os bispos mais progressistas (GOMES, 2014, p. 180).

Nesse sentido, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida no início de 1979, em Puebla, no México, é bastante emblemática. Na reunião, embora tenha sido aprovado um texto que reforçava o apelo dos bispos pelo estado de direito no Brasil, começou a haver também o refreamento dos ânimos combativos daqueles religiosos mais exaltados. Esse movimento foi impulsionado pela ascensão de João Paulo II, um declarado anticomunista, que adotou uma orientação mais centralizadora para o Vaticano. Sob Karol Wojtyła, a Teologia da Libertação e seus

ideólogos foram condenados; os bispos que a defendiam receberam reprimendas severas da Santa Sé e publicações foram censuradas (MAINWARING, 2004).

Foi justamente nesse momento que parte da CNBB, enquadrada pelo Vaticano e pressionada por partidos e movimentos sociais, inventou a “sua honra e seu futuro” (ROLLEMBERG, 2006), ao galvanizar na memória da Igreja Católica um espírito de oposição engrossada por novos grupos que se afastavam de uma ditadura cada vez mais impopular. Assim, consagrou-se na sociedade brasileira, sobretudo entre profissionais liberais, trabalhadores assalariados e setores intelectualizados, a percepção de vítima coletiva da ditadura, bem como sua vocação para a “resistência democrática” partilhada por grupos política e ideologicamente distintos (NAPOLITANO, 2017, p. 359).

Infelizmente, a existência de uma forte influência da historiografia confessional na abordagem dos principais temas da história da Igreja Católica no Brasil e do catolicismo contemporâneo não ajudou a compreender melhor esse processo. Não faltam biografias, teses e dissertações muito simpáticas à Teologia da Libertação, que buscam resgatar narrativas e memórias de certas figuras eclesíásticas, bastante emblemáticas do período ditatorial, contribuindo – às vezes sem intenção – para a construção de uma memória institucional, em vez de uma perspectiva crítica sobre o passado da hierarquia católica (TOURIS, 2015, p. 99). De acordo com Jessie Jane Vieira (2011, p. 205), não são poucos os trabalhos que “partem da premissa de que as memórias dos ícones do catolicismo têm poder para revelar uma suposta verdade na qual, a despeito do que chamam de “descaminho” imposto pelo papa João Paulo II, a Igreja da Teologia da Libertação teve papel profético na luta contra a ditadura”. Assim, é muito comum observar determinadas análises que tendem a reforçar a memória da CNBB sobre a ditadura, ao se mostrarem mais preocupadas em defender a legitimidade e a atualidade de um cristianismo progressista do que em propor uma reflexão sobre as complexas relações que a Igreja Católica manteve

com a ditadura civil-militar – e ainda mantém com governos autoritários no tempo presente.

Nos últimos anos, a CNBB, de fato, assumiu uma posição bastante crítica às desigualdades sociais e não se omitiu diante da crise que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e das reformas impopulares levadas a cabo por Michel Temer. A eleição de Jair Bolsonaro, defensor da ditadura e de seus torturadores, deu novo impulso à luta dos bispos contra o autoritarismo e isso se refletiu na memória da CNBB sobre o regime militar.

Sob esse aspecto, uma matéria jornalística divulgada em junho de 2018 é bastante sintomática. A reportagem feita por Gerson Camarotti e reproduzida pelo Portal G1 por Tereza Carneiro trouxe a notícia de que telegramas do Departamento de Estado Americano e relatórios da CIA (Agência de Inteligência dos Estados Unidos) revelaram que o governo norte-americano acompanhou durante quase duas décadas a tensa relação entre a ditadura civil-militar brasileira e a cúpula da Igreja Católica no país (CAMAROTTI & CARNEIRO, 2018). Os documentos a que a GloboNews teve acesso não eram inéditos e não revelavam nenhum fato novo. Porém, reforçavam uma perspectiva já consagrada pela memória da CNBB e por parte da historiografia segundo a qual a Igreja Católica tinha sido uma das principais adversárias do regime militar. A matéria também retomava a trajetória de alguns cardeais, como dom Helder, dom Arns e dom Aluísio Lorscheider, que haviam denunciado torturas e violações dos direitos humanos durante a ditadura e celebrava a Igreja Católica como um dos poucos espaços que permitiram o exercício de uma resistência democrática.

Segundo o então secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, ouvido por Camarotti, a revelação dos documentos servia como reflexão para que a história não se repita. Para dom Steiner, lembrar a história da Igreja resistente servia para que as novas gerações que não conhecem a história da ditadura não se deixassem enganar pelos pedidos de volta dos militares ao poder. Nesse sentido, a CNBB parece compartilhar da ideia de que estudar

história é aprender com as lições do passado no sentido de não cometer os mesmos erros já cometidos. A CNBB estaria assumindo a perspectiva da história como mestra da vida, que já se encontra esvaziada de sentido em nossa cultura histórica contemporânea, marcada pelo fetichismo do passado, transformado em objeto de consumo, pela naturalização da memória como orientadora da experiência e pelo fechamento do horizonte de expectativa como organizador de nossa temporalidade (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013; DE GROOT, 2009). Portanto, a posição assumida pela CNBB no presente, proporciona um debate interessante sobre os usos políticos do passado. Será mesmo que o apoio de tantos segmentos da sociedade ao autoritarismo é devido a uma suposta ausência de história, a uma falta de aulas sobre a história ou, no mínimo, a uma visão equivocada dela?

Estamos passando, sem dúvida, por um ciclo memorial em que aquela memória de centro-esquerda que valorizava o mito da sociedade resistente – tão questionada por Daniel Aarão Reis no início dos anos 2000 – não é mais predominante. Conforme aponta Caroline Silveira Bauer (2019, p. 38), a memória da ditadura se constitui em objeto de constante disputa, uma vez que a memória sofre mudanças dependendo do presente que está articulada, interagindo com os interesses políticos e preocupações do momento de sua enunciação. Nesse sentido, não é possível desconsiderar o fato de que as Forças Armadas desempenham o papel de “comunidade de memórias”, na medida que o relato da instituição sobre o passado ditatorial ganhou estabilidade, e pouco mudou, desde a década de 1960. As Forças Armadas não negam a existência da ditadura, mas justificam a sua existência, devido a necessidade de se combater a violência dos grupos de esquerda armada, gerando esquecimentos e silêncios sobre a tortura e o papel do Estado.

O atual ciclo de memória sobre o passado ditatorial, marcado pela crise política crescente desde o último governo de Dilma Rousseff e a ascensão de governantes de extrema direita – tão saudosistas da ditadura –, não deveria colocar instituições como a

CNBB apenas na defensiva. É preciso ir além e reconhecer a complexidade da relação estabelecida entre sociedade e ditadura, bem como os silêncios e esquecimentos relacionados à maneira que a Igreja Católica se relaciona com esse passado. Em 2014, apesar do reconhecimento tímido das complacências, venceu a memória da resistência. Aquela que soube incensar a imagem de algumas figuras, como dom Helder e dom Arns, como se eles sintetizassem a luta de toda a Igreja Católica pela dignidade humana desde o início da ditadura. O problema é que, entre estes valentes defensores dos direitos humanos, puderam comparecer, confortavelmente, outras lideranças eclesiais, que apoiaram o golpe ou foram indiferentes à ditadura – como é o caso do cardeal dom Eugênio Salles e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (MATHIAS, 2023, p. 64-86). Daí a importância de resgatar as complexas relações que a Igreja manteve com a ditadura civil-militar, como um necessário contraponto a uma memória cristalizada e, por vezes, mitificada que setores católicos, sobretudo ligados à Teologia da Libertação, consagram (SOUSA, 2011).

Em outras palavras, o que se propõe aqui é que ao saudar as lutas políticas do presente, não se deve deixar de olhar o passado a partir de uma perspectiva crítica. É preciso considerar a complexidade do social para tentarmos entender não só os meandros da construção da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, mas também as posições adotadas pelo clero católico no presente. Não se nega a importância política fundamental dos homens e mulheres, leigos e clérigos, que lutaram contra a ditadura e defenderam uma Igreja com opção preferencial pelos pobres. Também não se espera que hoje, bispos e padres vistam panos de saco e, com cinzas na cabeça, saiam pelas ruas a pedir perdão pelos seus pecados. No entanto, também não se pode deixar que a memória permaneça entronizada em altares adornados por rasas simplificações.

Referências

- BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, n. 57, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. 7ed. Campinas: Papirus, 2005.
- CAMAROTTI, Gerson; CARNEIRO, Tereza. Relatórios citam tensão entre militares e a Igreja durante a ditadura no Brasil. **G1**, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2018/06/08/governo-dos-eua-acompanhou-relacao-entre-militares-e-a-igreja-durante-a-ditadura-no-brasil.ghtml> Acesso em: 3 mar. 2023.
- CNBB. CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tem-pos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 17 fev. 2023.
- COMBLIN, José; PINHEIRO, José; PUTRICK, Maria Bernarda. **Dom Helder: pastor e profeta**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- DE GROOT, Jerome. **Consuming history. Historians and heritage in contemporary popular culture**. New York: Routledge, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972)**.

2023. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023. 206p.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

PILETI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. Ática: São Paulo, 1997.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, Romeu (Orgs.). **As relações Igreja-Estado no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). **À sombra das ditaduras Brasil e América Latina**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014b.

_____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004; p. 29-52.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da. **Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)**. Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) **O golpe de 1864 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2006. p. 81-91.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad.: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. "Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil." **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 3, n. 2, 2011, p. 203 - 216.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOURIS, Claudia F. *Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina*. **Archives de sciences sociales des religions**. n.º 170, 2015, 97-115.

PATRIMÔNIO SENSÍVEL: O DOI-CODI DO RIO DE JANEIRO

Mírian Kelly Fontineles do Nascimento*

A trajetória patrimonial no Brasil

O conceito de Patrimônio Histórico surge no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, em contexto onde encontrava-se a Semana de Arte de 1922, as Vanguardas Modernistas, o Estado Novo e o Serviço para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O Movimento Modernista surge formalmente com a Semana de Arte de 1922, buscando trazer uma Arte e Arquitetura autenticamente brasileira, rompendo com o que se vinha fazendo até então. Dando destaque à natureza brasileira como serras, parques, cachoeira e reservas, além da importância da ancestralidade indígena, onde importava-se com uma história pré-colonização. Conforme aponta Castriota:

No caso brasileiro, cabe notar uma peculiaridade: não vão ser os setores conservadores, mas alguns intelectuais modernistas que elaboram e implementam as políticas de preservação do patrimônio. Neste sentido, é importante lembrar que o modernismo, movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exacerbada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocando como parte de sua agenda a questão da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que mantém estreito contato com as vanguardas europeias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a ideia do rompimento radical com o passado. (CASTRIOTA, 2009, p. 71).

* Mestranda em História no PPGH-UFF, orientada pela Samantha Viz Quadrat, inserida no LABHOI. Bolsista da CAPES.

Nessa perspectiva, o Barroco Mineiro foi redescoberto como exemplo de autêntica civilização brasileira, seu valor artístico foi anexado às regulamentações do Patrimônio Nacional. No período do Estado Novo, especificamente, em 1937, o Decreto-Lei nº 25 vai estabelecer os primeiros preceitos para a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa legislação já define as normas referentes ao tombamento, no entanto, limitava-se a reconhecer como patrimônio somente bens de ordem material.

O modernismo brasileiro teve influência na elaboração da legislação, sobretudo quanto ao valor artístico nacional – uma vez que, para ser considerado como patrimônio, as produções teriam aspectos legitimamente nacional, deixando de lado a estética colonial portuguesa. No aspecto político, a questão de uma identidade nacional está presente nesse Decreto-Lei, onde para tornar-se patrimônio nacional, o bem, tinha que estar vinculado à história “memorável” do Brasil, em que estivesse alinhada às narrativas oficiais do Estado Novo, como forma de legitimação. O decreto, ainda, dar poder de escolha dos bens a serem tombados ao Estado, além de ficar sob sua guarda a administração e manutenção. Isso demonstra seu caráter pouco democrático, uma vez que, os tombamentos eram produzidos de ofício, via documento oficial interno, sem a participação popular, nem mesmo dos proprietários dos bens que seriam tombados.

No processo de promulgação da Constituição Federal de 1988, esses critérios são mudados, considerando como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à nação, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CF, 1988, Art. 216). O novo texto tem caráter mais abrangente, com diversidade de manifestações culturais, materiais e imateriais, além de considerar a importância local, regional ou nacional, mostrando a diversidade da cultura brasileira.

Com a nova legislação foi possível o avanço e incorporação de bens e conjuntos de bens candidatos a tombamento, inventário e registro (aos imateriais) manifestações culturais, dialetos, técnicas de artesanato, cultivo de ervas, o saber-fazer em si, são exemplos de registros imateriais. Ainda no que diz respeito às diversidades de patrimônio, a Constituição Federal de 1988 tornou Patrimônio Cultural bens e sítios relevantes cujo sentido seja a formação transversal da identidade cultural brasileira. Dominique Poulot (2006) considera “novos patrimônios” lugares cuja história é carregada pela violação aos Direitos Humanos. Lugares que ficaram marcados pelos diversos relatos de prisão ilegal, tortura, desaparecimento e morte.

O DOI-CODI do Rio de Janeiro

O golpe de 1964 contra o presidente João Goulart, deu início ao período de terror de Estado. As violações aos direitos humanos, como prisões arbitrárias, sequestros, tortura e desaparecimentos foram utilizados como justificativa de defesa ao projeto ideológico e pauta. Os órgãos repressivos foram engendrados ao longo dos anos através da institucionalização do Estado de Segurança Nacional, implementados a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pelos oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). O conceito de segurança interna foi a base da estruturação do sistema repressivo.

A ideia de Doutrina de Segurança Nacional trouxe consigo a existência do inimigo interno, ligado aos comunistas e uma possível tomada de poder arquitetada por eles, dessa forma, os militares estariam “salvando” o Brasil ao entrarem na cena política e lançar mão de seus “métodos” contra os inimigos. A DSN está intimamente ligada à ESG, que foi criada em 1949, tendo assistência de franceses e estadunidenses com objetivo de treinar pessoal de alto nível no que diz respeito à segurança nacional. Um de seus nomes é Golbery do Couto e Silva que defendia um projeto de “desenvolvimento” com a união do setor privado, elite tecnocrata civil e militar. Essa

conspiração já vinha sendo idealizadas desde os anos 1950, sob a coordenação da ESG e de instituições civis Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O IBAD era uma instituição que se apresentava como estimuladora da livre imprensa, no entanto, na prática, funcionava como entidade política conservadora no combate as ideias de esquerda e crítica ao governo de João Goulart. Sendo extinta em 1963, através de ordem judicial por haver financiado candidatos na eleição de 1962.

O IPES foi criado em 1962 e durou até o início dos anos 1970. Era formuladora de um pensamento conservador, anticomunista. Era composta por militares ligados à ESG e ao empresariado. Foram responsáveis por uma propaganda feroz contra ideias de esquerda. Preparavam textos para os editoriais jornalísticos, cartilhas e roteiros de filmes e programas de televisão. Essas duas instituições formavam o núcleo da conspiração que levaram a cabo uma campanha ideológica com a harmoniosa junção entre militares e empresariados.

Outro projeto criado pelos militares em 1 de julho em 1969, foi a Operação Bandeirantes (OBAN), como decorrência da Diretriz para a Política de Segurança Público qual os comandantes militares detinham informações de caráter subversivo em um órgão centralizado. Posto em prática pela “necessidade” de integração e centralização ao combate do que consideravam terroristas. Sua função era “identificar, localizar e capturar os elementos em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertenciam”¹. De acordo com Carlos Fico (2001) a OBAN produzia um trabalho coordenado com diversas instâncias. Seus recursos provinham de diversas ordens: o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, colaborou com asfaltamento e renovação da rede elétrica da área do quartel; o governador Roberto de Abreu Sodré disponibilizou partes das dependências da 36ª Delegacia de Polícia, onde serviu como sede a partir de setembro de 1969; Luiz Macedo

¹ Arquivo CNV, 00092/2014-71, p. 4.

Quentel, parte da elite paulista, contribuiu com a viabilização do novo órgão repressor; Delfim Neto e Gastão Vidigal (dono do Banco Mercantil de São Paulo) reuniram os principais representantes de bancos do Brasil, juntamente com a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) para a arrecadação de fundos, contando com apoio de empresários como Paulo Sawaya e Henning Albert Boilesen – presidente da Ultragás. De acordo com Mariana Joffily:

O ato que celebrou a criação da Oban foi organizado com pompa, coquetéis e salgadinhos e contou com a presença das principais autoridades políticas de São Paulo: o governador Roberto de Abreu Sodré, o prefeito Paulo Maluf, o comandante do II Exército (atual Regional Sudeste), general José Canavarro Pereira, entre outros. Também acorreram à cerimônia figuras proeminentes da elite paulista, oriundas dos meios empresarial e financeiro: Luiz Macedo Quentel, Antonio Delfim Netto, Gastão Vidigal, Paulo Sawaya e Henning Albert Boilesen. Parte do setor empresarial paulista e das multinacionais – com representação em São Paulo – acreditava que as ações guerrilheiras colocavam em risco a boa conduta dos negócios e concorreu para o apoio financeiro e material. As autoridades da cidade colaboraram com infraestrutura, incluindo a cessão de partes das dependências da 36ª delegacia de polícia, situada na Rua Tutóia (Vila Mariana), para a acomodação do novo órgão repressivo (Caros amigos, 14 set. 2009)

A Comissão Nacional da Verdade mostrou que muitos empresários eram os financiadores da OBAN, como o Grupo Ultra, Ford e General Motors. Funcionou como grupo paramilitar que unia os interesses de empresários e do Estado ditatorial, já que era “interessante” à ambos, a existência de um grupo extraoficial que neutralizasse as ações dos grupos armadas de esquerda, ações que causam prejuízos aos seus negócios assaltos, atentados e oposição política. Devido ao “sucesso” de suas ações, seu modelo foi ampliado para todo o Brasil, o que viria a se tornar os Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Foi a partir de 1970, através da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, foram criados o DOI-CODI. Cada Centro de Operações de Defesa Interna possuía um ou mais Destacamento de Operações e Informações responsáveis pelas investigações, prisões e interrogatórios considerado como unidade de inteligência. Eram órgãos operacionais dos CODI, combatendo diretamente os grupos de oposição ao regime ditatorial. Sendo chefiados por um oficial do Exército major ou coronel. Sua rede de colaboradores incluía o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Polícia Federal, onde os presos eram enviados quando fosse feita a formalização de sua prisão. De acordo com o general de brigada Adyr Fiúza de Castro, os CODI funcionavam da seguinte forma:

O chefe do CODI é o chefe do Estado-Maior do escalão correspondente. Quer dizer, o chefe do CODI no Rio era o chefe do Estado-Maior do I Exército (hoje Comando do Leste). O chefe do Estado-Maior na Bahia era o chefe da 6ª Região Militar. O chefe do Estado-Maior do II Exército de São Paulo era o chefe do CODI de São Paulo. E esse chefe tinha autoridade delegada pelo comandante da área, que é um general de quatro estrelas, para fazer reuniões e coordenar a ação desses órgãos. No Rio, por exemplo, reunia um representante do I Distrito Naval, um representante da Zona Aérea, um representante do DOPS, um representante do delegado da Polícia Federal no estado, um representante, como ouvinte, da agência local do SNI. Quanto ao DOI, era um elemento, uma unidade, como era o Batalhão de Polícia, como era o DOPS. (D'Araújo; Soares; Castro, 1994, p. 46)

O CODI do Rio de Janeiro foi fundado em 1970, no interior do quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, Tijuca, Zona Norte da cidade. Coordenava ações de defesa correspondente à região de atuação do I Exército. Em 1971, foi instalado o DOI, no mesmo local atuando no combate à oposição política. O DOI-CODI reuniu a função de coordenação e execução da repressão contra oposição armada, funcionando até 1979. Foi o principal centro de detenção ilegal, tortura, morte e desaparecimento no Rio de Janeiro.

De acordo com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), no interior do 1º BPE, já funcionava o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) que coordenavam ações repressivas. Por essa razão, muitos testemunhos de ex-presos, indicam o local como DOI-CODI, PIC ou Polícia do Exército (PE) da Barão de Mesquita. A CEV-Rio indica ainda que, paredes foram quebradas e novas celas construídas devido ao aumento de presos, as salas de tortura tiveram adaptações com “instrumentos mais modernos” de tortura. Uma das medidas tomadas foi a construção de uma porta nos fundos do 1º BPE cujo objetivo foi de dificultar o reconhecimento do local por parte dos presos. De acordo com a historiadora e ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) Dulce Chaves a respeito das dependências do DOI-CODI:

O prédio tinha dois andares. Diferentemente do que muitos dizem, aquele lugar não era um “porão da ditadura”, um local clandestino. (...) eu estava numa dependência oficial do Exército brasileiro. Uma instituição que funcionava a todo vapor, com todos os seus rituais, seus símbolos, seus hinos, sua rotina. (...) No andar térreo, tinha a sala de tortura, com as paredes pintadas de roxo e devidamente equipadas, outras salas de interrogatório com material de escritório, essas às vezes usadas, também, para torturar, e algumas celas mínimas, chamadas solitárias, imundas, onde não havia nem colchão. Nos intervalos das sessões de tortura, os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio havia algumas celas pequenas e duas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo. (CEV-RIO, 2013)

Segundo o relatório da CEV-Rio, dos presos que passaram pelo DOI-CODI, 49 foram mortos dos quais 33 permanecem desaparecidos. Com a desarticulação das principais organizações armadas, no final dos anos 1970, os DOI-CODI foram sendo fechados.

Política Públicas de Memória

Um conceito importante que é fundamental para o entendimento desse artigo é desenvolvido por Pierre Nora - a ideia de lugares de memória. O autor pressupõe uma dissociação entre História e Memória. A história é a reconstrução, sempre problemática e incompleta, daquilo que já não existe e a memória é a vida, transmitidas por grupos vivos, podendo permanecer em evolução. A história tornou-se uma ciência social, e a memória um fenômeno exclusivamente privado a história-memória. Para Nora (1993), tudo que é chamado de memória é a constituição de estoque material do que é impossível recordar, ao passo que desaparece a memória, somos induzidos a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos daquilo que já foi. Onde existir o ser humano, ali encontra-se a memória, conseqüentemente, gera seus lugares.

O autor lança mão do termo lugares de memória que, segundo ele, nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, sendo necessário a criação de arquivos, preciso manter aniversários, organizar celebrações. Os lugares de memória possuem três características: ocupam certo espaço na topografia social, na medida em que a memória se materializou, tais como monumentos e museus; são lugares rituais, pois criam as condições básicas para uma experiência simbólica entre os vivos e os mortos; ela é de natureza pedagógica. No mundo moderno, com a aceleração da história, o único meio que se pode guardar a memória é em uma forma de rastro, não se trata mais de um passado social formalizado, não se trata mais de um tipo específico de memória que não permite um deslocamento entre o passado e presente, na medida em que há uma contínua experiência, esse tipo já não existe mais, a memória *in natura* já não existe mais, o que existe é uma memória que se tornou objeto de discurso, produzida a partir de uma articulação de interesses específicos e localizados no nosso tempo. A história e a memória entrelaçam-se com objetivo importante: se a memória viva de certos acontecimentos históricos começarem a desaparecer

naturalmente com o passar das gerações, torna-se necessário o registro dessas memórias, para que não caia no esquecimento.

O Brasil vem reconhecendo os crimes cometidos pela ditadura militar desde a lei nº 9.140/1995 (lei dos mortos e desaparecidos políticos), assumindo a responsabilidade dos desaparecidos, no entanto, com a Lei da Anistia, não foi possível que os responsáveis fossem devidamente condenados. A justiça de transição foi baseada em três grandes objetivos: o restabelecimento da verdade, o direito da reparação e a reconstrução da memória. Esse terceiro ponto está ligado ao conceito de lugares de memória ou sítios de consciência bens culturais que remontam a períodos conflitivos de um povo, onde a preservação torna-se importante para que os fatos não sejam esquecidos.

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH)² elaborou um documento chamado “princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória”³, contendo 29 princípios orientadores de políticas públicas para os países lidarem com seu passado autoritário de maneira relacionada à memória. O IPPDH considera de grande importância a criação de lugares de memória por parte do Estado como forma de materialização da justiça, verdade, memória e reparação (IPPDH, 2009, p. 4). Considerando lugares de memória como:

(...) espaços para recuperar, repensar e transmitir certos fatos traumáticos do passado, e podem funcionar como suporte ou propagadores de memória coletiva. São lugares que buscam transformar certas marcas a fim de evocar memórias e torná-las inteligíveis ao situá-las no contexto de um relato mais amplo. (Ibid, p. 5)

² Criado em 2009 sobre a Decisão Nº 14/09 do Conselho de Mercado Comum do Mercosul com função de estruturar as políticas públicas em direitos humanos dos países que fazem parte do bloco.

³Disponível: Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória IPPDH (mercosur.int)

Oferecendo “reparação simbólica às vítimas e garantias de não repetição à sociedade em seu conjunto” (Ibid, p. 7). Classificar os lugares como meio de conhecer o passado, é estabelecido a acesso ao direito à verdade, como é mencionado no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)⁴ no eixo orientador VI, que considera a investigação ao passado como forma de ter acesso a cidadania. No que se refere a Ditadura Militar e a repressão política ocorridas no Brasil, vai considerar a reconstrução da memória como ferramenta para revisitar o passado de experiências de dor, violência e morte e, somente assim, poderia superar o trauma histórico (PNDH-3, 2009, p. 207). Com a compreensão do passado através da herança histórica e reconhecimento oficial de atos cometidos pelo Estado, é possível que os cidadãos tenham a formação de valores que moldem a sua atuação no presente (ibid, p. 207).

Busto de Rubens Paiva

Em 12 de setembro de 2012, foi inaugurado o busto de Rubens Paiva que foi preso, torturado e desaparecido nas dependências do DOI-CODI RJ. Paiva nunca participou de grupos armados de esquerda, foi deputado eleito em 1962 pelo PTB, atuou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava as irregularidades do IBAD⁵. Essa atuação tornou Paiva alvo dos agentes repressivos, tendo seu mandato cassado⁶ em 10 de abril de 1964, onde ficou no exílio voltando ao Brasil em 1965, onde atuava em sua profissão de engenheiro. Todavia, em 20 de janeiro de 1971, militares da Aeronáutica foram à sua casa e efetuaram sua prisão. Direcionado,

⁴ Criado em 2009 sobre o Decreto N° 7.037, de 21 de dezembro. Faz-se referência a esse PNHD por abordar a questão do Direito à Memória e à Verdade.

⁵ Investigava-se o uso de dinheiro vindo do exterior no financiamento de campanhas políticas de oposição ao governo Goulart na eleição de 1962.

⁶ Através do Ato Institucional n° 1, em que suspendeu a Constituição por seis meses e cassou ou exonerou pessoas consideradas “ameaça” à segurança nacional, dentre elas, Rubens Paiva.

inicialmente, à 3ª Zona Aérea do Aeroporto Santos Dumont⁷ para interrogatórios, no mesmo dia foi levado ao DOI-CODI/I Exército junto com Cecília Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona, onde teria sido torturado e morto. Cecília declarou em 11 de setembro de 1986 à Superintendência Regional do DPF:

ao ser colocada no carro, encontrou no interior do mesmo um homem com as mãos amarradas, com a camisa em desalinho, tendo algumas manchas de sangue sobre a mesma e o que mais marcou a declarante foi a fisionomia do mesmo, o qual estava com os olhos “esbugalhado”; que estava bastante vermelho naquela ocasião; que evidentemente aquele homem estava vivo até aquele momento; (...) ao entrar no carro que a levaria ao DOI CODI reconheceu Rubens Paiva, e também foi reconhecida por aquele senhor; que esse reconhecimento foi apenas visual, não tendo na ocasião trocada nenhuma palavra(...). (Arquivo Nacional, Fundo SNI, BR AN BSB AC ACE 58801/86)

A ocultação do parlamentar não se encaixa nas justificativas dadas por parte dos militares, onde ele teria fugido durante uma diligência policial. Versão confirmada por militares em 1971 através de uma sindicância. Durante investigações da CNV, foi concluído que o comandante do DOI do I Exército no período – general Belham deveria esclarecer o desaparecimento de Rubens Paiva, assim como os agentes envolvidos. O que continua sem esclarecimentos.

O sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e a Federação Intersindical de Engenheiros (FIsenge) inauguraram o busto de costa para o 1ºBPE. A filha de Rubens Paiva, Vera Paiva, declarou na inauguração do busto:

É como se a gente tivesse finalmente um lugar para homenageá-lo. Agora eu tenho um lugar onde posso trazer flores. Essa experiência de quem tem familiar desaparecido é a dificuldade de encerrar esse ciclo de luto. (Senge-RJ, 2014)⁸

⁷ Ofício ARJ_ ACE_446/71, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

⁸ Disponível em: Busto de Rubens Paiva é inaugurado em frente à antiga sede do DOI-CODI - CUT-RJ

Pedido de Tombamento do DOI-CODI

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) solicitou junto a CEV-Rio, o pedido de tombamento do antigo prédio onde funcionou o DOI-CODI em 2013, com objetivo de “ativar a memória, aguçar a percepção, aumentar o conhecimento e a compreensão acerca dos fatos praticados durante a ditadura militar”⁹, além de fomentar políticas educacionais que resgatem o passado autoritário através de projetos que busquem essa memorialização.

O pedido enviado ao Ministério Público Federal tem o sentido de preservar a memória do período de repressão ocorrido no local. Tem pretensão de proteger não só o prédio símbolo das violações aos direitos humanos, mas também preservar e construir a memória coletiva do período ditatorial. O processo encontra-se arquivado devido às barreiras que o BPE impõe, impedindo que o local seja visitado e o processo continue. Segundo o MPF, os militares não aceitam a medida, com a justificativa de que o trabalho dos servidores do IPHAN que buscam visitar as dependências e que sejam disponibilizados plantas e documentos iriam atrapalhar os serviços rotineiros do Batalhão.

Até o momento, não houve mudança nesse quadro. Com a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, espera-se, com trocas no comando das Forças Militares, que o processo seja reaberto e possa-se concretizar o efetivo tombamento. Proteger um símbolo da ditadura militar como foi o prédio onde funcionou o DOI-CODI é muito importante na preservação da história e memória do período, torna-se também uma ferramenta contra o negacionismo e silenciamento que atualmente vem se mostrando tão forte, principalmente, nas redes sociais e confirmada por figuras políticas.

⁹ Inquérito Civil nº 1.30.001.005015/2013-92, p. 8.

Referências

- BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. **O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano no “Castelo do Terror”** / Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira Bettamio. – 2012.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Justiça de Transição. **Requerimento de tombamento** do prédio onde funcionou o DOI-CODI, no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1>
- CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural** – Conceitos, Políticas e Instrumentos. Belo Horizonte, 2009. Editora Annablume/IEDS.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS MERCOSUL (IPPDH). Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória. 2012.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores/** Dominique Poulot:

Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República ver. e atual. Brasília: SEDH/PR, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório** / Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

ENTRE SANGUE E DESCRENÇA: A DEMANDA MACABRA POR PODER DE ZÉ DO CAIXÃO

Débora Kaizer Felicíssimo*

Neste artigo buscamos analisar a construção da violência e a legitimação da figura autoritária do personagem Zé do Caixão no filme “À Meia-Noite Levarei Sua Alma”, lançado em 1964 e dirigido pelo cineasta paulistano José Mojica Marins. Para atingir o objetivo proposto serão observados aspectos como o diálogo, os personagens e os figurinos utilizados no filme, os recursos estéticos e também a circunstância cultural, histórica e material na qual ele foi feito. Desse modo, será explorado como é dada ênfase na particularidade de Zé do Caixão como uma figura distinta e acima de todos e as consequências violentas que isso tem no enredo do filme.

Em um primeiro momento, o artigo tratará sobre informações mais técnicas, incluindo o enredo do filme e as condições de produção. Em um segundo momento, será abordado o personagem do Zé do Caixão em si e como ele é construído dentro da narrativa, as ideias que fundamentam o personagem, centralizando o debate sobre coerção, poder e violência, por meio da análise de um momento específico. É dentro dessa parte que serão explorados alguns elementos do filme tais como o figurino e o enquadramento, observando como a narrativa constrói significados.

A análise aqui proposta tem a intenção de pensar o filme a partir de uma abordagem social e histórica que procura centralizar temáticas e estilo artístico dentro de um contexto mais amplo no qual “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” realiza apropriações do

* Mestranda em História no PPGH-UFF, orientada pela professora Dr^a. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus. É integrante do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

mundo real para a criação de novos significados. Nesse sentido, tal como proposto por Ulpiano Bezerra procura-se entender o filme como produto das relações sociais e integrante delas (BEZERRA, 2003, p. 14). É trazida uma perspectiva que traz aspectos da materialidade, de como o filme foi produzido, na técnica disponível e na construção estética, e, por outro lado, enfatiza a construção de uma linguagem própria, de escolhas artísticas e decisões simbólicas subjetivas.

“À Meia-Noite Levarei Sua Alma” foi o terceiro longa-metragem dirigido por José Mojica Marins e o primeiro filme de terror produzido no Brasil. A obra também marca a primeira aparição do personagem Zé do Caixão, protagonista do filme que é interpretado pelo próprio Mojica Marins. Na trama do filme, Zé é dono de uma casa funerária e está em uma busca obsessiva por uma mulher ideal para carregar seu filho, a definição do significado de ideal não é exposta. Um elemento fundamental da premissa do filme é que Zé do Caixão não acredita em Deus e, conseqüentemente, não acredita na vida após a morte. Em função disso, no raciocínio do personagem a forma pela qual ele alcançaria a imortalidade seria dando continuidade a sua linhagem sanguínea, por isso sua obsessão em ter um filho. O enredo inclui o protagonista aterrorizando a pequena cidade onde vive, atacando verbalmente pessoas religiosas, entrando em brigas de bar, cometendo diversos assassinatos, um estupro, além da perseguição de qualquer mulher que Zé cogita poder ser a mãe de seus filhos.

Ao iniciar a análise é importante colocar que “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” foi uma produção independente, financiada principalmente pelo elenco e pela equipe de produção do filme, de forma que havia limitações econômicas muito claras que implicaram em dificuldades diretas na gravação do filme. Entre elas está o cenário limitado disponível, sendo o filme quase inteiramente gravado em um galpão na cidade de São Paulo, onde foi construído o bar onde se passa grande parte do filme, as casas dos personagens e também um cemitério improvisado.

Além disso, a falta de dinheiro teve consequências também na falta de acesso ao equipamento de filmagem adequado, havendo uma escassez de negativos para gravar o filme. O resultado final de “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” tem cerca de 84 minutos de duração, enquanto os negativos eram suficientes para durar 150 minutos (BARCINSKI; FINOTTI, 2015, p. 146), de forma que as condições da gravação eram bastante precárias. A maioria das cenas tinha que ser gravada em uma única tomada para que todo o enredo pudesse ser filmado, o que afetou diretamente o resultado final do longa-metragem.

Outra informação técnica importante é a ausência de som direto, ou seja, os diálogos não eram gravados juntos da imagem, havendo uma dublagem durante a pós-produção. Tal característica colaborou para minimizar o problema da falta de negativos e também acrescenta uma dinâmica distinta ao filme. Embora Zé do Caixão seja interpretado por José Mojica Marins, quem realizou a dublagem foi o ator Laércio Laurelli, de forma que, assim como a falta de negativo, as técnicas e as tecnologias disponíveis no período transformam e caracterizam o filme. Nesse sentido, reforça-se a influência dos aspectos materiais e do aparato técnico na realização do filme e em seu resultado final.

Para dar início a análise do filme em si, tratando sobre como é formulada a associação Zé do Caixão a uma figura poderosa, autoritária e acima de todos, é preciso antes trazer algumas questões fundamentais sobre como o personagem é elaborado. Há uma característica bastante proeminente na obra que é a ligação de Zé do Caixão ao macabro, isso acontece principalmente por meio de dois elementos: o primeiro deles é o próprio nome do personagem e o segundo é a sua profissão. Mesmo sendo dono de sua funerária, o personagem parece também assumir um trabalho de coveiro, participando de enterros, ou seja, seu trabalho associa-o à morte. Há dentro do universo do filme uma subversão nas relações de trabalho e de classe.

Embora no mundo real a função de cozeiro seja pouco glamorosa e pertencente à classe trabalhadora, em “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” Zé do Caixão ocupa um lugar duplo. O personagem se carrega de maneira ostentadora, sem qualquer dificuldade financeira, uma figura poderosa, a ser respeitada e temida, mas que também se aproxima de um trabalho árduo e socialmente atribuído como sujo. O cinema opera, dessa maneira, fora das limitações do real, característica bastante atrelada ao cinema de terror, pode-se utilizar, por exemplo, Nosferatu (1922) dirigido por F. W. Murnau onde o famoso vampiro habita um castelo, uma grande posse, mas com semblante de abandono. O contraponto entre riqueza e pobreza, assim como sujo e limpo, faz-se muito presente na filmografia de terror com a qual “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” dialoga.

A caracterização de Zé do Caixão é importante, na medida em que se tratando de um filme de terror, rapidamente é perceptível como o sentimento de medo e terror que o filme pretende provocar na audiência será derivado da caracterização e das ações do próprio protagonista. Por exemplo, nos primeiros cinco minutos de filme o personagem despreza pessoas em luto em um funeral, declarando que esse tipo de cerimônia lhe dá fome e procede para comer carne de carneiro em uma Sexta-Feira Santa, enquanto ri de uma procissão religiosa que passa pela janela de sua casa. Nesse contexto, a apreensão que perpassa toda a obra é sobre o que Zé do Caixão fará em seguida, qual blasfêmia ou violência ele cometerá.

O eixo fundamental a ser aqui destacado é como no caso de “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” há uma construção no diálogo e também visual que reforça a crença de Zé do Caixão em si mesmo, distinguindo-o daqueles que são considerados por ele como o outro. Tendo em vista que o filme se passa em uma cidade pequena, onde todos se conhecem, é curioso como nesse universo fictício, o algoz da cidade, trabalha em uma funerária e possui como uma de suas características mais marcantes a crença de que todos aqueles ao seu redor são atrasados culturalmente, especialmente por conta de sua

religiosidade e fé. Não apenas isso, mas tal atraso significa que eles merecem e precisam ser dominados através da força e da violência.

O filme constrói seu universo dentro de um contexto que pode ser considerado familiar para uma ampla audiência, trazendo elementos do que seria uma vida no interior do Brasil, onde todos se conhecem e onde uma comunidade é bastante unida pelos seus vínculos à religião. São empregadas ideias de mundo e de comunidade que são facilmente apreendidas pelo espectador, considerando que o filme foi feito com o objetivo de circular apenas no mercado nacional. No entanto, em “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” há uma subversão de ideias pré-concebidas a partir do ponto de vista do filme ser guiado por Zé do Caixão, alguém que se contrapõe a uma leitura de mundo mais tradicional. Foca-se no agente externo, aquele que não pertence, a narrativa novamente mobiliza elementos clássicos do terror, criando no personagem uma força, influência e sedução sobre-humana, singularizando-o.

Conforme dito anteriormente, uma das razões pela qual Zé do Caixão despreza seus conterrâneos é em função do seu apego à religiosidade e às tradições, enquanto eles acreditam em Deus, Zé do Caixão acredita em si mesmo. O desprezo parcialmente provém de seu narcisismo, a violência e agressividade expressada por Zé do Caixão é justificada pelo personagem principalmente por sua falta de pertencimento, há ele, entidade superior, e os outros. Aqui cabe brevemente entrar em uma tangente sobre a questão da identidade para depois retornar a analisar o personagem, dessa vez trazendo elementos visuais e mais concretos de como o filme trata dos temas da violência e da autoridade até aqui abordados.

O sociólogo Stuart Hall distingue três diferentes tipos de sujeito na modernidade (HALL, 2006), pensando nas reestruturações nas ideias de sujeito ao longo do tempo há o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Nosso foco será na identidade do sujeito pós-moderno ou da modernidade tardia. Este sujeito, de acordo com Hall, possui uma identidade fragmentada, uma vez que na modernidade tardia deixou-se de haver uma

identificação das pessoas em comunidades por razões fixas como a classe. A classe não deixa de ser relevante, mas deixa de ser o único foco identitário.

Categorias como classe deixam de conseguir englobar um mundo social menos estável, na medida em que as identidades passam a ser formadas por dispositivos discursivos que estão em um incessante estado de transformação. Desse modo, a aceleração do tempo na pós-modernidade faz com que as identidades, produzidas de acordo com realidades históricas, contextos sociais específicos, estejam em um constante processo de construção e reconstrução. No contexto abordado por Hall, os sujeitos se consideram parte de um grupo identitário como gênero, raça ou grupo político que fornecem os parâmetros para que o sujeito organize a sua própria memória e sua identidade.

O conceito é uma ferramenta útil para pensar sobre as diferentes formas de organização sociais, principalmente ao redor da identidade, são fundamentais para compreender as novas dinâmicas da participação política, os novos embates e as novas formas de disputa por poder. As transformações nos sujeitos conectam-se a um movimento mais amplo de transformações nos modos de organizações sociais e nas articulações políticas e na formulação de comunidades. A obra de Hall obviamente trata de uma fragmentação do mundo social que ocorre na realidade, como as relações sociais mudam e a forma em que os indivíduos se associam e se relacionam também. No entanto, o autor pode ser útil para a análise proposta aqui no sentido de que a ficção não segue os mesmos movimentos e lógicas da realidade. Nesse contexto, o elemento fundamental a ser enfatizado aqui são as diferentes formas de associação.

No caso de “À Meia-Noite Levarei Sua Alma”, há diferentes grupos que se relacionam e estão em disputa. Zé do Caixão é um sujeito isolado, não se associa a ninguém que não seja por conveniência. O comportamento do personagem varia com a posição da pessoa com quem ele interage, a forma em que ele trata homens

trabalhadores não é a mesma em que ele trata o médico da cidade, o mesmo vale para como ele trata mulheres. No entanto, no final, Zé não se associa realmente a ninguém, as suas interações com os outros personagens são sempre baseadas na coerção ou na violência. Nesse sentido, a ficção permite a existência de um sujeito isolado, cujo poder assemelha-se ao absoluto e que não requer nenhum tipo de acordo ou consentimento para mantê-lo em sua posição.

O cinema possibilita uma dinâmica de uma sociedade imaginada que foge de qualquer dinâmica real, “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” opera a partir de instrumentos do gênero do terror, o indivíduo isolado, poderoso e violento. Entretanto, a produção de sentido ocorre em um contexto brasileiro, o que o torna mal, a sua caracterização principal ser a falta de fé conecta o personagem a um ambiente cultural particular. Ao se considerar a importância e força do catolicismo nos anos 60 no Brasil, a identidade de Zé do Caixão é formulada no ódio à religiosidade e ao desprezo por aqueles que creem é fundamental para a tentativa de provocar uma reação na audiência. O enredo é construído para incomodar, a violência, a blasfêmia fazem parte de um ataque a uma moralidade, a tentativa de escandalizar funciona a partir da ideia do que é tabu para o público alvo e as escolhas fílmicas são feitas a partir disso.

Ao trabalharmos a forma em que Zé do Caixão se distingue das outras pessoas, há um monólogo no qual ele diz explicitamente a razão pela qual se vê acima de outras pessoas. O ouvinte dessa fala é Antônio, único personagem que considera Zé como amigo.

Zé do Caixão: Eu não posso ter descrença quando nunca tive crença. Crer em que? Num símbolo? Numa força inexistente criada pela ignorância? Sim, sou um revoltado. São os tolos como você que temem o que não veem que tornam-se escravos daquilo que realmente existe, a vida.

Antônio: Não sei por quê temer a vida.

Zé do Caixão: Porque é ela quem faz vibrar a sua carne, é ela que alimenta seus sentimentos e se você não for mais forte, não combatê-la será dominado e sofrerá. **Veja esse povo seu. Qual a razão para me temerem? Por que uso roupa preta? Por que eu creio em mim? Por que eu rio da crença deles? Não. Porque eu sou mais forte e tenho inteligência suficiente para dominar quem quer que seja. Eles são fracos, porque são escravizados pelo que desconhecem. Eu sou livre, por isso tenho mais força.** (À MEIA-NOITE levarei sua alma, 1964, 33', grifo nosso)

O trecho destaca a arrogância e o desejo por dominar por julgar ser mais forte, elemento de distinção que tornaria Zé do Caixão único, distinto e elevado, sua superioridade tornando-o isolado do restante da comunidade. Há uma divisão entre o eu, líder, inteligente, dominante e o outro. Mesmo que o protagonista não trate Antônio com o mesmo desprezo que o restante dos personagens sofre, todo o trecho acima também serve para ele, a própria frase “Veja esse povo seu” também o coloca em um patamar diferenciado, na categoria de estranho.

“À Meia-Noite Levarei Sua Alma” não procura que a audiência simpatize com Zé do Caixão, o filme pode ser estruturado a partir do seu ponto de vista, mas não há nenhuma tentativa de redimi-lo ao olhar do espectador. O protagonista é claramente o vilão do enredo, não é para torcer por sua vitória, ou para que ele continue atormentar a cidade. O movimento que o filme realiza na sua apropriação de elementos profundamente arraigados na cultura brasileira, tal como a religião, é utilizá-la como instrumento para o medo. A figura monstruosa aqui é apenas um homem, ausente de qualquer poder sobrenatural, mas que em sua ausência de fé em Deus, faz de si mesmo onipotente.

O que José Mojica Marins traz em sua performance e o que está presente na narrativa é uma brincadeira e uma deturpação com o mundo real, virando-o de cabeça para baixo cria-se um material que, não por acaso, é considerado blasfemo e caracterizado por sua violência. A hierarquia social em que Zé do Caixão acredita e na

qual age como se o mundo pertencesse a si e as suas vontades considera a falta de fé como algo libertador, na perspectiva do personagem há a substituição da fé em Deus para a fé em si mesmo. As ações do personagem, sua personalidade estão intrinsecamente ligadas a uma exacerbação da figura do ateu que, nesse cenário, considera-se afastado de uma suposta alienação trazida pela fé, o que lhe daria permissão para dar ordens, dominar e violentar qualquer um que ele queira.

Tomaremos a seguir o exemplo de uma cena em particular do filme, nela evidencia-se como a superioridade na qual o personagem acredita é trazida e reforçada pelo uso da câmera e pelo figurino. Embora ele não seja necessariamente o narrador, o filme acentua e reforça as crenças de Zé do Caixão e a leitura que ele tem sobre o mundo. A cena que será tratada aqui se passa após a chegada de Zé do Caixão em um bar, onde acaba, eventualmente, em uma briga com um personagem sem nome¹. Logo depois de entrar no estabelecimento, Zé obriga um dos homens a comer a carne de carneiro que sua companheira havia cozinhado. É importante reforçar que a cena ainda se passa em uma Sexta-Feira Santa e que mesmo após o indivíduo recusar a oferta, a ameaça da agressão faz com que ele a coma, e simbolicamente, esteja se alimentando do corpo de Cristo à força.

Em termos de violência são diversos os momentos que poderiam ter sido escolhidos, após o incidente com a carne, Zé do Caixão decepava os dedos de um homem com uma garrafa de vidro para assim receber o dinheiro de uma aposta. Contudo, é em uma conversa de bar, quando Zé do Caixão interage com quatro homens sentados em uma mesa que é ressaltada a singularidade do personagem, assim como o embate físico na cena subsequente. O simbolismo presente em ambos os momentos são importantes para os objetivos aqui propostos.

¹ A maioria dos personagens que Zé do Caixão antagoniza não possui nome, mas todas as pessoas que ele mata sim.

Figura 1 - Zé do Caixão no bar com carne de cordeiro na mão. Fonte: Cópia digital de “À Meia-Noite Levarei Sua Alma”



Para além do que já foi abordado neste artigo sobre o narcisismo do personagem, e como ele se julga superior a outrem, tal característica é reforçada visualmente pelas escolhas feitas em relação ao figurino e pelo enquadramento. Enquanto Zé do Caixão possui uma vestimenta bastante particular, com terno e cartola pretos, o figurino dos quatro homens sentados à mesa é caracterizado de maneira a associá-los ao ambiente rural. Um deles veste uma camisa xadrez, chapéu e anda carregando um chicote, associando-o à figura de um peão. Os outros três homens, apesar de vestirem casacos por cima, vestem camisas xadrezes de botão e possuem também lenços amarrados ao redor do pescoço.

No diálogo não há nenhuma referência ao tipo de ocupação desses homens, mas estão presentes os signos visuais da vestimenta de alguém que vive ou trabalha no campo. Desse modo, há a partir das escolhas de figurino a construção de uma identidade para esses personagens que ocorre por meio do que se espera que o espectador observe e conclua sobre essas pessoas. Assim, o que ocorre é a

mobilização do filme de um tipo de construção cultural sobre o que é o homem do campo, há uma elaboração da imagem, a fim de conectar com o imaginário da audiência.

É sobre o que Hans Belting, antropólogo e historiador da arte, coloca como a mobilização de uma imaginação coletiva para que o espectador tenha determinada apreensão da imagem (BELTING, 2010, p. 26-28). Há uma dimensão cultural sobre a forma em que o conteúdo do filme é organizado, são empregadas ferramentas visuais para instigar uma leitura cultural sobre os personagens. Assim, o figurino trata de trazer imagens coletivas sobre como é visto o homem do campo, construindo de maneira não verbal quem são essas pessoas.

Cabe também colocar que no enquadramento *Zé do Caixão* é separado dos demais, ele fica à margem, isolado à direita, enquanto a imagem centraliza o grupo de homens sentados, que são perseguidos pelo protagonista. A imagem ajuda a demonstrar como o discurso sobre a distinção de *Zé do Caixão* é fortalecido. Além dos confrontos verbais instigados pelo personagem, há uma constante distinção entre os diferentes grupos em confronto.

Após o incidente em que *Zé do Caixão* obriga o homem de chapéu a comer carne de carneiro, ele se senta em uma mesa sozinho e assedia sexualmente Maria, a garçonete do bar, ao agarrá-la pelo braço e recusa-se a largar. Maria é sobrinha de um dos homens que está bebendo no estabelecimento e essa situação é o estopim para que a violência intensifique-se e torne-se física. Nesse caso em específico, é particularmente interessante, pois após somente vinte minutos de filme, esta é a primeira vez que a agressão do personagem toma esse tipo de proporção. Acaba sendo reforçado como o fio condutor de “*À Meia-Noite Levarei Sua Alma*” é o comportamento de *Zé do Caixão* e como ele aterroriza aqueles ao seu redor.

Na cena analisada aqui se percebe que o filme segue as regras de decupagem e montagem que procuram que haja uma percepção do filme como algo fluído e que proporcione uma falsa

transparência, uma narrativa que é organizada para parecer cronológica, dando uma aparência natural e de continuidade entre cada cena.² Zé do Caixão recebe um primeiro golpe quando um homem que tenta defender Maria chuta a mesa e, conseqüentemente, a cadeira onde Zé está sentado. A arrogância do personagem não o prepara para um ataque físico, mas é a seqüência da cena que visualmente e em seu simbolismo são mais interessantes. Para revidar o ataque, Zé do Caixão sobe no balcão do bar para chutar o homem que o atacou, havendo então um elemento de diferença de altura, uma visualidade do estar acima, entretanto o próximo plano eleva ainda mais a distinção entre os personagens. A câmera é posicionada abaixo de Zé do Caixão, de maneira em que as proporções do corpo do personagem tornam-se grandiosas.

O posicionamento da câmera aqui fortalece a ideia de Zé do Caixão como um gigante. A escolha estética tomada aqui faz parte de uma construção mais ampla realizada pelo filme. Previamente quando foi dito que há a adoção da perspectiva do protagonista é no sentido de que sua autopercepção afeta o modo em que ele é filmado, a composição da imagem é simbólica e intensifica o poder e a sua violência. Novamente, o enquadramento colabora para que o personagem apareça conforme a imagem que ele tem de si, ao invés de isolado e distinto, agora ele é assombroso em seu tamanho.

Após um segundo chute, Zé do Caixão desce do balcão e fica em uma altura equiparada ao seu adversário, mas ao invés de continuar o contato corpo a corpo, o personagem empurra o homem de chapéu cujo figurino foi analisado previamente e toma posse do seu chicote. A partir dessa troca de estilo de combate, do chute para chicotadas, o instrumento da violência passa a ser o que seria o instrumento de trabalho do homem que tenta apenas reduzir os danos dos golpes, uma vez que se encontra desarmado.

O contexto do filme não parece empregar um discurso racializado sobre a natureza do ataque, na medida em que ambos os

² Alguns movimentos cinematográficos como a *Nouvelle Vague* francesa possuem como característica a tentativa de romper com a ilusão da continuidade.

personagens envolvidos são homens brancos. De qualquer maneira é importante mencionar como, querendo ou não, o chicote como instrumento de violência é realçado ao se considerar a história da escravidão no país e o histórico do uso do chicote, não apenas com o objetivo de ferramenta para lidar com o gado. Em uma cena na qual o homem fica com a face dilacerada pelas feridas do chicote, há o elemento da autoridade de quem pode aplicar a violência do chicote.

Para além da violência física, Zé do Caixão, que possui total desprezo pela tradição religiosa e das raízes dos habitantes desse lugar, também deslegitima os objetos e práticas culturais dessas pessoas. Conforme vem sendo trabalho até aqui, o elemento da violência e da autoridade de Zé do Caixão é amplamente construído por meio do destaque no que o torna diferente e como uma inquestionável fé em si mesmo o garante uma confiança para agir, considerando apenas seus desejos e objetivos.

A forma que o filme destaca isso nos momentos trazidos é fundamental, uma vez que o que constrói o medo no filme, o que procura aterrorizar o espectador é a ideia de um homem descrente em qualquer religião. Um homem sem moral ou escrúpulos e que não possui ressalvas em bater, estuprar ou aniquilar quem quer que seja. A tensão presente em “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” consegue se manter constante justamente em função da ênfase em cada ato cruel de Zé do Caixão.

Desse modo, a narrativa é construída a fim de balancear elementos culturais distintos e realizar escolhas que atraiam o público e que façam sentido dentro do seu contexto de exibição. Talvez o maior mérito do filme seja conseguir em Zé do Caixão criar um personagem que assusta e ofende, sem qualquer habilidade sobrenatural, mas que se afirma perante os demais e os oprime. “À Meia-Noite Levarei Sua Alma” é capaz de dialogar com diferentes referências cinematográficas ao mesmo tempo em que permanece focado em criar um filme brasileiro, melhor compreendido no contexto no qual é criado.

Referências

À MEIA-NOITE Levarei Sua Alma. Direção: José Mojica Marins. Argumento e Roteiro: José Mojica Marins. Diretor de Produção: Nelson Gaspari. Brasil: Indústria Cinematográfica Apolo, 1964, DVD (86 min).

BARCINSKI, André; FINOTTI, Ivan. **Zé do Caixão: Maldito a biografia**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2015.

BELTING, Hans. **Antropología de la Imagen**. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo (Anpuh), v. 23, n. 45, jul. 2003.

A RECUSA AO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO AO EXÉRCITO ISRAELENSE: O CASO DE DUBI HAYAN

Ana Caroline Paiva Lourenço*

O Estado de Israel concebeu seu surgimento por meio de dois significados de extrema importância: por meio da dor da catástrofe que culminou no Holocausto e na quase aniquilação de todo o povo judeu e, em segundo momento, no nascimento de uma mitologia nacional e fundadora que foi a Guerra de Independência em 1947. A identidade israelense foi forjada por meio de um “mito nacional” baseado na dor e na vitória, apenas conquistada quando houve a união deste estado recém-criado.

A Democracia Israelense é uma das mais emblemáticas de serem analisadas por historiadores, cientistas sociais, internacionalistas, dado a suas características singulares. Um dos aspectos mais importantes que precisam ser analisados, quando tratamos de Israel e de sua sociedade como um todo, não apenas nos seus mitos fundacionais e na construção de uma memória nacional coletiva e unificada em torno da sobrevivência da Shoah, mas o caráter militarista resultado de uma justificativa onde Israel, por ser a “única democracia dentro do Oriente Médio” e por todos os inimigos que estão ao seu redor, necessita de uma relação cada vez mais intrínseca com as suas Forças Armadas.

Edna Lomsky-Feder, uma pesquisadora sobre os assuntos militares dentro de Israel, condiciona uma necessidade de estudos mais aprofundados sobre a relação Forças de Defesa, como um Instituição cada vez mais forte e influente dentro do Estado e como a sociedade condiciona seu status democrático por via de uma guerra cada vez mais prolongada. A construção da identidade

* Mestranda no Programa de pós-graduação em História (PPGH-UFF). Orientada pela Prof^a Denise Roolemberg.

israelense pela via militar, as instituições cada vez mais correlacionadas, o ensino desde a primeira infância da importância do Exército, o fortalecimento dos mitos fundacionais por meio de comemorações, ritos e a própria entrada no serviço militar obrigatório entre os jovens israelenses como um condicionante da sua cidadania.

Há um movimento quase “sacro” dentro de Israel quando tratamos da Instituição das Forças de Defesa de Israel. Vários autores como a já citada Lomsky-Feder, Baruch Kimmerling, Eyal Ben-Ari, Dan Horowitz, Daniel Maman entre outros, voltam seus estudos para compreender as particularidades do Exército, de “dentro para fora”, ou seja, observar atentamente, por análises distintas, como a Instituição se rege, se regra e mantém as condições necessárias para ampliar cada vez mais seus status e sua influência no país.

Para entendermos essa relação entre Exército e sociedade, precisamos não apenas compreender os meios práticos e metodológicos para a construção deste Exército como também entendermos a Shoah e o tratamento desta memória foram importantes para a manutenção da sacralização do Exército e da própria identidade israelense. Isso faremos já no primeiro tópico.

Entretanto, o objetivo deste presente artigo não é apenas de estabelecer os pontos da relação do Exército e democracia israelense, mas compreender como uma Instituição tão bem solidificada como esta, a partir de 1982, começa a passar por uma “ruptura” de sua influência na sociedade. Quais foram as consequências da Guerra do Líbano ocorrida neste ano e como o surgimento de movimentos de soldados recusando-se a servir na guerra foram um ponto de virada para um novo olhar e novos estudos sobre o militarismo israelense. O que movimentos como Yesh Gvul e o próprio termo ‘Refusenik’, representam? E mais além, como último ponto, analisaremos a carta de recusa de um destes soldados, Dubi Hayan, que fora preso por recusa ao serviço militar e o desenrolar desta decisão.

A construção do Ethos Militar de Israel e a Memória: a formação da 'israelidade'

As origens das metodologias e práticas utilizadas no militarismo israelense foram desenvolvidas dentro do domínio militar durante toda a década que antecedeu a Guerra de Independência em 1948. Esses métodos e práticas desenvolveram-se por vários meios e por várias “mãos”, sem nenhum tipo de planejamento ou coordenação. Antes da formação das Forças de Defesa de Israel, o que mantinha a segurança dentro das comunidades judaicas no território palestino eram organizações paramilitares independentes, a principal destas era o Haganah e o Irgun.

A Guerra de Independência em 1948 foi o ponto primordial da construção da 'israelidade'. Com a formação de um Exército Israelense e das Forças de Defesa de Israel, sua influência dentro da sociedade surge desde os ensinamentos lá na primeira infância, passando pelos ritos e comemorações de marcos importantes para a memória coletiva de Israel, onde o rito da maturidade e o serviço militar obrigatório para homens e mulheres tornam-se o elo que conecta a Instituição e a vida civil. O Exército é o rito de “passagem” mais importante dentro da organização da vida social israelense.

O Ethos militarista foi de suma importância nos esforços da construção da memória nacional e do Estado, assim como a sua manutenção, com o passar das décadas, para a formação do que aqui chamamos de 'israelidade', a noção de uma identidade ligada ao território, pontuada pela autora Edna Lokmsy-Feder. É necessário, porém acentuar que existe uma diferença entre a 'israelidade' e os conceitos de pertencimento e identidade, levantados por Zygmunt Bauman “...o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida” (BAUMAN, 2005, p. 17). O contrário pode ser dito sobre a 'israelidade', pois é no território que o indivíduo constrói a sua identidade, sólida e consistente.

O conflito árabe-israelense é interpretado como uma imposição dolorosa à sociedade israelense, contudo, há um sentimento de

orgulho de seu histórico militar e coletivo. A centralidade das questões militares são produzidas e reproduzidas por dois eixos: o hegemônico (e resistência) e a agência (individual). Sendo a Hegemonia, não apenas uma questão semântica, mas que abrange ideais sobre a legitimação social e que assim, mantêm a hierarquia dos arranjos alternativos e a centralidade do Estado.

Há a capacidade do sistema político israelense na manutenção destes arranjos alternativos, visando a hierarquia e a democracia vigentes, em conjunto com as elites militares, alocando recursos e influenciando na tomada de decisões nacionais. Baruch Kimmerling em *A Ascensão e o Declínio da Israelidade*, compreende que as características militares foram cooptadas para o cotidiano da sociedade civil, percebemos isso ao analisar a estrutura das Forças de Defesa de Israel baseada em um arranjo civil-militar.

Esse modelo de sistema “interrompido”, desenvolvido para que, em tempos de guerra, as atividades tidas como de “rotina” ou seja, o aspecto civil —, seja colocado em “espera”, mobilizando todos os recursos existentes para lidar com a ameaça presente. Ao mesmo tempo em que, uma série de mecanismos são criados para que a “normalidade” da vida civil retorne sem grandes consequências para o seu cotidiano.

A guerra aqui, para o autor, não é apenas vista como um fenômeno social, mas um aspecto distinto dentro de Israel. A lógica civil-soldado é o ponto crucial deste sistema que mantêm a guerra como um fator determinante na continuidade do Estado, poucos são os questionamentos em torno da Guerra como um fenômeno autônomo. “A Sociedade israelense institucionaliza-se, isto é, mobiliza, organiza, regulariza e padroniza a guerra na sociedade para que ela não se torne um evento totalmente transformador.” (LOMSKY-FEDER, E. p. 5)

Ressalta-se aqui, a dualidade estrutural do Exército com os reservistas, por exemplo: embora tenham tido todo o treinamento que os soldados profissionais, ou como eles consideram-se “os verdadeiros profissionais”, por serem membros ativos, os

reservistas são considerados civis dentro da lógica militar, já na sociedade, eles são considerados soldados. Lomsky-Feder conceitua essa ambiguidade como soldados “transmigrantes”, pois estão sempre em um ritmo de migração entre o civil e o militar.

Assim, sugerimos que possamos nos beneficiar de olhar para as reservas como um tipo de amálgama social e organizacional eles são soldados e civis, estão dentro e fora, mas dentro do sistema militar e são investidos em ambas as esferas (...) Além disso, movendo-se entre esses dois mundos, os reservistas são meios para um fluxo constante de ideias, identidades e vínculos sociais entre eles. (LOMSKY-FEDER, Ano, p. 3)

Reservistas tendem a assumir responsabilidades que os colocam em um limiar: entre o ser “civil” e o ser “militar”; geralmente estão relacionados à manutenção das fronteiras. Costumam ter uma visão positivista da sociedade civil, ao contrário dos soldados da ativa. São considerados o “elo”, que leva para a sociedade israelense, os valores militares. Os deveres dos reservistas estão condicionados em três fatores: mobilidade social, estratificação e hierarquização dos grupos sociais, como pontua Kimmerling. Por ser uma “ponte” entre estes dois mundos, tendem a tecer mais críticas às posturas do Exército, os movimentos críticos das Forças de Defesa de Israel, geralmente são liderados ou têm entre seus membros, militares da reserva.

As Forças de Defesa de Israel foram criadas com o intuito de trazer a proteção dos cidadãos do estado recém-criado. Considerada pela sociedade israelense como uma Instituição que visa a defesa do país e das suas fronteiras, é vista quase como “sacra”. O serviço militar, desde o início, introduzido na educação israelense como um ato patriótico e de “homenagem” aos horrores vivenciados pelos antepassados na Shoah, o ato de recusar a entrar no Exército é visto como um ato de “traição” ao país.

Assim, constrói-se por meio da cultura militar, a partir do “trauma fundacional” que é a Shoah e da Guerra de Independência de 1948, passada por entre as gerações posteriores aos horrores

do Holocausto, o dever cívico de servir ao Estado de Israel. A formação da memória coletiva, reforçada e reafirmada pela sacralização da instituição das Forças de Defesa, mantém o nacionalismo e a união de toda uma sociedade. De acordo com Enzo Traverso (2012) trata a história e a memória como essenciais para realizar a análise de uso público do passado. Quando a memória deixa de ser sacralizada e o passado passa a ser reificado há uma transformação da mesma como um objeto de consumo, estetizado.

O autor aplica esse conceito por exemplo no tratamento da memória da Shoah, alicerçada como essa “trauma fundacional”, que torna-se um dos pilares da identidade israelense. O processo da obsessão memorial, como Traverso chama no texto, tem relação com a crise de transmissão das experiências vividas, onde as identidades grupais são forjadas. Explícita ainda, a questão do declínio da experiência transmitida por meio do trabalho de Walter Benjamin, pois para ele, a Modernidade o é que explica esse declínio, marcado simbolicamente na Primeira Guerra Mundial. Os traumas que marcam o século XX – guerras, genocídios, entre outros, marcam também as experiências vividas que serão posteriormente transmitidas.

Se a memória é o representante do passado como forma de estruturar a identidade social, a memória coletiva seria sua estrutura elementar, que reside na manutenção dos ritos e comemorações. Se para o autor, a testemunha tem papel-chave na sua construção, ela também é identificada no papel da vítima. Para ele, o dever da memória é dividido em duas partes: a) Há uma mudança da fonte dos abusos; b) Guerras da memória. Essas duas etapas estão atreladas a um novo uso da memória, onde a questão política é o desencadeador principal para as transformações que serão vistas na História.

Desta forma, ao recusar-se a servir em alguma fronteira ou ir para algum conflito armado, o soldado israelense não apenas renega a sua nacionalidade, mas “traí” toda uma memória de luto, dor e sofrimento, que o Estado de Israel foi construído. O soldado nega a

sua israelidade, ao preferir ir para o Tribunal Marcial e ser julgado e preso do que, servir ao seu país, condição que àqueles que morreram no Holocausto, não tiveram a chance de fazer. Falaremos sobre os refuseniks mais adiante.

Refusenik¹ e a Guerra do Líbano: O surgimento do Yesh Gvul²

Dito isto, falaremos sobre 1982. Guerra do Líbano. Este conflito foi o catalisador para a ruptura temporária entre uma sociedade militarizada em seu contexto político e social para com as ações do Estado e do Exército ao não concordarem com uma guerra vista por boa parte como “desnecessária”. Contextualizando, o conflito ocorreu entre forças israelense e aliados libaneses contra as forças sírias e a OLP³. Segundo a narrativa oficial das forças falangistas cristãos apoiadas pelo governo israelense, a intervenção das FDI em solo libanês era com o único objetivo: livrar o território dos constantes ataques “terroristas” da OLP contra a população residente.

Em Pobre Nação, do jornalista Robert Fisk, ao começar o seu relato sobre 1982 e o conflito que se aproximava, mostra a relação de aliança entre o governo israelense e a milícia falangista comandada por Bashir Gemayel candidato à presidência do Líbano naquele ano.

¹ “Recusa”. Termo, de origem russa, utilizado de forma não oficial para indivíduos tipicamente, mas não exclusivamente, judeus soviéticos, aos quais lhes era negada a permissão para emigrar para Israel, como também para outros países do Bloco Oriental, pela União Soviética. Adotado a partir da década de 70 por soldados israelenses presos que recusaram o serviço militar obrigatório.

² Trad: Existe um Limite; Existe uma Fronteira.

³ A Organização de Libertação da Palestina surgiu em 1964 com o objetivo de ser a “única representante legítima do povo palestino”. Em 1975 iniciou a Guerra Civil Libanesa que perdurar até 1990 entre as forças maronitas libanesas contra a OLP nos territórios periféricos, sob a acusação de atentados terroristas por parte da Organização no Líbano. Por esse motivo, em julho de 1982, o governo de Israel decide intervir no conflito enviando seus soldados em uma operação que ficou conhecida como “Operação Paz na Galileia”. Ver capítulo 2 As Chaves da Palestina em A Pobre Nação

O autor afirma: "Os israelenses sustentavam que os palestinos haviam criado um Estado dentro de um Estado, uma alegação da qual poucos palestinos discordariam." (FISK, p. 121,). Existia um discurso em todo Líbano, mas em especial entre os maronitas/cristãos de que a ida de grupos refugiados palestinos e da instalação da OLP nos territórios periféricos foi o motor instigador para o estopim dos conflitos no território.

Entretanto, as justificativas oficiais dadas pelo governo israelense para a intervenção no país, escondiam suspeitas que somente foram confirmadas com o passar dos anos. Quando, em junho de 1982, tropas israelenses invadiram o sul do Líbano em uma operação que ficou conhecida como "Operação Paz para a Galileia". Seus objetivos limitados apenas a expulsão dos "terroristas" palestinos da OLP que visava apenas a manutenção da paz na região, defendendo um valor moral defendido plenamente por Israel conhecido como "Pureza de Armas", ou seja, o confronto direto sendo a última opção e com o menor número de baixas possível.

A moral e credibilidade de Israel foram colocadas em dúvida tanto internacionalmente quanto no próprio país. Cidadãos iam às ruas protestar contrários aos atos do governo pois, como um país que preza a paz ao invés do conflito, que pode colocar em risco ao próprio país, fazendo-o temer pela sua própria existência, é capaz de auxiliar nos massacres ocorridos em setembro de 1982 nas periferias de Sabra e Chatila mesmo que indiretamente soldados libaneses maronitas, enfurecidos pelo assassinato de seu presidente, a cometer assassinatos em massas de mulheres, crianças e pessoas não-armadas.

Estes protestos não ficaram apenas na sociedade civil. Muitos dos soldados israelenses, que foram convocados, por sua vez reservistas, devido não apenas as situações traumáticas que toda guerra acomete, muitos destes não conseguiam assimilar que o governo do seu país encontrava-se complacente com as mortes dos soldados, como também a violência que era imposta aos cidadãos

palestinos que estavam nos territórios libaneses. Muitos deles se rebelaram. Estes são conhecidos como Refuseniks.

O termo Refusenik surge, de acordo com Peretz Kidron, nos meados dos anos de 1970, denominando soldados israelenses que recusaram ao serviço militar obrigatório nos campos de assentamento. Tinham motivação política, ideológica ou até mesmo religiosa. Antes de 1982, eram raras as prisões por recusa ao serviço. Muitas vezes, estes soldados eram realocados para serviços burocráticos dentro dos seus postos de comando, evitando assim maiores constrangimentos para as FDI.

Estes que recusaram o serviço militar foram denominados Refuseniks e recebidos pela sociedade com descrença. Esta recusa seletiva é vista como um ato de desafio moral e político não apenas à hierarquia militar, mas à memória coletiva dessa sociedade como um todo. A partir deste ponto, os refuseniks começam a ser enviados para prisões militares.

Contudo, houve por parte desta hierarquia militar uma conduta cautelosa com os refuseniks, no punimento destes atos de “insubordinação”. Enviar estes ao tribunal civil seria colocar o Exército e o governo Israelense em uma posição fragilizada, a partir do momento que os réus teriam não apenas os direitos civis básicos (como advogado de defesa, testemunhas e um júri popular), como os réus poderiam expor segredos militares. Por esse motivo, os réus foram condicionados a um tribunal marcial, sem direitos básicos. Geralmente recebiam como penalidade a prisão por alguns dias ou semanas, dependendo de cada caso. Alguns refuseniks foram levados à prisão por mais de uma vez. Em outros casos, os “insubordinados” não chegavam a ir para o Tribunal Marcial, sendo punidos pelos comandantes de suas unidades militares. As punições variam entre: ser colocado na reserva por tempo indeterminado a assumir funções administrativas para não servir ativamente. Assim como no caso das prisões, as punições dos comandantes também dependiam do caso.

Nossos jovens combatentes são forçados a testemunhar as torturas terríveis que os jovens palestinos sofrem para dar informações sobre seus amigos que supostamente estão envolvidos no terror, torturas que às vezes acabam com mortes. Os jovens israelenses preferem ser julgados e presos em solitárias; e, quando são de novo chamados a cumprir o serviço militar, vão de novo para a prisão. Preferem esses sofrimentos a serem cúmplices de crimes de guerra contra os quais os próprios tribunais de Israel ergueram uma bandeira preta. São forçados dia a dia a se confrontarem com a sua própria visão de mundo, que é judia e humana, passando a viver um mar de incertezas. (KIDRON, 2007, p. 13)

O primeiro movimento oficial a surgir com o fervor social e as tensões que suscitaram em Israel em 1982 foi o Yesh Gvul ou “Existe uma Fronteira”. Quando em junho daquele ano, por meio de uma ordem taxativa tanto do Primeiro-Ministro Menachem Begin quanto do Ministro Da Defesa Ariel Sharon, muitos reservistas encontram-se em um dilema pois, embora tenham lutado e prestado serviço em territórios palestinos ocupados (e tinham plena consciência deste ato), agora iriam para uma campanha militar agressiva contra um Estado vizinho, sob a justificativa do governo de ser uma “guerra sem escolha”, ou seja, uma guerra necessária. Isto foi o “Limite” para este grupo.

Assim, o Yesh Gvul foi formado e lançou uma campanha de petição contendo entre 2000 a 3000 assinaturas de soldados reservistas que se recusaram a servir militarmente no Líbano. Após o recolhimento destas assinaturas e a divulgação desta petição com uma carta-manifesto, justificando as motivações para esta recusa seletiva, o movimento começou a ser ampliado. Por exemplo, cada vez que um refusenik era preso, o grupo proporciona assistência moral e financeira, organiza vigílias nas portas das prisões, montando uma grande rede de apoio mundial, enquanto voluntários realizavam protestos abertos pedindo o encerramento do conflito e contra o governo Begin-Sharon.

Ao todo, foram mais de 168 soldados presos sucessivas vezes, em alguns casos, por recusarem a servir no Líbano. Tudo isso sendo

amplamente divulgado pelo grupo e assim, fomentando na sociedade o sentimento cada vez maior de antiguerra. Outro ponto a ser citado sobre este movimento, foram as formas iniciais de material didático e educativo para a população sobre o movimento e sobre o que seria a recusa seletiva/espontânea nos centros militares e transportes públicos.

A recusa seletiva/espontânea é um caminho de mão-dupla: ao mesmo tempo que atinge todas as esferas da sociedade civil e da opinião pública, ela também consegue atingir os tomadores de decisão pois, além de fomentar o sentimento anti guerra nas ruas durante a Guerra do Líbano, também impactaram fortemente as deliberações governamentais, já que à medida que o movimento ganhava força e cada vez mais adeptos, a hierarquia militar, que outrora era considerada sacrossanta e cegamente obedecida, precisou lidar com soldados que colocavam seus princípios éticos e morais à frente dos seus deveres militares.

Um dos grandes feitos deste movimento foi, por meio da decisão do Major-General Moshe Levy, a retirada das tropas israelenses do Líbano, pois o apoio ao Yesh Gvul dentro dos quartéis poderia crescer a milhares e dezenas de milhares à medida que o conflito avançasse com o passar dos meses.

Yesh Gvul foi o precursor de todos os movimentos sociais de recusa seletiva em Israel, não é considerado um dos maiores, mas até os dias atuais, é um dos mais influentes na política israelense e sobre a questão da recusa. Após a Guerra do Líbano, o grupo também atuou entre as duas Intifadas, posicionando-se sempre a favor do fim da ocupação dos territórios palestinos. Contudo, se na Primeira Intifada, o movimento teve um grande peso devido a questão da recusa seletiva, ao ponto de modificar a forma como o Exército e as FDI travavam os refuseniks (nesse ponto, uma alternativa que era comumente ofertada era o serviço militar na conhecida “Linha Verde” ou seja, nos limites do território israelense pré-1967), a Segunda Intifada, conhecida como Intifada Al-Aqsa não recebeu tanto apoio.

Cito aqui o livro Refusenik! Os Rebeldes do Exército Isarelense, editado por Peretz Kidron. Um compilado que reuniu não apenas a história deste movimento, como também reuniu as cartas das recusas espontâneas destes soldados. Aqui neste caso, escolhemos um testemunho que serve como uma das respostas à pergunta: como estes soldados israelenses perceberam que havia um limite para a violência do Estado nos assentamentos palestinos e seus concidadãos?

Dubi Hayan: “No festival da Liberdade, renuncio à minha própria liberdade”

“No Festival da Liberdade, renuncio à minha própria liberdade. Ou: “O que devo dizer à minha filha?” Foi uma carta de recusa escrita por Dubi Hayun. Hayun não era um soldado militar da ativa das FDI, atuava como reservista. Na sua vida civil, era editor da revista do Shdemot, distribuída no kibutz Ramat Rachel, onde o mesmo habitava com a sua família, na periferia sul de Jerusalém. Sua recusa ocorreu em 1990, antes do festival religioso judaico da Páscoa. Ele escolheu recusar prestar o serviço nos territórios ocupados e ir para a prisão, durante todo o tradicional festival da liberdade.

A sua carta é intensa. Crua. Ele descreve o serviço que realizou em 1988, meses antes da Intifada estourar, em Jabaliya, localizada na Faixa de Gaza. Lá, ainda lhe corroía os pensamentos entre a recusa ou não, mas assim mesmo, ele foi servir. Naqueles dias, presenciou o espancamento de palestinos e palestinianas, realizados pelos soldados israelenses. Enquanto a liberdade física de um povo era tomada, Hayan sentia sua liberdade moral sendo levada.

Hayun diz que, em sua mente, ao aceitar ir para a Jabaliya, acreditava que poderia, de alguma forma, evitar a violência física ou qualquer outra forma de punição aos palestinos que ali moravam. Contudo, na sua primeira folga do serviço, ele em suas próprias palavras “sai correndo para sobreviver...” (KIDRON, 2007, p. 85). Isso não evitou que um jovem palestino, Hanni al Hashmi morresse,

devido a violência física brutal dentro do posto de comando da FDI, cometida por soldados israelenses.

Ele percebeu que, não importava se o indivíduo estava ideologicamente à direita ou à esquerda, o fato era um só: milhares de soldados testemunham diariamente a violação da liberdade física dos palestinos, enquanto os mesmos soldados que executam as ordens de espancamento, perdem, progressivamente, a sua própria humanidade. Desta forma, ele começou a se questionar o que ele diria a sua filha, sobre os horrores que presenciou diante dos seus próprios olhos. Neste ponto é que ele decide pela recusa.

Segundo Hayun, uma pessoa não pode conter-se no silêncio quando vê uma violência sendo acometida a outro. Não. Ela deve gritar, não pode se calar diante da impunidade e que, se o preço que ele pagaria para não ter mais a sua voz calada diante da violência e da impunidade fosse a prisão, ele pagaria. Quando questionado se a prisão não seria uma fuga para as suas responsabilidades para com o seu país, para com a sociedade israelense e para com a sua família, cita um trecho da Carta de uma Cadeia de Birmingham (1964), escrita por Marthin Luther King Jr.:

Não prego a fuga ao dever ou a violação da lei. Isso levaria à anarquia. Um homem que viola leis injustas precisa fazer isso abertamente, a partir do amor e de uma disposição para aceitar a punição. O indivíduo que descumpra a lei que sua consciência lhe diz ser injusta, e que voluntariamente aceita pena de prisão para despertar a consciência da comunidade a respeito da injustiça, na verdade presta o maior respeito possível à lei.

Dubi Hayun escolheu pagar o preço, com amor, e é extremamente simbólico e forte ele ser preso justamente no Festival da Liberdade: ele renuncia à própria liberdade, para falar sobre a renúncia da liberdade física pela qual, palestinos passam nos campos de assentamento e da liberdade moral que ele e outros soldados israelenses de que são privados todos os dias ao realizar o serviço militar.

Quando analisei esta carta, não me passou despercebido o fato do autor não citar em nenhum momento a memória do Holocausto ou da Shoah para validar o seu posicionamento. Não. Ele utiliza-se da sua própria concepção, dos seus próprios traumas como soldado na ativa, que provavelmente deve ter visto não exclusivamente espancamentos, mas outras muitas violações nos assentamentos. A lógica moral que ele encontrou entre o dever de servir à Israel e a noção de “israelidade” e sua liberdade moral entre o que é o certo e o que não o é.

Aqui, podemos considerar que Hayun estava, no que Primo Levi denomina de “zona cinzenta” onde a vítima está colocada em um “meio-termo”, ou como Levi descreve, ela se torna um “prisioneiro-funcionário”, mantendo a conexão entre aqueles que são os “privilegiados” e os “não privilegiados”(LEVI, 2016, p. 32 - 33). Para o autor não há uma distinção explícita na zona cinzenta entre a vítima e o opressor. E nesta carta vemos a reflexão: Hayun é uma vítima, já que foi preso. Ao mesmo tempo, mesmo sendo silenciado pela hierarquia no Exército, dentro dos campos de assentamento, ele é o opressor, pois direta ou indiretamente, é ele que levanta o cassetete e violenta indiscriminadamente a vítima palestina.

E embora o próprio autor da carta acreditasse no início, que ele poderia evitar a violência sem levantar a voz dentro da hierarquia, ele não o faz. Ele não consegue, já que, para a sociedade israelense, há um consenso de que as Forças de Defesa de Israel agem a favor do país, contra as ameaças externas. Todavia, dentro da própria instituição não há esse consenso. Há uma comunidade ativa, que luta contra a violência do Estado contra os assentamentos palestinos, os checkpoints, formada por estes soldados que se recusam a servir militarmente, que são presos mas que mantêm as suas vozes, não mais caladas.

Michael Pollack (1989, p. 4) descreve esse processo entre uma memória coletiva dita “oficial” versus a memória “subterrânea: que sobrevive por meio destas comunidades afetivas, que mantêm as

histórias vivas, sejam por meios orais, ou no caso do Yesh Gvul, por meio de um movimento, de cartas de recusa espontânea de manifestos de recusa assinados, contra a perda da liberdade, contra a violência exercida pelo “braço” do Estado por meio das Forças de Defesa de Israel.

Tratar o testemunho de Hayun e de tantos outros soldados que são parte do Yesh Gvul, um movimento precursor e ativo até os dias atuais nos aspectos políticos e sociais é tratar também dos traumas que foram superados por estes soldados ao ponto de erguerem-se e consolidarem-se em um movimento amplo que tenta levar a sociedade israelense um novo olhar sobre as FDI, um novo olhar sobre a história de Israel.

Desta forma, percebemos um importante movimento iniciado em 1982 pelo Yesh Gvul e presente atualmente, em escala global. O advento da Internet e das redes sociais, pode trazer à superfície, uma nova forma de observar, analisar e compreender a sociedade israelense. Uma sociedade que mantém a sua Democracia e a militarização da sua sociedade como co-dependentes, onde um necessita do outro para a sua sobrevivência. Por meio dos testemunhos destes soldados, que mesmo durante toda a infância até a fase adulta, tenham sido ensinados a honrar o país e as Forças de Defesa de Israel, como uma Instituição “sacra”, ao presenciarem os horrores da guerra e a violência que os palestinos são tratados, não conseguem.

Eles se veem como opressores. Sendo aqueles que empunham as armas, atiram, agridem e violam os direitos. Eles são colocados face a face com o que eram os opressores dos seus parentes que morreram no Holocausto. Eles estão do outro lado e, embora haja esta “zona cinzenta” em que eles são as vítimas e ao mesmo tempo os opressores, a carta de Dubi Hayan deixa bem claro: é preferível perder a liberdade física do que permanecer calado.

Referências

- BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BEN-ARI, E; Lomsky-Feder, E. **The Military and Militarism in Israeli Society**. State University of New York Press, 1999.
- _____.; Gazit, N.; Lomsky-Feder, E. Reserve soldiers as transmigrants: moving between the civilian and military worlds. In: **Armed Forces and Society**.2008 DOI: 10.1177/0095327X07312090
- HALL, S. **A Identidade cultural da pós-modernidade**. DP&A editora, 10ª edição.
- KIDRON, P (org). **Refusenik! Os rebeldes do exército israelense**. Trad: Renato Pompeu. São Paulo: Casa Amarela, 2007.
- KIMMERLING, B. **The Invention and Decline of Israeliness: State, Society and Military**. University of California Press, 2001.
- LEVI, P. **Os Afogados e os Sobreviventes: Os delitos. Os castigos. As penas. As impunidades**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- POLLAK, M. Memória. Esquecimento. Silenciamento. Trad: Dora R. Flaksman. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- TRAVERSO, E. **O passado: modos de usar**. Trad: Tiago Avó. Lisboa: ed. Unipop, 2012.

“AONDE NÃO SE DISCUTE, NÃO HÁ GOVERNO”: O CONFLITO IMPRESSO DE 1826 E OS OBSTÁCULOS À FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NA CORTE

Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho*

Uma das principais características do século XVIII foi o desenvolvimento da crítica. Em outras palavras, mesmo sob o absolutismo, atores políticos escanteados pela monarquia influenciaram a política e a legislação do Estado através da fundação de espaços de sociabilidade onde exerceram a crítica política ao ponto de se transformarem em poderes políticos indiretos (KOSELLECK, 1999, p. 61-62). Na França, tal processo foi marcado pelo surgimento de uma opinião pública na segunda metade do século XVIII. Todavia, conforme demonstrou Keith M. Baker, não se tratava somente de criticar o governo, e sim da criação de um novo princípio de legitimidade que favorecia a transferência da soberania do monarca para o público (BAKER, 1987, p. 44-45).

Tais mudanças foram aceleradas pelas revoluções dos séculos XVIII e XIX, visto que elas criaram um “poder sem rosto”. Em outras palavras, o poder que estava corporificado no rei, intermediário entre Deus e os homens, foi transferido para o povo, que confere à opinião pública o poder de legitimação (LEFORT, 1991). O Brasil precisou esperar a Revolução Liberal do Porto (1820) para assistir aos primeiros desenvolvimentos do conceito. Ainda que com limitações, a necessidade de difundir o constitucionalismo transformou a palavra em coisa pública no biênio 1821-1822 (NEVES, 2002, p. 133). Todavia, tal processo foi interrompido em razão do sistema de repressão adotado após a Independência que culminou no fechamento dos principais espaços de discussão política e durou ao ponto de João Manuel Pereira da Silva, ao

* Doutorando em História – PPGH/UFF. Orientador: Guilherme Pereira das Neves

analisar o ano de 1825, afirmar que a imprensa livre havia desaparecido desde o fechamento da Assembleia Constituinte (SILVA, 1871, p. 22).

De fato, após a repressão à Confederação do Equador e seus desdobramentos, D. Pedro I sacramentou os conflitos em torno da distribuição e controle do poder do Império Brasileiro (BARMAN, 1988, p. 123). Tal contexto permitiu ao Imperador e seus aliados moldarem a monarquia de acordo com suas convicções. Não era estranho que a perseguição à imprensa continuasse, pois D. Pedro I era cercado de conselheiros tidos como absolutistas (SILVA, 1871, p. 22). Para um jornal publicado na Corte, os povos podiam ser livres sob governos, mas não deixava de apontar a necessidade de leis e constituições em virtude do caráter de alguns reis.

Se todos os Monarcas fossem Titos, Trajanos, Marcos Aurélios, &c. governo algum seria melhor que o absoluto; e então bem se podiam dispensar Leis, e Constituições, que limita seus poderes; mas como também, por desgraça dos povos, tem havido *Neros* e *Calígulas*, justo, e preciso se faz, que se oponham barreiras ao poder dos Imperantes, para que não voltem contra os povos as forças, e poder que estes neles depositam; porém jamais se deve destituí-los das altas atribuições, e regalias, que o Direito Público do mundo civilizado lhes concede (O GRITO DA RAZÃO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, nº 1, 23/02/1825, grifos do autor).

Ainda que D. Pedro I não tivesse adotado o absolutismo, a situação só mudou aproximadamente um ano depois. O reconhecimento da Independência, a Guerra da Cisplatina e a demora na convocação da Assembleia Geral provocaram insatisfações junto aos liberais (SOUSA, 1972, p. 202-203). O primeiro a se manifestar foi Pierre Chapuis em um panfleto intitulado *Reflexões Sobre a Carta de Ley de sua Magestade Fidelíssima o Senhor D. João VI de 15 de novembro de 1825, e sobre os seus Decretos de 15, e 19 do Mesmo Mez e Anno*. Além de ser o primeiro impresso crítico às ações do governo a surgir em anos, marcou o reaparecimento de uma oposição nos espaços públicos (REIS, 2022, p. 186).

O próprio Chapuis reconhecia que era necessário romper o silêncio, pois este “[...] em circunstâncias tão importantes é digno de todo o reparo, quando não o seja da mais severa repreensão.” (apud REIS, 2022, p. 185). Além disso, era publicado o primeiro número do *Atalaia da Liberdade*. Para o redator deste, um periódico era a melhor forma de executar a principal tarefa de um escritor público: a instrução da população. Seu jornal inovava ao defender a existência de vários periódicos e criticava os que existiam ao ponto de qualificá-los como miseráveis em razão de seus redatores terem desvirtuado os princípios que guiavam a edição de periódicos (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 1, 4/02/1826).

O *Spectador Brasileiro* não publicou nada sobre o primeiro número do *Atalaia da Liberdade*, mas isso não quer dizer que ele estava desatento ao que se passava na Corte. Em 6 de fevereiro, anunciou que o objetivo da publicação de uma memória foi combater o panfleto de Chapuis que provocara cismas entre portugueses e brasileiros (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 232, 6/02/1826). Uma semana depois, o redator confirmou que a memória era um antídoto contra os males que tais ideias podiam produzir. Para ele, a província do Rio de Janeiro estava segura, pois possuía uma boa opinião sobre o governo do Imperador. Ainda que alguns homens se tenham apressado a enviar o panfleto de Chapuis às províncias com o objetivo de promover desordens e ideias novas sempre atraírem a curiosidade do público, o redator afirmou que a situação das províncias era a mesma da do Rio de Janeiro (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 235, 13/02/1826).

Dois dias, o *Atalaia da Liberdade* renovou seus ataques à imprensa da Corte e defendeu Chapuis. Inicialmente, criticou aqueles que diziam que a população não se interessava por impressos. Além de mentirem, os homens que se opunham aos jornais desejavam que o povo lesse somente os seus escritos para garantir que seus interesses privados fossem atendidos. Tal era o caso de Chapuis. Os escritores servis uniram-se contra ele para combater suas reflexões, mas o tempo mostraria quem eram os

verdadeiros amigos da Independência e os divulgadores imparciais da justiça e da lei (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 2, 15/02/1826).

A troca de ataques também revelava diferentes concepções de poder e sociedade (REIS, 2022, p. 220). Ao comentar sua periodicidade, o *Atalaia da Liberdade* afirmou que seu objetivo era substituir *O Spectador Brasileiro*, que chamava de fradesco e rançoso. No mesmo número, o redator aprovava a disputa entre partidos e seus representantes, pois os homens são diferentes em razão de seus sentimentos e de seus modos de pensar: “Ligado a estes princípios eu não julgo, que com razão se possam ou devam censurar os partidos, nem os chefes que os premeditam, nem os agentes que lhe dão o impulso; cada qual ama a sua causa, sustenta e defende a sua opinião, e o seu interesse.” (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 3, 22/02/1826).

No mesmo dia em que foi criticado pelo *Atalaia da Liberdade*, Plancher começou a publicar um artigo sobre a relação entre as ideias de liberdade e igualdade. Para o autor do artigo, liberdade não significava independência e nem participação no governo, e sim a capacidade de possuir uma vontade e reduzi-la a ato. Todavia, para ser livre, o homem precisava renunciar a uma parte da liberdade que retinha, pois o verdadeiro gozo desta dependia da combinação entre as vontades particulares, os poderes individuais e a segurança comum (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 239, 22/02/1826).

Estas proposições não eram tão diferentes das defendidas pelo *Atalaia da Liberdade*. Este apresentava a liberdade absoluta como uma quimera e defendia que Deus e a natureza não criaram o homem absolutamente livre, e sim preso às relações com outros homens e aos seus deveres. Seguindo o exemplo do *O Spectador Brasileiro*, também esclarecia as relações entre igualdade e liberdade e afirmava que o correto entendimento de ambas era essencial para que a anarquia não grassasse no Brasil. Entretanto, não deixou de criticar *O Spectador Brasileiro* em razão da memória publicada com o objetivo de refutar as ideias de Chapuis. Para o redator, o jornal de Plancher era um instrumento do “servilismo civil e religioso” que destorcía ideias das quais discordava, mas, ao mesmo tempo que provocava o autor do

panfleto e os que concordavam com suas ideias, não exagerava em suas críticas para não violar a lei da liberdade de imprensa (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 4, 24/02/1826).

De um lado, *O Spectador Brasileiro* continuava a publicar artigos ou correspondências que defendessem restrições ao juízo crítico do cidadão. Na continuação de sua reflexão sobre igualdade e liberdade, elegia a sociedade e as leis como as bases da liberdade do homem, mas para que este obedecesse àquelas era preciso que renunciasse ao direito de se guiar pela sua razão particular e se submeter à razão pública (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 240, 24/02/1826). Do outro, o *Atalaia da Liberdade* advogava a participação ativa do povo no governo. Para tal, publicou um artigo sobre a história da instituição do jurado para mostrar que os monarcas conservavam a afeição dos povos concedendo-lhes participação nos assuntos públicos (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 5, 27/02/1826). Todavia, foi no número seguinte que o jornal vociferou contra os defensores do absolutismo. Este era a coisa mais instável e incerta que existia, visto que só produziu ruínas onde se instalou (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 6, 1/03/1826).

Governo ideal era um guiado por uma boa constituição e cercado por vigilantes atentos e incansáveis. Nesta concepção, a imprensa exercia um papel importante. Ao mesmo tempo que elogiava o governo em razão da tranquilidade vivenciada pela Corte após a partida de D. Pedro I para a Bahia, não se importava em ser o portador de notícias ruins, pois o escritor público também era obrigado a dar notícias desagradáveis. No caso, afirmava que a situação da Guerra da Cisplatina não era favorável ao Brasil e acusava os que cercavam o Imperador de mentir. Já o *Atalaia da Liberdade* era um incansável vigilante do governo, pois não era a primeira vez que denunciava as dificuldades enfrentadas pelo país e não era ouvido.

Já bastante temos dito, bastante temos gritado, porém posto que até agora tenha prevalecido a intriga, e nós mesmos tenhamos sido sua vítima; embora, continuaremos a expor da mesma maneira, e com

igual franqueza os nossos sentimentos, diremos sempre a verdade, e nada mais que a verdade. (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 6, 1/03/1826)

No dia seguinte, o *Atalaia da Liberdade* ganhou um importante aliado: *O Verdadeiro Liberal*. Logo em seu primeiro número, este não deixou de apresentar um estado do espírito dos periódicos da Corte. Para ele, o único escrito de acordo com os bons princípios era o *Atalaia da Liberdade* ao mesmo tempo que menosprezava o *Diário Fluminense*, *O Spectador Brasileiro* e o *Triumpho da Legitimidade* por, respectivamente, somente publicar portarias, ser um bobo e veicular ideias que não eram deste mundo (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 1, 2/03/1826).

Segundo Marco Morel, as críticas ao *O Spectador Brasileiro* revelavam as tensões presentes na formação da esfera pública da Corte (MOREL, 2005, p. 34). De fato, um dia depois da publicação do primeiro número de *O Verdadeiro Liberal*, Plancher publicou uma correspondência com duras críticas ao redator do *Atalaia da Liberdade*. Para ele, este fora pago pela República de Buenos Aires, uma das envolvidas na Guerra da Cisplatina, para animar os espíritos sediciosos, propagar o sistema republicano e aumentar a insatisfação na Província Cisplatina através de seus escritos. Os ataques chegaram ao ponto do autor sugerir a exposição da cabeça do redator em praça pública para satisfação dos cidadãos honrados e punição aos revolucionários. Diante destes argumentos, não surpreende que a liberdade de imprensa fosse vista como fonte de instabilidade.

Se o que se lembrou da Liberdade de Imprensa, por julgar que os homens sábios, por este meio ilustrariam as Nações, fazendo conhecer a todos os Cidadãos os seus direitos, e os seus deveres em sociedade, pudesse imaginar que V. M., cantando como um canário silvestre da Ilha da Madeira, e outros Mariolas de igual ralé, se atreveriam a dar ao prelo o fruto de suas desaforadas ideias, estou certo que melhor teria aconselhado aos Governos a destruição de todas as Imprensas

por emanar delas a série de males que tem oprimido os povos (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 243, 3/03/1826).

Posições como esta mostram como a liberdade de imprensa era uma questão delicada nos primeiros anos do Brasil independente. De fato, o *Atalaia da Liberdade* confessava que não era fácil publicar ideias que agradassem a todos e que não desejava publicar um jornal muito liberal, pois terminaria como *O Spectador Brasileiro*, que só era lido pelos servis. Neste contexto, preferia respeitar a lei e esperava que os deputados a melhorassem para que as ideias liberais pudessem se expandir mais facilmente (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 7, 3/03/1826). Todavia, *O Verdadeiro Liberal* colocava a opinião pública como guia das ações do governo e rejeitava todo tipo de segredo.

Dirão alguns que se deve ocultar o mínimo desagrado que se haja sofrido na guerra: não estou por tal parecer; antes creio que de tudo se deve fazer o Público sabedor. Por este modo, o Ministério aprende a respeitar a Opinião, ajusta melhor as suas medidas para agradar a Nação; a qual, se conhece a atividade e acerto com que o mesmo Ministério dirige a nau do Estado, ainda quando haja um êxito menos feliz, não increpa a homens que se têm esforçado por cumprir os seus deveres (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 2, 4/03/1826).

Ao relatar a tranquilidade que pairava na Corte, *O Spectador Brasileiro* disse que os leitores não acreditariam nos jornais se as ideias anarquistas não se tivessem generalizado entre a população. Ou seja, admitia a presença de ideias que não agradavam ao governo, mas as desprezou por dois motivos: não se assistiu à formação de clubes anarquistas e os jornais que veiculavam tais ideias não eram levados a sério (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 244, 6/03/1826). Entretanto, isso não pareceu desanimar os redatores liberais, pois eles eram acérrimos defensores da liberdade de imprensa. Para o *Atalaia da Liberdade*, ela era uma condição essencial para a existência de um governo livre e, nos governos representativos, os jornais são aliados do governo, visto que o

conscientizam do estado da opinião pública (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 8, 6/03/1826). Já *O Verdadeiro Liberal* reforçava a defesa da publicidade dos atos governamentais como um remédio contra o despotismo (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 3, 7/03/1826).

Ainda que as discussões sobre os benefícios ou prejuízos da liberdade de imprensa fossem marcadas por várias ofensas de caráter pessoal, começava-se a se conceber o público ou a nação como a fonte da legitimidade dos governos constitucionais (BAKER, 1987, p. 55). Se o *Atalaia da Liberdade* apresentava a nação como o “juiz dos juizes”, *O Verdadeiro Liberal* escolhia a soberania da nação como o principal princípio dos governos livres e estava muito ansioso pela reunião da Assembleia Geral, pois esta era uma condição essencial para que o Brasil fosse constitucional (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 4, 9/03/1826).

Além disso, as contínuas ofensas trocadas entre os três jornais e a utilização de epítetos para estigmatizar seus adversários mostravam que o debate público ganhava força (REIS, 2002, p. 245-246). *O Verdadeiro Liberal* acusava os críticos de jornais de desejarem constituição sem liberdade, ou seja, governo constitucional sem meios para a defesa dos direitos do cidadão (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 5, 11/03/1826). De fato, em seu penúltimo número, o *Atalaia da Liberdade* dirigiu uma crítica voraz aos governos absolutos. Nestes, as pessoas que rondam o monarca o impedem de se comunicar com os seus súditos e remediar seus males. O governo constitucional corrigia tais defeitos através da divisão de poderes, da responsabilidade dos ministros, da vigilância sobre os empregados e com a reunião do poder legislativo.

Só as Monarquias Constitucionais Representativas onde rege a lei e não a vontade, onde um Corpo Legislativo, vigia sobre o cumprimento das leis, contendo a todos os Membros da sociedade nos limites prescritos, é só onde haverá estabilidade de governo, de virtudes, e de prosperidade (ATALAIA DA LIBERDADE, nº 12, 15/03/1826).

Ainda que não criticassem diretamente o Imperador e chegassem até a elogiá-lo, as ideias defendidas pelo *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*, ao enfatizarem a soberania da nação e a opinião pública, colocavam D. Pedro I em segundo plano. Tal não era a perspectiva do *O Spectador Brasileiro*. Em alguns artigos, defendeu claramente o papel arbitral do rei. Fora ele quem dera uma constituição aos brasileiros e, no momento, consumava o edifício político do Brasil com o verdadeiro liberalismo (*O SPECTADOR BRASILEIRO*, nº 248, 15/03/1826). Além disso, ao relatar a viagem do Imperador à Bahia, afirmou que somente ele podia cuidar dos interesses dos súditos e reformar os abusos existentes na administração e acusava Chapuis de desejar a D. Pedro I o mesmo destino do Imperador Paulo I (1754-1801) da Rússia, mas não temia maiores desdobramentos, visto que “o Brasil não tem homens, que com sacas de carvão pendentes de uma vara, como na infeliz França de 1792, corram a revolucionar os povos contra as Autoridades” (*O SPECTADOR BRASILEIRO*, nº 249, 17/03/1826).¹

O *Atalaia da Liberdade* publicou seu último número em 17 de março de 1826, mas *O Verdadeiro Liberal* continuou ativo e pediu aos escritores públicos que renunciassem às mentiras e aos ataques grosseiros a fim de debaterem franca e lealmente as opiniões de cada um, pois as notícias falsas pavimentavam a estrada do despotismo. O único desejo dos cidadãos era que a constituição fosse respeitada e que eles pudessem se unir em torno de D. Pedro I (*O VERDADEIRO LIBERAL*, nº 7, 16/03/1826). Entretanto, sua tarefa não era fácil, pois muitos obstáculos impediam a dissipação de vários preconceitos, como: o apego de alguns cidadãos ao absolutismo e a demora de alguns soberanos em conceder aos cidadãos os instrumentos necessários para o progresso das luzes (*O VERDADEIRO LIBERAL*, nº 8, 18/03/1826).

¹ O assassinato do Imperador Paulo I (1754-1801) da Rússia foi resultado de uma conspiração conhecida e aprovada por seu próprio filho, o futuro imperador Alexandre I (1777-1825).

O *Spectador Brasileiro* certamente não desejava cidadãos interpelando o governo. Na continuação de suas reflexões sobre igualdade e liberdade, questionava “Mas que tranquilidade e que segurança se pode esperar daquelas sociedades políticas em que cada um dos Cidadãos toma uma parte ativíssima no exercício da soberania?” (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 251, 22/03/1826). Além disso, algumas correspondências publicadas no mesmo número continuavam a criticar *O Verdadeiro Liberal*: era um jornal dedicado a insultar as pessoas, seu redator era somente um piloto que seguia os ventos, o jornal era desprezado pelos homens sérios e os indiferentes não o liam e, o mais importante, se ele não prestasse satisfações à justiça, a lei da liberdade de imprensa era letra morta (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 251, 22/03/1826).

Para *O Verdadeiro Liberal*, os liberais eram os únicos que amavam o Brasil e os que colocaram D. Pedro I no trono. Eram os absolutistas e os democratas que desrespeitavam a sociedade ao se colocarem contra a Constituição (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 10, 23/03/1826). Um dos responsáveis por esta situação era *O Spectador Brasileiro* por publicar artigos e correspondências que incentivavam a perseguição ao redator de *O Verdadeiro Liberal*. Neste contexto, este não tardou a denunciar a violação de seus direitos:

Com que intento se ameaça por tal modo a tranquilidade de cidadãos, que em nada delinquiram?... Onde estamos nós! Não é debaixo da salvaguarda das Leis; não é debaixo do regime de um governo sábio, bem-organizado e forte! E sofre-se entre nós, e talvez se aplaude a linguagem da mais hedionda anarquia (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 11, 25/03/1826).

Após esta situação, não é surpreendente que Chapuis tenha publicado uma correspondência cujo autor lamentava o fato de a liberdade de imprensa ter produzido poucos escritos úteis e sérios. O comportamento de alguns jornais fazia com que alguns escritores não se sentissem animados a escrever, pois as críticas eram dirigidas às pessoas, e não aos argumentos. Além disso, os novos jornais

repetiam tal comportamento. Assim sendo, falar em liberdade de imprensa era delicado, pois a causa do Império era mais importante que as causas individuais e qualquer ideia mal-entendida provocava sérios desdobramentos: “A Liberdade de escrever e imprimir em poder de quem não sabe atender ao seu verdadeiro fim é como o veneno, que aplicado por um sábio Médico, torna-se salutar e por um inexperiente charlatão torna-se morte.” (O VERDADEIRO LIBERAL, N° 12, 28/03/1826).

Neste contexto, jornais como *O Verdadeiro Liberal* eram ainda mais importantes, visto que, por amarem a liberdade, desejavam ensinar aos cidadãos o único caminho para a obtenção da paz: um cidadão conhecedor de seus direitos e de seus deveres (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 13, 30/03/1826). Para *O Spectador Brasileiro*, o objetivo de seu adversário não era educar os cidadãos, e sim “acender nos corações o facho da discórdia e da sedição” através de “doutrinas equívocas e incendiárias”. Entretanto, Chapuis não conseguira capturar os corações e mentes dos brasileiros, pois todos sabiam que ele era um inimigo. Além disso, os fluminenses eram leais aos reis (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 253, 31/03/1826).

Chapuis não desejava uma revolução, e sim um rei que respeitasse a liberdade dos povos. Após publicar vários elogios ao Imperador e à Imperatriz, afirmava que era concedendo liberdade aos povos que vários reis inseriram seus feitos na história e o próprio D. Pedro I adotara tal estratégia para conquistar os corações dos povos e assentar as bases de seu trono. Neste processo, o debate público era essencial, pois os reis tinham que se conformar às vontades da nação e a vontade de um só não era superior aos conhecimentos oriundos das discussões públicas ao ponto de afirmar que “aonde se não discute, por certo não há governo.” (O VERDADEIRO LIBERAL, nº 15, 4/04/1826).

Para *O Spectador Brasileiro*, o cidadão não deixava de ser livre por renunciar aos direitos de governar a si mesmo e de participar do governo. Além disso, afirmava que cada país devia gozar de uma liberdade adaptada às suas circunstâncias. No caso do Brasil, era

preciso reprimir os liberais, pois eles eram tão anárquicos que não estavam satisfeitos nem com Constituição nem com Assembleia. A convulsão relatada pelo jornal era utilizada para apresentar os liberais como republicanos e equipará-los aos jacobinos.

De mais todo *Liberal é Jacobino*, inimigo jurado do Trono e do Altar; este fato é provadíssimo pela conduta dos *Liberais* por toda a parte; porém o Liberal Americano, além de ser republicano, tem outra má qualidade, a qual é esse ódio diabólico e injusto, que nutre no seu coração contra os seus Irmãos Europeus: embora se finjam escandalizados quando são tratados de Republicanos; a sua pretendida adoração do Imperador é igual àquela que ofereceram os Judeus a N. S. assentado na pedra fria: e em quanto a sua boa-fé e amizade para com os seus pacíficos Irmãos Europeus, a conduta dos Carvalhistas, e dos outros Liberais ou Jacobinos das Províncias do Norte belamente tem mostrado, tal qual ela é (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 256, 7/04/1826, grifos do autor).

A repressão aos liberais foi vitoriosa. Em 6 de abril de 1826, *O Verdadeiro Liberal* publicara seu último número. Ainda que os áulicos não desejassem exterminar a liberdade de imprensa, e sim conter seus abusos, alguns de seus impressos deixavam claro que não eram favoráveis à existência de jornais oposicionistas na Corte. *O Spectador Brasileiro* pedia-lhes a renúncia às suas penas, pois uma representação da Câmara era mais eficaz e constitucional na correção dos erros do governo (O SPECTADOR BRASILEIRO, nº 257, 10/04/1826).

O inesperado fim do *Atalaia da Liberdade* e do *O Verdadeiro Liberal* mostra que o governo e seus aliados na imprensa não estavam interessados em conquistar a opinião pública. Para *O Spectador Brasileiro*, o Brasil, ao contrário da Inglaterra, não possuía as condições para gozar dos benefícios de uma oposição. De um lado, os liberais esperavam que a opinião pública aproximasse o rei da nação dando-lhe um instrumento para corrigir os erros da administração (BAKER, 1987, p. 57). Do outro, o segredo, instrumento que preservava o papel arbitral do rei ao consagrá-lo

como o único responsável pelo interesse público da monarquia (KOSELLECK, 1999, p. 31).

Referências

Biblioteca Nacional

Hemeroteca Digital Brasileira

Atalaia da Liberdade (Rio de Janeiro) – nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 12.

O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro – nº 1

O Spectador Brasileiro (Rio de Janeiro) – nº 232, 235, 239, 240, 243, 244, 248, 249, 251, 253, 256 e 257.

O Verdadeiro Liberal (Rio de Janeiro) – nº 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 13 e 15.

Referências bibliográficas

BAKER, Keith M. Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime. *Annales ESC*, Paris, 42^e année, nº 1, p. 41-71, jan./fev. 1987.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford (CA): Stanford University Press, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 1999.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução de Eliana M. Souza. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002, p. 121-153.

REIS, Arthur Ferreira. **Anarquistas e servis**: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro de 1824 a 1826. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

SILVA, J. M. Pereira da. **Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brazil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I**. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Livraria José Olympio, 1972.

O CONSERVADORISMO EM UM CENÁRIO DISRUPTIVO: UM ESTUDO DA COBERTURA DO *GLOBO* NO IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR

Pedro Domingos Brandi Cachapuz*

Introdução

O presente trabalho se propõe a identificar quais as posições do jornal *O Globo* frente ao impeachment de Fernando Collor, partindo do seguinte pressuposto: o impeachment é necessariamente disruptivo, sendo uma mudança abrupta, embora não desprovida de tradições e/ou embasamento jurídico. Dessa forma, o objetivo específico do trabalho é destacar, tomando como base o pensamento político conservador, o que o jornal busca conservar em meio a um cenário de grande instabilidade e de mudança potencialmente drástica.

Sobre o recorte do objeto, analisaremos os editoriais do *Globo* durante o ápice do chamado escândalo PC Farias, que desencadeou o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello: os textos analisados foram publicados entre 13 de maio de 1992, um dia após Fernando Collor ter ordenado que as denúncias de seu irmão Pedro Collor de Mello fossem apuradas, e 13 de janeiro de 1993, data que marca o tempo de duas semanas completadas após a renúncia do presidente e seu julgamento no Senado.

Quadro teórico

Esta seção pretende delimitar a posição teórica do trabalho sobre três objetos: a abordagem teórica da imprensa, leitura que fazemos do pensamento conservador, destacando os pontos que convergem com a discussão travada. No que concerne à nossa

* Mestrando pelo PPGH-UFF/Orientador: Paulo Cruz Terra.

posição quanto a função e atuação da imprensa, partilhamos de uma concepção fincada em Gramsci, identificado os jornais, e particularmente os da grande imprensa brasileira, como aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2007, p. 95), atuando politicamente na sociedade civil de modo a orientar o projeto de dominação da classe ou fração de classe a qual pertencem, e buscando produzir o consenso dos demais membros da sociedade quanto ao projeto específico defendido ser o ideal para todos – no caso, o projeto defendido pela grande imprensa da época era “ultraliberal” (FONSECA, 2001, p. 5).

Cabe aos jornais da grande imprensa – controlados por grandes empresários, de modo geral – expressar seus interesses de classe de modo a convencer o público de que esses interesses são também os interesses de todos – e são a única alternativa para desenvolvimento do país. Em suma: partimos da ideia de ter a imprensa como implicada em influenciar e orientar projetos político-econômicos, e, de modo mais abrangente, na visão imediata da realidade social do público (CAPELATO, 1988, p. 21; CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259), obtendo influência direta no imaginário social dos indivíduos, participando da conformação de suas visões a respeito de suas relações com outros membros da sociedade, instituições, governantes e divisões sociais (BACKZO, 1985, p. 309-310).

Ao fazer sua crítica à Revolução Francesa, o irlandês Edmund Burke (1729-1797) lançou algumas ideias centrais para o pensamento conservador, que encontrariam eco em autores posteriores. Os direitos “naturais” propostos na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, divulgado em 26 de agosto de 1789 pelos revolucionários franceses são violentamente rejeitados por Burke, que expressa sua indignação perante a ideia de que os “controles”, isto é, os reis, os governantes, estão subordinados à vontade dos “instrumentos”, que podem remover o governante caso este apresenta mau comportamento (“*misconduct*”) à revelia das leis do país que garantem sua sucessão. A deposição legal, diz Burke, não foi pensada para ser utilizada em casos ordinários; portanto, não deve

ser utilizada por mentes ordinárias (BURKE, 2003, p. 26-27, tradução nossa). Embora o autor não dispense inteiramente a mudança, afirma que é necessário mudar apenas o que se mostra defeituoso, conservando os melhores aspectos do ordenamento político prévio; há a possibilidade de compor um novo governo, porém se levando em consideração a herança dos antepassados. A partir dessa breve exposição, podemos destacar os componentes do pensamento conservador que mais nos interessam para a discussão.

O primeiro deles é referente ao governo: deve ser restrito a poucos, àqueles “formados” – inclusive por nascença, como é o caso do rei – para governar. Aqui há uma rejeição pela ideia de autogoverno e democracia participativa; o teórico conservador Scruton, inclusive, defende que a monarquia é o melhor sistema de governo em livro publicado originalmente em 1980:

Se a escolha democrática deve ser racional, ela deve, portanto, ocupar um lugar no contexto das instituições e dos procedimentos que dão voz às gerações ausentes [...] os monarcas são, num sentido muito especial, a voz da história [...] isso não quer dizer que monarcas não podem ser loucos, irracionais, autointeressados ou insensatos. Antes, quer dizer que eles devem sua autoridade e sua influência precisamente ao fato de que falam por algo *mais* do que os atuais desejos dos eleitores de hoje, algo vital para a continuidade e a comunidade, que o ato de votar pressupõe. (SCRUTON, 2015, p. 111-112)

Dentre as preocupações centrais de Scruton está a permanência das tradições como base para a sociedade, de pactos antigos, cuja duração supera a de uma única geração, e que mantenham continuidade e mesmo respeito aos antepassados, o que evoca Burke. É essa defesa que será basilar para a rejeição a modelos alternativos de ruptura – como os propostos por algumas correntes dentre os revolucionários franceses –, que pensam o passado como eivado de desigualdades e problemas que devem ser superados. Aqui entramos em outro princípio importante para os conservadores, qual seja, o que constitui as tradições.

O respeito às tradições, inclusos aqui os costumes de determinado povo, práticas específicas de comércio, cerimônias, e meios de participação na vida institucional, é tido como crucial para o bom funcionamento de um governo para os conservadores. Aqui entra a resposta destes ao contrato social de Rousseau: a legitimidade do pacto não deriva apenas do uso da razão na criação de leis que sigam a vontade geral expressa pelo autogoverno, mas da própria força da história, dos costumes dos antepassados. A razão não apontaria para o futuro, mas sim para o passado (SCRUTON, 2015, p. 84). Daí se registra a relação estreita entre constituição e tradição no pensamento conservador.

Metodologia

Para análise de imprensa, e especificamente quanto aos editoriais, a opção pelo exame dessa seção específica se deve a algumas considerações da literatura: os editoriais são entendidos como a opinião própria do jornal enquanto instituição, e que busca obter impacto direto na política do país:

Editoriais são de um formato distinto e o único espaço de um jornal em que suas opiniões como organização são explicitamente representadas. Jornais e os jornalistas que escrevem editoriais possuem um papel poderoso na construção de um debate político na esfera pública [...] editoriais [...] ocupam um espaço especial na estrutura geográfica do jornal, representando a voz coletiva institucional do mesmo ao invés da de um indivíduo. (FIRMSTONE, 2019, p. 1, tradução nossa)

Sendo os editoriais ainda “a forma mais confiável de se calcular a opinião coletiva de um jornal enquanto entidade” (Idem, p. 7, tradução nossa) e, levando em consideração nossa perspectiva sobre a imprensa, de ator político que busca influenciar o debate público no país, os editoriais se inserem como os espaços privilegiados da imprensa debater sua agenda própria de forma mais explícita e direta, o espaço de intervenção e ação política

diretos da imprensa, constituindo-se por esses motivos como nossa escolha de objeto de estudo.

Tratando especificamente da análise de conteúdo e opiniões dos editoriais a longo prazo, Christiane Eilders oferece dois instrumentos de análise: 1. *consonance*, que se refere à continuidade e sustentação da mesma opinião dos editoriais sobre determinado assunto ao longo do tempo; 2. *focusing*, referente à continuidade com que um mesmo tema é discutido nos editoriais. Essas duas chaves são importantes para se pensar os editoriais, porque são fatores que alteram o potencial impacto dos editoriais do periódico:

Se os temas discutidos e as opiniões nos editoriais mudam constantemente, seu efeito deve ser relativamente pequeno. Contudo, se o *focusing* dos temas e a *consonance* das opiniões se desenvolver ao longo do tempo, pode-se esperar um aumento na pressão sobre o sistema político, pressão que será mais forte quão mais persistentes forem a *focusing* e a *consonance*. (EILDERS, 1997, p. 14, tradução nossa)

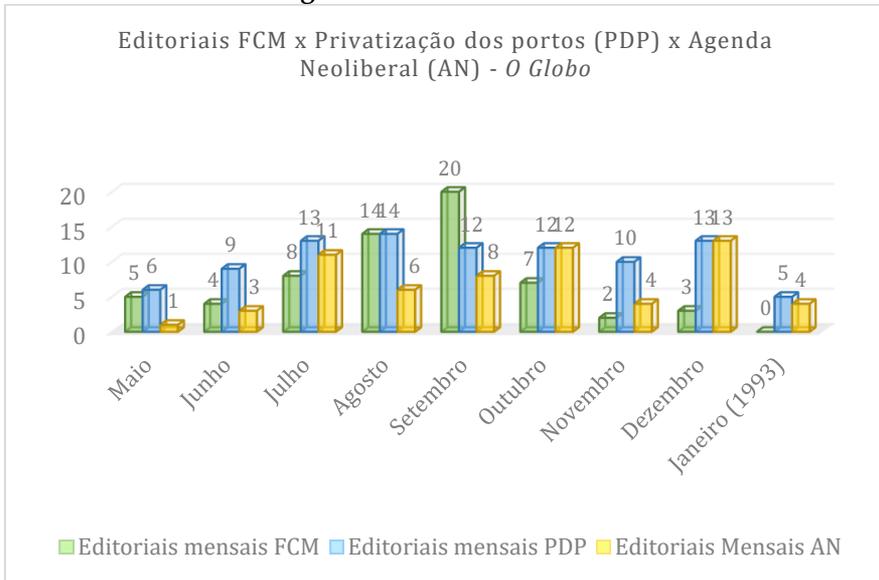
Seguindo as recomendações expressas, é importante observar se há continuidade tanto na frequência dos temas abordados como nas opiniões emitidas do *Globo* a respeito dos temas abordados nos editoriais lidos, particularmente quanto à crise política e ao impeachment.

A metodologia para a análise de imprensa em geral mescla dois instrumentos de análise principais: 1. a ferramenta de “enquadramento”, que se refere a “recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2004, p. 80), a fim de verificar quais argumentos e narrativas foram utilizados pelo *Globo* para legitimar ou deslegitimar atores e processos políticos; 2. o agendamento, entendido como a seleção da mídia, “a visibilidade e a proeminência de determinados temas em detrimento de outros num período delimitado” (AZEVEDO, 2004, p. 40), causando o efeito do *agenda-setting* (Idem, p. 52).

Discussão

Como destacado, o agendamento da imprensa é elemento central para pensarmos a imprensa como ator que pauta temas de acordo com seus interesses, sendo, novamente, os editoriais espaços por excelência de emissão da opinião do jornal. O que se observa é notável “silêncio” do *Globo* em seus editoriais a respeito do “escândalo PC Farias” e do próprio processo de impeachment. Inclusive, dentro da própria agenda interna do jornal, o tema foi menos discutido do que ao menos outros dois tópicos:

Agendamento Fernando Collor de Mello e crise política (FCM) x Questão Portuária (PDP) x Agenda Neoliberal (NA) no *Globo* – Gráfico 1



No caso, se observa que o tema do impeachment só foi mais discutido nos editoriais do mês de setembro, com a defesa da privatização dos portos de Santos – que no jornal aparece sob a ideia de “modernização” dos mesmos – ocupando constantemente o topo das reivindicações do *Globo*; ao mesmo tempo, defesas de privatizações de estatais, cortes em gastos públicos, abertura ao

capital estrangeiro e comparações entre eficiência de agências estatais com as privadas (que seriam mais eficientes) foram classificadas como editoriais de “agenda neoliberal”. Observe-se que a quantidade de editoriais exigindo a privatização dos portos foi tão elevada que optamos por destacá-la de forma separada, mesmo fazendo parte da agenda neoliberal. Desse modo, nos valendo da noção de *focusing* proposta por Eilders, a pauta do jornal com mais sucesso de pressionar o sistema político não é nenhuma referente ao impeachment de Collor – e estas são variadas, como veremos posteriormente – mas sim quanto à aprovação da “reforma” portuária, agendada com constância de quase um editorial a cada três dias.

A defesa de reformas revestidas de aspectos neoliberais era ponto comum dentro da grande imprensa brasileira (FONSECA, 2001, p. 5). Inclusive, no mês de votação do impeachment de Fernando Collor, tanto *O Globo* como a *Folha* expressaram preocupação quanto a possibilidade de Itamar Franco, recém-empossado, não dar continuidade às reformas (*Folha de S. Paulo*, 03/10/1992, p. 2; *O Globo*, 22/12/1992, p. 6). O primeiro ponto, portanto, que a grande imprensa deseja conservar no processo de impeachment é a agenda neoliberal – o que converge com as leituras feitas sobre o caráter liberal dos jornais brasileiros. O que mais nos interessa, todavia, é tentar responder a seguinte questão: quais são os argumentos utilizados pelo *Globo* para legitimar o impeachment? Em outros termos: de onde emana a legitimidade para depor o primeiro presidente eleito no Brasil após quase 30 anos?

Sendo o impeachment um processo duplamente jurídico e político (MAFEI, 2021, p. 13) – embora por vezes “mais político” que jurídico, isto é, com menor embasamento jurídico do que político – se trata de um procedimento inscrito na esfera político-institucional, ou, nos valendo de Gramsci, no âmbito da sociedade política¹, pois quem decide por acolher o pedido de impeachment é o presidente

¹ O “governo dos funcionários”, as seções administrativas do Estado, o aparato governamental legal, incluindo aí o Congresso.

da Câmara; quem compõe a comissão especial que avalia a denúncia e gera parecer para votação são os parlamentares, e assim por diante. Entretanto, um impeachment necessita de legitimação e um mínimo de consenso de boa parte da sociedade civil, entrando aqui seu caráter extraparlamentar. O grande temor de um conservador em meio a um impeachment é que justamente esse aspecto externo à esfera político-institucional, estranho aos ritos constitucionais, seja determinante em seu resultado. Como Burke coloca se referindo à Revolução Francesa: “homens formados para serem controles, não instrumentos” (BURKE, 2003, p. 38, tradução nossa) de repente assumem caráter crucial em um momento de ruptura como é um impeachment – ainda que controlado institucionalmente.

Para além da atuação popular, entretanto, *O Globo* apontou o cumprimento dos ritos constitucionais e o respeito às leis como garantidores da legitimidade do impeachment. E é justamente essa relação – de respeito à lei – que será tomada como pedra de toque na avaliação valorativa do impresso a respeito dos atores envolvidos no impeachment. Há editorial que sintetiza bem os elementos que apontamos aqui: no dia 22 de agosto de 1992, apenas seis dias após os atos em que milhares de manifestantes ocuparam as ruas vestidos de preto, em símbolo de luto, contra Collor, *O Globo* publicou editorial extenso comentando a situação política do país – e afirmando estar em curso um “golpe” contra as instituições brasileiras:

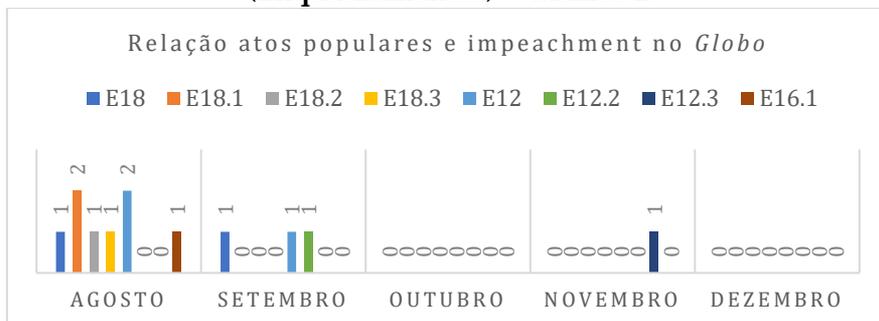
A CPI instaurada [...] prestou um extraordinário serviço à Nação [...] os autores de sua apuração [...] concentraram-se no empenho de substituir o presidente da República como se o mesmo fosse o único responsável por esse descalabro. Nesse sentido, **sem cuidar do exame das alternativas cabíveis, nos termos da lei**, de lhe apurar a responsabilidade por irregularidades a serem julgadas pelo Senado [...] as atividades da CPI desviam-se do seu objetivo [...] **chega-se ao cúmulo de se elidir preceitos constitucionais, usurpando-se as atribuições do Poder Judiciário para se ferir as prerrogativas essenciais do Poder Executivo**. Despudoramente reúnem-se **presidentes de organizações** partidárias [...] para **organizar movimentos populares destinados a pressionar o Congresso e tentar**

atemorizar o Supremo Tribunal Federal. Em suma, programa-se um golpe contra as instituições democráticas [...] a consciência moral do país [...] se sente *envergonhada* e põe luto pela ausência de uma corrente política que, com sinceridade, isenção e seriedade, **cumprindo rigorosamente os meios legais, empreenda a punição de todas essas torpezas [...] e, **acima de tudo, implante as modificações institucionais** que se façam necessários para se restabelecer definitiva e cabalmente a moralidade e a credibilidade no regime e **na ordem político-jurídica.** (O Globo, 22/08/1992, p. 3, grifos nossos)**

Para além do apoio velado a Collor, já que o jornal dilui sua responsabilidade no caso de corrupção e tráfico de influência de PC Farias, destacamos os seguintes elementos do texto: 1 – os membros da CPI não pensam alternativas dentro das leis, o que seria a solução ideal; 2 – os mesmos membros não respeitaram a divisão dos Poderes, e infringiram preceitos constitucionais; 3 – a possibilidade de atos populares serem determinantes nas ações dos integrantes do Estado restrito é repudiada; 4 – se pode restituir a credibilidade popular na política meramente a partir de modificações institucionais, por ação dos próprios parlamentares. Por esse trecho, se observa que não apenas as leis são invioláveis e basilares na orientação e ações políticas, mas suficientes para promoção das mudanças desejadas pela população.

A partir da análise dos editoriais, e observando a ferramenta citada do enquadramento (abreviada no gráfico pela letra “E”), nos foi possível registrar a cobertura do *Globo* quanto aos atos contra Collor e seus potenciais efeitos no seu processo de impeachment. Priorizando a relação enquadramento/contexto, podemos verificar a hesitação inicial do jornal quanto à qual opinião emitir sobre os atos populares, que tinham como intenção principal expor descontentamento quanto a Collor e pressionar os membros do Estado restrito a votarem a favor de seu impedimento. Dessa forma, elaboramos seguinte gráfico, exposto a seguir:

Relação atos populares x impeachment no *Globo* (Enquadramentos) – Gráfico 2



Legenda: Enquadramentos favoráveis atos populares/movimentos sociais: E12 (Atos de rua são espontâneos e exercícios de cidadania); E12.2 (Atos pela renovação na política não quebram a legalidade/não extrapolam); E12.3 Atos de rua contra Collor fortaleceram a democracia brasileira. **Enquadramentos negativos atos populares/movimentos sociais:** E18 (Movimentos pela ética na política devem ser controlados pelas camadas dirigentes/ é preciso manter governabilidade em meio à instabilidade política/atos populares não podem sair do controle); E18.1 (Voto secreto no Congresso se faz necessário frente às pressões populares); E18.2 (Pressionar o voto dos parlamentares é contradição com o movimento pela renovação ética na política); E18.3 (Pressionar o voto dos parlamentares fere o bom andamento do processo de impeachment); E16.1 (Atuação de movimentos populares para pressionar STF e Congresso é golpista).

Pelo exame do gráfico, torna-se evidente a inconstância do jornal quanto ao tema em agosto, algo expresso pela variedade de opiniões formuladas sobre os atos de rua e seus potenciais efeitos nos desdobramentos do impeachment – o que implica num baixo *consonance* por parte do *Globo*, e numa menor chance de sucesso por parte de seu projeto hegemônico ter maior adesão. Pode-se inferir que o jornal temeu, a princípio, a possibilidade de os atos ferirem a ordem político-institucional, extralegal (que seria a pedra de toque de análise do *Globo*, como defendemos), alterando gradativamente sua posição apenas em setembro, o que se observa no editorial de 7 de setembro, quando é afirmado que “não se viu [...] uma só manifestação que extrapolasse dos seus limites” (*O Globo*, 07/09/1992, p. 6).

A preocupação de que as pressões populares pudessem orientar a votação dos parlamentares e/ou mudar os rumos do impeachment era tanta, que o jornal chegou a acusar de golpistas as lideranças políticas – enquadramento realizado uma única vez durante todo o período – que convocavam atos contra o presidente, como vimos em editorial citado previamente. Talvez o texto que melhor sintetize as preocupações do *Globo* com a possível “perda de controle” das massas seja o publicado no dia 29 de agosto, dias antes do pedido de impeachment ser aceito na Câmara dos Deputados (1º de setembro):

impõe-se o cuidado de para que não venham a prevalecer, sobre as normas legais e éticas que devem regular o andamento do processo, manobras de pressão popular, tendentes a impossibilitar o pleno e livre exercício daqueles aos quais cabe a decisão final nos âmbitos do Legislativo e do Judiciário [...] torna-se inevitável que a decisão dos congressistas seja exercida pelo voto secreto. **O caminho legal para se chegar ao impedimento do chefe do Poder Executivo não poderá ser o do impedimento dos representantes do povo de votar [...]** Elidir esse imperativo será rebaixar a votação do impeachment ao nível antiético das atividades que a Nação pretende fazer cessar e punir. (*O Globo*, 29/08/1992, p. 1, grifos nossos)

Se observa, implicitamente, a desqualificação da arena extralegal como fator de influência legítima na condução da política em âmbito parlamentar; ainda mais, a de que as grandes decisões devem caber exclusivamente aos membros do Legislativo e do Judiciário, supostamente imunes ao meio social ao qual pertencem. O temor principal é de que – remetendo Burke – os “instrumentos” influenciem os “controles”, estes sim talhados, porque formados, para realizarem a escolha correta: inclusive, o *Globo* afirma que as pressões populares estariam indo de forma contrária ao desejo da “Nação” de maior ética na política.

Seguindo na hipótese principal levantada, podemos contrapor ao enquadramento do golpe a argumentação do próprio *Globo*, mais de dois meses depois, afirmando ser o impeachment legítimo

justamente por ter se valido dos preceitos constitucionais (*O Globo*, 05/11/1992, p. 1), confirmando a “solidez” das instituições brasileiras, em editorial de capa assinado por Roberto Marinho. Em outros termos: a legitimidade do impeachment emana justamente da Constituição, do respeito às leis, e da não interferência de atores externos à lei (como os organizados na sociedade civil) aos procedimentos do impedimento, algo que se observa no elogio do jornal quanto à intervenção do STF (o Supremo fixou o número de sessões de defesa do presidente em dez, ao invés de cinco) na definição dos trâmites legais do impeachment, cujos embates políticos “serão passados pelas águas lustrais de uma instituição que congrega alguns dos mais respeitados juristas brasileiros” (*O Globo*, 25/09/1992, p. 6).

Considerações finais

Para além do “silêncio” surpreendente do *Globo* nos editoriais a respeito da crise política, evitando atacar Collor de maneira direta e enfatizando a importância da manutenção da agenda econômica de seu governo, destacam-se a hesitação e preocupação do jornal na análise da participação popular às vésperas da abertura do impeachment na Câmara dos Deputados. Como observamos, situações de impeachment deixam as instituições imersas em estado de grande tensão, sendo um cenário de “ruptura controlada”, dentro dos marcos legais.

O que buscamos discutir foi justamente a preocupação do *Globo* acerca da possibilidade de atores extralegais alcançarem grande influência no processo de impeachment, que deveria ser processo alheio a quaisquer pressões populares – sendo inclusive essa a base do único editorial em que se levanta a hipótese do “golpe” contra as “instituições democráticas”. A tentativa de isolar a “política” exclusivamente na esfera institucional é frequente nos poucos editoriais em que o jornal aborda diretamente o tema dos atos

organizados contra Collor, reforçando nosso argumento sobre a relação legitimidade/ordem legal dentro do *Globo*.

Referências

AZEVEDO, F. Antonio. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. A. C. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 42 - 71.

BACKZO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et all. **Anthropos-Homem**, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Nova York: Yale University Press, 2003.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História), 1988.

CRUZ, Heloísa; PEIXOTO, Maria. **Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

EILDERS, Christiane. The impact of editorial content on the political agenda in Germany: theoretical assumptions and open questions regarding a neglected subject in mass communication research. Berlim, dezembro 1997. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-125116>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers' Editorial Opinions. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, March 2019, p. 1–24.

FONSECA, Francisco César Pinto da. A Agenda da Transformação II: a Grande Imprensa e a Hegemonia Neoliberal no Brasil (A

Imprensa e o Governo Collor). Relatório de pesquisa nº 50/2001. São Paulo: FGV, 2001. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/agenda-da-transformacao-ii-grande-imprensa-e-hegemonia-neoliberal-no-brasil-imprensa>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MAFEI, Rafael. Como remover um presidente: Teoria, história e prática do impeachment no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 74 - 104.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015.

**O PENSAMENTO POLÍTICO DE AZEVEDO AMARAL:
UM BALANÇO DOS ESTUDOS SOBRE A OBRA DO
FUNDADOR DE *DIRETRIZES***

Yuri Barbosa Resende*

Em abril de 1938, o jornalista e pensador político Antônio José Azevedo do Amaral (1881-1942) fundou, na cidade do Rio de Janeiro, a revista *Diretrizes: Política, economia, cultura*. Ele ambicionava pôr em circulação uma publicação alinhada ao Estado Novo e à defesa de uma “democracia autoritária” de inspiração corporativista, criando um espaço de discussão intelectual na imprensa carioca, afinado com o novo regime e capaz de refletir sobre os rumos do Brasil. Municiado de um subsídio mensal de dois contos de réis, o intelectual convidou seu então secretário pessoal para entrar como sócio na empreitada: Samuel Wainer (1910-1980).

Uma disputa entre duas linhas editoriais distintas foi travada, a partir de então, nas páginas de *Diretrizes*. Uma delas pode ser verificada, sobretudo, nas seções fixas assinadas por Amaral, diretor do periódico, as quais exaltavam a “democracia autoritária” estadonovista. Um outro programa editorial, por sua vez, está presente nas colaborações do diretor-secretário Samuel Wainer e de outros redatores regulares, nas quais encontramos um jornalismo crítico às medidas levadas a cabo pelo governo brasileiro, além de engajado nas lutas antifascista e nacionalista. Essa contenda editorial terminou em outubro de 1938, após sete edições, com a saída de Amaral da revista e Wainer assumindo seu comando formalmente. A despeito da conjuntura adversa,

* Doutorando no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), sob orientação da professora Dr^a. Angela Maria de Castro Gomes. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Diretrizes sobreviveu por seis anos: tornou-se semanal no fim de 1940 e manteve-se regularmente em circulação até 1944, quando sua cota de papel foi suspensa pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ao longo de sua existência, a revista publicou nomes notáveis da intelectualidade brasileira de inclinação progressista: Astrojildo Pereira, Octávio Malta, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Carlos Lacerda (então militante comunista), Joel Silveira, Osório Borba, Álvaro Moreyra, Moacir Werneck de Castro, Francisco de Assis Barbosa e Rubem Braga.

Nosso objetivo neste artigo é apresentar um sucinto balanço da literatura acadêmica sobre o pensamento político de Azevedo Amaral. Intentamos demonstrar como os escritos deste intelectual, publicados tanto em livros quanto na imprensa, suscitaram o interesse dos pesquisadores, resultando em estudos que analisaram diferentes características de seu pensamento político. Isso posto, pretendemos, também, situar nossa pesquisa, a qual contempla as colaborações deste intelectual para *Diretrizes*, ainda pouco estudadas, entre esses trabalhos. Cabe assinalar que, tendo em vista os limites deste trabalho, não tivemos a pretensão de abarcar todos os estudos sobre Azevedo Amaral, bem como optamos por concentrar nossas leituras, sobretudo, nas contribuições oriundas dos campos da História, Ciências Sociais e Ciência Política.

Este artigo é um dos frutos da nossa pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), intitulada “*Diretrizes* e o Estado Novo: uma revista de oposição à ‘democracia autoritária’ (1938-1944)”, a qual investiga os limites e as possibilidades da atuação da revista *Diretrizes* e de seu(s) editor(es) como oposição à ditadura varguista.

Um dos ideólogos da “democracia autoritária”

Nascido em 26 de março de 1881 no Rio de Janeiro, Antonio José Azevedo do Amaral era filho de Angelo Thomaz do Amaral, cujos

negócios no ramo da construção de estradas estavam associados aos de Visconde de Mauá no século XIX. Azevedo Amaral – como assinava – diplomou-se em Medicina no ano de 1903, após estudar no Rio de Janeiro e em Berlim, defendendo sua tese nesta cidade. Jamais exerceu a profissão, contudo; optou por dedicar-se exclusivamente ao mundo das letras. Conquistou destaque nos meios intelectuais pela qualidade da sua atividade jornalística a partir de 1906, atuando como correspondente do *Correio da Manhã* na Inglaterra: ele assinava a coluna “Carta de Londres”, na qual tecia análises sobre a política internacional e informava sobre conflitos na Europa.

Após ser acometido por uma doença, que provavelmente se agravou nos primeiros anos da década de 30, passou a se dedicar à escrita de livros: *Ensaios brasileiros* (1930), *O Brasil na crise atual* (1934), *A aventura política do Brasil* (1935) e *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) – os dois últimos editados pela casa José Olympio. Em 1941, publicou ainda uma biografia do presidente-ditador em exercício, intitulada *Getúlio Vargas, estadista*. Concomitantemente, Amaral continuou assinando artigos para a imprensa carioca até o fim da vida, investindo na defesa e divulgação de seu pensamento político. No ano de seu falecimento, escrevia, embora sem regularidade, para os diários *A Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Contrário ao liberalismo e ao marxismo, o intelectual rejeitava a possibilidade do Brasil se deixar levar tanto pelos ventos fascistas, oriundos da Alemanha e Itália, quanto pelo “bolchevismo russo”. Propunha, na contramão, uma espécie de “quarta via” para o país: somente um regime autoritário centralizador, inspirado no corporativismo e liderado por um político como Getúlio Vargas, poderia colocar o Brasil no rumo da industrialização, compreendida como sinônimo de modernidade civilizacional e independência econômica. Para tanto, defendia uma experiência democrática que recusasse, simultaneamente, a falência política perpetrada pelos liberais e a hipertrofia estatal característica dos “totalitarismos” fascista e comunista.

Amaral, em suma, advogava a favor de uma “democracia autoritária”, termo que soa como um oxímoro para nós, na contemporaneidade, mas muito presente no discurso de diferentes ideólogos estadonovistas. Esse novo modelo democrático, defendido por diferentes intelectuais, como Azevedo Amaral, Almir de Andrade e o ministro Francisco Campos, visava a superação da “falsa dicotomia entre democracias (sempre entendidas como liberais) e ditaduras, na medida em que se abria a possibilidade de existir um Estado forte e democrático, através da revitalização do sistema presidencialista de governo” (GOMES, 2005, p. 112).

Visitas ao pensamento político de Azevedo Amaral

Podemos situar a obra de Amaral em uma leva de produções dos anos 1930 que intentavam diagnosticar os problemas nacionais e apresentar soluções para as “causas do atraso” do Brasil. Esses escritos estão circunscritos a um campo que convencionou-se chamar de “estudos brasileiros”, integrado por intelectuais cujas obras

abraçavam áreas como literatura, história, geografia, etnografia, sociologia, direito, arte, educação, folclore, música e teatro, por exemplo. Tais estudos, como o nome indica, respondiam a questionamentos fundamentais sobre o que era e, principalmente, o que deveria ser o Brasil, buscando fundamentação no conhecimento das “raízes” do processo de formação histórica do país, para uma melhor orientação quanto ao traçado de diretrizes que permitissem ultrapassar nossos “males” (GOMES, 2012, p. 186).

Parece-nos ter havido uma reserva por parte das produções acadêmicas posteriores ao fim do Estado Novo no que concerne ao estudo do pensamento de Amaral e de outros ideólogos autoritários. Alguns pesquisadores, como veremos, só examinariam os escritos

de Amaral a partir da década de 1960¹, e uma efetiva “redescoberta” de seu pensamento político só parece ter se concretizado após 1981, centenário de nascimento do autor, quando *O Estado autoritário e a realidade nacional* foi reeditado pela Universidade de Brasília (UnB) e ganhou um prefácio de Bolívar Lamounier.

Os anos 1980, vale anotar, abrangem um período de transformações no cenário sociopolítico brasileiro, comportando desde a abertura gradual promovida pelos militares, no poder desde o golpe de 1964, e movimentos de apelo democrático, como as “Diretas Já”, à promulgação da Constituição de 1988. À luz desses fatos, parece-nos plausível inferir que a saída gradativa de um regime autoritário em direção a um retorno à democracia liberal tenha favorecido a reflexão sobre as bases do autoritarismo no Brasil.

Guerreiro Ramos, em obra dos anos 1960, reservou algumas páginas a Azevedo Amaral, introduzindo-o como um “daqueles que mais se preocuparam com a nossa crise na década de trinta” e “de todos os escritores desse período, o mais complexo e completo” (RAMOS, 1961, p. 173). O sociólogo destaca a perspectiva de Amaral de que a evolução da sociedade brasileira foi deturpada a partir da vinda da corte portuguesa, em 1808, e que o Estado deveria retomar seu sentido econômico, proeminente durante o século XVIII. Ramos sublinha a aplicação dos saberes sociológicos nos escritos de Amaral e o elogia pelo enfrentamento das questões prementes em seu tempo². Justifica ainda a falta de interesse acadêmico pelos escritos de Amaral em virtude do seu conhecido alinhamento ao Estado Novo, pontuando que sua ligação com o DIP e o teor de suas obras renderam-lhe a fama de “régulo do regime”. O sociólogo pondera, contudo, que Amaral adotou um posicionamento condizente com o que expunha em seus livros, além de ter oferecido um diagnóstico

¹ Possivelmente a exceção é a obra de Nelson Werneck Sodré, *Orientações do Pensamento Brasileiro*, a qual contempla o pensamento de Amaral. O livro, todavia, foi publicado em 1942, ainda durante o Estado Novo.

² Nas palavras de Ramos, “Oliveira Viana mesmo não alcança a profundidade dos estudos de Azevedo Amaral, nem a sua segurança intelectual na aplicação ao estudo do Brasil do saber sociológico” (RAMOS, 1961, p. 178).

preciso no que tange ao Estado Novo ter inaugurado um período positivo da economia brasileira, com predomínio dos interesses nacionais por meio do intervencionismo econômico estatal.

A demanda por um olhar mais amplo e sistematizado sobre o pensamento de Amaral seria suprida alguns anos depois pelo trabalho de Aspásia Camargo (CAMARGO, 1967). Cabe destacar que a pesquisadora, a exemplo de Ramos, reconhece no pensamento político de Amaral a antecipação de questões que só se tornariam presentes, no debate acadêmico brasileiro, muitos anos após sua morte, como os aspectos que caracterizavam a condição de subdesenvolvimento do Brasil.

Nos anos 70, Jarbas Medeiros examinou os textos publicados por Amaral na revista *Cultura Política* no início da década de 40, ultrapassando a fronteira dos livros. O pesquisador sublinha o caráter antiliberal dos escritos do intelectual e sua defesa de que a noção de democracia havia sido sequestrada pelos dogmas liberais (MEDEIROS, 1975, p. 31). Medeiros destaca, ainda, dois aspectos do pensamento de Amaral: a perspectiva de que uma “comédia liberal-democrática” teria engendrado noções deturpadas de igualdade na sociedade brasileira, o que seria corrigido pelo regime estadonovista; e a necessidade de industrializar o país, o que se consubstanciava com a promoção de um ideal moderno de civilização. O pesquisador sustenta que a retórica de Amaral é marcadamente nacionalista e elitista, característica que compartilhava com alguns de seus contemporâneos, como Oliveira Viana, e predecessores, como Alberto Torres. O projeto de industrialização de Amaral, explica Medeiros, estava relacionado à demanda de que os trabalhadores nas cidades desfrutassem de melhores condições de vida e se engajassem na atividade das corporações – ou seja, sindicatos, conselhos técnicos e órgãos de controle (MEDEIROS, 1975, p. 32-42).

Na década de 1980, encontramos algumas contribuições de vulto. Em *Estado Novo: ideologia e poder*, Lucia Lippi de Oliveira se debruça sobre o pensamento político de Azevedo Amaral ao longo

de um capítulo, sintetizando-o como “uma combinação de preocupação científica, de interpretação evolucionista, de racismo e elitismo”, a qual lança mão de metáforas biológicas a fim de aludir a uma enfermidade que impede a sociedade brasileira de caminhar em direção ao progresso natural (OLIVEIRA, 1982, p. 49). A despeito dessa retórica evolucionista assimilada pelo intelectual, segundo a autora, há uma particularidade que a difere: a proeminência da questão econômica e a defesa da intervenção direta do homem no rumo ao progresso que, embora seja concebido como natural, poderia ter seu ritmo acelerado ou avagarado. A socióloga postula que os anos residindo na Inglaterra devem ter influenciado decisivamente na proposta industrializante concebida por Amaral, de modo que ele “não se mantém saudosos do país agrário, nem mesmo se ocupa em modernizar o campo, já que não será por esta via que o Brasil haverá de alcançar a forma superior da civilização” (OLIVEIRA, 1982, p. 49).

No prefácio ao livro de Amaral reeditado em 1981, Bolívar Lamounier sublinha que o escritor enxergava na via permanentemente autoritária um caminho condizente com a formação sociopolítica do Brasil, que seria hostil desde suas origens às ideais liberais. Para Lamounier, Amaral foi “um dos mais articulados expositores de um determinado diagnóstico a respeito da formação histórica brasileira. E também um dos mais argutos analistas da conjuntura dos anos trinta” (LAMOUNIER, 1981, p. 6).

José Murilo de Carvalho, por sua vez, ao esquadrihar o pensamento de Oliveira Viana em um artigo, comparou-o diretamente com Azevedo Amaral: embora compartilhasse com o primeiro algumas características basilares – como a opção por uma saída autoritária em molde corporativista –, Amaral defendia ideias que visavam a implementação de um tipo de “engenharia social” capaz de promover o capitalismo industrial na sociedade brasileira. Desse modo, o corporativismo da proposta de Amaral seria menos uma resolução da questão da representatividade política, e muito mais um método da organização econômica

hierarquizada viabilizadora da modernização econômica do país (CARVALHO, 1991, p. 95).

Nesse sentido, Maria Izabel Braga Weber Vanderlei se debruçou sobre os principais trabalhos que inspiraram a construção do pensamento político de Azevedo Amaral, de Herbert Spencer a Auguste Comte, intentando demonstrar como o intelectual se valeu, em especial, de conhecimentos provenientes das Ciências da Natureza, os quais acabaram incorporados pelas Ciências Sociais nas primeiras décadas do século XX. A pesquisadora argumenta que o evolucionismo organicista de Amaral, ao contrário do que defendiam pensadores dos séculos XVIII e XIX, admitia a existência de interferências do homem, que poderia impactar o caminho para o progresso. Ressalta, dessa forma, que, na ótica de Amaral, “a democracia não é igual para todos, mas o que a faz universal (...) é a sua finalidade – o bem comum ou, em outras palavras, o progresso econômico da coletividade” (VANDERLEI, 2000, p. 41).

A exemplo de Oliveira, Vanderlei sustenta que o intelectual transportava uma lógica própria das ciências naturais para os estudos sociológicos, o que guardava proximidade, por exemplo, com as teses eugênicas em voga à época. Não é fortuito, portanto, que Amaral tenha participado ativamente do I Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, ocasião na qual apresentou uma tese intitulada “O problema eugênico da imigração”. Um dos argumentos centrais do trabalho antecipa uma posição que viria a ser reafirmada por ele em *O Estado autoritário...* e em *Diretrizes* anos mais tarde, isto é, a necessidade de branqueamento do povo brasileiro, marcado pela presença de uma mestiçagem degenerada, por meio da execução de uma política imigratória que vedasse a entrada de “não brancos”³.

A defesa reiterada do autoritarismo associado a uma proposta de verve industrializante e nacionalista constitui, na leitura de Angela de Castro Gomes, uma originalidade de Amaral na medida

³ Vanderlei afirma também que o trabalho defendido por Azevedo Amaral serviu como base para a composição das diretrizes da Comissão Central de Eugénismo na ocasião de sua criação, em 1931.

em que nenhum dos seus contemporâneos se dedicou tão vigorosamente a discussão desta questão a partir da análise de fatores econômicos, visando essencialmente a superação das “razões do atraso”. Em *A invenção do trabalhismo*, Gomes examina as colaborações de Amaral para *Cultura Política* e explica como o autoritarismo defendido pelo intelectual comporta, sem prejuízos para a coerência de seu pensamento, a construção de uma democracia que privilegie direitos sociais em detrimento dos políticos. A partir deste raciocínio, era formulada a ideia de “democracia autoritária”, a qual

propunha a prevalência do princípio da autoridade, não como um obstáculo à liberdade individual, mas como o único meio legítimo de sua realização. Devia haver uma sincronia perfeita entre os ideais da coletividade nacional e o espaço de movimentação individual. O conceito de liberdade subsistia, associado à dimensão dos direitos civis individuais, mas apenas como uma categoria capaz de integrar os ideais de realização do interesse coletivo, sob os auspícios de uma autoridade ordenadora da sociedade. (GOMES, 2005, p. 203-204)

O autoritarismo democrático de Amaral almejava, segundo Gomes, a superação da “falsa dicotomia entre democracias (sempre entendidas como liberais) e ditaduras, na medida em que se abria a possibilidade de existir um Estado forte e democrático, através da revitalização do sistema presidencialista de governo” (GOMES, 2005, p. 112). A historiadora ocupar-se-ia da discussão sobre o corporativismo associado à democracia autoritária também em trabalhos posteriores. Ela sustenta que as ideias de Azevedo Amaral apresentam inspiração nas proposições do pensador romeno Mihail Manoilescu, em particular nas exposições presentes em *O Século do Corporativismo*⁴. O escritor brasileiro teria encontrado neste livro

⁴ Gomes assinala que, possivelmente, *O Estado autoritário...* foi escrito antes do golpe do Estado Novo e de modo concomitante à tradução de *O Século do corporativismo* por Azevedo Amaral, tendo em vista as datas dos prefácios assinados pelo intelectual brasileiro nas obras.

“sólidos argumentos analíticos para defender sua proposta”, sobretudo na formulação da chamada “teoria dos câmbios internacionais” (ou “trocas desiguais”) (GOMES, 2012, p. 194). Amaral, contudo, condena as relações observadas entre o fascismo e o modelo corporativista na Itália. Ele acreditava que a proposta corporativista fora desvirtuada pelo Duce e seus partidários, transformando as corporações em mero aparato burocrático de um Estado já hipertrofiado, de modo a não permitir, portanto, a realização dos objetivos principais do modelo, a saber: a organização pacífica da sociedade e a representatividade popular.

Atualmente, o pensamento de Amaral continua despertando o interesse dos pesquisadores⁵. Maria Fernanda Lombardi Fernandes, por exemplo, examinou a revista *Novas Diretrizes*, fundada por Amaral após a saída conturbada de *Diretrizes*. Na publicação, o intelectual tratava de tópicos variados a partir de uma tônica que preconizava a promoção do regime estadonovista e o debate das estratégias a serem adotadas em face dos desafios nacionais e internacionais – uma postura editorial, portanto, bastante próxima daquela que vislumbrara originalmente para o mensário criado com Wainer.

Fernandes comparou, ainda, a contribuição de Amaral para o *Almanack Israelita* de 1937, intitulada “A questão judaica no Brasil”, com os editoriais de *Novas Diretrizes* a fim de demonstrar como o pensador promoveu um giro de 180 graus em suas posições no que concerne ao antissemitismo, passando a atribuir a culpa pela guerra aos judeus, e responsabilizá-los pela aliança das potências ocidentais com a União Soviética. “Não são poucos os editoriais de *Novas*

⁵ Vale destacar a tese de Tamyres Ravache Alves de Marco a qual, em linhas gerais, sustenta que Azevedo Amaral, a partir de suas considerações em defesa de um desenvolvimento econômico nacional planejado, pode ser considerado um dos teóricos pioneiros daquilo que viria a ser chamado de desenvolvimentismo. Outro trabalho que merece atenção é o artigo de Guilherme Fernandes Reis das Chagas, o qual se debruça sobre as contribuições de Amaral para a revista distribuída pela Light & Power entre seus funcionários. As referências completas de ambas as obras estão no fim deste artigo.

Diretrizes que trazem críticas tanto aos ‘judeus capitalistas’ quanto aos ‘judeus comunistas’”, explica (FERNANDES, 2015, p. 40). Além de ostentar um fervoroso antissemitismo na nova revista, o jornalista discorria sobre outros tópicos, como a organização, consolidação e funcionamento do Estado Novo; a necessidade de manutenção de uma postura de neutralidade do Brasil diante da guerra; o perigo de infiltração de comunistas no território nacional; e a crise da democracia liberal nas nações ocidentais (FERNANDES, 2018, p. 54). Em suma, o cerne do pensamento político de Amaral, explica Fernandes, era rotineiramente exposto nos editoriais do periódico, de modo que os textos do intelectual em *Novas Diretrizes* ecoavam

teses e bandeiras que iam além da defesa do Estado autoritário: o industrialismo como saída para o desenvolvimento do Brasil, a ênfase na necessidade da educação do povo e da elite, a retomada do modelo de “Estado econômico” para o Brasil, a defesa de uma política de “neutralidade” frente ao conflito internacional que, num primeiro momento, se avizinhava e, posteriormente, foi deflagrado (FERNANDES, 2018, p. 59).

Todos esses temas abordados pelo jornalista na publicação, vale ressaltar, guardam semelhanças com aqueles sobre os quais já se debruçava em suas colaborações para *Diretrizes*. Em virtude dos limites deste trabalho, todavia, não poderemos avançar aqui sobre este tópico.

Considerações finais

Azevedo Amaral foi um profícuo autor de estudos sobre a sociedade brasileira, os quais apresentavam diagnósticos e propunham prognósticos para o atraso econômico e cultural do Brasil. Muitos de seus textos para a imprensa, contudo, ainda carecem de estudos mais aprofundados. No que diz respeito às suas colaborações para *Diretrizes*, um primeiro esforço foi empreendido por Joëlle Rouchou (ROUCHOU, 2015). Parece-nos, todavia, que a continuidade do exame das seções fixas assinadas por Amaral nesse

periódico pode revelar as estratégias empreendidas pelo intelectual para comunicar suas ideias nas páginas de uma revista que, apesar de não se dirigir a um amplo e diversificado público atingia um número de leitores muito maior do que seus livros.

Essa é uma das contribuições que almejamos oferecer por meio da nossa pesquisa de doutorado em curso. Nosso trabalho, nesse sentido, contempla o estudo da articulação que Azevedo Amaral estabelece entre a solução autoritária e noções como democracia, corporativismo, industrialização, nacionalismo e personalismo nas páginas de *Diretrizes*. Em linhas bastante gerais, ao entendermos a atuação de Amaral como um intelectual mediador, intentamos levar a cabo uma análise que se volta para sua ação como diretor/editor do periódico e também como autor de matérias voltadas para o grande público. A partir dessa perspectiva, tentaremos apreender não apenas o exercício intelectual levado a cabo por Azevedo Amaral ao examinar suas colaborações para *Diretrizes*, mas também as narrativas editorialmente construídas nas sete edições pelas quais foi, ao menos formalmente, responsável.

Referências

- CAMARGO, Aspásia B. A. A teoria política de Azevedo Amaral. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, n. 2/3, p. 195-224, 1967.
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.
- CHAGAS, Guilherme Fernandes Reis das. O corporativismo na construção do discurso da Revista Light (1928-1940). **Revista Cantareira**, Niterói, n. 34, p. 387-405, jun. 2021.
- DE MARCO, Tamyres Ravache. **Origens do Desenvolvimentismo no pensamento político brasileiro** – Azevedo Amaral, um desenvolvimentista das origens. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Azevedo Amaral e a revista *Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil*. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 27, p. 47-60, maio 2018.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Breves considerações sobre Azevedo Amaral e o Almanack Israelita. In: **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2015, Porto Alegre. Grupo de Trabalho: Pensamento social no Brasil. Disponível em: <<http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1056-1.PDF>>.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar.-mai., 2005.

_____. Azevedo Amaral e “O século do corporativismo”, de Mihail Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, vol. 02-04, p. 185-209, 2012.

LAMOUNIER, Bolivar. “Introdução”. In: AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 1-18.

MEDEIROS, Jarbas. Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro: 1914-45. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 17-100, 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral”. In: _____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 48-70.

RAMOS, Guerreiro. “O inconsciente sociológico”. In: _____. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 168 - 182.

ROUCHOU, Joëlle. Azevedo Amaral, Rubem Braga e Álvaro Moreyra nas páginas de *Diretrizes* (1938-1939). In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015, Rio de Janeiro.

VANDERLEI, Maria Izabel Braga Weber. **O organizacionismo em Azevedo Amaral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

QUAL LIBERALISMO?

NOTAS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE CARLOS LACERDA

Fabrcio Ferreira de Medeiros*

Introdução

Apontadas como duas das principais ideologias políticas dos séculos XIX e XX, o liberalismo e o conservadorismo já foram vistos como adversários, entre outras razões, em função da ênfase atribuída pelos liberais à liberdade individual, à racionalidade e à inovação política, e pelos conservadores, à experiência, às tradições e às desigualdades “naturais” (SCRUTON, 2015 [1980]; OAKESHOTT, 2016). Porém, liberais e conservadores também protagonizaram movimentos de aproximação tática e doutrinária, evidenciando o quanto suas respectivas ideologias são flexíveis e permeáveis à incorporação de novos conceitos, especialmente quando julgam que tal aliança é necessária ao combate contra um inimigo em comum (MORRESI, 2010; TATO, 2013; CAETANO, 2019).

Salvo tais considerações, o objetivo desse texto é analisar o modo pelo qual Carlos Lacerda (1914-1977) se apropriou do liberalismo no início da década de 1960. Eleito governador do antigo estado da Guanabara, em 1960,¹ o político carioca fez diversos discursos no início de sua gestão, expondo a sua perspectiva sobre os principais problemas vivenciados pelo povo carioca e brasileiro. Assim, pretende-se examinar aspectos relativos ao liberalismo

* Doutorando pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor Daniel Aarão Reis. Bolsista da CAPES. E-mail: fabrcio.f.medeiros@hotmail.com

¹ O estado da Guanabara surgiu por ocasião da mudança da capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960. A nova unidade política e administrativa da federação foi integrada, posteriormente, em 1975, aos demais municípios do RJ.

conservador presentes no livro intitulado *O Poder das Ideias*, de autoria de Carlos Lacerda. Publicado em 1962, junto a uma escalada no grau de radicalização e polarização política no Brasil e no mundo, o livro em tela foi considerado pelo próprio autor como uma síntese de sua plataforma política, merecendo, portanto, ser tomado enquanto uma expressão de sua intervenção no debate público e na formulação de políticas públicas.

Para alcançar o objetivo citado anteriormente, organiza-se o artigo da seguinte maneira. Primeiro será apresentada a metodologia de análise textual, evidenciando as principais contribuições da história dos conceitos, formulada por Reinhart Koselleck, e da análise morfológica das ideologias, proposta por Michael Freeden. Em seguida, desenvolver-se-á uma revisão panorâmica da bibliografia sobre liberalismo e conservadorismo, pontuando de que modo essas duas ideologias podem ser antagônicas ou combinadas entre si. Finalmente, o texto encaminhará uma análise acerca do pensamento político de Carlos Lacerda, explicitando a inserção de *O Poder das Ideias* no campo liberal-conservador. Espera-se que o desenvolvimento dessa pesquisa contribua para o domínio da história política e, em particular, da história do pensamento político, renovando um conjunto de estudos anteriores sobre Carlos Lacerda, nos quais pouco ou nada foi explicado, do ponto de vista conceitual, a respeito do liberalismo conservador (DEBERT, 2008 [1979]; McCANN, 2003; DELGADO, 2006; CHALOUB, 2015 e 2018; BERLANZA, 2019).

História dos conceitos e análise morfológica das ideologias

A história conceitual formulada por Reinhart Koselleck e seus colaboradores propõe a análise sobre as transformações sofridas pelos conceitos no mundo moderno, bem como os significados atribuídos a novos conceitos, a exemplo de classe, socialismo e burguesia. Ela parte do princípio de que muito embora palavras como democracia, revolução e história permaneçam sendo

utilizadas na esfera pública, isso não quer dizer que seus significados continuam os mesmos. Daí a necessidade de se utilizar uma abordagem contextualista, que avalie os usos dos conceitos conforme o seu contexto histórico e as suas mudanças e permanências ao longo do tempo (perspectivas diacrônica e sincrônica) (KOSELLECK, 2009 [1972]).

Por outro lado, a história conceitual pode ser combinada a outras metodologias, a exemplo da análise morfológica desenhada por Michael Freedon. Para o cientista político, o que importa não é a análise isolada dos conceitos ou em sua relação com determinadas realidades históricas, e sim o seu papel no interior de uma ideologia política. Por exemplo, em qualquer variante do liberalismo dar-se-á centralidade aos conceitos de individualidade, racionalidade e liberdade. Enquanto no conservadorismo encontraremos definições relativas às mudanças naturais e antinaturais e à ordem social. Os conceitos adjacentes ajudam a dotar os conceitos centrais de determinados significados, restringindo o seu raio de alcance e generalidade (FREEDEN, 2013 [2003]). No caso do liberalismo, “liberdade” (conceito central) pode ser associado a segurança, democracia, igualdade, entre outros conceitos adjacentes que conferem significados mais precisos ao conceito central, apresentando indícios de qual vertente da referida ideologia está em destaque. Os conceitos periféricos, por sua vez, possuem menor durabilidade temporal, mas também permitem a construção de redes de significado em sua relação com os demais conceitos. Um exemplo de conceito periférico, ainda no campo liberal, é imigração, que pode ser vinculado à liberdade, à cultura, ao progresso e ao bem-estar social (FREEDEN, 2015).

Parto do princípio de que liberalismo e conservadorismo são ideologias políticas que apresentam conceitos organizados de forma hierárquica e durável no tempo, podendo ser acionadas por seus adeptos em chave antagônica ou aproximativa, a depender da conjuntura histórica e, em particular, do grau de ameaça representado por seus respectivos adversários. Dessa maneira,

examino como Carlos Lacerda se apropriou de conceitos políticos centrais nessas duas ideologias, organizando-os e selecionando determinados significados em detrimento de outros. Mas antes é preciso discutir as principais características do liberalismo e do conservadorismo, indicando aqueles conceitos que historicamente têm sido abordados por seus propagadores, além dos motivos pelos quais liberais e conservadores ora aparecem como adversários, ora como aliados.

Liberalismo e conservadorismo: antítese e síntese

Embora o termo “liberal” tenha surgido na década de 1820, na Espanha, suas ideias centrais foram formuladas muito antes do século XIX. Segundo Michael Freedon (2015), a pré-história do liberalismo remonta à Idade Moderna, período no qual surgiram as primeiras críticas à autoridade religiosa e política, às hierarquias e aos privilégios feudais. Aos poucos esse movimento ganhou maior sustentação teórica, especialmente, com a formulação do direito à resistência contra a tirania, proposto por John Locke (1632-1704) no final do século XVII. Vale dizer que a preocupação central do liberalismo não era a expansão da participação política, mas sim a garantia do direito à dissidência e a proteção de direitos considerados como naturais, a exemplo da vida, da liberdade e da propriedade.

Conforme afirmou Norberto Bobbio (2017 [1984]), a elaboração da teoria dos direitos naturais do homem foi complementada pelo individualismo, rompendo com uma tradição do pensamento político que primava pelo organicismo, segundo o qual a autoridade coletiva era anterior à autoridade individual. O liberalismo se afirmou entre os séculos XVIII e XIX prescrevendo a limitação dos poderes do Estado, que se tornaria um Estado de direito e/ou um Estado mínimo, no caso em que também se defendesse a limitação das suas funções. Ainda que essa ideologia não tenha surgido combinada à democracia, de fato, aos poucos, ela incorporou a

igualdade de oportunidades à igualdade jurídica dos cidadãos, que desde o princípio incomodava os conservadores.

O termo “conservador” também surgiu no bojo da Revolução Francesa, da Revolução Americana e da Revolução Industrial inglesa, com destaque para o primeiro evento.² Para Karl Mannheim (1982 [1927]), o conservantismo se desenvolveu de forma antagônica ao liberalismo por diversos motivos. Primeiro porque ele se apega ao concreto, enquanto o progressismo é abstrato e busca mudanças sistemáticas. Em segundo lugar, o conservantismo define o direito à propriedade como uma extensão do indivíduo, de sua honra e de seus privilégios, e não apenas como uma mercadoria que pode ser livremente trocada. Terceiro, o conservantismo abole o pressuposto liberal de que todos os homens são naturalmente iguais, concordando apenas quanto à garantia da liberdade, especialmente, da liberdade privada, definida em termos de não-intervenção do Estado na privacidade dos indivíduos – que mesmo assim pode ser sacrificada quando a manutenção da ordem se vê comprometida. Quarto, se os conservadores pensam os fenômenos sociais em função de sua origem pretérita, os progressistas priorizam aquilo que está por vir, desconsiderando suas vinculações orgânicas com o passado. Naquilo que os conservadores veem como continuidade histórica, os progressistas preferem as rupturas, daí o conflito de perspectivas. Fora isso, o conservantismo tenderia a conceber a sociedade de forma mais aglomerativa ou orgânica, diferente do progressismo, que é, essencialmente, individualista, definindo a sociedade como um conjunto de indivíduos isolados entre si.

Como o leitor poderá perceber, liberalismo e conservadorismo lidam de modo distinto e até conflitante em relação a vários conceitos, a exemplo de liberdade, propriedade e sociedade. Mas, apesar das

² Os três eventos em questão foram os mais importantes do ponto de vista de seu raio de alcance e duração, mas é necessário pontuar que quase todo o Ocidente experimentou processos revolucionários entre 1770 e 1850, aproximadamente. Sobre o tema, ver: GODECHOT, Jacques. *As revoluções: 1770-1799*. São Paulo: Pioneira, 1976 [1964].

divergências teóricas, os adeptos destas ideologias também protagonizaram momentos de aproximação incorporando conceitos e significados de seus vizinhos. De acordo com Sergio Morresi (2010, p. 31), o liberalismo conservador é diferente, ao mesmo tempo, do liberalismo e do conservadorismo clássicos, mas incorpora elementos de ambos,³ quais sejam: i) a valorização da experiência (conhecimento prático) sobre o racionalismo (conhecimento abstrato); ii) a moderação e a prudência no lugar da mudança social; iii) a oposição à políticas de redistribuição de bens e recursos; iv) o temor frente à expansão da participação política, expresso na noção de “tirania da maioria”; v) a valorização das tradições e das instituições. Fora isso, o liberalismo conservador não seria totalmente contrário a mudanças sociais ou ao individualismo, porém, preservaria do conservadorismo a preferência pela manutenção de antigas hierarquias sociais, além da garantia da ordem.

No caso brasileiro, o liberalismo conservador se tornou a principal vertente do liberalismo, seja no campo intelectual, com Tavares Bastos (1839-1875), Rui Barbosa (1849-1923) e Afonso Arinos (1905-1990), ou no campo partidário, com o Partido Liberal (1831-1889), o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934) e a União Democrática Nacional – UDN (1945-1965). Sem contar com a hegemonia liberal-conservadora mantida na imprensa através da atuação de jornais como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Assim, é válido examinar de que forma um membro do campo partidário carioca se engajou nos conflitos de seu tempo, expondo a sua perspectiva acerca dos principais problemas presentes na sociedade brasileira e no mundo. De que modo Carlos Lacerda utilizou a linguagem política disponível em seu tempo para definir conceitos caros ao liberalismo, a exemplo de liberdade,

³ Tomando o esquema bobbio como referência, o liberalismo conservador pode ser interpretado como uma tentativa de terceira via que visa se diferenciar do liberalismo e do conservadorismo clássicos, construindo uma síntese que supere determinados problemas presentes em ambas as ideologias. Sobre o assunto, ver: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1994], p. 56-57.

racionalidade, igualdade e democracia? Qual relação o político estabeleceu entre esses conceitos e a ordem social? Qual foi o raio de alcance da igualdade proposta por ele? Essas são algumas das questões a serem abordadas a seguir.

O Poder das Ideias e o liberalismo conservador de Carlos Lacerda

Carlos Frederico Werneck de Lacerda é natural do Rio de Janeiro, nascido em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e Olga Werneck de Lacerda. Seu pai trabalhou como jornalista e deputado federal, incorporando propostas relativas aos direitos dos trabalhadores, além de participar da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Seu avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, dois de seus tios, Fernando e Paulo de Lacerda, militaram pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fatores que contribuíram para promover o interesse precoce de Carlos Lacerda pela política e pelo jornalismo, assumindo pautas esquerdistas na década de 1930 e se juntando ao seu pai na ANL (KELLER, 1983; DULLES, 1992).

Dono de uma oratória bastante elogiada por seus contemporâneos, Carlos Lacerda costuma ser visto como um personagem contraditório, dado o seu deslocamento ideológico do socialismo para o liberalismo conservador e a forma pela qual buscou conciliar propostas golpistas com postulados democráticos (CHALOUB, 2015 e 2018). Entretanto, é preciso considerar que a contradição e as ambivalências são constitutivas das trajetórias de vida e do político. Seria um erro buscar coerência e sistematicidade no conjunto de ideias formuladas por um autor (SKINNER, 2005 [1969]) ou em suas ações, como se elas possuíssem algum tipo de orientação providencial ou linear (BOURDIEU, 2017 [1986]).

Ao publicar o livro *O Poder das Ideias*, em 1962, o então governador do recém-criado estado da Guanabara (1960-1975) acumulava uma trajetória política polêmica, protagonizando

momentos de resistência a regimes ditatoriais, caso do Estado Novo (1937-1945), mas também de questionamentos a legalidade democrática, a exemplo de 1954-1955, quando o jornalista e deputado federal pela UDN defendeu abertamente a intervenção militar e a instauração de um regime de exceção. Ainda assim, Carlos Lacerda era reconhecido por uma boa parte de seus contemporâneos como um líder democrático, cuja oposição promovida contra Getúlio Vargas, João Goulart e Luís Carlos Prestes lhe rendeu um capital político que contribuiu sobremaneira para a sua chegada ao governo da Guanabara, em 1960.

O contexto da publicação de *O Poder das Ideias* foi caracterizado por uma disputa global entre capitalistas e socialistas, bem como pela instabilidade institucional e pelo aumento das pressões em torno da realização das chamadas “reformas de base”, entre as quais se destacavam as reformas agrária, urbana, bancária, do estatuto do capital estrangeiro e universitária, muitas das quais implicavam em alterações profundas na redistribuição de bens e recursos (AARÃO REIS, 2014, p. 33).

Sem dúvida, a pressão criada nas ruas pelos movimentos sociais e pelos grupos políticos de esquerda em torno das reformas de base suscitou reações entre liberais e conservadores, muitos dos quais buscaram neutralizar o potencial revolucionário presente no horizonte de expectativas⁴ das esquerdas. Carlos Lacerda foi um destes personagens que, preocupado com o tom impresso ao debate sobre as reformas, tentou conciliar a necessidade de mudança com a preservação das estruturas sociais. Em seu entendimento, antes de qualquer coisa, deveria ser abandonada a vinculação entre mudança e revolução, pois, menos do que transformações utópicas, somente as reformas pontuais seriam viáveis e desejáveis. Essa perspectiva

⁴ Na definição de Reinhart Koselleck (2012 [1979]), espaço de experiência e horizonte de expectativa são duas categorias históricas complementares ente si, que remetem à possibilidade de analisar as articulações entre passado e futuro na experiência humana. Trata-se de noções meta-históricas com alcance universal, que cobrem a compreensão dos medos, desejos, esperanças e vontades cultivadas pelos indivíduos, articulando as dimensões objetiva e subjetiva presentes em suas ações e ideias.

foi apresentada pelo governador da Guanabara como expressão de um “idealismo pragmático” que seria típico das democracias modernas (LACERDA, 1962, p. 21)

Nesse sentido, o encaminhamento de mudanças sociais deveria pautar-se pelo vínculo histórico estabelecido entre a sociedade brasileira e a civilização greco-romana-judaico-cristã. Definindo-se como um democrata cristão, Carlos Lacerda argumentou que, em uma sociedade como a nossa, teria que ser consensual o entendimento de que a liberdade foi um presente ou herança deixada por Jesus Cristo para toda a humanidade, e que somente a partir desse vínculo seriam cultivadas a própria razão ou inteligência (LACERDA, 1962, p. 176).

Carlos Lacerda reconhece a importância do catolicismo, em particular, advogando a realização de uma reforma social orientada por pressupostos cristãos, ao menos, desde meados da década de 1940, quando se afastou dos comunistas e iniciou a sua aproximação junto a importantes intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima (1893-1983). Daí o tom conservador presente em seu pensamento político que, muito embora incorpore propostas de reforma social, assume um viés contrarrevolucionário ditado pela combinação entre defesa da liberdade e da ordem, ou, como ele registrou em diversas passagens de seu livro, “liberdade com responsabilidade” ou, ainda, “liberdade com autoridade”. A proteção da liberdade, porém, não implicaria na instauração de um regime autoritário, mas sim na garantia legal e moral da “ordem necessária” à plena realização do indivíduo, das condições de produção, consumo, expressão e associação (LACERDA, 1962, p. 316).

Em *O Poder das Ideias*, a democracia não é vista apenas como um conjunto de instituições e normas políticas, e sim associada ao liberalismo, ao capitalismo norte-americano e ao modelo católico de reforma social,⁵ de onde se tem como conceitos centrais: liberdade,

⁵ Segundo Andrei Koerner (2020), a doutrina social da Igreja Católica afirmava que: i) a crise política e social era fruto da ruptura do vínculo orgânico estabelecido entre o homem e Deus; ii) o socialismo seria o maior inimigo da comunidade cristã,

progresso, propriedade, razão, indivíduo, poder e ordem, sendo a democracia, a paz e a educação (conceitos adjacentes) os mecanismos capazes de realizar aqueles ideais. Na democracia, segundo o modelo norte-americano, ter-se-ia a melhor combinação entre liberdade, ordem e bem-estar social. Enquanto do projeto social católico se guardaria a valorização do trabalho, da harmonia social (ordem ou responsabilidade) e da função social da riqueza produzida. O liberalismo, por sua vez, compõe a tríade do pensamento político lacerdiano com as noções de liberdade, indivíduo, poder e racionalidade, muito embora estes conceitos sejam disputados pelo catolicismo referenciado pelo autor em tela.

O horizonte de expectativas do autor em destaque nesse trabalho reside, portanto, na inserção do Brasil no modelo civilizatório representado pelos EUA, onde se tem a democracia, o liberalismo e o capitalismo como seus principais ingredientes, mas sem descuidar de sanar certos “desequilíbrios sociais”, a exemplo do desemprego, do *déficit* habitacional, da carência de transporte público e do analfabetismo.

Carlos Lacerda disputa a todo o momento os significados dos conceitos políticos, buscando interferir na formulação e implementação de políticas públicas. Um exemplo claro disso reside na sua proposta de reforma agrária. Por mais que as esquerdas, com destaque para lideranças socialistas e trabalhistas, associassem a reforma agrária à redistribuição da propriedade fundiária

sobretudo em função do desprezo relativo à religião e do fomento à luta de classes; iii) a recuperação da autoridade e da ordem passaria pela reaproximação entre Estado e Igreja, sob a direção do Vaticano; iv) a solução para os conflitos sociais implicaria na restauração dos costumes cristãos, na defesa da propriedade privada e no reconhecimento da naturalidade das desigualdades; v) o modelo de representação corporativa, focado nas categorias profissionais, atenderia às demandas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, garantiria a ordem. Finalmente, o papado afirmou que vi) o capitalismo precisava ser disciplinado, adquirindo feições mais humanistas. Assim, embora se defendesse o direito à propriedade, também era reivindicada a sua função social, tendo em vista o atendimento das necessidades básicas dos mais pobres. Em última instância, tratar-se-ia de uma terceira via entre o liberalismo e o socialismo, tecida sobre a liderança do Vaticano.

marcadamente concentrada em nosso país, o governador da Guanabara afirmava que esse não era um ponto central da discussão (LACERDA, 1962, p. 17, 249). A redistribuição da propriedade fundiária seria irracional, pois não promoveria o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, o barateamento de preços (LACERDA, 1962, p. 259). O longo histórico de exploração da força de trabalho camponesa por iniciativa de chefes rurais, além do recurso frequente à violência nas relações no campo, não foram consideradas pelo governador na discussão sobre reforma agrária. O potencial igualitário presente nessa problemática, que reside justamente na correção das desigualdades de acesso à terra, foi negligenciado por Carlos Lacerda, uma vez que suscitava a alteração no equilíbrio de poder entre as classes sociais, abolindo antigos privilégios, como foi o caso da forma pela qual se ocuparam as terras em nosso país. Mais uma vez se percebe o viés conservador no liberalismo cultivado pelo governador udenista, que por mais que se autodenomine democrata, o faz impondo limites sensíveis às pautas igualitárias.

Conclusão

O presente texto examinou a forma pela qual Carlos Lacerda se apropriou do liberalismo em sua relação com o conservadorismo. Ao aplicar a história conceitual junto à análise morfológica das ideologias na pesquisa do livro *O Poder das Ideias*, percebi que a plataforma política do autor, de fato, se encaixa com aquilo que a historiografia chama de liberalismo conservador (MORRESI, 2010; VICENTE, 2014). A valorização da liberdade delimitada pela preservação da ordem perpassa todo o livro, sendo manifesta em expressões tais como “liberdade com autoridade” e “liberdade com responsabilidade”. O receio de que o aumento da participação política popular nas ruas, em prol da realização das reformas de base, desembocasse numa ruptura com as estruturas sociais contribuiu para que o governador da Guanabara

apresentasse um projeto, ao mesmo tempo, reformista e contrarrevolucionário, pautado por seu “idealismo pragmático”. O medo de que o potencial igualitário presente no próprio processo de democratização se convertesse num ataque frontal à propriedade privada, igualmente, provocou uma reação consciente do referido personagem, que veio a público manifestar suas críticas e propostas de solução dos conflitos.

A rejeição às teorias abstratas e às soluções globais para os problemas sociais serviu de argamassa para o deslocamento do liberalismo clássico em direção ao liberalismo conservador no pensamento político lacerdiano. O pragmatismo, que já foi reconhecido por diversos autores como um traço característico do conservadorismo (MANNHEIM, 1986 [1927]; SCRUTON, 2015 [1980]; OAKESHOTT, 2016; NISBET, 1987 [1986]), se transformou na base de sustentação retórica de Carlos Lacerda com o fim de deslegitimar o socialismo soviético e a sua proposta de emancipação do homem pelo fim da luta de classes. A adesão exclusiva a mudanças sociais que tenham provado não corroer as estruturas, as hierarquias e, em síntese, a ordem, mostrou o quanto o liberalismo foi mesclado ao conservadorismo em *O Poder das Ideias*, frente ao inimigo comum: o projeto revolucionário marxista-leninista.

Referências

Fontes

LACERDA, Carlos. **O Poder das Ideias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. A gênese da ditadura (1961-1964). In: **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição e 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 17-46.

BERLANZA, Lucas. **Lacerda: a Virtude da Polêmica**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1994].

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Edipro, 2017 [1984].

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica [1986]. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8 reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017, p. 183-191.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora da UnB, 1982 [1797].

CAETANO, Gerardo. O liberalismo conservador como matriz ideológica principal das direitas uruguaias (1890-1930). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019, p. 205-224.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 4, p. 385-428, outubro-dezembro de 2018.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1979].

DELGADO, Márcio de Paiva. **O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Volume 1: 1914-1960. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FREEDEN, Michael. **Ideología**: una brevísima introducción. Santander: Universidad Cantabria, 2003 [2013].

FREEDEN, Michael. **Liberalism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2015.

GODECHOT, Jacques. **As revoluções**: 1770-1799. São Paulo: Pioneira, 1976 [1964].

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. *In*: CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983.

KOERNER, Andrei. O Reino Social de Cristo e a Constituição Orgânica da Nação: das encíclicas de Leão XIII ao pensamento católico brasileiro do início dos anos trinta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 33, nº 71, p. 489-510, set./dez. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *In*: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. 3 reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012 [1979], p. 305-327.

KOSELLECK, Reinhart. Introducción al **Diccionario** histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana. Trad. y not. de Luis Fernández Torres. *Anthropos*, n. 223, p. 92-105, 2009 [1972].

MAINNHEIM, Karl. O pensamento conservador. *In*: MARTINS, José de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986 [1927], p. 77-131.

McCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. **Hispanic American Historical Review**, 83: 4, 2003.

MORRESI, Sergio. Un esquema analítico para el estudio de las ideas de derecha en Argentina (1955-1983). *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). **Actas del Taller de Discusión sobre las derechas en el Cono Sur, siglo XX**. Los Polvorines: UNGS, 2010.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987 [1986].

OAKESHOTT, Michael. **Conservadorismo**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015 [1980].

SKINNER, Quentin. Significado e compreensão na história das ideias. In: **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: DIFEL, 2005 [1969], p. 81-126.

TATO, María Inés. El conservadorismo argentino: ¿una categoría evanescente? In: BOHOSLAVSKY, Ernesto & ECHEVERRÍA, Olga (comp.). **Actas del Tercer Taller de Discusión sobre las derechas en el Cono Sur, siglo XX**. Los Polvorines: UNGS, 2013.

VICENTE, Martín Alejandro. **Una opción, en lugar de un eco: los intelectuales liberal-conservadores en la Argentina, 1955-1983**. 2014. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

IMPrensa, TESES MÉDICAS E INDUSTRIALIZADOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Isabelli Meirelles Zacaron Grossi*

Introdução

A contratação de amas de leite, assim como na Europa e na América do Norte, era um hábito costumeiro no Império, representando uma atividade extremamente lucrativa nas cidades, visto que frequentemente senhores de escravos alugavam a terceiros suas cativas em período pós-parto (ALENCASTRO, 1997). Nesse sentido, apesar da proibição do tráfico de escravos, exercida com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, a escravidão ainda possuía um papel primordial nessa sociedade brasileira do Oitocentos. Assim, mesmo às portas da abolição era possível encontrar anúncios de escravizadas nos jornais, tanto de oferta como de procura.

Nesse conjunto que engloba as criadas domésticas, situam-se as amas de leite, as quais poderiam ser contratadas não só por meio de anúncios de jornais, como também através de uma agência de aluguel. Ao analisar periódicos da época, como a *Gazeta de Notícias* por exemplo, que possuía uma boa circulação com uma tiragem de 20.000 exemplares na década de 1880, era possível constatar um alto número de anúncios de amas, comprovando como era realmente um fato habitual. Além das cativas, mulheres livres, libertas e estrangeiras também exerciam tal atividade.

A aquisição de domésticas, contudo, demandava considerações mais sutis que o custo e a disponibilidade (GRAHAM, 1992). Através

* Mestranda no Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), sendo orientada pela professora Karoline Carula. Pesquisa com apoio da CAPES.

da contratação poderia ser observada determinadas demandas dessa sociedade, tal como a preocupação com a saúde da ama que aparecia sob a exigência do exame médico e também em termos como 'sadia', 'robusta'. Dessa forma, a construção da imagem ideal da ama de leite requeria o enaltecimento de seus corpos em termos de atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis (CARNEIRO, 2006). Todavia, apesar de amplamente disseminada, a alimentação infantil por meio de ama de leite foi duramente desqualificada durante o século XIX por parcelas das camadas dominantes que passaram a defender o aleitamento materno.

Além disto, a partir dos anúncios de amas foi constatado como produtos industrializados como o leite condensado e a farinha láctea passaram a ganhar destaque a partir da década de 1870. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a alimentação infantil no recorte de 1870 a 1920, pensando como o padrão de alimentação infantil vai se alterando. Posto isto, utilizarei como fonte as teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina nas décadas de 1870 e 1880 para verificar o discurso médico, bem como os seguintes periódicos: *A Notícia* (1894-1916), *Gazeta de Notícias* (1875-1919), *Jornal do Brasil* (1890-1920), *O Paiz* (1884-1919) e a revista *Fon Fon* (1900-1919).

A principal hipótese do trabalho é que os esforços de desqualificação da utilização da ama de leite estão relacionados com o mercado de industrializados para alimentação infantil, considerando que a condenação desse aleitamento tenha contribuído para gerar outras alternativas a serem utilizadas na alimentação infantil consideradas mais higiênicas diante dessa sociedade que buscava alcançar a civilização. Nessa perspectiva, produtos como o leite condensado e a farinha láctea adquiriram uma maior evidência na imprensa a partir de 1870, direcionando-se à mulher e às crianças, buscando criar a necessidade dessas mercadorias e assim adentrar nas casas.

A outra hipótese é que embora os médicos defendessem a superioridade do leite materno, houve o crescimento do aleitamento

artificial ou um pelo menos um empenho de sua disseminação. Assim sendo, a relevância na propaganda dos jornais de farinhas e misturas sugere um esforço de sua difusão na sociedade (GIL, 2018).

A pauta da civilização

A pauta da civilização era recorrente no Império, possuindo o republicanismo, o abolicionismo e o positivismo o dever de civilizar e educar a população (CARULA, 2012). Nesse contexto, temos também a influência dos médicos e o amplo uso da imprensa como uma forma de orientar e civilizar a sociedade. Nesse sentido situava-se Carlos Costa, que defendia que as mães brasileiras não possuíam informações suficientes para desempenhar adequadamente a maternidade e por isso, era função dos ilustrados em ciência transmitir esse conhecimento, para que assim realizassem corretamente sua função social (CARULA, 2012).

Todavia, havia uma distância entre a civilização pretendida e o escravismo que ainda persistia nessa sociedade. Isso pois, o Rio de Janeiro era marcado por profundos contrastes à medida que incluía as inovações europeias, mas mantinha o regime escravista (MACHADO, 2007). Dessa forma, as amas escravas eram vistas como um grande perigo e ameaça a tão pretendida civilização: “As amas escravas saindo geralmente de um povo supersticioso, estúpido, de costumes corrompidos, não podem deixar de plantar no tenro e puro coração da criança certos prejuízos.” (NEVES, 1873, p. 39). Assim, aproveitando para atacar o regime da escravidão equiparando-o ao atraso, os médicos puericultores utilizaram a eugenia como base de legitimação científica e ideológica.

A defesa do aleitamento materno também estava relacionada às propostas de modernização do país através de mudanças no ambiente familiar baseadas em uma sociedade burguesa liberal (CARULA, 2012). A amamentação materna seria então, uma maneira de tornar o Brasil um país civilizado e guiado pela ciência. Nesse quadro, “eliminar o hábito de fazê-las amamentar os bebês

também significava distanciar-se do regime de escravidão, tornando a imagem do país mais higiênica e condizente com os valores burgueses então em voga”. (CARULA, 2012, p. 212). Portanto, essas tentativas de desqualificação demonstram como as questões raciais permeavam essa sociedade.

Aleitamento artificial direto e industrializados

Além do aleitamento natural, havia também o artificial e o misto, consistindo este último na associação do aleitamento materno ao uso da ama, ou um destes associado ao artificial (SILVA, 1884). Já o artificial se subdividia em direto e indireto, no primeiro caso mamando diretamente no animal, enquanto o indireto seria por intermédio de certos aparelhos, como a mamadeira (SILVA, 1884).

Acreditava-se que o leite mais similar ao da mulher seria o da jumenta, porém em razão da complexidade de consegui-lo, em geral era utilizado o leite de vaca ou de cabra (NEVES, 1873). Ademais, havia autores ainda que, defendiam que a criança mamasse diretamente no animal, sendo a cabra apropriada em virtude de seu comportamento dócil. A escolha pela cabra era justificada devido a docilidade, medida e proporções de suas tetas, adequando-se ao determinado propósito (SILVA, 1884).

Os anúncios de cabras são de fato numerosos conforme foi constatado na pesquisa, demonstrando assim, que a recomendação pela escolha desse animal para amamentar crianças era comprovada: “Vende-se uma boa cabra com um casal de filhos, é nova e está acostumada a amamentar crianças. Para ver e tratar à rua do Porto n. 59 (Cidade Nova.)” (*Gazeta de Notícias*, 19/03/1880, p. 5); “CABRA DE LEITE Compra-se uma, com filho de pouco tempo, para a criação de uma criança, que seja mansa e de boa qualidade; travessa do Mosqueira n. 4, perto da rua de Santa Thereza.” (*Gazeta de Notícias*, 27/03/1881, p. 6)

Similarmente ganhavam destaque nos anúncios de jornais os itens industrializados. A farinha láctea foi um produto

desenvolvido pelo farmacêutico Henri Nestlé para combater os elevados índices de mortalidade infantil do período. Contudo, apesar de ter surgido em 1867, a mercadoria passa a ser importada para o Brasil somente em 1876.

No entanto, havia ainda um certo receito quanto ao aleitamento artificial. Isso pois, os médicos e parteiras julgavam esse tipo de aleitamento como o pior de todos, ponderando que este só deveria ser utilizado em casos em que não há opção da amamentação natural ou quando esta representar um risco a vida do bebê (NEVES, 1873). Dentre as razões para esse medo, estavam: alterações fraudulentas do leite, insalubridade das grandes cidades e distrações na preparação do leite (NEVES, 1873).

Ao analisar os periódicos, é possível encontrar constantemente avisos alertando sobre uma ocorrência de fraude, indicando, além da pirataria dos produtos, a emergência de uma concorrência entre fabricantes diversos, que disputavam o mesmo público consumidor. Todavia, embora os médicos defendessem o leite materno como a melhor opção, eles aparentavam ceder ao fato que a alimentação artificial já era uma alternativa utilizada pelas mães (FREIRE, 2006).

Nas propagandas referentes a Farinha Láctea, observa-se como noções como a praticidade, economia financeira e a robustez permeavam os anúncios. Em um anúncio da *Gazeta de Notícias* por exemplo, enfatizava-se como “todos os meninos alimentados exclusivamente com a farinha lactea de Nestlé distinguem-se pela sua força physica, seu vigor e a viveza de seus olhos, andam contentes e quase nunca choram” (*Gazeta de Notícias*, 26/06/1882, p. 4). Ademais, ressaltava-se a boa digestão e alimentação, podendo verificar com balanças. Isto é, buscava-se afirmar a qualidade da mercadoria, mostrando que as crianças alimentadas com a farinha láctea se diferenciam dos que não utilizam tal produto.

Ao citar a balança compreende-se que a utilização de tal produto implica em um ganho de peso. Essa referência a balança foi constantemente reforçada pela literatura médica e as propagandas difundidas em jornais médicos que associavam robustez à saúde,

como se fosse um parâmetro a ser seguido (PEREIRA, 2006). Além disso, havia a questão dos desejos para o futuro e o que se queria construir como memória. Isso pois, “ao elaborar a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente da ausência de higiene e sucesso, destruindo uma imagem que não se queria cristalizar.” (BRITES, 2000, p. 254-255)

Nessa outra propaganda sublinhava-se a praticidade e a questão financeira. No subtítulo destacava logo o preço: “menos de um vintem”, assinalando em seguida seu caráter econômico quando comparada a outros alimentos, afirmando que “a lata contém farinha para umas 32 refeições”. Já a praticidade era reafirmada através da simples preparação, ressaltando que não precisaria de nada além de água para seu preparo.

Uma refeição abundante e sadia

MENOS DE UM VINTEM...

Tem na empregada tres goroteas e empregar ainda para os seus filhos a Farinha Lactea Nestlé, que resolveu do modo mais simples, mais pratico e sobretudo mais eficaz o grave problema da alimentação das crianças na epocha do desmamar e durante os seus primeiros annos.

O modo de empregar a Farinha Lactea Nestlé, é o mais simples possível e, ao contrario do que se dá com os demais alimentos, não precisa senão de agua para o seu preparo.

Não se tem pois de acrescentar Leite, nem assucar, nem ovos. Nada mais que agua! Resulta esta simplificação em beneficio do custo da Farinha Lactea Nestlé, sendo mais economica do que qualquer outro alimento, e em seguida damos a prova disto.

Custa uma lata ao preço médio que vigora para a maior parte dos países da America \$0,50 e contém 370 grammas líquidas de farinha. Para uma criança de tres ou quatro meses, a quantidade que se tem de empregar para cada refeição é de duas colherinhas, isto é, umas 12 grammas, de maneira que a lata contém farinha para umas 32 refeições donde resulta que o custo é de $\frac{0,50}{32} = 0,015!$

Centimo e meio! Pode realmente dizer-se que se torna caro dar a uma criança a saúde, a força, a vida, gastando-se unicamente centimo e meio?

1 1/2 centimo = 11 reis!!!

Fon Fon, 11/12/1915, p. 63. Hemeroteca Digital.

Na propaganda seguinte novamente destaca-se a questão do preço. O destaque da imagem trata-se da moeda de 10 réis que aparece entre as duas crianças, indicando o preço médio de cada refeição. O anúncio busca demonstrar que apesar da reputação que

goza tal mercadoria, não se trata de um item caro e inacessível, mas sim ao alcance de todos.



Farinha Lactea
NESTLÉ

FARINHA LACTEA NESTLÉ.

10 réis é o preço medio de cada refeição.

Tal é a resposta que pode dar-se ás pessoas que ainda não se tenham convencido da economia que se faz servindo-se da

FARINHA LACTEA NESTLÉ

sem duvida por não ter-se vendido isto. As ditas pessoas sabem unicamente, por ouvir assim dizer a 1000 e mil vezes, que este é o alimento para creanças reconhecido como o melhor no mundo inteiro, e sabem tambem que a **Farinha Lactea** Nestlé se consume em varias Casas Reaes e que a recommenda toda a Faculdade Medica e d'isto deduzem que sendo a melhor deve ser a mais cara.

Não é assim, a **Farinha Lactea** Nestlé não é cara, e mediante o seu emprego está ao alcance de todos

crear meninos sadios e bem desenvolvidos.

Fon Fon, 22/01/1916, p. 64. Hemeroteca Digital.

Um outro fato que merece destaque na propaganda anterior é o reconhecimento internacional do produto, recomendado também pela Faculdade Médica. Por fim, encerra-se o anúncio relacionando o consumo da Farinha à criação de meninos sadios e desenvolvidos, o que seria reforçado na ilustração ao trazer a imagem de bebês robustos. Assim sendo, “a propaganda contribuiu de forma significativa para elaborar imagens de infância e família. No produto, por meio da publicidade, depositaram-se valores que expressaram desejos” (BRITES, 2000, p. 274). Nesse sentido, a propaganda contribuiu não só para elaborar imagens da infância e família, como também para demonstrar as expectativas quanto ao futuro da nação.

Dessa forma, conforme foi supracitado, a medicina era utilizada para dar respaldo a esses produtos, garantindo uma certa

autoridade. A seguir temos uma publicação na qual um médico, o Dr. Abel Parente, recomenda o leite condensado e a farinha láctea Nestlé, destacando seus incríveis resultados.

Declaro com o maior prazer que, salvo contraindicações formaes, muito raras, que ao especialista consumado cabe em cada caso determinar, o leite condensado Nestlé e a farinha lactea Nestlé, são dois preciosos alimentos e optimos medicamentos na hygiene e therapeutica infantil, aplicados com discernimento. Sem o emprego simultâneo de medicamentos inoportunos ou alimentos nocivos é de maravilhosos resultados. (*A Noticia*, 05 e 06/11/1904, p. 1)

A autoridade conferida à ciência foi aproveitada pela publicidade, buscando assim conceder legitimidade a essas propagandas. Posto isto, o discurso puericultor estava em concordância com a noção do dever da educação higiênica como uma resposta para resolver os problemas do país, deslocando a educação moral das crianças do domínio da religião para o domínio da ciência (FREIRE, 2006). Portanto, possuíam o objetivo de modificar costumes obsoletos por modernas técnicas científicas.

O leite condensado

O leite condensado era outro produto alimentício infantil. Na propaganda abaixo temos a imagem de um bebê robusto, evocando o que já foi citado anteriormente acerca da robustez como parâmetro de saúde. Logo no título aparece centralizado 'Alimento para crianças', demonstrando o público de seu consumo. Todavia, destacava-se como uma opção a ser escolhida caso a amamentação não fosse possível. Ou seja, era aconselhado e atribuído a alimentação infantil, mas não seria a primeira alternativa. Assim sendo, primeiro seria a amamentação natural, reforçando sua superioridade.



É facil de preparar-se conserva-se doce até ser usado, e tem alimentado milhares de crianças durante os ultimos sessenta annos. Aceitem sómente Gail Borden Condensed Milk.

Escrevam para o nosso escriptorio em New-York pedindo a tabella de alimentação a qual dá detalhadas instruções para o preparo do Eagle Brand para a alimentação infantil.

BORDEN'S CONDENSED MILK CO.
Est. 1857 - - New York, U.S.A.

Eagle Brand mereceu o Grande Premio (a mais Alta Recompensa) na Exposição Internacional Panamá Pacifico de São Francisco em 1915.

ALIMENTOS PARA CRIANÇAS

É muito importante que seja puro e nutritivo. Se não puder amamentar o seu filho deveu fazer uso do

LEITE CONDENSADO MARCA "AGUIA" de Gail Borden

Fon Fon, 07/04/1917, p. 15. Hemeroteca Digital.

Assim como no anúncio anterior da Gail Borden mencionava que “se não puder amamentar o seu filho devem fazer do leite condensado”, nessa propaganda o Leite Condensado Moça também reforçava essa perspectiva ao se direcionar às mães para tranquilizá-las quanto a falta de leite. Dessa maneira, não haveria motivo para aflição, visto que haveria um substituto digno de confiança, o Leite Moça. Não só um bom substituto, mas colocava-se como o único.



SENHORA:
Não se afflija com a sua falta de leite. Ha um bom substituto, unico substituto, no qual deve ter toda a confiança.

O LEITE MOÇA

Leite Condensado MOÇA

Fon Fon, 08/09/1917, p. 55. Hemeroteca Digital

No entanto, seu uso não se restringia à alimentação infantil. Nesse sentido, é importante ressaltar suas várias funções, englobando também fins culinários, conforme pode ser observado nos anúncios a seguir: "Leite Condensado 'MOÇA' que V. poderá empregar para o seu filhinho, para as necessidades da cozinha, para o chocolate á hora do almoço, para o chá da tarde, etc" (*Fon Fon*, 04/03/1916, p. 63); "LEITE CONDENSADO MARCA 'AGUIA' de Gail Borden tem sido usado durante sessenta annos em milhares de lares como alimento para crianças, e, bem com o para fins culinarios" (*Fon Fon*, 28/04/1917, p. 15).

Essa utilização do leite condensado para a finalidade culinária era tal que em 1915 aparecia na *Fon Fon* uma página de receitas de pratos de doces que utilizam o leite condensado Moça na preparação (20/11/1915, p. 63). Dentre as sugestões, ensinava-se fazer: creme de caramello, gelado de creme, pudim de ananaz, pudim de marmelada, entre outros. O interessante disso tudo é observar como persiste até os dias atuais o uso do leite condensado na preparação de doces, um indício de como essas indústrias obtiveram sucesso nas propagandas de seus produtos.

Havia também a questão da esterilização, demonstrando o poder da modernização e dos avanços da ciência que marca o final do século XIX para o XX. Nesse anúncio do Leite Condensado "Moça" por exemplo, salientava-se as vantagens da esterilização, conservando-o por tempo indefinido:

O Problema do leite durante as viagens está felizmente resolvido pelo LEITE CONDENSADO 'MOÇA' que é simplesmente o leite condensado esterilizado procedente de vaccas das melhores raças, que empacotado em latas hermeticamente fechadas permite que se conserve indefinidamente e se transporte com facilidade. Terá o seu filho não somente um leite rico com toda a sua nata, mas tambem um leite sem germens de molestias, porque está esterilizado. (*Fon Fon*, 04/03/1916, p. 63)

Considerações finais

Apesar da desqualificação da utilização de amas de leite por parcelas das camadas dominantes que passaram a defender a superioridade da amamentação materna, ainda era possível notar um número alto de anúncios de amas. Portanto, mesmo com esse esforço de desqualificar essa forma de aleitamento no último quartel do século XIX, esse costume permanecia enraizado nessa sociedade do Oitocentos. Dessa maneira, a superioridade da amamentação materna mantinha-se mais como um discurso do que uma prática efetiva e as amas continuavam sendo contratadas. Inclusive, esses anúncios eram consideráveis até 1930 (GIL, 2018).

Do mesmo modo o aleitamento artificial demonstrava a distância entre o que os doutores pretendiam e a realidade alcançada. Embora os médicos defendessem o leite materno como a melhor opção, eles aparentavam ceder ao fato que a alimentação artificial já era uma alternativa utilizada pelas mães (FREIRE, 2006).

No entanto, mesmo que as amas ainda continuassem a ser utilizadas, era possível observar como a industrialização ia mudando o padrão da alimentação infantil. Ao mencionar o reconhecimento internacional e a recomendação de médicos buscavam conceder legitimidade a esses itens. Legitimidade esta que a ciência bem soube aproveitar através de anúncios testemunhais, trazendo também a composição química das fórmulas e o nome dos médicos ou pesquisadores nas propagandas para conferir autoridade (FREIRE, 2006).

Ademais, a praticidade ressaltada nos anúncios de farinha láctea representava esses novos valores trazidos pela modernidade, dado a progressiva relevância que o tempo e a velocidade passam a ter (BRITES, 2000). Essa sociedade passa por intensas mudanças no final do século XIX para o início do XX em decorrência da Revolução Científico-Tecnológica, mudando assim, noções de tempo e espaço das pessoas, hábitos, convicções.

Por fim, esses novos produtos direcionados ao público infantil tiveram uma relevância na propaganda dos jornais. Um esforço que não implica necessariamente que eles passaram a ser utilizados em grande escala, mas indica que havia uma forte tentativa por parte da publicidade que a sociedade aderisse essas mercadorias, criando a necessidade desses itens seja através do respaldo da ciência, da praticidade, do preço acessível ou da robustez.

Referências

Fontes

A Notícia–1894-1916

Fon-Fon– 1900-1919

Gazeta de Notícias – 1875 -1919

Jornal do Brasil – 1890-1920

O Paiz – 1884-1919

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, F. e ALENCASTRO, L. F. (orgs.). **História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2, p. 11-93.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, v. 20, p. 249-278, 2000.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Brasília: Instituto de Ciências Humanas, UnB, 2006.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãe de Família*. **História, Ciências, Saúde – Mangueiras**, v. 19, p. 197 - 214, 2012.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas** (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. 333 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

GIL, Caroline Amorim. **Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República**. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. São Leopoldo: **Anpuh XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.

NEVES, Juvenal Martiniano das. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercinário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro**. 1873. 34 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1873.

PEREIRA, Júnia Sales. **História da pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX**. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

SILVA, Targino Ottoni de Carvalho e. **Da alimentação nas primeiras idades, estudo crítico sobre os diferentes métodos**. 1884. 30 F. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1884.

“RIR É O MELHOR REMÉDIO”: A POLÍTICA BAIANA NO HUMOR DA REVISTA DO BRASIL (1906-1912)

Willan de Souza Januário*

O texto ora apresentado é fruto da comunicação desenvolvida para o Seminário Discente do PPGH-UFF 2023. O objetivo da exposição é analisar as representações humorísticas da política baiana da Primeira República (1889-1930) através de uma publicação denominada de *Revista do Brasil*. Esse periódico começou a circular em 1906, em Salvador, de propriedade de José Alves Requião (político e dono de alguns diários de imprensa da capital) e era claramente inspirado em magazines como *O Malho*, *Fon-Fon* e *Careta*, findando suas tiragens em 1912. Desse modo, o trabalho que será visto nas próximas páginas faz um paralelo entre o objeto de pesquisa em questão e a produção historiográfica já publicada sobre o humor e política no período republicano.

Inicialmente, o periódico simpatizava com o grupo liderado por José Marcelino e Araújo Pinho (respectivamente, governadores do estado na primeira década do século XX). Entretanto, já na chamada Campanha Civilista de 1910 (evento que abalou as estruturas partidárias locais), vinculou-se às hostes políticas de J.J Seabra (habilidoso político que ascendeu ao executivo estadual em 1912). Por esse ângulo, é necessário destacar que alguns indícios levam a crer que os reflexos de outro evento, que a historiografia estadual denomina de Cisão do Partido Republicano da Bahia de 1907, teve influência na mudança de postura do proprietário da revista, uma vez que o bacharel estava ligado ao partido situacionista até esse

* Doutorando do Programa de pós-graduação em História da UFF (PPGH-UFF) e vinculado ao setor temático de História Contemporânea II (linha temática: Poder e Sociedade). Orientadora: Angela Maria de Castro Gomes.

ano.¹ E, claro, o racha do PRB esteve sobre os olhos atentos dos caricaturistas da revista, cujas assinaturas nos desenhos eram atribuídas a Raimundo de Oliveira o Onerom. Nesse sentido, essas charges tinham a capacidade de suavizar, em determinados momentos, os ataques pessoais dirigidos às autoridades ao contrário dos textos enfadonhos e das críticas ácidas da maioria dos jornais da época. Essas caricaturas são exemplos de como a comicidade poderia estar a serviço da política e, assim como a gazetas, servem de exemplo para perceber como os proprietários de órgãos da imprensa construam a imagem de seus correligionários.

Porém, não só de peijas políticas vivia a *Revista do Brasil* uma vez que seus proprietários e caricaturistas estavam atentos às lutas travadas na Bahia da *Belle Époque*, como as constantes greves, turbas e movimentos sociais daquele tempo. Nesse sentido, as inúmeras charges, textos e sátiras produzidas por essa fonte é uma forma de entender como a imprensa baiana do período representava os populares através do humor e, ainda, permite o diálogo com os estudos de personagens humorísticos dos principais veículos que circulavam no Brasil como o denominado *Zé Povo*. Esse último, em solo baiano, ganhou características completamente distintas das feições publicadas nas revistas de outros estados e se travestiu em uma espécie de adulator das autoridades que Requião apoiava.

Dessa forma, a pesquisa em desenvolvimento pensa o humor através da cultura política² da Bahia do período indicado (BERNSTEIN, 1998). Nesse ponto de vista, o diálogo com fontes

¹ O Partido Republicano baiano ficou dividido em três grupos rivais (marcelinistas, seabrista e severinistas) a partir das prévias das eleições de 1908 que confirmariam a vitória do candidato de José Marcelino, o governador eleito Araújo Pinho. Tal disputa causou uma cisão que enfraqueceu o partido na Bahia e que mudaria os rumos da política local. A *Revista do Brasil* atribuiu as dissidências ao temperamento supostamente difícil do ex-governador Severino Vieira.

² Para Serge Bernstein, por exemplo, o conceito “cultura política” pode ser visto através da análise da sociedade em que se inserem os indivíduos políticos e um conjunto de crenças, valores, hábitos e normas de uma dada comunidade social. Essa ideia está vinculada as teses da chamada Nova História Política.

como as caricaturas que representavam as tramas internas do poder é importante na medida em que as imagens cômicas trazidas por publicações como a *Revista do Brasil* destoavam da linguagem rebuscada da imprensa baiana daqueles anos. E, nesse aspecto, o estudo feito até o momento indica que o humor extrapolava o círculo dos letrados. No caso das charges da *Revista*, mesmo que direcionadas para um restrito grupo de compradores em Salvador e no interior do estado, a população analfabeta poderia ter acesso aos desenhos repletos de linguagem não verbal e com chistes sobre políticos da época.

No que se refere produção histórica em relação ao cômico, Elias Thomé Saliba indica que uma das características mais fortes desse humorismo era o sentimento de “desilusão republicana”, que foi um movimento liderado por intelectuais que se engajaram no jornalismo desde o final do Império. Nesse sentido, o autor conclui que a representação humorística brasileira expressava um forte conteúdo emocional que não admitia trâmites e abstrações sociais, desconhecendo qualquer forma de convívio que não fosse ditado por essa ética (SALIBA, 2002, p. 57). Nesse âmbito, o *Zé Povo*, personagem que tem origem em Portugal de Bordalo Pinheiro,³ fazia parte da discussão que envolvia a busca de uma identidade nacional e os seus usos revelam as dinâmicas intelectuais dos caricaturistas.

Em outra perspectiva, Marco Silva defende que o *Zé* transitava nos principais periódicos brasileiros para denunciar uma situação social de desrespeito a seus direitos, bem como outros problemas do cotidiano. Nesse aspecto, para Silva, é importante identificar a produção humorística da Primeira República a partir das variadas

³ A caricatura remonta a uma criação de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), em Portugal, no século XIX. A figura se tornou o símbolo do povo português, por representar as mazelas sofridas pela população e os desmandos da classe política. No Brasil, inspirou artistas como Alfredo Storni, Raul Pederneiras, e Kalixto nas famosas magazines que circularam no país. Em nosso contexto, a busca da nacionalidade e da identidade de um país de grandes contrastes se tornou uma das principais metas dos artistas da primeira metade do século XX e os humoristas também se inseriram no debate acerca da gênese do Brasil.

representações físicas do *Zé Povo*, uma vez que seus traços variavam desde o plano verbal (“coitado”, “pobre”, “eterno pagante”) ou no visual magro, desmazelo físico, roupas (SILVA, 1990, p. 9 à 15). Não obstante, partindo de teses opostas, o historiador Pedro Krause Ribeiro prefere denominar o *Zé* de “boneco”, pois a charge seria uma construção específica de cada caricaturista das revistas ilustradas existentes no final do século XIX e início do XX. Assim, a representação estaria vinculada aos interesses políticos de artistas, o que levaria a se deduzir que não existia um, mas sim específicos *Zés*. Nesse sentido, evitando a personificação dessa caricatura, seria melhor entendê-lo como uma ponte entre os caricaturistas e suas criações que carregava mensagens políticas, por exemplo (RIBEIRO, 2011, p. 90).

Como é possível perceber, os três historiadores acima citados desenvolveram importantes contribuições ao debate em torno da imprensa ilustrada do período. Entretanto, os objetos de pesquisa desses autores são outros, pois eles têm como intento analisar as representações humorísticas a partir do *Zé Povo* das revistas que eram desenvolvidas em outros estados. Nesse aspecto, mesmo que em diálogo com esses periódicos, os usos do *Zé Povinho* e das demais caricaturas criadas na *Revista do Brasil* atendiam ao contexto político e social da Bahia daquele período. Nessa perspectiva, não procuramos analisar o que era produzido em magazines como *O Malho*, *Fon-Fon* e *Careta* como produções “nacionais” e o que era feito pela imprensa da Bahia como “regional”, uma vez que concebemos que tais conceitos estão ligados a construções sociais de poder e especialização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 25-26). É necessário enfatizar as diferenças e semelhanças entre essas fontes e fazer um diálogo entre a consagrada produção historiográfica sobre a linguagem cômica e uma documentação que precisa ser mais bem detalhada.

Por outro lado, é necessário assinalar que o período republicano foi caracterizado por protestos que marcaram a história baiana. Um dos exemplos disso foi o movimento paredista da Companhia

Viação Geral da Bahia que paralisou o tráfego ferroviário de quase todo o sertão baiano, de Salvador e de alguns trechos do Recôncavo (SOUZA, 2008, p. 1-2). Tais tensões sociais também são confirmadas por historiadores como Antônio Luigi Negro e Jonas Brito, quando apontam que as autoridades baianas se sentiam incomodadas com as ruas estreitas, os antigos casarões e demais construções que julgavam ultrapassados para aqueles novos tempos na capital do estado. Pois, ao assumir o poder em 1912, J. J. Seabra liderou um processo de reurbanização inspirado nas reformas de outros lugares. Esse verdadeiro “bota-baixo” não se limitou as construções e avenidas, pois apesar do silêncio de determinadas fontes havia clara limitação ao acesso de trabalhadores negros de rua, homens ou mulheres (NEGRO e BRITO, 2013, p. 882-883). Nesse sentido, essas informações permitem fazermos uma comparação com o discurso defendido pelo periódico de Requião, pois em algumas de suas edições defendia a necessidade de “modernizar” a arquitetura da cidade e via com bons olhos as mudanças propostas.

Nesse ponto de vista, o historiador que se debruça sobre os estudos da Primeira República na Bahia sabe que esse período foi marcado por intensas disputas que redirecionaram a política local. Segundo a historiadora Cláudia Viscardi, a unidade federativa estava entre aqueles que mais tinham poder de definição na escolha das candidaturas presidenciais e que podia ser definido como um “estado médio”. Segundo a autora, outro fator que definia o peso do ente federativo era o número de deputados e os baianos tinham 22 cadeiras no Parlamento, algo equivalente à bancada de São Paulo, por exemplo. (VISCARDI, 2001, p. 53-64) Entretanto, ao que pode ser notado entre alguns pesquisadores, era que apesar desse peso político, havia uma insatisfação por parte de algumas lideranças estaduais em relação ao papel do estado nos novos arranjos trazidos com a República. Tais percepções são sintetizadas por Rinaldo César Leite que enfatiza a existência, entre autoridades e intelectuais da região, de discursos que traziam sentimentos de

“desilusão”, “decadência” e “declínio” da então *Rainha Destronada*. (LEITE, 2012, p. 23)

Nesse seguimento, visando analisar a percepção da perda de prestígio da Bahia no cenário republicano, Antonio Luigi Negro e Jonas Brito destacam o fato do estado ter tido lideranças políticas de peso no cenário nacional – a exemplo de Rui Barbosa e J. J. Seabra – além da numerosa bancada no Parlamento e do papel da economia baiana naquela época. Conforme os autores, se a Bahia não teve, na Primeira República, peso maior do que sua importância parlamentar, o fenômeno se deveu aos obstáculos decorrentes das disputas políticas internas, que impediram essas elites de atuarem com maior força nos embates nacionais e, também, de enfrentarem os desafios econômicos, tanto da lavoura açucareira quanto da indústria têxtil (NEGRO e LEITE, 2013, p. 863-887).

As informações apresentadas acima levam a crer que esse período pode ser entendido por diversos aspectos, um deles está relacionado às características dos partidos políticos existentes na Bahia. Nessa perspectiva, determinada historiografia tende a apontar o personalismo dos seus chefes como fator decisivo para a compreensão da época. Exemplo citado por Consuelo Novais Sampaio é o Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado em 1901 e que, a sabor das lutas partidárias, tinham seus membros identificados não por serem “republicanos”, mas pelo apoio que davam a seus líderes, ou seja, “severinistas” ou “marcelinistas”. Do mesmo modo que, após a criação do Partido Republicano Democrático (PRD), o personalismo de J.J. Seabra transformaria seus filiados e adeptos em *seabrista* (SAMPAIO, 1999, p. 47). Nesse sentido, a morte das autoridades ou derrota em eleições, não significava a retirada definitiva de um grupo do poder, mas a reelaboração de novas disposições dentro das redes partidárias, como aponta Sampaio com sua tese “de política de acomodação”.

Várias são as formas de tecer visões sobre a Bahia nesse período. Podemos entendê-la mediante aos confrontos e acordos oligárquicos dos anos em análise, como bem pontua uma historiografia mais

antiga. (CARONE, 1972). Entretanto, o melhor panorama seria apresentar essa visão problematizando o que ficou conhecido como “política do café com leite”, uma vez que esse acordo não era tão estável quanto aparentava ser e apresentava complexidades dentro da conjuntura nacional (VISCARDI, 2001, p. 53) De todo modo, é indispensável ter um olhar ultrapasse as disputas partidárias e entenda que o regime republicano não pode ser chamado de “república popular”, uma vez que camadas populares foram destituídas de diversos direitos, inclusive se analisarmos o caso baiano. (SANTOS, 1990)

Nessa lógica, as representações humorísticas das revistas ilustradas do período, como *Revista do Brasil*, servem para apreendermos como intelectuais e artistas do período entendiam as mudanças trazidas pelo regime republicano. Na República, essa *intelligentsia* se viu diante de novos dilemas e seus questionamentos se voltaram para as dificuldades de se construir uma nação em meio a uma população que ainda não era definida (SALIBA, 2002). Nesse aspecto, o *Zé Povão* exemplifica esse debate em torno da busca de representações da sociedade brasileira. Em algumas charges, por exemplo, é possível perceber que a imprensa carioca utilizava a caricatura como “mulato” ou negro o que denotava um mecanismo de identificação ou diferenciação entre a personagem e os leitores. Entretanto, em determinadas ocasiões, ele também era apresentado como sendo branco e magro o que poderia acentuar sua pobreza e má situação, pois o tipo negro dispensaria outros recursos retóricos para reforçar aquela miséria (SILVA, 1990). De outro modo, Vera Borges defende que a força iconográfica da charge não estava apenas restrita a pequenos círculos, mas sua linguagem peculiar ultrapassava outros públicos que iam além dos leitores (BORGES, 2011, p. 278). Nesse sentido, o desenho caricato tinha papel determinante: uma representação de um indivíduo fora dos padrões civilizatórios, denunciando o cotidiano da vida carioca ou no exercício do seu papel de eleitor.

Como é possível perceber acima, os trabalhos acadêmicos sobre a linguagem caricata em tempos republicanos é predominantemente do sudeste. Pontualmente, o humor em terras baianas aparece em alguns estudos. Silvia Noronha Sarmiento, por exemplo, reforça a importância de se estudar o cômico quando pontua que algumas piadas direcionadas aos chefes partidários da Bahia nesses anos, presentes nas caricaturas e chistes, tinham o poder de dessacralizar essas autoridades trazendo a imagem delas para o cotidiano da população⁴ (SARMENTO, 2011, p. 74-75). Nessa perspectiva, é imprescindível pontuar que aprofundar a investigação em torno da *Revista do Brasil* permite contribuir com a cultura política do estado. Ainda mais quando as representações humorísticas tornam-se o centro das análises.

À vista disso, é necessário perceber que as caricaturas, especialmente o *Zé Povinho*, precisam ser vistas como discursos de seus criadores, pois de certa maneira expressavam os posicionamentos políticos dos caricaturistas e dos proprietários desses veículos. Nesse aspecto, indicavam visões que os periódicos tinham sobre várias categorias daquela época e, dessa forma, retratavam humoristicamente esses indivíduos, que podiam ser populares ou não. As fontes encontradas em arquivos públicos permitem aprofundar os questionamentos. Observe as imagens 1 e 2:

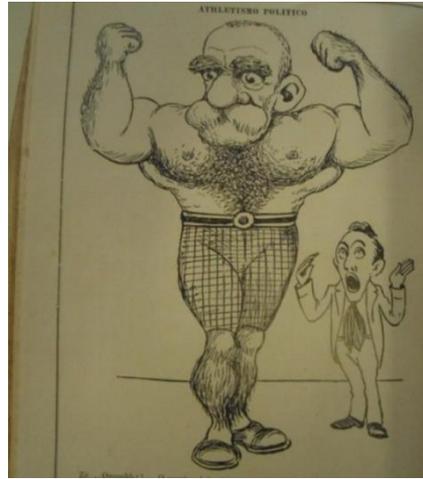
⁴ Os apelidos que alguns líderes recebiam a exemplos de Araújo Pinho (“lesma de suíças”), Serevino Vieira (“sapo-cururu”), Virgílio de Lemos (“porco”), Rui Barbosa (“peru”), dentre outros.

Imagem 1 - “Filosofia do Zé Baiano”



Autor: não identificado - Fonte: *Revista do Brasil*, Salvador, 20 ago. 1909. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Revistas.
O Zé Baiano, ao reclamar das governanças de Pinho e José Marcelino, exclama: “Ah! Que eu, apesar dos pesares, não perco as esperanças”.

Imagem 2 - “Atletismo político”
Autor: desconhecido –



Fonte: *Revista do Brasil*, 10 jun. 1909. BPEB. Setor: Periódicos Raros. Acervo: Revistas.- “Zé: Oooooohh!... O sequispedal atleta que, pelas mãos de Rui Barbosa, acaba de vencer uma partida difficilima na raia mais elevada do parlamento nacional!... Este homem só difere de Hércules, por não ser filho de Jupiter com Alemenés”.

A caricatura 1 é uma das representações atribuídas pelos chargistas ao “povo” da Bahia. Aliás, esse Zé não era o personagem típico da *Revista do Brasil*, uma vez que os traços europeus atribuídos ao desenho foram os mais encontrados. Entretanto, em algumas ocasiões, o tradicional personagem branco saía de cena e dava lugar a outros sujeitos, como o *Zé Bahiano*. Quando isso acontecia, o desenho tinha suas características jocosas e maltrapilhas ainda mais acentuadas. Nesse aspecto, quando negros, mulheres grevistas e outros indivíduos eram representados, é possível perceber que o objetivo era desqualificar determinadas categorias sociais,

principalmente, quando elas se envolviam em revoltas que assustaram as autoridades baianas e os veículos da imprensa. Assim, é perceptível que o *Zé povinho* da imagem 2 apresenta diferenças.

Nessa caricatura, o *Zé*, branco e espantado, admira a “musculatura política” de José Marcelino, comparado ao semideus Hércules, em claro tom de deboche às pretensões políticas de um adversário de Requião. Tanto na imagem 1 quanto na 2 o *Zé povinho*, aparentemente, é um “fantoche” usado para achincalhar os opositores ou mesmo enaltecer os possíveis financiadores da *Revista* (caso de Seabra, sempre positivamente representado). Nesse aspecto, surgem questionamentos que precisam ser elucidados no transcorrer do trabalho: quais os objetivos dos caricaturistas e proprietários da revista ao distinguir o *Zé Povinho* do *Zé Baiano*? E, quais as diferenças reais entre essas duas personagens? Por que os desenhos de “mulatos” não falavam da difícil situação de carestia de preços, a repressão policial e a exclusão social como acontecia com os personagens negros das revistas ilustradas nacionais?⁵ Tais perguntas só podem ser respondidas se compararmos a revista em análise com diferentes fontes históricas como os jornais e correspondências entre políticos, por exemplo.

Por fim, essas são reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento que pretendemos elucidar ao longo do processo. E, uma vez que falamos de humor, é importante refletirmos sobre o chiste. Podemos nos questionar sobre o que estava por trás das pilhérias produzidas na *Revista do Brasil* uma vez que foram encontradas piadas que ofendiam mulheres feministas, negros e demais classes subalternas. Por que naquele tempo e, ainda, hoje é considerado engraçado ofender pessoas para dar risada? O que justifica dar

⁵ Como aponta Marco A. da Silva, em referência às revistas ilustradas nacionais, elementos como os cabelos eriçados da personagem estavam relacionados ao desmazelo típico da questão racial, que se apresentavam como mecanismos de identificação e diferenciação possíveis entre o boneco e o leitor. Nesse sentido, ao que parece, o objetivo dessa charge era o mesmo de outros desenhos encontrados, uma vez que seriam formas de enfatizar a enorme miscigenação existente no Estado que, inclusive, desagradava as elites que almejavam o ideal civilizatório europeu.

gargalhadas em uma linguagem cômica depreciativa? São questionamentos que a investigação em torno do periódico em análise se propõe.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste** e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BELLO, José Maria. **História da República** (1889-1945): síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CARONE, Edgard. **A República Velha II: evolução política** (1889-1930). 3. ed. ver. Rio de Janeiro: Difel, 1971.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A Rainha Destronada**: Discursos das Elites sobre as Grandezas e os Infortúnios da Bahia nas Primeiras Décadas Republicanas. Feira de Santana, UEFS Editora. 2012.

NEGRO, Antonio Luigi e BRITO, Jonas. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias?**: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia hist.* [online]. 2013, vol.29, n.51, p. 882-883. ISSN 0104-8775

RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro. FGV, 1996.

RIBEIRO, Pedro. Krause. **Usos do povo no discurso político da charge**: Zé povo e Zé povinho na imprensa luso-brasileira (1877-1912). 2011. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social (UFRJ). Rio de Janeiro, 2011.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1999.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **O Movimento republicano na Bahia.** Salvador. Centro Baiano da Universidade Federal da Bahia, 1990.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia.** J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador: Edufba, 2011.

SOUZA, Robério. **Quer nos colocar â forma de escravos humilhados:** relações de trabalho e mobilizações grevistas na Bahia, 1909. Campinas, N^o 14-15, 2008.

SILVA, M. A. **A caricata República:** Zé Povo e O Brasil. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias:** uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

A “IMPORTAÇÃO” DA AMÉRICA LATINA NAS COLEÇÕES LA CROIX DU SUD E L’AUTRE AMÉRIQUE: NOTAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES ASSIMÉTRICAS DO MERCADO EDITORIAL FRANCÊS

Lucas Cheibub*

Introdução

Quais textos podem representar a América Latina? Como esses textos atravessam o Atlântico? Tais questões trazem consigo reflexões sobre como os textos circulam, como eles forjam identidades, além de como estas são recebidas pelos leitores de continentes distintos. Estimulado por elas, o presente artigo tem por objetivo analisar os textos escritos por autores latino-americanos que foram importados pela língua francesa. Dividido em duas partes, debate-se primeiro as estruturas desiguais na circulação dos textos. Para tanto, pensa-se nas condições sociais da circulação de ideias transmitidas pelos livros. Assim, conta com as discussões da sociologia dos textos, especialmente aquelas desenvolvidas por Gisèle Sapiro (2008) e Johan Heilbron (1999), com o intuito de analisar o quadro geral dos intercâmbios do mundo dos livros.

Após esse breve balanço, no qual destaca-se a importação (*intradução*) da literatura latino-americana na França, quase que

* Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), sob a orientação da professora Dr^a. Giselle Martins Venancio. É bolsista CNPq pelo projeto “Cidades Inteligentes e sustentáveis: abordagens históricas e possibilidades de pesquisa em História” e com estágio de pesquisa no *Institut des Hautes Études sur l’Amérique Latine* (IHEAL) do *Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques* (CREDA) da Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, sob a supervisão de Franck Poupeau através do programa CAPES/COFECUB (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil).

exclusivamente provinda do espanhol, a segunda seção analisa as desigualdades nas seleções e representações da América Latina. Dessa maneira, observa como os selecionadores das coleções *La Croix du Sud*, organizada por Roger Calois, e a *L'autre Amérique*, dirigida por Joëlle Chassin e Denis Rolland, representaram este espaço político-social.

Para além de sinalizar a predominância da América do Sul e da língua espanhola em ambas as coleções, o artigo defende que uma abordagem bourdieusiana pode revelar como as ideias construídas sobre a América Latina abrem espaço para análises das disputas em torno deste espaço político.

O mundo dos livros desigual e longe da espontaneidade: quadro geral do fluxo de traduções no pós Segunda Guerra

O ponto de partida para esta reflexão é recusar a espontaneidade da internacionalização da vida intelectual (BOURDIEU, 2002). Isso porque as ideias precisam de um corpo material para sua transmissão, seja por objetos ou por indivíduos que compõem grupos sociais organizados em determinados contextos (CHARTIER, 2015). Compreendendo assim que as ideias não circulam de maneira arbitrária no tempo e no espaço, os livros são um bom instrumento para a análise do fluxo de ideias.

Dessa maneira, entendendo as traduções dos textos como espécie de transferências interculturais, os dados estatísticos são fundamentais para a investigação estrutural dos intercâmbios de ideias. Conforme formulado por Johan Heilbron (1999) o fluxo de traduções pode ser uma ferramenta para se medir a centralidade de um sistema literário. Voltando-se assim para os grupos linguísticos, ao invés das metodologias tradicionalmente voltadas para os Estados-nacionais, o autor considera este sistema estrutural e hierárquico denominado Sistema Cultural Mundial a partir de três grandes grupos: as línguas centrais, semiperiféricas e periféricas. Ao levantar os dados do *Index Translationum de L'Unesco*, ou seja,

produzidos após a Segunda Guerra, a língua inglesa se destaca como *hyper-central*, com cerca de 50% dos textos no mundo; o alemão e o francês, ainda que mais próximos das línguas semi-periféricas, também são compreendidos como centrais, variam entre 10 a 12% dos títulos. Os semiperiféricos são compostos pelo espanhol, italiano e outras seis línguas que variam entre 1 a 3% de títulos totais no mundo; e, por fim, as periféricas, de línguas como o português, japonês, chinês e árabe, menos de 1%. (SAPIRO & HEILBRON, 2008)

Este espaço internacional de ideias foi sensivelmente alterado no pós-guerra com o aumento das trocas, acentuado por três características: a língua francesa viu sua posição se fragilizar; os textos em inglês, principalmente aqueles produzidos pelo mercado editorial norte-americano, passaram a circular de maneira praticamente dominante; e, por fim, uma marginalização das instâncias estáticas em prol desses atores econômicos. Apesar dessa predominância da língua inglesa e dos atores norte-americanos, Heilbron (1999) nota o quanto o mercado dos livros estadunidense é resistente às traduções, numa taxa próxima de 5% deste mercado na segunda metade do século passado. Já o mercado francês é considerado, por sua vez, mais aberto às línguas estrangeiras (SAPIRO, 2008).

Entre os anos 1980 e 2000, Gisèle Sapiro (2008) constata um aumento de 50% no mundo, passando de 50 000 para 75 000 títulos (incluindo as reedições), considerando o quadro de traduções de todas as línguas, segundo os dados do *Index*. Este momento foi bem particular para as *intraduções* em francês, pois o aumento foi bem maior que o restante do mundo, chegando mesmo a dobrar a média total, ou seja, aumentando 100%.

É importante observar que essas traduções não ocorreram apenas por iniciativa dos editores franceses. Na realidade, o mercado editorial da França contou com importante apoio do Estado, principalmente organizadas pelo *Centre National du Livre* (CNL), órgão que permitiu as editoras reduzir os riscos e custos dos investimentos por um sistema de empréstimos favoráveis. O

resultado é palpável: o CNL contribuiu com a edição de 209 traduções em 1990 e 271 em 1991 (SAPIRO, 2008). Este mesmo órgão aumentou o número de títulos traduzidos em espanhol de origem latino-americana como foi o caso da Argentina em 1987-88, México 1990-1991; Chile em 92 e, numa espécie de pacote único, a América Central em 1997 (POUPAUD, 2008).

Ainda assim, Sandra Poupaud (2008) destaca que as importações dos textos latino-americanos cresceram antes desse aumento das décadas de 80 e 90. Isso se deve, em parte, aos exílios de intelectuais latinos decorrentes das ditaduras que se alastraram da Patagonia ao México durante a segunda metade do século XX. Assim, Paris teve um papel importante como um dos lugares de refúgio, servindo também como difusora de seus escritos, especialmente dos autores ligados ao boom dos anos 1960.

Para Jean-Claude Villegas (1986), o interesse dos franceses pelos países latino-americanos se deu sobretudo por razões políticas, como o triunfo da revolução cubana, o desenvolvimento das guerrilhas, pelas interversões políticas mal ou bem sucedidas pelos Estados Unidos, pelo impacto da teologia da libertação ou da doutrina de Segurança Nacional que tanto alimentou às ditaduras militares. Todavia, é preciso também levar em consideração os fatores estritamente literários que levaram a essa importação estética. Para Jacques Leenhardt e Pierre Kalfon (1992), a literatura latino-americana dos anos 60 aos 80 foi um sucesso entre os leitores franceses por ter representando uma sede insaciável de aventura heroica e do mistério do homem em sua diversidade que os escritores franceses não se sentiam mais capazes de expressar¹ (apud POUPAUD, 2008).

¹ Argumento retirado do seguinte trecho: *“ces écrivains ont été lus par des millions de Français, en quête sans doute de cette ardeurs qui avait quitté notre littérature. Peut-être cette littérature latino-américaine a-t-elle rempli pour eux une fonction de substitution à l’égard d’un besoin de valeurs que les écrivains français, repliés sur l’hexagone, ne se sentaient plus capables d’exprimer. [...] La perece de cette littérature latino-américaine en France, qui coincide avec nos années 60 à 80, trahit probablement une soif inassouvie d’aventure héroïque et du*

Em efeito, durante os anos 1985 até 2002, as traduções literárias do espanhol para o francês representam 3,5% do total das *intraduções* para o francês, uma proporção igual ao italiano, porém menor que o alemão (6,3%) e sobretudo do inglês (64,9%). A maior parte das traduções de origem espanhola vem justamente da Espanha; ainda que não se possa ignorar como este país foi e é um polo atrativo para os escritores latinos de origem hispânicas. Mesmo assim, é preciso considerar como este crescimento total de *intradução* do espanhol foi um processo extremamente desigual: a Espanha encabeça as exportações de seus títulos para o francês com 582, cerca de 41%; o dobro da Argentina que, em segundo lugar, aparece com 225 (18%); México com 137 títulos (10%); Cuba com 104 (7%); Chile com 88(6%); Peru com 59 títulos (4%), Uruguai com 50 (próximo aos 4%); Colômbia com 48 (3%), Guatemala com 17 (1%); Venezuela com 16 (1%); Nicarágua com 14 (1%); e Paraguai com 11 (1%). Com menos de 10 títulos estão Bolívia, Equador, Costa Rica, Porto-Rico, República Dominicana, El Salvador, Guiné Equatorial e Honduras. (POUPAUD, 2008).

Mas o que determina a representação desses países, ou melhor, da própria ideia de América Latina? Para Sapiro e Heilbron (2008), a recepção de ideias como essa, ou seja, sua própria produção passa a ser determinada pelas representações da cultura de origem e pelo status (central ou periférico) de sua língua. Se os receptores reinterpretam de acordo com as questões específicas da área da recepção, deve-se refletir como ela pode se dar em um espaço limitado de trocas culturais. Afinal, como será evidenciado a partir de alguns dados estatísticos na segunda parte deste artigo, a ausência de informações referentes ao português e às demais línguas faladas na América Latina evidenciam uma perspectiva francesa sobre esta região e sua identidade.

Neste sentido, também deve-se refletir em que medida as traduções funcionam como violência, seja porque sua língua de

mystère de l'homme dans sa diversité". LEENHARD, Jacques & KALFON, Pierre. **Les Amériques latines en France**. Paris, Gallimard, 1992, p. 235.

origem (leia-se espanhol e português) vem do idioma dos dominantes que expropriaram as línguas dos dominados, seja porque evidencia quais as visões são importadas para a cultura acolhedora. Assim, as próximas questões a serem pensadas são: quais são os países que representam essa ideia de latinidade? Ainda, quem seleciona essa noção?

Selecionadores e seleções: recortes da América Latina nas coleções *La Croix du Sud* e *L'Autre Amérique*

Como viu-se anteriormente, os livros não circulam livremente. É preciso considerar, portanto, a centralidade que determinados agentes intermediários têm nessa função na circulação dos textos em determinados contextos. Bourdieu (2002) descreve as operações de tais sujeitos nas operações de selecionar, sinalizar e interpretar. Para as finalidades deste artigo, o foco se dará na primeira delas com o intuito de evidenciar alguns dos selecionadores das ideias da chamada América Latina e como suas seleções são assimétricas.

As relações dos agentes franceses que se lançaram para o além-mar literário se constituíram tardiamente. Para Sandra Poupaud (2008), foi sobretudo nos anos 1920 que a França começou verdadeiramente se interessar na América Latina, especialmente pela participação de Vicente Huidobro, quem foi morar em Paris em 1916. Também foi graças aos esforços de escritores como Valéry Larbaud, Jules Supervielle, Albert Camus e, sobretudo, Roger Caillois que a estética latino-americana foi importada pelo mercado editorial francês.

Sob a direção de Roger Caillois, a poderosa casa editorial Gallimard inicia em 1945 um contrato referente a organização de uma coleção que tinha o objetivo de reunir o cânone intelectual de diversos países latino-americanos. Assim, o acordo referente à *La Croix du Sud* é firmado após uma estadia de cinco anos na capital argentina, onde se aproximou da escritora Vitória Ocampo (1890-1979).

Mesmo que os termos do acordo garantissem exclusividade para a editora, Caillois também assumiu outros postos como difusor da literatura da América Latina na Europa: um deles no programa chamado d' *Œuvres Représentatives*, por meio da direção da subsérie *Ibéro-Américaine* da UNESCO; outro como vice-presidente e colaborador da *Association des Amis de Miguel Asturias*, organização que veio a ser a chama *Archives de la littérature latino-américaine et caribaine du XX siècle*, também apoiada pela UNESCO, órgão da ONU (UNESCO, 1974). Jean-Yves Mérian (2014) aponta também que o acordo com a Gallimard determinava a impressão de quatro títulos por ano. Todavia, o número de edições impressas anualmente não obedeceu a este critério.

Apesar disso, a coleção que leva o nome do Cruzeiro do Sul, constelação que só pode ser vista no hemisfério sul, tem um total de 49 livros, sendo eles mais representados pelo idioma espanhol com 41 títulos (83,6%), sendo apenas 7 em português (14,2%). Há também uma tradução feita diretamente do inglês (2%)², que reunia textos de diversos autores: Alejo Carpentier, Miguel Angel Asturias, Jorge Luis Borges, João Guimarães Rosa, Juan Carlos Onetti, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, Juan Rulfo, Mario Vargas Llosa.

Evidentemente que a língua espanhola é falada por mais países na América Latina do que o português, exclusivamente usado no Brasil. Todavia, a representatividade dos 12 países sinaliza uma assimetria das literaturas traduzidas pela coleção: Argentina com 11 títulos (22,4%); Brasil e México com 7 (14,8%); Cuba com 6 (12,2%); Peru com 5 (10,2%); Guatemala com 4 (8,1%); Paraguai e Venezuela com 2 cada (4%); e, por fim, Chile, Costa Rica, Equador e Uruguai com 1 cada (2%).

A lista de autores evidencia também uma concentração em certos nomes como representantes de seus países pela coleção, a exemplo dos autores mais traduzidos: o argentino Jorge Luís Borges

² Informações retiradas do site da editora: <https://www.gallimard.fr/searchinternet/advanced?collection=388&SearchAction=1>. Acesso: 10/02/2023

lidera a seleção feita de seu país com 5 títulos; o mesmo ocorre no caso de Cuba, com Alejo Carpentier com 4; Miguel Angel Asturias e Mario Monteforte Toledo são os únicos da Guatemala, com 2 títulos cada; o peruano Julio Ramón Ribeyro também é o mais representado, com a diferença mínima de 1 título para Mario Vargas Llosa, Ciro Alegria e José María Arguedas. No caso do México, Rosario Castellanos e Martín Luis Guzmán aparecem cada um com 2; algo que se repete para Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Jorge Amado como representantes do Brasil.

No início da década de 60, *La Croix du Sud* começou a receber críticas como um trabalho editorial que representava a América Latina de maneira anacrônica e desigual. Os números evidenciam uma hyper-representação da América do Sul com 30 títulos, mas sem reproduções colombianas – a despeito do sucesso dos livros de Gabriel García Márquez, por exemplo – e bolivianas. Já América Central e o Caribe com 11 títulos, provenientes sobretudo de Cuba e Guatemala – e apenas um da Costa Rica –, e a América do Norte é simbolizada pelos 7 títulos de seu único representante, o México.

A perda do prestígio e monopólio de Roger Caillois como editor francês da literatura latino-americana, como bem ilustra tanto às críticas que recebeu como o próprio fim de sua coleção (GUERRERO, 2018), não significou menor investimento no mercado de traduções de títulos de línguas periféricas. A própria Gallimard transferiu as obras da *La Croix du Sud* para *Du Monde Entier*, coleção criada em 1931 conhecida por consagrar autores estrangeiros.

Ainda, a década de 80 foi um momento importante para o campo editorial francês, que lançou maiores investimentos nas traduções de títulos de línguas periféricas, conforme dito anteriormente. Inclusive é em 1985 que a editora *Harmattan* lança a coleção *L'autre Amérique* que teve o mais recente livro publicado em 2022. Fundada no período chamado *printemps des éditeurs* (BOUVAIST & BOIN, 1989), momento marcado pelo surgimento de edições voltadas para ciências humanas e sociais, tal como a famosa

Actes Sud, com temáticas orientadas para um público especializado, mas pouco explorado: África e, em geral, o “terceiro-mundo”.

Nesse sentido, a própria denominação desta casa editorial é bem sugestiva, tendo em vista que o nome Harmattan é dado ao vento fresco e seco que sopra do nordeste ou leste do Saara ocidental, carregando grandes quantidades de poeira pelo Atlântico. Fundada em 1975 e bem estabelecida hoje, atualmente localizada na *Rue des écoles* no *Quartier Latin*, ponto privilegiadíssimo da informalmente chamada “rua dos editores” de Paris, esta casa editorial já publicou mais de 50.000 títulos. Deles, textos escritos sobre África, Caribe, América Latina e o Sudeste asiático representam mais de 80% da produção (MOLLIER, 2022).

Além das origens da editora se entrecruzarem numa genealogia complexa traçada por Denis Rolland (2002), quem considera que a editora nasceu num contexto editorial e científico particular, estimulado pela longa e criativa esteira do pós-maio-68, é importante perceber seu papel como agente intermediário da literatura latino-americana para a língua francesa. Afinal, Rolland ao lado de Joëlle Chassin, outro profundo conhecedor da América Latina, com cargos universitários e no mercado editorial, foram os organizadores da *L'autre Amérique*.

Com o objetivo de traduzir prosadores ou poetas que jamais haviam sido traduzidos para língua francesa, esta coleção realmente teve o papel de importar autores menos badalados no próprio país de origem na época; como é o caso de Lima Barreto, traduzido três vezes.

L'autre Amérique tem, portanto, maior catálogo em relação à *La Croix du Sud*, com 60 títulos representados por 16 países, com textos escritos não só por escritores latino-americanos, mas que se dedicaram sobre a região. Levando em consideração o país de origem do autor e/ou o país sobre o qual o livro se dedica, pode-se perceber uma predominância de certos países: o Brasil com 16 títulos (26,6%); Chile com 8 (13,3%); Colômbia com 6 (10%); Peru e Uruguai com 4 cada (6,6%); Argentina, Cuba, México, Guatemala com apenas 3 cada (5%); Paraguai e Porto Rico, por sua vez, com 2 (3,3%);

Bolívia, Belize, República Dominicana, El Salvador, Equador com 1 (1,6%); e um título (*La mort métisse: récits fantastiques d'Amérique du Sud*) tratando, de maneira geral, sobre o Cone Sul e escrito pelo sociólogo francês Alain Labrousse.³

Além do notável crescimento representativo de Uruguai, Chile e Brasil e da queda da Argentina em comparação a coleção de Caillois, observa-se ainda a predominância de uma seleção voltada à América do Sul, com 49 títulos (81,6%), muito à frente da América Central e Caribe que contam com 8 (13,3%) e da América do Norte com 3 títulos (5%). Também se nota a permanência das traduções feitas a partir do espanhol, ainda que tenha produzido textos bilíngues em *langue-amérindienne-français*.

Últimas considerações

Este breve artigo procurou descrever as assimetrias no fluxo de ideias internacionais. Assim, primeiro debateu-se o quadro geral dos intercâmbios de textos, mostrando como o mundo do livro é estruturalmente desigual. Em segundo momento, analisou-se os selecionadores, o que foi selecionado e, assim, como a latino-américa foi representada de maneira quantitativa nas coleções francesas. Através da análise sobre *La Croix du Sud* de Roger Caillois e *L'autre Amérique* de Denis Rolland e Joëlle Chassin, observou-se a predominância da América do Sul neste espaço político-social e da língua espanhola como sua maior identidade.

Por sua vez, para além desse mapeamento feito com apoio teórico-metodológico da sociologia dos textos, é preciso aprofundar também as reflexões sobre as assimetrias das representações feitas, seja por país ou por grupo linguístico, de maneira qualitativa. Isto porque as imagens forjadas ignoram, em certo sentido, que as vozes latino-americanas estavam longe de um consenso sobre quais temáticas e representações deveriam ser traduzidas (GASPAR, 2017).

³ Informações retiradas no site da editora: <https://www.editions-harmattan.fr/index.asp?navig=catalogue&obj=collection&no=125>. Acesso: 11/02/2023

Assim, é preciso refletir sobre as traduções não apenas como textos escritos no espaço internacional e desigual de circulação, mas também como elementos de disputa entre os agentes sociais. Por fim, aproximar as operações de sinalizar e, sobretudo, de interpretar – tal como propôs Bourdieu (2002) as ideias construídas sobre a América Latina podem revelar um espaço profícuo para pensar as disputas em torno de seu conceito político e dos grupos em questão.

Referências

Association des Amis de Miguel Angel Asturias/ **Archives** de la littérature latino-américaine et caribaine du XXsiècle. Folhas Soltas, UNESCO, Paris, 1974.

BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 145, décembre 2002. La circulation internationale des idées. p. 3 - 8.

BOUVAIST, Jean Marie. BOIN, Jean-Guy. **Du printemps des éditeur à l'âge de raison: les nouveaux éditeurs em France, 1974-1988**, Paris, La Documentation Française, 1989.

CHARTIER, R. **La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur**. Paris, Gallimard, coll. « Folio Histoire », 2015.

GUERRERO, Gustavo. "La Croix du Sud (1945–1970): génesis y contextos de la primera colección francesa de literatura latinoamericana". Re-mapping World Literature: Writing, Book Markets and Epistemologies between Latin America and the Global South / Escrituras, mercados y epistemologías entre América Latina y el Sur Global, edited by Gesine Müller, Jorge J. Locane and Benjamin Loy, Berlin, Boston: De Gruyter, 2018, p. 199 - 208. <https://doi.org/10.1515/9783110549577-013>

HEILBRON, J. Towards a Sociology of Translation: Book Translation as a Cultural World-System. Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter, IEEE, November 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275485831_Towards_a_S

ociology_of_Translation_Book_Translation_as_a_Cultural_World-System

LEENHARDT, Jacques & KALFON, Pierre. **Les Amériques latines en France**. Paris, Gallimard, 1992.

MÉRIAN, Jean-Yves. Jorge Amado dans la collection «La Croix du Sud» de Roger Caillois. **Amerika**, Rennes, n. 10, 2014. URL: <http://journals.openedition.org/amerika/4992>; DOI: <https://doi.org/10.4000/amerika.4992>

<https://doi.org/10.4000/amerika.4992>

MOLLIER, Jean-Yves. Préface. In: ROLLAND, Denis. **Histoire de L'Harmattan: genèse d'un éditeur au carrefour des cultures (1939-1980)**. L'Harmattan, 2022.

POUPAUD, Sandra. Du réalisme magique à la récupération de la mémoire historique. La littérature traduite de l'espagnol. SAPIRO, G. **Translatio: le marché de la traduction em france à l'heure de la mondialisation**. CNRS Édition, 2008, p. 231-255.

SAPIRO, G. **Translatio: le marché de la traduction em france à l'heure de la mondialisation**. CNRS Édition, 2008

_____ & HEILBRON, J. La traduction comme vecteur des échanges culturels. In: SAPIRO, G. **Translatio: le marché de la traduction em france à l'heure de la mondialisation**. CNRS Édition, 2008, p. 25-44

VILLEGAS, Jean-Claude. La littérature hispano-américaine publiée en France, 1900-1984: répertoire bibliographique. Paris, Bibliothèque Nationale, 1986.

O EDITOR PEDE A PALAVRA: O BOLETIM BORZOI QUARTERLY COMO SUPORTE DA COMUNICAÇÃO ENTRE EDITOR E LEITOR

Caio Affonso Leone*

Introdução

No começo de 1953, Alfred A. Knopf, dono de editora homônima, uma das principais do campo editorial norte-americano do século XX, fez circular o primeiro Borzoi Quarterly, um boletim trimestral, que retomava a ideia do Borzoi Broadside, o qual circulara entre 1936-39. Escrevendo em primeira pessoa e dirigindo-se ao leitor, Alfred explicava sua ideia de produzir uma espécie de prestação de contas das escolhas, publicações e desempenho comercial de sua empresa a esses “acionistas, a quem a administração deve prestar uma pequena contabilidade informal de vez em quando”¹. Recomeçava aí a construção de um espaço, a princípio não mais que quatro páginas, mas nos anos seguintes em torno de 20, dedicado a estreitar a relação entre a pessoa de Alfred, enquanto dono da editora e fiador da qualidade de seus livros, e, na medida do possível, a pessoa do leitor, esse sujeito fugidio da leitura, frequentemente reduzido à categoria de “público”, ou “públicos” que cabe segmentar segundo suas preferências ou qualidades demográficas.

A menção a acionistas em nada é inocente no contexto de uma editora comercial como a Knopf. Pelo contrário, indica a consciência

* Doutorado em História no PPGH-UFF, sob orientação da prof. Dra. Giselle Venancio e vinculado ao núcleo de pesquisa Escritas da História/Historiografias do Sul. Bolsista Capes, recebeu prêmio BIS da Brazilian Studies Association no ano de 2022.

¹ Do inglês “stockholders, to whom management might well render an informal account from time to time”. Harry Ransom Center, Alfred A. Knopf, Inc. Records, Manuscript Collection MS-00062, box 546, folder 13. Doravante, documentos da Knopf Records serão citados como KR seguidos da caixa e pasta (ex. KR 546.13).

dos vários condicionantes que atravessam uma editora: ainda que busque um programa estético, está sempre em diálogo com mecanismos sociais de consagração literária, pressões políticas conjunturais, circunstâncias financeiras frequentemente desfavoráveis, já que ditadas por seu desempenho comercial num mercado competitivo, ainda que simbólico (BOURDIEU, 2007). Se é fato que, como afirma Alfred, a editora dependa, em última instância, dos leitores que comprem seus livros, o percurso entre a redação de um manuscrito e seu aparecimento na forma de livro é bastante mais complexo e permeado de mediações. Essa complexidade levou a Robert Darnton a propor

um modelo geral para analisar como os livros surgem e se difundem entre a sociedade. Evidentemente, as condições variaram tanto de lugar para lugar e de época para época, desde a invenção do tipo móvel, que seria tolo esperar que todas as biografias dos livros se encaixassem num mesmo modelo. Mas, de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um *circuito de comunicação* que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o ciclo porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores [...]. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento". (DARNTON, 2010, p. 125-126)

Empreitada vasta e multifacetada, as pesquisas sobre os circuitos dos livros tendem a se recortar em determinados atores, aspectos ou etapas do processo como um todo, e a se especializar em disciplinas correlatas, mas com identidade própria, como a bibliografia material, a sociologia da edição, a crítica literária e os estudos de recepção, para mencionar apenas algumas. Porém, para que não se perca alguma visão de conjuntos, cabe ao historiador lembrar que cada fase desse

circuito só adquire significado ao ser relacionada a “(1) outras atividades que uma determinada pessoa desenvolve num determinado ponto do circuito; (2) outras pessoas no momento temporal em outros circuitos; (3) outras pessoas em outros pontos no mesmo circuito; (4) outros elementos na sociedade” (DARNTON, 2010, p. 126). Com essa simples expressão, “outros elementos na sociedade”, o autor designa a interrelação entre processos literários e decisões editoriais com forças exteriores ao campo editorial propriamente dito, como as oriundas do campo do poder ou da economia. Longe de defender a desconsideração desses fatores pretensamente externos, pode-se afirmar que é justamente essa interpenetração que permite que o estudo das relações específicas e relativamente autônomas de determinado campo (BOURDIEU, 2002; SAPIRO, 2019) seja revelador de dinâmicas e contextos sociais mais amplas e de interesse do historiador.

Esse “circuito de comunicação” também pode, com proveito, ser analisado como um “circuito de sentido” (HALL, 2003, p. 359), isto é, entendido enquanto conjunto de operações e processos que se dão a partir da “articulação de momentos ligados, mas distintos” de codificação e decodificação de uma forma discursiva que circula por meio de um produto cultural, como um livro. Decorre que, para além da mera transmissão de informação, estão em jogo e em conflito diversos padrões ou matrizes de significação (codificação/decodificação), a respeito dos quais se travam disputas para determinar a capacidade do emissor de impor seus sentidos, e a liberdade de comunidades de leitores de realizar interpretações mais ou menos autônomas. Em meio a essas tensões por hegemonia, impõem-se outras, que vão desde a classificação de determinada obra literária (se trata-se de leitura “consagrada” ou “popular”, de consumo restrito ou de massa etc.), até tensões sobre a representação do mundo social (por exemplo, a definição de diferentes “públicos” e seus hábitos de leitura).

Nesse sentido, sem, evidentemente, pretender dar esgotar os quatro pontos de Darnton, ou dar conta das pressões do campo do

poder sobre a publicação de livros pela Knopf inc.,² Este texto tenta isolar um momento comunicativo do circuito pelo qual se produziam e transitavam os livros da editora Alfred A. Knopf, por meio da análise de um instrumento de comunicação editorial, o boletim trimestral intitulado *Borzoi Quarterly*, pelo qual o dono da empresa e seu principal editor, Alfred Knopf, estabeleceu um espaço de comunicação direta e relativamente informal com seus leitores. Com isso, espera-se poder destacar instancias de classificação (estéticas, dos livros, do público), expectativas ou apostas (sobretudo comerciais, mas também e consagração literária), entre outros esforços empreendidos no sentido de preparar ou guiar a recepção dos livros da casa, entre os quais se encontra o livro *Gabriela: Clove and Cinnamon*, mais sucesso comercial de um autor brasileiro pela Knopf, inc.

Borzoi Books: suporte do discurso editorial direto

A primeira Borzoi Books, como dito, se debruça sobre o último trimestre de 1952. Em tom polido, porém com espaço para espíritosidade, Alfred relata os livros publicados no período, oferece justificativas para as escolhas da editora e avalia os resultados das vendas ou resenhas em relação às expectativas. O comentário dos lançamentos do catálogo permite perceber a variedade de empreendimentos da empresa. Publicaram-se em outubro: uma biografia de Lincoln com tiragem de apenas 500 exemplares, um item raro de colecionador, segundo Alfred; um romance de estreia “que vendeu melhor que qualquer outro de nossos primeiros romances nas últimas estações”, que se contrapõe a dois romances de escritores conhecidos; três livros de história escritos por professores universitários, de interesse para o cidadão médio; três livros-textos para universitários; seis livros para o público infanto-juvenil (“books

² A relação entre a diplomacia cultural norte americana e a seleção de livros brasileiros pela Knopf, inc., além de parte integrante da problemática da tese de doutorado em que se baseia este texto, foi tratada em outro lugar. (LEONE, 2022)

for Young People”), ricamente ilustrados e de certa forma edificantes. Já em novembro, vieram à luz: quatro livros “literários” (dois póstumos, uma coletânea e um livro de Natal); um livro médico sobre tuberculose direcionado ao público amplo; um livro de um banqueiro conservador; outra biografia de Lincoln; quatro livros para *sportsmen*, basicamente sobre caça.

Entre os três livros de história de outubro, um chama atenção. Certo de que o livro tinha qualidades literárias e acadêmicas para ter sucesso, o *Publisher* lamentava que tivesse saído no fim de outubro, de modo que nem atraía a atenção dos resenhistas, nem dos livreiros ocupados com compras de Natal. Por conta disso, diz Alfred, as resenhas – muito favoráveis, aliás – tinham atrasado ao menos dois meses e atraído pouquíssima atenção. Apenas isso poderia explicar que “o livro tenha tido até aqui uma fração das vendas que merece e, estou firmemente convencido, uma fração das vendas que *terá*”.³ Percebe-se aí a tentativa do *publisher* Alfred Knopf de empenhar seu julgamento e gosto, tidos como “distintos” em assuntos não apenas literários, mas musicais e culinários, para além dos limites do campo formado por seus pares, isto é, profissionais dos livros. Há, portanto, a transferência desse capital cultural para a órbita do leitor em dúvida, que, com alguma sorte, pode convencer-se a comprar o livro. Isso, entretanto, não parece pressupor que a influência pessoal de Alfred seja capaz de aproximar um livro de um público ao qual não se destina, dada a clareza com que ele associa determinadas publicações a determinados leitores.

Da mesma forma, entre os romances de outubro, vale destacar a reedição de um livro pouco conhecido de Sigrid Undset, autora norueguesa vencedora de prêmio Nobel e por muitos anos uma das principais joias do catálogo da Knopf. Alfred apresenta seus livros como literatura de primeira ordem, mas de grande apelo popular. Dai que a estratégia para o livro em questão, cujas vendas modestas desconcertavam o editor, seja dupla: reeditá-lo com acabamento

³ Do inglês: “has only had so far a fraction of the sales it deserves, and, I’m firmly convinced, a fraction of the sales it *will* have” (KR 546.13).

primoroso combinando com o de livros mais conhecidos da autora, e classificá-lo segundo a opinião dela, isto é, como melhor que os outros. Assim, atribuía-se duplo peso a essa aposta: ao peso da opinião da autora, entendida, talvez, como melhor intérprete de seus livros, somava-se a associação gráfica e visual a livros consagrados e populares.

Entre os livros de novembro, chama atenção o comentário a respeito de *Democracy at Bay*, livro escrito pelo banqueiro suíço Felix Somary. Para Alfred, tratava-se de

escrita conservadora da melhor qualidade. Vai agradar a todos que acharam *The Road to Serfdom* de Hayek excitante e estimulante, mesmo quando não concordavam com ele. Eu duvido, contudo, se conservadores americanos leem livros escritos por conservadores dignos. Eles parecem preferir coisas baratas e fajutas, se é que chegam a ler. Você pode perguntar ao seu banqueiro se ele já examinou *Democracy at Bay*. Eu sei que o meu não.⁴

Impressiona aqui não apenas o descontentamento do *publisher* com a falta de familiaridade dos conservadores, grupo ao qual não nega pertencer, com o mundo dos livros (tanto da literatura quanto da análise socioeconômica, subentende-se do comentário). Impressiona a escolha de associar a crítica, dura em sua raiz, com uma anedota de cunho pessoal. É possível supor que o leitor, que de outra forma se ofenderia, perdendo interesse pelo livro, decida dar-lhe uma oportunidade – ou ao menos presenteá-lo a seu banqueiro.

Ainda entre os livros de novembro encontra-se outra biografia de Abraham Lincoln. O gancho, neste caso, é o volume de vendas do livro: “vendeu, no momento que escrevo – se é que um *publisher*

⁴ Do inglês: “It is conservative writing of the best sort. It will appeal to all who found Hayek’s *The Road to Serfdom* exciting and stimulating even when they did not agree with it. I doubt, however, if American conservatives read books written by dignified conservatives. They seem to prefer cheap and shoddy stuff when they read at all. You might ask your banker if he has ever looked into *Democracy at Bay*. I know mine hasn’t.” (KR 546.13)

hoje em dia pode dizer que *vendeu* uma quantidade precisa de qualquer título já que os livreiros têm sempre o privilégio de devolver o que não vendem – 400000 cópias”⁵. Além das vendas, uma reclamação contra os inconvenientes do sistema de consignação de livros com as livrarias. A essa altura, os editores se consideravam parte da “velha-guarda” em um mercado em rápidas transformações. Por exemplo, Alfred era refratário à figura do agente literário, que considerava não mais que um mal necessário, um intruso na relação autor-editor, ainda que útil na triagem de novos escritores. Por isso, nesse comentário se entrevê a lembrança de suas viagens de vendas por todo território norte-americano, uma época em que as vendas dependiam da relação entre editor e livreiro, e entre ambos e o leitor, mais que do marketing e das lojas varejistas e comércios de massa, que rapidamente transformavam o escoamento de produtos na década de 1950 (THOMPSON, 2013).

Em todo caso, Alfred não se limita a convencer pela quantidade de exemplares vendidos, ele também destaca a qualidade do livro: “Ele teve uma atenção magnífica da imprensa e definitivamente assumiu seu lugar como o volume único sobre a vida de Lincoln para nossa geração. Não se trata de hipérbole de editor – o livro é exatamente o que eu acabei de dizer (...)”⁶. A retórica aqui não engana. Tenha o livro sido considerado um dos mais importantes do assunto naquele momento, muito do discurso contido na primeira *Borzoi Quarterly* pode ser caracterizado como alguma forma de “hipérbole de editor”, mesmo nos casos em que se expressa a decepção desmesurada com determinada resenha ou com o volume das vendas. Como a carta que pretende ser (o papel dobra-se como tal), o

⁵ Do inglês: “has sold, as I write – if a Publisher can ever say that he has *sold* a precise quantity of any title since booksellers are always privileged to return to him what they do not sell – 40000 copies”. O mesmo ocorre com a nova edição de *The Prophet*, de Khalil Gibran, que então se aproximava do milionésimo exemplar vendido, se firmando como o livro mais bem sucedido da história da Knopf, inc. (KR 546.13)

⁶ Do inglês: It had a magnificent press and has definitely taken its place as the one-volume life of Lincoln for our generation. This is not a publisher’s hyperbole – the book is exactly what I have just said it is (...). (KR 546.13)

boletim se encerra com a evocação do começo do ano novo – 1953 – e a assinatura de Alfred Knopf. Essa marca, curiosamente, não aparece com frequência nos livros ou no material publicitário da editora, sendo preterida pela logo da editora – o cão da raça borzoi, aliás presente no cabeçalho da primeira e no pé da última página – ou pelo nome compartilhado por homem e empresa, impresso em letra de forma. Como pós-escrito, há ainda o anúncio de que qualquer leitor interessado em receber sem custos o boletim pode mandar seu nome e endereço, ou o de qualquer amigo, para Alfred. O uso da primeira pessoa do singular aqui só é traído pelo endereço fornecido, que é o do escritório da editora, e não o pessoal do *publisher*.

Mas o que diz Alfred nos anos seguintes sobre a publicação de livros brasileiros pela Knopf, inc.? Tomemos apenas um exemplo, de certa forma hiperbólico, mas não menos relevante para a compreensão das dinâmicas estabelecidas entre a Knopf, inc. e o campo literário brasileiro. Trata-se da notícia da publicação de *Gabriela: Clove and Cinnamon*, de Jorge Amado, no terceiro trimestre de 1962. Vale mencionar que, dez anos depois, o formato da *Borzoi Quarterly* se manteve relativamente estável: ela agora tem 8 páginas in-quarto impressa em colunas duplas, ao invés das 4 in-octavo da década de 1950; tem separadores entre os parágrafos dedicados a cada autor ou livro; e apresenta um número considerável de ilustrações, sejam caricaturas, fotos dos autores, de capas etc.; o boletim mantém, entretanto, o aspecto de carta ao leitor, na linguagem em primeira pessoa, assinatura de Alfred e dobradura postal.

Toda a primeira página do volume 11 – número 3 é dedicada à *Gabriela*. Alfred afirma ser inútil sua convicção de que “o Borzoi Book ilustre do quarto trimestre será o romance de Jorge Amado, *Gabriela: Clove and Cinnamon* (\$5.95)”. Tamanha era sua convicção, que ele reproduziu na íntegra o texto da orelha após uma imagem da capa. A primeira qualidade destacada no livro diz respeito a sua impressionante disseminação em vários sistemas literários:

Uma heroína encantadora, ela agora é ou logo será conhecida por leitores do francês, búlgaro, russo, alemão, romeno, húngaro,

holandês, sueco, italiano, grego, servo-croata, ucraniano e dinamarquês. Em seu Brasil natal, mais de um quarto de milhão de cópias de sua história foram vendidas.⁷

A distinção atribuída a livros que rompem barreiras idiomáticas e nacionais não deve ser menosprezada, tanto mais quando o francês é apontado como primeira língua da lista de traduções. De acordo com Pascale Casanova (2002), o francês manteve e mantém até hoje o poder de conferir “literariedade” às obras para ele traduzidas. Isso se daria em função do capital literário acumulado pelo sistema literário francês desde o século XVI, o qual teria tornado Paris uma espécie de “meridiano de Greenwich” da modernidade literária no século XX. De fato, deve-se considerar a que ocorreram transformações na dinâmica entre regiões centrais e periféricas da República Mundial das Letras, particularmente a ascensão de Nova Iorque como capital de um critério mais mercadológico de definição da centralidade literária e do fluxo de traduções (HEILBRON, 1999). Ainda assim, tendo a Knopf cultivado grande proximidade com o mercado editorial francês e seus critérios de literariedade, a ampla circulação e reconhecimento de *Gabriela* se apresentaram como chamariz e justificativa de sua publicação nos Estados Unidos da década de 1960, a despeito de certo mal-estar causado pela militância comunista de seu autor.

Segue-se um extenso resumo do enredo, destacando os tipos sociais, a cor local da trama, seu conteúdo a tempos picante ou socialmente engajado, enfim, a coexistência de elementos “universais” que tornavam o livro compreensível e prazeroso para o leitor americano (sobretudo o aspecto de romance pitoresco), e de elementos “particulares” que o faziam boa via de conhecimento da alteridade brasileira. Nesse sentido, a pequena biografia do autor não deixa de contextualizar a realidade e a economia baianas para o

⁷ Do inglês: “An enchanting heroine, she is know or soon will be know to readers in French, Bulgarian, Russian, German, Hungarian, Dutch, Swedish, Italian, Greek, Serbo-Croatian, Ukrainian, and Danish. In her native Brazil, more than a quarter-million copies of her story have been sold.” (KR 546.13)

leitor que talvez nunca tivesse ouvido falar de Jorge Amado e Ilhéus. O espaço dedicado a *Gabriela* termina na página seguinte, em que há uma foto de Jorge e Zélia Gattai, tirada por Alfred em sua viagem ao Brasil no começo daquele ano. Por fim, o leitor é informado que o livro fora escolhido para o Book-of-the-Month Club, signo de seu potencial de para agradar um público amplo, e que a edição da Knopf sairia um mês antes.

A aposta da Knopf, inc. e de Alfred no sucesso de *Gabriela* – o livro de fato seria o primeiro livro de um autor latino-americano a entrar na lista de *best sellers* do New York Times (COHN, 2012, p. 203) – se expressava no espaço destinado a ele na *Borzoi Quarterly* e na reprodução de elementos paratextuais, como o texto da orelha da jaqueta. Sabidamente, a orelha é um dos espaços mais explorados pelo paratexto editorial (GENETTE, 2009), sendo seu objetivo captar a atenção e convencer o leitor a comprar o livro. Cumprida a função, a jaqueta em geral era descartada, de modo que uma capa mais sóbria e muda permanecesse como face perene do livro. Mais que isso, talvez, esse foi um dos poucos livros de brasileiros em que ou a respeito de que Alfred publicou textos em primeira pessoa, afirmando seu entusiasmo na qualidade ou potencial de vendas.

Considerações finais

As edições do boletim trimestral da editora Alfred A. Knopf, o *Borzoi Quarterly*, foi aqui considerado como um instrumento de comunicação editorial, através do qual Alfred Knopf se comunicava diretamente com sujeitos situados em um ponto distinto do circuito dos livros, os leitores. Dessa forma, esse espaço permitia que ele veiculasse juízos e expectativas a respeito dos livros da editora, mas também empenhasse seu crédito pessoal em determinadas publicações, caso pensasse ser capaz de guiar escolhas ou influenciar reações de seus leitores.

Viu-se que, nesse sentido, o *Borzoi Quarterly* permite conhecer como Alfred e sua editora categorizavam os livros publicados, o que

permitia coordenar sua heterogeneidade. Assim, encontramos livros apresentados como romances (ligeiros ou de alta extração); livros de história, economia ou política direcionados ao cidadão médio (ou a uma geração), em oposição a livros-texto destinados a universitários ou a livros considerados “especializados”; ou ainda livros de outra espécie de especialização, como os manuais de caça, pesca e esportes. De certa forma, essa categorização permitia a segmentação de seus públicos-alvo, que de certa forma significa fundar grupos hipotéticos de sua recepção. Isso se dava a partir de oposições, como “geral” ou “especializado” (já que não estava descartada a hipótese da existência de “super-experts” em determinado autor), mas também universitário ou “amante de literatura x ou y”. Além disso, os livros podiam ser pensados para segmentos mais conservadores ou liberais; adultos ou infanto-juvenis; ou caracterizado por determinado gosto literário (enquanto o romance histórico era um forte da casa, a poesia não o era).

Por fim, encontram-se no discurso de Alfred diferentes formas de empenho pessoal no valor dos livros da casa, como a mobilização de afinidades políticas, em seu caso a conservadora ilustrada, ou a defesa da distinção de seu gosto estético, seja como editor experiente, ou como porta-voz do juízo do autor a respeito da própria obra. Além disso, foi possível perceber o valor da existência de traduções e um volume de vendas considerável em outros mercados para elevar as expectativas do sucesso de um livro no mercado norte-americano, como foi o caso de *Gabriela: Clove and Cinnamon*.

Referências

Fontes

Harry Ransom Center, Alfred A. Knopf, Inc. Records, Manuscript Collection MS-00062.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, Campo intelectual**: itinerário de un concepto. Buenos Aires: Editorial Montresor, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O Mercado de Bens Simbólicos. In: **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 99-182.
- CASANOVA, P. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- COHN, Deborah. **The Latin American Literary Boom and U.S. Nationalism during the Cold War**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HEILBRON, J. Towards a Sociology of Translation: Book Translation as a Cultural World-System. **Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter**, IEEE 2(4), p. 429-444, November 1999.
- LEONE, Caio. Livros, Redes, Circuitos: editora Alfred A. Knopf, a tradução de livros brasileiros e a diplomacia cultural norte-americana. In: VENANCIO, Giselle; LEONE, Caio; BARBOSA, Everton (orgs.). **Circuitos culturais**: histórias. Curitiba: Appris, 2022.
- SAPIRO, Gisèle. A noção de campo de uma perspectiva transnacional: a teoria da diferenciação social sob o prisma da história global. **PLURAL, Revista do programa de pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.26.1, 2019, p. 233-265.
- THOMPSON, John B. **Mercadores de Cultura**: o mercado editorial no século XXI. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HOMENAGEM AO “BACK RODRIGUES”: FUTEBOL E SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Marcelo Viana Araújo Filho*

Introdução

Se convencionou narrar a história do futebol no Brasil a partir dos grupos sociais que compõem o “campo esportivo”, conceito definido por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1983, p. 3). Esse conceito, em linhas gerais, trata daqueles que estão envolvidos na prática esportiva, ou seja, se relacionam com ela. O *hábito* de jogar é institucionalizado em espaços como as associações, ligas, escolas, ruas, campos, várzea, fábricas e outros locais de práticas esportivas. Além disso, é importante considerar o mundo social, cultural, político e econômico que cerca o futebol e seus agentes históricos, que promoveram e difundiram a novidade por “redes em ação e na própria complexidade da configuração territorial brasileira, em diversos pontos e de diversas maneiras abertas à influência do mundo exterior” (MASCARENHAS, 2014, p. 34). Assim, os praticantes, jogadores, cartolas, torcedores e comunicadores, com suas vivências, experiências, identidades e significados, construíram gradualmente os ritos que persistem até hoje e que tornaram o Brasil um dos principais exportadores de “pé-de-obra” na contemporaneidade.

O artigo em questão tem como objetivo apresentar o subcapítulo presente na dissertação do historiador Marcelo V. A. Filho, intitulada: *Com o povo de Bangu, seus heróis: a formação do bairro operário no final do século XIX, o operário-jogador e o profissionalismo às*

* Doutorando em História no PPGH-UFF, sob orientação de Livia Gonçalves Magalhães e do grupo de pesquisa Brasil Republicano – Pesquisadores em História Cultural e Política (BR-PEHCP).

claras em 1933 (FILHO, 2022). Para efeito de apresentação, a presente pesquisa aborda o profissionalismo no futebol a partir do contexto histórico e social do Bangu A.C. com destaque para os jogadores operários e trabalhadores braçais, muitos dos quais afrodescendentes, que utilizaram o futebol como uma das formas de expressão de suas vidas. O intenso diálogo com questões pertinentes à história social e cultural, fazendo uso de fontes impressas e obras memorialísticas, permite ao leitor uma imersão que dialoga com trabalhos acadêmicos da área para buscar compreender as experiências destes sujeitos históricos.

Importante referenciar que o futebol, como objeto de investigação da pós-graduação nas ciências humanas no Brasil, tem seu marco inaugural, no ano de 1977, com a dissertação de mestrado da antropóloga Simoni Lahud Guedes (GUEDES, 1977). Nesse sentido, afirmamos que existe uma tradição, que vem sendo revista nas últimas décadas, cuja unidade de análise nas ciências sociais e históricas voltadas para o esporte dirigia sua atenção para uma história de tradição nacional, mais especificamente, em torno da identidade nacional.

Sendo o esporte mais popular e a modalidade mais relevante no aspecto econômico em território nacional, importa observar as primeiras décadas do século XX presente, em sua maioria, em fontes documentais escritas. Tais fontes, de que faziam parte, quase que exclusivamente, intelectuais, jornalistas e cronistas, foram responsáveis por registrar a prática, difusão e popularização do jogo. Por essa razão, concordo com o sociólogo Pablo Alabarces quando afirma que “sólo recientemente han comenzado a producir materiales más rigurosos, científicamente producidos es decir: desmontando mitos con base en datos” (ALABARCES, 2018, p. 253).

Em sua tese, historiador Leonardo Pereira (PEREIRA, 1998), questionou o processo de popularização do futebol a partir dos *sportsmen* britânicos ou dos grupos abastados da elite. Ao revelar um volume de agremiações e atores, o pesquisador demonstrou uma série de origens e influências culturais que ajudam a refutar a

hipótese de que clubes frequentados pelas elites foram a ponta de lança desse processo. Ao longo da tese de Pereira, observam-se críticas a uma visão linear do passado do futebol carioca e brasileiro, que podem ser sintetizadas em uma construção argumentativa presente em sua epígrafe:

Ao menos naquele momento, no entanto, esse impulso parecia ter um sentido claro: tentando desprezar a existência dessas tensões e lendo a história do jogo como uma crescente superação dos preconceitos, obras como a de Mário Filho sustentavam construções políticas que tentavam apagar a experiência dos muitos jogadores que pelos subúrbios iam conquistando seu espaço nos campos. Em seu lugar erigiu-se uma memória unívoca e linear que serviu como matriz interpretativa para quase todos os que depois dele tentaram pensar os significados do futebol brasileiro (PEREIRA, 1998, p. 336).

Entender a história do futebol no Rio de Janeiro e no Brasil exige reflexão crítica e interdisciplinar. A cultura massificada, incluindo as diversas práticas esportivas, tornou-se objeto de estudo para cientistas sociais e historiadores. O distanciamento temporal, o acesso às fontes, o olhar crítico, a capacidade argumentativa e o poder de demonstração são ferramentas que se avolumam diante do problema de como pensar a diversidade de práticas do futebol em uma sociedade complexa, excludente, racista, unvida na violência, exploração e silenciamento de corpos negros.

A presente inquietude não é simples e requer metodologias. Um possível caminho teórico-metodológico para enfrentar esse desafio é a identificação e mapeamento de “vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais”, conforme discorreu o sociólogo Mike Savage (SAVAGE, 2011, p. 19). Para realizar essa pesquisa, uma das formas encontradas pela historiografia foi analisar fontes impressas, em especial os periódicos empresariais do final do século XIX e início do século XX. É interessante observar a quantidade de fontes mais precisamente, de registros escritos de experiências ludopédicas presentes nesse

tipo de documento. A literatura científica voltada para os esportes caminhou nessa direção a ponto da “possibilidade de o futebol ser tratado como um fenômeno plural, efetivamente polifônico ou politécnico, em que muitos e discrepantes pontos de vista possam ser reconhecidos como legítimos” (DAMO, 2018, p. 61). Para os historiadores, as páginas dos periódicos permitem a compreensão de determinados contextos históricos e sociais. Com isso, revisitar histórias das bolas silenciadas, apagadas ou invisibilizadas se torna uma ação política, também.

Em outro artigo, Leonardo Pereira, afirma que “o novo jornal teria na busca de novos leitores sua característica principal” (PEREIRA, 2016, p. 4). É preciso destacar que essa necessidade de estabelecer diálogos com diferentes grupos de leitores está inserida em uma lógica empresarial que se intensificou nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, periódicos esportivos como o *Jornal dos Sports* também estavam sujeitos a essa dinâmica. Além disso, devemos levar em conta o fato de que vários destes empreendimentos estavam “situados na capital da República, vórtice político-institucional do país” (HOLLANDA, 2012, p. 81).

Ainda segundo Leonardo Pereira:

Além de se expressar através da publicação de diferentes perspectivas sobre cada tema, a necessidade de se render aos interesses do público levava também as folhas a temperar o tom de suas críticas ao mundo das ruas, de modo a não afastar os possíveis leitores interessados nas práticas e experiências ligadas a ele. (...) Como resultado, outra das características marcantes da imprensa no período era sua tendência à polissemia, que muitas vezes permitia que seus registros fossem passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor (PEREIRA, 2016, p. 13).

Durante a pesquisa da dissertação, na busca por experiências de jogadores, em sua maioria do Bangu A.C, foi possível notar que o futebol era um espaço de sociabilidade, uma brincadeira e, ao mesmo tempo, a zona que publicizava a vida dos trabalhadores urbanos, dos

operários de diversas etnias e raças. Afinal, seus rostos e escolhas estavam estampados nas páginas produzidas cotidianamente. A historiadora Diana Silva, que pesquisou a iconografia de jogadores de futebol negros no começo do século XX, afirma que:

(...) os retratos estavam associados ao universo do esporte, do entretenimento e do lazer e não ao do trabalho. Tratava-se de uma grande transformação simbólica. Apenas trinta anos após o fim da escravidão, passava-se do “tipo” escravizado ao retrato de jogador de futebol amador. Isso qualificava positivamente homens de pele negra, uma vez que suas imagens estavam associadas ao tempo livre e não ao tempo do trabalho compulsório (SILVA, 2021, p. 125).

Por razões como essa, buscou-se discernimento acerca do papel dos jogadores negros de agremiações suburbanas que pudessem revelar uma história “insurgente” de pessoas trabalhadoras que fizeram do futebol o seu meio. Recentemente os historiadores Glauco Souza e Marcelo Filho defenderam a importância das “diversas formas e sentido que o lúdico ou lazer possam trazer ou revelar sobre o cotidiano das classes trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX na antiga Capital” (SOUZA; FILHO, 2023, p. 298).

Se na década de 1910 a presença do negro protagonista nos gramados da república se tornava cada vez mais frequente, “na década de 1920 e 1930, muito *cracks* saíram de uma realidade completamente diferente para atuar em clubes de futebol, cujos frequentadores eram indivíduos de elite” (FILHO, 2022, p. 28). Em conformidade com o dito neste parágrafo, o caso de *back* Rodrigues adquire um novo olhar quando descobrimos que ele foi um destes jogadores que circulou pelos subúrbios até chegar ao Botafogo F.R, em 1932, equipe localizada no bairro de mesmo nome, na zona sul do Rio de Janeiro, zona metropolitana, ocupada majoritariamente pela elite, que seria um dos clubes, no qual os dirigentes esportivos foram contrários à profissionalização no futebol. Do outro lado do que se configurava a identidade do clube alvinegro, temos os jogadores que promoveram o festival em sua homenagem que eram, em sua

maioria, negros e trabalhadores. Sendo assim, podemos destacar a percepção de uma rede de futebolistas interligados pelo sentimento simbólico social da solidariedade e da possibilidade de se atentar a estes sujeitos para além da figura representativa do jogador.

A repentina morte de um dos heróis do título de 1932 do Botafogo f.r. e seus desdobramentos

Um dos objetivos deste artigo é trazer o estudo de caso dos jogadores de futebol, em sua maioria das camadas populares, que se organizaram diante das tensões existentes em razão da profissionalização do ludopédio em uma capital, cujos trabalhadores detinham pouco ou nenhum poder. Nesse contexto, o caso trata da mobilização dos jogadores para construir uma rede de auxílio à família de um colega de *ground*, falecido em decorrência de uma doença adquirida durante excursão com o seu time na época, o Botafogo F.R. A capacidade e presença desses jogadores na imprensa da época permite o uso da palavra solidariedade. Pois, estes homens, em sua maioria negros, que jogaram futebol há quase um século atrás se posicionaram e negociaram direitos de realização de festival em homenagem ao jogador oriundo dos subúrbios carioca.

Não é objetivo deste artigo elaborar o debate historiográfico entre amadorismo *versus* profissionalismo, embora houvesse inúmeras tensões no período. Pois, em 1933, ocorreu a primeira liga profissional no Brasil, a Liga Carioca e, ao mesmo tempo, ocorreu a competição amadora organizada pela Associação Metropolitana de Esportes Athleticos, a AMEA. Com isso, vale referendar que o “Amadorismo e profissionalismo estiveram entre as categorias analíticas mais utilizadas no espectro da produção acadêmica brasileira até o início da década de 2000” (DAMO, 2018, p. 39).

Ainda assim, é válido comentar que, conforme presente na dissertação de Filho (FILHO, 2022), em 1932, o Botafogo F.R sagrou-se campeão da liga amadora da época e no ano seguinte foi campeão da mesma liga organizada pela AMEA. Para o historiador, o

campeonato da Liga Carioca de 1933 se enquadraria como “profissionalismo às claras”, pois os organizadores do evento criaram artigos e regimentos específicos para jogadores amadores e profissionais (FILHO, 2022, p. 21). Logo, em uma competição jogavam apenas esportistas amadores e em outra convergiam os dois modelos.

Para ilustrar, o clube alvinegro foi campeão no modelo amador, enquanto o Bangu A.C. conquistou o título no modelo profissional às claras, no ano de 1933. Dessa forma, podemos observar a prática espetacularizada do futebol masculino, conforme estabelecido pelo livro de regras da *Football Association*.¹ Em 1932, o Botafogo F.R comemorou o seu terceiro título no futebol. As outras conquistas foram em 1910 e 1930. Como parte da celebração, o zagueiro Rodrigues e outros jogadores viajaram para o Rio Grande. No entanto, como é possível ler, em Marcelo V. A. Filho, que alguns dos jogadores acabaram sendo hospitalizados com febre tifoide, incluindo Rodrigues, que não apresentava melhoras, diferente de outros esportistas (FILHO, 2022, p. 63).

Segundo Filho:

O estado de saúde de Rodrigues era atualizado constantemente pelos periódicos como o *Jornal dos Sports* e o *O Globo*. O jogador veio a óbito no dia 8 de janeiro, estava internado no hospital São Sebastião e foi enterrado no cemitério de São Francisco Xavier. Segundo *O Globo*, na missa de sétimo dia, compareceu um “grande numero de admiradores e amigos do saudoso footballer, estando representadas quasi todas as associações do sport metropolitano” (FILHO, 2022, p. 63).

¹ É importante destacar que a *Football Association*, entidade responsável por codificar as regras do futebol no século XIX, possui uma relação significativa com os trabalhadores e com a prática do esporte em todo o mundo. Fundada em 1863, a F.A é a entidade mais antiga do mundo relacionada ao futebol, sendo fundamental para o desenvolvimento da prática no passado, pois havia o livro de regras. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, o futebol era considerado a “religião leiga da classe operária” (HOBSBAWM, 1991, p. 262), evidenciando sua importância para a classe operária, para o mundo social e cultural moderno.

De acordo com Filho, José Rodrigues começou a jogar no Magno F.C, equipe do bairro de Madureira, e depois se transferiu para o Syrio Libanez A.C localizado na Tijuca, onde atuou até o encerramento das atividades do clube em 1931. Ele então teria conseguido uma vaga nos amadores do Botafogo F.R para a temporada de 1932, local onde foi campeão. A trajetória de Rodrigues reflete a realidade da época em que o futebol era uma oportunidade para jogadores menos favorecidos se destacarem e conseguirem melhores trabalhos por meio do futebol ou receberem o “bicho” (FILHO, 2022).²

Ainda segundo Filho (FILHO, 2022), a notícia do falecimento de José Rodrigues trouxe à tona a trajetória de seu antigo companheiro do tempo de Syrio Libanez, o operário da fábrica Cruzeiro, Aragão. Além de operário, Aragão era negro e no ano de 1931, teve a experiência de atuar ao lado do *back* Rodrigues. Além dessa equipe, até 1933, teria jogado pelo Andarahy Athletic Club, onde foi companheiro de time de Antônio de Paula Filho, conhecido como Dondon e no Bangu A.C.

Aragão foi um dos grandes idealizadores do festival em homenagem a seu antigo companheiro de defesa, José Rodrigues. De acordo com Filho (FILHO, 2022), informações obtidas no *Jornal dos Sports* indicam que, apesar da proximidade entre os dois jogadores, uma desavença teria gerado um afastamento na relação. Apesar disso, Aragão fez questão de estar próximo nos últimos dias de vida de *back* Rodrigues, sua ex-dupla de zaga.

O mês de janeiro de 1933 se foi e poucas informações sobre o caso de *back* Rodrigues apareciam no noticiário até o dia 29 de janeiro do corrente ano, quando saiu no *Jornal dos Sports* que o Botafogo F.R iria assumir o “compromisso de suprir materialmente a ausência do chefe

² O “bicho” era uma espécie de gratificação dada aos jogadores durante o regime amador. Essa expressão se encontra com bastante frequência na obra de Mario Filho. Segundo consta em Filho, “o Vasco perdia, o “bicho” era um peru, vinte mil réis, no máximo um galo, cinquenta mil réis. Só era vaca de uma perna, de duas pernas, quando o Vasco vencia”. (FILHO, 2010, p. 171).

de família”.³ Porém, como pode ser visto em Filho (FILHO, 2022), no dia 5 de fevereiro do mesmo ano saiu uma reportagem no *Jornal dos Sports* acerca da possibilidade de uma *peleja* de brancos contra negros. No dia seguinte foi a vez de sair no *O Globo*. Tratava-se, até então, de um projeto idealizado por jogadores operários, negros, como o Aragão, Domingos da Guia e Bastos Coelhos.

Conforme presente em Filho:

A reportagem do *Jornal dos Sports* ponderou que: “os jogos pretos e brancos, muito bem em voga em São Paulo, são pouco popularizados aqui e por isso a iniciativa daquelas figuras populares do nosso football deve ser coroada de êxito”. Embora tenha sido essa a grande atração do festival, segundo consta, um time usou camisa branca (“team branco”) e o outro camisa preta (“team preto”). Com ambas as cores em campo, realizou-se uma alusão às cores do Botafogo F.R (FILHO, 2022, p. 65).

Esses fluxos culturais entre jogadores de diversas localidades merecem maior atenção dos pesquisadores. Em Filho (FILHO, 2022), pode ser lido que no Rio de Janeiro existiu uma equipe suburbana, o A.C Cordovil, que organizou um time formado inteiramente por pretos para realizar uma excursão, em 1931, para jogar partidas contra outras equipes formadas por negros em São Paulo.

Ainda segundo o pesquisador:

(...) a turma carioca que rumou a São Paulo era, em sua grande maioria, conhecida. O Zezé, Domingos da Guia e Sá Pinto, Marcello, **Aragão** e Ferro, Sobral, Ladislau da Guia, Maméde da Guia e Leônidas da Silva, Jaguarão, Seziano, Canhoto, Natal e Tinduca foram os jogadores que representaram o A.C Cordovil e a AMEA. Destes nomes, cinco eram do Bangu A.C em 1931, são eles: Domingos, Ladislau, Sá Pinto, Zezé e Jaguarão. Vários destes nomes estarão vinculados ao festival em homenagem ao falecido zagueiro do Botafogo F.R dois anos depois. Fazendo com que o historiador possa

³ Ver: “Um gesto nobre do Botafogo”. *Jornal dos Sports*, 29 de janeiro de 1933, p. 3.

especular uma rede de contato que ultrapassa as noções clubísticas (FILHO, 2022, p. 67).

Ao longo do texto, destacamos a importância das experiências relacionadas ao lazer e a prática esportiva dos trabalhadores do Rio de Janeiro, na época, capital do país. Em sua dissertação Filho (FILHO, 2022), discorreu que os periódicos temperavam as suas páginas com as novidades do festival em homenagem ao Rodrigues, apostando no fator "ineditismo" durante a divulgação do horário e local dos treinos, em igual medida, dos jogadores de diferentes clubes que compuseram o time de camisas pretas, formados por jogadores negros. "Em um deles, o *Jornal dos Sports* escreveu que sem a presença de todos os "convocados", arrecadou-se 23\$000 e todo o valor "foi entregue aos beneficiados com a iniciativa" (FILHO, 2022, p. 69).

A historiadora Diana Mendes (SILVA, 2021), como destacado anteriormente, chamou a atenção para a mudança de imagem em relação ao indivíduo negro por meio dos esportes. Nesse caso, em específico, como destacou Filho (FILHO 2022), era comum que as atualizações do festival viessem acompanhadas de rostos de jogadores afrodescendentes. Vale reforçar que:

E o dinamismo dos relatos, dos acontecimentos ganham forma na medida em que procuramos por eles ou temos acesso. Entre 1892 e 1902, existiu uma maior abertura para filhos de brasileiros ou de ascendência inglesa na prática do críquete e do futebol, como informa Melo. Algumas décadas depois, trabalhadores urbanos e jogadores de futebol realizaram, porque não, um dos eventos inaugurais da temporada de futebol de 1933 (FILHO, 2022, p. 69-70).

Conforme escreveu Filho (FILHO, 2022), a partir de reportagem de *O Globo*, o dia do evento foi um sucesso. Diversas atrações, entre elas, quatro partidas de futebol. A primeira um combinado da AMEA *versus* o Macao F.C, o segundo o Humaytá contra um combinado da segunda divisão da AMEA. O terceiro jogo foi uma goleada da equipe da Polícia Especial pelo placar de 8x1 e, por último, a grande atração que foi o time preto *versus* o time branco. "O time vencedor da noite,

o time “Preto”, formado por negros, esteve em campo com os seguintes nomes: “Zezé; Aragão e Fraga; Ferro, Arnó e Caudionor; Astor, Ladislau, Gradim e Miro” (FILHO, 2022, p. 70).

Conclusão

A leitura de historiadores ou de estudiosos de outras áreas podem estimular e abrir novos horizontes dentro do seu objeto de pesquisa. Durante a confecção deste subcapítulo da dissertação, ter tido contato com Sidney Chalhoub foi essencial. Em especial a seguinte passagem do seu livro *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*: “O ponto de partida é, portanto, distante de qualquer originalidade, mas é um ponto de partida simplesmente humano e existencial” (CHALHOUB, 2012, p. 346). Somados a isso, foi importante a percepção de Arlei Sander Damo acerca das “escassas referências à questão racial” em edições anteriores do Simpósio Internacional de Estudos sobre Futebol (SIESF) (DAMO, 2018, p. 60). A edição de 2022 contou com três mesas voltados para negros (as) no futebol e um total de onze trabalhos. Como ouvinte desse G.T destaco a influência de Marcelo Carvalho, idealizador do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, nos trabalhos apresentados e na mesa, do qual participou, chamado Racismo e Antirracismo.

A experiência e a solidariedade são conceitos que pertencem a uma tradição da história social. Um dos objetivos desse artigo foi mostrar como o esporte, mais especificamente o futebol, pode ser mais do que um meio de inclusão social ou um canal de expressão de diferentes camadas da sociedade, mas um canal de luta e reivindicação. Seguir essa tradição é apreender que existe uma mobilização que vem daqueles que estão silenciados e, ao mesmo tempo, atentar que existe uma rica tradição de investigadores e pesquisadores do passado e do presente com quem dialogar. Ao mesmo tempo, é fundamental olhar para registros de diversos clubes, diversos agentes históricos que sumiram do nosso tempo e

perceber que o cotidiano festivo, de lazer, desportivo possibilitou vários jogadores, sendo alguns operários, outros trabalhadores urbanos, de diversas etnias e raças serem sujeitos de suas próprias trajetórias ao desfilarem suas habilidades no campo de jogo para, se possível, conseguirem dias melhores para si. Historicizar sentimento comunal não é uma tarefa fácil, pois exige rigor e, sobretudo, sensibilidade para escutar

Referências

ALABARCES, Pablo. **Historia mínima del fútbol en América Latina**. Ciudad de México: El colégio de México, 2018.

BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?” In: BOURDIEU, Pierre. **Questões da sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3º ed. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

DAMO, Arlei. “Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política”. **FuLiA / UFMG**, v. 3, n. 3, set.-dez., 2018.

FILHO, Marcelo Viana Araújo. **Com o povo de Bangu, seus heróis: a formação do bairro operário no final do século XIX, o operário-jogador e o profissionalismo às claras em 1933**. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**, Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

GUEDES, Simoni Lahud. **Futebol Brasileiro: instituição zero**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1977.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. "O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980". BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges; MELO, Victor Andrade de. **O Esporte na Imprensa e a Imprensa Esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 LETRAS, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. 1998. 380f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República". **Revista História**, França-SP, v. 35, 2016.

SAVAGE, M. "Espaço, redes e formação de classe". **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2011.

SILVA, Diana Mendes Machado da. "Do branco ao negro, da elite ao popular: cultura visual, fotografia e futebol no início do século XX". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 34, nº 72, p. 107-128, Janeiro-Abril. 2021.

SOUZA, Glauco José Costa; FILHO, Marcelo Viana Araújo. "Da paixão ao dever, por um futebol desviante". **A História Através da História**. Seminário Discente PPGH-UFF. PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva, FREIXO, Bárbara Romano Athila; SANTOS, Jéssica Evelyn Pereira dos; SANTOS, Thaís Rodrigues dos; PACHECO, Yasmin da Silva. Rio de Janeiro (RJ): Ori Editora, Selo Corpora, 2023.

POR UMA HISTÓRIA DO CONCEITO DE LIMPEZA UM BALANÇO GERAL DA HISTORIOGRAFIA

Fernanda Olívia Lazaro Carvalho*

Introdução

Escrever um breve balanço historiográfico sobre a história do conceito de limpeza esbarra necessariamente no caráter polissêmico do termo. Limpeza pode ser usado em seu sentido ritual, moral, social, sanitário, étnico, religioso, entre outros. Na delimitação do objeto na atualidade, pode-se falar de limpeza como limpeza do corpo ou fora dela: a limpeza do espaço, o que mais tarde se complexificaria e daria lugar ao conceito de limpeza urbana. E pode-se falar ainda da limpeza que não objetiva nem o espaço, nem um só corpo (a construção discursiva do cuidado de si); trata-se da limpeza no seu sentido eliminacionista (a noção de “limpar” um território de grupos inimigos declarados) ou moral (a ideia de “limpar” um sistema político corrupto, associando muitas vezes a corrupção à ideia de sujeira”). Voltando ainda mais no tempo, entramos em usos distintos do conceito, uma vez que a imagem do que temos da limpeza na atualidade, isto é, a limpeza após a revolução pasteuriana se difere evidentemente daquele tempo em que não se conhecia a microbiologia e os efeitos “ameaçadores” causados pelos organismos invisíveis à olho nu.

Devido a essa diversidade de sentidos e, se tomado como objeto de temas e eventos que lhe atravessam, a literatura sobre a história da limpeza apresenta, portanto, um vasto e heterogêneo material

* Doutoranda em História no PPGH-UFF, sob orientação da Prof^a Francine Iegelski. Participa dos núcleos de pesquisa Observatório do tempo Presente e Epistasthai - Epistemologia e História Comparada das Ciências Humanas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

bibliográfico. Nesse sentido, é preciso fazer alguns recortes, tomando como referência inicialmente as pesquisas que propõem fazer de forma ampla e geral uma história da limpeza, ocidental e de longa duração. Cabe ressaltar que estas pesquisas estão centradas no estudo da limpeza do corpo e do cuidado de si. Posteriormente, descrevem-se as literaturas que pesquisaram sobre o tema dentro de um enquadramento religioso, ou seja, como parte de códigos de construção de hierarquias sociais e como parte de práticas morais, coercitivas e/ou violentas. Por fim, são descritos os trabalhos que atravessam o tema de forma parcial, mas que são fundamentais para a compreensão dos usos do conceito de limpeza (a corrupção, a limpeza urbana e a eugenia).

Cabe ressaltar que a construção desse balanço envolveu a seleção das bibliografias já conhecidas, bem como pesquisa avançada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no Catálogo Histórico de Teses e Dissertações (OHARA, 2020), no mecanismo de busca da plataforma Scielo e da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O protagonismo do corpo na “limpeza” como tema historiográfico

Inicia-se essa trajetória, chamando a atenção para a condição recente das obras que propõem fazer uma história da limpeza. Nas últimas décadas do século XX, o tema da limpeza deixou de ser encarado tradicionalmente como pano de fundo da escrita da história, passando a ser o protagonista da pesquisa, objeto de estranhamento e escrutínio.

No bojo desse movimento, destaca-se a obra *O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal* ([1985] 1996), originalmente publicada em 1985 pelo historiador e sociólogo francês Georges Vigarello. O livro examina a variação de atitudes em torno das categorias culturais de limpeza na França, desde a Idade Média até os últimos séculos. Vigarello ([1985] 1996) dá atenção principalmente ao lugar, ou mesmo ao não-lugar, da água e do banho ao longo dos séculos.

Isto é, a forma em que a água saía de cena na lavagem do corpo, entre a Idade Média e Moderna, e depois retornava ao fim do século XVIII nos hábitos da elite europeia. No intervalo em que a água perde protagonismo, o cuidado do corpo se restringe a troca das roupas, ao uso intenso de artifícios como perfumes e cosméticos e a lavagem da pele que é descoberta (mãos e rosto), pois a mudança do estatuto da limpeza no século XVII passa a mobilizar uma série de códigos de aparência. Apesar da indiscutível contribuição de Vigarelli ([1985] 1996) sobre o assunto, um ponto a se ressaltar é sua abordagem concentrada nos séculos do Antigo Regime, não indo além do conjunto de regras de higiene do século XIX.

Quem retoma a iniciativa de escrever uma história geral da limpeza, e o faz cruzando a linha do século XIX, é a historiadora britânica Virgínia Sarah Smith. No livro *Clean: a history of personal hygiene and purity* (2007), Smith vai até o século XX, explorando-o especialmente ao longo do capítulo sobre beleza corporal. Nessa seção, a obra adentra em assuntos que não foram trabalhados em *O Limpo e o Sujo* (1994), como a eugenia, o desenvolvimento da medicina preventiva e o modo de ser moderno, especialmente afetado no pós-segunda guerra mundial, com o advento da hegemonia global norte-americana. Não obstante seu título, a obra divide o protagonismo do objeto entre as categorias da limpeza, da pureza e da higiene, as quais Smith (2007) afirma representarem pelo menos três dimensões temporais (uma biológica profunda e lenta; uma sócio-histórica humana e acelerada; e bem na superfície, a oscilação efêmera da memória individual), empilhadas e sobrepostas uma em cima da outra.

A definição e distinção atribuídas por Smith (2007) entre os signos da pureza e da limpeza é, contudo, uma das passagens que mais se sobressaem a um olhar atento. Para a autora, a limpeza possui um sentido “simples” em que acredita estar “na base de tudo” e “parece representar nosso lado animal e humano – não apenas as demandas de nossa biologia extremamente antiga, mas também nosso amor ‘neolítico’ por arrumação, ordem e beleza”, enquanto a

pureza seria feita pelo humano (“man-made”), residindo também em “níveis profundos do tempo” (SMITH, 2007, p. 03). O tratamento da limpeza como categoria de raízes biológicas em relação às demais, justifica seu primeiro capítulo, no qual explora um suposto uso “técnico” e “mais objetivo” do termo (SMITH, 2007, p. 08). A autora, então, retoma algo que seria um “precedente” de toda história cultural humana para criar um elo “indiscutível” (“no disputing”) entre a limpeza e a sobrevivência como principal objetivo do organismo (SMITH, 2007, p. 09). Outro ponto a se ressaltar é que a autora também se aproxima da abordagem da limpeza enquanto atitude de asseio corporal, tal qual Vigarello (1994), pouco explorando as relações de poder construídas para além dos efeitos das regras da higiene e dos códigos de comportamento.

Importa frisar também as obras do filósofo francês Michel Foucault, que teve papel relevante em despertar o interesse de historiadores nos estudos sobre o cuidado com o corpo (cf. PORTER, 2001)¹. Especificamente sobre o signo da limpeza, apesar de não explorá-lo profundamente, Foucault (cf. 1984a, 1984b, 1984c) chamou a atenção para a relação imbricada entre as práticas de higiene e o nascimento da medicina social, do hospital e das políticas de saúde no século XVIII. Similar à abordagem de Vigarello ([1985] 1996) e Smith (2007), algumas de suas produções se destacam ao ressaltar a conexão do discurso da higiene com o enquadramento do corpo individual e social: “o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado” (FOUCAULT, 1984b, p. 99) fizeram e fazem parte de um jogo de cuidados, cujo papel da família e do saber médico em garanti-los e controlá-los foi essencial. Distinto ao trabalho de Smith (2007), contudo, a construção do corpo em

¹ Apesar das divergências entre os foucaultianos e os historiadores de linha mais clássica, Porter (2001) sublinha o significado especial dado por Foucault no seu entendimento da relação entre poder, saber e medicina como uma das suas maiores influências aos historiadores. Nas décadas de 1960 e 1970, Foucault deslocou estas categorias que eram aparentemente consideradas dadas ou naturais para se tornarem construtos, articulados por palavras e discursos, cujos efeitos disciplinadores nos corpos eram merecedores de atenção (PORTER, 2001).

Foucault é menos produto de um “lado animal e humano” e está mais relacionada à movimentação dos dispositivos de poder ao longo da história e das produções discursivas que lhe atravessam.

Limpeza e religião: os levantes religiosos e os estatutos de limpeza de sangue

É preciso destacar, contudo, o alargamento do conceito de limpeza em contextos que vão além do sentido já amplo que mobiliza o conjunto do corpo ou o conjunto dos objetos que podem representá-lo, noção mais fortemente explorada por Vigarello ([1985] 1996) e Smith (2007). No uso cotidiano, o conceito de limpeza não se restringe aos limites corporais do cuidado de si (banhos, usos de perfumes, códigos de vestimenta e de aparência) ou mesmo aos efeitos biopolíticos do século XVIII, tão bem descritos por Michel Foucault ([1976] 2010). Limpeza é um termo frequentemente usado para ordenar, separar e até repelir elementos que não tem necessariamente a ver com asseio corporal ou com as políticas de saúde.

Um exemplo disso está no capítulo “Ritos de Violência” da historiadora Natalie Zemon Davis ([1975] 1990). Em sua pesquisa sobre os levantes religiosos populares do século XVII na França, a autora percebeu que o termo foi frequentemente acionado em um período de extrema violência na Europa. Davis ([1975] 1990) observou que ambas as partes, reformadores e contrarreformadores cristãos, utilizavam os binarismos “poluição-limpeza” e “pureza-impureza” para articularem o discurso da violência. O objetivo mais frequente dos levantes era livrar a comunidade de uma “temida poluição” (DAVIS, [1975] 1990, p. 133). A palavra ‘poluição’ estava “frequentemente na boca dos violentos”, e o conceito servia também “para englobar os perigos que os que protestavam viam no inimigo sujo e diabólico” (DAVIS, [1975] 1990, p. 133). O trabalho de Davis ([1975] 1990) é uma ilustração de que se deve explorar o conceito de limpeza para além da historicização dos hábitos corporais. O seu uso em práticas coercitivas e morais é mais antigo do que a difusão do movimento higienista do século XIX, talvez

o recorte mais acionado para conceber a relação entre a limpeza e a violência ao longo da história.

No espaço semântico do religioso, o conceito de limpeza já aparece nos dicionários históricos franceses (“nettoyer” do latim “nitidus”, nítido) com carga de ordenação moral desde a antiguidade, pelo menos, desde a difusão do vocabulário cristão no século VI, onde se opunha a “corruptus”, falso, corrompido. No século XII, aparece com o sentido moral de “pureza, sem contaminação” e quando se trata de pessoas, de “lealdade, integridade e direito” (REY, 1994, p. 1318).

No século XV, a limpeza se tornou estatuto de sangue e foi explorado como instrumento de distinção e restrição religiosa. Para este caso, é importante mencionar os estudos envolvendo os estatutos oficiais de limpeza de sangue, um conjunto de códigos de distinção social que penetrou nas instituições ibéricas e foi transmitido para suas colônias. No Brasil, já durante o período colonial, os estatutos de limpeza de sangue, cujo pioneirismo institucional remonta ao Estatuto de Toledo na Espanha (1449), condenavam as pessoas “infectas” de sangue: os judeus, cristãos novos, entre outros que jamais poderiam ser considerados “fiéis honrosos” como outros cristãos devido à sua origem familiar. Tal produção que remonta a um sentido já conhecido de purificação religiosa opera, contudo, outro movimento dissociativo significativo: a noção de fé se desarticula do domínio religioso para o domínio racial, na medida em que se opera a confusão discursiva entre a certificação do sangue com a certificação da fé. Um movimento no qual o sentido físico da limpeza se aproxima mais uma vez do sentido moral do ato purificador religioso, mas também racial.

No rol das produções brasileiras, as produções de Evaldo Cabral de Mello ([1989] 2009), Daniela Pereira Bonfim (2014) e Aldair Carlos Rodrigues (2011) foram fundamentais para explorar alguns dos sentidos atribuídos ao conceito de limpeza na América portuguesa. De maneiras distintas, todos esses autores analisaram os códigos de limpeza de sangue como meio de habilitação de

Familiares no Tribunal do Santo Ofício. Uma das principais distinções está no recorte espacial dos autores: enquanto Bonfim (2014) analisa os registros de habilitações na Bahia, Mello ([1989] 2009) se inclina para os registros de uma família nobre e rica de Pernambuco e Rodrigues (2011) escrutina os documentos inquisitoriais de Minas colonial.

A literatura dos estatutos de limpeza de sangue é vasta e inclui ainda trabalhos que focam na questão racial destes códigos, já que os inimigos a serem perseguidos pela inquisição, os chamados “infectos de sangue”, eram principalmente cristãos-novos (judeus recém-convertidos), mouros, mulatos e indígenas. O artigo de Anita Novinsky (2006) é notório nesta abordagem racial, porque insere os estatutos de limpeza de sangue do período moderno na longa história do antissemitismo em Portugal e no Brasil, traçando relações com o nazi-fascismo do século XX (NOVINSKY, 2006).

A história da limpeza no Brasil em temas transversais: limpeza urbana, corrupção, higienismo e eugenia.

Nas produções brasileiras, o tema da limpeza, quando não se refere aos estatutos de sangue do período colonial, tem pouco protagonismo. Uma exceção é o livro de Mario Aizen e Roberto Moses Pechman (1985), *A memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro* (1985). Nesse livro, os autores traçam um panorama das políticas e hábitos de limpeza da cidade, chamando a atenção para a já existente a preocupação com a limpeza desde o século XVII. Segundo Aizen e Moses (1985), a câmara publicava normas que despachavam as ruas e praças de tudo aquilo que era considerado indesejável pela sociedade, sendo dejetos materiais, animais ou pessoas, a exemplo as figuras do louco e do embriagado.

Na maior parcela das publicações, contudo, o tema de limpeza aparece como coadjuvante, abordado principalmente dentro do amplo tema da corrupção ou, principalmente, no trato de eventos que cobrem as duas primeiras décadas do século XX, as décadas da

proliferação das teses sanitaristas, higienistas e eugenistas no país. Entre as produções mais relevantes envolvendo o tema da limpeza, sob a ótica da história da corrupção no Brasil, há o livro de Adriana Romeiro, *A corrupção e o poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII* (2017), e o capítulo de Rodrigo Patto Sá Motta, “Corrupção no Brasil Republicano: 1954-1964” (2012). Quanto às produções mais relevantes envolvendo a semântica da limpeza e sua associação com as teses higienistas e eugenistas destacam-se as produções de Nicolau Sevcenko ([1984] 2013) e Pietra Diwan (2015).

A obra de Romeiro (2017) cobre o século XVI ao XVIII e tem como um de seus objetivos explorar a circulação do conceito de corrupção no imaginário político da Época Moderna no Brasil, a despeito do que a parcela ampla da historiografia defende, por acreditar que não havia distinção entre público e privado e, portanto, não se podia falar em corrupção nesta época. Ao analisar os tratados sobre a moralidade e os deveres dos funcionários régios na península Ibérica, Romeiro (2017) sinaliza o uso do conceito “limpeza de mãos”, como uma virtude, um preceito moral, um imperativo cristão, inserido no movimento de disciplinarização dos funcionários de Estado que estabelecia um conjunto de normas e regras legais para o exercício de suas funções. A imagem das mãos limpas, – limpas, pois não recebem “dons” – então, se difunde e penetra na documentação sobre os desvios e as práticas de ilicitude no período colonial, aparecendo como forma de reduzir o ato de governar a um comportamento religioso que deveria ser seguido por todo “bom” cristão. A expectativa de manifestação desta virtude repousava tanto no governante, a título de exemplo, juízes e corregedores, quanto em todo “bom” cristão que não deveria se dobrar ao pecado capital da avareza, ou seja, do furto. A “limpeza das mãos” era, assim, um termo que localizava os vícios da corrupção no caráter da pessoa, e não na relação entre o sistema político e econômico, situação que se assemelha à forma como o tema da corrupção tem sido tratado popularmente no Brasil, nos últimos anos.

Ainda no trato da limpeza dentro do tema da corrupção, o capítulo de Rodrigo Patto Sá Motta, “Corrupção no Brasil Republicano: 1954-1964” (2012) aborda aspectos a serem considerados sobre o movimento de 1964. Sá afirma que, a partir da construção do comunismo e da corrupção como um mal duplo, são fabricadas as “operações de limpeza” e seus muitos Inquéritos Policiais Militares (IPM), os quais, em um primeiro momento, focaram na cassação dos direitos políticos e da demissão de certos funcionários públicos. Segundo Motta (2012), esse “ânimo purificador” anti-corrupção-subversão continuou a fazer parte do regime e foi um dos motivos para aplicar o Ato Institucional nº 5, com o objetivo de “aumentar o poder do Estado para retirar os entraves à desejada limpeza do país” (MOTTA, 2012, p. 211). O capítulo de Motta (2012) é, por conseguinte, valioso ao trabalhar a imbricação entre a noção de limpeza em seu duplo sentido de prática moralizante e de prática de extermínio ao longo da ditadura.

Em relação à inserção do tema da limpeza nas teses higienistas, a obra *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* ([1984] 2013) de Nicolau Sevcenko, produz reflexões interessantes sobre um dos efeitos mais violentos da produção dessas teses: a repressão administrativa e o terror instaurado sobre as várias camadas periféricas da população durante a campanha de vacinação de 1904. Nessa obra, o autor explica que a campanha fazia parte de um processo mais amplo da tese conservadora da “Regeneração”, que buscava transformar a capital federal por meio de medidas de saneamento e redistribuição espacial de grupos sociais. Nesse ímpeto reformador, o vocabulário da “limpeza” adquiriu centralidade, na medida em que “livrar a cidade desse ‘entulho humano’ representava uma extensão da política de saneamento e profilaxia definida pelo projeto de reurbanização” (SEVCENKO, [1984] 2013, p. 58). A comparação entre o extermínio de ratos, bactérias e detritos com o extermínio de grupos sociais foi simbolicamente representada pela própria escolha do nome da operação policial, a “Operação Limpeza”, que, nas palavras do então

chefe de polícia, buscava “varrer” as ruas “infestadas” do “pessoal habituado ao crime, o rebotalho ou as fezes sociais” (SEVCENKO, [1984] 2013, p. 58). Segundo Sevcenko ([1984] 2013), a “sujeira” a ser varrida eram as vítimas mais humildes: a massa trabalhadora, os desempregados, subempregados, imigrantes e os aflitos de toda espécie. Similar à análise de Motta (2014) a análise de Sevcenko ([1984] 2013) também indica a retroalimentação entre dois sentidos da palavra limpeza. Porém, nesse caso, a conexão se dá entre o sentido de extermínio social e o sentido médico/sanitário.

Sobre a associação entre o tema da limpeza e as teses eugenistas, um importante trabalho é o de Petra Diwan: “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo” (2015). Na seção em que examina o desenvolvimento das teses eugenistas no Brasil – chamado de “paradoxo tupiniquim” a autora descreve a incorporação do conceito de limpeza como “lavagem” para a sustentação do discurso eugenista. Na análise dos textos de Renato Kehl médico, farmacêutico e expoente das teses eugenistas no Brasil o livro descreve a relação construída entre o modo de agir dos eugenistas e os atos de esfregar, torcer e branquear “os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas” (DIWAN, 2015, p. 87). Uma das premissas do livro “Lições de eugenia” de Kehl residia justamente na articulação entre o embranquecimento da nacionalidade brasileira com a imagem do “sabão de coco” ariano. Diwan (2015) descreve que as dicotomias limpo-sujo, normalanormal, belo-feio, civilizado-incivilizado faziam parte de um discurso médico que afastava o sujeito observado do observador, o transformando em coisa anormal, não humana, passível de enquadramento em regras e processos técnicos.

Para além dos eventos que cobrem a política brasileira até a ditadura, é preciso considerar também a forma como o tema “limpeza” tem sido trabalhado nos anos mais recentes da história do tempo presente. Este é o ponto em que a discussão historiográfica mais esbarra em dificuldades. Quando se trata do tema limpeza dentro da área de História, e, assumindo como balizas temporais o

processo de redemocratização até a atualidade, não há evidência de produção que lhe dê protagonismo. É como se o interesse pela limpeza, mesmo quando objeto de uma história geral da limpeza ocidental, não fosse muito além da primeira metade do século XX. Enquanto tema de uma história da limpeza no Brasil, considerando as últimas décadas como recorte temporal, ele é ainda menos requisitado. Essa escassez tem certamente a ver com a reduzida quantidade de estudos no campo de História do Tempo Presente que ultrapassem os anos 1990, se tomarmos o conjunto da produção historiográfica brasileira.

Referências

AIZEN, Mario; PECHMANN, Roberto M. **Memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

BONFIM, Daniela Pereira. **Não possui fama nem rumor em contrário: limpeza de sangue e familiares do Santo Ofício (Bahia – 1681 – 1750)**. 2014. 179p. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ.

DAVIS, Nathalie. Ritos de violência. In: _____. **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 129 - 156.

DE MELLO, Evaldo Cabral. **O nome e o sangue**. Editora Companhia das Letras, [1989] 2009.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, [1966] 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 2011.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

- _____. O nascimento da medicina social. In: Machado R, organizador. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal; 1984a. p. 79 - 98.
- _____. A política da saúde no século XVIII. In: Machado R, organizador. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal; 1984b. p. 193-208.
- _____. O nascimento do hospital. In: Machado R, organizador. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal; 1984c. p. 99-111.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil Republicano: 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo [et al.] (org.). **Corrupção: ensaios e crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- NOVINSKY, Anita. Reflexões sobre o racismo: Portugal séculos XVI-XX. **REVISTA USP**, São Paulo, n.69, p. 26 - 35, março/maio 2006.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/>. Acesso em: 06 set. 2020.
- PORTER, Roy. **Reassessing Foucault: power, medicine and the body**. Londres: Routledge, 2001.
- REY, Alain (org.). Verbetes: Nettoyage. In: _____. **Dictionnaire culturel en langue française**. Vol.2. Paris: Le Robert, 2005, p. 1318.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. **Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas colonial**. São Paulo: Alameda, 2011.
- ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, [1984] 2013.
- SMITH, Virginia. **Clean: a history of personal hygiene and purity**. Londres: Oxford University Press, 2007.
- VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**, São Paulo: Martins Fontes, [1985] 1996.

JOSÉ VASCONCELOS, STEFAN ZWEIG, WALDO FRANK E OS CIRCUITOS DA BRASILIDADE MESTIÇA NOS ANOS 1920 A 1940

Lorena Ribeiro Zem El-Dine*

A mistura racial foi uma característica frequentemente notada por estrangeiros que estiveram no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX. Essa observação sobre a população brasileira, que, da perspectiva do racismo científico em voga, lançava dúvidas sobre o futuro do país, foi reinterpretada por cientistas e intelectuais brasileiros, ao longo das primeiras décadas do século XX, como uma marca positiva do país. A partir dessa virada interpretativa, no entreguerras, o Brasil se tornaria para o mundo exemplo da possibilidade do convívio harmonioso entre pessoas de diferentes raças e nacionalidades e, desse modo, apareceria como uma espécie de contraponto à Europa, mergulhada em nacionalismos e conflitos raciais que culminaram em dois conflitos mundiais (MAIO, WEGNER, SOUZA, 2021). Nesse contexto, as impressões de viajantes estrangeiros e as leituras de uma série de intelectuais brasileiros que se colocaram na cena pública como intérpretes do país, constituíram um repertório sobre a brasilidade mestiça. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) essa leitura otimista sobre a formação racial brasileira, a despeito de suas contradições, foi convertida em discurso oficial sobre a brasilidade. A partir de então foi se consolidando um imaginário acerca

* Pós-doutoranda do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa aqui apresentada está vinculada ao Laboratório Escritas UFF, vem sendo supervisionada pela Prof^a. Dr^a. Giselle Martins Venancio e conta com o financiamento do Programa de pós-doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo E-26/204.286/2021.

cordialidade brasileira,¹ da receptividade aos estrangeiros, do convívio harmonioso com as diferenças raciais e étnicas, que, a despeito do racismo e da extrema e persistente desigualdade social no Brasil mantém sua eficácia e presença difusa na percepção dos brasileiros e estrangeiros sobre o país.

A pesquisa em andamento se volta para o contexto dos primeiros esforços sistemáticos para a projeção nacional e internacional desse discurso, entre as décadas de 1920 e 1940. A efervescência cultural, os modernismos literários e artísticos, o ensaísmo histórico e sociológico e a política do governo Vargas são elementos chaves desse processo. Nesse contexto, o crescente fluxo de “visitantes ilustres” e a atenção que suas estadias e impressões sobre o país receberam na imprensa brasileira nos levam a perguntar sobre como esses viajantes e seus relatos sobre o país interagiram com as dinâmicas locais, contribuindo tanto para construção de interpretação do país, quanto para a sua circulação além do espaço nacional. No entreguerras, diante da crise vivenciada na Europa, a ideia de futuro foi sendo cada vez mais associada ao continente americano e este se torna um destino privilegiado para turistas intelectuais e exílios. Grande parte desses viajantes viram os países ao Sul do continente, antigas colônias ibéricas, como reserva dos valores espirituais da civilização europeia, renovados pelo ambiente e culturas do Novo Mundo. Locais onde poderiam temporária ou permanentemente encontrar interlocutores e desenvolver projetos científicos, artísticos, intelectuais. É nesse contexto, portanto, favorável às interações e transferências culturais que atores nacionais e estrangeiros participaram da elaboração de um discurso transnacional sobre a brasilidade mestiça.

Essa histórica valorização do brasileiro como mestiço e das relações raciais no país como harmônicas (que alimentam o mito da

¹ Não me refiro aqui ao sentido do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, porém à leitura enviesada do conceito, como sinônimo de homem bom, que foi capitaneada por Cassiano Ricardo, e se tornou preeminente no imaginário nacional (WEGNER, 2000, p. 53-58).

democracia racial) continua a oferecer à consolidação de uma sociedade plurirracial e pluriétnica e voltaram a ser objeto de discussão, a partir dos anos 2000, com o começo das discussões sobre políticas afirmativas e cotas para negros na sociedade brasileira (MUNANGA, 2020). Desde então, entre grupos da sociedade brasileira que vem se posicionando contrários a essas políticas, o entendimento de que não existe racismo no Brasil ou o de que ele não se manifesta com a mesma gravidade que em outros países, recorre em grande medida àquele imaginário. O fato é que mesmo tendo sido sistematicamente denunciado a partir dos anos 1950, por acadêmicos e militantes do movimento negro, o mito da democracia racial brasileira alcança os dias de hoje.

A partir dessa pesquisa buscamos contribuir para os estudos que analisam sua emergência, circulação e recepção ao longo da história brasileira. O tema é revisitado da perspectiva das interações entre viajantes estrangeiros e intelectuais brasileiros, assim como dos movimentos da política e diplomacia cultural brasileira nas décadas de 1920 a 1940. Nos debruçamos sobre as estadias brasileiras e os relatos de viagem do mexicano José Vasconcelos (1922), do austríaco Stefan Zweig (1936) e do estadunidense Waldo Frank (1942) e, a partir do estudo de suas edições e recepção na imprensa, procuramos analisar o modo como foram recebidos por leitores brasileiros, intelectuais e políticos, e estrangeiros, e circularam por diferentes circuitos intelectuais, nos países hispano-americanos, europeus e nos Estados Unidos. Consideramos que a perspectiva ibero-americanista de José Vasconcelos, a experiência da crise europeia, do agravamento dos conflitos raciais e do exílio, no caso de Stefan Zweig, e a da crítica à sociedade norte-americana e da função de mediador das relações culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, que Waldo Frank assumiu no contexto da política da boa vizinhança, participaram da construção da imagem do Brasil como um país o convívio inter-racial supostamente harmonioso servia de exemplo para o mundo. Por sua vez, buscamos identificar as modulações do discurso racial

no Brasil, desde a revisão da miscigenação em chave positiva, nos anos 1920, na qual José Vasconcelos aparece como interlocutor chave, como por seu entendimento como discurso oficial sobre a brasilidade, nos anos 1930 e 1940, a qual Stefan Zweig contribuiu para projetar internacionalmente, e Waldo Frank para confrontar as contradições e limites.

Os estudos sobre o imaginário em torno das relações raciais e da mestiçagem no Brasil costumam destacar a contribuição do livro *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, distinguindo-o como expressão mais refinada e influente da brasilidade mestiça. Além da desestabilização do conceito de raça então predominante, a partir do deslocamento do conteúdo biológico para o cultural, o livro de Freyre acrescentou novas perspectivas sobre os processos de mestiçagem, voltando a sua atenção para as contribuições das populações negras e indígenas para a nossa formação social. Além do impacto sobre o debate intelectual no Brasil, a partir das suas primeiras traduções na década de 1940, *Casa Grande & Senzala* contribuiu para internacionalizar a imagem do país como cenário de confraternização entre as raças, a ponto de no contexto pós-Segunda Guerra Mundial ter pesado na escolha do Brasil como foco das pesquisas da UNESCO (MAIO, 1999, p. 112-113; VENANCIO, FURTADO, 2021, p. 85).

Ao lado de ensaios como os de Gilberto Freyre, relatos como os de José Vasconcelos, Stefan Zweig e Waldo Frank reiteraram e difundiram a fórmula da brasilidade mestiça e o mito da democracia racial. Seus textos de viagem alimentaram circuitos e redes intelectuais, que, interligando a América Latina, a Europa e os Estados Unidos, valorizaram o Brasil como cenário da mestiçagem e convívio harmonioso entre as raças. A passagem desses viajantes pelo Brasil, na realidade, uma etapa do périplo sul-americano percorrido por inúmeros visitantes ilustres, entre as décadas de 1920 e 1940, coincide com um contexto no qual as viagens culturais organizadas em torno de conferências, da divulgação de ideias, da constituição de redes intelectuais e da concepção de projetos comuns

(como o da revista argentina *Sur*, impulsionado por Waldo Frank) se tornavam cada vez mais recorrentes (BRUNO, 2014, AGUILAR Y SISKIND, 2002). Este também é o contexto em que o mercado editorial brasileiro se expande, com a formação da Companhia Editora Nacional e da José Olympio (ver SORÁ, 2010), assim como a Editora Guanabara, de Abrahão Koogan, que, fundada em 1932, editou as obras completas de Stefan Zweig.

No Brasil, a principal recepção ao texto de José Vasconcelos se deu entre os modernistas verde-amarelos, grupo formado por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, em meados dos anos 1920 (CUCCAGNA, 2014, EL-DINE, 2017, COELHO, 2018). *La raza cósmica* (1925) se trata do relato da viagem de José Vasconcelos à América do Sul, realizada em 1922. Nessa ocasião, Vasconcelos esteve no Brasil como chefe da comitiva enviada pelo governo revolucionário mexicano para as comemorações do I Centenário da Independência brasileira (TENÓRIO, 1994, CRESPO, 2003). Foi a partir dessa visita e, sobretudo, da repercussão de seu texto de viagem, que o intelectual mexicano se tornou conhecido dos brasileiros.² A tese desenvolvida no prólogo da *La Raza Cósmica*, sobre a emergência de uma raça síntese no continente americano, especialmente nos países de tradição ibérica e católica supostamente mais propensos à miscigenação, serviu aos verde-amarelos para uma atualização do mito das três raças formadoras da nacionalidade brasileira.

O aparecimento futuro de um tipo mestiço, a chamada *raza cósmica*, como resultado da mistura entre todas as raças existentes, veio ao encontro da elaboração positiva da mestiçagem, a qual aqueles modernistas viriam a endossar às vésperas da Revolução de 1930. Se a mestiçagem era a porta de entrada para uma nova civilização, como sugeriu José Vasconcelos, o Brasil tinha um papel

² Nos países hispanoamericanos, a recepção de Vasconcelos é anterior e se deu de certa forma mais abrangente que no Brasil. Naqueles países, Vasconcelos ganhou notoriedade por sua atuação no campo educacional e apoio aos movimentos estudantis em prol do movimento da “reforma universitária” que, iniciada na Argentina, em 1918, espalhou-se pelos países da América Hispânica.

central suas na construção.³ Em 1934, o próprio presidente Getúlio Vargas afirmou em entrevista à *United Press* que os brasileiros formavam com os demais povos do continente uma raça cósmica (Vargas, *Jornal do Comércio*, 22 jul. 1934).

Além dos modernistas, outros leitores de José Vasconcelos no Brasil nomes da história da genética e do movimento eugênico no Brasil, como o cientista Octávio Domingues (1897-1972), que foi professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e da antiga Escola Nacional de Agricultura, e do jornalista Christovam Dantas (1900-1964). Dantas possui larga produção na imprensa brasileira, entre as décadas de 1920 e 1960, e, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em seus textos a referência a tese da raça cósmica lhe permitiu valorizar a mestiçagem brasileira e atualizar a ideologia do branqueamento da população brasileira, que teve no começo do século XX seu período de maior expressão (SKIDMORE, 1976).

Fora do Brasil, a tese da raça cósmica e com ela o papel do Brasil na constituição de uma nova raça e civilização futuras alcançaria outros circuitos. Além de sua provável circulação nos países hispano-americanos, especialmente nos círculos universitários, nos quais o intelectual mexicano era conhecido como “maestro de la juventud”, podemos sugerir sua ressonância nos debates acadêmicos, especialmente, no campo da sociologia. Cabe ressaltar que, em 1926, Vasconcelos realizou ciclos de conferências nas Universidades de Chicago e de Porto Rico. Um indício dessa possível circulação nas redes formadas por cientistas sociais e intelectuais estadunidenses e latino-americanos dedicados ao estudo dos africanismos nas Américas, são os artigos publicados pelo por Gustavo Urrutia, em 1937, a propósito dos Primeiro e Segundo Congresso Afro-brasileiro, no *Diário de la Marina*, de Havana. Neles, o intelectual cubano traduziu e comentou passagens

³ Alguns anos mais tarde, Cassiano Ricardo, à frente do jornal *A Manhã*, e Menotti Del Picchia, no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), participaram ativamente da construção do aparato ideológico do governo Vargas.

dos artigos publicados pelo então diretor do Instituto Hispano-Americano da Universidade de Porto Rico, Richard Pattee, no jornal *Opportunity*, de Nova Iorque, um dos quais intitulado “La Raza Cósmica en el Brasil”. Em 1938, Pattee foi convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para chefiar a *Division of American Republics*, colaborando para a implementação do programa de intercâmbio com os países do continente (GUIMARÃES, 2021, p. 235-236).

Em 1936, o judeu austríaco Stefan Zweig esteve no Brasil pela primeira vez. Em 1934, começara a viver o exílio, alternando estadias prolongadas na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, onde faleceu em 1942. Em 1936, recebeu um convite do governo brasileiro, que foi intermediado por seu editor no Brasil, Abraão Koogan, para se hospedar no país antes de seguir viagem para a XIV Reunião Internacional de Pen Clube, em Buenos Aires (DINES, 2013). Com menos holofotes que a visita de Zweig, convite semelhante foi feito a outros escritores que se dirigiram a reunião de poetas, escritores e romancistas que pela primeira vez era realizado fora da Europa. Esse aceno do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a intelectuais estrangeiros, que manifestassem o interesse de conhecer o país, resulta dos primeiros esforços do governo Vargas para uma reorganização da diplomacia cultural, no começo dos anos 1930, para organizar a propaganda do Brasil no exterior (ver DUMONT, FLECHET, 2014). A expectativa do governo brasileiro era a de que ao retornarem a seus países de origens esses viajantes escrevessem positivamente sobre o país. Segundo publicação oficial, no *Jornal do Comércio* (RJ), no dia 09 de janeiro de 1937, o Ministro Macedo Soares, que acabava de deixar o posto para assumir, em breve, o Ministério da Justiça, através do recente Serviço de Expansão Intelectual, teria conseguido “atrair para o nosso país a atenção dos homens mais eminentes da intelectualidade contemporânea, promovendo a visita de [Guglielmo] Marconi, Salvador de Madariaga, de [Emil] Ludwig, Stefan Zweig, Georges Duhamel, Jacques Maritain e N. Politis” e fomentar “um constante intercâmbio

por meio de visitas de escritores, professores e alunos”. O alcance dessas ações, segundo o texto, poderia ser medido pelos “artigos de Zweig, Ludwig e Duhamel, bem como as recentes e tão interessantes declarações do Sr. [Nikolaos] Politis sobre o Brasil publicadas nos jornais de França” (JORNAL DO COMÉRCIO (RJ), p. 4, 9 jan. 1937).

No começo dos anos 1930, a atração de imigrantes europeus como solução para a carência de mão de obras e povoamento do território, deixava de ser um dos focos da propaganda brasileira no exterior, como ocorrera até a década anterior (SKIDMORE, 1976, p. 142) A partir 1934, o Brasil passou a adotar um estrito controle imigratório, baseado em preceitos eugênicos (GERALDO, 2009), e uma política de valorização do trabalhador nacional, mestiço. A representação da população brasileira como predominante mestiça e negra, continuava a desagradar à parte da elite política e intelectual do Brasil no poder, porém, ante às consequências dos conflitos raciais na Europa e nos Estados Unidos, nos anos 1930 e 1940 era interessante fortalecer a imagem do país como um contraponto, como uma espécie de paraíso racial. Na imprensa, a suposta ausência de preconceito racial foi reiteradamente descrita como um traço cultural brasileiro e a autoridade do observador estrangeiro, experiente de outros contextos nacionais pautados pela segregação, foi constantemente mobilizada pelos intelectuais brasileiros para valorizar a mistura racial no Brasil. Em 1941 e 1948, por exemplo, na disputa entre Cassiano Ricardo e Sergio Buarque de Holanda pelo sentido da cordialidade brasileira, mencionada anteriormente, Cassiano Ricardo fez referência a José Vasconcelos e a Stefan Zweig, para argumentar que a cordialidade brasileira deveria ser entendida como sinônimo de bondade, de indisposição ao conflito e a violência, e predisposição à paz.

Em novembro de 1936, a imprensa brasileira iniciou a publicação da série de artigos, *Pequena Viagem ao Brasil*, que Stefan Zweig escreveu sobre o Brasil para periódicos europeus. Os capítulos “O Brasil: Primeiro, um curso para ajuda de europeus” e “A visita ao café”, foram traduzidos do alemão por R. Pinheiro

Guimarães, funcionário do Itamaraty, e veiculados pelo *Jornal do Comércio* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *O Estado* (PR), *O Combate* (MA). Outros periódicos, como *O Jornal* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Diário de Pernambuco* (PE) apenas repercutiram a divulgação do texto no exterior. Em 1938, *Pequena Viagem ao Brasil* foi incluído no volume 10 das obras completas de Stefan Zweig, *Encontros com homens, livros e países*, da Editora Guanabara.

Em “O Brasil: Primeiro, um curso para ajuda de europeus”, Stefan Zweig elogiou a solução que os brasileiros haviam encontrado o problema racial que afligia os países europeus e os Estados Unidos. Nas suas palavras, “nesse crisol enorme, [...] mesclam-se brancos, índios, negros, portugueses, alemães, italianos, eslavos e japoneses, cristãos, judeus, budistas e pagãos, sem que se estabeleçam distinções”. Para Stefan Zweig, perseguido na Europa por ser judeu e recebido calorosamente no Brasil, em 1936, esse era um tema bastante sensível. Tendo diante de si o horror nazista, o escritor reiterou o mito do Brasil como um paraíso racial, marcado pela convivência harmoniosa entre as raças (GRIN, 2002).

A série *Pequena Viagem ao Brasil* foi o primeiro ensaio de Stefan Zweig de interpretação do Brasil. Como notou Heike Muranyi, vários trechos desse texto foram, posteriormente, aproveitados pelo escritor no famoso *Brasil, país do futuro* (1941) (MURANYI, 2016, p. 6). O texto de 1936, no entanto, reflete o esforço do escritor de tradução do Brasil para o público estrangeiro e seu desejo manifestado no Brasil, em declarações aos periódicos locais, e após seu retorno a Londres, aos funcionários da Embaixada brasileira, de colaborar para o maior conhecimento do Brasil no exterior. Para além de suas observações sobre o tema racial, o encantamento de Stefan Zweig com país que elegeria mais tarde como um dos destinos do seu exílio, veio ao encontro dos anseios da política que o Ministro Macedo Soares buscou colocar em prática, no Serviço de Expansão Intelectual, no período em esteve à frente do Itamaraty, entre 1934-1936. Os diversos planos idealizados por Stefan Zweig, em 1936, um concurso literário anual para a seleção de obras de

autores brasileiros a serem traduzidos para o inglês e o francês, a cooperação entre o Brasil e a Áustria para o estabelecimento de programa de turismo pelo governo brasileiro, a publicação de um livro que reuniria os textos então dispersos na imprensa diária, de escritores que passaram pelo Brasil, o qual ele se encarregaria de prefaciar, para ser distribuído nas “Embaixadas, da Legações, Consulados e Companhias de navegação”⁴ acabaram, contudo, ficando pelo caminho.

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Estados Unidos, contra os países do Eixo, os interesses da política externa brasileira migraram expressivamente para o estreitamento dos laços com o vizinho continental. Lourival Fontes, recém afastado da direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo e atuando no Consulado Geral do Estados Unidos do Brasil escreveu, em 1943, um relatório ao Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, apresentando sua avaliação dos resultados da propaganda do Brasil nos Estados Unidos. No relatório, Fontes afirmava que o Brasil deveria intensificar algumas ações, dentre elas a promoção das visitas de correspondentes e jornalistas, assim como de “autores americanos” e “outras personalidades ilustres estrangeiras” que se encontravam refugiadas nos Estados Unidos, que se encarregassem “da tarefa de anunciar e explicar o Brasil ao [...] público de língua inglesa”. Sobre as condições nas quais seriam feitos esses convites, aconselhava não misturar “nossa gentileza com qualquer forma de imposição ou constrangimento” e que os convites ser feitos “individualmente” e “de preferência por intermédio de associações culturais, religiosas, artísticas”.⁵

⁴ Correspondência da Embaixada do Brasil, em Londres, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 26 de outubro de 1936. Arquivo Histórico do Itamaraty. 430.1 (82) (42) – Visita do escritor Stefan Zweig ao Brasil.

⁵ Relatório encaminhado por Lourival Fontes, do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brasil, ao Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, 17 de julho de 1943. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Como tem mostrado a historiografia a respeito da política externa brasileira nesse contexto, com as devidas proporções, o Brasil desenvolveu ações para divulgar a cultura brasileira nos Estados Unidos, isto é, colocou em prática o seu próprio *soft power*, aproveitando o ambiente favorável da Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos para com os países da América Latina (FERREIRA, 2006; VIEIRA, 2019).

No bojo dessa política, em abril de 1942, o escritor estadunidense Waldo Frank (1889-1967) chegou ao país com a missão de fortalecer os laços culturais entre o Brasil e os Estados Unidos. Não foi a primeira visita de Waldo Frank ao Brasil. Em 1929, o escritor realizou um périplo pela América do Sul, que incluiu rápida passagem pelo Brasil (AYÇAGUER, 2014, p. 255). A visão de Waldo Frank sobre o seu país e sobre seus vizinhos do sul, revisitava a oposição entre o materialismo anglo-saxão e o espiritualismo hispano-americano, na tradição arielista do ensaísmo hispano-americano (Ver JUAREGUI, 1998). Desde os anos 1920, Waldo Frank cultivou laços com uma série de intelectuais latino-americanos, como Victoria Ocampo, na Argentina, José Carlos Mariátegui, no Peru, José Vasconcelos e Alfonso Reyes, no México. Em livros como *Primera Mensaje a la America Hispana* (1930) e *America Hispana* (1930), endereçados aos intelectuais latino-americanos, Frank defendeu a integração continental, argumentando sobre a “complementaridade entre o norte materialista e o sul espiritual e humano” (LINO, 2009, p. 528).

Na imprensa brasileira, constam referências ao escritor a partir da década de 1920, em textos de modernistas, como Plínio Salgado (23 mar. 1927, p. 3) e Ronald de Carvalho (13 mar. 1932, p. 1) e do crítico literário e líder católico Alceu de Amoroso Lima (28 nov. 1926, p. 4). Gilberto Freyre chegou a mencionar um artigo de Frank em *Casa Grande & Senzala* (1933) (TOTA, 2000, p. 158). Na sua segunda visita ao Brasil, em 1942, patrocinada pelo quando esteve pela segunda vez ao Brasil, patrocinado pelo Office of Coordinator of Interamerican Affairs, Frank se aproximou de Freyre, do escritor Ribeiro Couto, e

fez amizade com Vinícius de Moraes, que o acompanhou em missão diplomática nas viagens pelos estados no Nordeste e Norte do Brasil. Quando *South American journey* foi publicado, nos Estados Unidos, em 1943, Vinícius de Moraes procurou obter apoio do governo brasileiro para a tradução do livro no Brasil, mas não obteve sucesso. Teriam pesado contra a publicação, o foco do texto de Frank na cultura afro-brasileira e na desigualdade social existente no país (MENEZES, 2010: 114; 2017: 2537).

Apesar do seu olhar para a pobreza e para os desníveis sociais no Brasil, no seu relato de viagem, Frank endossou a leitura positiva da mestiçagem e das relações raciais no país, que veio se consolidando, internamente, a partir da década de 1920. Tendo como referencial a segregação racial nos Estados Unidos, assim como nos pontos de vista dos intelectuais com os quais dialogou durante a estadia brasileira, o escritor viu no Brasil um modelo de democracia racial que poderia ser ensinado ao mundo (Frank, 1944, p. 194). No contexto em que o Brasil ingressava na 2ª Guerra Mundial contra a Alemanha nazista, essa definição que acenava para a ideia de democracia, conferindo uma particularidade no plano das relações raciais, era bem-vinda ao país, que, vivendo a ditadura varguista, procurava se projetar, ao lado dos Estados Unidos, como um exemplo de democracia para o continente (ver MAIO, 1998 e CAPELATO, 2003).

No mesmo contexto em que Frank escrevia e publicava sobre a sua experiência no Brasil, a expressão democracia racial se popularizava na imprensa brasileira. No acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, as ocorrências dessa expressão saltam de 5, na década de 1930, para 80, na década de 1940. Seu uso aparece pela primeira vez em dois artigos, de março e maio de 1937, publicados pelo diplomata brasileiro Nelson Tabajara, no *O Jornal*. Em dezembro do mesmo ano, o poeta Cassiano Ricardo usou a expressão em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, há poucos dias da instauração do Estado Novo (CAMPOS, 2005-06, p. 154). Gilberto Freyre, a quem a expressão ficou mais

fortemente associada, fez uso dela, pela primeira vez, apenas em 1962 (GUIMARÃES, 2012, p. 160).

No relatório de 1943, Lourival Fontes classificou o relato de viagem de Waldo Frank um dos “dois péssimos livros de negação e de deformação brasileira [...] editados recentemente”. O outro livro citado negativamente por Fontes era *Brazil under Vargas* (1942), do jurista do judeu alemão Karl Loewenstein, que vivia o exílio nos Estados Unidos desde 1936. Na imprensa brasileira, a resenha “Os equívocos e a malícia do sr. Waldo Frank, o jornalista Cavalcanti Povina criticou a constância de Frank em ressaltar “o negro, o mulato, como índices da nossa representação racial” (CAVALCANTI, *Jornal do Comércio*, p. 6, 28 nov. 1943). Povina também criticou sua opção por retratar a Zona do Mangue, no Rio de Janeiro. Outras críticas de leitores brasileiros ao texto de Frank, na imprensa, estão relacionadas com a desvalorização da forma ensaística (ver Venancio, Wegner, 2018), que, diferentemente, nos anos 1920, quando o livro de José Vasconcelos começou a circular no Brasil, ainda gozava de bastante prestígio no meio intelectual brasileiro.

Considerações finais

Entre as décadas de 1920 e 1940, os relatos de viagem de José Vasconcelos, Stefan Zweig e Waldo Frank interagiram com um ideário nacional que valorizava a miscigenação e percebia as relações raciais no Brasil como harmoniosas. Embora suas raízes históricas remontassem ao século XIX, e tenham contado com a intervenção de uma série de atores sociais, essa ideia foi catalisada por Gilberto Freyre, na década de 1930, e transformada em ideologia oficial (DOMINGUES, 2005), durante o governo Vargas. Os viajantes focalizados na pesquisa, além de emprestarem sentidos a esse imaginário, ao redor de expressões como *raza cósmica*, *país do futuro* e *democracia racial*, contribuíram para sua circulação em redes intelectuais no continente americano e europeu. Com isso, foram atuantes na consolidação de uma leitura positiva sobre o país, que,

no Pós-Segunda Guerra Mundial, atraiu os olhares do mundo, por meio das iniciativas da UNESCO (MAIO, 1998), na busca de soluções para os conflitos raciais.

Referências

AGUILAR, Gonzalo & SISKIND, Mariano. Viajeros culturales en la Argentina (1928-1942). In: GRAMUGLIO, María Teresa (dir.). **Historia crítica de la literatura argentina**, Buenos Aires: Emecé, 2002.

BRUNO, Paula (coord.). Visitas culturales en la Argentina, 1898-1936. Buenos Aires: Biblos, 2014. CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o mito da democracia racial brasileira: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, n. 68, p. 140-155, dez. 2005-fev.206.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o mito da democracia racial brasileira: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, n. 68, p. 140-155, dez. 2005-fev.206.

CAPELATO Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, George L. S.. Consumo cultural do pensamento vasconceliano na literatura modernista brasileira: intercâmbios intelectuais na constituição do discurso da raça latino-americana na década de 1920. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 25, jul.-dez. 2018.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil)**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.25, n.45, p. 187 - 208, 2003.

CUCCAGNA, Claudio. **Utupismo modernista: o índio no ser-não-ser da brasilidade (1920-1930)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig**. 4. ed. revista e ampliada Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latino-americanos**, n. 10, 2005.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 203-221, 2014.

FELL, Claude. **José Vasconcelos: los años de águila (1920-1925)**. Educación, cultura iberomericanismo en el México posrevolucionario. UNAM, 2009.

FERREIRA, Roberta Maria Lima. **A política brasileira de expansão cultural do Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

GERALDO, Endrica. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, v.15, n.27, 2009.

GRIN, Monica. Mito de excepcionalidade? O caso da nação miscigenada brasileira. In: Dutra, Eliana de Freitas. **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 321-340.

GRIN, Monica. Modernidade, identidade e suicídio. O "judeu" Stefan Zweig e o "mulato" Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 201-220.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

_____. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

JAUREGUI, Carlos. Calibán, ícono del 98. A propósito de un artículo de Rubén Dario, **Revista Iberoamericana**, v. 64, n. 184-185, p. 441-455, jul.-dec. 1998.

LINO, Sonia C. Onde está Waldo Frank? God bless a América Hispânica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 522-538, jul-dez. 2009.

MAIO, Marcos Chor; WEGNER, Robert; DE SOUZA, Vanderlei Sebastião. Race, science, and social thought in 20th-century Brazil. In: **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. 2021.

MAIO, Marcos Chor. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v.11, n1, p. 111-136, mai. 1999.

_____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, out. 1998.

MENEZES, Roniere. Imagens e ritmos afro-brasileiros em Orson Welles e Waldo Frank. **Anais do XV Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC**, p. 2534-2545, 2017. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais-artigos/?id=2129>. Acesso em: 01 set. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. 5ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MURANYI, Heike. Prefácio. In: Zweig, Stefan. **Pequena Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro. 1. Ed. São Paulo EDUSP, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TENÓRIO, Maurício. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o Centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 14, p. 123-148, 1994.

TOTA, Antônio P. **O Americanismo sedutor**: americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELLOSO, Monica P. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VENANCIO, Giselle M.; FURTADO, André C. **Mestiça cientificidade**. Três leitores franceses de Gilberto Freyre e sua máxima consagração no exterior. Niterói: EDUFF, 2021.

_____; WEGNER, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). **Varia Historia**, v. 34, p. 729-762, 2018.

VIEIRA, Ana Paula Leite. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ZEM EL-DINE, Lorena R. **A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verde-amarelo (anos 1920)**. 220f. (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

INDÚSTRIA E ESCRAVIDÃO EM RICHMOND: NOTAS DE PESQUISA

Matheus Sinder*

Indústria e Escravidão

A problemática da qual partirmos para analisar a relação entre indústria e escravidão no sul dos Estados Unidos se inicia na observação dessa mesma questão no Brasil. A partir do anos 1930 passaram a imperar o paradigma de que seríamos um país atrasado economicamente e, portanto, as análises sobre o nosso passado buscavam entender quais seriam as raízes do nosso atraso.¹ Esse paradigma foi por certo tempo predominante nas análises sobre a história da Indústria e da Industrialização no Brasil. Começou-se a se formar uma ideia dominante de que esse atraso ocorreria devido ao predomínio do latifúndio produtor para exportação e de uma população majoritariamente rural.

A partir desse paradigma as interpretações buscavam explicar quais teriam sido os principais obstáculos que inviabilizaram o desenvolvimento industrial brasileiro e, portanto, nossa modernização. Podemos observar isso no próprio título do brilhante trabalho de Nícia Vilella Luz: *A Luta pela Industrialização do Brasil* (LUZ, 1978). A autora enxerga um antagonismo entre o setor agrícola e o setor industrial da economia brasileira marcada

* Matheus Sinder, doutorando do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e Social (NEPHES) sob a orientação do professor Luiz Fernando Saraiva.

¹ Sobre as problematizações a respeito das ideias de atraso e arcaísmo na economia brasileira ver: ALMICO, Rita e SARAIVA, Luiz Fernando. *Raízes Escravas da modernização capitalista*. Niterói. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2017.

profundamente ainda por práticas mercantilistas. A permanência de ideias mercantilistas, os tratados de comércio com a Grã-Bretanha e a oposição dos plantadores contra a indústria teriam impedido a expansão industrial brasileira. Luz destaca portanto que *“não se efetuava a industrialização de um país a partir de um simples decreto concedendo liberdade econômica.”* (LUZ, 1978, p. 21). Sônia Regina de Mendonça nesse mesmo sentido destaca que o impulso industrializante liberado por Dom João VI seria sufocado logo no início pelos tratados de Aliança e Comércio e pelo tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra. (MENDONÇA, 2004).

Uma outra perspectiva sobre as fábricas, em específico as fluminenses, do século XIX será construída por Luiz Carlos Soares que pensaria a conformação da indústria em uma sociedade escravista (SOARES, 1996 e SOARES, 2015). Nesse sentido não pretendeu romper com as consagradas produções acadêmicas sobre a industrialização brasileira e sim identificar uma certa incompatibilidade entre o desenvolvimento industrial e a escravidão. Partindo do repertório teórico marxista, Soares aponta a existência não de uma indústria, naquilo que se refere a sistema fabril e trabalho livre assalariado, mas sim a um conjunto de manufaturas e oficinas artesanais e o crescimento do setor manufatureiro. Para ele essas atividades teriam um cunho capitalista e seu aparecimento só foi possível devido a concentração cada vez maior da escravaria no setor de agroexportação. Dessa maneira, sendo as plantations o centro da economia imperial daria não apenas o espaço para o surgimento dessas atividades capitalistas como também as suas limitações. É por isso que para Soares essas manufaturas não poderiam ser incluídas no processo de industrialização nacional.

Soares realiza uma grande contribuição ao observar essas manufaturas no centro dinâmico dessa economia integrada ao mercado britânico. Dessa maneira seria o crescimento do setor agroexportador do vale do paraíba, voltado para o mercado externo o que possibilitaria o investimento em outros ramos nos centros

urbanos. Porém, essas manufaturas não puderam fornecer as bases da industrialização pois possuíam um duplo limite: de um lado a concorrência dos produtos industrializados britânicos e de outro os próprios interesses dos senhores das plantations escravistas. Sendo assim, Soares vê uma incompatibilidade entre indústria e escravidão.

As ideias de Luiz Carlos têm fortes influências dos estudos de Hobsbawm sobre a Revolução Industrial Inglesa. Em *da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, o autor afirma: “Quem fala de Revolução Industrial fala do Algodão.” (HOBSBANW, 2000, p. 53). A indústria Têxtil foi um dos centros dinâmicos do processo de industrialização principalmente na Inglaterra quanto ao Norte dos Estados Unidos. Apesar da existência de algumas oficinas e manufaturas nacionais voltadas ao setor têxtil na primeira metade do século XIX elas foram ineficientes para o desenvolvimento industrial uma vez que sufocadas pela concorrência dos tecidos britânicos. Essa perspectiva superdimensiona o papel da indústria têxtil no processo de industrialização e não leva em conta que outros processos industriais após o Inglês ocorrem tendo como eixo dinâmico outros setores². Segundo ele:

Estas fábricas têxteis fluminenses não tiveram condições de se tornar o polo germinador de uma nova tecnologia industrial para outros ramos das atividades de transformação, tal como acontecera na Inglaterra, e a utilização de um sistema hidráulico de máquinas ou a vapor de pouca potência indicava muito bem os limites da indústria num contexto social em que ainda eram predominantes a agricultura de exportação e o trabalho escravo. Somente o declínio acentuado do regime escravista e da sociedade nele baseado, nos anos 1880, permitiriam o surgimento de novas possibilidades de desenvolvimento para as indústrias têxteis e outros ramos fabris, com a introdução do maquinismo a vapor e o crescimento exponencial da produção industrial (SOARES, 2014)

² Para pensar em outros processos históricos de industrialização ver: CURY, Vania Maria. **História da Industrialização no Século XIX**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2006.

Podemos perceber assim a aproximação das ideias de Soares com as do historiador estadunidense marxista Eugene Genovese. No livro clássico *Economia Política da Escravidão* (GENOVESE, 1976) o autor aborda a questão das indústrias existentes nas cidades do sul dos Estados Unidos e sua relação com o regime escravista. Genovese analisa uma relação de subordinação e dependência da cidade ao campo. Essa diferença hierárquica originária da escravidão, resultaria em cidades de pequeno porte e sem um mercado consumidor abundante, de maneira que as indústrias teriam oportunidades limitadas de desenvolvimento já que tinham o setor agrícola como principal comprador. As indústrias estariam assim subordinada aos interesses dos senhores de escravos que apenas a incentivavam na medida em que relacionassem as manufaturas dos centros urbanos com as demandas e necessidades da plantation. Além disso, embora a mão de obra utilizada nessas fábricas por vezes era mão de obra escravizada isso só ocorria se atendessem momentaneamente os interesses senhoriais. Genovese afirma:

A escravidão das plantations limitava de tal modo o poder aquisitivo do sul que este não podia sequer manter uma indústria razoável. A que podia ser estabelecida se ressentia, normalmente, da falta de um mercado interno suficientemente amplo para permitir seu funcionamento em grande escala. [...] Sem indústria suficiente para apoiar a urbanização, era impossível pensar em uma diversificação geral e extensiva da agricultura." [...] "A grande barreira para a indústria eram os empecilhos impostos pela escravidão à expansão do mercado interno, a acumulação de capital, a formação do empresariado, e a influência política dos fabricantes. (GENOVESE, 1976, p. 98)

Tanto Genovese quanto Luiz Carlos Soares concordam que escravidão e indústria são incompatíveis. A escravidão seria o obstáculo a urbanização, à formação de mercado consumidor interno e a indústria. Dessa maneira esses autores pensam a indústria como um conjunto de elementos que precisaria refletir a Revolução Industrial inglesa: fábricas onde há trabalhadores livres assalariados,

com utilização de máquinas-ferramentas, uma crescente urbanização e a polarização em duas classes: proletariado e industriais.

As ideias de Genovese indicam uma trajetória historiográfica parecida entre Brasil e Estados Unidos quando a temática é identificamos ao analisar a história da indústria e sua relação com a escravidão. Shearer Davis Bowman em “Industrialization and Economic Development in the Nineteenth-Century U.S. South”, (BOWMAN, 2005) destaca que tanto no ensino de história quanto em boa parte da historiografia o desenvolvimento industrial do Sul é visto como “atrasado”. Um dos argumentos que sustentam essa perspectiva é de que o Sul teria enfrentado diversas dificuldades econômicas devido a concorrência prolongada com o Norte e com a Inglaterra que por sua vez eram mais eficientes e produtivos. Essa “inferioridade econômica” do Sul ocorreria tanto pelo predomínio da agricultura, quanto, principalmente, por causa do trabalho escravo. Esse atraso econômico teria sido o responsável pelo baixo desenvolvimento industrial do Sul. Essa perspectiva permanece inclusive em pesquisas mais recentes, como de John Majewski em “A House Dividing” (MAJEWISKI, 2006) onde comparando a Pensilvânia e a Virgínia, conclui que o desenvolvimento urbano-comercial da Filadélfia possibilitou investimentos, tráfego e passageiros para a construção de grandes projetos de transportes, principalmente ferrovias. A explicação para essas diferenças estava no predomínio da agricultura comercial combinada com a escravidão, o que mobilizou os investimentos da Virgínia para as plantações limitando a densidade populacional, o crescimento das cidades, a formação de um mercado interestadual e por fim as manufaturas.

Shearer Bowman e Stanley Engerman estabelecem perspectivas que tratam grande parte dessas concepções enquanto mitos historiográficos. Bowman, nos fornece uma ferramenta de análise que se caracteriza por observar que o Sul dos Estados Unidos não é um bloco fechado, pelo contrário há intrarregiões em seu interior com dinâmicas econômicas distintas entre si, mesmo com o predomínio da escravidão. Dessa maneira, ele analisa a economia do

Sul escravista não pela ótica do atraso, mas sim de um conjunto de relações complementares e competitivas diante de uma realidade em que existia uma variedade de economias regionais/locais. Perspectiva próxima a que foi desenvolvida por Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico ao abordar as “economias mercantis escravistas regionais” no Brasil, o processo de dinamização econômica de outros espaços econômicos brasileiros e atrelados a outros produtos para além do café.

A partir de um exercício de comparação com outros continentes, inclusive o europeu, Stanley Engerman afirma se tratar de um mito que a economia do sul pudesse ser atrasada (ENGERMAM, 2005). Segundo ele, se o Sul fosse tratado enquanto uma nação separada até poderia ter um desenvolvimento industrial inferior ao nordeste dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, porém, ainda seria muito superior a boa parte do mundo. Engerman questiona que por se tratar de uma economia de grande base agrícola, as manufaturas desenvolvidas eram mais relacionadas à produção de produtos primários e ressalta o exemplo da indústria do açúcar e das manufaturas de descascar arroz, que não foram computadas por historiadores como sendo atividades industriais. Ou seja, nessa perspectiva, o setor agrícola não foi responsável por retardar o desenvolvimento industrial do Sul, mas antes produziu uma formação específica de indústria. Essas duas sociedades, marcadas por perspectivas historiográficas que lhes atribuíam uma posição de atraso econômico, vem sendo revistas nos últimos anos e demonstrando uma realidade mais complexa.

The Richmond Enquirer e The Richmond Whig e a Tradegar Iron Works

Sendo assim, conhecer o desenvolvimento fabril do Sul dos Estados Unidos durante a escravidão é identificar fatores importantes para o fenômeno da Indústria Escravista no Brasil da primeira metade do século XIX. Com isso, ao abordarmos as fábricas

no período anterior a Guerra Civil americana significa compreender a relação entre indústria e escravidão na fase de auge do escravismo no oitocentos. O início dessa discussão tem como ponto de partida estrutural a Era das Revoluções, por volta do último quarto do século XVIII. Será a partir da Independência dos Estados Unidos em 1776, que a questão da escravidão se tornou uma temática de resolução nacional, o que somado com a Revolução Industrial, que com variações de anos e décadas, pode ser apontado como fenômeno do final do século XVIII, dão novos contornos sistêmicos a escravidão nos Estados Unidos. A expansão das relações sociais do capital e a consolidação da Revolução Industrial constroem um novo tempo capaz de englobar diferentes fenômenos históricos em um processo de transformação simultâneo. Sendo assim, tanto Brasil quanto os Estados Unidos passaram por processos históricos próprios enquanto partilhavam de um processo histórico comum e simultâneo. Para investigarmos a relação da indústria e da escravidão nos tempos desse “novo escravismo” na Era das Revoluções pretendemos realizar uma escala de investigação partindo do âmbito local, onde propomos seguir a agenda de pesquisa aberta por Carlos Vallência Villa em tese de doutorado em História Social e defendida na Universidade Federal Fluminense (A Economia dos Negros Livres no Rio de Janeiro e Richmond 1840-1860) (VALLÊNCIA, 2012). Embora, tenha como tema os negros livres, e não os escravizados, Vallência observa que as aproximações entre Richmond e Rio de Janeiro uma vez que se constituíam por serem fundamentalmente atlânticas, escravistas e oitocentistas. Três elementos que as colocam no bojo das transformações que estamos indicando na virada do século XVIII para o XIX. Porém, além de sua caracterização como “escravistas”, “atlânticas” e “oitocentistas”, em Richmond encontramos outro elemento que torna ainda mais fecundo as possibilidades de análise e comparação: a presença de indústrias. Segundo Goldin havia em Richmond uma quantidade nada desprezível de fábricas, especialmente de tabaco e fundições

de ferro. Sendo assim, a partir de recortes sistêmicos e locais, será possível observar as “raízes escravistas da indústria” em Richmond.

Para isso, pretendemos fazer a análise de um empreendimento fabril de Richmond: a siderúrgica Tradegar Iron Works. A fábrica foi fundada em 1837 e inicialmente tinha uma produção de elementos de pequeno porte como pregos para ferrovias, porém até meados do século já era capaz de fornecer munições de artilharia, canhões, pontas de ferrovias e navios a vapor, produção que a tornou a maior siderúrgica do Sul dos Estados Unidos. Essa indústria teve uma longa duração chegando ao fim apenas em 1957, mais de cem anos após sua fundação.

A trajetória da Siderúrgica Tradegar é um importante janela de observação para analisar as relações entre atividades fabris e a escravidão. Para isso, recorreremos a pesquisa em jornais da época. Consideramos que na primeira metade do século XIX ocorre nos Estados Unidos uma expansão do espaço público de debate e informação, como também um crescimento do letramento da população, especialmente de Richmond. A cidade contava com uma consolidada rede de informações, notícias e arenas de opinião pública, principalmente através dos periódicos jornalísticos como o “Despacho de Richmond”; “Richmond Enquirer”; “Richmond Whig” “Richmond Examiner” e “Sentinela de Richmond”.

O que pretendemos aqui é apresentar as primeiras constatações da relação entre indústria e escravidão a partir das evidências encontradas nos Jornais. A princípio, vamos apenas elencar esses indícios encontrados nos jornais “Richmond Enquirer” e “Richmond Whig”. Somente após todo o levantamento realizado em todos os demais jornais é que será possível compreender a totalidade dos fenômenos industriais na cidade e sua relação com a escravidão. Os dois jornais citados foram escolhidos por portarem perfis editoriais distintos. Enquanto o Whig era fundamentalmente relacionado as ideias liberais de modernização econômica do Partido Whig, o Enquirer era um porta-voz das ideias e pensamentos dos senhores escravistas de Richmond.

Essa diferença de perfil editorial reflete diretamente nas notícias vinculadas nos respectivos jornais sobre a Tradegar Iron Works. Nas páginas do Enquirer é possível identificar que não há vinculação de notícias que relacionem diretamente a fábrica com a escravidão. Recebem destaque, nas páginas desse jornal, as relações “institucionais” da companhia e seus feitos fabris, como a notícia de 28 de Junho de 1839 que relata a fundição de um eixo para roda d’ água na Tradegar. Esse pedido foi realizado para cumprir uma encomenda da Manchester Cotton Manufacturing Company.

Enquanto o Enquirer ressaltava as grandes operações e peças fundidas e confeccionadas na Tradegar, o “Richmond Whig” nos deixa relatos sobre a relação desse estabelecimento fabril com a escravidão. Nas páginas do Whig, a Tradegar Iron Works era um modelo de empreendimento que deveria ser valorizado no Sul dos Estados Unidos. Na edição de 16 de Julho de 1841 é reproduzido um comunicado da National Intelligencer onde é apontado que não existe na União um estabelecimento semelhante a Tradegar. Nas palavras desse comunicado era necessário que os cidadãos do Sul “parassem de olhar para o Norte em busca de tudo” e encorajassem empreendimentos como a Tradegar.

Esse sucesso de Tradegar ocorria a partir do braço de escravizados. No dia 02 de Junho de 1848 um anúncio é publicado a pedido de JR. Anderson, administrador da Tradegar Iron Company, proprietária da fábrica Tradegar, sobre escravizados que fugiram da fábricas. De acordo com o anúncio:

George, contratado pelo Sr. Richard Hill desta cidade, propriedade do Sr. PH Price, perto de Verdon, condado de Hanover. Ele deve ter cerca de 25 anos de idade, um sujeito moreno escuro, corpulento e muito inteligente e ativo. Jordan, propriedade do Sr. Ed. Sydnor, de Hanover, tem cerca de 40 anos, também moreno escuro, muito alto, olhar abatido e fala muito devagar. Acredita-se que ele esteja à espreita pela cidade, e George também pode estar. Uma recompensa adequada será paga por sua apreensão e devolução para mim, na Tredegar Works.(02/06/1848)

Esse anúncio demonstra a presença de escravizados trabalhando na fábrica Tradegar. Porém, o que identificamos não foi essa realidade durante todo o período de existência do estabelecimento. Escravizados começaram a serem utilizados como mão-de-obra fabril nesse empreendimento apenas em 1847, anteriormente era grande a presença de imigrantes irlandeses como principal força de trabalho deste estabelecimento. O que nos chama atenção é que a utilização de escravizados é realizada apenas após uma greve de trabalhadores acontecer em 1847. Nas páginas do Whig é manifesta a intolerância com esse tipo de comportamento dos trabalhadores (a greve) e o principal argumento é que isso não é possível em uma sociedade escravista.

Tão rara é tal ocorrência na Virgínia, por qualquer motivo, que não foi pouca surpresa a recusa dos trabalhadores empregados neste estabelecimento em continuar seus trabalhos, mas sob certas condições que eles prescreveram aos proprietários. A mais importante dessas condições é aquela que não pode ser tolerada nem por um momento em uma comunidade escravagista, sendo nada menos que a afirmação de um direito de ditar aos senhores que tipo de trabalho eles devem empregar em seu serviço – um direito que, se concedida àqueles que agora exigem seu reconhecimento, pode e sem dúvida será posteriormente afirmada por outros, até que todo o controle do assunto tenha sido assim virtualmente transferido dos empregadores para os empregados [...]O direito dos empregadores de selecionar os tipos de trabalho que preferirem é um direito do qual a própria lei não pode privá-los – muito menos combinações de indivíduos, formados para fins de intimidação ou com o objetivo menos criminoso, embora indigno de induzindo, por outras razões, aquiescência às suas demandas.(28/05/1847)

Nesse trecho fica evidente que a comunidade escravagista não toleraria que a autoridade senhorial pudesse ser questionada, mesmo que por homens livres, porque isso poderia produzir um sentimento de que escravizados questionassem a mesma autoridade. A partir do ano seguinte, 1848, começam a ser empregados escravizados na

fábrica, ao que as fontes indicam com o objetivo de manter um controle maior sobre os trabalhadores fabris. Podemos observar assim como as fábricas não eram incompatíveis com a economia escravista, pelo contrário, eram fenômenos sinérgicos, uma vez que, em determinadas circunstâncias os senhores preferiam escravizados a trabalhadores livres.

Referências

Fontes Impressas: The Richmond Enquirer e The Richmond Whig
ALMICO, Rita e SARAIVA, Luiz Fernando. Raízes Escravas da modernização capitalista. Niterói. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2017.

BOWMAN, Shearer. Industrialization and Economic Development in the Nineteenth Century U.S. South in: DELFINO, Susanna e GILLESPIE, Michele. **Global Perspectives on Industrial Transformation in the American South**. University of Missouri Press. Columbia. 2005

CURY, Vania Maria. **História da Industrialização no Século XIX**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2006

ENGERMAN, Stanley. Southern Industrialization: Myths and Realities in: DELFINO, Susanna e GILLESPIE, Michele. **Global Perspectives on Industrial Transformation in the American South**. University of Missouri Press. Columbia. 2005

GENOVESE, Eugene. **Economia Política da Escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas. 1976

HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa e Omega. 1978

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: Moderna. 2004

SOARES, Luiz Carlos. **A indústria na sociedade Escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880).** Travesía, Vol. 17 N° 1. 2015. p. 55-77

SOARES, Luiz Carlos. **A indústria na sociedade Escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880).** Rio de Janeiro. **XVI Encontro de Regional de História ANPUH-RIO: Saberes e Práticas Científicas.** 2014

SOARES, Luiz Carlos. **A Indústria na Sociedade Escravista.** In: Lapa, José Roberto do Amaral e Szmrecsányi, Tamás. **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo. EDUSP. 1996. p. 281-306

VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. **A Economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012

“OS MÚLTIPLOS DE PORCOS E DIAMANTES” 40 ANOS DEPOIS: O DEBATE “MARTINS-SLENES” A RESPEITO DA CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA ESCRAVISTA OITOCENTISTA MINEIRA EM PERSPECTIVA

Artur Pereira Porto*

O debate *entre as dinâmicas internas e externas*¹ que permeiam o sistema escravista mineiro oitocentista, protagonizado pela interlocução entre Roberto Martins e Robert Slenes, havia ficado sem uma continuação desde a tréplica do último em 1985. Em 2018, o que parecia “encerrado” ganha uma nova resposta com uma nova publicação de Roberto Martins. À vista disso, bem como da necessidade de promover novos debates a respeito deste inacabado debate, que é feito esse breve comentário.

Esse debate intelectual,² o qual envolve a economia mineira, instala-se a partir do contexto de um embate mais amplo que se

* Mestrando no PPGH-UFF, orientado pelo professor Dr. Luiz Fernando Saraiva, membro do NEPHES (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Econômica e Social), laboratório de pesquisa CNPq ligado ao PPGH-UFF, e bolsista CAPES. E-mail de contato: arturpereiraporto@id.uff.br.

¹ Esta é uma referência ao meu trabalho monográfico, intitulado “Entre dinâmicas internas e externas. Revisitando o debate sobre o singular escravismo mineiro: Um balanço da historiografia econômica dos anos 1980 das Minas Gerais oitocentistas”, que estudou como objeto o debate historiográfico aqui em questão.

² Roberto Borges Martins constatou em seu doutorado defendido em Vanderbilt, nos Estados Unidos, que a província mineira era a “*antítese* da grande lavoura monocultora e exportadora organizada em *plantations*” (MARTINS, 2018, p. 199), e que a província havia sido pouco estudada e mal definida historicamente pela historiografia brasileira pelo fato de ser dominante nesta a ideia de que “as regiões que não participavam da atividade exportadora são sumariamente descartadas como decadentes, estagnadas e indignas de estudos e pesquisas. É negada a elas uma identidade econômica própria” (Idem, p. 31). Devido a este fato, seu objeto de estudo era inédito, afinal, Minas após a mineração do século XVIII era desinteressante ao estudo até então. Concluiu que a região a qual estudava dotava-se de uma

estabeleceu no campo historiográfico brasileiro em fins da década de 1970. Este se sucedeu, por sua vez, acerca da relação desenvolvida entre colônias e metrópoles no âmbito dos processos coloniais. Em resumo, questionavam-se as interpretações que entendiam que os processos econômicos e sociais das colônias se firmavam sempre a partir da metrópole, segundo as quais, as *exportações* coloniais representavam os fins da colonização, ou o “sentido”, como denominou Caio Prado (1961, p. 25-26), ao mesmo tempo em que inibiam a constituição de um mercado interno com suas próprias nuances. Novos historiadores procuravam explicar a colonização a partir de uma lógica interna *sui generis*, não obstante, sem recusar a existência da dominação metropolitana.³ Ao passo que a crítica à perspectiva que aqui denominamos “tradicional”⁴ se consolidava nos meios acadêmicos, esta ressurgia na USP com a tese de Fernando Novais, que aprofundou e estruturou as ideias da extração de excedentes das colônias a partir de um modelo, o Antigo Sistema Colonial.

característica própria peculiar na história das Américas. Era um grande “complexo” agricultor escravagista que não se voltava à exportação, mas sim para uma variada gama de atividades econômicas orientadas principalmente para o mercado interno, tendo para isso, ao longo de todo o século XIX, importado escravizados. Robert Slenes, embora reconheça este papel da escravidão na economia oitocentista mineira, questiona essa perspectiva inferindo que isto só era possível devido a algumas poucas exportações mineiras que se mantinham, como os diamantes e a exportação agropastoril do sul mineiro, que causariam efeitos multiplicadores sobre o interior da economia mineira, o que ampliaria a capacidade interna desta.

³ Ver (CARDOSO, 1980), (GORENDER, 2016), (LENHARO, 1993, p. 19-32) e a discussão feita na primeira parte dessa monografia.

⁴ “Tradicional” aqui não se refere aos primeiros intelectuais a pensar e escrever história no Brasil, como Francisco Adolfo de Varnhagen ou Capistrano de Abreu, mas sim àquela tradição que se criou nos trabalhos de história econômica de valorizar sobremaneira os aspectos agroexportadores da economia, que representariam a geração de riquezas, bem como dariam as explicações da persistente dependência brasileira, baseada em grande medida no modelo dos ciclos econômicos, com uma incipiente ou inexistente atenção ao mercado interno. Portanto, me refiro, por exemplo, a Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais, entre outros.

É em última instância o mercado europeu, a flutuação da procura europeia dos produtos ultramarinos (*Kolonialwaren*) que define a maior ou menor extensão da produção colonial. E claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser provido pela metrópole. Mas, ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção. Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores de produção exportadora; abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto (NOVAIS, 1989, p. 96).

O entendimento de Robert Slenes sobre a economia provincial mineira segue os caminhos apontados por Novais. Isto é, parte da ideia de que Minas Gerais durante o século XIX teria acolhido um fenômeno escravista de grande porte por conta de condicionantes que eram externas não só a província, como também o Brasil, de forma mais abrangente. A possibilidade de um desenvolvimento interno “autônomo” na província advinha justamente dos *efeitos multiplicadores*, ou seja, da sua capacidade de atuação no mercado externo, de forma direta ou indireta.

Em contraposição, situa-se a perspectiva de Roberto Martins. Dotada de uma tendência que percebe os fatores condicionantes da vida econômica (mineira) a partir de uma lógica interna de funcionamento. O que o aproxima da postura teórica exercida por Ciro Flamarion Cardoso, quando este assimila a presença de

variantes internas na colônia, as quais não estão contidas na generalização proposta pelo Antigo Sistema Colonial.⁵

É segundo esses moldes que Martins retribui às críticas de Slenes em seu *post-scriptum* de 2018,

É importante entender que o que está em debate não é se, o que, ou quanto Minas exportava. Que a província exportava várias coisas para seus vizinhos, está escrito com todas as letras (e números) desde a tese de 1980. Também não se está discutindo se as exportações, qualquer que fosse seu volume ou qualidade, geravam estímulos sobre a economia interna, criando emprego e renda [...]. O que realmente importa discutir é o peso relativo da demanda externa *em comparação com* o da demanda interna. É isso que determina o que era o “centro dinâmico” da economia (MARTINS, 2018, p. 465).

A demanda interna teria servido como *centro dinâmico* para o desenvolvimento do escravismo que ali se estabeleceu. Martins procura rebater a ideia dos *efeitos multiplicadores* das exportações a partir da apreensão de que a grande demanda interna mineira também provocava estímulos na economia. Estes, por sua vez, muito maiores do que os atraídos pela atuação comercial do setor externo da província.

Martins também questiona a força dos *efeitos multiplicadores* do setor externo mineiro, tendo em vista o encurtamento das cadeias desses estímulos para a região, dadas as características da pauta de exportação da província, baseada em gêneros primários agropecuários e manufaturados simples, especialmente na primeira metade do século (Idem, p. 446). De fato o modelo de desenvolvimento baseado nos *encadeamentos econômicos* proposto por Albert Hirschman denota algumas variáveis para a existência dos estímulos em cadeia a partir da produção de mercadorias,

⁵ A discussão que Cardoso faz sobre a *brecha camponesa* é o exemplo prático dessa postura historiográfica. O historiador se debruça sobre as produções que fogem à plantation primário-exportadora. Ver (CARDOSO, 1987, p. 54-90).

dentre as quais, a existência de atividades econômicas do tipo não primárias (HIRSCHMAN, 1958, p. 100).

Com relação à atividade mineratória, Roberto Martins concorda com Slenes que a exploração diamantífera deteve centralidade na comarca do Serro Frio. Diamantina viveu períodos de prosperidade e certamente a mineração gerava mais efeitos de *encadeamentos* do que a agropecuária na região Sul (MARTINS, 2018, p. 449 e 453). Apesar disso, questiona a fonte citada por Slenes, o relatório da “junta Diamantina”, a qual teria feito o historiador norte-americano superestimar a atividade, por causa de cifras exageradas sobre os arredores de Diamantina (Idem, p. 551-552). Além disso, Martins enuncia que se vivia de diversas atividades econômicas na região diamantina, que não só ligadas às pedras preciosas, apoiado em “Continente Rústico” de José Newton Meneses e “O Livro da Capa Verde” de Júnia Ferreira Furtado (Idem, p. 450).⁶

O extrativismo do ouro, por outro lado, é revisto por Roberto Martins, o qual passa a encarar essa atividade como uma espécie de centro dinâmico na economia mineira, concordando com Douglas C. Libby (1988, p. 307-333) sobre a influência especialmente das minas

⁶ “Continente Rústico” analisa o abastecimento de alimentos na comarca do Serro Frio durante o último quartel do século XVIII. Demonstra a diversificação produtiva e a centralidade nas atividades de produção agrícola e abastecimento na região que circunscreve Diamantina, tomando como base inventários *post-mortem*, testamentos e Atas da Câmara. “O Livro da Capa Verde” se debruça sobre a vida social no Distrito Diamantino no período do monopólio metropolitano sobre a exploração diamantífera com a Real Extração, também no último quartel do século XVIII, que teve início com o Regimento Diamantino de 1771. Martins remonta a seguinte citação de Júnia Furtado, “a vida da Demarcação, apesar de firmemente ligada à Real Extração, não se esgotava aí. Havia inúmeras outras atividades econômicas a que podia se dedicar o restante da população, o que movimentava uma considerável soma de dinheiro, fornecia empregos e permitia que um número significativo de pessoas pudesse encontrar formas de sobrevivência (...) a extração de ouro nos rios onde o diamante nunca fora encontrado ou já se achava esgotado foi uma prática constante e nunca foi interrompida (...) a agricultura foi outra atividade a que se dedicaram muitos indivíduos dentro da Demarcação” (FURTADO, 1996, p. 134-135 apud MARTINS, 2018, p. 450). Ver (MENESES, 2000) e (FURTADO, 2012).

do Morro Velho e da Passagem sobre o conjunto da economia provincial na segunda metade do século. Não obstante, apesar da influência dessas duas minas que eram exploradas por companhias britânicas, o historiador economista permanece com a percepção de que isoladas elas não explicavam o fenômeno escravista provincial. Ainda que gerassem de fato mais encadeamentos do que qualquer outra produção na região, eram dois esparsos empreendimentos no conjunto provincial mineiro (MARTINS, 2018, p. 463-464).

Não acredito, contudo, que a proposição de Hirschman e a contra argumentação de Martins inviabilize por completo a possibilidade da influência dos efeitos de encadeamentos do setor externo sobre o interior da economia mineira ao longo do oitocentos. A tréplica de Martins certamente implica a necessidade de um olhar mais aguçado e baseado em mais fontes empíricas que possam comprovar esses estímulos a partir de análises completas sobre a experiência produtiva de alguns gêneros na província, ainda que fossem fabricações simples e domésticas, como é o caso dos tecidos manufaturados. Da mesma forma como o próprio Slenes (1988, p. 461) pontua, “sem pesquisa em arquivos locais só podemos especular sobre os efeitos multiplicadores da economia de exportação em Minas”.

Apesar disso, devemos inferir sobre a capacidade da concepção de Robert Slenes em perceber um movimento na província mineira que, diferentemente da “pura sobrevalorização” do modo de produção primário-exportador aos moldes da plantation, presente em alguns trabalhos mais “tradicionais”, foi capaz de observar certas particularidades e até vantagens em torno de produções que visavam o mercado interno, sem que estas sejam vistas apenas como “atividades acessórias” (PRADO JR., 1970, p. 41), ainda que tenham constituído laços importantes de interdependência com as atividades de exportação.

Em contrapartida, a concepção de uma verdadeira ruptura entre o robusto escravismo de Minas Gerais ao longo do XIX e os famosos centros dinâmicos do Império, representados pelas regiões nas quais

se produzia para atender às demandas europeias, foi crucial para que Roberto Martins percebesse a atípica economia de Minas Gerais e realizasse sua pesquisa empírica. Por certo, se não fosse essa perspectiva, que observou desconexão entre o mercado interno mineiro e o setor exportador, não seria possível avançar na compreensão sobre certos aspectos do escravismo brasileiro, os quais fogem ao modelo de Novais. Aspectos e particularidades estas que foram capazes de constituir, apesar das divergências explicativas, uma experiência econômica única nas Minas Gerais oitocentista.

Dito isso, a dissertação de mestrado de Cristiano Cortes Restitutti, que realiza um estudo sobre as rotas comerciais das mercadorias que deixavam a província mineira ao longo do século XIX, dota-se de fundamental importância para compreendermos em perspectiva o debate Martins-Slenes.⁷

Restitutti realiza um minucioso levantamento das exportações mineiras entre os anos de 1839 e 1884. Um dos intuitos do economista é “interpretar o comportamento das séries de exportações desagregadas por rebedorias entre a primeira metade do século XIX e a década de 1880” (RESTITUTTI, 2006, p. 73). A partir desse levantamento efetua um exercício de comparação, como foi feito por Slenes, entre as exportações per capita mineiras e o total brasileiro, a partir de suas estimativas corrigidas. Para tal, baseia-se nos registros das rebedorias dos limites mineiros, o que o permitiu acesso aos dados relativos às exportações agropastoris principalmente. Quanto à exportação de minérios, Restitutti recorre a fontes secundárias já usadas por Martins e Slenes, por não haver “informações concretas sobre as exportações de ouro e diamantes na Minas provincial” (Idem, p. 59). Contudo, realiza uma leitura crítica sobre as cifras mencionadas pelos dois autores, através de novas

⁷ O trabalho inteiro de Restitutti nos auxilia na compreensão do debate pelo fato de trazer novas informações para o mesmo. O debate dos anos 1980 muitas vezes esbarrou na falta de dados empíricos que funcionassem como comprobatórios às hipóteses de um ou outro autor. Focamos em algumas de suas conclusões sobre as exportações de Minas Gerais ao longo do século. Ver (RESTITUTTI, 2006).

fontes secundárias para o tema, Francis Castelnau e Sebastião Soares.⁸ A partir de sua averiguação e leitura de ambos os autores chegou a um “meio termo” entre as duas concepções.

Confirmamos as suspeitas dos Martins de que durante a primeira metade do século XIX, mais precisamente até a década de 1840, o grau de comercialização per capita das exportações mineiras diminuiu. Entretanto, a economia de Minas Gerais não se desliga dos mercados externos. As atividades ligadas ao abastecimento do centro-sul do Brasil permanecem, ao lado do vigor cafeeiro. O que sustenta as exportações mineiras próximas a uma libra per capita em meados do século e superiores a este valor no último quartel do XIX. Há indiscutível recuperação das exportações per capita entre as décadas de 1840 e 1870, mormente devido ao café. Segundo Henrique Gerber, na segunda metade da década de 1850 os municípios da zona da Mata produziam 1,3 milhões de arrobas de café anualmente, dos quais um milhão era exportado e o restante consumido na província. Os elos no mercado interno mineiro de outros produtos exportáveis são mais evidentes, como a pecuária e a mineração de diamantes; já a mineração do ouro não dinamiza a economia como no século anterior. Estes indícios são favoráveis ao argumento de Slenes que as ligações da economia mineira com outros mercados, através do café, da mineração e da pecuária, por

⁸ Segundo Restitutti (2006, p. 61), em 1980 Roberto Martins “desconhecia o trabalho de Francis Castelnau e fez as estimativas por citação indireta do Dr. Wappäus através do tradutor do Pluto Brasiliensis de Eschwege, Figueiredo Murta. A tentativa estatística de Wäppaus, por sua vez, ‘é baseada em informações do Pluto e de Castelnau’. 167 Eschwege apresenta os dados oficiais totais até 1824, os quais Murta dá a entender como até 1827. Castelnau reproduz os dados de Eschwege até 1824, e a confusão reside em sua soma do total produzido até 1849, porque aí Castelnau inclui a estimativa de John Mawe de um terço de contrabando sob a Real Extração, ou seja, Martins (via Murta e Wappäus) assume como produção de 1828-49 também o contrabando adicional total de 1727-1824!”. Além de “Expedição às regiões centrais da América do Sul” de Francis Castelnau, utiliza como fonte indireta para obter suas estimativas de exportação de minérios “Elementos de Estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatistica commercial do Brasil” de Sebastião Soares Ferreira.

ínfima que fossem, geraram reflexos positivos não captados pelo fluxo de exportações (RESTITUTTI, 2006, p. 89).

O autor verifica a perda da capacidade de exportação da província na primeira metade do século XIX, o que está em acordo com alguns aspectos que Roberto Martins procurou demonstrar. Haveria de fato uma redução do papel das exportações para a província como um todo no adentrar do século XIX, o que talvez diminua o impacto da crítica de Slenes em relação às comparações de Martins entre a primeira metade do oitocentos e a década de 1870, para a qual o historiador economista dispunha do censo imperial, a única fonte demográfica mais segura que possuía à época.

Contudo, Restitutti verifica a influência das conexões comerciais de Minas Gerais com suas províncias vizinhas,

As exportações totais de Minas Gerais orçavam, na mesma época, dois milhões de libras esterlinas, ou seja, quase um terço da renda mineira advinha do setor externo. A produção pecuária do interior de Minas manteria seu papel abastecedor dos mercados mineiro e fluminense, mas a importância do café nas fronteiras com o Rio de Janeiro, durante todo o período, e com São Paulo, a partir do terceiro quartel do século XIX, deslocaria o centro dinâmico do setor de abastecimento interprovincial para as zonas cafeeiras (Idem).

Com base nesses dados, tende a concordar com a ideia de Robert Slenes de que as exportações teriam de fato gerado reflexos positivos no interior da economia mineira, o que contribuiu para a manutenção da capacidade mineira de importação de trabalhadores. O *centro dinâmico* da economia provincial teria se transferido das áreas de abastecimento do Sul para a cafeeira Zona da Mata, o que também estaria em congruência com Alcir Lenharo (1993).

Roberto Martins, no entanto, poderia argumentar que o estudo de Restitutti foca apenas exportações provinciais. Através desse recorte, o setor interno permaneceria em segundo plano. A respeito disso, Restitutti (2006, p. 89) afirma que “o mercado interno mineiro era robusto, conforme pregado pelos Martins. Mas os dados

permitem inferir tão-somente sobre os elos externos, e desconhecemos fontes quantificáveis para o mercado interno mineiro e assim compará-lo ao mercado interprovincial”.

De fato, o ponto de Martins é de difícil comprovação, uma vez que infere sobre a produção e consumo internos, para os quais pouca informação é possuída, o que faz com que o historiador economista dependa apenas de suas estimativas indiretas a respeito do consumo interno.⁹

Tão somente pode-se inferir, a depender do recorte e fontes utilizados pelos novos pesquisadores, que a concepção de um será privilegiada em detrimento a do outro. É isso que acontece quando Slenes enfatiza as duas primeiras décadas do século XIX, quando o algodão de Minas Novas respondia à grande demanda britânica e o abastecimento do Rio de Janeiro se encontrava em pleno vapor com a chegada da Corte, ou as décadas finais do Império, quando o café da Zona da Mata tinha atingido seu ápice, e o oeste paulista se

⁹ “A razão de ser da economia mineira era a própria Minas. Qualquer que tenha sido a importância real das exportações mineiras no abastecimento do Rio de Janeiro, elas não eram mais do que uma pequena fração da produção provincial total dessas mercadorias. Mesmo nos poucos casos excepcionais mencionados acima, as quantidades consumidas internamente eram muito superiores aos volumes exportados” (MARTINS, 2018, p. 224). A tabela 5.13 em (Idem, p. 225) apresenta o consumo interno como porcentagem do produto total da província mineira. Contudo, para fazer esses cálculos, o historiador economista utiliza uma série de fontes indiretas, com certas ressalvas, por não dispor de fontes exatas para os padrões de consumo de Minas Gerais. Além de utilizar fontes estatísticas de outras localidades para a mesma época, devemos compreender a dificuldade de estipular características de consumo de uma população, ainda mais quando se trata do Império, para o qual escasseiam fontes estatísticas precisas. Martins recorre à “Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo” de Daniel Pedro Muller, “Rio Claro: a Brazilian plantation system” de Warren Dean, “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, “A Cana de Açúcar em Minas Gerais” de Miguel Costa Filho e “Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources, together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation” de Johann Jakob Sturz. Para sua metodologia e notas, ver (Idem, p. 369-371).

desenvolvia. Outros períodos tendem a valorizar a concepção de Martins, como as décadas de 1830 e 1840, assim como meados de 1850, no cenário de crise mundial e quando os diamantes perdem grande parte do seu valor no mercado, momentos nos quais as exportações mineiras se encontravam de fato em baixa.

Muito se tem ainda por fazer na direção da pesquisa efetuada por Cristiano Restitutti, no que concerne explorar as dimensões e os limites da economia mineira do século XIX. Tanto Martins quanto Slenes apontam para algum desenvolvimento e modernização no âmbito do mercado interno brasileiro no século XIX. Para Roberto Martins, criou-se um contexto no oitocentos em Minas que propiciou esse desenvolvimento a partir do próprio mercado interno mineiro. Slenes intervém à tese de Martins nesse sentido, o desenvolvimento e modernização averiguados nas redes do mercado interno seriam frutos de conexões com mercados mais longos. Contudo, o crescimento demográfico mineiro demonstrado por Martins também o surpreende, talvez até por este fato tenha sido o principal interlocutor de Roberto Martins e após ler o artigo de 1983 da HAHR, prontamente se pôs a pesquisar sobre Minas e ler com cuidado “Growing in Silence”.

O próprio fato de Minas Gerais ter se destacado de forma notória no comércio internacional de algodão no primeiro quartel do oitocentos (MARTINS, 2018, p. 228, RESTITUTTI, 2006, p. 83), e nos anos seguintes praticamente suspender as exportações de algodão “cru”, no entanto nunca cessar por completo a exportação de panos manufaturados para outras áreas do Brasil, é de chamar a atenção para a peculiaridade regional que a historiografia ainda muito tem por desnudar, apesar da profusão dos estudos a partir da década de 1980.

Não se trata de “tirar ou pôr nos trilhos” a província de Minas Gerais (MARTINS FILHO e MARTINS, 1984, p. 141, SLENES, 1988, p. 489),¹⁰ mas sim de avançar na compreensão sobre a complexa

¹⁰ Em 1984, na resposta dos irmãos Martins ao primeiro comentário crítico de Slenes, de 1983, os irmãos atribuem à Slenes a tentativa de “pôr Minas Gerais de volta aos

realidade oitocentista brasileira. Isto é, entender a economia de Minas Gerais nesse escopo, e, especialmente, apreender mais sobre o escravismo, suas dimensões e raízes na formação econômico-social brasileira. E é isso que esse debate metodológico e teórico entre os dois autores faz, cada qual com sua concepção, embora, como vimos, não sejam completamente excludentes entre si.

Referências

CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *In*: LUNA e CANO, Economia escravista em Minas Gerais, **Cadernos IFCH**, UNICAMP, Campinas, n.10, p. 1-8, outubro, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. *In*: LAPA, José Amaral (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 109-132.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da**

trilhos”, ou seja, tentar restabelecer os laços da província com a plantation (MARTINS FILHO e MARTINS, 1984, p. 141). Em sua famosa tréplica, de 1985, Slenes responde (SLENES, 1988, p. 489), “a tarefa que enfrentamos não é a de colocar o caso de Minas oitocentista “de volta nos trilhos” [...], nem a de ‘descarrilhá-lo’, mas a de construir um novo caminho. [...] Seja a província uma economia autárquica ou profundamente ligada às atividades de exportações, certamente é um caso à parte, e um desafio aos modelos existentes da escravidão moderna”.

Real Extração. Coimbra: Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2012.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale, 1958.

LAPA, José Amaral (Org.). **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-184**. São Paulo: Símbolo, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a Propósito da Problemática da Decadência. *In: Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 147-171, junho, 1979.

MARTINS FILHO, Amílcar e MARTINS, Roberto B. Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. **The Hispanic American Historical Review**, Duke University, v. 63, n. 3, p. 537-568, agosto, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. **Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENESES, José Newton Coelho. **O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. 250 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

- PAULA, João Antônio de. **O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história.** História Econômica & História de Empresas, v. 5, n. 1, p. 7-39, Julho, 2012.
- PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884.** 334 p. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.
- SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, Campinas, v. 8, n. 2, p. 129-153, janeiro, 1999.
- SLENES, Robert W. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888.** 728 p. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of History of Stanford University, Palo Alto, 1976.
- SLENES, Robert W. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, setembro, 1988.
- SLENES, Robert W. Comments on “Slavery in a Nonexport Economy” I. **The Hispanic American Historical Review**, Duke University, v. 63, n. 3, p. 569-581, agosto, 1983.
- TOMICCH, Dale. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial.** São Paulo: Edusp, 2011.

CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EM HAVANA: A REVOLTA DE APONTE E O MUNDO CARIBENHO (1791-1812)

Mylenna Ferreira da Silva*

A Revolta de Aponte foi uma série de levantes ocorridos nos três primeiros meses de 1812 em diferentes lugares de Cuba, tendo Havana como palco principal. O nome da revolta faz referência a seu grande líder, o negro livre José Antonio Aponte, morador da cidade de Havana. O presente trabalho tem como objetivo central analisar a circulação de ideias revolucionárias no mundo caribenho, utilizando da Revolta de Aponte como indício dessa circulação e como concretização de ideais revolucionários. Além de analisar a circulação de ideias revolucionárias, também se dedicará a entender a circulação do conhecimento sobre os eventos que estão relacionados a essa revolta e suas conexões.

Desta forma, é possível compreender a circulação de ideias relacionada à Revolta de Aponte de duas formas, uma dessas formas está relacionada com as diferentes evidências que demonstram que essa revolta foi duplamente afetada pelas ideias revolucionárias vindas do Haiti. A primeira evidência de como essas ideias podem ser percebidas é através da ação dos revoltosos que se inspiraram no exemplo de sucesso haitiano para alcançar a independência política de Cuba e a libertação dos homens e mulheres escravizados. Já a segunda evidência está relacionada com a condenação dos insurgentes.

Outra forma de compreender essa circulação está conectada com a circulação do conhecimento produzido por uma parcela da historiografia pouco preocupada com o estudo e a divulgação desses eventos. Nesse sentido, o trabalho buscará entender a relação entre

* Mestrado em História no PPGH-UFF, orientado pela professora Ynaê Lopes dos Santos.

silenciamento, sentimentos políticos e os embates entre nacionalismos e imperialismos dentro do campo intelectual.

Desta forma, o trabalho está dividido em duas partes que almejam discutir a circulação de ideias entendendo as diferentes particularidades de cada ponto de análise. A primeira parte se intitulará *Circulação de Ideias no Mundo Caribenho*, e a segunda se chamará *Circulação do Conhecimento Sobre a Revolta*.

Circulação de Ideias no Mundo Caribenho

A Revolta de Aponte, como entendemos atualmente, é um conjunto de conspirações ocorridas nos três primeiros meses de 1812 em diferentes lugares da ilha cubana. Os principais nomes dessa revolta são José Antonio Aponte, líder da revolta; Juan Barbier, francês de Saint Domingue; Tirburcio Peñalver, escravo; Juan Bautista Lisundia, livre; Clemente Chacón, soldado da milícia de pardos e mulatos; Salvador Ternero, líder do cabildo; e Estanislao Aguilar, mulato livre (CHILDS, 2016, p. 113). Todos esses personagens moravam no bairro de Guadalupe, em Havana, e frequentavam o mesmo círculo social. Eles foram presos e condenados à morte após os feitos de Março de 1812.

A primeira insurreição de 1812 ocorreu na cidade de Puerto Príncipe no dia 15 de Janeiro em uma plantação conhecida como Najasa, “os rebeldes queimaram a casa do senhor, mataram três brancos e espalharam o movimento para plantações vizinhas.” (CHILDS, 2016, p. 123). Antes de serem contidos, os rebeldes de Puerto Príncipe conseguiram invadir plantações vizinhas a Najasa, onde destruíram plantações e mataram mais oito pessoas brancas. No dia 29 de Janeiro, os insurgentes foram enforcados em praça pública, ao total foram catorze pessoas executadas. Além dos mortos, 170 escravos e negros livres foram presos.

A segunda conspiração ocorrida em Cuba foi a da cidade de Bayamo. Esta conspiração foi interrompida antes mesmo de acontecer. Entre o final de janeiro e início de fevereiro, foram

espalhados rumores de que rebeldes fugidos de Puerto Príncipe estariam se encaminhando para Bayamo para reproduzir os feitos interrompidos pelas autoridades de Puerto Príncipe. Esta conspiração foi delatada pelo escravo, Antonio José, que informou a seu senhor sobre os planos de José María Tamayo, um negro livre, conhecido pelo apelido de MataMuchos. Na casa de MataMuchos foram encontrados armas e munições, além disso, também foram encontrados dois rebeldes de Puerto Príncipe escondidos na residência. Demonstrando assim, a conexão entre as duas conspirações. Os investigados foram presos e condenados a permanecer em uma prisão na Flórida.

A terceira insurreição ocorreu na cidade de Holguín. Com o exemplo dos eventos ocorridos em outras cidades cubanas, as autoridades em Holguín se prepararam para uma possível revolta escrava e iniciaram um processo de investigação antes mesmo de uma suspeita substancial. O governador Armiñan convocou todos os homens capazes para integrar a milícia como medida de prevenção contra possíveis revoltas escravas. Nesse sentido, Childs afirma “a possibilidade de rebelião provocou terror na maioria das mentes de brancos por toda Cuba, mas poucos mostraram tanta apreensão como os habitantes de Holguín.” (CHILDS, 2016, p. 133).

No entanto, as autoridades de Holguín não fizeram nenhum progresso em descobrir detalhes sobre rebeliões durante o período do final de fevereiro e da primeira semana de março. Contudo, em 11 de março de 1812, uma escrava não identificada nem por nome e nem por senhor, denunciou que ocorreria na noite do dia 14 ou na noite do dia 15 uma insurreição. Nesse contexto, a investigação conseguiu avançar e Juan Nepomuceno foi preso e condenado pelo crime de líder da conspiração. No entanto, não há provas evidentes de que Nepomuceno fosse de fato líder da conspiração de Holguín, ou se o mesmo foi usado como artifício para solucionar um medo excessivo de uma conspiração de escravos.

Por fim, a quarta e última insurreição de escravos, a Revolta de Aponte em Havana. Esta revolta foi orquestrada na cidade de

Havana, mas teve seu ponto alto no interior, na fazenda Peñas Altas. No dia 14 de Março de 1812, se dirigiu para o interior, próximo a Havana, Estanislão Aguilar, Juan Bautista Lisundia e Juan Barbier.

Antes de aprofundar nos acontecimentos ocorridos em Peñas Altas, é importante discutir o personagem de Juan Barbier. Esse homem se identificava antes da Revolta de Aponte como Jean François, um dos primeiros líderes e veterano da Revolução Haitiana. O verdadeiro Jean François¹ visitou a ilha cubana em 1795, mas devido ao seu histórico militar foi impedido de circular livremente pela cidade de Havana provocando especulações sobre sua imagem. Nesse sentido, Juan Barbier, se apropriou desse personagem para legitimar a causa da Revolta de Aponte, e sua legitimação foi intensificada com a coroação de Henri Christophe em Junho de 1811. Juan Barbier foi apresentado por José Antonio Aponte para outros associados como Jean François em Havana. Já no interior, Juan Bautista Lisundia cumpriu esse papel ao levar Juan Barbier para discursar para escravos em Peñas Altas, onde Barbier interpretando François afirmou que tinha ordens diretas do rei do Haiti para liderá-los em uma revolução (FERRER, 2014, p. 270). Nesse sentido, Ferrer afirma

seja na casa de Aponte na cidade ou em uma cabana de escravos no campo, o desejo de liberdade e o chamado às armas ganharam forma material, personificado por um homem que se autodenominava Jean-François e legitimado pelos documentos escritos papéis de liberdade que ele segurava nas mãos. (FERRER, 2014, p. 286).

Esse papel interpretado por Juan Barbier é umas das evidências da circulação de ideias no mundo caribenho e da potência desses ideais revolucionários que circulavam na região naquele período.

Desta forma, alimentados com o discurso de Juan Barbier, os rebeldes queimaram as plantações de Peñas Altas e mataram homens brancos. Em seguida tentaram reproduzir o sucesso de

¹ O legítimo Jean François morreu em 1805 na Espanha.

Penãs Altas em outras plantações vizinhas, as plantações de Trinidad, Santa Ana e Rosario, no entanto foram contidos pela milícia local, “em Santa Ana, os rebeldes foram derrotados, e nas semanas e meses seguintes, as autoridades prenderam e puniram mais de 50 rebeldes e suspeitos em Havana, executando publicamente e exibindo brutalmente os restos mortais de 14 deles.” (FERRER, 2014, p. 273).

Essa foi uma revolta que apesar da participação dos escravos, foi idealizada por livres de cor. Nesse sentido, é importante entender como se deu essa relação e como as informações circulavam entre esses dois grupos. Nesse contexto, quem cumpriu o papel de conectar escravizados e libertos foi o negro livre Juan Bautista Lisundia. Juan Lisundia nasceu escravizado, mas em algum momento da sua vida, que não se sabe ao certo, conquistou sua liberdade. Desta maneira, devido a sua condição anterior de escravizado, diferente de José Antonio Aponte que já nasceu livre, Lisundia foi capaz de estabelecer o elo entre livres e escravizados. Escravos, como Tiburcio Peñalver, trabalhavam em plantações de açúcar próximas à cidade de Havana, e faziam com frequência o traslado entre o interior e Havana transportando açúcar. Devido a essa mobilidade, levavam muito mais que cana, mas informações do interior para a cidade e da cidade para o interior. Essa situação demonstra como se estabeleceu a comunicação entre escravos que viviam nas plantations e os líderes da Revolta de Aponte. Tiburcio Peñalver quando estava em Havana, pernoitava no bairro de Guadalupe, bairro onde moravam Jose Antonio Aponte e Juan Barbier.

Um espaço importante para se entender a circulação de ideias e de informações em Cuba nesse período e para a parcela negra da sociedade eram os Cabildos de Nación. Os Cabildos de Nación eram “espaços privilegiados de encontro e ajuda mútua entre africanos e afrodescendentes, cativos e livres, trabalhadores e artesãos, homens, mulheres e crianças, alguns dos quais sabiam ler e escrever.” (HELG, 2014, p. 31). Para Maria del Carmen Barcia em seu livro *Los ilustres apellidos: negros en la Habana colonial* (2009), não existiam dúvidas sobre a

relevância dos Cabildos na sociabilidade formal, popular e urbana de Cuba. Apesar de a presença de escravizados nos Cabildos não ser autorizada pelas autoridades, evidências documentais demonstraram que havia sim essa presença em certas ocasiões, e mais do que isso, muitos dos membros legais dos Cabildos eram ex-escravizados que possuíam o compromisso de buscar a liberdade de familiares e amigos que ainda se encontravam cativos (BARCIA, 2009, p. 56).

Em 19 de Março de 1812 foram presos Aponte, Chacón, Ternero e Juan Dios Pacheco, encerrando assim com a revolta. Com a prisão de Aponte e de seus principais associados, foram encontrados evidências do planejamento dessa revolta. A principal prova utilizada nos julgamentos dos líderes da revolta foi o livro de pinturas de Aponte, este livro foi apreendido como evidência e nunca mais foi encontrado.

O livro de pinturas foi uma ferramenta de recrutamento para a rebelião (FERRER, 2014, p. 280). Nele continham imagens de homens negros ocupando diferentes papéis sociais, tal como o papel de rei, de general, de padre, entre outros. No livro de Aponte também foram encontrados mapas da cidade de Havana e de regiões do interior onde aconteceriam os ataques, esses desenhos serviam para orientar geograficamente os associados à causa. Além das imagens de homens negros ocupando diferentes espaços na sociedade, havia ainda imagens de homens negros importantes na história da sociedade, tal como Toussaint L'Ouverture, Dessalines, Henri Christophe, dentre outros. Estas imagens serviam como inspiração para os adeptos da causa. O livro de pintura foi sem sombra de dúvidas a maior evidência da circulação de ideias do mundo caribenho no contexto da Revolta de Aponte.

De acordo com Sibylle Fischer em seu livro *Modernity Disavowed: Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution* (2004), o livro de desenhos de Aponte se tratava de uma literatura de propaganda e era um “testemunho da influência das ideias revolucionárias vinda do Haiti e da França.” (FISCHER, 2004, p. 43). A Revolução Haitiana, portanto, além de ser uma catalisadora de

revoltas escravas, se tornou um exemplo de que uma revolta de escravos pode se tornar uma revolução, alcançando proporções nunca antes vistas.

Além disso, havia um sentimento de medo desencadeado pelas imagens produzidas por Aponte que só fomentou um sentimento já existente na sociedade cubana desde as notícias da Revolução Haitiana: o medo de uma revolta escrava. Após 1791, há em Cuba um sentimento de medo por parte da parcela branca da sociedade em relação ao comportamento dos escravos, esses eram vigiados de perto e qualquer atitude considerada suspeita era analisada e punida. Nesse sentido, era comum no caribe espanhol, recorrer ao exemplo do Haiti para provocar medo, já que os rumores dos horrores ocorridos no Haiti serviram como instrumento para contenção da população escravizada e de negros libertos. A memória dos eventos ocorridos na ilha de Saint Domingue servia como uma justificativa para a exclusão social da população negra.

Esse fato pode ser percebido através de um trecho retirado do depoimento de Aponte onde é possível perceber que Aponte tinha o conhecimento de que uma simples associação a Revolução Haitiana poderia custar sua vida. Aponte é perguntado e afirma “donde existen las pinturas de Salinas, Juan Francisco, Lauvertú y Cristóbal que mostró a Chacón? dijo que las quemó por haber oído generalmente (sin poder señalar persona) que eran estampas prohibidas.”². Essa passagem além de demonstrar a relação entre a construção de ideais da Revolta de Aponte com a Revolução Haitiana, evidencia ainda, que já era conhecimento geral, tanto para brancos como para negros, o perigo do estigma da Revolução do Haiti. O perigo para os brancos era o medo que a revolução fosse reproduzida em outros lugares, e o perigo para os negros era o da associação com a causa, que muitas das vezes se pagava com a vida.

² Expediente sobre José Antonio Aponte el sentido de las pinturas que se hayan en el. Que se le aprehendió en su casa. Conspiración de José Antonio Aponte, 24 de marzo de 1812, en Archivo Nacional de Cuba. Fondo Asuntos Políticos. Legajo 12. Número 17.

Essa evidência da circulação de ideias no caribe se torna concreta não somente nas atitudes de prevenção da parcela branca da sociedade, mas também no processo de prisão e condenação de Aponte e seus associados. Isso porque tendo em mãos o conhecimento de que negros livres, libertos e escravizados possuíam acesso a esse tipo de informação, as autoridades eram impulsionadas a tomar medidas drásticas e inflamadas por uma necessidade de vingança pelo sentimento de humilhação que foi experimentado por essa classe detentora de privilégios e de poder, e que não aceitava ser submetida a vontades de classes tidas como inferiores.

A penalização dos conspiradores foi diferente pelos ideais construídos por Aponte baseado na abolição e na emancipação conquistada na ilha de Saint Domingue. Nesse sentido, a influência da Revolução Haitiana existiu não somente na mentalidade dos homens de cor que se revoltaram, mas também na mentalidade das autoridades cubanas que os julgaram e os condenaram a partir dessa associação.

Desta forma, diferentes situações nos ajudam a concluir que existiu nesse recorte temporal e nesse recorte geográfico uma grande circulação de ideias e informações. Sendo a principal delas as ideias revolucionárias inspiradas pelos ideais haitianos de abolição da escravidão e do rompimento político com a metrópole. A Revolta de Aponte é um exemplo concreto do poder da disseminação em massa de informação e conhecimento.

Circulação do Conhecimento Sobre a Revolta

O termo “A Era das Revoluções” é um dos termos mais utilizados por diferentes historiadores quando discutem e analisam eventos no período que abarca os anos de 1789 a 1848. O historiador responsável pela elaboração desse termo foi o britânico Eric Hobsbawm, que possui um livro com esse mesmo título.

Em seu livro, Hobsbawm se propõe a refletir sobre os eventos que marcaram o período da Era das Revoluções, destacando a

Revolução Francesa e a Revolução Industrial como eventos formadores para todos os acontecimentos seguintes. Assim, afirma

se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. (HOBSBAWM, 1962, p. 97).

Nesse sentido, o autor afirma que a França forneceu vocabulário para a política liberal e radical democrata, forneceu um grande exemplo de nacionalismo e toda uma ideologia para o mundo moderno. Defende que de todas as revoluções contemporâneas, a francesa foi a única ecumênica, e que, portanto “suas repercussões, ao contrário daquelas da Revolução Americana, ocasionaram os levantes que levaram a libertação da América Latina depois de 1808.” (HOBSBAWM, 1962, p. 99).

A importância da Revolução Francesa na história é de fato um marco que separa a modernidade da contemporaneidade. No entanto, um livro que se propõe discutir eventos marcantes da Era das Revoluções, não deveria ignorar os eventos da Revolução Haitiana, e conseqüentemente, sua independência em 1804. Hobsbawm enquadra a Revolução Francesa como fator determinante para as emancipações da América a partir de 1808, porém não discute uma grande Revolução que buscou não só emancipar seu território, mas sim promover liberdade civil para todos os seus habitantes e que conquistou sua emancipação antes de 1808.

Além de minimizar os efeitos da Revolução Haitiana, minimiza também seus líderes ao afirmar que a medida dos líderes jacobinos franceses de abolir a escravidão, e assim provocar uma reação dos rebeldes de Saint Domingue contra a Inglaterra foi o que colaborou a “criar o primeiro grande líder revolucionário independente, Toussaint Louverture” (HOBSBAWM, 1962, p. 121). Diminuindo assim, o protagonismo do próprio Toussaint L’Ouverture, e toda luta e construção de ideais que haviam sido solidificados anteriormente a esse momento específico.

O livro de Hobsbawm é um exemplo de uma geração de historiadores que minimizou os efeitos da Revolução Haitiana, a revolução que o mundo esqueceu (TROUILLOT, 1995, p. 121). Visto que, além dessa revolução ser inconcebível por seus contemporâneos, foi também silenciada posteriormente por historiadores.

No livro *Silenciando o Passado*, Trouillot discute a questão de uma revolução feita por escravos ser impensável, nesse sentido, afirma “a Revolução Haitiana entrou para a história, portanto, com a característica peculiar de ter sido inconcebível, mesmo enquanto acontecia.” (TROUILLOT, 1995, p. 122). Debates oficiais e panfletos do período demonstram toda dificuldade das pessoas entenderem o que estava em curso. Segundo o autor, as categorias existentes baseadas na ideologia Iluminista eram incompatíveis com a ideia de revolução escrava, pois ela “questionava o próprio quadro referencial dentro do qual proponentes e oponentes haviam examinado termos como raça, colonialismo e escravidão nas Américas.” (TROUILLOT, 1995, p. 136).

Além da dificuldade por parte dos contemporâneos da revolução em conceber os eventos ocorridos, há também por parte dos historiadores um silenciamento do acontecido na ilha de Saint Domingue. Nesse sentido, Trouillot argumenta que existem duas formas diferentes de silenciar esse evento, são elas: de fórmulas rasas e de fórmulas de banalização. A primeira se refere a uma maneira de apagar a existência da própria revolução. E a segunda consiste na forma de minimizar e de trivializar a revolução³.

Essas formas de silenciamento podem ocorrer por diferentes motivos. O primeiro motivo apresentado pelo autor é o declínio político e econômico do Haiti. Segundo Trouillot, durante o século XIX, o Haiti não se manteve estável político e economicamente o que tornou a revolução impensável em um não evento. Outro motivo apresentado pelo autor está relacionado com o racismo, a escravidão e o colonialismo. Esses temas dificilmente tornam-se uma

³ Pode-se identificar uma fórmula de banalização no trabalho do historiador Eric Hobsbawm em *A Era das Revoluções*.

preocupação central da tradição historiográfica de um país ocidental, ou seja, “quanto menos importante para a história mundial parecerem o colonialismo e o racismo, tanto menos importante também parecerá a Revolução Haitiana.” (TROUILLOT, 1995, p. 159). E consequentemente, parecerá a Revolta de Aponte e suas reverberações para os homens negros e as mulheres negras de Cuba.

Nesse sentido, o autor constrói uma forte crítica à tradição historiográfica francesa. Saint Domingue era uma colônia francesa e a Revolução Haitiana aconteceu ao mesmo tempo em que ocorria a Revolução Francesa na Europa. No entanto, há um forte silenciamento da Revolução Haitiana dentro da historiografia francesa. E esse silêncio está conectado com os mais profundos sentimentos de ressentimento, pois provoca mesmo após anos do evento histórico, uma necessidade de negar a existência e de escolher não explorar essa parte da história.

Desta forma, pode-se compreender que a historiografia, que é construída por indivíduos que possuem seus próprios sentimentos políticos, também é afetada pelos ressentimentos, pelas vergonhas, pelo rancor, pelo desejo de vingança, etc. O autor que escolhe ignorar o racismo, a escravidão e o colonialismo possui sua carga de ressentimentos, ao passo que o autor que busca expor esse silenciamento exercido conscientemente por uma parcela da historiografia, também é guiado por seus próprios ressentimentos e rancores pela constante ausência de protagonismo de seus semelhantes na história.

Nesse sentido, Bourdieu afirma

A vida intelectual é lugar, como todos os outros espaços sociais, de nacionalismos e imperialismos, e os intelectuais veiculam, quase tanto quanto os outros, preconceitos, estereótipos, ideias prontas, representações muito sumárias, muito elementares, que se nutrem dos acasos da vida cotidiana, incompreensões, mal-entendidos, feridas (aquelas, por exemplo, que pode infligir ao narcisismo o fato de ser desconhecido em um país estrangeiro). (BOURDIEU, 2002, p. 4)

Portanto, esse trabalho, que assim como os outros também possui sua carga de ressentimento, de nacionalismo e imperialismo, atua em um esforço para que essas reflexões sobre o campo intelectual possam ser tornar mais palpáveis ao trazer a Revolta de Aponte como um exemplo. Mas, também busca demonstrar que apesar dos diferentes sentimentos, imperialismos e nacionalismos, escolhas de temas de pesquisas podem ser racistas ao optarem por apagar os feitos de homens negros e mulheres negras ao longo da história, e priorizarem uma história eurocêntrica.

Referências

- BARCIA, María del Carmen. **Los ilustres apellidos: negros en la Habana colonial**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Les conditions sociales de la circulation internationale des idées**. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, 2002.
- CHILD, Matt. **The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic Slavery**. North Carolina, The Univeristy of North Carolina Press/ Chapel Hill, 2006.
- FERRER, Ada. **Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2014.
- FISCHER, Sibylle. **Modernity Disavowed: Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution**. Durham, N.C.: Duke University Press, 2004.
- HELG, Aline. Os afro-cubanos, protagonistas silenciados da história cubana. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 2014. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18476>.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1798-1848)**. 35º ed. Ed.Paz & Terra. Rio de Janeiro, 2015. (primeira publicação 1962).
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016. (primeira publicação 1995).

“MODA CONTA HISTÓRIA”: HISTORIOGRAFIA E MODA EM DIÁLOGO COM SOCIEDADES OITOCENTISTAS

Beatrice Rossotti*

O presente capítulo tem como intuito apresentar uma parte inicial sobre o debate bibliográfico que ampliamos na pesquisa de doutorado que recebe o título provisório de “Vestir-se negra”: modas de mulheres negras no Rio de Janeiro e Bahia da segunda metade do século XIX”. Essa tem como objetivo investigar as práticas vestuárias das mulheres negras do Rio de Janeiro e Bahia, na segunda metade do século XIX, como uma construção de autodefinição de seus corpos. Para tal, tomamos como fontes fotografias e tendo como proposta analisar a hipótese de que as escolhas das roupas e adornos, atributos da moda usados nas imagens direcionavam os olhares que os estrangeiros teriam sobre os corpos femininos negros. Ao pensar na relevância de tal pesquisa, apontamos para a análise das estruturas de sociedades oitocentistas colonizadas que tinham as produções visuais como determinantes para a educação de um olhar civilizado sobre o outro. Logo, a proposta de ver as roupas como interferências no modo como seriam registradas nos permite pressupor intencionalidade em suas

* Professora de História, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), bolsista CPNq, orientada pela professora Doutora Martha Abreu. Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/RJ). Especialista em Ensino de História da África pela pós-graduação do Colégio Pedro II (PROPGPEC/RJ). Desenvolve sua pesquisa junto ao Núcleo de Cultura Negra no Atlântico (CULTNA UFF/RJ) e participa do Fayola Odara - Grupo de Pesquisas Estéticas culturais Africanas e Afro-diaspóricas (USP/SP). E, é coordenadora do Núcleo de estudos antirracistas da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil OAB/Barra. Contatos: rossottibeatrice@gmail.com. e Instagram: modacontahistoria.

performances e na construção de um conjunto de símbolos visuais que caracterizavam, e diferenciavam, as mulheres negras.

A nossa pesquisa leva em consideração o intenso e constante fluxo comercial escravagista transatlântico, que teve os destinos do Rio de Janeiro e Bahia como grandes centros de chegada de escravizados africanos. Junto a isso, as cidades ganharam destaque ao longo da história do Brasil a partir de suas importâncias sociopolíticas. Por conta da massiva interação e inserção de escravizados africanos, tais espaços trouxeram nas suas formações traços marcantes de modos e manobras que a população negra construía para sobrevivência no sistema escravista das costas atlânticas. Ainda que a maioria desses escravizados que entravam no Brasil fosse composta por homens (GOMES; PAIXÃO, 2012, p. 297), as mulheres nos chamam atenção por carregarem aspectos específicos. A partir de algumas características de sua condição de gênero, as mulheres eram maioria nas dinâmicas comerciais urbanas, tal possibilidade acabava por lhes permitir mais acesso à renda. Porém, ainda que essa condição de acúmulo de pecúlio as permitisse variantes nas condições sociais, ainda carregavam o duplo diferencial, feminino e negro.

Tomando essa percepção como base, defendemos a possibilidade de interpretar as mulheres negras dos registros que selecionamos como formuladoras de parâmetros socioeconômicos notáveis nas brechas de registros como as fotografias. Defendemos ainda que ao abordarmos tais códigos em pesquisas históricas, poderemos analisar como tais mulheres buscavam se construir como sujeitos(as) histórico(as).

Tal formulação se dava no campo visual principalmente pela grande circulação de mulheres negras nas sociedades oitocentistas. Por um crescimento comercial, elas se consolidaram como fundamentais para o abastecimento das casas. Serviam desde gêneros alimentícios até miudezas, às mulheres brancas abastadas. Esse diferencial econômico fez com que algumas dessas comerciantes formassem uma camada enriquecida, que Sheila de Castro Faria (2000) e Juliana Barreto Farias (2012) analisam a partir de registros deixados, como alforrias e testamentos. A geração de renda abria a possibilidade de investimentos. Compras de alforrias

e escravizados eram alguns dos destinos desses dinheiros gerados, mas havia também o jogo social que englobava o “ser visto”.

Segundo Ana Maria Mauad (2005), as sociedades oitocentistas traziam em suas formulações o visual como dado fundamental para a educação de seus componentes. Seja na construção dos padrões, assim como na sua reformulação a partir de parâmetros que vão se formando, o olhar (entendimento dos códigos) é formado de modo dinâmico, ao mesmo tempo que é moldado pelos agentes que o formulam, também influencia estes. Ou seja, a compreensão dos traquejos sociais e suas estruturas também se dá no cotidiano. Então quando investigamos em um corpus documental inicialmente com 104 fotografias, cruzamos dados¹, padrões e poses que nos permitiram traçar um modelo do que seria o “vestir-se negra”, que se diferenciava dos trajes de mulheres brancas e que trazia em si elementos que identificamos como possibilidades de poses e poderio³.

Um breve balanço historiográfico sobre a História da Moda

Para este capítulo, optamos por apresentar o direcionamento analítico que temos desenvolvido no doutorado sobre as vestes e adornos que incidiam em corpos femininos negros do período identificado e trazemos como o primeiro aspecto a ser abordado na discussão uma das discussões de Sueli Carneiro (2003, p. 1) que afirma que as mulheres negras fazem parte do “contingente de mulheres com identidade de objeto”. Condição esta de subalternidade que traz em sua base o aspecto de gênero como um

¹ Tal *corpus documental* vem passando por alterações que são resultado de uma reorganização do projeto inicial do doutorado.

² O modelo básico formado por uma saia longa, sem anáguas e uma blusa (também conhecida por *camisu*), formando um modelo de duas peças. Ver: ROSSOTTI (2019).

³Objetos como joias, turbantes e panos da costa ainda vistos com bastante frequência nas fotografias, não foram postos junto ao modelo básico por não aparecerem em todas as imagens de modo unânime, ainda que façam parte da construção da visualidade de seus corpos.

determinante que se acentua a partir da interseccionalidade da condição de negra. Ou seja, essa dupla marginalidade que as mulheres negras carregam nos é apresentada como uma condição associativa que necessita parâmetros distintos para pensarmos a atuação destes corpos femininos negros ao longo dos processos históricos. E, quando relacionamos os estudos de Moda e História essa necessidade se mostra latente principalmente por ser um campo de estudos que fortalece formas e imagens para o da hegemonia colonial da branquitude.

As reflexões teóricas sobre moda têm, desde seus marcos iniciais, uma disputa analítica dos modos de abordagem sobre o que se entenderia sobre o conceito de moda e suas relações com as sociedades. Os estudos inaugurais se desenvolveram na segunda metade do século XIX, momento de disseminação das pesquisas teóricas sobre o tema. O assunto passou a chamar atenção no campo científico a partir do momento que a industrialização deu maior acesso ao consumo, de modo mais padronizado. Autores como Herbert Spencer (1883), Gabriel Tarde (1890), Thorstein Veblen (1985) e Georg Simmel (1988), marcaram esse começo e apresentaram discussões sobre a diferenciação entre moda e costume, bem como os princípios de imitação e distinção, que embasaram reflexões sobre as relações sociais com a interação de consumo de roupas. Essa discussão sobre imitar e distinguir ganha destaque e se configura como uma relação na qual os sujeitos das classes inferiores tentam “imitar” os modos das classes superiores, buscando reproduzir e alcançar a respeitabilidade que estes tinham. Como resposta e, também, na tentativa da manutenção de sua “distinção” os abastados produziam novas modas que os afastavam novamente do que os demais sujeitos sociais vestiam.

Esse princípio é apropriado de diversas formas por esses autores e diferentes análises surgem. Herbert Spencer, por exemplo, aponta esse duplo movimento como a base para as mudanças da moda. E desenvolve sua ideia apresentando a noção de que esse sistema de cópia acaba por se ampliar, ganhando o formato de

competição social. Isso se dá junto ao processo de industrialização que permite o consumo em maior escala⁴. Assim também, os estudos de Gabriel Tarde, para ratificar a necessidade dessa estruturação dual como parâmetro define a moda como uma forma de relação entre os seres, que imbuída do anseio pelas novidades estrangeiras acaba se embasando nessa proposta de imitação e, conseqüentemente, distinção (SPENCER, 1883, p. 164). O que para nossa pesquisa acabou dialogando com a ideia de que as mulheres negras registradas com roupas e joias volumosas o faziam a partir das posses de seus senhores, que buscavam “distingui-las” de outras escravizadas. Mas, nesse caso não seria uma distinção feita em prol destas mulheres, buscando a aproximação das senhoras abastadas brancas, mas sim uma distinção para a condição socioeconômica de seus senhores. Pois, ao orná-las com peças de altos valores monetários, o seu prestígio em poder “enfeitar suas posses” o distinguiria dos demais senhores da mesma camada social. No entanto, a partir de nossas pesquisas podemos analisar que os usos de vestes e adornos exuberantes por parte das mulheres negras registradas em nossas fontes não se limitavam a essa intervenção.

Na continuidade do desenvolvimento das pesquisas sobre a temática, na década de 1930⁵, Edward Sapir (1931), inaugura a reflexão sobre a necessidade de uma análise da História da moda partindo de sua historicidade, levando em consideração aspectos territoriais e temporais em que as produções de moda estão inseridas. Nessa direção, na década de 1980, o estudo de Gilles Lipovetsky (2009), criticou outros teóricos que apontavam como meras reproduções constantes das ideias de Spencer, o que acaba

⁴ Georg Simmel (1888) também aborda essa relação da moda com a industrialização, mas afirma que a moda sempre existiu, como um fenômeno constante na história da humanidade. E acaba por ratificar a ideia de que a moda seria um externalizante da personalidade que na era das indústrias se une ao processo de individualização social que se acentua.

⁵ Nesse mesmo período inauguram-se outras abordagens transdisciplinares para o estudo de Moda, como a relação com a psicanálise, proposta por J. C. Flugel (1976), em *The psychology of clothes*.

por não trazer maiores inovações ao campo de estudos. Lipovetsky foi primordial para propor estruturações que pensassem estudos sobre moda para além de uma “linearidade cronológica e/ou determinada localização espacial” (VALENTIM, 2019, p. 281).

Outro trabalho que ganhou destaque foi o de Roland Barthes (2005), pioneiro na associação dos estudos de moda à semiologia, baseava suas análises a partir da determinação de três níveis de vestuário: real, material e a forma efetiva que é usado pelas pessoas. O autor afirma que todos esses níveis podem tornar-se linguagens, passíveis de leitura. E é essa noção que baseia seu trabalho, partindo da descrição do vestuário escrito. Para Barthes, a moda é um sistema fechado e que gera significados relativos, ou seja, a moda se torna um elemento estruturante ao mesmo tempo em que se edifica enquanto sistema constantemente gera signos arbitrários e busca naturalizá-los.

O cenário de produção teórica também contou com a participação de Fernand Braudel (1967), pesquisador da segunda geração da Escola dos *Annales*, que traçou um panorama, dos séculos XV e XVIII, sobre a difusão da moda, também em uma perspectiva europeia, partindo das elites e apontando os demais territórios como distantes das modificações que a moda gerava. Mesmo sendo uma análise limitada do ponto de vista de não pensar os territórios do sul global, Braudel contribui para consolidar o pensamento de que era necessário um contexto historicizante para se analisar a moda e que esse sistema estaria para além dos vestuários, englobando setores como modos, mobília e comportamentos. Esse olhar se expande na geração seguinte, com o trabalho de Daniel Roche (2007). Um estudo que ainda hoje se perpetua enquanto parâmetro de análise histórica sobre as estruturas de moda. E que se aproveita da interdisciplinaridade e do rigor científico, para propor a escrita de uma história social do vestuário francês moderno.

Mas, nos estudos direcionados aos territórios brasileiros referentes ao século XIX, o campo teórico constituía-se a partir de

abordagens comportamentais. As fontes utilizadas contavam com jornais, manuais de etiqueta, romances e até teses médicas. Nesse campo, a literatura de viajantes, a produção artística e mesmo as fotografias, também serviam como produtores de materiais que apresentam o “vestir-se” como uma possibilidade para se pensar as imbricações que o campo da moda poderia gerar.

É a partir do século XX que há mais produções sobre a temática e entre elas destacam-se as obras de Gilda de Mello e Souza (2001) e a de Gilberto Freyre(2009)⁶. Ainda que cunhadas a partir de um enfoque mais analítico e socioeconômico da moda, são obras que se diferenciam das teóricas citadas anteriormente. Não se propõem a pensar uma metodologia para os estudos de moda ou História do vestuário, mas trazem as vestimentas como direcionadores de suas reflexões, ainda que em diferentes intencionalidades entre si. Souza tem sua tese de doutorado como um clássico contemporâneo que aborda a moda do Brasil oitocentista. Na obra a autora traz as roupas e acessórios como o fio condutor de análise dos costumes de vestimentas no território brasileiro, com referências nos estudos citados anteriormente.

Gilda Souza usa esse aporte teórico para discutir temas como a relação entre moda e a arte, levando em consideração as ligações sociais a partir das quais essas produções se constroem e são construídas. Também apresenta a acentuação das diferenças entre os trajes femininos e masculinos, que ocorre no século XIX. Porém, acaba por homogeneizar os diferentes agentes das sociedades que analisa, assim como não se propõe a fazer um recorte espacial mais específico e incorpora um recorte temporal prolongado – todo o século XIX – com base classista, mas que não considera o elemento raça como um catalisador das relações no Brasil.

Outra produção seria a de Gilberto Freyre que se atenta para as vestimentas e a moda das mulheres negras, em suas

⁶ Gilberto Freyre em suas outras obras como *Casa Grande & Senzala* (2019) e *Sobrados e Mucambos* (2013) também aborda aspectos que ele classifica como modos e modas para análise do cotidiano dos escravizados.

particularidades, mesmo que não desenvolva essa questão a fundo. Faz uma distinção para o que chama de “tipos não senhorias de mulher”, o que perpassa pela construção de um ideário de mulher brasileira e o que ele nomeia de sua “morenice”, com a qual o autor buscava assumir uma espécie de “triunfo da miscigenação brasileira”, expressão que nomeia um dos capítulos de seu livro, destinado a pensar modas e modos das sociedades brasileiras.

A distinção fica mais marcante por conta das relações de gênero, como o próprio título da obra sugere. Freyre relaciona moda à mulher, uma vez que as roupas e os acessórios masculinos teriam uma menor gama de variantes, o que acabaria sendo associado a um caráter comportamental, como uma espécie de frivolidade assimilada às mulheres. Ainda assim a sua obra nos apresenta reflexões sobre o vestir e a relação racial que propunha como uma questão a ser diluída socialmente.

E para tratarmos com enfoque a correlação entre moda e mulheres negras no Brasil, Raul Lody (2010) e Heloísa Alberto Torres são apresentados como vanguarda do campo. Torres baseia a sua pesquisa na noção de que as vivências femininas ocorriam de modos marginais, assim como a definição de suas possibilidades de atuação, o que acabou gerando papéis estereotipados para mulheres que não supriam as expectativas sociais. No caso das mulheres negras esse papel social seria o da “crioula baiana” que reúne a ideia de miscigenação de brancos e negros gerando assim uma camada social crioula e essa persona advinda do processo de hibridização. E, quando atrelada à condição do feminino, também espelharia essa mistura em suas roupas, personalidades e interações públicas.

Lody, que inicia suas produções na década de 1980 e traz a ideia de uma mulher negra que leva essa miscigenação também para as suas práticas sociais, amplia as suas análises assimilando o universo das religiões de matrizes afrobrasileiras, com enfoque na Bahia. Para Lody, devido à relação com a religiosidade, a personagem feminina negra é enaltecida e pensada como destaque ao tratar das vestimentas. O autor transfere a importância de

estruturas matriarcais e matrilineares que se constroem nos terreiros soteropolitanos para a formulação de uma centralidade feminina negra e identifica a autoconstrução de empoderamento expressa por meio do vestuário, mostrando hierarquia, práticas religiosas, sociais e posses. Para ele, são as práticas religiosas que contribuem para a perpetuação de um trajar feminino negro diferenciado das mulheres brancas. No entanto, ainda que esses estudiosos tragam a condição de inserção das mulheres negras em sociedades sistematicamente escravistas, esse olhar não se articula de modo central com a historiografia brasileira sobre a temática de escravidão transatlântica.

Em relação ao recorte temporal, as produções acadêmicas mais recentes sobre vestes e adornos de mulheres negras concentram-se no século XVIII (SCOREL, 2000) e no XIX (SOUZA, 2007; SOUZA, 2011; CUSTÓDIO, 2015). Esse diferencial de temporalidade tem reflexos nas fontes analisadas. No caso setecentista, Escorel traça uma relação entre o continente africano e o Brasil, propondo comprovar as influências daquele nos territórios brasileiros e, para isso, analisou representações textuais e visuais das pessoas negras⁷ em Lisboa, assim como documentos brasileiros que ilustram as intervenções que o Estado tentava exercer sobre as vestes. Já as produções sobre o século XIX, ainda que usem fontes como relatos de viajantes, pinturas e anúncios de jornais, dão destaque às fotografias, que foi o elemento marcante da segunda metade do período.

Considerações parciais

Neste escrito, tivemos o intuito de apresentar os autores que analisamos como direcionadores das reflexões sobre Moda ainda hoje. Mas no que tange a situação brasileira, compreendemos que ainda temos muito caminho a percorrer. Ainda mais pelo fato de que mesmo que as condições de subalternidade, escravidão e gênero

⁷ A autora trabalha com o termo “pessoas de cor” como referência à nomenclatura do período.

venham sendo abordadas em alguns trabalhos mais recentes, entendemos que a condição feminina e masculina negra devam ser relacionadas, para que o gênero seja lido como um marcador social. Essa percepção nos veio por meio do nosso interesse em analisar especificamente as vestes de mulheres negras. Pois, para tal trabalho, identificamos que ao analisar a mulher negra enquanto um sujeito histórico, suas demais singularidades devem ser consideradas como caracterizantes de suas condições sociais, econômicas e políticas. Portanto, ainda que pertencente ao grupo histórico de mulheres, seus demais aspectos intensificam mecanismos de opressão incorporados em suas vivências, o que as torna uma espécie de “outras das outras”. Termo referenciado a ideia de Simone de Beauvoir (2016), de que seria a mulher “a outra” pois o homem o princípio social de humanidade; o que faz com que a mulher negra seja a “outra da outra.”⁸

Tomando como partida essa mulher negra nas sociedades oitocentistas brasileiras que analisamos, consideramos a alteração da análise que parte da estrutura dual de imitação e distinção para pensar moda como sistema que dialoga com a proposta de um marco visual intencional daquelas que se vestiam e eram registradas⁹. Algumas das produções tomam como ponto de partida a ideia de que há uma busca pela imitação das roupas das camadas abastadas, como citamos anteriormente. Mas isso não se apresenta como uniforme no trajar das mulheres negras nas sociedades oitocentistas. A diferença entre as roupas de mulheres brancas e negras é algo marcado também pelo luxo apresentado em diversas roupas.

Sendo assim, apresentamos esta breve discussão bibliográfica com o intuito de reafirmar a necessidade de novas perspectivas historiográficas que abordem tais especificidades que apresentamos.

⁸ Assim como Audre Lorde (2019), Grada Kilomba (2019) também trata da ideia de analisar os papéis sociais que as mulheres negras desempenharam ao longo da história a partir da adaptação da análise de Simone de Beauvoir (2016).

⁹ Compreendemos vestes e adornos como uma das possibilidades englobadas no campo das práticas vestuárias e do sistema de Moda.

Com isto em mente, defendemos que, no caso das mulheres negras, não ocorre um diferencial somente por falta de dinheiro para imitar a distinção social branca. Propomos a hipótese de uma intencionalidade nas escolhas das mulheres negras no ato do “vestir-se”. O que dialoga com a possibilidade de analisar o vestuário de mulheres negras como um momento de construção interseccional. Sendo assim, buscamos analisar a partir de uma possibilidade que transgrida a estrutura que tinha uma relação mais direta com a condição de classes econômicas e sociais, inserindo também a relação de colonização e escravidão como perpetuadores do agenciamento das roupas utilizadas pelas mulheres negras registradas visualmente em nossas fontes fotográficas.

Referências

- BARTHES, Roland. **Sistemas da Moda**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.
- CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. **Vestir e marcar: A Construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – Século XIX**. 2015. 174 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.
- SCOREL, Silvia. **Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII)**. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Tempo**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. Disponível em:

em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018237005>>. Acesso em 17 jan. 2023.

FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas**. Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro. 2012. 294f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

FLUGEL, John Carl. **The Psychology of Clothes**. Nova Iorque: AMS Press, 1976.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LODY, Raul. **Moda e História: as indumentárias das mulheres de fé**. São Paulo: SENAC, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista. *In*: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (Orgs.). **Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano**. São Paulo: Edusp, 2005.

PAIXÃO, Marcelo; Gomes, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo** (séc. XVIII-XIX). Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2000. p. 257-291.

ROSSOTTI, Beatrice. **“Vestir-se negra”**: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro

e Salvador. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SAPIR, Edward. **Anthropologie**. Paris: Editions minuit, 1967.

SIMMEL, Georg. **La mode. La tragédie de la culture et autres essais**. Marselha: Rivages, 1988.

SOUZA, Gilda de Mello. **O espírito das roupas: a moda no século dezanove**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Patricia March de. **Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Vanessa Raquel Lambert de. **O vestuário do negro na fotografia e na pintura: Brasil, 1850 – 1890**. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007.

SPENCER, Herbert. Les manières et la mode. *In: Essais de morale, de Science et d' esthetique*. Paris: Germer Balliere et Cie. 1883.

TARDE, Gabriel. **Les lois de l'imitation**. Paris: Felix Alcan, 1890.

TORRES, Heloísa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, ed. 23, p. 413-467, julho dezembro 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issue_toc&pid=0104833320040002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2023.

VALENTIM, Anamélia Fontana. A moda e sua construção na história: em busca de perspectivas menos totalizantes. *In: SILVA, Camila Borges; MONTELEONE, Joana; DEBOM, Paulo (Orgs.). A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa. *In: Os pensadores*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

**“SALAMALECO! MANECO LASSALAMA!”
MAGIA E ENCANTAMENTO ENTRE OS AFRICANOS E
AFRODESCENDENTES MUÇULMANOS NO RIO DE
JANEIRO 1890-1937**

Thamires Guimarães*

Então, seu Horácio, tem feito muitas curas?
Curas? Eu não sou curandeiro...
Que é então?
Eu sou embaixador, embaixador de Deus, que é um só
– Allah!
Estou na terra, para cumprir essa missão de minha
crença e da minha raça.
A sua crença tem muitos santos?
Qual santos! Deus é um só, acompanhado por espíritos
bons e maus.
E você, desde que chegou ao Brasil tem trabalhado na
sua crença?
Como não? Embora eu estivesse empregado mais de
uma vez como furador de café, sempre trabalhei.
Quando chegou ao Rio de Janeiro?
Em 1827, quando eu podia ter vinte anos.
Olhe, a polícia não quer que você trabalhe mais, vai
jogar tudo fora.
Que fazer? Não me fazendo mal, também já estou para
morrer...
(Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1907, p. 4)

* Doutoranda em História pelo PPGH/UFF, bolsista CAPES, pesquisa intitulada “Salamaleco! Maneco Lassalama!” Magia e Encantamento Entre os Africanos e Afrodescendentes Muçulmanos no Rio de Janeiro 1890-1937, orientada pela Dr^a Larissa Viana.

Horácio de Sá Pacheco foi levado às autoridades no dia 14 de setembro de 1907 aos, aproximadamente, 100 anos de idade. A acusação era a mesma em que vários outros sacerdotes africanos muçulmanos e praticantes de Candomblé foram levados as Delegacias do Rio de Janeiro desse período, a prática da “magia e seus sortilégios fascinando a credulidade pública” (artigos 157 e 158 do Código Penal de 1890).

Junto com Horácio a polícia apreendeu diversos objetos de uso religioso tipicamente muçulmano, são eles: nove *tessubás* ou *tasbih*¹ (*masbaha*), um embrulho com diversas contas de madeira (serviriam para a confecção de novos *tessubás*), cento e cinquenta tábuas de madeira, sete couros de diversos animais com papéis e ervas, três quadros com cartazes árabes, dois livros em árabe, oito vidros com ervas, diversas folhas de papel com escritos em árabe, três Alcorões, sendo um em português, uma grande quantia em dinheiro, entre outros itens².

Analisando os itens apreendidos, pode-se chegar à conclusão de que na casa de Horácio de Sá Pacheco, localizada na rua Barão de São Félix, 22, reduto de sacerdotes africanos muçulmanos, funcionava uma *madrassa* (escolas muçulmanas onde os neófitos aprendiam a ler e escrever o árabe dentro dos ensinamentos do Alcorão³, também chamadas de escolas Corânicas). Essa escola Corânica de Horácio, no momento da batida policial, encontrava-se cheia de estudantes, utilizando as tábuas de madeira apreendidas. Entretanto, as tábuas de Horácio tinham outra serventia além da aprendizagem do Alcorão. Segundo o relato de testemunhas ele escrevia encantamentos com uma tinta de arroz queimado (a mesma utilizada para a aprendizagem), depois lavava a tábua com uma infusão de ervas diversas, adicionava mel e colocava em pequenos frascos para serem ingeridos como remédio para diferentes fins.

¹ Tipo de rosário utilizado por muçulmanos.

² Processo: CS.O.PCR.306, 1907, Arquivo Nacional.

³ O Alcorão é o livro sagrado dos muçulmanos, revelado por *Allah* ao Profeta Muhammad por intermédio do Anjo Gabriel (<<https://iqarislam.com/alcorao-2/>>).

Horácio contou à polícia que, de acordo com a finalidade, as ervas utilizadas para a lavagem poderiam mudar.

Hampâté Bâ (2013, p. 135) comenta sobre o uso das tábuas de madeira e sua lavagem no momento em que vai à uma escola corânica (*madrassa*) pela primeira vez quando criança, em um rito de passagem da primeira para a segunda infância. Nesse caso, o sacerdote/professor escrevia um longo texto do Alcorão com uma tinta específica, em seguida lavava a tábua com leite de cabra e fazia beber a mistura resultada da lavagem, marcando a cerimônia de iniciação ao Islamismo, segundo a tradição da etnia fula. Essa mesma tábua era utilizada para a aprendizagem da gramática árabe e do Alcorão. O aluno repetia, inicialmente, as letras do alfabeto e com o tempo escrevia passagens do Alcorão.

As tábuas apreendidas na casa de Horácio ficaram em exposição na sede do *Jornal do Brasil*, que fez uma grande reportagem sobre o famoso alufá⁴ da então capital do país. O pesquisador Adekunle Balogun (2011, p. 42,43) conta que os alufás eram uma categoria de muçulmanos educados nas ciências corânicas e na língua árabe. Responsáveis pelo ensinamento da religião aos demais, principalmente às crianças. Esses estudiosos muçulmanos se utilizavam de orações do Alcorão para a prática da cura entre o povo yorùbá, cuidando não só de problemas físicos, como também de assuntos espirituais e psicológicos. Para tal, os alufás poderiam utilizar diferentes ferramentas. No Rio de Janeiro era muito comum a utilização da beberagem da água que lavava as tábuas em que se escrevia orações do Alcorão com tinta de arroz queimado, visando a proteção da pessoa que ingeria.

Importante ressaltar que a nomenclatura, “feiticeiros”, não era aceita pelos grupos religiosos afro da cidade. O antropólogo Evans

⁴ Alufá era o nome dado ao mestre malê, o clérigo, segundo a versão yorùbá do termo sudanês ocidental *alfa*. Em árabe significava o mesmo que *mu'allim*, *marabout* ou *alim*. Alufá significava “sacerdote de Ifá” na língua yorùbá, e foi utilizado para identificar os mestres malês. Sergio Baldi (2008, p. 389, 390) diz que Alufá é um termo yorùbá para um erudito muçulmano (do árabe *al-faqīh*, através do songhay *alfa* ou *alfaga*).

Pritchard (2005, p. 181), em pesquisa com o povo Azande, habitantes da região da África Central, diz que os feiticeiros eram aqueles que faziam os outros adoecerem por ritos mágicos com drogas maléficas. Para os Azande a feitiçaria era o uso maligno e antissocial da magia, não sendo tolerado na sociedade e com risco de prisão ou morte. A feitiçaria era vista como inimiga da humanidade e da boa-magia, por conta disso, esses indivíduos, quando levados às Delegacias, afirmavam categoricamente não serem feiticeiros e negavam praticar feitiçaria.

Era muito comum os jornais e os processos utilizarem o nome pejorativo “feiticeiros” para se referir aos praticantes de religiões afro. Um exemplo é o depoimento da testemunha Sinval Pereira de Mello, um comissário que fazia parte do grupo de policiais que deu voz de prisão à Horácio Pacheco. É possível perceber o caráter depreciativo quando se refere à prática religiosa do sacerdote:

Que hoje às onze horas da manhã, acompanhando o Doutor Delegado em diligência no prédio de número vinte e dois à rua Barão de São Félix, onde consta que Horácio de Sá Pacheco, negro africano, exercia feitiçaria, inculcando-se curandeiro de moléstias curáveis e incuráveis, fascinando e subjugando a credulidade pública consultas a diversas pessoas e delas diferindo dinheiro para si: ali encontrou o dito Horácio de Sá Pacheco sentado em uma mesa, em um gabinete, cercado de tábuas escritas em caracteres árabes, livros, quadros, bugigangas, vidros, pacotes de ervas e tudo mais que consta do auto de apreensão, sendo que o acusado referido dava consulta neste ato, direcionando em uma sala continha diversos consulentes; que então foi dada voz de prisão contra o acusado presente que por ele depoente foi conduzido a esta Delegacia. (Processo: CS.O.PCR.306, 1907, p. 6, 6v)

Todas as demais testemunhas afirmam que foram em busca do “tal feiticeiro” para a realização de “trabalhos” de diferentes tipos. Na reportagem do *Jornal do Brasil* sobre a prisão de Horácio, os termos utilizados para se referir a ele e à sua prática religiosa não

foram diferentes. Visando chamar a atenção do público leitor, o jornal aposta no exotismo e utiliza diversos termos depreciativos:

UM FEITICEIRO AFAMADO

A polícia deu ontem em um antro de feitiçarias e malefícios, da rua Barão de S. Félix.

O Delegado do 8º Distrito, que empreendeu essa diligência, apanhou em flagrante um velho feiticeiro, quando dava uma sessão à sua clientela.

Trata-se de um FEITICEIRO DE FAMA cuja casa, no n. 22 daquela rua, era frequentada por gente de toda a espécie, até da nossa melhor sociedade.

O bruxo tinha a satisfação, conforme relatou, de tratar com senhoras casadas e viúvas, bastante conhecidas no mundo elegante, sendo procurado por mais de uma vez por pessoas portadoras de títulos científicos, cujos nomes declarou na polícia.

Como se vê, é um especulador audaz, que há cerca de seis anos se esconde em um pardieiro da rua Barão de S. Félix, iludindo a boa fé de inúmeros incautos. (*Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1907, p. 4)

Nesse trecho da reportagem existem vários nomes pejorativos relacionados à Horácio. A todo momento é utilizado o termo “feiticeiro” e sua casa de cultos tratada de forma vilipendiosa, relacionada ao mal. Ainda utilizando as contribuições do antropólogo Evans Pritchard (2005, p. 182) sobre o povo Azande da região do Sudão na década de 1920, que explica a relação conflituosa entre a feitiçaria e a bruxaria entre as pessoas. A feitiçaria não é a mesma coisa que a bruxaria, segundo o povo Azande. A bruxaria era uma condição hereditária passada de pai para filho, dependendo da classe social que ocupavam. Entretanto, as duas poderiam causar doenças corporais e espirituais, com diferença apenas nos sintomas. O bruxo era aquele que atacava a saúde de forma lenta e gradual, não grave, relacionado principalmente com a má sorte e outros infortúnios corriqueiros do cotidiano, por exemplo. Já a feitiçaria, por sua vez, era vista como algo imoral, criminoso, que se utilizava de drogas e ritos mágicos, levando ao adoecimento abrupto e até a

morte. Os sacerdotes eram procurados pelas pessoas buscando a cura de moléstias físicas ou espirituais, acreditando que teriam sido vítimas de alguma feitiçaria. Portanto, era de se imaginar que alufás ou pais e mães de santo se sentissem ultrajados quando comparados à feiticeros.

Em sua defesa no processo, Horácio de Sá Pacheco ressalta a todo momento que defende as pessoas contra o mal e cura suas moléstias. Claramente mostrando que não pratica feitiçaria, pelo contrário:

De fato dá consultas a clientes que o vão procurar em sua casa à rua acima indicada; que defende os corpos das pessoas contra o mal que se lhes pediram fazer como também dá remédios e ervas a quem precisa depois ele acusado tem sido mandado ou inspirado por Deus *Allah* à quem adora; que as pessoas que recorrem a esse seu serviço retribuem com esportulas em dinheiro e presentes; que todos os objetos apreendidos pelo Doutor Delegado no gabinete dele acusado, são necessários para sua arte, sendo que o dinheiro que consta do auto de apreensão é produto de suas consultas, dinheiro esse que foi dado a ele acusado pelos seus clientes à proporção dos trabalhos que lhe mandavam fazer; que além das pessoas que foram encontradas em sua casa hoje pela autoridade tem feito trabalho para muitas outras, e gente boa, indo lá consulta-lo Doutores, mulheres da vida, e pessoas bem colocadas que entre elas se acorda consultar Virgolino Proença, Doutor José Nunes, e outros; que entre as bugigangas que esse foram apreendidos tem muito de valor de cura e outros servem para o seu trabalho, inspirado por *Allah*. (Processo: CS.O.PCR.306, 1907, p. 10v, 11)

Aqui Horácio Pacheco pontua que sua prática religiosa é sagrada e serve para a cura. Era muito comum que os africanos muçulmanos desse período se utilizassem de ervas como medicamentos e para a proteção, assemelhando-se às práticas religiosas do culto aos orixás na cidade.

Os mestres muçulmanos da região Ocidental africana, assim como os sacerdotes no Rio de Janeiro de início do século XX, eram

muito procurados e prestigiados. Sua fama crescia na medida em que eram vistos como homens santos ou marabutos por um número grande de fiéis, facilitando ainda mais a expansão do Islã. Algumas particularidades adotadas pelos seguidores são visíveis como a adoção de sacrifícios, possessões, exorcismos e a prática da cura utilizando rituais muçulmanos.

No século XIX a expansão islâmica no ocidente africano foi conduzida de outra maneira. Nesse período acontecia o auge das revoluções islâmicas lideradas por Usman Dan Fodio⁵ de etnia fulani, adepto ao puritanismo muçulmano. As revoluções Islâmicas coincidem com o mesmo período em que Horácio Pacheco teria sido capturado para ser levado a escravização no Brasil.

As *jihads*⁶ de Usman Dan Fodio tinham como objetivo o combate ao paganismo e a mistura da religião muçulmana com as crenças tradicionais regionais. As revoluções islâmicas varreram várias cidades de etnias diferentes do mapa e instauraram o Califado de Sokoto (REIS, 2003, p. 159, 160). Com a consolidação de Sokoto, a ideia era sua expansão e o território mais próximo que sofreria essa intervenção e seria reduzido a mais um membro do grande Califado, seria o, já enfraquecido, reino de Oyo.

Por conta dessas guerras, diversas pessoas que habitavam as regiões por onde passava o exército muçulmano de Dan Fodio,

⁵ Usman Dan Fodio era poeta, teólogo e um respeitado pensador fulani. Nascido no reino de Gobir, atual Nigéria, foi criado em meio a massa intelectual da elite fula, minoria étnica na região. Vivia juntamente com a etnia Hauçá, bem maior numericamente. A *jihad* de Dan Fodio gerou centenas de produções intelectuais e criou diversas táticas de guerra, que depois serão utilizadas pelos futuros jihadistas do Califado de Sokoto e até mesmo pelos africanos envolvidos na Revolta dos Malês em Salvador, em 1835.

⁶ A *jihad* é uma guerra travada pelo fiel à *Allah*, como uma maneira de purificar o mundo, a partir da eliminação do infiel. A *jihad* não é uma guerra em si, mas sim um “esforço sobre si próprio com vista ao aperfeiçoamento moral e religioso”. Estas guerras eram a forma de expansão da doutrina islâmica no território dos “infiéis”. As *jihads* eram a maneira do fiel lutar por um equilíbrio interno de si mesmo e o externo, que seria a sobrevivência do Islã, a partir do momento em que alguns desses estiver sob ameaça. (BOKOLO, 2007, p. 53)

foram escravizadas e comercializadas para o Brasil e outras regiões da América Latina. Como foi o caso de muitos insurgentes da Revolta dos Malês de 1835, alguns eram soldados do grande reino de Oyo. Essa poderia ter sido a situação de Horácio Pacheco, já que ele não menciona sua etnia, e sua nacionalidade, no processo judicial, está descrita como “africano mina”, algo que não é incomum de se encontrar nos processos de africanos processados pelos artigos 157 e 158 do Código Penal de 1890.

Esses artigos foram largamente utilizados para o controle das manifestações religiosas africanas na cidade. Costumavam ser recorrentes as invasões a espaços de culto, quebra e apreensões de objetos religiosos assim como prisão daqueles que estavam no local. Muitos alufás foram presos pela Primeira República por conta desses três artigos, com atenção especial para o artigo 157. João Sany ou tio Sanin foi preso em 1908 sob acusação de prática de “feitiçaria e sortilégios, subjugando a credulidade pública”, processado pelo artigo 157 do Código Penal de 1890.

João Sany, ou tio Sanin, era um africano muçulmano advindo de Lagos, dizia ser de etnia yorubá. Teria chegado ao Rio de Janeiro entre fins do século XIX e início do XX. Mesma época em que desembarcaram muitos outros africanos de Lagos comprometidos com a fé em *Allah*, na então capital da República. Esses africanos formaram uma rede extremamente articulada junto com os demais conterrâneos que já se encontravam morando na cidade (ex-escravizados e seus descendentes). Eram conhecidos pelo nome do grupo de procedência mina, que indicava, em um período anterior, a região da África Ocidental como porto de embarque nos navios negreiros aportados no local.

Em uma tarde do dia dezanove de fevereiro de 1908 João Sany⁷ receberia também a visita da polícia. Na casa do alufá, localizada na extinta rua General Câmara, 399, que ficava entre a Candelária e a Central do Brasil, bem próxima da conhecida rua Barão de S. Félix, reduto de grande parte dos africanos muçulmanos e praticantes do

⁷ Processo: CQ.O.PCR.472, 1908, Arquivo Nacional.

Candomblé, localizadas na região central do Rio de Janeiro, foram apreendidos diversos objetos de culto. Um alcorão em português, outro em árabe, quatro tábuas com água de arroz queimado, penas e peles de animais, entre outras coisas. Objetos também encontrados na casa de Horácio Pacheco, eram bem comuns de se encontrar em casas de africanos muçulmanos que viviam a ensinar a palavra de *Allah* através das tábuas mencionadas.

No processo do alufá Paulo José seus itens apreendidos foram enviados ao Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia Civil da cidade, o que seria frequente a partir da década de 1920. Os peritos recebiam os objetos e analisavam cada um procurando provas do crime de magia e seus sortilégios. Pensando nisso, em 1927 é criada uma comissão para reprimir o “baixo espiritismo”. As perícias começam a ficar mais elaboradas e com maior rigor (MAGGIE, 1992, p. 154). Depois de analisarem cuidadosamente os objetos, os peritos chegaram à conclusão de que Paulo José explorava a credulidade pública praticando o espiritismo, a magia e seus sortilégios, na forma do artigo 157 do Código Penal de 1890.

O caso em questão é como todos os casos de igual natureza submetidos à consideração dos peritos os indivíduos, que atuam dessa maneira exploram a credulidade do pública, fascinado por suas falazes promessas, subjugando pelo prestígio das suas tramas, desorientando pelas perturbações de sua vida, crente no efeito maravilhoso sobrenatural de objetos cabalisticamente marcados, e exploram, consciente e dolorosamente, com o intuito único, preconcebido, de colher proventos, à custa dos quais vivem. (Processo: CS.O.PCR.7845, 1936, p. 33)

Essa foi a análise final dos peritos sobre os objetos de Paulo José. Os objetos dos acusados serviam para materializar o “feitiço”, servindo para a condenação do acusado. É trabalho dos peritos identificar esses objetos e classificá-los como “baixo” ou “falso” espiritismo em contrapartida com o “alto” e “verdadeiro”

espiritismo que na década de 1930 já era respeitado pela elite branca – macumba ou Candomblé.

Segundo Maggie (1992, p. 169) a “feitiçaria” tem materialidade, portanto, os objetos de culto devem ser encontrados e classificados de acordo com a vontade e conhecimento do perito. A estrutura desses processos é sempre a mesma quando alguém é acusado dentro dos artigos 156, 157 e 158, a arma do crime é o próprio crime, a “feitiçaria”. O perito era o guardião da narrativa convincente sobre a crença. Em nenhum momento eles negam a existência da magia, por isso procuram separar quem trabalha com ela para o bem e os “falsificadores”. A partir do momento em que um acusado é preso, recolhem-se seus objetos pessoais em sua residência para que a perícia verifique se faz parte de um ritual de “feitiçaria” ou “falso” espiritismo. Assim sendo, eles elaboram um parecer que será entregue ao juiz, que, por fim, dará a sentença respaldado nesse laudo. Mas nem sempre, existem exceções em que o juiz, mesmo com o laudo apontando para a prática da feitiçaria, considera que não era.

Uma testemunha que discordaria do parecer dos peritos da Polícia era Leonel Moreira Pires Ferraz, vivia no Rio de Janeiro aos 59 anos de idade, era empregado municipal e alfabetizado.

Que conhece o acusado Paulo José Ferreira, que é oficiante ou pastor da religião maometana nesta capital, e o depoente lhe frequenta a casa como um adepto, que é, dessa região; que, frequentemente há reuniões na casa do acusado para a leitura do Alcorão realizando-se também preces; que, o acusado não se inculca curador de moléstias, nem tão pouco usa passes ou outros artifícios para deslidar negócios difíceis; que, naturalmente as preces, de vez em quando, são destinadas a obter o alívio de aflição dos adeptos da religião.(Processo: CS.O.PCR.7845, 1936, p. 47,48)

Interessante notar que essa testemunha se diz adepta da religião muçulmana e que frequentava a casa do acusado para assistir as reuniões religiosas presididas por ele, o que leva a crer que Paulo José seria um alufá. Importante destacar a última fala do acusado em

seu depoimento: “existe nessa capital uma sociedade de maometanos do Brasil” (Processo: CS.O.PCR.7845, 1936, p. 48), o que poderia ser verdade, visto o número de africanos muçulmanos levados à justiça entre 1900 a 1936 e outros mencionados pelos jornais desse período.

Horácio de Sá Pacheco, João Sany e Paulo José têm trajetórias muito parecidas e suas histórias se entrecruzam nessa enorme encruzilhada religiosa que é a cidade do Rio de Janeiro nesse período. É inegável que africanos/afrobrasileiros muçulmanos tinham uma forte presença nessa sociedade. Respeitados e temidos, faziam de sua crença a *Allah* um meio de ganhar a vida em um mercado tão concorrido como era o de magias e encantamentos da cidade.

Referências

Documentação

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

Senado Federal: Código Penal de 1890. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>

Processo de Horácio de Sá Pacheco. CS.O.PCR.306, 1907, Arquivo Nacional.

Processo de João Sany. CQ.O.PCR.472, 1908, Arquivo Nacional.

Processo de Paulo José Ferreira. CS.O.PCR.7845, 1936, Arquivo Nacional.

Bibliografia

BALDI, Sergio. **Dictionnaire des emprunts arabes dans les langues de l’Afrique de l’Ouest et en Swahili**. Paris: Karthala, 2008.

BALOGUN, Muhsin Adekunle. **Sycretic Beliefs and Practices amongst Muslims in Lagos State, Nigeria**. School of Philosophy, Theology and Religion. University of Birmingham, Birmingham, 2011 (Tese de Doutorado).

BOKOLO, Elikia M. **África Negra: História e Civilizações Tomo II Do século XIX aos Nossos Dias**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel, O Menino Fula**. São Paulo: Palas Athena, 2013.

MAGGIE, Yvone. **Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

PRITCHARD, Evans. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIO, João do. **As Religiões no Rio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Coleção Biblioteca Manancial nº 47, 1976.

“DAR FORTUNA” EM UMA CIDADE NEGRA: OS HOMENS DA IMPRENSA E A AGÊNCIA FEMININA NA AFRO-RELIGIOSIDADE CARIOCA OITOCENTISTA (1870-1889)

Hanna Katherine Ferreira Gomes*

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX se torna a maior cidade escravista das Américas, onde escravizados elaboravam formas de viver e aprendizados cotidianos (SANTOS, 2010, p. 28). Nesse cenário, a circulação de homens e mulheres negros, africanos e seus descendentes é um elemento essencial da vida cidadina carioca. Não apenas como mão de obra, eles ocuparam as ruas, becos, vielas e casas de cômodo com seus saberes recriados na diáspora. Inserido nesse escopo estão as práticas de cura e as sociabilidades afro-religiosas, dentre elas, as chamadas casas de dar fortuna, muito expostas pela imprensa.

No *Diário do Commercio* de 10 de fevereiro de 1889, os leitores encontravam um breve texto que tinha como o tema a feitiçaria no Brasil. O autor, não identificado, apontava que “essencialmente nesta corte a goécia, ou feitiçaria só é exercida por pretos e pretas minas e gente sem a menor instrução”. Ele se mostrava extremamente assustado que esses “feiticeiros” que se reuniam nas “casas de dar fortuna” e se misturavam na sociedade como “empregados em outros misteres da vida”, ou seja, seriam como trabalhadores comuns. Tais práticas aconteciam por vezes em

* Mestranda em História Social no Programa de pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Orientanda da Professora Karoline Carula. Esta pesquisa possui apoio do CNPQ.

“uma casinha de quitandeira”, então o lugar que sediava os encontros também, à primeira vista, não teria nenhum sinal de diferenciação. Ele conta em seguida sobre uma casa específica que supostamente conheceu:

Em uma das ruas vizinhas do morro da Conceição, casa de porta e janela com rotula.

O inquilino é um preto mina já velho, e outrora carregador de café. Com ele residem umas quatro negras quitadeiras de frutas e um outro negro da Costa, de nação Cassange, cozinheiro, todos libertos. O preto mina é feiticeiro, dá fortuna, e as negras agenciam fregueses. O negro Cassange, esse é neutral.

Esse casebre era misteriosamente frequentado por muitas mulheres da plebe, e por gente que, apesar de viver na abundância, era ignorante. (DIÁRIO DO COMMERCIO, 1889, p. 2)

Em tal relato, um aspecto chama atenção: a casa era “misteriosamente” frequentada por muitas mulheres pobres. Vale ressaltar que ele também nos mostra que as quatro trabalhadoras, quitadeiras, eram as responsáveis pela mobilização dos frequentadores. Esse traço não foi só observado nesse episódio do *Diário do Commercio*, mas também transparece em uma denúncia redigida em novembro de 1879 ao 2º Delegado de Polícia da Corte, Miguel José Tavares. O seu conteúdo chamava atenção para José Sebastião da Rosa, que foi classificado como parte daqueles que são conhecidos vulgarmente de “feiticeiros ou macumbeiros”. O autor ressalta que essas lideranças “exercem funesta influencia principalmente e quase exclusivamente sobre as mulheres, de cujo espírito fraco e exaltável se apoderam tornando-se vítimas [...]” (Processo de José Sebastião da Rosa. Supremo Tribunal de Justiça, Corte de Apelação, nº 1081, p. 12).

Tanto a notícia quanto a denúncia apontam para uma característica importante desses espaços, a grande circulação feminina. Esse aspecto não foi diminuído pela imprensa, sendo a todo momento mobilizado para caracterizar as chamadas casas de

dar fortuna. Dessa forma, o presente trabalho propõe partir dessa percepção para compreender o panorama em que tais espaços afro-religiosos se inserem enquanto pontos de sociabilidade religiosa, fomentados por africanos e seus descendentes. Tais casas se transformam em pontos de sociabilidade e agência feminina, algo que não passou despercebido pela imprensa: imbuídos de uma missão civilizatória, os periódicos e jornais que circulavam pelo Rio de Janeiro Oitocentista eram compostos por homens, agentes ligados às elites letradas que lutavam pela afirmação de papéis femininos subalternos.

A busca por fortuna na Cidade Negra: os saberes afro-diaspóricos.

A cidade, enquanto um ser social, historicamente produzido e socialmente apropriado, é formada por espaços e estruturas que são mobilizadas por forças em constante tensão (MENESES, 1996). Nesse sentido, as manifestações afro-religiosas faziam parte das estratégias de disputa cotidiana do espaço urbano, compondo o seu “viver em cidades” (BRESCIANI, 2004, p. 9). As chamadas casas de dar fortuna, então, podem ser compreendidas como instituições afro-americanas, resultado de interações sociais regulares, e partem da necessidade de africanos e seus descendentes na diáspora (MINTZ; PRICE, 2003, p. 43). Elas faziam parte de relações cotidianas de determinados grupos, tornando-se ponto de apoio para africanos, seus descendentes, trabalhadores e todos aqueles que as procuravam.

No cotidiano das cidades escravistas, as mulheres escravizadas e libertas se destacam na vida urbana (COWLING, 2018, p. 29). O dia a dia era marcado pela circulação das quitadeiras, que compunham a casa do Morro da Conceição. Trabalhando nas ruas e em mercados do Rio, essas mulheres desenvolviam estratégias de conservar sua clientela, interagiam com outros vendedores e vendedoras, construíam redes de auxílio para se proteger de assédios na rua e dos furtos (SILVA, 2004, p. 122). Ou seja, elas tinham suas experiências pautadas pelo contato com pessoas

diferentes e habilidade de negociação, o que pode ter proporcionado o agenciamento de fregueses que o autor do *Diário do Commercio* se refere. As mulheres negras possuem um papel importante na construção de redes de sociabilidade e apropriação da cidade. Em torno das vendedoras de angu, muitos trabalhadores e outros habitantes de reuniam para alimentação e trocas de informações (SOARES, 1998, p. 32).

Assim, a cidade do Rio de Janeiro, marcada pela experiência escravista, destaca a presença e agência das mulheres negras, e uma dessas evidências é a referência feita a elas na notícia do *Diário do Commercio*. Eram suas habilidades de comunicação, construção de redes de solidariedade e compadrio que mobilizavam aquela casa afro-religiosa. Tais espaços, enquanto parte da cidade negra, traduzem o protagonismo dessas mulheres do cotidiano carioca. Ao situar as chamadas casas de dar fortuna como instituições da cidade negra, recorreremos a percepção elaborada por Sidney Chalhoulb (1990) ao observar o panorama do Rio de Janeiro próximo a abolição. Entre os anos de 1830 e 1870, a população negra, escravizada e liberta, elaborou estratégias de resistência e sobrevivência, construindo, assim, a cidade negra, como resultado desse processo de luta pela liberdade em episódios rotineiros (CHALHOULB, 1990, p. 186). Quando o *Diário do Commercio* marca que os protagonistas daquela casa eram um ex carregador de café e as quatro negras quitandeiras, sinalizando que tais reuniões aconteciam em “casinhas de quitandas”, ele está chamando atenção para essa apropriação da cidade. Ora, esses homens e mulheres não suspendiam a elaboração de significados no tempo de trabalho, eles circulavam pela cidade e, com eles, sua cultura e sociabilidade (REIS, 2019, p. 72). Assim, perceber os sujeitos que construíam as práticas afro-religiosas nas diversas dimensões da sua vida torna-se fundamental.

Um componente essencial para a reunião nesses espaços, inclusive, parece ser a busca por resoluções, seja de conflitos, angústias ou doenças. Ligadas ao repertório cultural centro-africano, o nome pelo qual elas eram referidas foi dado pelo “outro”

presente nas fichas de detentos da polícia da corte e nas notícias da imprensa. Contudo, a partir dele podemos estabelecer uma relação com o complexo de ventura e desventura, paradigma central dos grupos da África central. De acordo com essa visão, as experiências desejáveis faziam parte da ordem natural das coisas. Então, saúde, fecundidade, segurança, harmonia, poder, status e prosperidade, por exemplo, eram objetivos almejados. Mas, a natureza também possuía forças maléficas que poderiam causar coisas ruins, como pensamentos e sentimentos maldosos pelos outros, eventos negativos que levariam a experiências trágicas, doenças, fracasso e destruição (CRAEMER; VANSINA; FOX, 1976). Por meio de práticas mágico-religiosas e seus rituais o mal seria dissipado, atraindo, assim, o estado normal das coisas e a maximização da ventura, proporcionando proteção contra o infortúnio. Levando em conta essa perspectiva, a nomenclatura dessas casas pode se conectar com seu objetivo, a busca pelo fim do infortúnio e o ato de atrair experiências de fortuna (ALMEIDA, 2017, p. 41).

No Rio de Janeiro oitocentista, é possível observar uma gramática cultural centro-africana que casas e estalagens acessavam em suas práticas coletivas (POSSIDÔNIO, 2020). Isso se relaciona a forte influência do Centro-Oeste africano para a formação cultural da cidade do Rio de Janeiro (KARASCH, 2000, p. 36), levando em consideração que o final do século XVIII e início do XIX foram momentos de muita chegada dos escravizados vindos de Angola, dos portos de Luanda e Benguela (SLENES, 1992, p. 55). Eles trouxeram ferramentas culturais que, em uma nova realidade social, culminaram na organização de instituições e comunidades a partir de relações e princípios compartilhados (MINTZ; PRICE, 2003, p. 33).

Dialogando com o paradigma da ventura/desventura e mantendo a análise nas ferramentas centro-africanas, a noção de culto de aflição é um aspecto central para a compreensão dos saberes que circulavam naquelas casas afro-religiosas. Tais organizações rituais são comuns na África Central e Austral e levam em conta a habilidade de regenerar o grupo ou a si mesmo a partir do ritual terapêutico,

proporcionando formas de expressar os problemas sociais de parte da população (JANZEN, 1992). A partir do diagnóstico de um adivinho, é revelada a origem de problemas que serão solucionados a partir do culto ancestral (TURNER, 1981). Assim, a cura de males físicos ou infortúnios individuais e coletivos é um dos principais motes dos cultos de aflição (SLENES, 2006, p. 287).

No contexto carioca, a busca das casas afro-religiosas para a resolução de problemas torna-se evidente nas fontes da imprensa. Na *Gazeta de Notícias* de 30 de abril de 1884, em uma notícia sobre uma busca efetuada pela polícia em uma casa na rua Cabuçu, na freguesia do Engenho Novo, consta que:

Na casa pertencente ao preto mina de nome Ambrósio, encontrou-se, escondido no mato, um altar preparado para a solenidade que deveria realizar naquela noite.

Na mesma casa foram ainda encontrados a preta livre Maria que se intitulava rainha da festa, e dois pretos velhos e enfermos, cujo tratamento estava a cargo do pai Ambrósio.

Por ordem da referida autoridade foram todos recolhidos ao xadrez (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884, p. 1).

No caso do ocorrido, torna-se evidente que os dois senhores sofriam de alguma doença e então foram buscar ajuda na casa de Pai Ambrósio e Rainha Maria. Num momento de luta da medicina acadêmica e científica pelo monopólio da cura, os curandeiros e curandeiras eram aqueles que, mobilizando saberes tradicionais ancestrais, forneciam a partir de raízes, benzeduras, flora e fauna, o combate às doenças (WILKER, 2000, p. 195).

Outros motivos também mobilizaram a busca pelas lideranças afro-religiosas, como os dramas da vida privada. O *Carbonário* de 18 de julho de 1888, nos mostra outra motivação que faria com que tais casas fossem requisitadas:

Já descobrimos a casa de dar fortuna frequentada pela Jeanne, Emilia, e muitas outras bilontrinas que se interessam em amarrar os amantes, como dizem, para não fugir-lhes para as outras.

Havemos de contar esta história por miúdo (*CARBONÁRIO*, 1888, p. 3).

O dito jornal evidencia que os relacionamentos afetivos também eram aspectos importantes na vida dos sujeitos e os infortúnios nessa área motivavam a busca pela restauração do bem-estar. Para Jeanne e Emilia, talvez, a ventura fosse representada por ter a estima de quem amavam. Em outro caso, o amor também se torna um tópico que atravessa a vida privada e chega à casa de dar fortuna.

O *Diário de Notícias* de 23 de novembro de 1870, sob o título “Importante diligência policial” conta o caso de uma mulher, descrita como de boa educação, que recorreu a José Sebastião da Rosa, famosa liderança da Corte, para pedir conselhos sobre seu marido.¹ Angustiada porque suspeitava que o cônjuge possuía uma amante, a mulher recorre ao auxílio de José Rosa. De acordo com a notícia, ele entregou “[...] uns pós que ela devia semear no travesseiro e roupas do marido, guardando de tudo o maior sigilo, negando-se ela aos carinhos do mesmo”. E assim ela o fez, e o marido, então, começou a sentir “pesar-lhe o cérebro, vertigens e um cheiro ativo que não conhecia”. Mais tarde, ela confessa o que havia feito (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1870, p. 1).

Ou seja, as aflições a serem solucionadas perpassavam também as desventuras portas à dentro, da vida conjugal e dos dilemas amorosos. Homens e mulheres africanos e seus descendentes, detentores dos saberes afro-religiosos eram os representantes procurados para resolução de angústias plurais. E não só por setores subalternos da sociedade, como também pelas classes médias e a elite, como trazem à luz as notícias citadas. A busca por acolhimento, auxílio e ajuda é, portanto, parte fundamental das chamadas casas de dar fortuna.

¹José Sebastião da Rosa, também conhecido como Juca Rosa, foi uma famosa liderança afro-religiosa da Corte. Julgado e condenado por estelionato no início da década de 1870, ele se tornou notícia em periódicos do Rio de Janeiro e de fora da Corte imperial. (SAMPAIO, 2000).

Desafiando a civilização: as mulheres nas casas afro-religiosas

Os espaços afro-religiosos frequentemente foram pauta na imprensa carioca noticiando casos marcantes, breves diligências policiais ou denunciando as reuniões em nome da manutenção da ordem e da civilização na cidade. A imprensa foi um importante agente político no século XIX, com destaque para a centralidade da Corte como lugar de cruzamento de informações e fonte constante de notícias (BARBOSA, 2000, p. 21-22). O florescimento da imprensa no final do século XIX é composto também pela elite intelectualizada, trazendo para o centro do debate as ideias europeias de progresso, civilização e ciência. Como parte dessa mobilização, a imprensa passa a dedicar cada vez mais espaço a notícias, editoriais e anúncios que retratavam o cotidiano (MACHADO, 2014). Inserido nesse escopo, tornava-se cada vez mais comum abrir os jornais e encontrar notícias sobre as casas de dar fortuna. Num período de 32 anos, de 1870 até 1902, foram publicadas mais de cem notícias envolvendo esses espaços, em diversos periódicos, o que mostra o interesse dos redatores em colocar em evidência esses casos (ALMEIDA, 2017, p. 22).

Assim, as notícias sobre os espaços afro-religiosos se inserem nesse panorama mais amplo, em que a elite intelectualizada imbuída de uma ânsia civilizatória europeia, burguesa e masculina traduz na imprensa suas perspectivas. A indignação do autor da notícia sobre a casa do Morro da Conceição, assim como outras tantas denúncias, mostra o total repúdio desses homens com relação àqueles espaços. O *Diário do Rio de Janeiro*, por exemplo, publicou em 1871 uma diligência policial elogiando a ação numa casa de dar fortuna na rua da Passagem. Ele afirma que a atuação estaria “livrando a cidade de mais um desses antros de ignorância e superstição, que tão má ideia podem dar do nosso adiantamento e civilização” (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 1871, p. 1). O trecho mostra o tom de limpeza da cidade, frente a um projeto civilizatório em que as práticas afro-religiosas não se encaixavam.

Vale destacar que a imprensa é construída e mobilizada por agentes, entre eles, os jornalistas e dirigentes dos jornais. A partir de 1880 até o período novecentista, Marialva Barbosa aponta para uma totalidade masculina de formação acadêmica principalmente nas áreas de direito e medicina. (BARBOSA, 2000, p. 63). Isso reflete nos ideais que despontam nos jornais e na forma como as notícias representam os espaços conhecidos como casas de dar fortuna. A noção de busca pela civilização dentro da ideologia do progresso com a valorização extrema da ciência como forma de guiar a sociedade para o caminho ideal de conduta é uma marca nesse cenário. Não só no campo da imprensa, mas nos discursos políticos também é possível observar a ideia de um modelo de aperfeiçoamento moral e material que seria alcançado pelo povo a partir da orientação dos governantes no caminho do progresso (CHALHOULB, 1996, p. 35). Tratando-se desse projeto civilizatório, qualquer prática relacionada a cultura negra seria barrada como um sinal de atraso.

Essa perspectiva levava em conta um esquema que hierarquizava a sociedade a partir do olhar branco e masculino. Nessa dinâmica, negros e mulheres eram tratados como corpos incivilizados distantes do padrão representado pelo homem branco (FERREIRA; HAMLIN, 2010, p. 820). A publicação do *Corsário* evidencia essa percepção, quando sob o título ‘Casa de dar fortuna’, o autor escreve:

Na rua do Engenho de Dentro, perto da Praia Pequena, existe uma casa de dar fortuna, na qual, depois das 10 horas da noite reúne-se uma grande assembléia de homens e mulheres de todas as cores. As imoralidades que aí se praticam são dignas de punição e contra elas reclamamos a intervenção do atual chefe de polícia, antes que a nossa aristocracia adira a elas, como aconteceu, não há muitos anos, com as imoralidades praticadas na casa de dar fortuna do celebre Juca Rosa. (O *CORSÁRIO*, 1881, p. 2)

A notícia clama pela intervenção policial por conta das imoralidades ali praticadas. Ora, um lugar que depois das 10 horas da noite reúne muitos homens e mulheres, estava destoando dos ideais de comportamento formulados pela elite. Pior ainda era a informação de que eram “homens e mulheres de todas as cores”, o que seria um claro sinal de desordem. Assim como a notícia do *Diário de Commercio*, ambas publicações chamam a atenção para a adesão de membros de outras camadas sociais, provavelmente companheiras dos redatores, a tais reuniões.

Todos os trechos apresentados até agora marcam a presença das mulheres nesses espaços, seja como líderes afro-religiosas, frequentadoras ou parte do mecanismo de funcionamento. Numa sociedade civilizada, além da exclusão de qualquer manifestação e símbolo construído por africanos e seus descendentes, as mulheres foram designadas para a reclusão à família e ao espaço doméstico. Dentro dessa concepção, as características normativas da feminilidade seriam o recato, a docilidade e uma passividade com relação aos homens e aos filhos (KEHL, 2008, p. 48). No entanto, é importante destacar que esse modelo de feminilidade era algo mais viável para as mulheres burguesas do que as trabalhadoras de forma geral, que tiveram suas experiências longe dos ideais de reclusão. No bojo dessas ideias, o corpo feminino negro se apresenta como símbolo de corrupção moral, primitivismo e como perigoso para a saúde da nação civilizada (XAVIER, 2012, p. 67).

Dessa forma, o repúdio a tais casas também poderia estar calcado na masculinidade daqueles homens intelectualizados que redigiam as notícias. A masculinidade hegemônica é aquela que legitima um conjunto de práticas e perspectivas que endossam a subordinação das mulheres com relação aos homens (CONNELL, 2013, p. 245). Mas não qualquer homem: a dominação coloca o homem branco no topo da cadeia social, algo já chancelado pelos ideais de progresso e civilização. Dessa forma, ao se deparar com espaços liderados por negros e negras, onde esses elementos eram autoridades, recorridos não só por seus iguais, mas também por

pessoas abastadas e brancas, o incômodo é evidente. Para além disso, o fato de existirem mulheres negras como as tais quitandeiras libertas minas do Morro da Conceição ou a Rainha Maria da casa da rua Cabuçu como detentoras de cargos de liderança, também deveria ser motivo de um desconforto particular. Dentro da perspectiva das elites, essas mulheres deveriam ocupar o lugar de subalternas, elas poderiam ser suas empregadas domésticas, amas de leite, vendedoras de frutas. Mas na cidade negra elas ocupavam cargos de poder religioso, e nas casas afro-religiosas eram agentes requisitadas inclusive talvez pelas esposas desses homens.

Ora, como evidenciamos no caso da mulher infeliz com a infidelidade do marido, as senhoras e mães de família também poderiam recorrer às lideranças negras para a resolução de suas aflições. Tais infortúnios poderiam ser a própria atitude dos maridos na vida conjugal, sendo recebidas não com condescendência e compreensão, mas com reação. O poder afro-religioso estava influenciando a dinâmica da família nuclear burguesa, dando oportunidade para algum tipo de intervenção e agência para as esposas. Talvez todas essas ameaças se cruzassem na mente dos redatores, jornalistas e editores, preocupados, sim, com o progresso e civilização, mas também com a conservação do modelo de feminilidade burguês. No *Periódico dos Pobres* de 21 de janeiro de 1871, foi publicada uma série de textos simulando o julgamento de Juca Rosa pelo Tribunal do Júri Feminino. Um trecho trata sobre a declaração de uma mulher que afirma a morte do marido por conta dos “feitiços” de Rosa (*PERIÓDICO DOS POBRES*, 1871, p. 2).

Tais homens ilustrados, da elite, intelectualizados, acadêmicos, estavam preocupados com a sua missão de levar a sociedade pelo caminho da civilização, afirmando o domínio do homem branco. Dentro desse ideal, é possível observar sob uma ótica da perspectiva de gênero a preocupação com o lugar da mulher nesse projeto e com as maneiras que ele poderia ser ameaçado nas pequenas ações, a partir das experiências afro-religiosas. Amarrar um homem a uma mulher, procurar uma intervenção frente a infidelidade do marido

no casamento e desempenhar papel de liderança em uma casa de dar fortuna denotaria uma subversão dos ideais de submissão e recato designado às mulheres.

Conclusão

O Rio de Janeiro oitocentista foi palco de reinvenções afro-diaspóricas, entre elas as práticas afro-religiosas, denominadas pelo “outro” de casas de dar fortuna. Esses espaços, sob a égide do complexo cultural centro africano, baseado na ventura/desventura, se tornaram pontos de busca de benesses. Tais casas disputavam o território urbano, e seus saberes circulavam pelas ruas, praças e mercados, com destaque para o papel das mulheres negras nesse sentido. As sociabilidades que foram construídas nas ditas casas levavam em conta a reunião não só de africanos e seus descendentes, mas também homens e mulheres brancos e membros das elites. Longe das prerrogativas de civilização, as práticas afro-religiosas desafiavam os caminhos do progresso e foram vistos pela imprensa como um “antro de imoralidades”, algo a ser extirpado. Tal rejeição possuía um viés de classe e raça, mas também de gênero, tendo em vista que estamos falando de pontos de reunião de mulheres performando outros modelos de feminilidade que não aqueles de recato e submissão.

Referências

Fontes

CARBONÁRIO, 18/07/ 1888, p. 3

DIÁRIO DO COMMERCIO, 10/02/1889, p. 2

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 21/01/1871, p. 1

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/11/1870, p. 1

GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/04/1884, p. 1

Bibliografia

- ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. **Da Polícia ao Museu: a formação da coleção africana do museu nacional na última década da escravidão**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol.6, n.2, novembro, 2004.
- BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio**. Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- CHALHOULB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRAEMER, de Willy; VANSINA, Jan; FOX, Renée C. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. In: **Comparative Studies in Society and History**, vol.18, n. 4, 1976, p. 458 - 475.
- CONNELL, Robert. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: 2013.
- FERREIRA, Jonatas. Hamlin, Cynthia. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18 (3): 336, setembro-dezembro/2010.
- JANZEN, John M. **Ngoma: discourses of healing in central and Southern Africa**. University of California Press.1992.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2008.
- MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- MENESES, Ulipiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. In: **Revista USP**, n.30, p. 142-155, 1996.

- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro-Americana**. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.
- POSSIDÔNIO, Eduardo. **Caminhos do Sagrado: ritos centro-africanos e a construção da religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro do Oitocentos**. Tese de Doutorado em História Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.
- REIS, João José. **Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **A história do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial**. Tese de Doutorado em História Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2000.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. Global porque escravista: Uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. In: **Almanack**, Guarulhos, n. 24, 2020.
- SLENES, Robert. A árvore de nsanda transplantada. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. Org. **Trabalho Livre, Trabalho Escravo**. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.
- SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. Dissertação de Mestrado em História Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- TURNER, Victor W. **The Drums of affliction**. Cornell University Press, 1981.
- WILKER, Nikelen A. Curandeirismo: Um olhar sobre as práticas de cura no Brasil do século XIX. In: *Revista Vidya*, v.19, n.34, 2000.
- XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo negro, 2012.

A ESTRADA DE FERRO RIO D'OURO E A DINÂMICA DA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE: INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

Raphael Castelo Branco da Silva*

Este artigo tem um caráter introdutório, e buscará investigar conflitos e convergências entre agentes públicos e privados, em áreas de influência econômica da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, a partir de dois processos depositados no Arquivo Nacional, denominados "Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro", de 1886, e "Daniel Egalan pede indenização pela desapropriação de terras de que é foreiro situadas na Bacia do Mantiqueira", de 1910. Esses dois processos são de períodos e regiões distintas, mas tem um elemento em comum: A dinâmica relativa ao uso da terra e a apropriação da mesma em decorrência das obras de abastecimento de água à Capital Federal.

Enquanto no primeiro processo há uma convergência entre agentes públicos e privados em relação à acordos sobre o uso da terra, no segundo processo, notamos tensões decorrentes da insatisfação relacionada ao andamento de processos de indenizações. Nossa investigação anterior (SILVA, 2021), defendida em forma de mestrado na Universidade Federal Fluminense, buscou compreender a relação entre a Estrada de Ferro Rio d'Ouro e o abastecimento de água no Rio de Janeiro. Conforme demonstramos, confirmou-se nossa hipótese inicial de que a construção da ferrovia e a manutenção da existência da mesma após o fim das obras de construção do Novo

* Doutorando em História Contemporânea III pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato. Bolsista CAPES.

Abastecimento de Água, estava intrinsecamente ligada com a ferrovia, e que esta podia apresentar déficits em suas receitas, em prol de um *bem maior*, ou seja, o fornecimento de água a cidade do Rio de Janeiro. Seria essa a razão para que a Estrada de Ferro Rio d'Ouro não fosse desmontada ao fim das obras.

Começemos com uma abstração rápida da forma pelo qual iremos trabalhar. Escolhemos dois processos sobre terras que estavam: a) localizados fora do centro da cidade do Rio de Janeiro; b) localizados na Baixada Fluminense; c) eram cortados pela Estrada de Ferro Rio d'Ouro ou estavam na esfera de influência das obras do abastecimento de água.

No relatório ministerial referente ao ano de 1896, notamos em agentes da administração pública uma perspectiva de emplacar uma expansão ferroviária a partir da área atendida pela ferrovia na Baixada Fluminense, em direção à Petrópolis. A razão para tal movimento é simples. Naquele contexto, essa é a única alternativa visualizada no horizonte para suprir as necessidades orçamentárias da ferrovia, para que a mesma tenha tido uma maior independência financeira em relação às operações do abastecimento de água. É por esses motivos que afirma-se que há “bem fundados razões para acreditar-se que prolongando-se o ramal do Xerém, ora em construção, de maneira que haja saída conveniente para Petrópolis, a Estrada de Ferro Rio d'Ouro terá renda suficiente para ocorrer à sua despesa” (MIVOP, 1896, p. 246).

O grande déficit da ferrovia tinha possibilidade de ser reduzido ou mitigado a partir desta expansão. Com isso, iniciou-se um processo de incorporação de terrenos lindeiros à ferrovia em relação a regiões próximas ao Rio Mantiqueira e Rio Xerém. Essa incorporação ocorria através de dois mecanismos: a) cessão, por parte do proprietário; de terras próximas da ferrovia em troca de benefícios relativos a passagem da linha de trem, ou relativos a instalação de estruturas como estações, paradas e desvios, no caso da linha já estar construída; b) a compra, por parte do governo, dos

terrenos necessário à expansão da ferrovia, que por ventura geravam tensões relativas à indenizações.

Nossa hipótese global é que ambos os mecanismos foram peças importantes na formação dos primeiros núcleos econômicos às margens da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, tornando-se então os embriões de muitas localidades que desenvolveriam uma impactante urbanização ao longo do século XX. Mas estes mecanismos não funcionavam da mesma forma, e tinham resultados distintos, conforme veremos a seguir.

O primeiro processo é a compilação de dois casos parecidos, relativos à regiões distintas, como a freguesia de Inhaúma e o município de Iguassú. Um documento interno do Ministério dos Negócios da Fazenda anexado aos arquivos informa a cessão gratuita por parte de: a) Antonio Joaquim de Souza de Botafogo e sua mulher para a passagem dos trilhos da Estrada de Ferro Rio d'Ouro na Fazenda do Engenho da Rainha, na freguesia de Inhaúma; b) Manoel José Coelho da Rocha para a passagem de trilhos da mesma ferrovia, além de tubulações de abastecimento de água. Em ambos os casos, era necessário que os proprietários apresentassem os títulos de comprovação de propriedade para a realização do cálculo relativo ao valor dos terrenos cedidos ao governo.²

No Município de Iguassú, os terrenos de Manoel José Coelho da Rocha seriam os localizados na região do Brejo, na freguesia de Merithy. A cessão por parte de Antonio Joaquim de Souza Botafogo se daria através dos mecanismos acertados pela lei n° 2639 de 22 de setembro de 1875, sobre o contrato com o empreiteiro Antonio Gabrielli e as obras do Novo Abastecimento de Água da então Corte Imperial.³ Essa lei foi um importante dispositivo jurídico que deu

² MNF. *Ofício manuscrito n. 47 da Directoria do Contencioso do Ministério dos Negócios da Fazenda*. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Idem.**

³ MIVOP. *Ofício manuscrito n. 10508-96 da 1° Secção da Directoria Geral de Obras Publicas*. P. 1. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte**

força às obras de abastecimento de água na Corte Imperial, autorizando o Governo Imperial a despende 19:000\$000 para a construção da infraestrutura. O dispositivo também permitiu que o governo efetuasse operações de crédito e impor multas que não ultrapassarem 200\$000 (BRASIL, 1876, p. 77-78). A cessão de terrenos de 100 m² deveria ser em lugar conveniente, ao passo que haveria tráfego de mercadorias para a parte que cedia o terreno.⁴

Raimundo Teixeira Belford Roxo então no cargo de Inspetor Geral dirigido a Antonio Olyntho dos Santos Pires titular da pasta do MIVOP um ofício que contém importantes informações. Possui plantas com a autorização, por parte do MIVOP, para a desapropriação de terrenos, através de acordos feitos com os proprietários, resultando então na incorporação dos terrenos destes, que eram “necessários ao ramal de Inhaúma da 3º linha de encanamento geral de 0,80 e ao ramal do Brejo ao Xerém, da futura canalização dos rios Xerém e Mantiqueira”.⁵

O acordo sobre a freguesia de Inhaúma foi assinado em 9 de março de 1893 na sede da Inspetoria Geral de Obras Públicas, tendo entre as testemunhas os dois proprietários além do Inspetor Geral e do secretário da Inspetoria. Os termos de ajuste são, a primeira vista, amplamente vantajosos para a União, pois esta incorporaria à Fazenda Nacional a faixa de terra cedida. Para a confirmação, foi necessário a apresentação por parte dos proprietários de títulos que comprovassem a posse da terra. Essa documentação foi então trocada por uma que informava a doação para a União, afim de

dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.

⁴ MIVOP. *Ofício manuscrito n. 10508-96 da 1º Secção da Directoria Geral de Obras Publicas*. P. 2. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

⁵ MIVOP. *Ofício manuscrito n. 80 da Inspeção Geral de Obras Publicas da Capital Federal*. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

evitar reclamações futuras por parte dos proprietários ou de herdeiros que viessem a contestar o acordo.⁶

Os proprietários foram obrigados a ceder gratuitamente os terrenos que fossem lindeiros às linhas de tubulação e aos trilhos, para além do domínio cedido, antes e depois do estabelecimento do tráfego.⁷ Isso parece pouco vantajoso para os proprietários. O que levaria os mesmos a ceder terrenos gratuitamente para a União? Não foi uma questão de caridade. Existiu a percepção de que o negócio era positivo tendo em vista a possibilidade de agregar valor aos terrenos que não eram cedidos mas que estavam próximos à estrada de ferro. Isto fica explícito em relação ao 4º e 5º termo do acordo, pois faziam a parte pública dispensar recursos em prol do gozo de entes privados. O 4º termo destacava que a Inspeção Geral de Obras Públicas estava obrigada a construir um desvio com o comprimento de 100 metros, partindo de um lugar conveniente na linha, afim de abrir o tráfego de mercadorias das terras dos proprietários, utilizando material rodante da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, operação esta sob controle direto de Raimundo Teixeira Belford Roxo, livrando então os proprietários de qualquer gasto com manutenção e tráfego da ferrovia. O 5º termo obrigava a Inspeção Geral de Obras Públicas em ofertar tais serviços em no máximo três meses após a conclusão das obras. Com esses movimentos,

⁶ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste feito pelo Inspector Geral de Obras Publicas da Capital Federal para a cessão a titulo gratuito por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher D. Emilia Pecegueira de Souza Botafogo das terras necessárias para a passagem da Estrada de Ferro do Rio d'Ouro na Fazenda do Engenho da Rainha, Freguesia de Inhaúma, Districto Federal e que constão da planta que se acha junto.* p. 1. In: MIVOP. **Processo "Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

⁷ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste feito pelo Inspector Geral de Obras Publicas da Capital Federal para a cessão a titulo gratuito por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo...* p. 1. In: MIVOP. **Processo "Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

incorporou-se terrenos afim de permitir a concretização da variante entre Engenho do Mato e Capão do Bispo.⁸

No caso de Manoel Coelho da Rocha, o trato teve algumas diferenças, mas ainda assim foi bem produtivo tanto para o governo assim como para o proprietário que cedia suas terras. O acordo foi lavrado em 22 de agosto de 1895, também na sede da Inspetoria Geral de Obras Públicas, tendo entre as testemunhas o proprietário das terras, o Inspetor Geral Raimundo Teixeira Belford Roxo e o chefe da 3º divisão Luiz Maggesi. O proprietário abria mão de uma faixa de terra com largura suficiente para a passagem de trilhos e tubulações, com alguns termos, que analisaremos a seguir.⁹

Os termos acordados eram vantajosos para os dois lados. Da parte do proprietário, ele deveria ceder a faixa de terra necessária para a construção da linha de trem e da tubulação, assim como terrenos necessários para as obras de derivação. O proprietário deve consentir em todas as ações perpetradas nos terrenos cedidos.¹⁰ Deve ser feita, por parte do proprietário, a transferência dos terrenos para a municipalidade de Iguassú, de todas as terras fronteiriças

⁸ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste feito pelo Inspector Geral de Obras Publicas da Capital Federal para a cessão a titulo gratuito por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo...* p. 2. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

⁹ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste e, virtude do despacho publicado no Diario Official de 1º de janeiro de 1894, celebrado pelo Inspector Geral das Obras Publicas da Capital Federal, D. Raimundo Teixeira Belford Roxo, com o proprietario Manoel José Coelho da Rocha, para a cessão a titulo gratuito à União de uma faixa de terreno de uma propriedade onde passarão os encanamentos geraes, a Estrada de Ferro Rio d’Ouro e seu ramal para o Xerem, situado no Estado do Rio de Janeiro, e que consta da planta em anexo.* p. 1. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

¹⁰ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste e, virtude do despacho publicado no Diario Official de 1º de janeiro de 1894, celebrado pelo Inspector Geral das Obras Publicas da Capital Federal, D. Raimundo Teixeira Belford Roxo, com o proprietario Manoel José Coelho da Rocha...* p. 1. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

com a futura estação ferroviária além dos terrenos de gozo público. Por parte da Inspetoria Geral de Obras Públicas, esta cedia, assumindo todos os gastos, as penas d'água para os terrenos do proprietário que não foram cedidos, além de uma pena d'água na estrada local, que seria de gozo público.¹¹

Nas negociações sobre o fornecimento de penas d'água, chegou-se a um acordo no qual a Inspetoria Geral de Obras Públicas concordava com a instalação de duas penas d'água na propriedade de Manoel José Coelho da Rocha.¹² A autorização do acordo foi dada em ofício escrito por Raimundo Teixeira Belford Roxo para o titular da pasta do MIVOP. A ação foi autorizada e o acordo foi lavrado.¹³

No processo analisado, anexou-se o requerimento escrito pessoalmente por Manoel José Coelho da Rocha, dirigido ao titular da pasta do MIVOP, informando da petição e confirmando que cedia gratuitamente os terrenos, pois já tinha o feito uma vez, e que *respeitosamente* pedia pela abertura do serviço público ferroviário onde sua propriedade era cortada, já que estava cedendo terrenos pela segunda vez em prol de obras de melhoramentos.¹⁴

¹¹ MIVOP. *Cópia do termo de ajuste e, virtude do despacho publicado no Diario Official de 1º de janeiro de 1894, celebrado pelo Inspector Geral das Obras Publicas da Capital Federal, D. Raimundo Teixeira Belford Roxo, com o proprietario Manoel José Coelho da Rocha...* p. 2. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

¹² MIVOP. *Oficio manuscrito n. 10.228 da 1º Secção da Directoria Geral de Obras Publicas.* In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

¹³ MIVOP. *Oficio manuscrito n. 71 da Inspeção Geral de Obras Publicas da Capital Federal.* In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

¹⁴ *Oficio manuscrito escrito por Manoel José Coelho da Rocha ao cidadão Snr. Ministro da Viação e Obras Publicas.* In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha... Ibidem.**

Ao observarmos as fontes notamos que, na década de 90 do século XIX, existia uma certa convergência entre agentes privados e públicos em relação ao uso da terra em áreas próximas a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, pois ambas as partes poderiam ganhar benefícios através de acordos realizados entre si. Entretanto, em 1910, na região da bacia do Rio Mantiqueira e do Rio Xerém, que era uma outra área de expansão da ferrovia, identificamos alguns conflitos decorrentes do processo de indenização relativa às terras, que fora questionada.

Em ofício enviado ao ministro da Viação, há o pedido de que seja feita a indenização pedida por Daniel Egalan. De acordo com a fonte, este seria foreiro de terras na bacia do Rio Mantiqueira. A Inspetoria fez um levantamento de plantas no qual comprovou-se que Daniel Egalan era, de fato, foreiro das terras pelo qual reclamava indenização, sendo estas terras um desdobramento da antiga fazenda Imperial de Petrópolis, cujo proprietário era o Conde D'eu. De acordo com o ofício, as terras eram distantes daquelas terras no qual eram feitas as captações de água para o abastecimento da capital. Mas o relator do ofício destaca a necessidade de incorporação dessas terras do vale "sejam adquiridas pela União, ou por acordo direto, ou instaurando-se processo de desapropriação, aliás já decretado para todas as águas e terras necessárias às obras ultimamente feitas".¹⁵

Uma ressalva feita foi com o fato de que o requerente tinha derrubado a mata para uso próprio, o que prejudicaria o uso das terras para o abastecimento, que dependiam da conservação de florestas para o bom funcionamento. No processo, afirma-se que no arquivo da Inspetoria Geral de Obras Públicas não foi encontrado nenhum arquivo referente à pedidos de indenização. Em uma atuação, enviou-se o material do engenheiro Henrique

¹⁵ MVOP. *Ofício datilografado n. 173 da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal*. p. 1. In: **Processo "Daniel Egalan pede indenização pela desapropriação de terras de que é foreiro situadas na Bacia do Mantiqueira"**. Documentação depositada Caixa OI-GIFI-4B276 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Valle de Almeida e afirmou-se que não podia entrar em ajuste com o foreiro requerente.¹⁶

Um outro ofício, de autoria de José Silveira Machado, de 9 de dezembro de 1909, dirigido ao titular da pasta do MIVOP, informava que o requerente, Daniel Egalan, não conseguia explorar suas propriedades devido ao imbróglgio, pedia o pagamento da indenização para solucionar a questão. As terras que estavam em disputa pertenciam a antiga Imperial Fazenda de Petrópolis, e que esta era composta de terras aforadas e não-aforadas, sendo 14 prazos, ou lotes, aforados, enquanto 3 destes prazos estavam dentro dos limites da bacia que a Inspetoria precisava para a captação de água. Em outro prazo, existiam duas construções, sendo uma caracterizada como moradia, além de terras cercada no qual havia a exploração de terras em forma de pasto e na derrubada de matas para a exploração de lenha e carvão. O superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis foi fazer negociação com o representante da Fazenda Nacional, sendo que este só negociaria com o proprietário de fato, e não com aqueles que, por ventura, ocupassem o terreno através do regime de foro. Como resolução deste impasse, Octávio da Silva Costa, que era o supertendente da fazenda de Petrópolis, apresenta uma proposta no qual se calculasse o preço do domínio direto em áreas aforadas. Sendo aceito nestes termos, pela Fazenda Nacional, esta incubiu que a IGOPCF negociasse diretamente com o foreiro para a resolução da questão.¹⁷ Não houve contestações posteriores por parte do requerente no processo, aparentando então que a questão foi solucionada.

Em relação aos pontos analisados nas fontes, que eventualmente são apenas o início de um processo maior de investigação que está em curso, temos algumas questões a levantar. Para alcançar a localidade do Brejo, a Estrada de Ferro Rio d'Ouro necessariamente precisava cortar a terra de propriedade da família

¹⁶ MVOP. *Autuação manuscrita n. 23-L-09 da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal de 28 de março de 1910.* p. 2. In: **Processo "Daniel Egalan... op. cit.**

¹⁷ MVOP. *Ofício datilografado avulso.* In: **Processo "Daniel Egalan... op. cit.**

Coelho da Rocha. Por exemplo, Almério Coelho da Rocha, que também era fazendeiro e posteriormente tornou-se empresário citricultor, é descrito como “paladino” por ter permitido o tráfego de passageiros em suas terras, como se isso fosse uma benfeitoria por parte deste (VASCONCELOS, 1947, p. 350). Vimos, no caso das terras de Manoel José Coelho da Rocha, de que a dinâmica de cessão de terras para ferrovias estava longe de ser mera caridade em prol do progresso, e sim, fazia parte de uma intrínseca rede de interesses no qual ambas as partes tinham a ganhar, cada uma a sua maneira.

Alguns fatos devem ser levados em consideração. Em 1891, ocorreu a transferência da sede do município de Iguassú, que estava localizada próximo aos trilhos da Estrada de Ferro Rio d’Ouro, para uma localidade servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil. (NEY, 2008, p. 120). Isso foi um baque para a Estrada de Ferro Rio d’Ouro, que precisava estar em pleno funcionamento para não atrapalhar o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. A ferrovia apresentava constantes déficits em suas contas, levando a situações no qual o Tesouro Público precisava ofertar um crédito de 1.418:345\$, como foi no caso do ano de 1893.

Problemas na Estrada de Ferro Rio d’Ouro eram recorrentes. Podemos observar que em menos de 10 anos a situação da ferrovia já era lastimável, pois a mesma estava sendo subutilizada em relação ao potencial que a estrada de ferro podia oferecer ao desenvolvimento da lavoura.¹⁸ A necessidade de uma expansão esbarrava nas condições materiais que impediam que a mesma se concretizasse. Mesmo assim, insistiu-se em estender a Estrada de Ferro Rio d’Ouro em direção à petrópolis, pois “há toda a razão para supor que em vez de déficit terá renda para diminuir o custeio do abastecimento de água, se, prolongado o ramal do Xerém, atualmente em construção, tiver saída por Petrópolis e for o seu tráfego desenvolvido eficazmente por meio de comunicação barata e do regime de homestead” (MIVOP, 1895, p. 179).

¹⁸ Jornal *O Tempo*, edição de 29 de julho de 1892.

Conforme sinalizamos em nossa pesquisa anterior, essa passagem do relatório é de suma importância, pois não se nega a essência da ferrovia em auxiliar o abastecimento de água, mas busca livrá-la de um problema, pois a ferrovia dependia dessas operações, e só estas não bastavam para sustentá-la, ao passo que a existência da ferrovia era condição para o bom funcionamento do sistema de abastecimento de água.

Hoje sabemos que a prometida expansão ferroviária em direção à Petrópolis nunca foi construída. E a Estrada de Ferro Rio d'Ouro acabou sendo erradicada no bojo da política de desativações de ramais anti-econômicos durante a ditadura civil-militar de 1964-1988. Mas é importante recordar essas tentativas de melhorias da ferrovia pois, na época, acreditava que a ferrovia estava destinada a um grande destino, caso as medidas corretas fossem tomadas, dentro de suas condições (MIVOP, 1895, p. 179).

Ao analisarmos previamente a documentação encontrada, pudemos perceber as profundas negociações existentes entre a Inspeção Geral de Obras Públicas e proprietários locais. Estes assumiram uma dinâmica de cessão de terras para a passagem de trilhos e tubulações em troca de benfeitorias. Entretanto, o processo quase uma década depois esbarrou em pessoas que tinham suas terras atingidas de alguma forma pela estrada de ferro ou pela operação do sistema de abastecimento de água. Com isso, essas vieram a se utilizar de mecanismos legais para contestar o processo de indenização pelo qual estavam submetidas. Existem vários casos assim, que serão analisados em oportunidade posterior. O que podemos indicar, inicialmente, é que a dinâmica de usos da terra em regiões afastadas do centro do Rio de Janeiro aparentava ser harmoniosa, como uma grande troca de favores. Mas, em pouco tempo, personagens com menos posses e rendas passaram a se valer do direito de buscarem indenizações justas e, para isso, pressionaram a mesma Inspeção Geral de Obras Públicas, por termos que os deixassem satisfeitos. Os casos analisados, sem dúvidas, são os primeiros de uma série de processos que buscaremos investigar,

tendo como objetivo reconstruir essa parcela esquecida da história do Rio de Janeiro: O impacto da Estrada de Ferro Rio d'Ouro na dinâmica econômico-social do território por ela cortada.

Referências

Fontes manuscritas

MIVOP. *Ofício manuscrito n. 10508-96 da 1º Secção da Directoria Geral de Obras Públicas*. In: MIVOP. MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MNF. *Ofício manuscrito n. 47 da Directoria do Contencioso do Ministério dos Negócios da Fazenda*. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Ofício manuscrito n. 80 da Inspeção Geral de Obras Públicas da Capital Federal*. In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Cópia do termo de ajuste feito pelo Inspector Geral de Obras Públicas da Capital Federal para a cessão a título gratuito por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher D. Emilia*

Pecegueira de Souza Botafogo das terras necessárias para a passagem da Estrada de Ferro do Rio d'Ouro na Fazenda do Engenho da Rainha, Freguesia de Inhaúma, Districto Federal e que constão da planta que se acha junto. p. 1. MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Cópia do termo de ajuste e, virtude do despacho publicado no Diario Official de 1º de janeiro de 1894, celebrado pelo Inspector Geral das Obras Públicas da Capital Federal, D. Raimundo Teixeira Belford Roxo, com o proprietario Manoel José Coelho da Rocha, para a cessão a título gratuito à União de uma faixa de terreno de uma propriedade onde passarão os encanamentos geraes, a Estrada de Ferro Rio d'Ouro e seu ramal para o Xerem, situado no Estado do Rio de Janeiro, e que consta da planta em anexo.* MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Ofício manuscrito n. 10508-96 da 1º Secção da Directoria Geral de Obras Públicas.* In: MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro”**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Ofício manuscrito n. 10.228 da 1º Secção da Directoria Geral de Obras Públicas.* MIVOP. **Processo “Termo de ajuste feito para**

cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro". Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Ofício manuscrito n. 71 da Inspeção Geral de Obras Públicas da Capital Federal*. MIVOP. **Processo "Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro"**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Ofício manuscrito escrito por Manoel José Coelho da Rocha ao cidadão Snr. Ministro da Viação e Obras Públicas. MIVOP. **Processo "Termo de ajuste feito para cessão por parte dos proprietários Antonio Joaquim de Souza Botafogo e sua mulher, e Manoel José Coelho da Rocha, respectivamente, de terras na Fazenda do Engenho da Rainha e no lugar denominado Brejo, necessários à Estrada de Ferro Rio d'Ouro"**. Documentação depositada na Caixa OI-GIFI-4B206 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Autuação manuscrita n. 23-L-09 da Inspeção Geral das Obras Públicas da Capital Federal de 28 de março de 1910*. In: **Processo "Daniel Egan pede indenização pela desapropriação de terras de que é foreiro situadas na Bacía do Mantiqueira"**. Documentação depositada Caixa OI-GIFI-4B276 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Fontes datilografadas

MIVOP. *Ofício datilografado n. 173 da Inspeção Geral das Obras Públicas da Capital Federal*. In: **Processo "Daniel Egan pede indenização pela desapropriação de terras de que é foreiro situadas na Bacía do**

Mantiqueira". Documentação depositada Caixa OI-GIFI-4B276 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

MIVOP. *Ofício datilografado avulso*. In: **Processo "Daniel Egalan pede indenização pela desapropriação de terras de que é foreiro situadas na Bacia do Mantiqueira"**. Documentação depositada Caixa OI-GIFI-4B276 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Fontes impressas

BRASIL. **Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1875, Tomo XXIV, Partes I e II, volume 1**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

MIVOP. **Relatorio apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos negocios da industria, viação e obras públicas, engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, em maio de 1896**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

MIVOP. **Relatorio apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, ministro de estado dos negocios da industria, viação e obras públicas em maio de 1895**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

Fontes jornalísticas:

Jornal **O Tempo**, edição de 29 de julho de 1892.

Bibliografia geral

NEY, Alberto. A vila de Iguassú. In: TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

SILVA, Raphael Castelo Branco da. **O dilema do Trem das águas: A Estrada de Ferro Rio d'Ouro entre o abastecimento de água e o transporte de passageiros e mercadorias no Rio de Janeiro, 1875-1906**. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2021. (Dissertação de Mestrado em História)

VASCONCELOS, Max. **Vias brasileiras de comunicação.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1947.

OS SERTÕES BRASILEIROS E O PROJETO POLÍTICO- IDEOLÓGICO DA MODERNIDADE: PROGRESSO, CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE (XIX-XX)

Janaina Ferreira dos Santos da Silva*

A experiência (e expectativa) da Modernidade

Modernidade, enquanto conceito, tem história. A origem vem da palavra em latim *modernus*, que denotava um sentido de “recente” em oposição à “pagão” durante o século V. Popularizado nas obras de Santo Agostinho, o termo contrapunha ao que se considerava como um “passado gentílico”¹. A partir do XVI, a utilização deste vocábulo passou a referir-se à objeção ao contexto medieval. A autodenominação europeia de inauguração de um “novo tempo” elaborou rompimentos com as experiências progressas, em que as representações de homem e tempo sob a idealização do “inédito” se apegaram à concepção de modernidade e a adjetivação de “moderno” (ANDREW, 2003).

* Possui os títulos de licenciada em História, especialista em História e Cultura e Mestra em História, todos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pesquisadora do Anômalo (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq) e GEPEG (Grupo de Estudos e Pesquisas em Gêneros – UFG). E-mail para contato: janaina_silva@id.uff.br; Instagram: @janainasilvahist.

¹ De acordo com Le Goff (1994, p. 168): “Quando o termo “moderno” aparece no baixo latim, só tem o sentido de “recente” que mantém por muito tempo, ao longo da Idade Média; ‘antigo’ pode significar ‘que pertence ao passado’ e, com mais precisão, à época da história a que o Ocidente, desde o século XVI, chama Antiguidade, ou seja, a época anterior ao triunfo do Cristianismo no mundo greco-romano, da grande regressão demográfica, econômica e cultural da Alta Idade Média, marcada pela diminuição da escravatura e pela intensa ruralização.”.

Vemos que modernidade é uma construção humana que advém do combate entre os tempos históricos das sociedades (SILVA; SILVA, 2003). A descontinuação político-ideológica com o passado instaura o binômio fundamental para compreender modernidade: “antigo” e “moderno”, em que seus significados dialogam diretamente com a temporalidade em curso no Ocidente. Trata-se, também, de um embate de significados: “tradicional”, enquanto arcaico e ultrapassado, e “novo”, com caráter sagrado de nascimento de um “novo” momento para diferenciar o passado, presente e futuro (LE GOFF, 1994, p. 174). Nota-se como a construção de sentido de modernidade foi construída a partir de disputas de antagonismos linguísticos, da fuga ideológica do tempo passado e da fetichização do futuro.

A história do recorte temporal caracterizado de Modernidade teve estes recursos semânticos como base da construção narrativa feita pelos contemporâneos que a defenderam. Mas, assim como “modernidade”, “tempo moderno” ou “época moderna” não são nomenclaturas exclusivamente utilizadas para caracterizar o período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Essas expressões também estão ancoradas nas ideias de “novo” e “atual”, em que a diferença com o tempo anteriormente vivido pode ser destacada pela arguição da “novidade”. Foi a partir da construção da agenda político-ideológica do Iluminismo que estes termos passaram a caracterizar, também, o período compreendido de maneira histórica (KOSELLEC, 2006, p. 247).

De acordo com Le Goff (1994, p. 174), apesar de “os conflitos de geração que atiravam “modernos” contra “antigos” existiam desde a Antiguidade.”, a primeira contraposição real entre estes binômios aconteceu com o encontro entre os indígenas americanos e os colonizadores europeus no século XV. Na ocasião, construiu-se um discurso imperialista ocidental que teve como base a “superioridade” das nações europeias sob as sociedades indígenas, especialmente fundamentadas a partir das interpretações colonas sobre “progresso” e “cultura”.

Para Koselleck (2006), a obsessão dos iluministas com o tempo desencadeou em neologismos conceituais que buscaram indicar a separação de uma “nova” temporalidade em oposição ao passado. Mas não se tratou da invenção de um novo tempo no sentido real, apenas ideológico: não houve uma mudança no tempo natural, mas na maneira como se experienciava e percebia os tempos históricos. Por isso, o autor atribui à modernidade a dissociação entre cronologia natural da histórica, em que o tempo passou a assumir um papel extrapolado a de mera ambientação e recebe uma qualidade histórica. Nesse sentido, “do ponto de vista da experiência temporal, o que está em jogo na passagem para a modernidade é uma nova forma de articulação entre o passado e o futuro, entre experiência e expectativa, que envolve uma separação progressiva entre ambos.” (KOSELLECK, 2006, p. 74).

Nesse sentido, “progresso” foi o primeiro conceito histórico em que as categorias de experiências e expectativas foram somatizadas como partes do combate entre passado e futuro da Europa (KOSELLECK, 2006, p. 320). A construção do tempo futuro como “moderno” inseriu a ideia de “progresso” como argumento chave para se pensar no conjunto de modificações de diversos setores como uma modernização em escala exponencial que molda o presente rumo às expectativas do futuro dinâmico.

Essas modificações socioeconômicas foram contempladas como integrantes da modernidade. Para a invenção desse “moderno”, outros predicativos também foram mobilizados, como o de “progresso”, se encontrando a partir da função compartilhada de demarcar a movimentação político-social europeia em busca do “novo”. O vocábulo “progresso” começou a ser amplamente difundido durante o século XVI pelos iluministas para dismantelar a compreensão cíclica do tempo e arguir sobre a instauração de uma “nova” temporalidade que superava os tempos passados fundamentada.

Civilização: uma categoria de supremacia sociocultural

As palavras “civil”, “civildade” e “civilizado” são anteriores à Era Moderna. Os primeiros dicionários que apresentaram estas nomenclaturas datam entre os séculos XIII e XIV, significando polimento e boas condutas. Nas primeiras aparições nos dicionários de língua inglesa e francesa, tais termos retratavam o cotidiano sociocultural dos moradores do meio urbano, em que seus hábitos eram referenciados como refinados. Nesse sentido, estiveram vinculados à vida na pólis e a a rotina da urbanidade europeia (LIMA, 2012, p. 76 e 77).

Mas, podemos identificar que a discussão em torno do conceito de “civilização” dialoga com vocábulos que se conectam na ideia principal de que um grupo de indivíduos que compartilha uma mesma agenda sociocultural compreendida como “evoluída”. Enquanto os termos “civil”, “civilizar”, “civilizado” e “civildade”, foram operacionalizados como pertencentes aos domínios semânticos presentes na construção ideológica de superioridade em “civilização”, compreendemos outras nomenclaturas em uma rede de inferiorização a partir as comparações estabelecidas nos dicionários analisados. Neste âmbito, podemos compreender “civilização”, assim como “modernidade”, sob o viés de antagonismos discursivos baseados em neologismos próprios ao contexto espaço-temporal da Era Moderna.

A autorreflexão de elevação europeia foi um processo que teve seu auge durante os oitocentos e reinterpretou as sociedades do passado e as dísparas do contexto de maneira precisa: eram “primitivas” em comparação com a potência em curso. Constituiu-se em um processo de superar as comunidades do passado e “civilizar” as compreendidas enquanto “outras” do presente em dissonância com a visão de mundo Ocidental.

Os padrões de boa conduta que surgiram nas cortes feudais foram organizados em dinâmicas para dimensionar a vida humana em sociedade, em que “cortesia” e “civildade” entraram como

palavras-chave para o processo de “evolutivo” humano. Pilla (2003) compreendeu a ideia de “cortesia” como um conjunto de regras de comportamento considerado símbolo de educação e polidez, mas perdeu o uso com o fim da nobreza e a formação da burguesia, a partir do século XVI. Nesse contexto, o vocábulo “civilidade” foi mobilizado para a representação dos moldes de vida cotidiana da burguesa e gerou a elaboração de “civilização”, posteriormente.

Poderia então “civilização” ser compreendida enquanto um neologismo da modernidade? Quando analisamos a história das regras de comportamento sociocultural, é possível identificar que a delimitação de normas vinculadas à moral e ética para os indivíduos e sociedades não foi uma aquisição do período moderno; entretanto, a construção de um modelo de conduta humano em semelhança à uma autoimagem europeia como símbolo cultural com chave para o progresso para o Ocidente pode sim ser examinado como um traço da modernidade. A pedagogia do viver em sociedade é fruto dessa era (PILLA, 2003).

Ao passo disso, as concepções francesa e inglesa expressam uma corrente de movimentação rumo à diminuição de clivagens no processo evolutivo entre as sociedades, externa à suas próprias comunidades, elaborando um intuito expansionista em relação aos povos incivilizados (AQUINO, 2012, p. 146). Sob esta ótica, formou-se uma concepção de colonização cultural com o objetivo de implementar os moldes do que seria uma “civilização” para as nações.

Elias (1990) examinou o que nomeou de “processo de civilizador” como produto da construção ideológica de “civilisation” durante o século XVIII, desenvolvida a partir da atribuição de sentido da matriz linguística franco-inglesa. Autodenominando-se possuidoras de cultura e “civilidade”, tais nações estabeleceram uma agenda sociocultural que mediam a vida cotidiana dos costumes dos outros povos a partir de seus crivos de “civilização”. Nesse sentido, a defesa por reformas das nações “civilizadas” sobre as “bárbaras” passou a ser a simbolizar o rumo do progresso, em que a racionalização do pensamento e a

industrialização da economia eram compreendidos como elementos de uma sociedade “evoluída”.

Em conjunto a isso, podemos observar como tal conceito foi conjugado com vinculação com outros vocábulos importantes para a compreensão do sentido que “civilisation” apresenta. Assim, Elias (1990) localizou a importância de palavras como “civildade” e “civil” para a fortificação de uma ideia de desigualdade evolutiva entre as sociedades de diferentes nações do Ocidente. Assim como foi importante a mobilização dos termos “incivil” e “bárbaro” para a ilustração do oposto ao progresso, a “incivilização”. Logo, tratou-se, também, de construções linguísticas em torno da criação do antagonismo entre as etapas de desenvolvimento das populações humanas, em que conceitos e contraconceitos foram dispostos em debates.

Logo, “civilização” é parte de um processo de “civilizar” os homens (ELIAS, 1990). O termo passou a ser utilizado durante o século XVIII por diferentes intelectuais e se conectaram em um sentido em comum: abarcar o último estágio evolutivo de organização das sociedades humanas. Esta construção ideológica de uma escala de evolução social mobilizou a diferenciação entre origens e nações, em que as diferenças eram vistas enquanto empecilhos do processo desenvolvimento da humanidade.

Há, ainda, ligações entre os conceitos de “civilização e “cultura” para a construção da ideia de “superioridade” sociocultural europeia. Com base nos estudos de Fernand Braudel (1992), os conceitos de “cultura” e “civilização” são produtos do mesmo recorte da Europa vivenciando a Era Moderna e não podem ser interpretadas de maneira independentes. Levar a “civilização” para as sociedades “primitivas” só poderia ser possível quando internaliza-se que as “luzes” da soberania europeia deriva de uma cultura singular.

Os sertões: lugar de barbárie e decadência

No caso do sertão, nunca tivemos uma geografia muito bem delimitada, tratou-se de uma representação de um território de localização incerta e isolada. A disposição dialética entre litoral e interior da colônia não foi elaborada a partir da atribuição de valor às distintas sociedades que vivem nestes diferentes espaços, de modo a rivalizar os modos e costumes culturais a partir do viés europeu da modernidade. A construção simbólica deste “vazio” populacional e econômico foi uma marca da compreensão do processo de colonização enquanto uma agenda de desenvolvimento e modernização. Seguindo este viés, o “sertão” foi identificado em oposição ao progresso da faixa litorânea, sendo apontado como um espaço que deveria ser “civilizado” (ALMEIDA, 2019, p. 35 e 36).

O contexto europeu do Iluminismo durante a soberania política no Novo Mundo foi basilar para a compreensão das colônias a partir do prisma da expansão das grandes civilizações ocidentais e difusão das concepções modernistas de “civilidade” e “progresso”. O processo de colonização teve como base a identificação entre o ideal de vida urbana apoiado nas simbologias atreladas ao modelo de “civilização”, em que o “sertão” era apontado como o ambiente rural que impossibilitava o crescimento de nações desenvolvidas e a formação de “civis”. Assim, em conexão com os processos históricos ocorridos na Europa, os cotidianos socioculturais urbanos e rurais foram antagonizadas: aquela exprimi um futuro de progressos, enquanto essa retratava o “atraso”.

Centros urbanos e sertões foram compreendidos a partir da dicotomia entre o progresso e o retrógrado desenvolvido pela historiografia e literatura nacionais. Durante o período colonial, o simbolismo do “sertão” foi expresso a partir da oposição espacial entre o interior e o litoral, fortemente edificado a partir da construção de um imaginário que contrastaram estas duas regiões. Para além de uma categoria geográfica, representava concepções sobre sociedades e natureza, em que as compreensões do projeto

político-ideológico de progresso, modernização e civilização para a nação nos oitocentos e novecentos confrontaram a existência de “sertões” no interior do Brasil (LIMA, 1999).

A literatura de viagem produzida pelos viajantes europeus durante os oitocentos foi fundamental para a edificação desse olhar sobre a categoria “sertão” a partir da identificação de clivagens socioculturais no território. Entre expedições científicas e naturalistas, as descrições realizadas foram pautadas nas diferenças entre as populações e a paisagem entre o litoral e o interior do Brasil dispondo-as em comparações que questionavam as possibilidades do avanço nacional. Estes sujeitos ilustraram o “sertão” enquanto refratário às possibilidades de avanço político-econômicos pelos contrastes geográficos e populacionais (SILVA, 2006).

Um dos viajantes mais reconhecido desse contexto foi Auguste de Saint-Hilaire, que produziu obras com descrições e interpretações sobre várias partes do Brasil, assim como a região do “sertão”, ao longo do século XIX. Compreendendo este termo no plural, Saint-Hilaire (1975) identificou várias regiões que convergiam no elemento principal que “sertão” representava ideologicamente: o “vazio” socioeconômico. A alegoria dos “sertões” foi delimitada, principalmente por Saint-Hilaire, ancoradas nas disposições litoral versus sertão, civilização em oposição à barbárie, em que a geografia e vegetação de isolamento dos sertões e a população racialmente não-branca foram as chaves para estas análises.

Os “sertões” seriam assim o cenário de surtos de doenças infecciosas, falta de infraestrutura e presença de uma população ociosa. Os sertanejos foram adjetivados por um prisma pessimista da índole humana: preguiçosos, selvagens e improdutivos. A dimensão da moralidade desses indivíduos foi discutida em algumas passagens de Saint-Hilaire pelo interior do Brasil, em que a ausência de valores “civilizados” foi apontada como o maior problema dos sertanejos. Este perfil de inadequação ética dos sertanejos pode ser compreendido a partir do contingente populacional não-branco dos “sertões”. Por estas regiões eram

habitadas, majoritariamente, pelas comunidades indígenas, a defesa de um “vazio” humano configurava-se no ideal de população do contexto do enaltecimento das civilizações aos moldes europeus. Para o viajante, “homens” e “índios” são dispares: os primeiros eram constituídos pelos brancos sob a roupagem da Europa daquele recorte; enquanto os últimos eram bárbaros, incivilizados e selvagens.

Formou-se uma imaginação social brasileira sobre os “sertões” que teve seu início com o processo de colonização, em que uma dualidade dentro do Brasil foi compreendida a partir da separação entre costa e interior. As disputas entre os projetos de nação para o Brasil e as saídas para a chave da modernização e industrialização nacional introduziram a oposição entre “civilização” e “barbárie” como uma pauta latente entre a elite político-intelectual brasileira sob o viés das chaves para a resolução dessa clivagem regional. O contexto da passagem do século XVIII para o XIX para o Brasil propiciou que a existência dos “sertões” fosse problematizada: afinal, esses territórios seriam o símbolo do atraso brasileiro?

A modernidade não seria plena enquanto o país vivenciasse diferentes realidades internamente: enquanto São Paulo e Rio de Janeiro despontavam como cidades metrópoles pela industrialização econômica, crescimento urbanístico e desenvolvimento social, os territórios mais afastados ainda vivenciavam um cotidiano compreendido como “arcaico”. A influência das correntes positivistas e cientificistas europeias com os ideais de progresso, modernização e civilização foram mobilizados pela nascente classe intelectual da nação para analisar a singularidade brasileira sob a forma da autenticidade, tradicionalismo e primitivismo que os “sertões” representavam.

Assim, os intelectuais de diversos seguimentos científicos, artísticos e políticos se propuseram a investigar os problemas e as soluções para o país enfrentar com as terras isoladas e as populações selvagens sob o propósito de unificar o território (SENA, 2010, p. 06). Compreendendo as dinâmicas inseridas na formação do estado-

nação² desse recorte temporal, as diferenças regionais deveriam ser supridas pela formação de uma unidade nacional forte e potente, em que a integração político-econômico-social construiria uma pátria em modernização e progresso.

A partir das obras artísticas produzidas nesta conjuntura, os “sertões” foram incorporados nas problemáticas nacionais como um traço da brasilidade. Os dois “Brasis” são, ideologicamente, compostos pelo civilizado e primitivo, tradicional e moderno, progresso e atraso, as regiões foram identificadas como fundamentais para o próprio entendimento da história da nação (AMADO, 1995; VELLOSO, 1988). O regionalismo foi mobilizado enquanto uma temática importante para a construção histórica do país, em que a interpretação da nacionalidade perpassava pela compreensão das dinâmicas socioculturais dos “sertões” e dos sertanejos, mesmo que de maneira imaginada. O “sertão”, enquanto uma geográfica em oposição ao litoral, foi articulado como uma origem mítica da unicidade brasileira

Esta tentativa da elite político-intelectual de discutir os “sertões” e buscar soluções para os problemas nacionais, oriundos das disparidades territoriais que esses espaços simbolizavam, não se restringiu apenas ao contexto brasileiro. A América Latina vivenciou, entre os séculos XVIII e XIX, a efervescência de modelos de projetos de nação que perpassavam pela anexação dos “vazios” geográficos e fortificação das unidades das pátrias nascentes.

Considerações finais

O empenho pelo crescimento econômico sob o prisma da modernidade como agente inauguradora de um “novo” tempo a partir do progresso do espírito humano não esteve restrito à Europa.

² Para a utilização deste conceito, partimos das discussões de Norbert Elias (1990) sobre o contexto de formação das nações europeias e integração sociocultural durante os séculos XIX e XX. Ver mais em: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

As defesas pela industrialização e modernização foram mobilizadas pelas elites político-intelectuais em outras localidades. Nas localidades não-europeias, acrescentou-se outro binômio para se discutir a oposição “moderno” e “antigo”: “primitivo” e “civilizado”, especialmente nas localidades compreendidas como Terceiro Mundo (LE GOFF, 1994, p. 194).

A interpretação da inauguração de um “novo tempo” foi apreendida pela elite artística e intelectual brasileira daquele contexto do século XIX e início do XX. O projeto para a modernização perpassava por três núcleos: dinamização da economia cafeeira a partir das movimentações capitalistas modernistas, modificação dos padrões socioculturais brasileiros e investimento nas cidades-metrópoles. Assim configurou-se uma espécie de “Belle Époque caipira”³, transferindo os valores da modernidade europeia para os trópicos.

Esta visão de “progresso” para as sociedades teve muito espaço ao longo do século XIX, em que os chamados “manuais de civilidade” despontou como um gênero literário. Dedicado ao ensino de “boas maneiras” e das regras para se viver em sociedade, estas produções foram muito difundidas na Europa e na América. Logo, é possível observarmos como a busca pela “civilidade” e pela classificação de “civilização” tornou-se uma fixação na modernidade. Essas adjetivações estavam inscritas em um modelo de vida baseado da modernidade naquele recorte espaço-temporal. Uma “civilização” partilhava dos valores europeus sobre urbanidade, religião e polidez social.

Os espaços desiguais dentro do território nacional impossibilitariam a marcha civilizatório e modernizadora que o contexto fomentava, mobilizando a elite político-intelectual num

³ Esta expressão foi mobilizada por Doin (2007) para interpretar as particularidades da busca pela modernização no Brasil. ver mais em: DOIN, J. E. M. et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemunc. In: São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v.27, n. 53, 2007.

mesmo propósito: extinguir estes “sertões” e “civilizar” os selvagens. O movimento seria feito rumo ao progresso: os centros urbanos brasileiros seriam expandidos para as regiões afastadas e findariam os empecilhos para o desenvolvimento da nação. A zelo pelo poderio de dominação da pátria sob os territórios era uma grande preocupação do período, em que podemos compreender a partir da visão de que “uma nação dilacerada por uma dualidade que foi inscrita como elemento intrínseco de sua existência e que pode ser localizada no interior das preocupações com a unidade e indivisibilidade nacionais.” (PINTO, 2013, p. 01). Nesse sentido, as expressões da regionalidade deveriam ser suprimidas em benefício à construção da hegemonia histórico-cultural da nação brasileira tratar das fragilidades internas.

Referências

- AQUINO, Silvia Lima de. Considerações sobre o conceito de civilização em Norbert Elias. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 138, ano XII, p. 138-148, nov. 2012.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Sertão, Identidades e Representações no Centro-Oeste. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, p. 34-43, 2019.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- ANDREW, Edgar; SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.

- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil Intelectuais, sertanejos e imaginação social**. Rio de Janeiro, Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em revista**, volume 9, p. 1 15, 2003.
- PINTO, Rubia-Mar Nunes. Nação, região, sertão e a invenção dos brasis: chaves de leitura para a história da educação. **Revista Brasileira Educação**, n. 18, v. 53, jun. 2013.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia, 1975.
- SENA, Selma Custódia. Uma narrativa mítica do sertão. **Avá**, n. 17, jun. 2010.
- SILVA, René Marc da Costa. O não-branco, o sertão e o pensamento social brasileiro. **Prismas**, Brasília, v.3, n, 2, p 427-454, jul/dez. 2006.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

DESIGUAIS DIANTE DA LEI E DO CAPITAL: A EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO AFRICANO

Elizabeth Silva Ribeiro Lucas*

O presente trabalho pretende analisar como as transformações no capitalismo do final do século XIX e início do XX impactaram a formulação das legislações que regulavam o trabalho e a punição nas colônias portuguesas. Para isso, Moçambique recebeu especial atenção. o período analisado se estende do ano de 1894 em que foi publicado o Regimento da administração das províncias ultramarinas, documento que marca o início da produção de leis especiais para aqueles considerados indígenas¹ ao ano de 1926 em que foi promulgado o Estatuto Político e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique que aprofunda essa especialização.

Nesse contexto, o cenário internacional era marcado pelo interesse europeu na partilha do continente africano. Nos finais do século XIX, a Europa se volta para África mediante as mudanças pelas quais passava o sistema capitalista. Vladimir Lenin em seu livro *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* relaciona o crescimento do ímpeto imperialista europeu com o a entrada do capitalismo em seu estágio monopolista. Lenin destaca que entre 1840 e 1860, período do auge da livre concorrência na Inglaterra, os burgueses consideravam a independência das colônias algo útil e inevitável, entretanto a política imperialista assume protagonismo nos finais do século XIX (LENIN, 2011).

* Mestranda em História no PPGH-UFF. Bolsista da Capes. Orientada pelo Profº Dr. Paulo Cruz Terra.

¹ Denominação utilizada para se referir aos não civilizados, a qual foi definida para aplicação do Regimento pelo decreto de 20 de setembro de 1894 como: “os nascidos no ultramar, de pai e mãe indígenas, e que não se distingam pela sua instrução e costumes do comum da sua raça”.

Nesse sentido se faz necessário que analisemos as especificidades da relação portuguesa com a o continente africano. Segundo Valentim Alexandre, a ideia de desenvolver em África um novo império como compensação mediante o processo de independência do Brasil, já é encontrada na imprensa ao longo do primeiro período liberal (1820-1823). A perda da colônia americana significou um prejuízo econômico significativo para Portugal, a principal fonte de acumulação de capital tanto da burguesia mercantil como do próprio Estado se esgotara. Além disso, Portugal também perdia importância no contexto internacional, sem ter muito a oferecer a Inglaterra (aliado tradicional), além da posição do porto de Lisboa (ALEXANDRE, 2004).

Em um primeiro momento, as medidas portuguesas foram com o objetivo de evitar que o Brasil anexasse as colônias, já que o tráfico de escravos (atividade mais lucrativa no território africano) estava sob o controle brasileiro. Apenas em 1851 com um cenário político mais favorável na metrópole e com o fim do comércio transatlântico, as condições se tornam mais favoráveis para o desenvolvimento de projetos coloniais. No entanto, diante das resistências de variados setores, bem como da dificuldade de angariar capitais privados que se disponibilizassem a aplicação no ultramar, o plano formulado por Sá da Bandeira fracassou quase em sua totalidade (ALEXANDRE, 2004).

No entanto, o interesse europeu pelo continente africano começa a aumentar na década de 1870, então a postura colonial portuguesa começa a ser condicionada pelo clima na Europa. Então o ministro dos negócios estrangeiros Andrade Corvo elabora um plano, e dá-se início a um processo de liberalização mercantil e de supressão do trabalho servil. Corvo conseguir alguns avanços na política colonial, mas ainda assim enfrentou muita resistência (ALEXANDRE, 2004).

Então, no último quartel do século XIX, há a ascensão de uma corrente nacionalista radical de caráter imperialista que mobilizou a população das principais cidades portuguesas em torno das

questões coloniais. A perspectiva desse movimento defendia o direito histórico de Portugal de possuir parte da África Central. Quando no final de 1882 se inicia o processo de delimitação de fronteiras, a postura portuguesa é definida por esse nacionalismo. De forma que as posturas portuguesas nas negociações com os outros países e o impasse da questão do Congo abriram o espaço para a Conferência de Berlim (ALEXANDRE, 2004).

Após a conferência, Portugal entendia que o pertenciam dentre outros territórios: a região do Lago Niassa, a zona intermediária entre as zonas ocupadas de Angola e Moçambique, e o Baixo Congo. No entanto, a Inglaterra não reconhecia os direitos portugueses sobre essas regiões, mesmo assim Portugal buscou apoio de outras potências para suas reivindicações e reforçou sua presença na região em disputa. Finalmente, um conflito entre portugueses e mokolos (população sob a proteção inglesa) serviu de justificativa para que a Inglaterra exigisse que Portugal se retirasse de todas as áreas que contestava. A medida britânica foi denominada ultimatum e ocorreu em 11 de janeiro de 1890 (ALEXANDRE, 2004).

Os portugueses receberam o ultimatum como uma grande afronta e como uma espoliação de seus territórios, e isso gerou uma tensão social que balançou o país. Apenas com o tratado de 11 de junho de 1891 entre a Grã Bretanha e Portugal que a crise chegou ao fim. No entanto, apesar de toda revolta, os limites dos territórios portugueses permaneciam expressivos e contendo regiões em que a metrópole ainda não exercia nenhum domínio (ALEXANDRE, 2004).

A partir da Conferência de Berlim as nações europeias começam a traçar compromissos internacionais com o intuito de afirmar seu comprometimento com o progresso moral e material das populações não civilizadas, e era o cumprimento desses compromissos que legitimava a posse das colônias (GONÇALVES, 2016). O direito histórico se tornava então insuficiente para garantir os territórios ultramarinos. A ocupação efetiva das possessões ultramarinas passa então a se tornar uma exigência para a manutenção de sua posse (MARTINEZ, 2012).

Em meados do século XIX, a presença portuguesa em Moçambique se restringia a pontos costeiros, foi apenas na década de 1890 que o colonialismo em Moçambique se consolidou. Nesse contexto se inseriram as campanhas de pacificação do território moçambicano que garantiram a ocupação efetiva da colônia. O principal alvo dessas expedições era o Estado de Gaza que ficava em uma região estratégica e era governado pelo rei Gurgunhanha, que havia se tornado uma ameaça às pretensões portuguesas naquela região. A dominação exercida pelo chefe sobre seus súditos e até mesmo sobre outros régulos indígenas impedia a penetração portuguesa no Sul de Moçambique. O rei exercia poder sobre o processo de emigração de trabalhadores para o Transvaal e para o Natal, e mantinha relações diplomáticas tanto com portugueses quanto ingleses. De maneira que para derrotá-lo Portugal recorreu à via militar. A expedição que derrotou o Estado de Gaza foi denominada “Geração de 95” e foi liderada por António Enes e composta por Mouzinho de Albuquerque, Freire de Andrade, Aires de Ornelas e Eduardo Costa, que vieram a se tornar posteriormente governadores e administradores da colônia moçambicana (THOMAZ, 2008).

Valdemir Zamparoni chama atenção para a atribuição de um novo sentido para as colônias portuguesas em face das mudanças do capitalismo. As trocas primárias não eram mais suficientes, se fazia necessário assegurar fontes produtoras de matérias primas, mercados e mão de obra barata, ou seja, criar um ambiente propício para investimento do grupo capitalista nacional onde pudesse obter maior rentabilidade. No entanto, no caso português a maior lucratividade foi na verdade do capital estrangeiro (ZAMPARONI, 1998).

As transformações do sistema capitalista demandavam que os trabalhadores arregimentados estivessem vinculados de maneira mais permanente ao processo produtivo. Para isso, era necessário recorrer à força e a sujeição, mas também a construção da imagem das populações nativas como um Outro, a fim de tornar legítima a sujeição e dominação dessa força de trabalho (ZAMPARONI, 1998).

Nesse sentido, a conceituação de capitalismo desenvolvida pela filósofa Nancy Fraser, juntamente com Rahel Jaeggi em *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* é de grande utilidade. Fraser busca elaborar um conceito de capitalismo que dê conta de sua multiplicidade e historicidade, para isso diferencia sociedades capitalistas e não capitalistas a partir da existência nas primeiras de uma constelação entre um primeiro plano e um plano de fundo, a qual se verifica na relação entre produção e reprodução, economia e política, e humano e “natureza”. O primeiro plano funciona em uma relação de dependência com o plano de fundo e a maneira como os dois planos se relacionam entre si que permite distinguir os diferentes regimes de acumulação durante a história do capitalismo (FRASER; JAEGGI, 2020).

Fraser aponta o caminho para compreensão do lugar estrutural da opressão imperialista e racial no capitalismo, através da história de fundo da expropriação em relação à exploração. A autora compreende a dinâmica entre exploração e expropriação como parte integrante da divisão institucional entre a economia (primeiro plano) e a política (plano de fundo). Para Fraser é a hierarquização política dos sujeitos que permite que alguns sejam explorados e outros expropriados (FRASER; JAEGGI, 2020).

A filósofa define a distinção entre exploração e expropriação em três aspectos: a primeira assume a forma de livre troca contratual para gerar valor para o capital, enquanto a última recorre ao confisco bruto sem nuances; a diferença entre as duas ex's também se verifica numa diferença de status na qual os explorados tem acesso a um status de indivíduo e cidadão com acesso a direitos, uso “livre” de sua força de trabalho e proteção estatal, enquanto os expropriados ocupam uma posição de dependentes, seres não livres e desamparados, sem acesso a proteção política; Por fim, a hierarquia entre explorados e expropriados é estabelecida em termos raciais (FRASER; JAEGGI, 2020).

O conceito de expropriação cunhado por Fraser parece se adequar diretamente a situação das populações indígenas nas

colônias portuguesas. A construção de uma relação de oposição entre civilizados e selvagens, pretos e brancos, indígenas e cidadãos foi essencial para justificar a construção de leis especiais para aqueles em um estado civilizacional inferior. A elaboração dessas legislações marcadas pela especialidade se deu em conformidade com os interesses dos capitais estrangeiros que precisavam ser atraídos e o foram para as colônias portuguesas. Nesse contexto, se insere o caso da Companhia de Moçambique, a única companhia majestática em território português a manter sua autonomia ao longo do processo de colonização portuguesa.

As Companhias Majestáticas são definidas por João Pinto como um aspecto estrutural do processo colonial em sua totalidade. Apesar das diferenças existentes entre as práticas administrativas das metrópoles europeias, as companhias estiveram presentes em todas as experiências coloniais. Essas companhias funcionavam com soberania política e econômica sobre o território a elas concedido. Segundo Pinto, essas companhias tiveram o papel de organizar as condições gerais de produção capitalista, principalmente a proletarianização do trabalhador africano (PINTO, 2016).

Diante disso, a primeira Companhia de Moçambique recebe em 8 de março de 1888 a concessão mineira sobre a região de Manica em Moçambique. A empresa era impulsionada pelo oficial de artilharia Joaquim Paiva de Andrada, que procurava chamar atenção de investidores portugueses e franceses para o potencial aurífero da região de Manica. Paiva de Andrada defendia a realização de concessões a empresas capitalistas pelo governo português como caminho para valorizar o continente africano (DIREITO, 2013).

Os rumos da companhia portuguesa foram impactados diretamente pelos interesses dos administradores de sua vizinha, a British South Africa Company que administrava e explorava os territórios que correspondem ao atual Zimbabué e Zâmbia. Essa companhia britânica era dirigida por Cecil Rhodes, o qual tinha a ambição de encontrar um segundo Rand, e por isso começou a ambicionar o território de Manica devido às minas presentes na

região. Diante disso, Rhodes ignorando o tratado luso-inglês de 20 de agosto de 1890, envia seus homens para ocupar o território naquele mesmo ano, gerando protestos da parte do governo português, da Companhia de Moçambique e de empresários britânicos que operavam na região por meio de subconcessões da Companhia de Moçambique (DIREITO, 2013).

Nesse contexto, Portugal e Inglaterra começaram a dialogar para um novo tratado e com o encorajamento do governo português representantes da British South Africa Company e a Companhia de Moçambique também passaram a negociar. Então, Edmond Bartissol acionista da companhia portuguesa fez uma proposta aos britânicos de um novo arranjo para a companhia que passaria a operar do rio Save ao Zambeze. Então, António Enes como ministro da Marinha passa a concessão da região para a nova Companhia de Moçambique (DIREITO, 2013).

José Capela destaca que o capital era formado em quase sua totalidade por estrangeiros, principalmente por ingleses (1977, apud, PINTO, 2016, p. 9). Segundo Pinto, a companhia se capitalizava na própria colônia com investimentos diversificados, além de possuir o direito administrativo exclusivo de tributação dos impostos dos trabalhadores nativos. Ademais, o capital imobiliário era garantia de rentabilidade, bem como as áreas para a agricultura (PINTO, 2016)

No entanto, apesar da prevalência do capital estrangeiro na Companhia, é possível observar uma forte atuação de administradores coloniais portugueses nas questões da companhia. Eduardo da Costa, por exemplo, após elaborar um relatório significativo sobre as regiões de Manica e Sofala, as quais estavam sob a jurisdição da Companhia de Moçambique foi convidado a se tornar secretário geral da empresa, e também desempenhou a função de governador interino dos mesmos territórios. O caso de Freire de Andrade também é bastante expressivo, o engenheiro assim como Eduardo Costa integrou as campanhas de pacificação do sul de Moçambique, e ocupou o cargo de diretor de minas da Companhia. Além disso, suas ideias expressadas em um relatório de

1899 analisando a província moçambicana encontraram eco na elaboração de um regulamento de trabalho específico para Manica construído pela Companhia (DIREITO, 2013).

Diante disso, não é possível descartar o papel de Portugal nos empreendimentos coloniais conduzidos pela Companhia Majestática. A Companhia possuía uma legislação especial em seu território e se preocupou em regulamentar o trabalho dos indígenas e o recrutamento, para assegurar que seus concessionários teriam acesso a mão de obra que carecessem para tornar produtivos seus capitais (REVISTA ALMANACH D'O MUNDO PARA 1909).

António Enes no seu relatório *Moçambique* de 1893, deixa claro que não fez diferente.

Moçambique precisa de capital. É essa a sua necessidade suprema... Antes de tudo devemos compenetrar-nos de uma verdade desagradável ao nosso amor próprio e ao nosso amor pátrio precisamos de estrangeiros, de muitos estrangeiros de todas as raças e de todas as nacionalidades, para nos ajudarem a promover a prosperidade de Moçambique. Os recursos nacionais não chegam para semelhante empresa e, que chegassem, teriam outras mais próximas e mais prontamente lucrativas a que se dedicarem de preferência (ENES, 1893, p. 59).

Enes ao escrever esse documento tinha como objetivo propor reformas na administração de Moçambique, a fim de conduzir a colônia à prosperidade. Enes considera os recursos nacionais insuficientes para desenvolver esse projeto e nesse momento reconhece a necessidade portuguesa de angariar investimentos estrangeiros para sua colônia.

Outro elemento que Enes considera fundamental para desenvolver a colônia é a mão de obra abundante e barata:

Moçambique tem, pois terrenos para as mais variadas e ricas produções. Estarão, porém, esses terrenos condenados à improdutividade por não consentirem o clima que arroteiem braços

européus, e serem os indígenas invencivelmente rebeldes ao trabalho? (ENES, 1893, p. 23)

Nestes princípios e nas suas aplicações podem basear-se leis e regulamentos que declarando o trabalho obrigatório para os indígenas em determinadas condições, tornem efetiva essa obrigação, tanto quanto o permita o jogo das leis econômicas. E esta reforma, de que esbocei algumas bases, ajudada por disposições que permitam utilizar os sentenciados como trabalhadores, creio eu que facilitará aos capitais empregados na província de Moçambique a solução de um dos problemas que mais devem preocupá-los. (ENES, 1893, p. 77)

Esses trechos deixam claro que além do problema dos capitais também era preciso resolver a questão dos trabalhadores que possibilitariam rentabilidade aos investidores. Diante disso, o legislador afirma que a elaboração de novas regras para o recrutamento e trabalho dos indígenas era algo que interessava e supria uma demanda dos capitais empregados em Moçambique.

Esse relatório de António Enes exerceu influência significativa nas mudanças que se verificaram nas leis sobre trabalho e punição da última década do XIX. O Regimento da administração das províncias ultramarinas de 1894 abriu a possibilidade de punir o indígena com pena de trabalho ao invés de prisão e o Regulamento de trabalho dos indígenas de 1899 estabeleceu a obrigação do trabalho para esses sujeitos. Dessa forma, para atender aos interesses do capital foi necessária a construção de medidas legislativas que garantissem a mão de obra expropriada (MARTINEZ, 2012).

A condição inferior de não civilizado era o que justificava a elaboração dessas leis especiais, que criavam um regime de trabalho específico para os indígenas. Enes defendia a inferioridade natural dos negros e o trabalho como promotor da civilização desses sujeitos.

Sinto até entranhada simpatia pelo negro, essa criança grande, instintivamente má como são todas as crianças perdoem-me as mães! porém dócil e sincera, não o considero votado ao extermínio pela necessidade de expansão da raça branca, embora creia na sua inferioridade natural, todavia, não compreendo nem sei de doutrina

moral ou jurídica que justifique os escrúpulos que tem a nossa legislação pátria de obrigar o Africano semi-selvagem, inocente ou criminoso, livre ou preso, a trabalhar para si e para a sociedade, a trabalhar à força quando não trabalhe por vontade, até onde a força possa coagi-lo sem o degradar das prerrogativas de homem. Essa legislação esmera-se em dar-lhe liberdade incluindo a de viver como os brutos, e direitos, até ao de eleger legisladores, eu quisera que antes lhe desse e lhe impusesse trabalho, e não para com os seus proventos se locupletar a Europa, senão para com seu esforço se civilizar a África. O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar sertões ínvios, a única polícia que há-de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens, O selvagem que pegou no trabalho rendeu-se cativo à civilização, ela que o discipline (ENES, 1893, p. 75).

Enes integrava uma geração de legisladores que tecia duras críticas à forma como seus antecessores conduziram a relação jurídica com os territórios além-mar (SILVA, 2006). O legislador criticava que as leis por eles elaboradas tinham muitos escrúpulos no que se referia a legislar sobre o trabalho do indígena, de maneira que esta dava aos pretos a liberdade para vadiar. Na perspectiva do legislador era “certo que os negros, todos os negros de todas as partes da África, consideram a ociosidade como o estado mais perfeito de beatitude depois da embriaguez” (ENES, 1893, p. 24).

Nesse sentido, Frederick Cooper destaca como a visão moral europeia desse período tinha um caráter internacional, e como o discurso de combate as variadas formas de servidão em África tornou o empreendimento colonial um projeto moral e coeso. Os países europeus defendiam um modelo de trabalhador ideal, e então perceberam os hábitos de trabalho do africano como inadequados, entendiam que era preciso adequar esses trabalhadores dentro de uma dinâmica e da lógica de trabalho do “mundo civilizado”. Essa caracterização do africano como detentor de características que o distinguiam e inferiorizavam justificava e tornava necessária a

compulsão ao trabalho, e isso entrava em contradição direta com a ideologia da mão de obra livre (COOPER, 2005).

Diante disso, as declarações de Enes em seu relatório referentes às opções feitas por seus antecessores e as mudanças que entendia como necessárias na legislação sobre o trabalho africano são uma expressão significativa dessa contradição. António Enes defendia a criação de um regime especial para os indígenas no qual estes estariam submetidos à obrigação de trabalhar e que na possibilidade de a recusarem deveriam ser compelidos a cumprirem-na. Ao mesmo tempo, ao longo do relatório observamos que Enes não era defensor da escravidão, na verdade parecia partilhar com seus contemporâneos uma percepção negativa sobre o escravismo, o que Enes entendia defender era o trabalho como condição para civilização.

Considerações finais

O final do século XIX e o início do XX foram marcados por transformações significativas no sistema capitalista. Ao adentrar na sua fase monopolista, o capitalismo experimentou a ascensão do imperialismo, os países europeus e os empreendimentos capitalistas se lançaram em uma disputa pela partilha do mundo. Nesse contexto, o continente africano é dividido entre as potências europeias, e essas se unem e justificam a sua empreitada na defesa de uma missão civilizadora das raças que se encontravam em uma posição inferior.

Portugal, que já discutia uma exploração mais expressiva de seus territórios africanos desde o processo de independência do Brasil, sua colônia mais rentável, entra em processo de ocupação efetiva do território moçambicano na década de 1890. Processo que passou pela derrota militar do Estado de Gaza sob o reinado de Gurgunhanha. Nessa expedição estavam dentre outros, António Enes, Eduardo Costa, Freire de Andrade, Ayres de Ornelas e Mousinho de Albuquerque, os quais posteriormente se tornaram

governadores e administradores da colônia de Moçambique. Esses homens tiveram forte influência nas mudanças que estavam em curso no colonialismo português.

António Enes foi o responsável pela produção do relatório *Moçambique*, documento que influenciou a elaboração do Regimento da Administração das Províncias Ultramarinas de 1894 (MARTINEZ, 2012), o qual abre um período de especialização das leis para os chamados indígenas, bem como do Regulamento de trabalho dos indígenas de 1899 que impunha sobre os indígenas a obrigação de trabalhar. Essas transformações na legislação aconteceram em diálogo direto com as novas necessidades do capital, como destaca Zamparoni, as trocas primárias não eram mais suficientes, era preciso assegurar um espaço seguro para a exportação de capital (ZAMPARONI, 1998).

Enes destacava que para desenvolver Moçambique era preciso capital e esse precisaria ser estrangeiro, já que o capital português não seria suficiente às demandas daquela colônia. Para criar um ambiente adequado aos interesses dos capitalistas, Enes trata de providenciar medidas legislativas que assegurassem a eles a mão de obra abundante e barata de que careciam.

Nesse contexto, se inserem as Companhias Majestáticas, empreendimentos do capital privado que assumiram função de estado sobre os territórios debaixo de sua jurisdição, dentre estas a Companhia de Moçambique que tinha concessão sobre parte expressiva do território moçambicano e possuía uma formação de capitais majoritariamente britânicos e franceses. A Companhia, bem como Enes estava preocupada em assegurar que seu território estaria apto a suprir as demandas do capital que seria ali aplicado.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. **Questão nacional e Questão colonial em Oliveira Martins**. Análise social. Lisboa. v.31. nº 135, 1996.p. 183-201.

COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. Imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIREITO, Bárbara P. T. **Políticas coloniais de terras em moçambique**: O caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2013, 329f.

ENES, António. **Moçambique**: Relatório apresentado ao governo. Lisboa: Imprensa Nacional. 1893.

GONÇALVEZ, Ivan Sicca. A legislação sobre o trabalho forçado nas Áfricas Portuguesas (séculos XIX e XX). In Encontro Estadual de História, XXIII, 2016, São Paulo. **Anais do XXIII Encontro Regional de História da Anpuh SP**. São Paulo: Anpuh-SP. p. 1-10.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: Uma conversa na teoria crítica. Boitempo. São Paulo, 2020.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. FE/UNICAMP. Campinas, 2011.

MARTINEZ, Esmeralda Simões: **Uma justiça especial para os indígenas**: aplicação da justiça em Moçambique. (1894-1930). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012, 446f.

PINTO, João A. da C.. O sistema colonial europeu em África em dois estudos de caso: O Estado Livre do Congo (1885-1909) e a Companhia de Moçambique (1891-1925). In: MORAES, Cristina de C. P. (Org). **História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (Ebook). 1ed. Goiânia: Gráfica UFG/CIAR/UAB, 2016, v. 01, p. 01-36.

SILVA, A. C. N: Uma justiça “liberal” para o Ultramar? Direito e organização judiciária nas províncias ultramarinas portuguesas do século XIX. **Revista do Ministério Público**, nº 103, 2006. p. 1-32.

THOMAZ, Fernanda do N. **Os “Filhos da Terra”**: discurso e resistência nas relações coloniais no Sul de Moçambique (1890-1930).

Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **Entre Narros e Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c.1940**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, 582 f.

IMPERIALISMO: DOS CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS

Lisia Nicolliello Cariello*

Introdução

Este trabalho é fruto de algumas reflexões suscitadas na disciplina “Imperialismo, colonialismo e resistências” ministrada pela professora Renata Schittino no segundo semestre letivo de 2022. A professora se propôs a recuperar leituras clássicas acerca das categorias que deram o nome à disciplina. As discussões travadas dialogam diretamente com nossa pesquisa, por duas razões principais: por serem debates clássicos dentro do marxismo e por nos permitir uma abordagem a partir da categoria de imperialismo do nosso objeto, qual seja, a Fundação Lemann.

Para fins desta comunicação, resolvemos nos ater ao debate em torno do conceito. Para isso, o trabalho traz duas seções: a primeira é uma retomada de duas bases teóricas clássicas do marxismo, ainda que distintas, para explicar o imperialismo, Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin; e a segunda seção busca trazer dois pensadores contemporâneos, David Harvey, que reivindica a tradição de Luxemburgo, e Virgínia Fontes, que reivindica Lênin, para explicar as transformações do imperialismo no século XX e XXI.

* Doutoranda em História Social pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Fontes. Integrante do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO). Bolsista CAPES. lisiacariello@hotmail.com

O Imperialismo nos clássicos: Luxemburgo e Lênin

Incontornável desde seu nascimento, o marxismo está no centro do debate, seja para ser criticado, seja para ser endossado. Dentro desse vasto campo de estudos, alguns temas são caros, como o imperialismo, pouco ou quase nada falado fora dos círculos de estudos que se reivindicam herdeiros de Marx e Engels¹. Aqui, recuperaremos algumas contribuições de dois teóricos fundantes e divergentes no debate sobre o imperialismo. Primeiro, traremos as contribuições da economista Rosa Luxemburgo, para quem o imperialismo compõe o conjunto de características do capitalismo. E, em seguida, as de Vladimir Lênin, que defende que imperialismo é uma expressão da expansão do capitalismo.

Escrito em 1912, o livro *A Acumulação de Capital* de Luxemburgo tem o objetivo, segundo a própria autora no prefácio, de compreender a teoria do livro 2 de *O Capital* e relacioná-lo à “atual política imperialista”. Para isso, a obra está estruturada em três partes: na primeira, traz o problema da reprodução (dialogando com a teoria liberal a partir de Smith e com a teoria marxiana); na segunda, se dedica às polêmicas teóricas acerca da historicidade da reprodução; e, por fim, na terceira parte, Luxemburgo traz sua contribuição sobre a acumulação de capital. É nesta última parte que estão as contribuições que nos interessam, tendo em vista que é nela que a economista vai se debruçar sobre a chamada acumulação primitiva e sua relação com o imperialismo.

A autora defende que o capitalismo precisa de áreas não-capitalistas para se expandir. Seguindo esse raciocínio, ela entende que neste processo existem três partes: a luta do capital com a chamada economia natural (ou, formas pré-capitalistas), a luta com a economia de mercado e a luta pela concorrência do capital no cenário mundial para conquistar os elementos para a acumulação.

¹ Vale dizer que a categoria “imperialismo” foi cunhada na tradição liberal, mais precisamente por John Hobson, mas foi a tradição marxista que se apropriou da categoria.

Na primeira luta, segundo Luxemburgo, os métodos empregados são violência, pressão tributária do Estado e barateamento de mercadorias com o objetivo de apropriação das forças produtivas, liberar trabalhadores e obrigá-los a trabalhar para o capital, introduzir a economia de mercado e separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURGO, 1970, p. 318). Esses objetivos são ligados, na argumentação da autora, à política colonial da época em que ela escreve, salientando o fator da violência como fundamental no processo de implementação do capitalismo e do colonialismo a partir de dois exemplos históricos, a saber, a colonização britânica na Índia e a francesa na Argélia.

A segunda luta se dá na medida em que o capitalismo avança. Em outras palavras, na medida em que o processo de mercadorização avança. Chama, portanto, atenção ao processo de transformação dos trabalhadores na mercadoria força de trabalho, bem como à criação da necessidade do consumo de mercadorias. Cabe ressaltar que as formas variam e que a autora chama a atenção para dois mecanismos: a introdução dos meios de transporte como forma de difundir o capitalismo e outro mais específico, a Guerra do Ópio na China, responsável pela abertura de mercado para a Inglaterra.

A terceira luta, a luta contra a Economia rural, consiste na separação da agricultura e do artesanato. Dito de outro modo, podemos encará-la como o processo de industrialização da sociedade. Há, portanto, um esforço do capital em reduzir a economia rural a um ramo, ou seja, a agricultura. Os mecanismos utilizados, conforme Luxemburgo, são: pressão tributária, a guerra, a venda forçada e a monopolização da terra nacional. O caso exemplar apresentado é o dos Estados Unidos da América no contexto do oitocentos com a chamada Marcha para o Oeste, a Guerra de Secessão e a Doutrina Monroe.

A análise da acumulação primitiva e, assim, do avanço do capitalismo permite a Rosa Luxemburgo compreender o fenômeno do imperialismo como “a expressão política do processo de acumulação de capital, em sua luta para conquistar regiões não-

capitalistas que não se encontram ainda dominadas” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392). Daqui podemos entender a ênfase ao lado político do imperialismo, sem que a autora negue suas raízes econômicas. E, ainda, o imperialismo é considerado por Luxemburgo em uma dupla dimensão, qual seja, como um método histórico para prolongar a existência do capital e como um meio para pôr fim à sua existência. O que chama a atenção na argumentação da economista é a ideia do ímpeto de “puxar para dentro” do capitalismo o que está “do lado de fora”. Para ela, a acumulação capitalista tem dois aspectos distintos em todo processo histórico concreto:

De um lado, tem lugar nos lugares de produção de mais-valiana fábrica, na mina, a propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadoria, do câmbio de equivalências (LUXEMBURGO, 1970, p. 398).

Do outro lado está a relação entre o capital e as formas de produção não-capitalistas, processo que, na visão de Rosa Luxemburgo, ocorre no cenário mundial daquele momento histórico. “Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados e a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina” (LUXEMBURGO, 1970, p. 398).

A autora procura conectar os processos econômicos e políticos se contrapondo ao que julga fazer o que chama de teoria liberal burguesa, ou seja, uma forma romantizada de olhar para os processos de concorrência, o que acaba deixando de lado as violências. Nesse sentido, compreende o poder político como o vetor do processo econômico na medida em que ambos convergem para a reprodução do capital. Outro aspecto interessante, que não aprofundaremos nestas linhas, é a maneira como Luxemburgo vê o

militarismo. Em outras palavras, para ela, dentre outros aspectos, o militarismo é um meio privilegiado de realizar a mais-valia. Esse tema é importante visto que ela está escrevendo o livro às vésperas da chamada Primeira Guerra Mundial.

Vladimir Lênin no seu tão reivindicado texto “Imperialismo: etapa superior do capitalismo”, escrito em 1916 e, portanto, antes da Revolução Russa, avalia que o capitalismo mudou de configuração, o que o transformou em uma nova fase, o imperialismo, com características próprias. Escrito em Zurique, o livro traz muitos dados da realidade alemã e elenca também números e análises de outros países europeus, como França e Inglaterra.

Em diálogo com Hilferding, Hobson e Kautsky, mais precisamente com este, que afirmava que o imperialismo era uma escolha política, Lênin demonstra como o movimento de concentração/centralização de capitais é um desdobramento da lógica fundante do capital, qual seja, a reprodução ampliada, portanto, dizendo respeito ao conjunto da vida social, o que permite a defesa que o capitalismo é, desde então, imperialismo. Em livro recente, a historiadora Virgínia Fontes, retomando o debate teórico leniniano para construir uma categoria explicativa para a análise do Brasil recente, argumenta que para Kautsky

O imperialismo [...] resultaria do impulso industrial a ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital através da indústria) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que a política imperialista, com seus custos, prejudicaria, em curto e médio prazos, a acumulação de capital (FONTES, 2010, p. 111 e 112).

Sem tocar diretamente no tema das expropriações, base social do capitalismo, o autor procura compreender o papel das colônias na época histórica do imperialismo, principalmente a partir da

análise da exportação de capitais e da partilha do mundo. Assim, define o imperialismo, em seus aspectos econômicos, como

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos **monopólios** e do **capital financeiro**, adquiriu marcada importância a **exportação de capitais**, começou a **partilha do mundo** pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra **entre os países capitalistas mais importantes** (LENIN, 2011, p. 218, grifos nossos).

Daqui, infere-se as quatro características econômicas do imperialismo: monopólios, o capital financeiro (como fusão do capital bancário e do capital industrial), a exportação de capitais e a partilha do mundo.

Para o autor, no que diz respeito à Europa, é possível marcar o momento em que “o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: em princípios do século XX”. Ou, de outro modo, quando o capitalismo concorrencial se transforma em capitalismo monopolista (imperialismo). Os monopólios são, portanto, a ampliação de escala do processo de centralização e concentração de capitais abordados por Marx n’*O Capital*.

Na fase imperialista, os bancos também desempenham um papel fundamental, qual seja, o de transformar capital inativo em capital ativo. Ou seja, de estimular a rotação do capital, favorecendo sua valorização e, portanto, a produção do lucro. Nesse sentido, a centralidade dos bancos no século XX intensifica o processo de concentração de capitais e de formação de monopólios. Esse entrelaçamento, ou, a fusão entre bancos e indústria se desdobra no que Lênin chama de capital financeiro.

Essa categoria, entretanto, apresenta algumas dificuldades aprofundadas na contemporaneidade, na medida em que, dado o grau e as formas de fusão dos capitais, é difícil compreender a relação entre eles. Há, ainda, dois aspectos: o primeiro relacionado à forma de compreender esses capitais, podendo ser a partir das frações (ou “tipos de capitais, como o comercial, o bancário etc) e

podendo ser por escala (os médios, os grandes e os “mega”)²; o segundo aspecto diz respeito à volatilidade da compra e da venda das empresas ou de suas ações. Tudo isso influencia na análise do pesquisador, em especial aqueles dedicados aos estudos das organizações político-empresariais.

Mas, voltando ao Lenin, a partilha do mundo entre os capitalistas, ou seja, a colonização, também é um tema fundamental para compreender a fase imperialista do capitalismo. Para Lênin, o final do século XIX marca a consolidação da partilha territorial entre as grandes potências europeias. Entretanto, a política colonial do imperialismo é marcada por diferentes formas de dependência estatal. Nas palavras do autor

Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países os que possuem colônias e as colônias — , mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática (LENIN, 2011, p. 212).

Nesse ponto, é importante ressaltar que Lênin traz em seu “Imperialismo...” a ideia de desenvolvimento desigual, que será posteriormente aprofundada e lapidada por León Trotsky, que acrescentará a ideia de “combinado” à categoria analítica. Na argumentação leniniana, o desenvolvimento desigual está associado a cada época histórica e às relações particulares entre a concentração e a centralização de capitais, o que se desdobra em uma diferença entre o desenvolvimento capitalista nas formações sociais. Esse raciocínio é imprescindível para a compreensão do fenômeno imperialista à medida em que é esse “descompasso” que pode permitir as diferentes formas de dominação de um país sobre o outro.

² Conferir: FONTES, V. O capital, frações, tensões e composições. In: CAMPOS, P. e BRANDÃO, R. (Orgs). *Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, no prelo.

Por ora, é relevante compreender o debate teórico marxista clássico acerca do imperialismo, visto que ele é fundamental para a análise da realidade contemporânea e, mais ainda, da atualização teórica que a realidade social impõe aos pesquisadores.

O Imperialismo atualizado: David Harvey e Virgínia Fontes

Ao elencar as contribuições de Lênin e Luxemburgo buscamos abordar duas das mais importantes bases marxistas de compreensão do imperialismo e da sua relação com o capitalismo. Essas duas visões inauguram tradições que abrigam os mais variados autores e autoras. Aqui, destacaremos dois: David Harvey e Virgínia Fontes, tendo em vista que ambos buscam compreender o capitalismo em sua era mais recente, o que nos interessa do ponto de vista do nosso objeto de estudo.

David Harvey em seu livro *O Novo Imperialismo* se filia à vertente luxemburguiana para “examinar de que maneira a ‘relação orgânica’ entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 118). O autor busca, na obra, a partir da discussão da invasão do Iraque pelos Estados Unidos compreender o lugar deste país no cenário internacional após a Guerra Fria. Mobilizando autores como Gramsci, Arrighi, Arendt, Luxemburgo e Lênin, o que evidencia a heterodoxia do geógrafo, Harvey busca compreender de que maneira o “imperialismo neoliberal” se torna “imperialismo neoconservador”. Nesse sentido, o debate acerca do imperialismo se torna incontornável.

O ponto de partida é a teoria geral da acumulação de Marx, que para David Harvey tem alguns pressupostos, como

mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado ‘facilitador’ que também

garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação (HARVEY, 2005, p. 120).

Esses pressupostos contribuem para a diferenciação feita por ele entre uma etapa original e um processo em andamento. O processo em andamento é para Harvey “a acumulação por espoliação”, cunhando por ele para jogar luz em novos mecanismos de “acumulação primitiva”, dentre eles, patenteamento e licenciamento de material genética, biopirataria, transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, privatizações (de universidades, da água) (HARVEY, 2005, p. 123).

Para ele, a acumulação por espoliação é um mecanismo desta época histórica que busca resolver o problema da sobreacumulação (que tende à crise de sobreacumulação), compreendida como excedente de capital³, principalmente após 1973. Na argumentação do autor, faz sentido que haja desde então um “projeto neoliberal de privatizações” como tentativa de resolver o problema. Nesse sentido, para o autor “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2005, p. 135). Essa mudança tem características próprias, como a fragmentação, e, destarte, formas próprias de enfrentamento. Mais ainda, nesse processo de acumulação por espoliação o capitalismo começa a produzir exteriores. Propõe, pois, uma análise do imperialismo a partir de “duas dialéticas”, sendo a primeira a das “lógicas territorial e capitalista do poder” e a segunda “a das relações interiores e exteriores do Estado capitalista” (HARVEY, 2005, p. 150).

Para ele, o imperialismo pode ser visto como uma forma de acumulação por espoliação. O caso estadunidense é citado, bem como seus meios de “conquista”, como intervenção militar ou abertura forçada de mercados, materializadas nas ações do Fundo

³ O autor diferencia excedente de capital com excedente de trabalho, o que pode ser confuso à medida em que o capital é, de certa forma, trabalho morto acumulado.

Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nas palavras de Harvey,

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções (HARVEY, 2005, p. 147).

A abordagem de Harvey, entretanto, se centra muito no papel dos Estados Unidos, o que pode ser explicado a partir do contexto de escrita do autor, o que pode acabar obnubilando o processo mais geral.

Por outro lado, a historiadora Virgínia Fontes, tendo o Brasil – país subalternizado^{4,5} – como foco de análise em seu livro **O Brasil e o Capital-imperialismo**, publicado em 2010, se debruça na teoria da acumulação por espoliação do Harvey para buscar se diferenciar dela. A crítica se baseia em dois pilares da argumentação do geógrafo: a divisão entre uma acumulação inicial na história do capitalismo e uma acumulação contemporânea, o que na visão de Fontes se afasta da leitura marxiana do processo. Nas palavras da historiadora,

Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original (“primitivo”), que desaguarda em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria

⁴ Há uma longa trajetória de discussão acerca de categorias analíticas como desenvolvimento/subdesenvolvimento, centro/periferia, metrópole/satélite. Sobre isso, conferir: KATZ, C. *A teoria da dependência: cinquenta anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

⁵ Utilizamos o conceito de subalternizado/subalterno entendendo, com o pensamento gramsciano, que mecanismos sociais produzem processos de inferiorização/subordinação/dominação ao Brasil, como país historicamente agrário-exportador, colonizado, estruturalmente criado com trabalho escravizado, enfim, inserido de maneira subordinada no mercado mundial.

qualitativamente diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital (FONTES, 2010, p. 63).

E, na interpretação da autora, Marx, em diversas passagens de *O Capital* evidencia o processo contínuo de expropriação para a expansão das relações sociais capitalistas, incluindo aqui daqueles trabalhadores já afastados dos seus meios de vida e até capitalistas menores. Nesse sentido, Fontes busca não separar os dois processos históricos, mas jogar luz nos aspectos de continuidade do seu conteúdo, embora a forma seja diferente na contemporaneidade.

Outra crítica está assentada na base argumentativa de Harvey, que está filiada ao pensamento de Rosa Luxemburgo. Ou seja, na ideia de interioridade e exterioridade dos movimentos do capital. Como bem trata a autora, esse tema é polêmico e, por isso, ela vai recuperar o debate do século XX com Kautsky, Lênin, além de, é claro, Luxemburgo. O que ela identifica tanto em Kautsky quanto em Luxemburgo é uma necessidade de um lado de fora do capitalismo, “seja pela natureza da atividade agrária, em Kautsky, ou pelas relações sociais não capitalistas, em Rosa Luxemburgo.” (FONTES, 2010, p. 71). Para ela, esse argumento dificulta a compreensão da dinâmica interna do capitalismo, como ela

promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural (FONTES, 2010, p. 71).

Para Fontes, Lênin é fundamental na compreensão do fenômeno, pois é ele que vai captar a mudança qualitativa do capitalismo. E, ainda, evidencia essa dinâmica que é mundial, entretanto, desigual, conforme já tratado aqui previamente. Assim, para a autora,

O argumento de Harvey, de uma nova produção de externalidades qualitativamente distinta das expropriações, não parece convincente, exatamente num período em que a tendência mais dramática é a subordinação de todas as formas de existência ao capital. O conceito de expropriação, como base fundante da relação social que sustenta a dinâmica capitalista, permite melhor apreender a dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais (FONTES, 2010, p. 73-74).

Na argumentação, a historiadora chama atenção, por fim, para a necessidade de notar constantemente que todas as expressões de mercantilização e apropriação (portanto, de “externalidades”) são intensificações das características mais fundamentais da reprodução do capital, compreendido como relação social, o que permite compreender as novas características das expropriações na época histórica do capital-imperialismo, visto que joga luz na contradição entre a expansão do capital monetário centralizado e as expropriações de forma a transformar todas as atividades humanas em atividades que valorizem o valor (FONTES, 2010, p. 74).

Virgínia Fontes vai, então, cunhar um conceito para tentar captar as particularidades do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, se contrapor às proposições de outras linhas teóricas marxistas, como Harvey e como os teóricos da teoria marxista da dependência⁶: capital-imperialismo. Diz ela que

⁶ Há um capítulo no livro **Brasil e o capital-imperialismo**, dedicado a um diálogo em polêmica com Ruy Mauro Marini e, por conseguinte, com a teoria marxista da dependência (TMD). A partir de pressupostos e de categorias centrais da TMD, como, “truncamento da lei do valor” “superexploração do trabalho” e “subimperialismo”, Fontes reconhece a arguta percepção de Marini à sua época, entretanto, aponta limites, do ponto de vista histórico e teórico, dos pressupostos e

A primeira razão para optarmos por conceituá-lo como capital-imperialismo sugere retornar às determinações cruciais desse processo, incorporando as definições clássicas, que enfatizam as características contraditórias exacerbadas pela expansão do capitalismo e de seu desdobramento imperialista. Assim, tentamos evitar truncar conceitos ou sobrecarregá-los de adjetivos (FONTES, 2010, p. 147).

A partir das contribuições de Marx, Lênin e Gramsci, a autora vai defender que o capitalismo contemporâneo congrega três características fundamentais, a saber, o predomínio do capital monetário, ou, portador de juros, a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso expropriador; e que esta forma de capitalismo, “impregnada de imperialismo”, emerge após a Segunda Guerra Mundial

Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica (FONTES, 2010, p. 149).

Na argumentação da autora, a forma capital-imperialista favorece o surgimento de burguesias e de novos Estados ao mesmo tempo em “que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais” (FONTES, 2010, p. 149). Há, portanto, uma contradição à medida em que o movimento de extensão do capital se combina com uma tentativa de restringir as classes trabalhadoras e suas pautas ao Estado-nação, o

categorias. Ver mais em: FONTES, Virgínia. Capital-imperialismo brasileiro – controvérsias e novos dilemas. In: FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 351-370.

que se desdobra em uma atuação política internacionalizada para o capital e fragmentada para o trabalho.

No final do século XX, especialmente nos anos de 1980 e 1990, o imperialismo precisava responder a novas questões, tendo em vista a necessidade de se assegurar a convivência entre os países imperialistas beligerantes, além de afirmar o poder militar e econômico dos Estados Unidos diante da importância da União Soviética (FONTES, 2010, p. 156). Percebe-se, pois, que as questões impostas pela Guerra Fria eram incontornáveis. Acrescentava-se, ainda, o contexto das lutas pela descolonização e pelas independências. Para Fontes,

Mantinha-se o impulso colonizador do imperialismo pretérito, mas ele não era mais realizável nos moldes precedentes: burguesias locais eram ao mesmo tempo incubadas e atrofiadas; eclodiam revoltas populares anticoloniais, que reacendiam nacionalismos e expectativas socialistas, fazendo bascular o pêndulo da Guerra Fria; a relação entre os Estados Unidos e seus aliados não era incondicional e tinha como limites tanto uma eventual autonomização militar e econômica dos demais países imperialistas, quanto as próprias condições da Guerra Fria que desigualmente sustentavam (FONTES, 2010, p. 160).

Outro aspecto a salientar é a extensão – em número e em grau de importância – das multinacionais após a Segunda Guerra Mundial.

Considerações finais

Estas linhas procuraram recuperar o debate clássico em torno do imperialismo a partir de autores incontornáveis. Procuramos, assim, entender as bases em que se assentam a discussão, qual a particularidade do imperialismo para cada autor – aqui com ênfase em Luxemburgo e Lênin, que explicam o fenômeno de maneira diferente – e quais são suas novas determinações na contemporaneidade, seja com a preponderância estadunidense

focada por Harvey, seja pelas novas questões impostas pelo fim da Segunda Guerra Mundial, conforme enfatiza Fontes.

Referências

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 3ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 5ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LENIN, V. LENIN, V. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

POR UM NOVO OLHAR AO ENTRETENIMENTO: OS JOGOS DIGITAIS E O NASCER DE UM NOVO ESPAÇO DE DISPUTA

Victor Nunes dos Santos*

Introdução

Em 1958 o físico William Higinbotham utilizando um osciloscópio – aparelho de medida eletrônico – desenvolveu uma espécie de interatividade que permitia simular uma pequena partida de tênis de mesa, apesar de extremamente simples e rudimentar pros padrões atuais, esse desprezioso experimento ficou registrado como um dos pioneiros no que seria conhecido anos mais tarde como jogo eletrônico, servindo de ponto de partida para outros estudantes e pesquisadores começarem a pensar elaborar melhor essa nova ideia. Alguns anos após o experimento de Higinbotham, o estudante do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Steve Russel, como fora ressaltado por Natale (2013), também trabalhava no desenvolvimento de jogos eletrônicos utilizando um dos computadores mais avançados da época. Como resultado de suas pesquisas foi criado o jogo *Spacewar!*, um jogo simples que consistia na batalha entre duas naves espaciais – representadas por triângulos – na tela de uma televisão.

Esses dois projetos possuem algo em comum, o jogo eletrônico como ciência, essas pequenas formas geométricas correndo de um lado ao outro da tela eram o ápice da tecnologia naquele momento, e quando se observa a trajetória desses jogos, se observa em paralelo a trajetória evolutiva e do acesso à tecnologia. Mas em que momento esses jogos passaram de projetos de faculdade, objetos científicos, para bens de consumo?

* Mestrado em História pelo PPGH orientado pela Livia Magalhães.

Em 1971, *Nolan Bushbell* desenvolveu uma nova versão de *Spacewar!*. Esse jogo iria funcionar em uma máquina que recebeu o nome de *Computer Space*, conhecida como o primeiro *fliperama* da história. Ao disponibilizar uma cópia desse *Arcade* para um bar em São Francisco, Nolan e seu parceiro Ted Dabney, notaram a possibilidade de lucro com a sua criação, dessa forma, decidiram dar início a uma empresa que fosse especializada no desenvolvimento de jogos para *fliperamas*. Nesse contexto, segundo Aranha (2004, p. 21-62), surge então a empresa *Atari*, tendo seu primeiro jogo original lançado em 1972, o *Pong*, uma evolução do projeto de Higinbotham. De acordo com Clua e Bittencourt (2005, p. 1313-1356), esse famoso jogo foi um sucesso por conta de sua simplicidade e sua “jogabilidade” divertida, ou seja, era fácil e intuitivo, agradando o público de forma geral. A importância desse jogo para o rumo dos vídeos games é imensurável, não só deu início a empresa pioneira nesse ramo, como originou todo um novo setor na indústria do entretenimento, sendo uma peça chave para popularização, não só dos *Fliperamas*, como do vídeo game doméstico, os famosos consoles.

De acordo com Bresciani (2001), os *consoles* são os próprios aparelhos de *videogame*, desenvolvidos para o uso doméstico, que, conectados a um aparelho de televisão, exibem um jogo, armazenado em cartucho ou CD-ROM, no qual o jogador interage, tentando vencer os desafios propostos pelo jogo. Em 1972, *Raph Baer* lançou o primeiro *console* da história, o *Odyssey 100*, no início, seu sucesso foi absoluto, vendendo cerca de 100 mil cópias, contudo, em pouco tempo o público perdeu interesse dada suas limitações gráficas, falta de diversidade de jogos e, segundo Clua e Bittencourt, por falta de sólidos planos de *marketing*. Em 1975, a pioneira *Atari*, debruçou-se para o consumo doméstico, lançando o *Home Pong*, reafirmando que esses consoles poderiam ganhar formatos menos robustos e serem acoplados nos televisores de casa. Aprendendo com os erros da geração passada, em 1977, a *Atari* lança o famoso *Atari 2600*, segundo Souza e Rocha (2005), esse console se tornou um dos maiores sucessos na área de entretenimento eletrônico,

vendendo cerca de 25 milhões de unidades em cinco anos, atingindo a marca de 5 bilhões de dólares estabelecendo o domínio da empresa no mercado de jogos entre final da década de 70 e o início dos anos 80.

Com o sucesso de todos esses jogos, outras empresas começaram a navegar nesse novo oceano de possibilidades, e foi em 1979 que a *Nintendo*, empresa japonesa de jogos de azar e brinquedos no geral, decidiu entrar para o mercado de games eletrônicos (ARANHA, 2004). No começo, produzindo títulos para *Arcades*, como *Donkey Kong* e *Donkey Kong Jr.* e, após estabelecer seu nome no meio, em 1983 deu seu primeiro passo na indústria dos consoles com o famoso *Nintendo Family Computer (Famicom)*, vendendo cerca de 2.5 bilhões de unidades no ano de lançamento, dando início a terceira geração de consoles (SOUZA, ROCHA, 2005). Em paralelo, no ocidente, o mercado de jogos presenciou seu primeiro declive, um acontecimento que ficou conhecido como *O Crash dos Videogames*, como a tecnologia ainda não havia avançado suficiente para grandes inovações, ao primeiro sinal de fraqueza do mercado, a *Atari*, soberana até então, começa a produzir jogos e consoles em larga escala, causando uma crise de superprodução, aumentando a variedade de produtos de igual qualidade e gerando nos usuários incertezas e dúvidas na hora da compra, fazendo com que os consumidores desistissem de adquirir novos títulos. Contudo, após grande sucesso do *Famicom* no oriente, a *Nintendo*, em 1985, lançou a versão ocidental do seu novo console, o *Nintendo Entertainment System (NES)*, esse console foi responsável por recuperar a indústria dos jogos, o cenário em geral ganhou uma melhor definição e forma, possibilitando, assim, uma melhor criação de jogos (BRESCIANI, 2001). De acordo com Bresciani (2001):

“A *Nintendo* faturou milhões com esse *console*, tanto no Japão, quanto nos EUA. O *Nintendo* de 8 bits dominou 90% do mercado de jogos eletrônicos, superando, assim, a empresa *Atari*. O *NES* é considerado um dos *videogames* de maior sucesso da história, encerrando sua vida útil 10 anos depois em 1995.”

A partir desse momento diversas empresas concorrentes começaram apresentar seus consoles ao longo dos anos, dando início, em 1988, a quarta geração, geração que não só estabilizou a indústria, como foi responsável por umas das maiores rivalidades de mercado, *Nintendo* e *Sega*. Os expoentes dessa leva de vídeo games certamente foram o *Super Nintendo Entertainment System (SNES)* e o concorrente da *SEGA Mega Drive* ou *Sega Gênesis* como ficou conhecido nos EUA. Desse período em diante, a indústria somente cresceu, novas empresas como a *Sony* e a *Microsoft* entraram e se estabilizaram muito bem no mercado, outras como a *Sega* saíram da competição de consoles e focaram na produção de jogos e outras como a *Atari* tiveram suas atividades encerradas.

No Brasil, foi como no restante do mundo? Ao falar de Brasil é necessário acrescentar nomes e rostos diferentes nessa trajetória. A consolidação desse mercado só veio acontecer a partir da década de 80. Enquanto o restante do mundo já experienciava os jogos eletrônicos de forma massiva há 10 anos, o mercado brasileiro se especializou em criar cópias dos consoles famosos com um menor custo de produção. A exemplo da empresa *Dynacom* que criou o *Dynavision*, console que imitava a base operacional do *Atari 2600*, possuindo compatibilidade com as fitas do vídeo game original. Esse cenário só iria mudar no fim da década, quando a empresa *TecToy* decidiu que, ao invés de simplesmente criar uma cópia do *Master System*, primeiro console da *Sega*, eles correriam atrás dos direitos para dar início a produção nacional desse vídeo game. Como ressalta Virgens (2019)

“Mesmo com a possibilidade legal de copiar aparelhos estrangeiros sem constrangimento, outra empresa nacional a Tec Toy adotou uma abordagem diferente, buscou estabelecer uma parceria com a japonesa Sega detentora dos direitos do Master System, para a sua produção e distribuição em solo nacional. (...) Desse modo, concluídas as negociações e as pesquisas de mercado, chegou ao Brasil, em agosto

de 1989 o Master System, um console licenciado com padrão próprio e diferente dos compatíveis com o sistema Nintendo 8bits.”

Ainda assim não foi o fim dos consoles clonados, nomes como *Phantom System* e *Top Game* eram extremamente relevantes, esse quadro só veio diminuir no início da década de 1990 com a vinda oficial da *Nintendo* para o Brasil com o SNES, ficando conhecido como Super Nintendo.

Apesar do mercado brasileiro já estar consolidado, é relevante ressaltar a importância do *Playstation* no processo de democratização dos jogos, chegando no fim da década de 90 e equipado com um leitor de CD-ROM ao invés de cartuchos, o preço dos jogos ficaram consideravelmente mais baixos, o que também tornava o processo de cópia também mais barato, o *Playstation* foi um dos primeiros vídeo games a passar pelo processo de “desbloqueio”, permitindo que os jogos não originais pudessem ser reconhecidos pela plataforma original, impulsionando o mercado paralelo de jogos eletrônicos, algo que é extremamente comum até os dias de hoje, abrindo a possibilidade para as camadas mais populares terem contato com essa tecnologia e podendo ter esses consoles dentro das próprias casas, permeando de forma definitiva a sociedade brasileira de maneira geral.

Em sua totalidade, a indústria dos jogos eletrônicos, atualmente, é o setor do entretenimento que mais lucra, tendo maior rendimento que o setor cinematográfico e o musical juntos, cerca de 154 bilhões de dólares, como apresentado pela Folha de S.Paulo¹. Além disso, a previsão para 2023 é de que esse faturamento alcance a marca de 200 bilhões de dólares². Dessa forma, as demais áreas da

¹<disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/nerdices/2020/06/industria-de-jogos-e-mais-rentavel-do-que-as-de-cinema-e-musica-juntas-veja-comparacao.shtml>> acessado em 29 de julho de 2021.

² <disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/mercado-de-games-deve-movimentar-200-bilhoes-de-dolares-ate-2023/>> acessado em 29 de julho de 2021.

sociedade, voltaram seus olhos para as oportunidades e ferramentas que esse mercado tem a oferecer.

Apesar das universidades norte-americanas terem sido as precursoras na criação e desenvolvimento dos jogos eletrônicos, eles não eram os únicos interessados nas possibilidades da tecnologia havia sido descoberta. Novak relata que o exército norte-americano também tinha grande interesse pelos games (NOVAK, 2010), sendo que jogos eletromecânicos eram oferecidos para os jovens recrutas nas bases militares como forma de distraí-los depois dos rigorosos treinamentos. Segundo Barboza e Silva (2014),

“Engenheiros, laboratórios e instalações militares não criavam os jogos apenas para diversão. Esses games eram desenvolvidos utilizando as tecnologias e as técnicas de computação mais sofisticadas que eles tinham à disposição e utilizados para vários fins. Hoje, as pessoas se divertem jogando videogames de última geração, com reconhecimento de gestos e movimentos corporais, e não fazem ideia do número de profissionais envolvidos e a tecnologia aplicada na produção de um novo game.”

De forma semelhante, Ed Halter (2006, P. 45), expõe como o jogo *American's Army*, desenvolvido pelo pentágono em 2003 e lançado gratuitamente, teve um objetivo direto no recrutamento de jovens para o exército, valendo ressaltar que em 2003 os Estados Unidos haviam recém começado a guerra contra o Iraque

“A missão deles era promover a mais recente versão do jogo de computador de última geração desenvolvido pelo Exército Norte-Americano para auxiliar no recrutamento e isso obteve um sucesso notável de jogadores, críticos e profissionais da indústria. Com dois milhões de downloads em apenas um mês, *Americans Army* se rapidamente se tornou um fenômeno no mundo dos games onde os jogadores mais dedicados conversavam sobre isso por semanas.”

Quando pensamos no campo da educação, principalmente no ensino de história, os jogos podem ser um forte aliado, com o poder

de imersão e de interatividade presente nesses programas, explicar e demonstrar conceitos e situações históricas torna-se uma tarefa simples, como defende Arruda (2009)

“O jogo, nesse sentido oferece poder ao jogador, para que ele construa e experimente situações históricas não registradas nos livros didáticos e historiográficos (...) A imaginação do jogador relaciona-se com a construção do saber histórico, ao permitir que ele, literalmente, se coloque no lugar do outro, analise as características de uma sociedade, determine ações e meios de obter vitória em embates históricos”

Assim como o cinema, por exemplo, os vídeos games são uma mídia voltada para o entretenimento que se apropria de enredos, personagens e contextos para desenvolver uma narrativa que estimula e apreende a atenção do usuário. Da mesma forma que hoje pode-se olhar para filmes e entender mensagens, iconografias, narrativas presentes neles ou então visitar a literatura e compreender produções de determinada época, construções e reconstruções de cenários, verdadeiras viagens temporais na escrita, é possível olhar para esses jogos e observar quanto de história eles podem apresentar e qual história é apresentada.

Desenvolvimento

Definir o que é o jogo eletrônico não é tarefa simples, existem diversas nuances que precisam ser consideradas e analisadas, desde como o jogo se relaciona com o *player* até quais setores humanos estão por trás da produção desses jogos, porém existe uma definição base que é válida para todo e qualquer jogo, segundo Jesper Juul (2004), o jogo é efetivamente um sistema baseado em regras e com resultado variável e quantificável, é uma união entre a jogabilidade e a narrativa, onde esse resultado é a maior motivação para o jogador, afinal é onde encontra-se o culminar de seus esforços. Os video games se diferenciam dos jogos tradicionais ou pré-eletrônicos por que esses controlam as regras, libertando o jogador desse

controle, permitindo que se tornem regras mais complexas que o jogador deve descobrir durante o ato de jogar.

Os videogames são uma expressão cultural rica e completa devido ao seu caráter híbrido de elementos da informática, dos jogos de mesa e de sua relação com os meios de comunicação GIDDIGN, 2007), são uma comunidade prática, uma atividade cultural, uma expressão deliberada de perspectivas particulares BOGOST, 2008), de acordo com Frans Mayra (2007), o jogo eletrônico é uma experiência que ocorre em um contexto social, que vai além da ação mecânica do controlador e atinge os objetivos do jogo a partir de sua dinâmica, sendo necessário ampliar o campo de compreensão sobre essas práticas sociais a partir de sua profundidade histórica, como a propagação sociocultural. Em suma, assim como o cinema e a literatura, são obras construídas por membros da sociedade, pessoas com ideologias, crenças e visões de mundo, sendo uma amostra manifesta da dimensão humana, que serve para expressar a nossa relação com o mundo, as nossas relações e laços com os outros, juntamente com a nossa compreensão da realidade (SICART, 2014).

Assim como nas outras formas de entretenimento supracitadas, os produtores de jogos eletrônicos, frequentemente, buscam na realidade inspiração para suas criações, e a história não escapa desse processo. Diversos jogos retratam o passado como plano de fundo de suas narrativas, seja tentando recriar acontecimentos inteiros ou então se apoiando em pequenas porções do real para desenvolver uma vertente própria. Independente se buscam retratar com o máximo de precisão ou então desenvolver um desdobramento fictício, a história se encontra presente em maior ou menor grau, recuperando Arruda, ao analisar o jogo *Age of Empires III*, é possível encontrar conceitos históricos nos jogos eletrônicos, eles não são submetidos à devida análise histórica ARRUDA, 2009). Em alguns casos pode-se observar jogos com estruturas narrativas fracas e com pouca precisão histórica ou qualquer outro compromisso com a temática abordada, por outro lado, existem aqueles projetos de cunho intimistas, ligados à um viés cultural e não somente uma

forma de faturar com as vendas, sendo muitas vezes publicados pelo mesmo estúdio de desenvolvimento, semelhante à relação das editoras com *Best-sellers* e livros clássicos ou mais acadêmicos.

Por tratar-se de uma parte da indústria como qualquer outra, a produção desses *games* perpassa por questões de mercado, de capital, de influências no meio, afinal, não é todo jogo que consegue financiamento para que tenha seu projeto realizado. Por mais que não possa parecer, esses jogos demandam um investimento considerável não só para sua produção, mas por todas as questões referentes ao marketing e divulgação desse material. Ainda utilizando como exemplo o caso das editoras, por muitas vezes os estúdios se apoiam em títulos mais genéricos, voltados somente para o ganho de mercado, no intuito de gerar capital, tanto financeiro quanto simbólico (BOURDIEU, 2010), para apoiar e financiar produções menores que buscam características mais transgressoras.

Contudo, esses *games* mais influentes tensionam o domínio das narrativas ao seu favor basta observar títulos como *Call of Duty*, *Battlefield* e *Assasin's Creed*, jogos "Best-Sellers", que dominam o espaço de disputa, enquanto que para títulos como *Valiant Hearts: The Great War*, que apresenta uma proposta menos comum e historicamente acurada, lhes restam migalhas. Mas acreditar que ambos possuiriam espaços igualitários é ingenuidade, como Foucault (1996) apresenta em *A ordem do discurso*, não existe equilíbrio nas narrativas, um discurso sempre estará subjugado ao mais influente. No entanto, se não fosse pelo sucesso de *Assasin's Creed*, por exemplo, *Valiant Hearts* nunca teria saído do papel, então por mais injusto que possa parecer, o sucesso de um reflete na existência de outros projetos, afinal, novamente, o capital simbólico e financeiro que o estúdio acumulou ao longo dos anos, possibilitou tamanha "versatilidade". Injusto ou não trata-se de uma análise longa e complicada, envolvendo mercado, público, o histórico de cada *game*, sua receptividade, sua divulgação e circulação, são tantas nuances que são necessárias serem examinadas pra que se possa entender como se dá

essa relação que por muitas vezes parece ser predatória, mas que pavimenta caminhos para os demais jogos que estão por nascer.

Conclusão

Os universos já criados digitalmente são inúmeros, e de tanto se apoiar em fantasias, a mimetização da realidade tornou-se algo comum nessa indústria, sendo só uma questão de tempo até a produção dos *games* encontrar na história essa fonte quase inesgotável de criatividade. Um videogame, um jogo eletrônico é precisamente isto: um *software*, uma simulação digital, produzida para fins de entretenimento, cabe à sociedade inculcar nele suas narrativas, seus discursos. Um jogo histórico pode ser definido como um mundo ficcional interativo, ambientado em representações ou num imaginário histórico, produzido digitalmente. Sua virtualidade, consiste exatamente em sua complexa natureza de simulação, em função da qual pode contribuir para reapresentar o passado por uma nova perspectiva.

Como fora exposto, da mesma forma que hoje pode-se olhar para filmes e entender mensagens, iconografias, narrativas presentes neles ou então visitar a literatura e compreender produções de determinada época, construções e reconstruções de cenários, verdadeiras viagens temporais na escrita, é possível olhar para esses jogos e observar quanto de história eles podem apresentar.

Os desdobramentos da teoria da História reposicionaram o lugar da ficção nas representações e nas práticas do historiador, abrindo espaço para a apreensão de visões e experiências do passado construídas nos mais diversos mundos ficcionais, a exemplo da literatura, do cinema e dos jogos digitais. O fictício passou a ser compreendido, não como falso, mas como algo que radica do real e orbita a esfera do verossímil. Desse modo, o recurso aos mundos ficcionais pode representar para os historiadores o estabelecimento de um diálogo com elementos da cultura cotidiana

que atravessam o imaginário dos jogadores e são parte importante de sua cultura histórica.

Referências

Links

<disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/nerdices/2020/06/industria-de-jogos-e-mais-rentavel-do-que-as-de-cinema-e-musica-juntas-veja-comparacao.shtml> > acessado em 29 de julho de 2021.

<disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/mercado-de-games-deve-movimentar-200-bilhoes-de-dolares-ate-2023/> > acessado em 29 de julho de 2021.

Textos

ARANHA, Gláucio. **O processo de consolidação dos jogos eletrônicos como instrumento de comunicação e de construção de conhecimento.** Ciências & Cognição, Vol 03. p. 21-62. 2004.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. **O jogo Age of Empires III desenvolve ideias e raciocínios históricos de jovens jogadores?** Belo Horizonte: UFMG, 2009. Tese (Doutorado) Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana. SILVA, Ana Carolina de Araújo. **A evolução tecnológica dos jogos eletrônicos: do videogame para o newsgame.** UFMS. Campo Grande. 2014

BOGOST, Ian. *The Rhetoric of Video Games.* In: **The Ecology of Games: Connecting Youth, Games, and Learning.** Cambridge. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** 14ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRESCIANI, Alex Antonio. **A guerra dos botões: a estética da violência nos jogos eletrônicos.** Universidade Estadual Paulista. 2001.

CLUA, Esteban Gonzalez., BITTENCOURT, João Ricardo. **Desenvolvimento de Jogos 3D: Concepção, Design e Programação.**

Anais da XXIV Jornada de Atualização em Informática do Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. p. 1313-1356. São Leopoldo. 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo.1996.

GIDDIGN, Seth. *Playing With Non-Humans: Digital Games as Techno-Cultural Form*. In: De Castell & Jenson, J. 2007. **Worlds in Play: International Perspectives on Digital Games Research**. Nova Iorque, Peter Lang Publishing. 2007.

HALTER, E. **From Sun Tzu To XBOX: war and videogames**. New York: Thunder's Mouth Press, 2006, p. 45.

JUUL, Jesper. **Half-Real: Video Games between Real Rules and Fictional Worlds**. Copenhagen. University of Copenhagen.2004

MAYRA, Frans. The Contextual Game Experience: On the Socio-Cultural Contexts for Meaning in Digital Play. In: **Hypermedia Laboratory**. Universidade de Tampere. Finlândia.2007

NATALE, Adriano, A. **A ciência dos videogames: tudo dominado... pelos elétrons!** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2013.

NOVAK, Jeannie. **Desenvolvimento de games**. Tradução: Pedro Cesar de Conti. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SICART, Miguel. *The banality of simulated evil: designing ethical gameplay*. 2009. **Play Matters**. Massachusetts. Londres, Inglaterra. 2014

SOUZA, M. V. O., ROCHA, V. M. **Um estudo sobre o desenvolvimento de jogos eletrônicos**. Unipê, João Pessoa.

VIRGENS, Fernando Alex Turatti das. **Videogames no Brasil: Mercado nacional, padrões técnicos, circularidade e recepção entre o público consumidor (1983-2002)**. Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de História. 2019.

OS VADIOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Rebecca de Medeiros*

O presente trabalho terá como objeto central de análise duas fontes referentes ao Código de Processo Penal (CPP) do Distrito Federal (DF) de 1924. A primeira delas é o CPP do DF anotado pelo Presidente da Comissão Redatora Candido Mendes de Almeida. Nestas anotações, ele apresenta as referências, as justificativas e os impasses encontrados pela comissão na elaboração do novo código. A segunda fonte analisada é o livro de 1924 do Juiz de Pretoria do Distrito Federal José Burle de Figueiredo, intitulado “A contravenção de vadiagem”. Esta obra é dividida em três partes, em que na primeira o autor busca relatar e analisar as questões sobre a lei de vadiagem abordadas na Sessão de Direito Penal do Congresso Jurídico Comemorativo da Independência do Brasil no Rio de Janeiro em 1922. Na segunda parte, Figueiredo trará suas próprias análises sobre as codificações penais e processuais para vadios e, por fim, apresentará relatórios de casos onde o réu respondia por esta contravenção.

Em ambas as fontes foram registrados os sentimentos políticos dos autores no que se refere aos objetivos coercitivos e disciplinadores do sistema penal em relação a população pobre urbana da Capital da República. Os dois apresentam, como norte, um ideal científico dos sistemas punitivos e a busca por uma superioridade judiciária em relação as forças policiais. Outra questão relevante para o presente estudo é a importância dada pelos juristas para a influência do direito eclesiástico (católico) para a condução moral da população.

* Doutoranda em História no PPGH-UFF. Orientadora Gizlene Neder. Laboratório Cidade e Poder. Bolsista CAPES. Contato: rebecca.mdrs@gmail.com

Previamente, vamos observar como era tipificado o crime de vadiagem no Distrito Federal durante a Primeira República e seu respectivo processo. O Código Penal de 1890 tipificava como contravenção mendigos, ébrios, vadios e capoeiras, estes dois classificados pelo art. 399:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes

As penas para tais contravenções poderiam atingir 15 dias a 3 anos, em prisão celular ou com trabalho. Além do Código Penal de 1890, a tipificação da contravenção de vadiagem, na capital, era normatizada pelo Regulamento da Colônia Correccional de Dois Rios de 1908. Neste regulamento, o conceito de vadiagem foi expandido, o que permitia um enquadramento penal maior. Eram considerados vadios: “Os individuos maiores de qualquer sexo que, sem meios de subsistência por fortuna própria ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, **vagarem pela cidade na ociosidade.**” (grifo meu).

No CPP do DF a contravenção de vadiagem é enquadrada como um crime inafiançável, cujo réu não possuía o direito de responder ao processo em liberdade. A pena deveria ser cumprida na Colônia Correccional de Dois Rios, uma penitenciária agrícola construída em Ilha Grande-RJ com o objetivo de disciplinar vadios, mendigos validos, capoeiras ou desordeiros a partir do trabalho. O processo e julgamento das contravenções eram iniciados pelas autoridades policiais e/ou pretores, com o auto de prisão em flagrante. As condenações por vadiagem poderiam ou não serem recorridas pelos juizes de pretoria, o que acelerava o processo, pois só transitaria pela burocracia das forças policiais, algo que reduzia as chances de defesa dos acusados, principalmente por não haver uma averiguação plena dos autos e das testemunhas.

Tendo como base essas legislações destacadas acima, podemos selecionar duas questões para análise: 1ª. A influência religiosa na expansão do conceito penal de vadiagem. 2ª. O processo penal autoritário e rigoroso em relação as contravenções. É importante frisar que este estudo tem como recorte a Capital da República nas décadas de 1890-1930. Destaca-se, como principais alvos dessa codificação penal, uma população urbana pobre, preta (recém saída do sistema escravocrata) e imigrante. Portanto, uma problemática que irá atravessar toda a pesquisa é “Qual era o sentimento das oligarquias republicanas, aqui representadas pelos juristas, para com a população pobre da Capital?”.

Conceito eclesiástico de vadiagem

O conceito de *vadiagem* e de *vagabundo* apareceu como um problema no Congresso Jurídico Comemorativo da Independência do Brasil no Rio de Janeiro em 1922, como relatado pelo Juiz José Burre de Figueiredo em seu livro *A contravenção de vadiagem* (FIGUEIREDO, 1924). Foram levantadas como questões o problema da repressão a vadiagem, quais seriam as medidas legislativas necessárias para resolver os pontos levantados e como seriam distribuídas as responsabilidades dos Estados e da União. Dentre os impasses legislativos apresentados estava o conceito de vagabundo, empregado no Código Penal de 1890, que restringia a contravenção a ausência de renda e/ou domicílio.

Inicialmente, o Relator do evento Drº Alfredo Balthazar da Silveira apresenta a necessidade de abordar a vadiagem de forma mais científica e recupera conceitos sobre o tema no direito romano e eclesiástico do século XVI: *Vagabundus proprie dicitur qui permundum vagatur nec certum habit domicilium*. (Um vagabundo é literalmente chamado aquele que vagueia pelo mundo e não possui uma habitação fixa). Ou seja, além da ausência de moradia e de emprego deveria ser adicionado a legislação o hábito de vagar pela cidade sem destino. Figueiredo ressalta a importância desse adicional no Decreto n. 6.994,

de 19 de junho de 1908, que regulamenta a internação de contraventores na Colônia Correccional de Dous Rios: *Art. 52 § 1º Os individuos maiores de qualquer sexo que, sem meios de subsistencia por fortuna propria ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade.*

Ao ampliar o conceito de vagabundos como aqueles que vagueiam, os juristas retomam uma noção do catolicismo medieval que, ao classificar os homens pobres dignos e indignos, irá recriminar os que não se fixam em uma paróquia. Segundo Todeschini (2016), a organização da Igreja Católica como uma instituição de pretensões totalitárias se dará a partir do domínio lexical das dinâmicas políticas e sociais. Essas variações vão ocorrendo de acordo com as demandas internas da Igreja e das relações com as instituições temporais. Neste sentido, a normatização e tutela da população pobre será central para a construção do seu domínio.

O uso político da pobreza se evidencia entre o século IV – VI com as teses Agostinianas sobre os pobres de cristo. Há uma vasta hierarquização da pobreza, que não necessariamente estaria relacionado as condições econômicas. Resumidamente, havia os Pobres de Cristo (Bispo), os *dignitas* e os *indgnitas*. A pobreza digna, então, se torna uma categoria que tem mérito de compartilhar do bem comum da Igreja, sendo formado pelos órfãos, as viúvas, os inválidos e os que trabalham em prol da fé. Os indignos são aqueles que escapam aos domínios da Igreja, como os estrangeiros que não entendem a palavra de Cristo, os pagãos e os que vagueiam sem criar laços com a comunidade. Estes compunham as classes perigosas.

Com a expansão comercial do século XII, com o aumento da relação monetária e enriquecimento das cidades emerge novos vocabulários da pobreza, porém mantendo o lugar moral da pobreza digna como ideal a ser alcançado. O Direito Canônico visará manter a organização da multidão elaborando um modelo de cidadania definido pelo exercício da fé. O fortalecimento do Estado na era moderna e o desenvolvimento do direito civil não

representou uma ruptura com o direito canônico. Mesmo quando existia uma certa autonomia entre as esferas, estas caminhavam juntos nos seus conceitos morais. Existia um pluralismo jurídico, mas eram leis dentro de uma mesma visão de mundo hierarquizada. Segundo as doutrinas, os pobres representam uma menoridade moral, não estando em condição de gerir suas vidas jurídicas e religiosas e, portanto, necessitando de tutela.

Com a ascensão do mundo do trabalho burguês do século XVIII, a dignidade estará diretamente associada ao trabalho. A vadiagem se torna ao mesmo tempo pecado e crime. O significado de vadio do mundo capitalista foi se esvaziando do sentido relativo a “vagar” e se configurando como “sujeito que não trabalha”, como o conceito usado para a contravenção do Código Penal de 1890. Em diferentes estudos sobre criminologia, como os trabalhos de Foucault, Georg Rusche e Otto Kirchheimer¹, é comum observar como a criminalização da vadiagem foi um instrumento disciplinar diretamente relacionado ao controle da mão-de-obra na expansão do mundo industrial. No entanto, no Brasil do século XX, mesmo vivendo um processo inicial de desenvolvimento urbano e industrial, os juristas optaram por resgatar o conceito de vadiagem de aspecto religioso e ampliar os alvos do sistema punitivo.

A influência religiosa na política da Primeira República pode ser observada também em outros momentos. Gizlene Neder (NEDER e BARCELOS, 2019) destaca a influência da cultura católica no desenvolvimento político republicano no Brasil. Os ordenamentos jurídicos na Primeira República estavam inseridos na moral cristã, um exemplo deste atravessamento foi a antecipação, via decreto em 1890, da normatização do Casamento Civil Indissolúvel, ou seja, o casamento ao mesmo tempo que se torna um contrato civil se mantém como um sacramento religioso sem divórcio. A retirada do monopólio da Igreja Católica da burocracia cartorária é um dos grandes implicadores que atrasam a aprovação

¹ Como exemplo como podemos citar as obras *Vigiar e Punir* de Michel Foucault e *Punição e estrutura social* de Georg Rusche e Otto Kirchheimer.

de um Código Civil que só virá a ser aprovado em 1916, como destacado por Neder, 94 anos após a independência e 27 anos após a proclamação da República. Ainda acerca da influência religiosa no direito civil, podemos salientar a permanência da categoria de filhos ilegítimos (nascidos fora do casamento), o que mantinha as crianças em condição de vulnerabilidade e sem garantias legais.

No campo penal, Neder (2016) enfatiza a dupla influência religiosa das ordens tomistas e jansenicas que influenciam na construção de um sistema penal individualizador, centrado no criminoso e teoricamente na sua restauração. O Código Penal de 1890 determina que o sistema prisional será uma mescla dos sistemas da Filadelfia, com o sistema de Auburn associados ao método irlandês. As penas deveriam ser compostas por uma parte em regime celular, com um isolamento mais rigoroso de inspiração jansenica. Posteriormente o preso deveria ir para o regime de prisão simples e com trabalho, uma inspiração jesuíta que acredita na capacidade de regeneração dos sujeitos e também com influência protestante de dignificação pelo trabalho.

Havia uma contradição entre os objetivos teóricos do sistema penal e os sentimentos políticos oligárquicos que atuaram na sua construção. Teoricamente, o projeto penitenciário visava a regeneração dos sujeitos pelo trabalho. Diversas oficinas de trabalho manual foram montadas dentro de prisões, como a Casa de Correção do Rio de Janeiro, e também foram construídas Colônias Agrícolas, como a de Dois Rios, que visavam dar ocupação e ensino religioso ao encarcerados. Porém, algumas leis penais e processuais, e principalmente a prática policial, exprimiam um desprezo pelo trabalho e pelo trabalhador, especialmente no caso da população pobre e preta da capital. Cabe lembrar que a escravidão havia acabado a pouco por um decreto imperial em 1888, e os sentimentos senhoriais não se esvaíram junto ao riscar da pena da Princesa Isabel. O escravismo produziu continuidades subjetivas que podem ser observadas até a atualidade.

Porém, se trabalho era a questão de maior relevância, porque não bastava ao indivíduo ter renda para escapar das sanções penais? A justificativa apresentada pelos juristas do evento, incluindo Figueiredo, era de que dificilmente uma pessoa de vida pregressa não possuiria renda e domicílio, mesmo que conquistado de forma imprópria. Portanto, manter a classificação de vadios apenas como estava no Código Penal seria insuficiente. Desta nova forma seria possível apreender qualquer indivíduo considerado suspeito que fosse visto andando pela cidade, mesmo que possuísse uma renda e um lar. Ao analisar as estatísticas penais desse período observamos que o número de detidos sem endereço é pequeno², o que de certo modo confirma o argumento utilizado pelos juristas para alargar o conceito de vadiagem.

Outras instruções penais também foram citadas, como a possibilidade de ampliar de 15 para 30 dias o prazo para o contraventor conseguir emprego, o apoio de instituições como do Departamento do Trabalho, da Assistência Pública e do Patronato dos Liberados por meio da fiança idônea e o ensino religioso nas colônias agrícolas. Deste modo, observamos um retorno aos modelos do direito canônico, que se aplica a tutela ao pobre, insere ele em uma instituição de assistência que o incluirá na boa sociedade pelo trabalho e pela religião. Só assim ele construirá uma vida digna para o Estado e para a Igreja.

De acordo com Figueiredo, a legislação existente possuía uma configuração satisfatória, porém a carência de outras medidas assistencialistas e pedagógicas e a má condução do processo penal pelas autoridades policiais tornava a repressão da vadiagem infrutífera. Pois, segundo ele, a condição de vida dos sujeitos ingressos no sistema penal não era pedagógica, ou seja, os presos

² Para análises sobre as estáticas prisionais mais detalhas ver: NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: Criminalidade, justiça e Constituição do Mercado de Trabalho (1890-1927)*. 2ªed. Niterói, Editora da UFF, 2012. E RODRIGUES, Cristiane. *A construção social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)* Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2006.

não eram tutelados, eles eram simplesmente depositados nas penitenciárias e casas de correção sem o cumprimento correto do processo penal regenerador. Outros embaraços penais foram apresentados por Figueiredo e veremos no decorrer do texto.

Polícia e vadiagem

A peculiaridade dos códigos de processo está no seu objetivo de definir a prática administrativa do sistema jurídico e da atuação policiais. A legislação determina o modelo das fichas de ocorrência, o rito dos interrogatórios, quem são as pessoas que podem ser testemunhas, como é formado o júri, entre outros aspectos burocráticos do sistema jurídico criminal. Fica previsto, no código, o procedimento da atuação policial durante buscas e apreensões e também a formalidade de prisões em flagrante. Há instrumentos que permitem o uso de força física policial em caso de resistência do réu ou qualquer outro que lhe preste auxílio. Dentre os códigos estudados, o do Distrito Federal foi o único que apresentou uma cláusula que legitima o uso de força letal durante a ação policial caso se comprove a legítima defesa. Outra prática da rotina policial que aparece nos códigos são os arrombamentos de casa ou negócios de pessoas que concedam abrigo aos réus. O código aborda mais especificações, como a proibição de invasões noturnas e a não necessidade de mandatos para entrada em casas públicas como tabernas, pensões, hospedarias e afins.

O uso impróprio da força pelas autoridades policiais foi registrado no relatório produzido por Candido Mendes de Almeida, presidente da comissão redatora do Código de Processo Penal do Distrito Federal. Almeida apresenta uma carta do Procurador Geral do Distrito Dr. André de Faria Pereira ao Marechal Chefe de Polícia, em que este reclama da baixa qualidade técnica dos delegados e chefes de polícia, dos inúmeros relatórios e testemunhos falsos sobre casos de vadiagem e da violência em penitenciárias. Antes de apresentar a carta Almeida inicia sua crítica apontando que:

[A atuação policial] foi objecto de grande estudo e preocupação da Comissão redactora do Ante-projecto, deante da impossibilidade do conseguimento da providencia radical que retringisse as funcções da Policia aos seus verdadeiros fins: a vigilancia a prevenção, a manutenção da ordem e auxilio á Justiça. (ALMEIDA, 1925, p. 95)

Segundo Almeida, o desejo dele e de parte da comissão era reduzir ao máximo a atuação da Polícia e aumentar as funções do Ministério Público no processo penal. Segundo o jurista, a dualidade do processo penal, que possui uma parcela policial e outra judiciária, é uma herança autoritária do Código de Processo Penal de 1841 do Império. A reforma de 1841, chamada de reacionária por Almeida, não só privilegiou os cargos por nomeação como conferiu as autoridades policiais funções não só policiais como judiciárias. Esta prerrogativa é alterada pela nova reforma de 1871, mas como vista a ação jurídica processual das autoridades policiais se mantém para as contravenções. Este excesso de poder da polícia era visto como uma falha no sistema penal, facilitava as fraudes, violências e conseqüentemente a impunidade e reincidência (não regeneração dos presos). O objetivo desses magistrados era de reduzir as fraudes processuais nos autos de prisão em flagrante, nas fichas de ocorrência e nos exames de corpo de delito. Após apresentar seu posicionamento perante o texto, o jurista transcreveu a carta que aborda as funções da polícia, e trabalha novamente com o sentimento de incompetência e arbitrariedades das forças policiais.

Diz o Procurador Geral: “Tenho observado, no desempenho das funcções do meu cargo, que a administração de V. Ex. vae sendo compromettida por actos arbitrarios de alguns de seus auxiliares pouco zelosos das suas responsabilidades. Dahi *as frequentes censuras a autoridades policiaes, feitas por magistrados e membros do Ministerio Publico, em consequencia de ilegalidade e omissões verificadas em processos que lhes são affectos*. Como V. Ex. comprehende, no nosso systema processual de dupla investigação, a magistratura e o Ministerio Publico precisam confiar nas autoridades policiaes; pois, da harmonia de acção de umas e outras autoridades, agindo todas dentro dos

limites da sua competencia e com rigorosa observância dos preceitos das leis, resultam a estabilidade da ordem social e perfeita garantia dos direitos dos cidadãos. Não deve, por isso, pairar no espírito das autoridades judiciais a mais leve duvida quanto aos bons intuitos das autoridades policiaes, que precisam manter atitudes acima de toda a suspeita para não serem nunca suspeitadas. Ainda muito recentemente um delegado de Policia, recebendo instrucção de um juiz para apurar a culpa de determinado contraventor, contra quem existiam provas de responsabilidade, levou mais de seis mezes sem iniciar o processo e só o fez depois da intervenção energica desta Procuradoria, ficando apurada a culpa quando quasi decorrido o prazo da prescriçãõ. Será, lamentavel para a administração de V. Ex., a repetiçãõ de denunciaes em juízo contra autoridades policiaes, por actos arbitrarías e omissões voluntarias, nas funcções de seus cargos, mas esta Procuradoria terá que promover os competentes processos sempre que verificar a infracçãõ das leis por autoridades incapazes ou pouco zelosas. A observaçãõ diaria da vida dos tribunaes demonstra que o *numero de prisões illegaes é avultadissimo*, pois, diariamente são requeridos innumerous *habeas-corpus* aos juizes e ás Camaras da Côrte de Appellaçãõ[...]. *Os processos de resistencia á prisãõ são feitos, em sua maioria, para justificarem excessos das autoridades, por occasiãõ de effectuarem diligencias, sendo frequentissimas as violencias praticadas para obrigar os accusados a confessarem delictos, que muitas vezes não praticaram.*" (ALMEIDA, 1925, p. 100-101)

O uso da violência policial contra a população chamava a atenção desses juristas que buscavam encontrar meios eficientes de disciplinarização da população pobre. Cabe ressaltar que não havia a intenção desses magistrados em abolir a pena por vadiagem ou outras contravenções, ou seja, o propósito dos debates eram de encontrar formais mais eficientes de controle da população ociosa. Figueiredo, em seu livro sobre a contravenção de vadiagem, relatou no apêndice doze casos em que atuou enquanto juiz em que réus foram acusados de vadiagem com fraudes processuais, inclusive alguns deles sendo inocentados. Como exemplo, podemos citar o caso de Francisco Augusto de Magalhães, preso por vadiagem acusado de perambular constantemente pelas ruas. Segundos os autos, o jovem trabalhava com

entregas da loja de seu pai e por isso estava sempre se deslocando por diversas ruas da cidade. As três testemunhas do caso apresentaram falas diferentes e não se julgavam capazes de averiguar se o rapaz era ou não vadio. Além disso, a data do auto de prisão em flagrante estava incorreta e os policiais que assinaram a ocorrência não estavam presentes na prisão em flagrante. Pela ocupação do acusado e pelas fraudes processuais cometida pela polícia, o caso foi dado como improcedente e o réu absolvido.

O juiz Figueiredo expôs outros casos em que policiais assinaram autos de prisão em flagrante sem estarem presentes no local, e até mesmo casos em que testemunhas que assinaram inquéritos confirmando que o réu era vadio sem sequer conhecer o acusado. Dentre essas denúncias, foi pontuado que este era o procedimento padrão das delegacias municipais para os casos de contravenção, e que dificilmente policiais de pequena patente se colocariam em oposição as fraudes. Este fato mobilizou uma mudança processual que recomendava a abertura de outro inquérito investigativo pelos juizes de pretoria, ouvindo novamente as testemunhas e os policiais para que pudessem confirmar a verdade sobre os casos. Em harmonia com esses fatos, a denúncia da carta apresentada por Almeida continua e trazendo justamente os excessos policiais para com os contraventores;

Nos **processos de vadiagem**, em sua maioria, a observancia dos preceitos legais figura somente em formula, para *encobrir a verdade mal dissimulada de violências*, sendo muito frequente também a prisão de indivíduos acusados como vadios no mesmo dia em que são declarados inocentes pela Justiça ou assignam termo de tomar ocupação. Os processos contra os exploradores *de lenocinio e jogos prohibidos são movidos, em regra, contra os caixeiros e humildes empregados dos grandes contraventores*, que permanecem impunes, diante da infundada allegação de que não podem estes ser apanhados em flagrante, por não se encontrarem à frente dos seus estabelecimentos, quando a forma do processo, por inquerito, os podia envolver a todos. Sobre esse assumpto convem ainda salientar a *desigualdade da ação policial, também em relação ás diversas zonas da cidade*, certo como é que em alguns districtos se faz sentir a acção da Policia ao mesmo tempo

que em outros não ha a menor restricção á acção dos contraventores, dando-se assim a impressão de que a execução da lei só depende do arbítrio das autoridades. Tudo o que V. Ex. fizer no sentido de harmonizar a acção de seus auxiliares e evitar ilegalidades especialmente sobre os pontos indicados será em benefício da Justiça e em abono da administração de V. Ex. (ALMEIDA, 1925, p. 101)

De acordo com a queixa apresentada, é possível observar a construção de alvos das improbidades administrativas da polícia: a população pobre periférica. Tendo em vista a proximidade do passado escravocrata, é possível ponderar sobre as continuidades penais acerca do corpo pobre periférico e negro, que se mantém como alvo do sistema punitivo na República.

Referência

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Código do Processo Penal do Distrito Federal Anotado**. 1925

FIGUEIREDO, Jose Burle de. **A contravenção de vadiagem**. 1924

NEDER, Gizlene e SILVA, Ana Paula Barcelos. **Direito, religião e cultura: Variações**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2019.

NEDER, Gizlene. A cruz de cada um: Entre punir e ressocializar, legislação penal da República nasceu sob influência de embates religiosos. Disponível em: carceropolis.org.br/media/publicacoes/A_cruz_de_cada_um_-_Revista_de_História.pdf. 2016

RODRIGUES, Cristiane. **A construção social do Vadio e o Crime de Vadiagem (18861906)** Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2006.

TODESCHINI, Giacomo. *Les pauvres et l'indignitas dans la canonistique avant le XII siècle*, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/42287710/Les_pauvres_et_lindignitas_dans_la_canonistique_avant_le_XIIe_si%C3%A8cle

A EXPANSÃO DO ASSOCIATIVISMO DE TRABALHADORES NO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS

Isabella de Souza Tavares*

Introdução

O associativismo mutualista se colocou na história do trabalho com relevância a partir de 1850, funcionando como uma rede de sociabilidade e de apoio para trabalhadores livres e libertos. Em um contexto no qual direitos trabalhistas e previdenciários não existiam, as associações mutualistas se tornaram um espaço de segurança financeira. As sociedades de trabalhadores em sua maioria possuíam caráter mutualista, o que significa que sua natureza possuía cunho assistencialista/beneficente ou o que hoje se parece com o sistema previdenciário. Contudo, para além da segurança econômica que esta forma de organização podia proporcionar, os trabalhadores também experimentaram uma rede de sociabilidade com seus pares e em alguns casos, se movimentaram em busca de melhores condições em seus ofícios.

No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, diversas associações mutualistas foram fundadas, dividindo-se em variados tipos, como: abolicionistas, religiosas, de caridade, corporativas (ou de ofício), industriais, de instrução e etc. Marconni Cordeiro da Motta fez um levantamento em sua dissertação acerca da quantidade de associações fundadas entre os anos de 1844 e 1889. De um total de 887 associações diversas fundadas nesse período, 454 eram beneficentes/mutuais, ou seja, mais que a metade. Entre o

* Mestranda no Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, contato:isabellast96@gmail.com. Esta pesquisa possui apoio do CNPq.

número total de associações beneficentes (454) foi constatado que 98 delas eram corporativas/de ofício (MAROTTA, 2017, 65).

O ponto principal que explica o fenômeno do associativismo entre trabalhadores reside na legalidade que o mutualismo possuía perante o aparato de controle do Estado Imperial. Era a única forma de se associar legalmente, visto que as corporações de ofício foram proibidas pela Constituição de 1824 (DA FONSECA, 2008). Uma vez que os trabalhadores não podiam compor suas corporações, porque segundo o Conselho de Estado, estas constituíam espaços de monopólio no mercado de trabalho, então a única opção viável era o associativismo mutualista (BATALHA, 2010, 18-19).

Nesse sentido, o presente trabalho visa investigar a necessidade de se associar através da presença de trabalhadores em mais de uma associação. Partiremos do corpo de membros da *Associação de Socorros Mútuos Liga Operária*, a fim de compreender a presença de trabalhadores em múltiplas sociedades e a expansão do associativismo.

Necessidade de se associar: o associativismo em expansão

Em meios aos reflexos do mundo escravista que respingaram na realidade das relações de trabalho livre, os trabalhadores em suas organizações incorporavam o discurso da valorização do trabalho, tentando deixar de lado a sombra da escravidão. O objetivo era dissociar o trabalho manual do labor cativo, criando valores morais associados às artes e aos ofícios. Por isso, era comum que as associações prezassem dos sócios “ser morigerado”, “sem vícios e maus costumes”. Dessa forma, havia entre os trabalhadores de manufaturas e ofícios especializados uma intenção de nobilitação frente ao estigma criado em relação ao trabalho manual, proveniente da escravidão (LACERDA, 2011, 49-50).

A estrutura das associações pode nos mostrar um caminho para a analisar os trabalhadores associados, isto porque algumas fontes nos propõem rastros que nos ajudam a entender a vivência destes

homens na segunda metade do oitocentos. A *Associação de Socorros Mútuos Liga Operária*, por exemplo, foi criada em 1872 no Rio de Janeiro através da iniciativa de Octaviano Hudson. Nas atas das primeiras reuniões de fundação da sociedade, consta o caráter de “fraternidade e igualdade que reinará nesta associação” (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, 1-2.), havendo também um compromisso com a instrução da classe operária.

A formação da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária é considerada por alguns autores como o pontapé inicial que originou o pensamento da organização de trabalhadores enquanto classe no século XIX, reunindo operários e artistas. É importante frisar como a associação dividia os trabalhadores por ramo ou ofício com a finalidade de pautar suas reivindicações. Já na fundação da sociedade, trabalhadores de diversos ofícios e categorias estavam presentes, desde o pedreiro Joaquim Pinto Ferreira até o pintor Pedro Américo, o que demonstra o caráter de diversidade da sociedade. A partir disso, conseguimos perceber o traço aglutinador de classe que permeava a associação (BATALHA, 2009, 185-186).

O periódico *Tribuna Artística* ao noticiar a sessão instaladora de fundação da associação deixou claro que “concebemos o socorro mútuo e a instrução como único princípio que deve ser aceito para a organização das associações operárias” e que a presença dos 140 sócios de um total de 856 cadastrados na ficha de inscrição “são uma sobeja prova do quanto a Liga Operária tem sido bem aceita por esses homens que gastam sua existência a trabalhar” (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, 2).

Talvez a importância da Liga Operária possa ser expressa no fato de que a notícia sobre a fundação chegou até mesmo em São Paulo. No mesmo dia em que a *Tribuna Artística* noticiou a sessão inaugural da associação, o *Diário de S. Paulo* fez o mesmo em nota um tanto quanto modesta informando que a Liga “tem por fim prestar socorros aos operários de todas as nacionalidades que residirem no Rio de Janeiro” (*Diário de S. Paulo*, 25/02/1872, 3). Por isso, não é de se estranhar que em abril de 1872 o periódico O

Liberal do Pará, tenha noticiado que a “A Liga Operária da corte já conta com 2 mil sócios” (*O Liberal do Pará*, 9/05/1872, 2). Se antes mesmo de ter os estatutos aprovados, a associação contava com essa quantidade de sócios, podemos considerar como um indício da necessidade de sua criação.

Em 23 de julho de 1873 os estatutos da Liga Operária foram aprovados pela Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, as disposições acerca do ingresso de associados na sociedade diziam que: “Art. 4º Para poder ser membro da Liga Operária é necessário: § 1º Exercer uma profissão qualquer artística ou industrial. § 2º Pagar uma joia de entrada de 5\$000 (que dará direito ao diploma de sócio) e além desta a mensalidade de 500 réis” (Estatuto da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, 1873, 537). A joia de entrada podia ser paga em parcelas de 1\$000 e a inadimplência de seis meses levava ao desligamento da associação.

Os trabalhadores associados teriam direito ao benefício de uma diária de 2\$000 em caso de enfermidade e desemprego involuntário. A associação também se comprometia a prestar socorro aos associados que fossem presos. Também ficou disposto no estatuto que: “Art. 29. Cada classe de operários será dirigida por uma Directoria, composta de um Presidente (que fará parte da Directoria Central) e de dois Deputados” (Estatuto da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, 1873, 542). Esta divisão por classe, que seria a separação por ofício ou ramo de trabalho dos associados, é importante para entendermos o funcionamento da Liga Operária. Ao passo que a associação aglutinava todos os trabalhadores, internamente ela os separava para fins de atender as demandas e especificidades de cada categoria. Os ofícios presentes na lista de comissão das corporações da primeira reunião eram: maquinista, fundidor, tipógrafo, pintor, sapateiro, músico, pedreiro, ferreiro, construtor naval, latoeiro, alfaiate, caldeiro, torneiro, modelador, serralheiro, fogueteiro pirotécnico, calafate e carpinteiro (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, 1).

A lista de comissões das corporações acompanhava o nome de seus diretores. Uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional por meio do nome de alguns trabalhadores, nos levou a um panorama sobre a necessidade de associação e a expansão do associativismo na segunda metade do oitocentos. O diretor da classe dos carpinteiros era Joaquim Alves da Visitação, trabalhador do Arsenal da Marinha da Corte. No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* na seção do Ministério da Marinha consta sua posição de mandador dos mestres de carapina em 1861, no ano de 1875 ascendeu à posição de contramestre e em 1883 se tornou mestre do setor de carapinas do arsenal (AAMIRJ, 1861, 272; 1865, 318; 1883, 392).

Apesar de sua trajetória no Arsenal da Marinha ser instigante por sua ascensão ao longo dos anos, sua presença em diversas associações também nos chama atenção. Joaquim Alves da Visitação consta como membro da *Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas e Liberaes e Beneficentes* desde 1854, ocupando diferentes cargos nas comissões da sociedade até março de 1875 (AAMIRJ, 1854, 322; 1875, 593). Em 1870 e 1871 aparece nas fontes como vice-presidente da *Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Côrte* (AAMIRJ, 1870, 434; 1871, 418). Além de sua participação em associações mutualistas, ocupou cargos na mesa diretora da *Irmandade dos Martyres S. Crispim e S. Crispiniano* de 1865 até meados da década de 1870 (AAMIRJ, 1865, 416); participou da mesa diretora da *Irmandade Nossa Senhora do Amparo* da freguesia de São José nos anos de 1860 até 1886 (AAMIRJ, 1860, 449); e de 1879 a 1886 estava envolvido na diretoria da *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo* (AAMIRJ, 1879, 1713).

Esse panorama da vida associativa de Joaquim Alves da Visitação suscita alguns questionamentos pertinentes quanto à necessidade de se associar. A presença de trabalhadores em mais de uma associação poderia significar uma demanda em se precaver financeiramente através do auxílio mútuo ou o alargamento de redes de sociabilidades tecidas em diferentes sociedades. No caso específico

do diretor dos carpinteiros da Liga Operária, podia significar também a possibilidade de se associar enquanto classe trabalhadora, com o propósito de promover uma identidade operária em geral. Devemos salientar o último ponto, já que Joaquim fez parte de duas associações que compreendiam seu ofício em específico.

O próprio fundador da Liga Operária, Octaviano Hudson, circulou por algumas associações ao longo de sua trajetória. Nos anos iniciais da sociedade não ocupou nenhum cargo nos quadros da associação, se julgava apenas um iniciador da ideia. Apenas no ano de 1879 foi eleito em assembleia com 93 votos, como conselheiro da sociedade (*Gazeta de Notícias*, 01/06/1879, 1). Para além da Liga, Hudson esteve presente em outras associações mutualistas, sua presença na *Associação Promotora da Instrução* durou de 1881 a 1884 como membro do conselho da sociedade (*Gazeta de Notícias*, 06/09/1884, 2). Ainda no campo da instrução, esteve presente na *Imperial Sociedade Amante da Instrução* em 1884 (*Jornal do Comércio*, 06/09/1884, 1) e era sócio da *Associação Protetora da Infância Desamparada* no mesmo ano (*Jornal do Comércio*, 10/10/1884, 3). Também participou ativamente da formação do Corpo Coletivo União Operária em 1882 e foi convidado a colaborar com o periódico *Gazeta Operária*, produzido pela associação (COSTA, 2012, 108).

Voltando a lista de fundação da Liga Operária, calafate João Hypolito da Fonseca aparece na lista de qualificação dos votantes do Município Neutro de 1878, onde é citado como conselheiro da *Sociedade Beneficente União e Fraternidade* (*O Cruzeiro*, 22/07/1878, 2) e como procurador da *Sociedade de Beneficência dos Artistas de Construção Naval* em 1876 (*Gazeta de Notícias*, 03/07/1876, 1). Temos também o alfaiate Theodósio José Ribeiro, que em 1878 consta como conselheiro da *Sociedade dos Artistas Alfaiates* (*Jornal do Comércio*, 17/03/1878, p. 4). Sendo assim, a presença e circulação de trabalhadores em múltiplas associações mutualistas não pode ser considerada um traço irrelevante, podemos conceber que a necessidade de associação não era preenchida apenas em uma organização.

Outros diretores da comissão de corporação da Liga Operária apareceram no quadro de mestranças do Arsenal da Marinha da Corte. Que são os casos de Antonio da Camara Oliveira Xavier, mestre de fundição nos anos de 1875 e 1876 (AAMIRJ, 1875, 318; 1876, 325); João Hypolito da Fonseca, mandador dos calafates em 1875, contra mestre em 1878 e mestre em 1879; e José Pereira de Amorim, mestre interino dos modeladores de 1875 a 1878 (AAMIRJ, 1875, 318; 1878, 314). Considerando que para entrar nos quadros de mestrança do Arsenal era necessária uma trajetória dentro da instituição, os trabalhadores citados aqui possivelmente já trabalhavam no mesmo recinto em 1872, à época da fundação da Liga Operária. Um exemplo disso é que nosso primeiro personagem, Joaquim Alves da Visitação, trabalhou no arsenal como carapina por mais de 50 anos como consta em seu obituário (*Gazeta de Notícias*, 05/05/1889, 3), mas só aparecendo como mandador dos carapinas em 1861 e como mestre somente em 1883.

É curioso que 4 trabalhadores que compunham o quadro de mestranças do Arsenal da Marinha da Corte resolvam se associar à Liga Operária ao mesmo tempo, ao passo que existia uma associação própria de trabalhadores da instituição, a *Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Côte* e a *Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas e Liberaes e Beneficente*, que também compreendia seus ofícios. Com essa informação, podemos considerar que outros trabalhadores do arsenal pudessem fazer parte do corpo de membros da Liga Operária, já que para as classes de ofício se formar precisava-se de 10 trabalhadores. Mas, o cruzamento com outra informação mais instigante traz à tona outra questão.

Em meados do mês de agosto de 1872, o periódico *A Reforma* trouxe a público que: “O Sr. inspector do arsenal da marinha está em via-sacra eleitoral. Já pôs no meio da rua alguns artistas, seus empregados, que repugnam a aceitar a chapa que não é do partido de onde eles militam. O Sr. barão de Laguna é candidato á senador e á deputação (...)” (*A Reforma*, 17/08/1872, 2). É plausível considerar que os trabalhadores do Arsenal da Marinha se sentiram intimidados no

processo eleitoral. Convergente a esse acontecimento, em setembro do mesmo ano a Liga Operária cogitou apresentar dois candidatos às eleições municipais, em resposta ao diretor do Arsenal de Guerra ter despedido 30 operários por vingança eleitoral (*O Futuro*, 18/10/1882, 2).¹ Fato esse parecido com as atitudes do inspetor do Arsenal da Marinha, indicando que nas épocas de eleições eram comuns trabalhadores sofrerem retaliações por suas escolhas políticas. Quanto a isso, não custa ressaltar que a Liga Operária estava amplamente ligada não só aos ideais reformadores iluministas, mas principalmente à via política do republicanismo.

A presença de artistas do Arsenal da Marinha no corpo da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária nos leva a uma consideração substancial. De que a organização em algum momento se pretendeu política, funcionando para além de seus estatutos, coisa que outras sociedades que atendiam os ofícios específicos destes trabalhadores possivelmente não faziam. Considerando que se alinhavam as diretrizes políticas, daí surgiu a necessidade de se associar a Liga Operária.

O que acabamos de apontar converge com a justificativa para o fenômeno de se associar a múltiplas sociedades, de que a necessidade não era preenchida apenas por uma organização. Principalmente, porque devemos considerar que nem todas as sociedades possuíam funcionamento ou atributos idênticos. Juntamente a isso, a característica previdenciária do socorro mútuo poderia dar uma seguridade mais sólida aos trabalhadores presentes em mais de uma associação. Já que em caso de moléstia ou

¹ Notícia de que os sócios se reuniram sob a presidência do Dr. Ferro Cardoso que informou a aprovação do estatuto pelo Conselho do Estado. Tem a ideia de apresentar para as eleições municipais dois candidatos para a câmara municipal a fim de representar a classe. Octaviano Hudson citou que o diretor do Arsenal de Guerra despediu 30 operários por vingança eleitoral. Os nomes indicados como candidatos à vereança foram Dr. Ferro Cardoso, Porto Alegre e Saldanha Marinho. Ocasão em que Saldanha Marinho negou a indicação. Não foi tirada nenhuma conclusão e o autor do texto diz que a Liga Operária arredou-se dos seus princípios da caridade e do progresso, assumindo posições políticas.

enfermidade, o associado receberia ajuda de todas aquelas em que fosse membro. O fato é que a necessidade de se associar e a presença em múltiplas sociedades são questões colocadas em paralelo e que se relacionam de maneira íntima.

Podemos pautar a existência e a importância das associações mutualistas no oitocentos por meio da segurança econômica que proporcionavam aos artistas e operários ou pela relação entre o trabalhador e uma sociedade em particular. Entretanto, quando ampliamos a ótica podemos perceber que existem interligações maiores entre os associados e suas múltiplas associações, como uma teia de conexões e contatos. No caso dos personagens aqui citados, podemos conceber que pela presença em diversas associações e irmandades, suas redes de sociabilidades fossem extensas, proporcionando acesso e laços com indivíduos importantes de seu ramo de trabalho.

Ao considerar o caráter econômico, precisamos refletir acerca do motivo pelo qual a dimensão da segurança e assistência financeira é necessária. Nesse sentido, devemos nos voltar um pouco ao contexto social das décadas de 1870 e 1880 que culminaram no estabelecimento de uma outra estrutura política. Período marcado por uma crise econômica que tem origem na Guerra do Paraguai, quando muitos combatentes retornaram sem nenhuma assistência por parte do Estado, sem condições de trabalhar decorrente das sequelas que carregavam. A crise também se dava pelos enormes gastos que o Império teve ao financiar o confronto.

Dessa maneira, o caráter econômico não deve ser desprezado se comparado com o espaço de formação, atuação e redes de sociabilidade que as sociedades podiam proporcionar. Na verdade, precisamos nos atentar que esta forma de seguro mútuo decorre de uma demanda financeira e parte dos próprios trabalhadores. É uma forma de proteção social construída por e para os trabalhadores. Assim, temos a percepção de um sistema de fundo coletivo que é apropriado para dar seguridade a vida dos associados.

Os trabalhadores enfrentavam a precariedade das condições de trabalho e moradia, convivendo com a incerteza de relações trabalhistas que não os garantiam direitos mínimos. As associações foram a forma que encontraram de lidar com uma realidade econômica instável e criaram um espaço de sociabilidade entre pares que proporcionou a formação de uma identidade de classes. Através do associativismo mutualista conseguiam suprir a necessidade "previdenciária" e se movimentar em busca de melhores condições de trabalho, forjando o início da construção das identidades das classes trabalhadoras no Brasil.

Conclusão

A expansão do associativismo, ainda que com padrões de funcionamento parecidos, mas prerrogativas de fundação diferentes, demonstram que os trabalhadores do século XIX também não eram iguais em seus anseios e orientações políticas. Associações mutualistas que funcionavam estritamente dentro daquilo proposto em seus estatutos possuem a mesma importância em relação àquelas que extrapolavam a finalidade proposta pelo crivo do Estado. A concepção de que a classe trabalhadora hoje não é homogênea, precisa também ser aplicada aos trabalhadores do oitocentos.

Ao apresentarmos aqui a presença de trabalhadores em múltiplas sociedades, consideramos que o associativismo era importante não só para a vida profissional dos trabalhadores, mas também para a vida cotidiana. Os espaços compartilhados por membros das sociedades em muitas ocasiões eram também culturais, como em caso de espetáculos ou peças em favor do cofre das associações. As redes de conexões e sociabilidade firmadas pelos personagens aqui expostos ultrapassaram o espaço associativo e ganhavam também as ruas de cidades. Sendo assim, o fenômeno do associativismo no século XIX ganha uma dimensão de análise que vai além do mundo do trabalho.

Referências

BATALHA, Claudio H. M. **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio HM. "Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente". **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **A "escravidão livre" na corte**: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da abolição). Tese de (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

DA FONSECA, Vitor Manoel Marques. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Arquivo Nacional, 2008.

LACERDA, David P. **Solidariedades entre ofícios**: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882). Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

MAROTTA, Marconi Cordeiro. **As sociedades do Império**: política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2015.

Fontes

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (AAMIRJ). Edições dos anos de: 1854, 1860, 1861, 1865, 1870, 1871, 1875, 1876, 1878, 1879 e 1883.

A Reforma, 17/08/1872, p. 2.

Correio da Noite, 24/01/1879, p. 4.

Estatutos Associação de Socorros Mútuos Liga Operária (ASMLLO). Coleção de Leis do Império de 1873.

Gazeta de Notícias, 03/07/1876, p. 1.
Gazeta de Notícias, 05/05/1889, p. 1.
Jornal do Comércio, 17/03/1878, p. 4.
Jornal do Comércio, 6/04/1886, p. 1.
Jornal do Comércio, 16/11/1886, p. 3.
O Cruzeiro, 22/07/1878, p. 2.
O Futuro, 18/10/1882, p. 2.
Tribuna Artística, 25/02/1872.

A HIERARQUIZAÇÃO DA CLASSE CAIXEIRAL DA CORTE ATRAVÉS DO ASSOCIATIVISMO E DA IMIGRAÇÃO

Guilherme Gonçalves Oliveira*

Introdução

O estudo da classe caixeiral¹ do Rio de Janeiro oitocentista nos permite enxergar um grupo de trabalhadores urbanos com uma notável amplitude hierárquica e intensamente marcado pela heterogeneidade de seus membros. Neste aspecto, enxergamos um corte dentro da classe, separando os caixeiros do topo da hierarquia, os guarda-livros e primeiros-caixeiros, em relação aos da base da hierarquia, que correspondem ao restante desses trabalhadores, que atuavam nas mais diversas funções dentro do pequeno comércio da Corte. Sobre a hierarquização da classe, Adriano de Sousa afirma que:

Ser caixeiro, no contexto oitocentista, significava trabalhar no comércio como empregado desenvolvendo um variadíssimo leque de funções. O termo era tão vago que existia toda uma hierarquia, nem sempre bem percebida nas fontes, para designar as diferentes funções desenvolvidas por esses trabalhadores. (SOUSA, 2018, p. 24)

Dois aspectos do trabalho caixeiral surgem como os principais agravantes desta divisão no interior da classe. Primeiro, a discrepância de remuneração entre os diferentes postos de trabalho. Segundo Lenira Martinho:

* Mestrado em História no PPGH-UFF. Orientado pela Professora Doutora Gladys Sabina Ribeiro. Participante do Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania - NEMIC. Bolsista do CNPq.

¹ Neste projeto, adotamos o conceito de “classe” aproximado aos termos “profissão” e “ofício”, como era próprio no vocabulário da classe trabalhadora brasileira no século XIX (MATTOS, 2008, p. 189-212).

Os guarda-livros recebiam salários mais altos e, já em 1818, criava-se o emprego de guarda-livros na alfândega da Corte, com o salário de 600\$000 réis anuais. Dentre os empregados do comércio, estes primeiros-caixeiros e guarda-livros eram os que formavam o grupo privilegiado em termos de nível de renda, e que tinham possibilidades de fazer sociedades ou participar dos interesses dos negócios de seus patrões. No caso dos caixeiros menos categorizados, aqueles que faziam apenas o atendimento em balcão, recebimentos, arrumação da loja etc., pudemos observar que o seu nível de renda deveria equiparar-se ao do trabalhador livre que tinha um ofício. Pelo menos é isto que nos sugere a comparação do salário de um trabalhador livre de construção no ano de 1827, com o salário de um caixeiro de armazém em 1826: enquanto o trabalhador deveria receber 28\$890 réis mensais, o caixeiro receberia o montante de 24\$000 réis. (MARTINHO, 1993, p. 45)

Diante de tais valores, podemos identificar uma diferença aproximada de 208% na remuneração de diferentes cargos da classe caixeiral, o que indica a aproximação dos guarda-livros e dos primeiros-caixeiros a uma parcela da população da capital com maior poder aquisitivo.

O segundo ponto de distinção se dá nas próprias condições de trabalho, pois os primeiros-caixeiros e guarda-livros detinham benefícios muito distantes da realidade de caixeiros menores. Estes, inclusive, estavam sujeitos à vigilância e punição dos primeiros, que atuavam como patrões na ausência dos mesmos (MARTINHO, 1993, p. 39). Porém, mesmo os caixeiros do topo da hierarquia estavam à mercê da benevolência de seus patrões no que se refere às suas condições de trabalho, pois dentro dos requisitos da profissão era necessário morar com o patrão, fosse em sua casa, ou no próprio estabelecimento. Isso também causava uma predileção por homens solteiros e sem filhos, de forma que compromissos familiares não interferissem em seu trabalho. Ademais, a rotina era desgastante, e como não haviam leis de regulamentação de horas de trabalho, era comum que caixeiros trabalhassem o dia todo, desde antes do seu estabelecimento abrir, até depois de seu fechamento. O trabalho aos

domingos também era recorrente, e a mescla da moradia com o local de trabalho apenas reforçava o caráter ininterrupto de suas obrigações (MARTINHO, 1993, p. 39 e 40).

A situação da classe caixeiral, composta em sua grande maioria por imigrantes portugueses, é a epítome do que Gladys Ribeiro classificou como a ideologia do trabalho a qual os imigrantes portugueses pobres estavam sujeitos ao virem para o Brasil do século XIX:

Obedeciam a uma condição básica para que a exploração burguesa fosse realizada mais do que a contento: a origem pobre e miserável. Com isto, não era tão difícil aceitarem o conselho do velho pai, ao embarcarem para o Brasil: submissão, respeito e fidelidade. Em troca, a subsistência, o auxílio e a solidariedade. (RIBEIRO, 1990, p. 29)

O tipo de estabelecimento em que o caixeiro atuava era um terceiro fator da hierarquização da classe caixeiral, porém, ao nosso ver, em menor grau de importância. Sobre isso, Fabiane Popinigi afirma que:

[...] havia também a hierarquia entre os que trabalhavam no que era informalmente chamado de “alto comércio” e aqueles do “baixo comércio”. O primeiro envolvia casas de comissão de café, importadoras e exportadoras de gêneros, escritórios e depósitos de escravos e negócios de atacado em geral. As casas de comércio a retalho – lojas de ferragens, armarinhos, farmácias e boticas e as de secos e molhados –, armazéns, bares e botequins e casas de pasto dependiam de um menor investimento de capital, e o trabalho também tendia a ter menor remuneração e a exigir menos qualificação. (POPINIGIS, 2017, p. 107)

Ao compreender a realidade ambígua de guarda-livros e primeiros-caixeiros, com características comuns tanto ao “mundo dos patrões”, tanto a situação de grande parte dos trabalhadores livres da Corte, nos parece esses caixeiros compunham um grupo muito peculiar da sociedade carioca por possuir os meios ou, pelo

menos, a crença de possuí-los para subir na hierarquia social urbana, em um momento de intensa estagnação da mobilidade social.

O “mundo dos patrões”

Com o intuito de aprofundar as possibilidades de ascensão social entre caixeiros, precisamos explicar como funcionavam os principais “caminhos” para o patronato. Para tal, iremos recorrer ao estudo de Fabiane Popinigis (1998, p. 16-17) sobre a peça *O caixeiro da taverna*, pois a trama principal da obra gira em torno das desventuras do primeiro-caixeiro de uma taverna para equilibrar seu casamento com seu plano pessoal de casar-se com a sua patroa viúva e tornar-se, enfim, o patrão do estabelecimento. Ainda que revestido pela sua finalidade cômica, o texto nos permite inferir a existência de outras situações análogas à do primeiro caixeiro Manuel. A sucessão do primeiro-caixeiro como “herdeiro” de um estabelecimento se explica pela proeminência deste nos negócios da casa, ou seja, uma vez que era ele quem, muitas vezes, efetivamente organizava o funcionamento do local, era visto como natural que ele se tornasse o patrão após o falecimento de seu chefe.

Uma outra possibilidade de ascensão do caixeiro pode ser vista na promoção de um primeiro-caixeiro para sócio de seu patrão. Para tal, eram necessários muitos anos de trabalho e muita confiança mútua. Esta última é um aspecto muito caro para o crescimento profissional de um caixeiro. Lenira Martinho (1993, p. 42) aborda a importância deste termo para a contratação de caixeiros, sendo muito comum nos anúncios de jornais a presença de recomendações e atestados de confiança em vagas de caixeiros tentando conseguir emprego. Adriano de Sousa corrobora esta visão, e nos ajuda a compreender a utilização desses laços como forma de controle dos patrões com seus empregados. Segundo o autor, “a fidelidade ao patrão era um elemento imprescindível ao caixeiro. Fidelidade aqui, diga-se, tem um sentido de passividade, obediência e lealdade para com seu empregador” (SOUSA, 2018, p. 24). Além disso, o autor

afirma que, algumas vezes, a possibilidade de uma sociedade era mais arriscada do que benéfica ao caixeiro, pois muitos patrões impunham a condição de que o caixeiro recém-promovido só tivesse retornos financeiros quando conseguissem igualar seus capitais, o que poderia levar muitos anos, ou, ainda, que recebesse apenas os valores que foram retidos em uma poupança obrigatória durante seus anos de trabalho. Dessa forma, na prática, o patrão conseguia alguém para partilhar suas despesas sem que isso afetasse seus lucros à médio prazo (SOUSA, 2018, p. 55).

O terceiro, e último, caminho que iremos abordar é por meio do associativismo de caixeiros do topo da sua hierarquia. Identificamos a existência de associações voltadas apenas para as frações mais privilegiadas da classe caixeiral, como, por exemplo, a *Associação dos Guarda-Livros* (RJ), fundada em 1869, e o *Club Beneficente dos Guarda-Livros*, fundado em 1877. O caráter restrito dos membros de ambas as associações é oficializado pelos seus estatutos².

Estes espaços acabaram por se configurar como meios para que guarda-livros se reunissem com seus pares e buscassem se inserir nas principais discussões econômicas e comerciais como forma de se aproximar da parcela da sociedade carioca que detinha o maior capital político e econômico. Neste sentido, a *Associação dos Guarda-Livros* (RJ) parece ter sido um dos principais expoentes dessa tentativa. Logo no primeiro parágrafo do primeiro artigo de seus estatutos, a *Associação* estabelece como um de seus fins primários:

Melhorar e ilustrar seus associados, difundindo a maior soma possível de instrução teórica e prática em todos os ramos de conhecimentos que interessam ao exercício, desenvolvimento e prosperidade do comércio em geral, e muito principalmente o do Brasil. (ASSOCIAÇÃO DOS GUARDA-LIVROS (RJ), 1870, p. 1)

Além disso, a *Associação* demonstra considerável preocupação na formação interna de seus membros, colocando como outros de

² Os estatutos de ambas as associações citadas se encontram disponíveis banco de dados digitais da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/legislacao>

seus objetivos, a aquisição dos melhores livros disponíveis em português acerca dos temas interessantes ao comércio, e a habilitação de seus associados em cursos voltados ao exercício de sua profissão.

Estas afirmações, aliadas à leitura de seu periódico, intitulado *Revista da Associação dos Guarda-Livros*, demonstra uma tentativa deste grupo em se tornarem personagens centrais do comércio brasileiro, tal qual seus patrões. Essa análise nos dá um arcabouço para questionarmos se a adesão destes trabalhadores ao imaginário e às práticas das elites econômicas se configura como uma espécie de ato de resistência às diversas dificuldades impostas à classe trabalhadora dos séculos XIX, ou como um esforço do topo da classe caixeiral para conquistar o protagonismo no mundo dos negócios. Um trecho da segunda edição da *Revista* nos oferece uma síntese dos objetivos da *Associação*:

A associação dos Guarda-Livros é exclusivamente composta de homens que exercem esta nobilíssima profissão, e por certo daqueles para quem o espírito de classe, o amor ao trabalho, o desejo de engrandecimento social, e o dever de fraternidade, são sentimentos nobres e generosos; daqueles que aproveitam as escassas horas que lhes sobejam de seus labores cotidianos, para na convivência íntima, na análise dos diversos problemas ainda não definidos, na discussão de teses que dizem respeito ao comércio, na luta enérgica, mas urbana, da palavra, cultivarem o espírito, desenvolverem as faculdades intelectuais, e ilustrarem-se pelo estudo. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDA-LIVROS (RJ), nº2, 1874, p. 1, grifo nosso)

Caixeiros portugueses e o antilusitanismo

Imbricados em disputas intra-classe, os primeiros-caixeiros e guarda-livros também encontravam dificuldades com o restante da população da capital. Por terem acesso a alguns direitos políticos e sociais que não eram partilhados pelo resto da classe trabalhadora, como o direito de serem eleitores, de participarem de associações políticas, e de isenção do recrutamento militar, estes profissionais

eram alvos constantes da antipatia do povo. A própria possibilidade de ascensão profissional era algo distante da realidade da grande maioria dos trabalhadores, e aumentava ainda mais o distanciamento desse estrato da classe caixeiral com o restante da classe trabalhadora.

Um fator importante dessa complicada relação dos caixeiros com a sociedade civil era o intenso antilusitanismo presente no Brasil oitocentista. Lenira Martinho (1993, p. 28) aborda este tema ao argumentar que a predominância dos portugueses nas vagas de emprego no comércio foi um dos grandes catalisadores dos movimentos antilusitanos após a Independência.

O monopólio português se explica pelo fato da grande maioria dos comerciantes do Brasil serem portugueses, e darem preferência para a contratação de compatriotas em seus negócios. Ainda segundo Lenira Martinho:

Para conviver em sua casa e trabalhar sob sua autoridade, o comerciante português preferia alguém recém-chegado do Reino a uma pessoa recrutada entre a população nativa, que ele temia, em quem não confiava e cuja ascensão social absolutamente não lhe convinha. O fato de uma grande maioria dos portugueses que para aqui emigravam destinar-se ao comércio, fundando seus próprios estabelecimentos, ou mesmo trabalhando de caixeiros, já era apontado pelos testemunhos de contemporâneos e cronistas da época. (MARTINHO, 1993, p. 78 - 79)

Portanto, com o comércio da Corte efetivamente controlado pelos portugueses, a narrativa da descrença dos brasileiros como bons trabalhadores ganhou cada vez mais força ao longo do século XIX (MARTINHO, 1993, p. 78 - 79). No entanto, cabe ressaltar que, apesar do preconceito e da dificuldade, diversos brasileiros conseguiram atuar como caixeiros, especialmente aqueles que, assim como uma alta parcela de portugueses, também iniciaram suas carreiras ainda na infância (SOUSA, 2018, p. 62).

Embora parcialmente cientes das dificuldades que enfrentariam em solo brasileiro, muitos portugueses pobres viam reais possibilidades de ascensão social com a mudança. No entanto, em um esforço de ocultamento da realidade dos imigrantes no Brasil, muitos empregadores conseguiam atrair portugueses esperançosos. Adriano de Sousa afirma que, com o passar dos anos, iniciaram-se tentativas de alertar a população portuguesa dos riscos que correriam:

As condições de trabalho na lavoura e no pequeno comércio carioca eram tão precárias que, a partir da segunda metade do século XIX, ganha força na imprensa portuguesa, assim como nos consulados espalhados no Brasil, a denúncia do engajamento de colonos lusos como uma forma de “escravidão branca”. (SOUSA, 2018, p. 61)

Porém, a difícil realidade de grande parte dos imigrantes portugueses não implicou em uma diminuição do antilusitanismo presente nos brasileiros. Principalmente naqueles que, insatisfeitos com o predomínio português no comércio a retalho da Corte, adotavam os estereótipos dos comerciantes lusos como pessoas mesquinhas e ignorantes, que intencionalmente vendiam produtos ruins, e estavam dispostos a enganar outros para enriquecerem. Érica Sarmiento (2012, p. 175 - 176) frisa que a literatura foi uma fonte fundamental para a divulgação desses preconceitos.

Este pensamento se expandiu e encontrou diferentes formas de manifestação ao longo do século XIX. Fabiane Popinigis (2017, p. 103), ao estudar a Abdicação de D. Pedro I, em 1831, encontrou um desses exemplos chegando até o Poder Legislativo, quando um grupo de militares e populares encaminhou um pedido exigindo que a Assembleia Legislativa se engajasse em coibir o monopólio português no comércio.

Sobre o mesmo período, Gladys Ribeiro (1997, p. 197) identificou a participação do trabalhador branco imigrante na construção de uma “barreira de cor”, que impedia o acesso da população negra, livre ou escravizada, nos melhores empregos e nos

direitos políticos básicos. Além disso, a autora atenta para o uso do caráter “nacional” das lutas de Independência como forma de ocultar o crescente preconceito racial da população (RIBEIRO, 1997, p. 311). Desta forma, permite inferir que gradativamente o imigrante português ia, intencionalmente ou não, desagradando os brasileiros e alimentando o antilusitanismo.

A linguística também é um ponto importante para estudarmos a lusofobia. Érica Sarmiento se aprofundou no uso da palavra “galego”, identificando que:

O “galego” era aquele imigrante, normalmente o português dono de botequim ou de pensão, que estava em contato direto com as classes mais baixas da população e que para conseguir ascender economicamente não poupava meios, roubando a clientela, vendendo produtos de pior qualidade ou vivendo em condições precárias para juntar a sua sonhada fortuna. (SARMIENTO, 2012, p. 175)

Por fim, para entendermos a relação do comércio a retalhos com a lusofobia, ressaltamos a análise de Fabiane Popinigis, que coloca como ponto incontornável dessa questão, as estratégias de portugueses para manter o comércio do Rio de Janeiro como uma “reserva de mercado dos postos de trabalho”, sobretudo dentro da profissão dos caixeiros, por quase todo o século XIX. Para a autora, “o sucesso dessa estratégia foi, em grande parte, responsável pela lusofobia e conflitos étnico-raciais, acirrados em momentos de crise social e política” (POPINIGIS, 2017, p. 125).

Portanto, há de se compreender que o pequeno comércio da Corte foi um ponto de destino muito comum para imigrantes portugueses no Brasil oitocentista. Ademais, a função de caixeiro foi ocupada, sobretudo, por jovens portugueses que aspiravam subir na hierarquia do mundo dos negócios. Dessa forma, podemos enxergar o trabalho caixeiral como um dos principais atores do intenso fluxo migratório de homens livres entre Portugal e Brasil, e da imbricada relação entre ambos os povos, que teria no antilusitanismo brasileiro uma de suas principais expressões.

Conclusão

Ao explorar suas dinâmicas intra-classe, percebemos que a marcante hierarquização do trabalho caixeiro pode ter sido um dos obstáculos para uma maior união da classe em prol de seus interesses e benefícios. De um lado, vassouras, e outros da base da hierarquia, se ressentiam com a proximidade de guarda-livros e primeiros-caixeiros com seus patrões, e com o rígido controle que os primeiros aplicavam sobre os mais novos. Do outro, caixeiros mais ilustrados e respeitados, tentando sobreviver ou na esperança de alcançarem a riqueza, se agarravam aos ideais dos grandes comerciantes, permitindo constantes abusos destes e se distanciando do restante da sua classe. O surgimento de associações voltadas exclusivamente para frações da classe caixeiral é sintomático deste distanciamento.

A relação entre caixeiros e o restante da sociedade civil foi constantemente marcada pelo forte sentimento antilusitano que circulava no Brasil no século XIX. Sendo uma classe composta majoritariamente por portugueses, é seguro afirmar que os caixeiros, principalmente os pertencentes à base da profissão, foram um dos principais alvos desse preconceito. Ainda assim, um número expressivo dos portugueses que chegaram ao Brasil no período vieram com a intenção de ocuparem os postos do pequeno comércio carioca, comprovando a importância deste no intenso movimento migratório de trabalhadores pobres vindo se estabelecerem no Brasil.

O próprio Governo Imperial foi um importante catalisador desse movimento, promovendo leis e incentivos para que imigrantes viessem e fossem parte fundamental do processo civilizatório do país, que superaria a identidade escravista, marcada no território brasileiro desde 1500 (MENEZES, 2017, p. 9-13).

Além de terem participação fundamental na criação da construção da nacionalidade brasileira, esses imigrantes, especialmente os portugueses, tiveram de batalhar em processos de “assimilação” e

“preservação” de suas identidades, de forma a sobreviverem em suas novas realidades (ALMEIDA, 2014, p. 275 e 276).

As associações brasileiras do século XIX ofereciam espaços seguros para grupos em condições desfavoráveis, e permitiam que trabalhadores se organizassem, mas também estudassem e se aperfeiçoassem profissionalmente. Esta prática foi muito comum nas associações de caixeiros, através das “aulas de comércio”. Destarte, se alimentava o ideário da formação de caixeiros para ocuparem os principais postos da profissão³. Por fim, associações exclusivas de caixeiros do topo da hierarquia profissional, como a *Associação dos Guarda-Livros* (RJ), foram além dos interesses comuns do associativismo brasileiro, e se configuraram como meios para que guarda-livros e primeiros-caixeiros buscassem formas e alimentassem seu sonho de alcançar o “mundo dos patrões”.

Referências

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Associativismo, Proteção Social e Poder Público no Segundo Reinado: Mutuais e Beneficentes na Pluralização do Espaço Público da Corte (1860-1882)**. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS GUARDA-LIVROS (Rio de Janeiro). **Estatuto da Associação dos Guarda-Livros**. Anexo ao Decreto no 4.475, de 18 de fevereiro de 1870, que aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Corte. Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, Rio de Janeiro, 18 fev. 1870.

³ Fabiane Popinigis ressalta que as exigências para participar das aulas acabavam por afastar grande parte dos caixeiros pobres. Dentre elas, a necessidade de alfabetização, pagamentos, e tempo livre se destacam como as mais restritivas (POPINIGIS, 2017, p. 118).

MARTINHO, Lenira Menezes. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, (biblioteca carioca, v.4).

MATTOS, Marcelo B. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. v. 1. 239p.

MENEZES, Lená M. Discursos em oposição: Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945). **Confluente**, Bologna, v. 9, p. 6-24, 2017.

POPINIGIS, Fabiane. "Esperança e fraternidade": o papel do associativismo na defesa do ofício e na reserva de mercado do trabalho no comércio para os portugueses Rio de Janeiro, século XIX. In: Ribeiro, Gladys Sabina; Terra, Paulo Cruz; Popinigis, Fabiane. (Org.). **Portugueses e cidadãos**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, v. , p. 101-128.

_____. **Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)**. (Dissertação de mestrado em História) Unicamp, Campinas, 1998.

Revista da Associação dos Guarda-Livros, n.2. Rio de Janeiro, ano 1, de 28 de fevereiro de 1874. Publicado entre 1874-75, sob responsabilidade da Associação dos Guarda-Livros (RJ).

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1997. V.1. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas.

_____. **Mata Galegos: Os Portugueses e Os Conflitos de Trabalho na República Velha**. 1. ed. SAO PAULO: BRASILIENSE, 1990. v. 129. 68p.

SARMIENTO, Érica. Imigração galega e portuguesa: estratégias de sobrevivência e cotidiano no Rio de Janeiro (1850-1930). In: Hugo Cancino; Rogelio de la Mora; Lená Medeiros de Menezes; Silvano G. A. Benito Moya. (Org.). **Miradas desde la Historia social y la Historia intelectual. América Latina en sus culturas: de los procesos independistas a la globalización**. 1ed.Córdoba: ed.

Córdoba: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S.A. Segreti; Facultad de Filosofía y Hum, 2012, v. 1, p. 175-186.

SOUSA, Adriano Ferreira de. **A laboriosa classe caixeiral**: relações de trabalho e associativismo no comércio de Salvador (1875-1889). Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal da Bahia, 2018.

NOTAS DE PESQUISA SOBRE A JUSTIÇA DO TRABALHO NO PERÍODO DA DITATURA MILITAR

Vitória de Oliveira Barroso Abunahman*

A minha pesquisa de doutorado visa compreender como a Justiça do Trabalho lidou com as modificações feitas pelo governo militar em relação ao seu poder de determinar índices salariais em ações coletivas. A partir disso, será possível estudar os espaços de possíveis para a classe trabalhadora nas ações coletivas trabalhistas que versavam sobre aumentos salariais. As fontes utilizadas são acórdãos da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro dos anos de 1961 até 1978. O presente trabalho visa apresentar algumas questões sobre como a historiografia interpretou a atuação do judiciário trabalhista nesse momento histórico e os caminhos metodológicos adotados pela presente pesquisa.

A historiografia progrediu na compreensão de que o sistema corporativo que levou os conflitos entre capital e trabalho para dentro da estrutura do Estado não impediu a ação direta dos sindicatos. O trabalho de Fernando Teixeira da Silva (2019) demonstrou como as greves continuaram a ser um importante instrumento de luta para a classe trabalhadora, principalmente nos meses anteriores ao golpe de estado de 1964. Outra questão levantada pelo historiador, ainda não explorada pela historiografia, é o grande número de acordos realizados de modo privado entre as partes, sendo reservado ao judiciário do trabalho somente a função de verificar a legalidade do que foi acordado. Esse é o segundo indício que ainda existia um espaço aberto para o entendimento direito entre capital e trabalho, sem a interferência direta do Estado.

* Doutoranda em História no PPGH-UFF, orientada por Laura Antunes Maciel. Bolsista CNPq.

Quando seguimos para os trabalhos que estudaram o período subsequente ao golpe de 1964, encontramos uma interpretação sobre a Justiça do Trabalho semelhante à do período democrático iniciado em 1946. Guardada as diferenças, as pesquisas de Larissa Rosa Correa (2013), Claudiane Torres da Silva (2015) e Paulo Henrique Silveira Damiano (2021), indicam que a Justiça do Trabalho foi um importante espaço de luta para os trabalhadores durante um período em que as liberdades democráticas estavam suprimidas. Essa conclusão está relacionada ao fato de que o resultado das sentenças coletivas julgavam índices de reajuste salarial superiores ao informado pelo poder Executivo.

Para o leitor que não está familiarizada com a questão, uma breve apresentação sobre a normatização dos reajustes salariais. Por muitas décadas, a Justiça do Trabalho foi a responsável por determinar os reajustes salariais de diversas categoriais, tendo uma importante função para a econômica brasileira ao regular os índices salariais, interferindo diretamente nos lucros das empresas e no poder de compra da classe trabalhadora urbana. De 1946 até 1965 não existia nenhuma lei que determinava sobre quais parâmetros os juizes do trabalho deveriam reajustar os salários nos dissídios coletivos. Através da leitura dos acórdãos do período, percebe-se que se formou um entendimento jurisprudencial de que as sentenças deveriam basear-se nos índices de crescimento do custo de vida, em vista de evitar a desvalorização dos salários e manter o poder de compra da classe trabalhadora. Após o golpe, a burocracia da área econômica considerava que “os trabalhadores estavam auferindo salários além daquilo que era suportável para a economia brasileira, acima da produtividade nacional” (COSTA, 1996, p. 38).

A chamada disciplina salarial era um dos principais planos da ditadura para estabilizar a economia brasileira. A partir da lei 4725/1965, conhecida como lei do arrocho, os salários deveriam ser reajustados segundo “o salário real médio da categoria nos últimos vinte e quatro meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa”. A lei não surtiu os efeitos desejados,

sendo lançado o decreto-lei número 17 em 1966, determinando que “o Executivo publicará mensalmente [...] os índices para reconstituição do salário real médio”. Os trabalhos historiográficos já citados anteriormente consideram que essas normativas reduziram o poder normativo da Justiça do Trabalho, entretanto, os juízes não seguiram a normativa literalmente, julgando reajustes superiores aos estimados.

É perceptível em grande parte dos atuais trabalhos historiográficos sobre a Justiça do Trabalho a concepção de que o judiciário é uma arena de disputas, na qual os dominados possuem maiores possibilidades de conquista que no espaço privado das relações de trabalho. Essa conjuntura é possibilitada pela existência de uma lei que regulou o contrato de trabalho, limitando o árbitro dos empregadores. É inevitável apontar que essas interpretações são fortemente influenciadas pela concepção do historiador britânico E.P Thompson (1987) sobre a lei e o direito. Lei e o Direito são analisados sobre suas ambiguidades. De um lado, legitima a ordem capitalista, de outro possibilita a conquista de direitos pelos dominados que limitam a sua sujeição. Partindo dessa interpretação, Fernando Teixeira da Silva compreender a Justiça do Trabalho como “uma arena de conflito em diferentes contextos históricos, um campo de negociação entre forças sociais desiguais, mas em que os trabalhadores contam com direitos reconhecidos sobre ‘os mais fortes’” (SILVA, 2019, p. 34).

É perceptível que nesses estudos existe uma ênfase no modo que a classe trabalhadora se apropriou da lei como um instrumento de luta. Entretanto, essa visão acaba não considerando as especificidades do Direito, colocando em segundo plano a própria atuação dos juízes e a forma que o judiciário estava organizado. Para melhor compreender o modo que essa visão impactou as pesquisas sobre a Justiça do Trabalho, retomarei brevemente algumas considerações feitas sobre o judiciário trabalhista no momento da ditadura militar.

Paulo Henrique Damiano concluiu que as ações coletivas abertas durante o período ditatorial era uma “forma de resistência da classe trabalhadora frente às políticas autoritárias da ditadura” (DAMIÃO, 2021, p. 1). Ao analisar o resultado das sentenças coletivas, verificou um comportamento de resistência dos juizes para seguir as determinações do Executivo, considerando isso como um ato de intervenção na política salarial. A conclusão é de que o “tribunal buscou atuar com vistas em uma correção salarial mais justa para os trabalhadores, deferindo reajustes que realmente contribuíram para recuperação do poder aquisitivo dos assalariados” (DAMIÃO, 2021, p. 21). Sua pesquisa não compreendeu os motivos que levaram os juizes a sentenciar daquela forma, além de existir uma sobrevalorização dos ganhos dos sindicatos.

Já Claudiane Torres da Silva estruturou uma análise que analisou mais de perto a atuação da magistratura nos julgamentos de dissídios coletivos após as novas leis sobre a política salarial. A historiadora também observou que os índices de reajustes salariais julgados pelo TRT do Rio de Janeiro era superior ao informado pelo Executivo, refletindo que “as concessões dadas pelo tribunal não representavam apenas a simpatia ou mesmo entendimento sobre uma determinada matéria do direito. Foi, também, uma mobilização interna dos magistrados para garantir certa autonomia nas decisões normativas do tribunal” (SILVA, 2015, p. 186). Ou seja, todo o seu trabalho pauta-se na ideia de que os magistrados do trabalho durante o período da ditadura lutaram para manter a sua autonomia nos julgamentos sobre os índices de reajuste.

A pesquisa de Claudiane Torres da Silva aponta uma questão importante. Após o golpe, é perceptível que ao longo dos anos a legislação cada vez mais concentrava poderes ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A legislação possibilitou novas prerrogativas nos recursos para o Tribunal Superior, dando uma maior força no momento de reformar as sentenças dos TRTs. Já o decreto-lei número 17 de 1966 definiu que o tribunal superior seria o responsável por expedir normativas equiparáveis a lei, através de

prejulgados, que determinariam como os TRTs deveriam aplicar os índices de adaptação dos índices de reajuste de salário real médio ao caso concreto. Para Silva, os prejulgados “faziam parte de um conjunto de regulamentações que passaram a reger o regime civil-militar buscando consolidar uma nova ordem em vista da regulamentação dos dissídios coletivos” (SILVA, 2015, p. 14).

É visível que o Tribunal Superior do Trabalho exerceu um papel de normatizar as ações dos Tribunais Regionais no que se refere ao julgamento das questões salariais. Os prejulgados visavam unificar a forma que os magistrados da instância inferior interpretavam o parágrafo primeiro do primeiro artigo do decreto-número 17 de 1966. No decorrer do trabalho de Claudiane Torres da Silva é possível perceber certa dificuldade em ponderar sobre a função do TST. A autora deixa claro que o tribunal superior era um “bojo de apoio aos projetos econômicos e políticos” (SILVA, 2015, p. 73) do Executivo, ressaltando a ligação que esses juízes possuíam com aquele poder, em razão das nomeações para o cargo serem realizadas pelo presidente da república.

Entretanto, em diversos momentos, Silva retrata o TST como ele se fosse um braço do poder Executivo, e não uma instância da Justiça do Trabalho. Ao falar sobre o prejulgado número 56, aponta que “o governo lançou outro instrumento a fim de dificultar a luta via judiciário trabalhista apresentando mais um prejulgado na tentativa de padronizar as decisões coletivas” (SILVA, 2015, p. 183). Quem expediu o prejulgado não foi o “governo”, sim uma instância do próprio judiciário. Ou seja, seguindo a sua linha de raciocínio, mas trocando os termos, a instância superior da Justiça do Trabalho decretou uma normatização que limitava as possibilidades dos sindicatos de alcançar melhores aumentos nos dissídios coletivos. Além do mais, acrescento que as determinações do TST acabavam limitando a própria “autonomia” dos juízes nos TRTs.

Caímos em uma contradição. Se a Justiça do Trabalho foi um importante espaço de luta para os trabalhadores no momento da ditadura militar, como explicar a atuação do TST, instância da

própria Justiça, que acabou limitando os espaços de possíveis para os sindicatos nas suas reivindicações salariais e cerceou as atividades dos Tribunais Regionais? As pesquisas acabam interpretando a Justiça do Trabalho como bipartite. As Juntas de Conciliação e Julgamento e os Tribunais Regionais são interpretadas como espaços nos quais trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos podem ter mais vitórias. Já o Tribunal Superior é caracterizado como uma instância mais “conservadora” e alinhado a interesses que não são dos trabalhadores. É certo que há divergências entre as instâncias, mas a Justiça do Trabalho é um único ramo do poder judiciário. As decisões do TST não podem ser descolocadas, principalmente aquelas que buscaram uniformizar a maneira que os juízes da instância inferior iriam mobilizar a legislação existente.

Não se pode negar que o Tribunal Superior do Trabalho teve uma função importante para a manutenção da política do arrocho salarial, que visava “depreciar o preço da força de trabalho, incrementando a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos” (COSTA, 1996, p. 23). A Justiça do Trabalho foi conivente com uma política de Estado que intensificou a exploração do trabalho. Em 1965, logo após a decretação da lei do arrocho salarial, alguns sindicatos arguíram uma preliminar de inconstitucionalidade da lei 4725/65, alegando que ela estava contrária as normas da Constituição Federal de 1946 por ferir o poder normativo dos juízes (SILVA, 2015, p. 159). A preliminar foi negada nos processos pelos juízes, com a argumentação de que a lei não feria o poder normativo. Nas palavras do juiz Gustavo Câmara Simões Barbosa, a lei em questão “não se atritou com a Constituição, antes complementou alguns de seus dispositivos, deixando ampla autonomia e liberdade na sua aplicação” (Dissídio Coletivo 13/66, grifo nosso). Ou seja, na visão majoritária vigente naquele momento, os próprios juízes legitimaram a lei e consideraram que ela não limitava as suas ações.

Considero que a historiografia ainda tem um longo caminho para percorrer para compreender a atuação da Justiça do Trabalho e a relação da classe trabalhadora com essa instituição. Um primeiro

ponto é que as análises enxergam o papel da Justiça do Trabalho no período anterior a 1989 com certo anacronismo. O judiciário trabalhista de hoje é sensivelmente diferente do outrora em sua função social, competências e constituição.

O primeiro concurso da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro foi realizado em 1955, antes disso todos os indivíduos que compunham o quadro de magistrados haviam sido indicados pelo presidente da república. Nesse momento, laços pessoais e/ou ideológicos eram essenciais para a conquista do cargo. Além disso, era visível que muitos dos indivíduos que construíram a Justiça do Trabalho nos seus anos iniciais eram ligados a ideologia católica. Alessandra Silva (2020) destacou como determinados ministros do TST mobilizaram argumentos pautados na doutrina social católica em seus julgamentos no momento de criminalizar movimentações grevistas que extrapolaram os limites legais.

A realização de concursos públicos fizeram com que o espaço do judiciário trabalhista fosse tomado pouco a pouco por juristas que construíram as suas carreiras na advocacia ligada ao movimento sindical. A experiência desses novos juízes e juízas, influenciada pela vivência profissional ao lado da classe trabalhadora, fundou um novo modo profissional na magistratura do trabalho. Isso é perceptível no início do movimento de valorização salarial do magistrado do trabalho, que recebia os menores proventos dentro do judiciário brasileiro¹.

Por mais que a estrutura do judiciário trabalhista começasse a ser irrigada com esses novos profissionais, levou tempo para que eles conseguissem alcançar proeminência na carreira. É comum relatos de pessoas que levaram anos para conseguir promoção para ocupar cadeiras nos Tribunais Regionais. Destaco o caso da juíza Anna Acker, que foi perseguida politicamente durante a ditadura e

¹ Os relatos podem ser encontrados no livro *História e Histórias*, publicado pela AMATRA I no ano de 2008.

levou década para ser promovida para a segunda instância, mesmo figurando na lista de promoção por diversas vezes².

Em um estudo realizado por Morel e Pessanha (2007) foi analisado o perfil da magistratura do trabalho brasileira no início do século XXI. É descoberto que o judiciário trabalhista naquele momento possuía um perfil heterogêneo, com uma boa presença feminina e de indivíduos com origem em classes sociais menos abastadas. Não existem estudos sobre a magistratura do trabalho na sua formação, mas pelas informações que temos é possível inferir que tal democratização ocorreu após a Constituição de 1988. Para as historiadoras, a “crescentemente as aspirações de democratização interna da carreira, como também de uma maior intervenção ‘externa’, como tão bem se revelou na luta da instituição contra o trabalho análogo ao escravo” (MOREL E PESSANHA, 2007, p. 98).

Muitos trabalhos historiográficos sobre a Justiça do Trabalho em algum momento do texto fazem referências aos ataques que o judiciário trabalhista recebe de setores da população, principalmente após a reforma trabalhista feita pelo governo Temer. É inquestionável que o papel atual da Justiça do Trabalho na defesa dos direitos dos trabalhadores. Droppa e Biavaschi demonstraram como o judiciário trabalhista “posicionou-se no sentido de colocar freios à expansão indiscriminada da terceirização, como maior força [...] no período de 2001-2010” (Droppa e Biavaschi, 2018, p. 128). Hoje em dia a Justiça do Trabalho acaba sendo um empecilho para a expansão da acumulação capitalista, sendo um órgão que limita a popularização de formas de contratação precárias da atual fase do capitalismo. Ou seja, a redução do seu funcionamento é algo essencial para a expansão do capital.

Conjuntura diferente temos no momento de surgimento da Justiça do Trabalho, que cumpria um papel importante para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a estabilização do

² É possível acessar a trajetória da juíza através de uma entrevista concedida ao programa de história oral do TRT 1º Região. Disponível em: <https://www.trt1.jus.br/web/guest/programa-de-historia-oral>. Acesso em 2 de março de 2023.

confronto entre patrões e empregados e a consolidação das relações capitalistas de trabalho. Nesse sentido, para Lindolfo Collor “Capital e Trabalho, no Brasil, tem função brasileira a cumprir, e essa função se há de realizar dentro dos mais rigorosos ditames da justiça.” (COLLOR, 1990, p. 186). No momento de sua criação e durante várias décadas, o judiciário trabalhista era uma importante arma do Estado para a normatização das relações de trabalho. E essa sua função foi utilizada com afinco pelo governo ditatorial militar, com a complacência e apoio dos seus juízes.

Com o exposto acima, é visível que não se pode interpretar a Justiça do Trabalho do século XX com os olhos do século XXI, com a possibilidade de cair nas armadilhas do anacronismo. Por mais que a instituição tenha se mantido com a mesma estrutura ao longo de três Constituições Federais diferentes, a sua função foi modificada, assim como a sua utilização pela sociedade brasileira.

Outra questão que merece ser avaliada é como as pesquisas se apropriaram do conceito de lei e direito de Thompson como perspectiva metodológica para a compreensão do funcionamento do judiciário do trabalho. Um primeiro ponto é que Thompson está escrevendo sobre o surgimento do Estado de Direito burguês na Inglaterra. Florestan Fernandes (2020) aponta que o processo de revolução burguesa brasileiro diferiu dos modelos clássicos francês e inglês. Uma das principais disparidades é que a burguesia brasileira não surgiu como um elemento que buscou romper com a ordem estabelecida. O risco de uma revolução democrática à continuidade do controle burguês impactou na forma que a burguesia brasileira se constituiu como classe. Invés de uma oposição direta aos interesses dos grandes latifundiários exportadores, ocorreu uma associação entre ambos. Ou seja, o processo de formação e consolidação da dominação burguesa sobre as bases do capitalismo não se efetou sobre a destruição das formas pretéritas, a partir de uma revolução democrática, sim a partir de uma conformação com os interesses agrários.

A necessidade pela manutenção da ordem impediu que a democracia brasileira se expandisse do mesmo modo que ocorreu no modelo clássico europeu. O Estado de Direito defendido por Thompson em seu texto, como um “bem humano incondicional”, não existiu da mesma forma no Brasil. Com isso, as possibilidades abertas por essa conjuntura em relação à participação política dos dominados e limitação da arbitrariedade dos dominantes e do próprio Estado foi essencialmente diferente do caso inglês para o brasileiro. Enquanto na Inglaterra o aprofundamento da revolução burguesa levou a uma expansão dos direitos para toda a população, no Brasil temos o surgimento de um Estado ditatorial que trabalhou para retirar direitos sociais e políticos que haviam sido conquistados a duras penas, além da eliminação física de uma parte dos seus oponentes.

Além do problema apresentado acima, a adoção metodológica dos conceitos de Thompson não permite pensar a especificidade do trabalho jurídico. Há uma ênfase exacerbada na possibilidade dos indivíduos em se apropriarem da lei e do direito, que passa a ser vista como um instrumento para as classes dominadas. Com essa arma em mãos, trabalhadores e trabalhadoras acessam o judiciário, entendido como uma arena de conflitos. Fica uma lacuna sobre como funciona o judiciário, como estão organizados os juízes e suas motivações nos seus julgamentos, além de compreender a função daquela instituição para a sociedade brasileira. Claudiane Torres da Silva (2015) tentou fugir das armas metodológicas que amarram os outros trabalhos, mas ao explicar a atuação do Tribunal Regional do Trabalho caiu na argumentação de defesa de autonomia sem explicar os seus pormenores. Além de que teve dificuldades em explicar o papel normatizador do TST para com a instância inferior.

Por esses motivos, estruturei a minha pesquisa de doutorado tendo como base a metodologia do campo elaborada por Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, o campo é um microcosmo social dotado de leis próprios. É um espaço que guarda uma relativa autonomia em relação ao macrocosmo, que reuni os demais campos

sociais. Como esse artigo tem como proposta apresentar alguns pontos que estruturam a minha pesquisa de doutorado, apresentarei de modo breve como essa metodologia auxilia no entendimento sobre a Justiça do Trabalho, sem entrar nos pormenores da teoria.

O campo jurídico é um “universo social relativamente independente em relação às pressões externas” (BOURDIEU, 1989, p. 211). Bourdieu indica nessa passagem que o campo é constituído de uma relativa autonomia, que é marcada duplamente, pelas lutas de concorrência entre os agentes pertencentes ao campo, para dar sentido ao direito, e pela lógica específica das obras jurídicas. Essa ideia é importante para compreender os movimentos dos Tribunais na interpretação da nova política salarial do governo militar. Indiquei acima que os juízes eram coniventes com o arrocho, mas isso não significa uma total submissão aos desígnios da burocracia estatal. As necessidades da área econômica foram traduzidas para o conflito jurídico, no qual os agentes jurídicos passaram a disputar como as novas normas deveriam ser aplicadas ao caso concreto. Identificar nas fontes essas disputas é de suma importância para compreender a questão da autonomia.

Felipe Araújo Castro, ao estudar o campo jurídico nacional, percebeu que a relativa autonomia do direito brasileiro é reduzida em relação ao campo político. Em suas palavras, existe uma relação “especialmente interdependente com os campos políticos e econômicos, muito em função da homogeneidade existente entre suas elites” (CASTRO, 2018, p. 61). Outro fator relevante, é que no caso brasileiro os juízes possuem uma posição hierárquica superior aos outros bacharéis, tendo maiores poderes para determinar o sentido do direito.

Outro fator relevante é que no campo do direito, existe uma tendência dele operar “como um aparelho na medida em que a coesão do *habitus* espontaneamente orquestrados dos intérpretes é aumentada pela disciplina de um corpo hierarquizado o qual põe em prática procedimentos codificados de resolução de conflitos...” (BOURDIEU, 1989, p. 214). Com essa perspectiva, podemos traçar

um caminho para entender a atuação do Tribunal Superior do Trabalho durante o período da ditadura.

A historiografia já demonstrou que os juízes dos Tribunais Regionais tendiam a julgar aumentos salariais superiores ao estimado pela lei do arrocho. Durante a minha pesquisa inicial nas fontes já verifiquei essa tendência, entretanto, é necessário aprofundar os motivos que levaram os juízes a ter esse comportamento. De todo caso, fica claro que o governo ditatorial atribuiu ao TST a competência de normatizar a forma que os juízes estavam calculando os índices de reajuste, evitando interpretações divergentes sobre a lei do arrocho salarial. Com isso, é verificado que o campo possuía mecanismos próprios para estabelecer a forma correta de aplicar a política de Estado relativa aos aumentos salariais. Todas essas questões merecem ser avaliadas de modo mais aprofundado, mas são indicativos que a metodologia do campo pode contribuir para compreensão dos efeitos da política salarial na Justiça do Trabalho.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand, 1989.
- CASTRO, Felipe Araújo. **Genealogia histórica do campo jurídico brasileiro: liberalismo-conservador, autoritarismo e reprodução aristocrática**. Tese de doutorado. PPGD, Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- DAMIÃO, Paulo Henrique Silveira. Reivindicar e resistir: conflitos coletivos de trabalho de Juiz de Fora (MG) na Justiça do Trabalho durante a ditadura brasileira (1964-1974). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 13, p. 1-25, 2021.
- MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. A justiça do trabalho. **Tempo Social**, v. 19, p. 87-109, 2007
- SILVA, Claudiane Torres da. **O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1979)**. Tese de doutorado CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964.**

São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO E A PESQUISA COM DOCUMENTOS JUDICIAIS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO DA RESISTÊNCIA DOS ENTREGADORES NO RIO DE JANEIRO

Lucas Santos Souza*

Introdução

Os entregadores de aplicativo têm aparecido nesta terceira década do século XXI com grande destaque no que tange os estudos do atual mundo do trabalho. Seja pelo seu crescimento exponencial nos últimos anos, por sua relevância relacionada à logística e aumento do desemprego no contexto de pandemia do SARS-COVID-2, ou ainda por bem sintetizar a dinâmica do trabalho precarizado e plataformizado no país, os entregadores ganharam maior visibilidade, seja em termos midiáticos ou nos estudos acadêmicos. Tendo isto em vista, este texto traz algumas reflexões acerca das possibilidades de investigação sendo o objeto, a partir da perspectiva da História Social do Trabalho, estes agentes, mais especificamente suas ações de resistência frente à degradação das condições laborais relacionadas à chegada dos aplicativos. De modo complementar, compõe este texto uma discussão sobre como o tipo de documento aqui privilegiado está relacionado à História Social do Trabalho.

O *delivery* e o trabalho precário

Conforme é possível observar a partir da discussão global sobre o tema (KALLENBERG, 2010), o trabalho precário hoje aparece

* Doutorando em História no PPGH-UFF, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Cruz Terra. Bolsista pela Faperj.

como tópico fundamental dentro dos estudos sobre o mundo do trabalho. Sendo assim, valem trazer algumas observações. Em primeiro lugar, de forma bem genérica, é possível pensar que o trabalho precário aparece como o antônimo de trabalho seguro, que também é conhecido como “emprego padrão”. Estamos aqui nos referindo ao trabalho regulado por Leis trabalhistas, com proteção e seguridade social, jornadas limitadas, com eventualidade, ganhos minimamente controlados e previsíveis pelo trabalhador, entre outros itens. Assim, a precarização, de modo simples e genérico, aparece contida na atividade que possui a incerteza e insegurança como marca chave, além dos riscos excessivamente colocados sobre o trabalhador (VARELA, 2017).

Muitos são os estudos das últimas décadas que tem abordado a temática da precarização, e isto pode ter relação com o desmonte do Estado Social do Norte Global, avanço das políticas de desregulamentação neoliberal ao redor do globo, e a dinâmica dos fluxos migratórios e as consequentes “crises” no centro do capitalismo (RONCATO, 2019). Contudo, é fundamental destacar que o trabalho precário, dentro da história do capitalismo (LINDEN, 2017), não é uma novidade, embora alguns estudos tendam a fazer a abordar o tema desta forma. O que se trata de uma anomalia histórica é o emprego padrão, que costuma estar associado à ação de resistência e negociação da classe trabalhadora no pós-guerra na Europa. Aliás, a disputa por melhorias nas condições de trabalho, através da luta por direitos, organização proletária e ações antissistêmicas, faz parte da própria expansão do capitalismo, da mesma forma que dá sentido à história classe trabalhadora, com avanços e recuos ao longo do tempo. Ou seja, é através da luta de classes que podemos enxergar a criação do “emprego padrão” do século XX, ainda que ele tenha sido restrito à parcela da classe trabalhadora europeia masculina e não-imigrante (BETTI, 2017).

Neste sentido, ao abordarmos a precarização do trabalho, é fundamental compreender que o aumento da exploração laboral faz parte dos movimentos do capital, e sua dinâmica – que pode

aparentar uma “diminuição”, mas que na verdade está relacionada à correlação de forças e a relação entre mais valor absoluto e relativo – precisa sempre ser compreendida dentro de determinado contexto. No caso brasileiro, por exemplo, não podemos falar da generalização – ainda que restrita – de um emprego protegido e regulado ao longo do último século (DRUCK, 2013). À herança da escravidão se somam a rápida e recente urbanização (MATTOS, 2019) e a dinâmica de trocas desiguais de um país periférico do Sul Global (SOARES, 2022). Isto, sem deixar de levar em consideração que a própria história do desenvolvimento capitalista no país e as especificidades da formação dos proletariados nas distintas regiões fez com que, assim como na maior parte do globo, o trabalho precário fosse uma das marcas da existência da classe trabalhadora local.

Assim, ao pensar no caso dos entregadores – que tem sua gênese nos principais centros urbanos brasileiros na década de 1990 –, é essencial destacar que estamos nos referindo a um trabalho que tende a ser informal, com riscos, inseguro e muitas vezes incerto (BARBARIC, 2016). A partir da chegada dos aplicativos, os traços de precariedade na atividade aumentaram ainda mais. Em outro aspecto, cabe assinalar que a questão da ideologia do empreendedorismo parece ter um papel a ser investigado dentro da dinâmica das entregas, pois tem grande diálogo com a lógica das entregas plataformizadas e tende a atuar de modo individualizante dentro da categoria (ABÍLIO, 2019). Neste sentido, é importante destacar as possibilidades de enxergar a resistência dos entregadores ao processo de aceleração da sua estrutural precarização, e como suas ações se aproximam ou se afastam da individualização característica do processo de digitalização do trabalho.

Os Recursos Ordinários e a luta por direitos

A partir desta breve contextualização sobre a relação entre os entregadores e a dinâmica do trabalho precário, é válido realizar

aqui alguns apontamentos acerca do tipo de fonte em questão neste texto. Destaca-se que a abordagem aqui trazida está relacionada com o uso de um documento judicial para análise das ações de resistência deste grupo.

Antes de propriamente abordar a especificidade do tipo de processo trabalhista aqui em questão, vale destacar quais foram as questões levantadas. O foco da segunda parte da minha tese foi investigar as formas de resistência dos entregadores ao processo de degradação das condições de trabalho trazida pela plataformização das entregas via aplicativos. Em um primeiro capítulo, foram exploradas as ações paredistas, mais especificamente o primeiro “breque dos apps” de 2020. Já no segundo, houve espaço à investigação de ações na Justiça do trabalho visando o reconhecimento de direitos trabalhistas, mais especificamente o reconhecimento de vínculo de emprego entre entregador e plataforma digital.

Ao longo da pesquisa, procurei ver qual seria o melhor documento para analisar as demandas dos trabalhadores, e nas Reclamações – processos em primeira instância – não encontrei um detalhamento maior além da inicial: é comum que muitos dos processos não sejam seguidos por entendimento entre as partes ou mesmo desistência dos trabalhadores. Vale destacar também as recentes discussões na esfera judicial acerca do tipo de vínculo entre entregadores e plataformas, dando um caráter de novidade ao tema. Entretanto, é importante destacar que a história da Justiça do Trabalho está fortemente marcada por Conciliações e encerramentos prévios da Reclamações (SPERANZA, 2013). A valorização desta ação conciliatória – que muitas vezes é feita por fora dos tribunais, o que certamente representa boa parte das desistências nas Reclamações em 1ª instância – pode ser vista ainda em um dos textos basilares da JT, o qual indicava aos juízes a “propor e insistir na conciliação, antes de qualquer apreciação da causa” (SUSSEKIND, 1942, p. 152).

Sendo assim, optamos por outra fonte que nos permitisse olhar para a fraude de modo mais completo, com as posições dos

trabalhadores e dos empresários, mas também com uma avaliação da própria JT. Os Recursos Ordinários (R.O.s), equivalentes nesta área à Apelação na Justiça Civil, embora nem sempre relatem todo o histórico do caso de modo tão completo quanto na Reclamação, não deixam de abordar o essencial para obter uma noção geral de cada situação. E, com relação à visão da JT, é ainda mais valoroso, tendo em vista que este documento sempre traz a determinação judicial do Juiz da Vara, além do acordo obtido na 2ª instância. Assim, trabalho, capital e Estado aparecem nestes documentos, o que nos permite ter possibilidades de investigação mais ricas e embasadas. Por este motivo, utilizei como fonte os Recursos Ordinários encontrados no TRT-1 (RJ) sobre entregadores que deram entrada na Justiça do trabalho solicitando vínculo trabalhista, a fim de perceber suas trajetórias profissionais particulares, demandas e argumentações, além de mapear as principais empresas ré e suas defesas.

História do trabalho: fontes e historiografia

Cabe agora trazer um pouco da importância mais geral da utilização dos documentos judiciais no trabalho do historiador. Há um grande número de estudos que pautam suas investigações nas fontes judiciais, e certamente alguns têm grande relevância neste meio. Contudo, para tratarmos da importância de alguns textos em particular, a fim de contextualizá-los, cabe resgatar um pouco desta renovação das fontes dentro dos estudos que investigam o proletariado no Brasil.

Os historiadores demoraram a chegar nos estudos sobre os trabalhadores, fazendo com que a ação destes agentes fosse apenas abordada por outras áreas de pesquisa. Assim, grande parte das análises da segunda metade do século XX gravitou ao redor da sociologia. Antes disto, os escritos que, posteriormente às “obras militantes”, incorporaram os trabalhadores foram os de alguns juristas da década de 1950 (BATALHA, 2001). Pela importância crescente do operariado desde pelo menos a década de 1930, e todo

o aparato estatal que incorporava para si os conflitos entre capital-trabalho, Oliveira Viana e Evaristo de Moraes Filho, por exemplo, com abordagens distintas, trataram dos trabalhadores no Brasil em seus textos, embora abordando fundamentalmente de sua relação com o Estado (VIANA, 1951; FILHO, 1953).

Versando com finalidades diferentes dos autores relacionados, a chamada Escola de Sociologia da USP foi, durante boa parte da segunda metade do século XX no país, a grande referência para os estudos dos trabalhadores. Tendo por foco as relações raciais e o desenvolvimento brasileiro, lá surgiram os primeiros estudos acadêmicos na área das ciências sociais sobre a classe trabalhadora no Brasil, seja de caráter ensaísta ou mesmo fundamentados em pesquisas, tendo como destaque Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso. Seja com impactantes exemplos de análises sociológicas à história do trabalho no Brasil (RODRIGUÊS, 1966), ou com a ainda ecoante “tese do ajustamento” (LOPES, 1964), os estudos sobre os trabalhadores no país ganharam fôlego acadêmico a partir deste centro. Ainda vale destacar que leva de análises também centrou explicar a derrota do proletariado com o golpe militar a partir das escolhas das suas lideranças (WEFFORT, 2003), ou seja, sem deslocar o ponto focal dos sindicatos e da política institucional. Isto tem relação com a forma na qual as fontes eram lidas pelos pesquisadores, as quais eram “fontes oficiais lidas sob o filtro do Estado e do controle social; uma ótica da organização da sociedade para a fruição da exploração, do trabalho escravo, da predominância da hegemonia do Capital e de seus interesses” (CHALHOUB, 2005).

A partir dos anos de 1980, novos estudos sobre os trabalhadores apresentaram outra perspectiva sobre os sujeitos. Estes pesquisadores apontavam para a importância de resgatar a experiência dos agentes frente a uma história que, para os mesmos, privilegiava em demasia a estrutura oficial. De modo complementar, também era fundamental nesta linha de pesquisa resgatar a própria agência dos sujeitos para além desta estrutura. Neste sentido, além

de Thompson – uma das principais referências para os historiadores brasileiros (MATTOS, 2012) –, apareceram como importante influência Foucault, Castoriadis, Natalie Davis e Carlo Guinzburg para esta investigação mais verticalizada da experiência dos agentes sociais (CHALHOUB, 2005,). Assim, a renovação das fontes (a partir de processos, jornais, panfletos, história oral, entre outros) estava aliada a outro olhar e aportes teóricos novos. Devido à grande variedade da utilização de novos documentos e o propósito específico deste texto, focaremos apenas em uma vertente destes novos estudos. Nesta linha, certamente as fontes judiciais se mostraram de grande valor, pois, possibilitavam um olhar para além dos movimentos oficiais e organizados do operariado, permitindo alcançar de forma singular o cotidiano dentro e fora das fábricas. E há uma grande potencialidade nas fontes judiciais. Nela estão contidas distintas visões de um mesmo evento, ainda que a crítica da fonte precise sempre ser feita:

o potencial analítico dos processos trabalhistas transcende o âmbito do campo jurídico. eles há depoimentos, atuação de magistrados, de servidores e de advogados, certos termos e determinadas expressões, documentos, isto é, rastros que permitem ao pesquisador recuperar: o papel histórico da luta dos diversos atores sociais, a dinâmica desses conflitos, o contexto socioeconômico, o papel do Judiciário na construção ou na desconstrução das normas de proteção ao trabalho, as diversidades regionais e as distintas compreensões de direito, contando como as decisões dialogam com a materialidade das relações sociais (BIAVASCHI, 2013, p. 452)

Assim, trazendo para nosso caso concreto – Recursos Ordinários – é possível captar pelo menos três visões que partem de origens distintas: 1) A dos trabalhadores, através da reclamação em si e dos testemunhos; 2) A do empresariado na defesa e nas respostas fornecidas ao longo do processo; 3) E da própria Justiça do Trabalho, com seu posicionamento ao longo de todo o percurso. Também é

possível notar as tensões existentes entre as partes e, no caso da JT, as discussões internas.

Focando nas produções dentro de nossa disciplina, foi na mesma década de 1980 que marcantes obras foram produzidas. Em uma delas, a partir de processos criminais de homicídios no Rio de Janeiro e dialogando com periódicos da época, Chalhoub, por exemplo, procurou relacionar o cotidiano dos trabalhadores com um momento central da constituição do capitalismo no país (CHALHOUB, 1986). Esta linha de estudos centrados neste tipo de fonte tem papel fundamental em buscar uma análise que consiga dialogar entre sujeito e estrutura:

somos levados a considerar não exclusivamente a história a partir de baixo mas sim – e de maneira mais abrangente – a história da relação entre capital e trabalho, ou o alto e o baixo. Aqui, em particular, somos levados à história dessa relação nos termos de sua mediação – jurídica e institucional – regulada pela Justiça do Trabalho, o que é um campo de pesquisa específico e em expansão (NEGRO, 2006, p. 4)

A partir desta colocação é possível perceber que a Justiça do Trabalho (JT) tem uma forma de atuação singular. O termo “protecionista” certamente remete ao debate sobre o contexto da própria criação da JT. Um grande marco do primeiro período em que Vargas esteve no poder se deu a partir da tentativa de construção de um discurso de harmonia entre trabalhadores e empresariado, com centralidade do Estado na tutela desta relação. E a criação da Justiça do Trabalho – ainda vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o que somente vai deixar de acontecer no ano de 1946 – que passou a funcionar no ano de 1941, foi o ponto chave para isto (GOMES, 2013). Sem entrar no grande debate que cerca a relação dos trabalhadores com o Estado no período de 1930-64, é importante destacar de que forma a própria JT foi vista em análises acadêmicas, pois ela tem grande relevância nos documentos aqui destacados. Acerca da criação desta instância legal, no contexto do período da promulgação da CLT, estava em

pauta pensar nas condições concretas da relação entre capital x trabalho. Dentro do debate do direito, procurou-se levar em consideração à desigualdade entre as partes no desenvolvimento, indo na contramão do primado da autonomia das vontades, apontando assim à necessidade da criação de uma esfera própria para diminuir este desequilíbrio (BIAVASCHI, 2013). Assim, a discrepância entre trabalhadores e empresários no âmbito do mercado de emprego é o fundamento da criação da JT. É possível notar este mesmo sentido em atuais manuais de direito, demonstrando que de fato esta linha de raciocínio não estava circunscrita ao contexto da burocratização do Estado da década de 1940: “O primeiro e mais importante princípio que informa o processo trabalhista (...) é o da finalidade social, cuja observância decorre da quebra do princípio da isonomia entre as partes” (LEITE, 2009, p. 79). Ou seja, as partes, ao chegarem à instância judicial, não devem ser abordadas como paritárias.

Entretanto, cabem algumas observações. Em primeiro lugar, a JT não é homogênea. Se ainda hoje existem controvérsias no que tange às resoluções – e é mais do que reafirmado nos Recursos Ordinários em questão – esta variedade de fundamentações se manteve ao longo de toda história da instituição. É por esta heterogeneidade e disputas internas que podemos perceber, em nosso caso particular dos entregadores, que mesmo casos semelhantes podem acabar tendo resoluções finais distintas. Em uma análise de casos da JT de São Paulo no ano de 1959, é possível perceber algo semelhante (CORREA, 2007). Em outro exemplo da pluralidade da esfera judicial, pode-se ver a atuação da Justiça do Trabalho na década de 1940 no Estado da Bahia. Mesmo com objetivo de controlar “abusos de autoridade cometidos no ambiente privado de trabalho”, o resultado não foi somente em favor dos obreiros. São vários os exemplos no texto em que as determinações da JT serviam aos anseios patronais (NEGRO, 2013). Este pêndulo não se movia sempre da mesma forma, estando sujeito a várias

determinações, em um movimento que permanece – nem sempre com a mesma força, é válido frisar – até o início do século XXI.

Conclusão

Conforme foi brevemente assinalado aqui, o grupo de trabalhadores analisados em minha tese – os entregadores – estão inseridos em uma dinâmica de trabalho precário. A despeito do grande debate acerca da força do empreendedorismo – que procura forçar os trabalhadores a não se enxergarem como tal, mas sim com uma identidade mais próxima de patrões – é possível ver que, neste caso específico, tão emblemático porque envolve a estrutural informalidade brasileira (BARBARIC, 2016), incrementos tecnológicos de ponta como o gerenciamento algorítmico (HUANG, 2021), a “viração” (ABÍLIO, 2017) e a plataformização do trabalho (GROHMANN, 2021), ao menos alguns destes sujeitos ainda buscam se identificar enquanto trabalhadores. Se a representação legal mais tradicional, como sindicatos e associações, ainda parece não ter tanta capilaridade no conjunto deste grupo, ao dar entrada na JT buscando vínculo trabalhista os entregadores se enxergam tal como eles são: alguém que trabalha sob ordens e demandas de outrem. Estudos com o tipo de fonte aqui privilegiada, que busquem olhar à atuação de resistência e afirmação destes trabalhadores, parecem ser de grande valor quando postos lado a lado com aqueles que privilegiam instâncias representativas tradicionais. A complementaridade destes estudos é evidente e necessária. Por fim, a potencialidade desta fonte ainda aparece na possibilidade de sinalizar a trajetória particular deste tipo trabalhador, o que é fundamental em um grupo tão heterogêneo quanto os entregadores.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. “Uberização do trabalho: A subsunção real da viração”. **Passapalavra Blog da Boitempo**. 22 de fev. de 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>

_____. Uberização: “do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.” In: **Psicoperspectivas**, 18(3). 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

BARBARIC, Silvana. **Motoboys: Filhos do asfalto nas artérias da exclusão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências.” In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. In: **Revista Outubro**, n. 29, nov. de 2017. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/03_Betti_2017.pdf.

BIAVASCHI, Magda. A justiça do trabalho e terceirização: um estudo a partir de processos trabalhistas. In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) **A Justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. In: Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABuukAD/conhecimento-historia-direito-amemoria>

_____. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREA, Larissa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis, direitos a cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. Dissertação de mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2007

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil In: ANTUNES, Ricardo (ORG). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FILHO, Evaristo de Moraes. **O problema do Sindicato único no Brasil**. (seus fundamentos sociológicos), 1953.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: à título de apresentação In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) **A Justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: Entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HUANG, Hui. Riders on the Storm: Amplified Platform Precarity and the Impact of COVID-19 on Online Food-delivery Drivers in China. In: **Journal of Contemporary China**, n 31, 135. 2021.

KALLENBERG, Arne. O trabalho precário nos Estados Unidos. In OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LINDEN, Van der. São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In: MATTOS; Marcelo; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. (Orgs.) **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LOPES, Juarez Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria: Mobilidade Social e Motivação. In: **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

MATTOS, Marcelo. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo, Boitempo, 2019.

NEGRO, Antonio. O que a justiça do trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. In: **História e Sociedade**. v. 6 n. 1., 2010. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24673/1/NEGRO%202006%20Politeia.pdf>.

RODRIGUÊS, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

RONCATO, Mariana. Trabalho imigrante *dekassegui*: Classe social, etnia e gênero. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SPERANZA, Clarice. Nos termos das conciliações: Os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954. GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.) **A Justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SUSSEKIND, Arnaldo. Manual da Justiça do Trabalho. Rio de Janeiro: **Edição Revista do Trabalho**, 1942.

VARELA, Raquel. Restauração produtiva e relações de trabalho na Europa. In: MATTOS, Marcelo; TERRA, Paulo; VARELA, Raquel. (Orgs.) **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VIANA, Oliveira. **Direito do trabalho e democracia social** (o problema da incorporação do trabalhador no Estado). Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1951.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Desde a sua fundação em 1971, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense foi sinônimo de excelência e compromisso com a construção do conhecimento histórico. Esta publicação é fruto da iniciativa dos próprios discentes, visando à divulgação científica e o debate com os demais alunos do programa, além da comunidade acadêmica em geral. A coletânea apresenta uma série de textos produzidos pelos alunos de mestrado e doutorado, cada qual com o objetivo de abordar, de forma concisa, as pesquisas autorais que atualmente estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa.

